MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria-Executiva

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2012

SECRETARIA-EXECUTIVA

Março/2013

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Marco Antonio Raupp

Secretário-Executivo
Luiz Antonio Rodrigues Elias

Assessor Especial de Controle Interno
Marcos Luiz Manzochi

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria Executiva

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, da Decisão Normativa TCU n.º 119/2012 e da Portaria TCU n.º 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno.

Março/2013

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ASCAP – Assessoria de Captação de Recursos

ASCAV - Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas

ASCOF - Assessoria de Coordenação de Fundos Setoriais

CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos

CGRL – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

CGOF – Coordenação Gesral de Orçamento e Finanças

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação

EMBRAPII – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial

ENCT – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

LOA – Lei Orçamentária Anual

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PPA – Plano Plurianual

SCUP – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa

SECIS – Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

SEPED – Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento

SETEC – Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

SEXEC – Secretaria-Executiva

SIAFI Gerencial – Sistema Integrado de Administração do Governo Federal

SigMCT – Sistema de Informações Gerenciais do Ministério da Ciência e Tecnologia

SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

SUMÁRIO

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO 11
1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 12
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA 12
1.1.1 Relatório de Gestão Individual 12
1.1.2 Relatório de Gestão Consolidado 12
1.1.3 Relatório de Gestão Agregado 12
1.1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado 12
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE 15
1.3 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS 19
1.4 MACROPROCESSOS DE APOIO 21
1.5 PRINCIPAIS PARCEIROS 22
1.6 INTRODUÇÃO 24
2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 29
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA 29
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 31
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES - 34
2.4 INDICADORES 35
3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 36
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA 36
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS 36
3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES 38
3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal 38
3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos 38
3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos 38
3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores 38
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO 39
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU - NÃO SE APLICA 39
4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 40
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ 40
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ – Não se aplica 43
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ - Não se aplica 43
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ –Não se aplica 43
4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ 43
4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ - Não se aplica 47
4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ 47
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA 48
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ 48
4.2.2 4.Programação de Despesas 48
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes 48
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital 50
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência 51
4.2.2.4 Análise Crítica 53
4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa 54
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa 56
4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários 56
4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários 56
4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários 58
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação 61
4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação 61
4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação 61
4.2.4.2.3 Análise crítica 61
5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 61
5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS 61
5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos 61
5.1.2 Análise Crítica 61
5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 61
5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores 61

5.2.2 Análise Crítica 62
5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS 63
5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício 63
5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios 68
5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vicentes no Exercício de 2013 e seguintes 68
5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse 69
5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse 69
5.3.6 Análise Crítica 69
5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS – NÃO SE APLICA 70
5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos 70
5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral 70
5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B" 70
5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) 70
5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo "B" e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ 70
5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos 70
5.4.1.6 Análise Crítica 70
5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ – NÃO SE APLICA 70
5.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ 70
5.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida 70
5.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física 70
5.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica 70
5.5.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária 71
5.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas 71
5.5.7 Comunicações à RFB 71
5.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas 71
5.5.9 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal 71
5.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB 71
5.6 GESTÃO DE PRECATÓRIOS 71
5.6.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta 71
5.6.2 Requisições e Precatórios da Administração Indireta 71
5.6.3 Análise Crítica 71
6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 71
6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS 71
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada 71
6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada 72
6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho 73
6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade 73
6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade 73
6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada 74
6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas 75
6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria – Não se aplica 75
6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada – Não se aplica 75
6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos – Não se aplica 75
6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos – Não se aplica 75
6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação – Não se aplica 75
6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC – Não se aplica 75
6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico – Não se aplica 75
6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos – Não se aplica 75
6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos – Não se aplica 75
6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS –NÃO SE APLICA 76
6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão 76
6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público 76
6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados 76
6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada 76
6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão 76

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários 76
7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 77
7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS – NÃO SE APLICA 77
7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO 77
7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial 77
7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros 77
7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ 77
8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 77
8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) – NÃO SE APLICA 77
8.2 ANÁLISE CRÍTICA 77
9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 77
9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS – NÃO SE APLICA 77
9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA 77
10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 77
10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO 77
10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício 78
10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício 78
10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício 78
10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício 78
10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA 78
10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI N° 8.730/93 – NÃO SE APLICA 78
10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93 78
10.3.1.1 Análise Crítica 79
10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV – NÃO SE APLICA 79
10.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV 79
11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 79
11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – NÃO SE APLICA 79
11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos 79
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 80
11.2.1 Declaração Plena 80
11.2.2 Declaração com Ressalva 80
11.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008 80
11.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976 80
11.5 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS – NÃO SE APLICA 80
11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida 80
11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora 80
11.6 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE 81
12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 81
12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ - SEXEC 81
PARTE B DO ANEXO II DA DN 119/2012 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS. 82
13 PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 83
13.1 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO PARTIDÁRIO A SEREM PRESTADAS PELO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE 83
13.1.1 Partidos Políticos de âmbito Nacional 83
13.1.2 Origem de Recursos do Fundo Partidário 83
13.1.3 Distribuição de Recursos aos Partidos Políticos 83
13.1.4 Prestação de Contas pelos Partidos Políticos ao TSE 83
13.1.5 Não Prestação de Contas pelos Partidos Políticos 83
13.1.6 Situação da Prestação de Contas Junto ao TSE 83
13.1.7 Julgamento das Contas das Direções Nacionais 83
13.2 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO PARTIDÁRIO A SEREM PRESTADAS PELOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS – TRE 83
13.2.1 Diretórios de Partidos Políticos Registrados no TRE 83
13.2.2 Diretórios de Partidos Políticos Registrados no TRE 83
13.2.3 Prestação de Contas dos Diretórios Estaduais 83
13.2.4 Não Prestação de Contas pelos Diretórios Estaduais 83

13.2.5 Situação das Contas Prestadas pelos Diretórios Estaduais 83
14 PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 84
15 PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 84
16 PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 87
16.1 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO 87
16.1.1 Operações em Adimplência e Inadimplência 87
16.1.2 Créditos de Liquidação Duvidosa 87
16.1.3 Prejuízos Contabilizados no Exercício 87
16.1.4 Ações de Cobranças Judiciais Ajuizadas 87
16.1.5 Análise Crítica 87
17 PARTE B, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 87
18 PARTE B, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 87
18.1 INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES NOS TERMOS DA DECISÃO TCU Nº 408/2002 – PLENÁRIO E MODIFICAÇÕES POSTERIORES 87
18.2 RESULTADO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES 87
18.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES 87
18.4 RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO 88
19 PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012 88
19.1 INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU N° 2.267/2005 88
19.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET 88
19.3 RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO 88
20 PARTE B, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 88
20.1 INDICADORES DE GESTÃO DAS ICT NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU N° 2.267/2005 88
20.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO DAS ICT 88
20.3 RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO 88
21 PARTE B, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 88
22 PARTE B, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 88
23 PARTE B, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 88
23.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA 88
23.2 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA GERADA PELA UJ 88
23.3 ANÁLISE CRÍTICA 89
24 PARTE B, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 89
25 PARTE B, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 89
26 PARTE B, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 89
26.1 METAS E INDICADORES COMPLEMENTARES 89
26.2 PROGRAMAS E AÇÕES 89
26.3 PROGRAMAS OU FUNDOS QUE NÃO ESTÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ 89
27 PARTE B, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 89
28 PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 89
28.1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” – NÃO SE APLICA 89
28.2 ANÁLISE CRITICA 89
29 PARTE B, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 89
29.1 QUANTITATIVO DE TERCEIRIZADOS IRREGULARES 89
29.2 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS – NÃO SE APLICA 89
30 PARTE B, ITEM 18, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 89
30.1 CAPTAÇÕES REALIZADAS E AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO EMPREENDIDAS – NÃO SE APLICA 90
31 PARTE B, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 90
31.1 SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS – NÃO SE APLICA 90
32 PARTE B, ITEM 20, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 90
33 PARTE B, ITEM 21, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 90
34 PARTE B, ITEM 22, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 90
35 PARTE B, ITEM 23, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 90
36 PARTE B, ITEM 24, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 90
37 PARTE B, ITEM 25, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 90
38 PARTE B, ITEM 26, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 90
39 PARTE B, ITEM 27, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 90
40 PARTE B, ITEM 28, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 90
41 PARTE B, ITEM 29, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 90
42 PARTE B, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 90

42.1 IMÓVEIS ALIENADOS EM 2012 EM CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE DESIMOBILIZAÇÃO – PND. – NÃO SE APLICA 90
42.2 ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DA EVOLUÇÃO DO PLANO NACIONAL DE DESIMOBILIZAÇÃO DO INSS 91
43 PARTE B, ITEM 31, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 91
44 PARTE B, ITEM 32, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 91
45 PARTE B, ITEM 33, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 91
46 PARTE B, ITEM 34, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 91
47 PARTE B, ITEM 35, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 91
47.1 INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS 91
47.2 COMPOSIÇÃO E ATUAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 91
47.3 VOLUME DE RECURSOS REPASSADOS ÀS ENTIDADES PRIVADAS SIGNATÁRIAS DO CONTRATO DE GESTÃO 91
47.4 DIRIGENTES DA ENTIDADE PRIVADA SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO 91
47.5 DESPESA COM PESSOAL DA ENTIDADE PRIVADA SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO 91
47.6 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DO CONTRATO DE GESTÃO 91
47.7 PRESTAÇÃO DE CONTAS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONTRATAÇÃO 91
47.8 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UJ PARA ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DE GESTÃO 91
47.9 RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO 92
48 PARTE B, ITEM 36, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 92
48.1 AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA UNIDADE JURISDICIONADA 92
48.2 VALORES REPASSADOS EM RAZÃO DE TERMOS DE PARCEIRA FIRMADOS 92
48.3 ESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DOS TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS 92
48.4 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A PARCERIA 92
49 PARTE B, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 92
50 PARTE B, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 92
51 PARTE B, ITEM 39, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 92
52 PARTE B, ITEM 40, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 92
53 PARTE B, ITEM 41, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 92
54 PARTE B, ITEM 42, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 92
55 PARTE B, ITEM 43, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 92
56 PARTE B, ITEM 44, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 92
57 PARTE B, ITEM 45, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 92
58 PARTE B, ITEM 46, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 93
59 PARTE B, ITEM 47, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 93
60 ANEXOS 94

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.4 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado 12
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ 36
Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ - programa 2021 – OBJETIVO 0400 43
Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica 43
Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ - programa 2021 – OBJETIVO 0400 43
Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica 43
Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ - programa 2021 – OBJETIVO 0400 45
Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica 45
Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ - programa 2021 – OBJETIVO 0400 45
Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica 45
Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ - programa 2059 – objetivo 0328 45
Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear 46
Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ 47
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da uj 48
Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes – PROGRAMA 2021 – ações 6995.0001 e 6995.0035 48
Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes – PROGRAMA 2106 – 48
ação 4210.0001 48
Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes – PROGRAMA 2059 – 49
ação 2463.0001 49
Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital - PROGRAMA 2021 – ações 6995.0001 e 6995.0035 50
Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital - PROGRAMA 2106 – ação 4210.0001 50
Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital - PROGRAMA 2059 – ação 2463.0001 51
Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência – PROGRAMA 2021 – ações 6995.0001 e 6995.0035 51
Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência – PROGRAMA 2106 – ação 4210.0001 52
Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência – PROGRAMA 2059 – ação 2463.0001 52
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – PROGRAMA 2021 – ações 6995.0001 e 6995.0035 54
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – PROGRAMA 2106 – ação 4210.0001 55
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – PROGRAMA 2059 – ação 2463.0001 55
Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – programa 2021- ações 6995.0001 e 6995.0035 56
Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – programa 2106 – ação 4210.0001 57
Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – programa 2059 – ação 2463.0001 57
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários - programa 2021- ações 6995.0001 e 6995.0035 58
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários - programa 2106 – ação 4210.0001 58
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários - programa 2059 – ação 2463.0001 59
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores 61
Programas 2021, 2106 e 2059 (ações 6995, 4210 E 2463) 61
Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios 68
Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes 68
Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. 69
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 – sexec/ascav/ascap 71
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12 - sexec/ascav/ascap 72
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) - sexec/ascav/ascap 73
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12 - sexec/ascav/ascap 73
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12 - sexec/ascav/ascap73
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores 74
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários 76
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR 78

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Não se aplica.

1.1.2 Relatório de Gestão Consolidado

Não se aplica.

1.1.3 Relatório de Gestão Agregado

Não se aplica.

1.1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

QUADRO A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo – CNPJ 01.263.896.0001-64				
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação **Código SIORG**: 01988				
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora				
Denominação completa: Secretaria-Executiva				
Denominação abreviada: SEXEC				
Código SIORG: 03234	**Código na LOA:** 24101	**Código SIAFI:** 240112		
Natureza Jurídica: Órgão Público	CNPJ: 01.263.896.0001-64			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral	**Código CNAE:** 8411-6/00			
Telefones/Fax de contato:	(061) 2033-7500	(061) 2033-8652	Fax (061) 2033-7764 x	
Endereço Eletrônico: executiva@mct.gov.br				
Página na Internet: http://www.mct.gov.br				
Endereço Postal: Ministério da Ciência e Tecnologia – Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 5º andar, CEP: 70067-900 - Brasília-DF.				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas				
Nome	Código SIAFI	CNPJ	Situação	Código SIORG
Assessoria de Captação de Recursos - ASCAP	-	-	Ativa	47271
Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas - ASCAV	-	-	Ativa	14046
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas				
Número de Ordem: 01				
Denominação completa: SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA				
Denominação abreviada: SPOA				
Código SIORG: 08882	**Código na LOA:** 240101	**Código SIAFI:** 240225		
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público	CNPJ: -			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral	**Código CNAE:** 8411-6/00			
Telefones/Fax de contato:	(061) 20337700	(061) 20337771		
E-mail: spoa@mct.gov.br				
Página na Internet: http://www.mct.gov.br				
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sobreloja - CEP 70067-900 - Brasília - DF				
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
Decreto 91.146, de 15 de março de 1985				
Decreto 5886, de 06 de setembro de 2006.				

Portaria 758, de 03 de outubro de 2006.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
-			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
-			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 02			
Denominação completa: ASSESSORIA DE COORDENAÇÃO DE FUNDOS SETORIAIS - ASCOF			
Denominação abreviada: ASCOF			
Código SIORG: 90117	**Código na LOA:** 240139		**Código SIAFI:** 240139
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público	CNPJ: -		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			**Código CNAE:** 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 20338030	(061) 20338004	(099) 20337691
E-mail: fundossetoriais@mct.gov.br			
Página na Internet: http://www.mct.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala 552 - CEP 70067-900 – Brasília - DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto 91.146, de 15 de março de 1985			
Decreto 5886, de 06 de setembro de 2006.			
Portaria 758, de 03 de outubro de 2006.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
-			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
-			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 03			
Denominação completa: SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISA - SCUP			
Denominação abreviada: SCUP			
Código SIORG: 47229	**Código na LOA:** 240113		**Código SIAFI:** 240113
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público	CNPJ: -		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			**Código CNAE:** 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 20337607	(61) 20338012	(61) 20337768
E-mail: scup@mct.gov.br			
Página na Internet: http://www.mct.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios Bloco E, 5º andar - CEP: 70067-900 – Brasília - DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto 91.146, de 15 de março de 1985			
Decreto 5886, de 06 de setembro de 2006.			
Portaria 758, de 03 de outubro de 2006.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			

- Portaria MCTI nº 967, de 21.12.2011 – "Disciplina as atividades de promoção acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais e dá outras providências"
- Portaria MCTI nº 157, de 26.02.2010 – "Disciplina as atividades de acompanhamento e fiscalização da execução de Contratos de Gestão celebrados com Organizações Sociais, e dá outras providências" - **REVOGADA**
- Portaria MCT Inº 86, de 03.02.2010 – "Institui política de aquisição planificada de títulos de periódicos e de acesso ao Portal da CAPES para as Unidades de Pesquisa do MCTI"
- Portaria MCTI nº 1.037, de 10.12.2009 – "Dispõe sobre a busca e a escolha de Diretores das Unidades de Pesquisa que integram o Ministério da Ciência e Tecnologia, com base em competência técnico-científica, gerencial e administrativa"
- Portaria MCTI nº 613, de 23.07.2009 – "Disciplina a implementação e o funcionamento do Programa Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do MCTI" (Portaria MCTI nº 510, de 12.08.2008 – Institui o Programa Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do MCTI, visando dinamizar o desenvolvimento científico e tecnológico no País
- Portaria MCTI nº 229, de 02.04.2009 – "Dispõe sobre autorização de afastamento do país de servidores empregados do MCT e suas entidades vinculadas e controladas"
- Portaria MCTI nº 657, de 11.09.2008 - "Institui o Prêmio Bolsista Destaque do Programa de Capacitação

Institucional - PCI do MCTI”

- Portaria MCTI nº 01, de 23.10.2008 – Altera a Portaria MCTI nº 01 de 10.06.2005 – “Regulamenta o Programa de Capacitação Institucional – PCI”
- Portaria MCTI n.º 01, de 10.06.2005 - “Regulamenta o Programa de Capacitação Institucional – PCI estabelecendo procedimentos para o processo de concessão de bolsas de fomento tecnológico nas Unidades de Pesquisa subordinadas, vinculadas e supervisionadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCTI, de acordo com as orientações da Política de C & T do Governo Federal”
- Termos de Compromisso de Gestão celebrados com Unidades de Pesquisa
  http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/1163.html
- Contratos de Gestão e seus Termos Aditivos celebrados com Organizações Sociais
  http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/1033.html

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Consolidadora, Agregadas e Consolidadas.	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
240112	Secretaria Executiva
240101	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL
240102	Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - CGOF
240133	Coordenação Geral de Recursos Humanos - CGRH
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
240112	00001
240101	00001
240102	00001
240133	00001

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Relatório de Gestão 2012 da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - SEXEC/MCTI será apresentado, conforme orientações da Decisão Normativa – TCU nº119, de 18 de janeiro de 2012, consolidando a Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas – ASCAV e a Assessoria de Captação de Recursos – ASCAP e agregando a gestão da Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais – ASCOF, da Subsecretaria de Coordenação as Unidades de Pesquisa - SCUP e da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA.

Segundo a Portaria MCT nº 758, de 03/10/2006, **compete à Secretaria-Executiva - SEXEC**:

I - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;

II - supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Organização e Modernização Administrativa, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos, de Serviços Gerais, de Documentação e Arquivos, de Administração Financeira e de Contabilidade, no âmbito do Ministério;

III - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério;

IV - supervisionar e coordenar a elaboração das diretrizes, normas, planos e orçamentos relativos a planos anuais e plurianuais;

V - coordenar os trabalhos relacionados a avaliação de programas e projetos, levantamentos dos dispêndios dos recursos vinculados as áreas de competência do Ministério;

VI - supervisionar e coordenar as ações do Ministério e das unidades de pesquisa e entidades vinculadas, voltadas à captação de recursos para o financiamento de programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico;

VII - identificar e mobilizar novas fontes de recursos para financiamento de programas de desenvolvimento científico e tecnológico e de formação de recursos humanos, destinados à criação de novos conhecimentos ou que atendam às necessidades específicas de setores de importância estratégica nacional ou regional;

VIII - supervisionar e coordenar o acompanhamento das realizações de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica das unidades de pesquisa;

IX - avaliar os contratos de gestão firmados entre o Ministério e as entidades qualificadas como organizações sociais; e

X - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Organização e Modernização Administrativa - SOMAD, de Administração dos Recursos da Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Documentação e de Arquivo - SINAR, de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais - SIDOF, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e de Administração a ela subordinada.

À Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas – ASCAV, compete:

I - supervisionar e coordenar as ações de avaliação da execução de planos anuais e plurianuais do Ministério;

II - avaliar os programas de desenvolvimento científico e tecnológico, e de formação de recursos humanos destinados à criação de novos conhecimentos ou que atendam às necessidades específicas de setores de importância estratégica nacional ou regional;

III - supervisionar e coordenar ações de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações sobre ações da Política Nacional de Ciência e Tecnologia e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia;

IV - supervisionar e coordenar a realização de estudos de avaliação e acompanhamento das ações do Plano Plurianual;

V - supervisionar e coordenar os programas estratégicos de planos anuais e plurianuais, vinculados ao Programa de Biotecnologia e Recursos Genéticos - GENOMA e da Sociedade da Informação, entre outros, e

VI - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

À Assessoria de Captação de Recursos – ASCAP, compete:

I - assessorar a Secretaria-Executiva nos assuntos relacionados com a captação de recursos técnicos, materiais e financeiros, destinados a programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico;

II - planejar, coordenar e supervisionar estudos visando o estabelecimento de normas e procedimentos para captação de recursos relativos à área de ciência e tecnologia;

III - identificar carências e fontes de recursos, promovendo articulações que viabilizem planos, programas, projetos ou ações consideradas prioritárias;

IV - identificar, cadastrar e manter contatos sistemáticos com organismos e instituições de âmbito nacional ou internacional, que possam induzir ou viabilizar a captação de recursos; e

V - elaborar estudos e diagnósticos de mercado e perfis de projetos, como instrumento de indução, apoio e orientação a potenciais investidores interessados na área de ciência e tecnologia.

.

Organograma Funcional -

Além das competências conferidas às Unidades Consolidadas, apresentadas no item 1.1, seguem, abaixo, as competências atribuídas às Unidades Agregadas à SEXEC, conforme estabelecido pela **Portaria nº 758, de 03/10/2006**, cujos macroprocessos e produtos estão detalhados nos seus respectivos relatórios:

À Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa, compete:

I - propor, coordenar e acompanhar a execução de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica nas unidades de pesquisa a ela supervisionadas, visando à criação de novos conhecimentos ou o atendimento às necessidades específicas de setores de importância nacional ou regional;

II - apreciar, em grau de recurso, as decisões dos Conselhos Técnico-Científicos das unidades de pesquisa a ela subordinadas; e

III - supervisionar e acompanhar os contratos de gestão firmados entre a União e entidades qualificadas como organizações sociais, cujas atividades estejam relacionadas com a realização, direta ou indireta, de pesquisa científica e tecnológica, a prestação de serviços e assistência técnica, apoio e serviços tecnológicos, o desenvolvimento e a capacitação de recursos humanos qualificados, no âmbito do Ministério.

À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de organização e modernização administrativa, de inovação de processos da administração de tecnologia da informação, de gestão de pessoas, de logística, de documentação e arquivo, de administração financeira e de contabilidade no âmbito do Ministério;

II - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no inciso anterior e informar, orientar e supervisionar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III - planejar e coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades finalísticas do Ministério e submetê-los à decisão superior;

IV - orientar as unidades do Ministério no planejamento, sistematização, padronização e implementação de técnicas e instrumentos de gestão;

V - acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades;

VI - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, de gestão de pessoas, gestão da informação científica e tecnológica e da tecnologia da informação e da logística, no âmbito do Ministério;

VII - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário; e

VIII - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

À Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais, compete:

I - assessorar e apoiar a Secretaria-Executiva no planejamento e coordenação dos Fundos Setoriais destinados a financiar programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, em conformidade com as políticas e estratégias estabelecidas pelo Ministério;

II - orientar e apoiar o planejamento e a supervisão de estudos, visando o estabelecimento de normas e procedimentos dos Fundos Setoriais, bem como acompanhar a evolução dos recursos a eles destinados;

III - promover a gestão dos Fundos Setoriais no que se refere a sua implementação, acompanhamento de execução e avaliação;

IV - elaborar e divulgar calendários de chamadas públicas e outros instrumentos de seleção de propostas para ações dos Fundos Setoriais; e

V - promover e coordenar a articulação com as agências do Ministério e entidades relacionadas com as atividades dos Fundos Setoriais.

1.3 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos da Secretaria Executiva consistem, basicamente, em assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas, em auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério e em supervisionar e coordenar a elaboração das diretrizes, normas, planos e orçamentos relativos a planos anuais e plurianuais.

Para as atividades de supervisão e coordenação, foram realizadas reuniões periódicas com os gestores das Secretarias e entidades vinculadas para pactuação, validação e acompanhamento das ações sob a responsabilidade de cada uma das unidades individualmente ou de forma articulada. Esta atividade está fundamentada na necessidade de assegurar a convergência entre as políticas, programas e ações implementadas pelas diversas áreas e as opções estratégicas adotadas para o período 2012-2015.

No que tange à definição de diretrizes e implementação de ações, é fundamental a articulação externa e interna, visando garantir a compatibilização entre os rumos do país e a missão e competência do Ministério. Outro aspecto relevante é conhecer os meios disponíveis para a implementação das ações, tais como recursos financeiros, humanos, instrumentos de política etc. Caso sejam identificados gargalos, cabe à Secretaria Executiva articular com os atores externos e internos para viabilizar a superação de obstáculos que comprometam a implementação das ações do Ministério.

Em relação aos planos e orçamentos, a unidade busca garantir que as suas opções estratégicas estejam expressas nos planos, a saber Plano Plurianual, Brasil Maior etc., e que recursos orçamentários e extraorçamentários sejam consignados a suas políticas, programas e ações.

Os macroprocessos em que a unidade está envolvida estão intrinsicamente vinculados à viabilização dos eixos de sustentação da ENCTI: promoção da Inovação das Empresas, novo padrão de financiamento público para o desenvolvimento científico e tecnológico, fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica e a formação e capacitação de recursos humanos. Para tanto, é essencial a atuação de outras unidades diretamente ligadas à UJ como suas Assessorias e Subsecretarias, que desenvolvem atividades como:

- **Gestão Orçamentária e Financeira** – que envolve articulação com a Secretaria Federal de Orçamento e com as demais áreas do MCTI;

- **Gestão de Recursos Humanos** – que engloba desde pagamento da folha de pessoal até às atividades de capacitação e desenvolvimento de habilidades. Para tanto, exige articulação com todo o MCTI bem como com a Secretaria de Gestão Pública-SEGESP do Ministério do Planejamento, área de treinamento de outros Ministérios (Escola de Administração Fazendária-ESAF, Escola Nacional de Administração Pública- ENAP, etc);

- **Coordenação das Unidades de Pesquisa e das Organizações Sociais** – forte interação intrainstitucional para que as Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais viabilizem pesquisas, estudos de interesse não só do MCTI, mas voltadas para áreas estratégicas para o desenvolvimento do país;

- **Gestão dos Fundos Setoriais** – articulação com as áreas do MCTI visitando alocar recursos para o desenvolvimento de CT&I em áreas estratégicas para o Ministério e para o país;

- **Acompanhamento da implementação da ENCTI** – grande articulação intrainstitucional bem como com os atores externos que aportam recursos voltados à CT&I;

- **Planejamento** – trabalho eminentemente focado na articulação com todas as áreas do MCTI, inclusive a administração indireta, não só para elaboração do PPA, mas para a parte qualitativa da LOA;

- **Monitoramento e Avaliação** – interação com todas as áreas do Ministério e captação de informações por meio de Sistema de informação ;

- **Captação de Recursos** – trabalho contínuo de prospecção de novas fontes de financiamento para a área de CT&I.

1.4 Macroprocessos de Apoio

No âmbito das atividades de apoio, as principais linhas de trabalho da Secretaria Executiva estão distribuídas entre suas duas Divisões.: .

Conforme Portaria MCT nº 758, de 03/10/2006, à Divisão de Acompanhamento de Missões ao Exterior compete:

I - analisar os relatórios de servidores dos órgãos da Administração Central, unidades de pesquisa e entidades vinculadas ao Ministério, referentes a missões e serviços no exterior;

II - solicitar, sempre que necessário, informações adicionais sobre os resultados das missões;

III - elaborar resumos de relatórios de missões de servidores no exterior, para conhecimento das autoridades do Ministério;

IV - executar outras competências no seu campo de atuação.

À Divisão de Documentação e Arquivo, compete:

I - elaborar minutas de atos e correspondências oficiais de interesse do Secretário-Executivo;

II - orientar e controlar a emissão, numeração e registro de atos e correspondências oficiais do Secretário-Executivo;

III - receber, arquivar e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Secretaria-Executiva, mantendo atualizadas as informações sobre a tramitação dos documentos;

IV - analisar, classificar, organizar e manter atualizado o arquivo da documentação oficial dirigida ao Secretário-Executivo;

V - selecionar documentos a serem eliminados, propondo a guarda ou transferência daqueles a serem preservados; e

VI - executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

Cabe destacar que outras atividades desenvolvidas em diversas unidades do MCTI são fundamentais ao seu funcionamento, tais como gestão de informática, gestão de pessoas, gestão de documentação etc, que embora finalísticas para as unidades que as executam, são de apoio ao funcionamento do Ministério.

1.5 Principais Parceiros

A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação constitui um marco para a articulação e coordenação intertemporal das políticas públicas setoriais e transversais e das iniciativas do setor privado relacionadas com o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Essa articulação se efetiva nos recursos disponibilizados em parceria com outros ministérios e órgãos da Administração direta e indiretapara CT&I.

Pode-se citar como exemplo dessa parceria externa, a atuação conjunta entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e o Ministério de Minas e Energia - MME, para definir ações que visem o desenvolvimento da cadeia produtiva de minerais estratégicos para o País como: terras raras, lítio, silício e agrominerais. Em função do atual cenário mundial, o MCTI priorizou o apoio ao desenvolvimento da cadeia produtiva de terras raras no Brasil, desde a produção de óxidos até a sua aplicação em componentes de produtos de alta tecnologia.

Outro exemplo é o desenvolvimento, em articulação com outras instituições federais, estaduais, municipais, órgãos de Defesa Civil e as Forcas Armadas, de um Sistema Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. O resultado deste esforço tem aumentado a capacidade da sociedade brasileira frente às catástrofes naturais, de redução de vitimas e de prejuízos sociais e econômicos decorrentes, contribuindo para diminuição da pobreza e aumento da qualidade de vida.

O MCTI está ampliando o apoio à infraestrutura de pesquisa. Podem ser citados os novos investimentos na aquisição, recuperação e adaptação de dois navios para estudos da plataforma continental (biodiversidade, piscicultura em alto mar, minerais) além de parceria entre o MCTI, a Petrobras e a Vale para aquisição e construção no Brasil de navio de pesquisa multiusuário, com instalações laboratoriais avançadas, que atenderão, também, às demandas de pesquisa do setor de petróleo e gás e mineração.

Nesse sentido, foram dados passos importantes para a implementação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), uma iniciativa que conta com parceria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), fortalecida pela Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), que busca contribuir para uma maior articulação institucional entre os setores público e privado. Seu objetivo principal é a ampliação da articulação entre universidades, centros de pesquisa e empresas no desenvolvimento de tecnologias inovadoras.

Mais um exemplo é a criação do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) que tem como objetivo geral promover de maneira acelerada o desenvolvimento tecnológico e estimular os processos de inovação no Brasil por meio da qualificação de estudantes e pesquisadores brasileiros, especialmente nos níveis de pós-graduação, em áreas consideradas prioritárias e estratégicas para o desenvolvimento do País. Complementarmente, o Programa visa promover a cooperação técnico-científica entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores de reconhecida liderança científica residentes no exterior por meio de Programas Bilaterais e Programa para fixação parcial no País, na forma de pesquisadores visitantes ou em caráter permanente e localizar centros e lideranças no exterior de interesse prioritário ou estratégico para o Brasil, em áreas e setores selecionados para estabelecimento de cooperação e treinamento. Trata-se de um esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), de suas respectivas instituições de fomento, CNPq e CAPES, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC, para formação e capacitação de recursos humanos, além da execução de pesquisa, no País e no exterior.

Mais um ponto em destaque é que a Política Espacial Brasileira apresentou avanços importantes, especialmente em projetos mobilizadores: o programa do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS); o programa do Satélite Geoestacionário de Comunicações e o empreendimento

Alcântara Cyclone Space (ACS). Em relação ao CBERS - foram definidas para 2012 e 2014 as datas de lançamento dos próximos satélites do programa do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres.

Já no que diz respeito ao Satélite Geoestacionário de Comunicações, por decisão dos Ministros de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, das Comunicações e da Defesa, o projeto do Satélite de Geoestacionário de Comunicações contará com a participação de uma empresa nacional. O projeto será acompanhado por um grupo de trabalho composto por representantes dos três ministérios.

Mais uma parceria significativa no âmbito do MCTI é aquela realizada com a Academia Brasileira de Ciências – ABC, com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC e com a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação – ABIPTI, por meio de contribuições anuais. Tais Contribuições, que têm como objetivo conferir às entidades favorecidas o apoio financeiro para o seu funcionamento, pela sua significância para o segmento científico ou técnico em que se inserem, são essenciais para que persistam em sua missão de auxiliar o desenvolvimento do País, com enfoque no desenvolvimento científico.

Por outro lado, já no âmbito interno, a Secretaria Executiva tem como parceiras estratégicas todas as secretarias finalísticas do MCTI e suas respectivas coordenações e diretorias que apoiam a consecução de suas atividades cotidianas visando o alcance dos objetivos estratégicos do Ministério operados pela Unidade.

Buscando ampliar a infraestrutura de pesquisa e contribuir para a formulação da Política Nacional de C&T, esta SEXEC também constituiu, ao longo dos anos, importantes parcerias com o foco na viabilização de projetos com diversas Universidades e Institutos Federais, Secretarias de Estado, Prefeituras, com agências como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, com Unidades de Pesquisa como o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF, Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC, Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA, Centro de Tecnologia Mineral - CETEM, Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI, Observatório Nacional - ON e Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE, além de parcerias com outros Ministérios como o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, Ministério da Educação – MEC.

1.6 INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão encontra-se estruturado em itens e subitens, cada qual com seus respectivos quadros de forma a propiciar melhor leitura e entendimento dos dados informados.

ITENS QUE NÃO SE APLICAM E/OU NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS À NATUREZA DA UJ:

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/01/2012.

1.1.1 Relatório de Gestão Individual.
1.1.2 Relatório de Gestão Consolidado.
1.1.3 Relatório de Gestão Agregado.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/01/2012.
3.1 Estrutura de Governança.
3.3 Remuneração Paga a Administradores.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/01/2012.
4.1.1 Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.
4.1.2 Informações sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.
4.1.3 Informações sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.
4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidades da UJ.
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/01/2012.
5.1 Reconhecimentos de Passivos.
5.3.5 Informações sobre Análise de Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.
5.4 Suprimentos de Fundos.
5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ.
5.6 Gestão de Precatórios.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.
6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.
6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulações Indevidas de Cargos, Funções e Empregos Públicos.
6.1.7 Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.
6.1.8 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.
6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.
7.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros.
7.2 Gestão do patrimônio imobiliário.

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.
8.1 Gestão de tecnologia da informação (ti).
8.2 Análise crítica.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.
9.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis.
9.2 Consumo de papel, energia elétrica e água.

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU 119, DE 18/01/2012.
10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício
10.2 Informações sobre a unidades de auditoria Interna
10.3 Declaração de bens e rendas estabelecidas na lei nº 8.730/93.
10.4 Modelo de declaração de atualização de dados no siasg e siconv.

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU 119, DE 18/01/2012.
11.1 Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.
11.2.2 Declaração com ressalva.
11.3 Demonstrações contábeis e notas explicativas previstas na lei Nº 4.320/1964 e pela nbc t 16.6 aprovada pela resolução cfc nº 1.133/2008.
11.4 Demonstrações contábeis e notas explicativas exigidas pela lei nº 6.404/1976.
11.5 Composição acionária das empresas estatais.
11.6 Parecer da auditoria independente.

12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.
12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ – SEXEC

13. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.
13.1 Informações sobre o fundo partidário a serem prestadas pelo tribunal superior eleitoral – TSE.
13.2 Informações sobre o fundo partidário a serem prestadas pelos tribunais regionais eleitorais – TRE.

14. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

15. PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

16. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.
16.1 Evolução da situação financeira dos fundos constitucionais de financiamento.

17. PARTE B, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

18. PARTE B, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.
18.1 Indicadores de desempenho das ifes nos termos da decisão tcu nº 408/2002-plenário e modificações posteriores.
18.2 Resultado dos indicadores de desempenho das ifes.
18.3 Análise dos indicadores de desempenho das ifes.
18.4 Relação de projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio.

19. PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.
19.1 Indicadores de gestão das ifet nos termos do acórdão TCU nº 2.267/2005.
19.2 Análise dos resultados dos indicadores de gestão das ifet.
19.3 Relação de projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio.

20. PARTE B, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.
20.1 Indicadores de gestão das ict nos termos do acórdão TCU Nº 2.267/2005.

20.2 Análise dos resultados dos indicadores de gestão das ict.
20.3 Relação de projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio.

21. PARTE B, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

22. PARTE B, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

23. PARTE B, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.
23.1 Análise da situação econômico-financeira.
23.2 Análise da distribuição da riqueza gerada pela uj.
23.3 Análise crítica.

24. PARTE B, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

25. PARTE B, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

26. PARTE B, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.
26.1 Metas e indicadores complementares.
26.2 Programas e ações.
26.3 Programas ou fundos que não estão sob a responsabilidade da UJ.

27. PARTE B, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

28. PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.
28.1 Contratação de consultores na modalidade “produto”.
28.2 Análise crítica.

29. PARTE B, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.
29.1 Quantitativo de terceirizados irregulares.
29.2 Providências adotadas para a substituição de terceirizados.

30. PARTE B, ITEM 18, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.
30.1 Captações realizadas e ações de fiscalizações empreendidas.

31. PARTE B, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.
31.1 Supervisão de contratos de gestão celebrados com organizações sociais.

32. PARTE B, ITEM 20, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

33. PARTE B, ITEM 21, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

34. PARTE B, ITEM 22, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

35. PARTE B, ITEM 23, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

36. PARTE B, ITEM 24, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

37. PARTE B, ITEM 25, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

38. PARTE B, ITEM 26, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

39. PARTE B, ITEM 27, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

40. PARTE B, ITEM 28, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

41. PARTE B, ITEM 29, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

42. PARTE B, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.
42.1 Imóveis alienados em 2012 em consonância com o plano nacional de desimobilização – PND.
42.2 Análise crítica acerca da evolução do plano nacional de desimobilização – PND do INSS.

43. PARTE B, ITEM 31, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

44. PARTE B, ITEM 32, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

45. PARTE B, ITEM 33, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

46. PARTE B, ITEM 34, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.
47. PARTE B, ITEM 35, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

48. PARTE B, ITEM 36, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

49. PARTE B, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.
49.1 Informações sobre os contratos de gestão celebrados.
49.2 Composição e atuação do conselho de administração.
49.3 Volume de recursos repassados às entidades privadas signatárias do contrato de gestão.
49.4 Dirigentes da entidade privada signatária do contrato de gestão.
49.5 Despesa com pessoal da entidade privada signatária do contrato de gestão.
49.6 Composição da comissão de avaliação do resultado do contrato de gestão.
49.7 Prestação de contas e avaliação dos resultados da contratação.
49.8 Estrutura de pessoal da uj para acompanhamento dos contratos de gestão.
49.9 Recursos da uj colocados à disposição da entidade privada signatária do contrato de gestão.

50. PARTE B, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.
50.1 Avaliação do termo de parceria celebrado pela unidade jurisdicionada.
50.2 Valores repassados em razão de termos de parceira firmados.
50.3 Estrutura de acompanhamento dos resultados dos termos de parceria firmados.
50.4 Avaliação dos resultados obtidos com a parceria.

51. PARTE B, ITEM 39, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

52. PARTE B, ITEM 40, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

53. PARTE B, ITEM 41, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

54. PARTE B, ITEM 42, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

55. PARTE B, ITEM 43, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

56. PARTE B, ITEM 44, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

57. PARTE B, ITEM 45, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

58. PARTE B, ITEM 46, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

59. PARTE B, ITEM 47, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

A orientação estratégica para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é dada pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015 (ENCTI 2012-2015). Este documento orienta as ações empreendidas pelo MCTI bem como sua interface com outros atores.

A coordenação da atividade planejamento do MCTI é de responsabilidade da SEXEC, por intermédio da Assessoria de Acompanhamento e Avaliação – ASCAV. Neste sentido, a programação do PPA 2012-2015 do MCTI está ancorada nos eixos definidos pela ENCTI. Com isto, buscou-se a convergência do planejamento governamental referenciado no PPA com a estratégia nacional– documento marcado pela natureza transversal que caracteriza a temática da ciência, tecnologia e inovação. Um vez estruturada a programação do PPA, é papel da SEXEC assegurar a implementação da proposta consignada no PPA, por meio dos recursos orçamentários, humanos e materiais necessários a sua consecução.

Ademais, dado o caráter transversal da CT&I, já mencionado, a Secretaria Executiva tem como objetivos estratégicos a inclusão e ampliação das parcerias, envolvendo a participação de todas as instâncias do governo federal, dos governos estaduais, por meio dos Conselhos de Secretários Estaduais de C&T e das Fundações de Amparo à Pesquisa. Além disso, envolve, também, o setor privado, institutos, universidades, Confederação Nacional da Indústria e federações de indústrias. Inclui, ainda, ampla colaboração dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais, entidades e conselhos diversos, como a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e, em especial, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT). Portanto, é por meio de uma ampla concertação que a ciência, tecnologia e inovação se consolidará como eixo estruturante do desenvolvimento do País.

Cabe ressaltar que dada a atuação de assessoramento, supervisão e coordenação, a UJ está envolvida com todos os programas temáticos e o de gestão do MCTI, principalmente no que tange ao planejamento, à captação de recursos à definição e, alocação e execução orçamentário-financeira, e à consolidação das atividade de monitoramento e a avaliação.

Do ponto de vista operacional, a SEXEC está mais diretamente envolvida no programa temático 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação.

Em relação às realizações e dificuldades, cabe mencionar:

- Na área de planejamento, o trabalho esteve focado na disseminação da nova estrutura programática do PPA 2012-2015, principalmente voltada aos objetivos, metas e iniciativas sob a responsabilidade do MCTI, uma vez que os antigos programas estavam consolidados nos últimos três PPAs;
- No que tange ao orçamento, em 2012, os recursos alocados ao MCTI - orçamento fiscal e seguridade social - ultrapassaram R$ 10 bilhões, embora a execução ao longo do ano tenha sido prejudicada pelo contingenciamento que afetou todo o governo;
- Captação de recursos – dificuldade de manter a fonte que alimenta o CT-Petro, maior fundo setorial voltado para CTI em decorrência das discussões envolvendo a partição de de recursos relativas ao pré-sal. Por outro lado, vem sendo viabilizada a criação de mais um fundo, neste relativo ao setor automotivo;
- No monitoramento e avaliação, o MCTI instituiu a política de monitoramento e avaliação por meio da Portaria n. 397/2012, cuja implementação é de responsabilidade de uma instância colegiada, a Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação, secretariada pela Assessoria de Acompanhamento e Avaliação, que é parte da estrutura da SEXEC.

- No acompanhamento gerencial na execução das ações do MCTI, houve grandes dificuldades com relação ao SIGMCT, tendo em vista a escassez de recursos humanos na área de informática do MCTI para realizar a manutenção e upgrade do MCTI decorrente das alterações programáticas ocorridas no PPA 2012-2015, bem como a substituição do SIGPlan pelo SIOP por parte do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

a) Contexto

1. Político – a mudança ministerial e de alguns outros dirigentes ocorrida no exercício não comprometeu as opções estratégicas do MCTI, que foram mantidas;

2. Econômico – o cenário de desaceleração econômica afeta o Ministério sob vários aspectos; tais como o montante do orçamento e sua execução e arrecadação dos fundos, que são altamente vinculadas à atividade econômica. Ainda assim, manteve-se a estratégia de fortalecer o financiamento à inovação.

2.1. Captação de Recursos Internacionais:

Fundo Mundial para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF)

O Fundo Mundial para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF) é um fundo multilateral constituído em novembro de 1990 no âmbito do Banco Mundial (BIRD). O Fundo tem o intuito de apoiar o desenvolvimento de projetos nas áreas de biodiversidade, mudanças climáticas, degradação da terra, águas internacionais, redução da camada de ozônio e poluentes orgânicos persistentes e o Brasil é um dos maiores beneficiários das doações do GEF.

No período de 2010 a 2014, a carteira brasileira de projetos patrocinados por este Fundo soma aproximadamente US$ 127,69 milhões, dos quais US$ 53,9 milhões foram reservados para a área de Mudanças Climáticas, US$ 66,6 milhões destinados a Biodiversidade e US$ 7,7 para Degradação do Solo.

Do total de recursos doados ao Brasil, cerca de US$ 26,70 milhões foram destinados a projetos apresentados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a saber:

- *Sustainable Charcoal Production from Renewable Biomass*

Aprovado pelo GEF em junho de 2012.
Valor de doação GEF: US$ 7,9 milhões
Valor contrapartida: US$ 22,6 milhões

- *Brazil: Recovery of climate and biodiversity services in the Paraiba do Sul basin of the Atlantic Forest of Brazil.*

Aprovado pelo GEF em junho de 2012
Valor de doação GEF: US$ 18,7 milhões
Valor contrapartida: US$ 168,79

2.2. Atuações no âmbito de Agências e Organismos Internacionais

Negociações do Mercosul – UE (União Europeia) em Serviços e Investimentos: A ASCAP/SEXEC participou das rodadas realizadas na UE e no Mercosul, pois dentre outras atividades são acompanhadas as negociações sobre investimentos no plano internacional, particularmente nos processos de integração intrarregional e bi-regional. Tais negociações podem impactar positiva ou negativamente nos esforços empreendidos pela SEXEC para atrair IED em P&D para o Brasil, e até mesmo investimento financeiro em fundos de *venture capital* voltados para C, T & I.

Conselho sobre Comércio de Serviços da OMC (Organização Mundial do Comércio): participação nas reuniões do Conselho visando a defesa dos interesses do Ministério na captação

de recursos internacionais (doações, subvenções ou investimentos diretos ou financeiros), realizadas em outubro e dezembro em Genebra/Suíça, tendo em vista demandas por informações sobre a Contribuição de Intervenção no Domínio Tecnológico, no âmbito dos Diálogos Informais Brasil União Europeia, sobre o Acordo sobre Aspectos do Direito de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (TRIPS).

GIZ (Agência de Cooperação Internacional da Alemanha)**:** A ASCAP/SEXEC participou das negociações preliminares junto a GIZ que resultaram na aprovação do "*Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Energia Heliotérmica no Brasil"* (Cooperação Internacional Brasil-Alemanha). O aporte de recursos ao projeto é de até 7 milhões de euros e o principal objetivo consiste em estruturar os pré-requisitos para a aplicação e disseminação da geração heliotérmica no Brasil. O Termo de Execução para Projetos de Cooperação Técnica, documento em que serão estabelecidas as regras gerais de responsabilidades dos partícipes (MCTI e GIZ), tem como referência o Acordo celebrado entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a Cooperação Técnica, de 17 de setembro de 1996; e a Nota Verbal nº 440.0/1/DKIT/613/2011 do Governo da República da Alemanha ao Governo da República Federativa do Brasil, de 22 de dezembro de 2011.

FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL): A ASCAP/SEXEC está negociando a aprovação de projeto de cooperação entre Brasil e Uruguai de iniciativa da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), intitulado "*Interiorização e Integração de Infraestrutura para Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)*", que irá pleitear recursos não reembolsáveis do FOCEM. O projeto visa ampliar a integração dos Sistemas Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil e do Uruguai e possui como principais características a integração transfronteiras das redes nacionais de pesquisa; a conexão de universidade, centro de pesquisa, institutos tecnológicos e hospitais de ensino às redes nacionais; e a promoção da educação e da pesquisa colaborativa a distância em saúde através da integração universitária em telemedicina e telessaúde.

2.3. Fomento à inovação

Dentro desse conceito de estratégias de atuação, foi lançado o Programa Estratégico de Software e Serviços de TI, o TI Maior, com a finalidade de fomentar a indústria de software e serviços na área de tecnologia da informação (TI). Com investimentos de aproximadamente R$ 500 milhões para o período de 2012-2015, o TI Maior está estruturado em cinco pilares: desenvolvimento econômico e social, posicionamento internacional, inovação e empreendedorismo, produção científica, tecnológica e inovação, e competitividade. Os recursos serão subvencionados por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep/MCTI) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI).

O TI Maior prevê ações, como: aceleração de empresas com base tecnológica, a consolidação de ecossistemas digitais; a preferência nas compras governamentais para softwares com tecnologia nacional; capacitação de jovens para atuar na área de TI e atração de centros de pesquisa globais.

b) Limitações internas da unidade

Entre as mudanças de caráter mais geral, pode-se mencionar a realização de concurso público para suprir as deficiências de pessoal, além da atualização do parque tecnológico, atividades meio que contribuem para aumento de produtividade e celeridade nos processos de trabalho.

Outra limitação que ocorreu ao longo de 2012 foi a dificuldade de manutenção e atualização do SIGMCT decorrentes das mudanças na estrutura programática do PPA 2012-2015, que geraram impacto no módulo de planejamento e de acompanhamento. Foi contratada, então, uma fábrica de

software, para tentar sanar o problema, mas que sou começou a prestação de serviços no segundo semestre de 2012.

c) Estratégias adotadas

Uma estratégia adotada para modernizar e dinamizar a gestão estratégica do MCTI e garantir maior transparência e melhores resultados aos investimentos públicos em CT&I será a implantação da Plataforma Aquarius, coordenada pela SEXEC, por meio da SPOA e executada pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE. Trata-se de um instrumento de governança pública voltada para o apoio aos processos de dinamização de gestão estratégica do MCTI. Para tanto, emprega ferramentas que garantem mais transparência e melhores resultados aos investimentos públicos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Visa o desenvolvimento de uma plataforma de integração de dados e sistemas, com filosofia de interoperabilidade no intuito de construir um painel de conhecimento integrado para uso gerencial.

Aliado ao propósito que motivou a criação da Plataforma Aquarius, está a concepção do Monitor de Políticas Públicas de CT&I, com a finalidade de publicizar dados, estudos, análises e indicadores relacionados à CTI, inicialmente voltada às políticas, programas, ações e instrumentos do MCTI e com planos de mais longo prazo de trazer conteúdos de outras esferas, por exemplo. Trata-se de um espaço virtual a ser hospedado no sítio eletrônico do MCTI.

A institucionalização de uma política M&A (Monitoramento e Avaliação) sinaliza o compromisso do MCTI com a transparência na aplicação dos recursos públicos, mas também a busca de instrumentos que permitam reavaliar suas políticas, programas, ações e instrumentos visando aperfeiçoá-las e subsidiando o processo decisório. Os produtos decorrentes da implementação dos Planos Anuais serão publicizados, mas não exclusivamente, no mencionado Monitor.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações -

A natureza dos trabalhos realizados pela Secretaria Executiva é de atividades meio: planejamento, captação de recursos, monitoramento e avaliação, produção e atualização de indicadores de CT&I, articulação, assessoramento.

No âmbito do planejamento, trabalhou-se a adequação da parte qualitativa do orçamento, garantindo que as temáticas prioritárias da ENCTI tenha sua expressão no Orçamento anual.

No que tange às novas fontes de financiamento para C,T&I, cabe destacar a publicação da Lei nº 12.715, de 17/09/2012, institui, dentre outros, o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO, com objetivo de apoiar o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a segurança, a proteção ao meio ambiente, a eficiência energética e a qualidade dos automóveis, caminhões, ônibus e autopeças. O referido Programa foi regulamentado pelo Decreto nº 7.819, de 03/10/2012, estabelecendo que as empresas habilitadas poderão apurar crédito presumido do IPI desde que invistam um percentual (estipulado na legislação) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços, excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre a venda, com: pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação tecnológica, insumos estratégicos, ferramentaria, capacitação de fornecedores, engenharia e tecnologia industrial básica.

No caso dos investimentos com pesquisa, desenvolvimento tecnológico, engenharia, tecnologia industrial básica e capacitação de fornecedores, as empresas habilitadas têm como opção recolher os recursos devidos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Na área de monitoramento e avaliação, destaque-se a elaboração do Plano Anual de Monitoramento e Avaliação para 2013, que gerará subsídios para a tomada de decisão e possíveis ajustes nas políticas, programas e ações, o qual incluiu o início de uma experiência piloto de mapeamento da infraestrutura de pesquisa do MCTI com a finalidade de levantar subsídios para constituir base de dados acerca da infraestrutura de pesquisa do País com objetivo, entre outros de orientar a alocação de recurso para a manutenção e expansão da infraestrutura de pesquisa brasileira.

Está na estrutura da SEXEC a missão de produzir grande parte dos indicadores de CTI nacionais. Neste sentido, em 2012, foi concretizada a Rede de Indicadores Estaduais de Ciência e Tecnologia (RIEC&T), para que as unidades da federação colaborassem com o levantamento dos dispêndios estaduais em C&T e foram desenvolvidas diversas atividades com vistas à elaboração da Conta Satélite de Pesquisa e Desenvolvimento do Brasil. A maior parte das tabelas presentes no Portal dos Indicadores Nacionais de Ciência e Tecnologia (www.mcti.gov.br/indicadores) teve seus dados atualizados até 2010 e, várias foram atualizadas até 2011. A parte referente às comparações internacionais foi reestruturada onde, ao invés de se ter o último ano, foram introduzidas séries temporais, de 2000 até o último ano disponível. Foram inseridas novas tabelas de patentes, agora por unidades da federação, além de outras novidades. Foram dados dois cursos do Software Estatístico R, no intuito de difundir o seu uso dentro do MCTI e criar uma massa crítica para melhor aproveitamento de suas características.

2.4 Indicadores

Em referência aos Indicadores desta SEXEC, cabe informar que, como registrado no Relatório de Gestão do exercício anterior e em razão de as atividades desta unidade se caracterizar por atividades correspondentes a indicadores globais da instituição, consideram-se como tais os indicadores associados aos programas nos quais o Ministério possui objetivos a eles vinculados.

Finalmente, em razão das atividades da rotina administrativa no âmbito desta SEXEC serem sobremaneira genéricas e não impactarem diretamente o resultado final de política pública, optou-se, para o momento, por não se despender esforços e tempo com a definição de indicadores gerenciais e suas respectivas medições.

.

3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

3.1 Estrutura de Governança

Não se aplica

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**X**
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					**X**
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				**X**	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					**X**
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				**X**	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					**X**
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				**X**	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					**X**
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**X**	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					**X**
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				**X**	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					**X**
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				**X**	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				**X**	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			**X**		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					**X**
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**X**
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					**X**
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				**X**	

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				**X**	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			**X**		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				**X**	
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					**X**
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					**X**
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				**X**	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				**X**	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					**X**
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				**X**	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				**X**	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				**X**	
Análise Crítica:					

Escala de valores da Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) Neutra: Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3 Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica

3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

Não se aplica

3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Não se aplica

3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Não se aplica.

3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Não se aplica.

3.4 Sistema de Correição

O sistema de correição do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, é operacionalizado por meio da Assessoria de Procedimentos Disciplinares – APDIS, vinculada à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, agregada a esta Secretaria Executiva – SEXEC. Tem como orientação os seguintes normativos:

- Decreto nº 5.480, de 30/06/2005 – Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5480.htm);
- Portaria nº 1.043, de 24/07/2007 (CGU) - Estabelece a obrigatoriedade de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD para o gerenciamento das informações sobre processos disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal e dá outras providências (http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/63/CGU/2007/1043.htm);
- Portaria nº 111, de 07/03/2008 (MCTI) – Implementa a Política de Uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, no âmbito do MCTI (http://www.cgu.gov.br/Correicao/CguPad/arquivos/portaria_111_2008.pdf).

A APDIS utiliza como instrumentos a investigação preliminar, a inspeção, a sindicância, o processo administrativo geral e o processo administrativo disciplinar. Atualmente a Assessoria conta com 04 (quatro) servidores e com estrutura física para desempenho das atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades, por meio da instauração e condução de procedimentos correcionais.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU - Não se aplica

Conforme mencionado no item 3.4, a APDIS, Assessoria vinculada à SPOA, é a instância responsável pelas informações sobre o Sistema de Correição deste MCTI. Dessa forma, maiores detalhes sobre o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, sistema informatizado que visa registrar as informações sobre os processos disciplinares instaurados no âmbito dos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, poderão ser encontrados no Relatório de Gestão da SPOA, agregado ao desta SEXEC.

4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

Em 2012, as subfunções típicas Desenvolvimento Científico (571), Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia (572) e Difusão de Conhecimento Científico e Tecnológico (573), considerando somente o Orçamento Fiscal e da Seguridade (OFSS), foram responsáveis por 65,7% dos valores da execução orçamentária do Ministério, com destaque para a subfunção 572, responsável por 44,4% dos valores liquidados. As outras subfunções foram responsáveis por 34,3% dos empenhos liquidados. Os demonstrativos a seguir detalham a execução do orçamento do MCTI por função e subfunção.

FUNÇÃO "CIÊNCIA E TECNOLOGIA"
VALORES LIQUIDADOS - 2008 A 2012

(em R$ milhões)

Função "Ciência e Tecnologia"		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total
OFSS	No Exercício[1]	571 – Desenvolvimento Científico	765,2	965,8	1.031,1	984,2	1.400,6	5.147,0
		572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	1.139,0	2.123,9	2.351,6	2.191,2	2.376,4	10.182,1
		573 – Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	53,9	39,4	29,7	26,0	20,7	169,8
		Demais subfunções	2.138,3	1.890,6	2.136,5	2.129,4	2.376,7	10.671,6
	RPNP[2]	571 – Desenvolvimento Científico	112,3	95,8	87,8	133,5	198,8	628,1
		572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	481,2	431,0	523,1	862,8	1.023,6	3.321,8
		573 – Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	41,3	34,1	63,9	61,1	8,8	209,1
		Demais Subfunções	136,8	195,5	187,5	189,2	246,5	955,4
OI[3]		**Total Subfunções**	1.108,1	1.250,4	1.665,2	2.206,8	2.457,2	8.687,7
Total			**5.976,3**	**7.026,4**	**8.076,5**	**8.784,1**	**10.109,5**	**39.972,7**

Fonte: Siafi Gerencial. Extração em 24/01/2013, base 23/01/2013.

[1] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

[2] Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

[3] Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício e de exercícios anteriores.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012

(em R$ milhões)

CÓD.	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (*) (I)		**6.174,5**	**7.071,9**	**4.917,4**	**3.452,3**	**3.018,5**	**1.465,1**
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	4.568,1	5.157,3	3.657,0	2.635,0	2.270,6	1.022,0
2059	Política Nuclear	671,8	772,1	594,0	433,8	411,0	160,2
2056	Política Espacial	419,0	493,6	353,3	213,5	211,9	139,8
2040	Gestão de Riscos e Respostas a Desastres	100,3	196,8	99,7	17,7	8,5	82,0
2050	Mudanças Climáticas	25,0	26,1	23,0	18,0	16,1	5,0
-	Demais Programas Temáticos[1]	390,2	426,0	190,3	134,2	100,3	56,1
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		**1.892,8**	**2.004,2**	**1.896,4**	**1.789,7**	**1.779,5**	**106,7**
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		**961,4**	**1.371,8**	**1.015,7**	**1.015,0**	**1.015,0**	**0,7**
DEMAIS PROGRAMAS (IV)[2]		**390,0**	**448,5**	**441,1**	**434,1**	**434,1**	**7,1**
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		**9.418,7**	**10.896,5**	**8.270,6**	**6.691,0**	**6.247,0**	**1.579,6**

Fonte: Siafi Gerencial. Extração em 24/01/2013, base 23/01/2013.

[1] Inclui os Programas: 2018 - Biodiversidade, 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia, 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios, 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral, 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida e 2055 - Desenvolvimento Produtivo.

[2] Inclui os Programas: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 1421 - Meteorologia e Mudanças Climáticas. Este último, pertencente ao PPA 2008-2011, não constou na LOA 2012, não tendo dotação inicial, apenas dotação atualizada.

Analisando as despesas empenhadas no exercício, segundo os tipos de programas, verifica-se que, os Temáticos foram responsáveis por R$ 4,9 bilhões, o que equivale a 59,5% do total empenhado do Ministério. Já o Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, as despesas empenhadas representaram 22,9% do total ou R$ 1,9 bilhão. As Operações Especiais, empenharam recursos da ordem de 1,02 bilhão, representando uma participação 12,3% do total. Aos Demais Programas, que incluem os programas 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 1421 - Meteorologia e Mudanças Climáticas, este último pertencente ao PPA 2008-2011, foram empenhados recursos da ordem de R$ 441,4 milhões ou 5,3% do total.

Quando analisados resumidamente esses programas, verifica-se que dos R$ 4,9 bilhões empenhados, o Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação foi responsável por R$ 3,7 bilhões (74,4%) do total.

Em seguida vêm os Programas: 2059 – Política Nuclear, com R$ 594,0 milhões (12,1%); 2056 – Política Espacial, com R$ 353,3 milhões; Demais Programas Temáticos, com R$ 190,3 (7,2%); 2040 – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, com R$ 99,7 milhões (3,9%); e, 2050 – Mudanças Climáticas, com R$ 23,0 milhões (0,5%).

MCTI – DESPESAS EMPENHADAS SEGUNDO OS PROGRAMAS TEMÁTICOS– 2012

Fonte: Siafi Gerencial.

A Secretaria Executiva do MCTI não tem sob sua responsabilidade nenhum Programa Temático, Objetivo ou Iniciativa, tendo em vista as orientações da Portaria MCTI nº 397 de 05 de junho de 2012. A ela cabe somente a coordenação das ações abaixo descritas. Dentre elas a SEXEC executa diretamente as ações 6995.0001, 6995.0035, 2463.0001, 4210.0001, excluindo-se as demais por se tratarem de Créditos Extraordinários (Ações 20US.0101 e 2463.0101) e Emendas Parlamentares sem liberação de limite orçamentário e financeiro (Ações 6995.0058 e 6995.0060).

Cód. Programa	Descrição Programa	Cód. Objetivo	Descrição Objetivo	Cód. Iniciativa	Descrição Iniciativa	Cód. Ação + Localizador	Descrição Ação + Localizador	Unidade de Medida	Produto
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	0400	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.	0177	Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores	**20US.0101**	Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores - Nacional (Crédito Extraordinário)	-	-
						6995.0001	Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica - Nacional	unidade	Projeto apoiado
						6995.0035	Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica - No Estado de São Paulo	unidade	Projeto apoiado
						6995.0058	Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica - União da Vitória - PR	unidade	Projeto apoiado
						6995.0060	Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica - Apoio à Manutenção da Academia Brasileira de Ciências - Rio de Janeiro - RJ	unidade	Projeto apoiado
2059	Política Nuclear	0328	Desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil.	010C	Pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologia nuclear e suas aplicações	**2463.0001**	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear - Nacional	unidade	Projeto apoiado
						2463.0101	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear - Nacional (Crédito Extraordinário)	-	-
2106	Programa de Gestão e Manutenção do MCTI	-	-	-	-	**4210.0001**	Formulação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia - Nacional	unidade	Política formulada

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ – Não se aplica

Não se aplica.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ - Não se aplica

Não se aplica

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ –Não se aplica

Não se aplica.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PROGRAMA 2021 – OBJETIVO 0400

Identificação da Ação	
Código	6995.0001
Descrição	FOMENTO A PROJETOS DE FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
Iniciativa	0177 - Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores.
Unidade Responsável	Secretaria-Executiva
Unidade Orçamentária	24101

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
16.629.483	16.629.483	15.248.735	9.683.788	1.697.691,09	5.564.946,96	7.986.097

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto apoiado	unidade	10	24	16.629.483	15.248.735

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PROGRAMA 2021 – OBJETIVO 0400

Identificação da Ação	
Código	6995.0035
Descrição	FOMENTO A PROJETOS DE FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Iniciativa	0177 - Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores.
Unidade Responsável	Secretaria-Executiva
Unidade Orçamentária	24101

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
400.000	400.000	200.000	-	-	200.000	-

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto apoiado	un	2	1	400.000	200.000

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PROGRAMA 2021 – OBJETIVO 0400

Identificação da Ação						
Código	6995.0058					
Descrição	FOMENTO A PROJETOS DE FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA					
Iniciativa	0177 - Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores.					
Unidade Responsável	Secretaria-Executiva					
Unidade Orçamentária	24101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
550.000	550.000	-	-	-	-	-

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto apoiado	unidade	1	-	-	-

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PROGRAMA 2021 – OBJETIVO 0400

Identificação da Ação						
Código	6995.0060					
Descrição	FOMENTO A PROJETOS DE FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA					
Iniciativa	0177 - Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores.					
Unidade Responsável	Secretaria-Executiva					
Unidade Orçamentária	24101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
300.000	300.000	-	-	-	-	-

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto apoiado	unidade	1	-	-	-

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ - PROGRAMA 2059 – OBJETIVO 0328

Identificação da Ação	
Código	2463.0001

Descrição	FOMENTO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA NUCLEAR
Iniciativa	010C - Pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologia nuclear e suas aplicações.
Unidade Responsável	Secretaria-Executiva
Unidade Orçamentária	24101

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.060.280,00	2.060.280,00	2.057.689,25	865.924,82	17.000,00	1.191.764,45	848.924,82

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto apoiado	unidade	1	1	2.060.280,00	2.057.689,25

Análise Crítica

No âmbito das ações de programas temáticos de responsabilidade da Secretaria-Executiva/MCTI (6995.0001, 6995.0035) foram apoiados diversos projetos que focavam à adequação da infraestrutura e aparelhamento laboratorial de Universidades e Institutos de Pesquisa, à realização e desenvolvimento de pesquisas e metodologias nas áreas de Eletricidade Solar, Paleontologia, Mudanças Climáticas, Biocombustíveis e Terapia Celular, dentre tantos outros. Tais projetos visavam o fortalecimento da capacidade científica e tecnológica, conforme estabelecido no plano de ação, e o alcance de suas prioridades estratégicas.

Já no que diz respeito à ação 2463.0001, também de responsabilidade desta UJ, foi apoiado o projeto que visava à continuação do desenvolvimento de combustíveis nucleares avançados para reatores nucleares compactos no Centro Tecnológico da Marinha de São Paulo - CTMSP.

Vale lembrar que as ações 6995.0058 e 6995.0060 não apresentaram execução por se tratarem de Emendas Parlamentares que não tiveram liberação do seu financeiro pela SOF, e as ações 20US.0101 e 2463.0101 tratam-se de créditos extraordinários aprovados em 24/12/2012 e, logo, não tiveram execução no exercício.

Dessa forma, pode-se perceber que esta UJ cumpriu as metas estabelecidas para as respectivas ações e, no caso da ação 6995.0001, ultrapassou a meta física prevista.

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ - Não se aplica

Não se aplica

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	4210
Descrição	FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Unidade Responsável	SECRETARIA-EXECUTIVA
Unidade Orçamentária	24101

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.754.885,00	9.754.885,00	6.744.810,09	5.283.858,51	339.828,51	1.460.951,58	4.944.030,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Política Formulada	unidade	1	1	9.754.885,00	6.744.810,09

<u>Análise crítica</u>:

Com relação à movimentação orçamentária e financeira da ação 4210.0001 ocorrida no exercício, os valores apresentados no Quadro A.4.6 representam, basicamente, a viabilização do apoio à realização de eventos científicos e tecnológicos nacionais e internacionais (reuniões, conferências, congressos, exposições, fóruns, etc.) e do apoio a programas de doutorado, pós-doutorado, cursos de especialização e chamadas públicas, conforme estabelecido no plano de ação para alcance de suas prioridades estratégicas.

Dessa forma, pode-se perceber que esta UJ cumpriu as metas estabelecidas para a respectiva ação e alcançou a meta física prevista, contribuindo, assim, para a condução da política de ciência, tecnologia e inovação do MCTI.

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

Não se aplica.

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI	24101	240102

4.2.2 4.Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES – PROGRAMA 2021 – AÇÕES 6995.0001 E 6995.0035

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO						14.288.953,00	5.072.608,00
LOA	PLOA						14.288.953,00	5.072.608,00
LOA	LOA						14.988.953,00	7.072.608,00
CRÉDITOS	Suplementares							1.295.000,00
CRÉDITOS	Especiais	Abertos						
CRÉDITOS		Reabertos						
CRÉDITOS	Extraordinários	Abertos						
CRÉDITOS		Reabertos						
CRÉDITOS	Créditos Cancelados						500.000,00	190.000,00
Outras Operações								
Total							**14.488.953,00**	**8.177.608,00**

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES – PROGRAMA 2106 – AÇÃO 4210.0001

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO						4.000.000,00

							9.891.200,00	
	PLOA						9.891.200,00	4.000.000,00
	LOA						9.754.885,00	4.000.000,00
CRÉDITOS	**Suplementares**							
	Especiais	**Abertos**						
		Reabertos						
	Extraordinários	**Abertos**						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total							**9.754.885,00**	**4.000.000,00**

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES – PROGRAMA 2059 – AÇÃO 2463.0001

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			**Grupos de Despesas Correntes**					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		**2 – Juros e Encargos da Dívida**		**3- Outras Despesas Correntes**	
			Exercícios		**Exercícios**		**Exercícios**	
			2012	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
LOA	**Dotação proposta pela UO**						684.130,00	590.000,00
	PLOA						684.130,00	590.000,00
	LOA						684.130,00	590.000,00
CRÉDITOS	**Suplementares**							
	Especiais	**Abertos**						
		Reabertos						
	Extraordinários	**Abertos**						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total							**684.130,00**	**590.000,00**

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL - PROGRAMA 2021 – AÇÕES 6995.0001 E 6995.0035

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		2.340.530,00	3.107.392,00				
LOA	PLOA		2.340.530,00	3.107.392,00				
LOA	LOA		2.890.530,00	3.107.392,00				
CRÉDITOS	Suplementares		500.000,00					
CRÉDITOS	Especiais	Abertos						
CRÉDITOS		Reabertos						
CRÉDITOS	Extraordinários	Abertos						
CRÉDITOS		Reabertos						
CRÉDITOS	Créditos Cancelados			1.295.000,00				
Outras Operações								
Total			**3.390.530,00**	**1.812.392,00**				

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL - PROGRAMA 2106 – AÇÃO 4210.0001

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-				
LOA	PLOA		-	-				
LOA	LOA		-	-				
CRÉDITOS	Suplementares							
CRÉDITOS	Especiais	Abertos						
CRÉDITOS		Reabertos						
CRÉDITOS	Extraordinários	Abertos						
CRÉDITOS		Reabertos						
CRÉDITOS	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			-	-				

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL - PROGRAMA 2059 – AÇÃO 2463.0001

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		1.376.150,00	1.770.000,00				
LOA	PLOA		1.376.150,00	1.770.000,00				
LOA	LOA		1.376.150,00	1.770.000,00				
CRÉDITOS	Suplementares							
CRÉDITOS	Especiais	Abertos						
CRÉDITOS	Especiais	Reabertos						
CRÉDITOS	Extraordinários	Abertos	718.914,00					
CRÉDITOS	Extraordinários	Reabertos						
CRÉDITOS	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			**2.095.064,00**	**1.770.000,00**				

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA – PROGRAMA 2021 – AÇÕES 6995.0001 E 6995.0035

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		14.288.953,00	5.072.608,00	2.340.530,00	3.107.392,00		
LOA	PLOA		14.288.953,00	5.072.608,00	2.340.530,00	3.107.392,00		
LOA	LOA		14.988.953,00	7.072.608,00	2.890.530,00	3.107.392,00		
CRÉDITOS	Suplementares			1.295.000,00	500.000,00			
CRÉDITOS	Especiais							
CRÉDITOS	Especiais							
CRÉDITOS	Extraordinários							
CRÉDITOS	Extraordinários							
CRÉDITOS	Créditos Cancelados		500.000,00	190.000,00		1.295.000,00		

Outras Operações							
Total		**14.488.953,00**	**8.177.608,00**	**3.390.530,00**	**1.812.392,00**		

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA – PROGRAMA 2106 – AÇÃO 4210.0001

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			**Despesas Correntes**		**Despesas de Capital**		**9 – Reserva de Contingência**	
			Exercícios		**Exercícios**		**Exercícios**	
			2012	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
LOA	**Dotação proposta pela UO**		9.891.200,00	4.000.000,00	-	-		
	PLOA		9.891.200,00	4.000.000,00	-	-		
	LOA		9.754.885,00	4.000.000,00	-	-		
CRÉDITOS	**Suplementares**							
	Especiais							
	Extraordinários							
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			**9.754.885,00**	**4.000.000,00**	**-**	**-**		

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA – PROGRAMA 2059 – AÇÃO 2463.0001

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			**Despesas Correntes**		**Despesas de Capital**		**9 – Reserva de Contingência**	
			Exercícios		**Exercícios**		**Exercícios**	
			2012	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
LOA	**Dotação proposta pela UO**		684.130,00	590.000,00	1.376.150,00	1.770.000,00		
	PLOA		684.130,00	590.000,00	1.376.150,00	1.770.000,00		
	LOA		684.130,00	590.000,00	1.376.150,00	1.770.000,00		
CRÉDITOS	**Suplementares**				718.914,00			
	Especiais							
	Extraordinários							
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			**684.130,00**	**590.000,00**	**2.095.064,00**	**1.770.000,00**		

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.2.4 Análise Crítica

No exercício de 2012, esta UJ, assim como todos os órgãos, sofreu com o contingenciamento dos recursos e limites orçamentários, entretanto, buscou aplicar e distribuir conscientemente o montante recebido.

O orçamento global concedido à SEXEC teve um aumento significativo em relação ao exercício anterior, porém, remanejamentos entre despesas de custeio e capital dentro das ações foram necessários para a adequação dos Planos de Aplicação dos projetos apresentados à Secretaria Executiva, o que possibilitou a ampliação do apoio às propostas submetidas à esta UJ. Um exemplo claro desta progressão foi o desempenho na execução da ação 6995.0001 – Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica – Nacional. Houve um aumento da meta realizada (projetos apoiados) de 13 projetos apoiados em 2011 para 24 projetos apoiados no exercício de 2012.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA – PROGRAMA 2021 – AÇÕES 6995.0001 E 6995.0035

Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	240101	240120	19.571.2021.6995.0001			2.028.431,88
			240121	19.571.2021.6995.0001			600.000,00
			240123	19.571.2021.6995.0001			470.600,00
			240126	19.571.2021.6995.0001			2.166.756,11
			240127	19.571.2021.6995.0001			1.500.000,00
			240128	19.571.2021.6995.0001			1.730.000,00
			240129	19.571.2021.6995.0001			340.000,00
			240137	19.571.2021.6995.0001			446.000,00
	Recebidos	240102	240101	19.571.2021.6995.0001			13.045.984,11
Movimentação Externa	Concedidos	240101	153079	19.571.2021.6995.0001			547.800,00
			153103	19.571.2021.6995.0001			500.000,00
			153114	19.571.2021.6995.0001			600.000,00
			154043	19.571.2021.6995.0001			88.717,81
			154044	19.571.2021.6995.0001			147.220,00
			154049	19.571.2021.6995.0001			499.909,00
			364102	19.571.2021.6995.0001			1.003.232,50
			364102	19.571.2021.6995.0035			200.000,00
	Recebidos	-	-	-			-

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	240101	240120	19.571.2021.6995.0001	44.500,00		
			240123	19.571.2021.6995.0001	506.500,00		
	Recebidos	240102	240101	19.571.2021.6995.0001	2.499.059,69		
Movimentação Externa	Concedidos	240101	364102	19.571.2021.6995.0001	245.830,50		
			154042	19.571.2021.6995.0001	499.999,88		
			154043	19.571.2021.6995.0001	592.804,77		
			154044	19.571.2021.6995.0001	129.566,66		
			154419	19.571.2021.6995.0001	451.096,79		
	Recebidos	-	-	-	-		

Fonte: **SIAFI Gerencial**

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA – PROGRAMA 2106 – AÇÃO 4210.0001

Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Conce-dente	Rece-bedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	240101	240127	19.121.2106.4210.0001			99.810,00
	Recebidos	240102	240101	19.121.2106.4210.0001			7.168.000,00
Movimentação Externa	Concedidos	240101	280101	19.121.2106.4210.0001			199.800,00
			153056	19.121.2106.4210.0001			200.000,00
			153115	19.121.2106.4210.0001			337.700,00
			364102	19.121.2106.4210.0001			5.607.500,09
	Recebidos	-	-				-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Conce-dente	Rece-bedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortiza-ção da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-		-		
	Recebidos	-	-		-		
Movimentação Externa	Concedidos	-	-		-		
	Recebidos	-	-		-		

Fonte: **SIAFI Gerencial**

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA – PROGRAMA 2059 – AÇÃO 2463.0001

Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Conce-dente	Rece-bedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-			-
	Recebidos	240102	240101	19.572.2059.2463.0001			684.130,00
Movimentação Externa	Concedidos	240101	772001	19.572.2059.2463.0001			673.484,17
	Recebidos	-	-	-			-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Conce-dente	Rece-bedora		4 – Investimen-tos	5 – Inversões Financei-ras	6 – Amortiza ção da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-		-		
	Recebidos	240102	240101	19.572.2059.2463.0001	1.376.150,00		
Movimentação Externa	Concedidos	240101	772001	19.572.2059.2463.0001	1.375.024,57		
	Recebidos	-	-		-		

Fonte: **SIAFI Gerencial**

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – PROGRAMA 2021- AÇÕES 6995.0001 E 6995.0035

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	**2.101.302,37**	**455.447,57**	**603.214,65**	**188.971,69**
a) Convite				
b) Tomada de Preços	496.170,81	-	-	-
c) Concorrência				
d) Pregão	1.605.131,56	455.447,57	603.214,65	188.971,69
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	**8.347.300,24**	**2.984.267,07**	**4.253.962,91**	**1.187.012,52**
g) Dispensa	6.452.894,24	2.454.282,05	2.405.533,61	1.187.012,52
h) Inexigibilidade	1.894.406,00	529.985,02	1.848.429,30	-
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias				
5. Outros	5.000.132,30	5.291.980,26	3.128.919,30	3.710,70
6. Total (1+2+3+4+5)	**15.448.734,91**	**8.731.694,90**	**7.986.096,86**	**1.379.694,91**

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – PROGRAMA 2106 – AÇÃO 4210.0001

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	**300.000,00**	**600.873,00**	**300.000,00**	**359.104,50**
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	300.000,00	600.873,00	300.000,00	359.104,50
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	**299.810,00**	**53.948,10**	**96.330,00**	**44.865,10**
g) Dispensa	234.510,00	40.000,00	31.030,00	30.908,00
h) Inexigibilidade	65.300,00	13.948,10	65.300,00	13.948,10
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias				
5. Outros	6.145.000,09	2.948.041,82	4.547.700,00	749.371,82
6. Total (1+2+3+4+5)	**6.744.810,09**	**3.602.862,92**	**4.944.030,00**	**1.153.341,42**

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – PROGRAMA 2059 – AÇÃO 2463.0001

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	**92.957,49**	**1.222.235,81**	**25.633,38**	**746.777,14**
a) Convite		462.170,23		462.170,23
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência		495.380,00		49.538,00
d) Pregão	92.957,49	264.685,58	25.633,38	235.068,91
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	**1.963.258,68**	**967.154,58**	**821.818,34**	**928.238,99**
g) Dispensa	1.596.203,25	964.707,81	821.818,34	925.792,22
h) Inexigibilidade	367.055,43	2.446,77		2.446,77
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias				
5. Outros	1.473,10	2.956,60	1.473,10	2.956,60
6. Total (1+2+3+4+5)	**2.057.689,27**	**2.192.346,99**	**848.924,82**	**1.677.972,73**

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - PROGRAMA 2021- AÇÕES 6995.0001 E 6995.0035

Valores em R$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1. Despesas de Pessoal	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
-								
2. Juros e Encargos da Dívida								
-								
3. Outras Despesas Correntes								
14	-	3.710,70	-	3.710,70	-	-	-	3.710,70
18	8.940,00	1.714.401,00	2.235,00	-	6.705,00	1.714.401,00	2.235,00	-
20	1.340.512,50	-	1.021.835,00	-	318.677,50	-	1.021.835,00	-
30	1.025.787,77	190.172,71	351.006,82	125.638,59	674.780,95	64.534,12	351.006,82	124.186,59
33	-	4.149,31	-	4.149,31	-	-	-	4.149,31
36	-	1.287.209,80	-	-	-	1.287.209,80	-	-
39	10.611.821,04	3.949.219,50	7.329.642,33	2.447.648,31	3.282.178,71	1.501.571,19	5.631.951,24	1.247.648,31
41	-	300.000,00	-	-	-	300.000,00	-	-
47	-	186.665,96	-	-	-	186.665,96	-	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4. Investimentos	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
20	245.830,50	-	-	-	245.830,50	-	-	
39	101.758,42	-	40.752,42	-	61.006,00	-	40.752,42	
42	-	300.000,00	-	-	-	300.000,00	-	-
51	420.000,00	-	-	-	420.000,00	-	-	
52	1.694.084,68	796.165,92	938.316,38	63.790,00	755.768,30	732.375,92	938.316,38	-
5. Inversões Financeiras								
-								
6. Amortização da Dívida								
-								

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - PROGRAMA 2106 – AÇÃO 4210.0001

Valores em R$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1. Despesas de	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**

Pessoal								
-								
2. Juros e Encargos da Dívida								
-								
3. Outras Despesas Correntes								
18	153.000,00	-	-	-	153.000,00	-	-	-
20	1.554.500,09	948.041,82	649.828,51	749.371,82	904.671,58	198.670,00	310.000,00	749.371,82
30	8.000,00	-	8.000,00	-	-	-	8.000,00	-
36	-	36.365,00	-	-	-	36.365,00	-	-
39	4.829.510,00	2.616.908,10	4.626.030,00	2.302.412,60	203.480,00	314.495,50	4.626.030,00	402.412,60
41	199.800,00	-	-	-	199.800,00	-	-	-
92	-	1.548,00	-	1.548,00	-	-	-	1.548,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4. Investimentos	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
-								
5. Inversões Financeiras								
-								
6. Amortização da Dívida								
-								

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - PROGRAMA 2059 – AÇÃO 2463.0001

Valores em R$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1. Despesas de Pessoal	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
-								
2. Juros e Encargos da Dívida								
-								
3. Outras Despesas Correntes								
15	1.473,10	2.956,60	1.473,10	2.956,60	-	-	1.473,10	2.956,60
30	422.906,36	106.164,46	85.785,76	95.952,49	337.120,60	10.211,97	85.785,76	95.952,49
33	1.526,72	3.369,12	1.526,72	3.369,12	-	-	1.526,72	3.369,12
39	252.707,91	386.639,69	249.427,91	360.419,69	3.280,00	26.220,00	249.427,91	360.419,69
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4. Investimentos	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
30	316.018,56	224.630,52	89.033,10	220.730,23	226.985,46	3.900,29	89.033,10	220.730,22
39	28.000,00	583.029,95	28.000,00	127.167,95	-	455.862,00	28.000,00	127.167,95
47		2.446,77		2.446,77		-		2.446,77

52	1.035.056,60	883.109,89	410.678,23	864.929,89	624.378,37	18.180,00	393.678,23	864,929,89
5. Inversões Financeiras								
-								
6. Amortização da Dívida								
-								

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Não se aplica.

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Não se aplica.

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Não se aplica.

4.2.4.2.3 Análise crítica

Não se aplica.

5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

5.1 Reconhecimento de Passivos

Não se aplica

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se aplica

5.1.2 Análise Crítica

Não se aplica

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

PROGRAMAS 2021, 2106 E 2059 (AÇÕES 6995, 4210 E 2463)

Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	3.165.242,00	-	3.165.242,00	-
2010	12.100,00	-	12.100,00	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	7.150.662,75	568.497,30	4.497.733,59	2.084.431,86
2010	2.740.338,54	205.719,80	404.964,74	2.129.654,00

Fonte: SIAFI Gerencial

5.2.2 Análise Crítica

Os valores inscritos em Restos a Pagar referente às despesas empenhadas, mas não pagas no exercício financeiro, ou seja, até 31 de dezembro de 2012, podem apresentar relação com vários fatores como, por exemplo: disponibilidade financeira do órgão concedente, eventuais pendências técnicas e/ou procedimentais, regularização fiscal por parte dos convenentes, apresentação e regularização de prestação de contas parciais, no caso de cronograma de execução que prevê pagamento em parcelas, dentre outros.

Neste sentido, visando atingir o interesse maior de Administração que é ver cumprir os seus convênios, objetos e objetivos, a estratégia adotada pela UJ é inscrever os valores em Restos a Pagar até que tais pendências sejam sanadas e, assim, alcançar a plena execução de seus projetos.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria-Executiva									
CNPJ: 03.132.745/0001-00					**UG/GESTÃO: 240112**				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	**Nº do instrumento**	**Beneficiário**	**Valores Pactuados**		**Valores Repassados**		**Vigência**		**Sit.**
			Global	**Contrapartida**	**No exercício**	**Acumulado até exercício**	**Início**	**Fim**	
1	700953/2008	Secretaria de Infraestrutura do Estado de Sergipe - SEINFRA	1.333.333,33	133.333,33	-	1.200.000,00	31/12/2008	30/05/2013	1
1	701032/2008	Secretaria de Infraestrutura do Estado de Sergipe - SEINFRA	12.000.000,00	1.200.000,00	-	10.800.000,00	31/12/2008	30/03/2013	1
1	701447/2008	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia - SECTI	19.000.000,00	2.000.000,00	-	17.000.000,00	31/12/2008	31/12/2013	1
1	724550/2009	Casa da Cultura – Centro de Formação Artística e Cultura da Baixada Fluminense	182.785,95	32.787,00	-	149.998,95	28/12/2009	28/06/2012	1*
1	721326/2009	Prefeitura de Brotas	464.000,00	14.000,00	-	262.000,00	30/12/2009	30/12/2012	1**
1	721443/2009	Fundação para o Desenvolv. Científico e Tecnológico - FUNDETEC	720.000,00	120.000,00	-	200.000,00	28/12/2009	29/03/2014	1
1	751117/2010	Prefeitura de Ibiporã	675.000,00	75.000,00	300.000,00	300.000,00	31/12/2010	07/08/2013	1
1	748051/2010	Prefeitura Municipal de Descalvado	271.450,00	57.200,00	-	214.250,00	01/11/2010	17/02/2013	1**
1	734474/2010	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	6.499.129,55	5.499.129,55	-	-	31/12/2010	25/04/2014	1
1	734466/2010	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	31.325.890,00	6.265.178,00	-	25.060.712,00	25/06/2010	25/04/2014	1
1	741123/2010	Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação, e Pesquisa Aplicada em Águas - HIDROEX	875.000,00	175.000,00		700.000,00	31/12/2010	14/12/2013	1
1	747953/2010	Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação, e Pesquisa Aplicada em Águas - HIDROEX	6.868.743,72	1.373.748,74	5.494.994,98	-	31/12/2010	13/04/2014	1
1	748196/2010	Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação, e Pesquisa Aplicada em Águas – HIDROEX	3.066.777,53	613.355,51	-	-	31/12/2010	31/12/2014	1
1	704270/2009	Fundação Planetário do Rio de Janeiro.	169.880,00	69.880,00	100.000,00	-	30/12/2009	01/06/2014	1

1	723668/2009	Prefeitura de Recife	1.120.000,00	120.000,00		400.000,00	30/12/2009	22/02/2014	1
1	748560/2010	Instituto Brasil Cidadão - IBRACI	322.104,20	15.338,00	-	306.766,20	06/12/2010	06/02/2012	2
3	5090/2010	Universidade de Brasília – UnB	90.000,00	-	-	90.000,00	12/2010	12/2012	1**
3	5270/2010	Universidade Federal de Minas Gerais	270.000,00	-	-	270.000,00	12/2010	12/2012	1**
3	2248/2010	Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC	200.000,00	-	-	200.000,00	12/2010	12/2013	1
3	5282/2010	Universidade Federal Fluminense	266.000,00	-	-	266.000,00	12/2010	12/2012	1**
3	685/2010	Universidade Federal do Paraná - Litoral	564.566,71	-	-	564.566,71	06/2010	03/2013	1
3	5288/2010	Universidade de Brasília	400.000,00	-	-	400.000,00	12/2010	12/2013	1
3	135/2010	Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE	1.515.000,00	715.000,00	-	800.000,00	05/2010	03/2014	1
3	1274/2010	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	1.500.000,00	-	-	1.500.000,00	05/2010	12/2012	1**
3	1710/2010	Universidade de Brasília	301.123,00	-	-	301.123,00	07/2010	09/2013	1
3	4190/2010	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	1.343.400,00	-	-	1.343.400,00	10/2010	02/2013	1**
3	4365/2010	Universidade Federal do Acre - UFA	200.000,00	-	-	200.000,00	11/2010	11/2012	2
3	813/2010	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	5.475.381,30	-	-	5.475.381,30	04/2010	12/2012	1**
3	4818/2010	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	2.582.430,39	-	-	2.582.430,39	12/2010	02/2014	1
3	4540/2010	Universidade Federal de Santa Maria	1.700.000,00	-	-	1.700.000,00	12/2010	12/2012	1**
3	4895/2010	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	500.000,00	-	-	500.000,00	12/2010	12/2013	1
3	2710/2010	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	10.000.000,00	-	-	10.000.000,00	11/2010	11/2012	4
3	4913/2010	EMBRAPA	10.500.000,00	-	-	10.500.000,00	12/2010	06/2012	1*
3	2166/2010	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	6.000.000,00	-	-	6.000.000,00	10/2010	02/2012	1*
3	5022/2010	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq	244.500,00	-	-	244.500,00	12/2010	06/2012	2
3	4340/2010	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	100.000,00	-	-	100.000,00	12/2010	03/2014	1
3	4165/2010	Universidade Federal do Goiás	150.000,00	-	-	150.000,00	11/2010	12/2012	1**
3	2187/2010	Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC	200.000,00	-	-	200.000,00	06/2010	12/2013	1

3	4162/2010	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	216.000,00	36.000,00	-	180.000,00	12/2010	12/2013	1
3	1631/2010	Universidade Federal do Acre – UFA	400.877,00	5.000,00	335.046,89	395.877,00	07/2010	11/2014	1
3	4728/2011	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	1.119.995,06	-		1.119.995,06	12/2011	04/2013	1
3	4530/2011	Universidade Federal de São Carlos - UFSCar	406.326,02	-		406.326,02	12/2011	04/2013	1
3	4583/2011	Centro de Tecnologia Mineral - CETEM	170.000,00	-		170.000,00	12/2011	03/2012	4
3	3470/2011	Universidade Federal do rio Grande do Sul - UFRGS	300.000,00	-		300.000,00	12/2011	11/2013	1
3	3711/2011	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	350.000,00	-		350.000,00	11/2011	09/2014	1
3	443/2011	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA	300.000,00	-		300.000,00	06/2011	04/2012	4
3	2463/2011	Observatório Nacional - ON	1.242.000,00	-	568.000,00	1.242.000,00	10/2011	06/2013	1
3	2265/2011	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF	1.729.400,00	-	606.000,00	1.729.000,00	10/2011	12/2012	1**
3	3339/2011	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	1.714.401,00	-		1.714.401,00	10/2011	04/2014	1
3	3838/2011	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	100.000,00	-		100.000,00	12/2011	12/2012	1**
3	3839/2011	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	98.670,00	-		98.670,00	12/2011	01/2013	1**
3	4533/2011	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	100.000,00	-		100.000,00	12/2011	07/2013	1
3	3808/2011	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	150.000,00	-		150.000,00	11/2011	12/2014	1
3	2854/2011	Universidade Federal de São Carlos - UFSCar	100.222,00	-		100.222,00	12/2011	08/2012	4
3	2070/2011	Observatório Nacional - ON	13.948,00	-		13.948,00	07/2011	03/2012	4
3	2010/2011	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	400.225,00	-		400.225,00	10/2011	06/2012	4
3	1716/2011	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	50.000,00	-		50.000,00	07/2011	07/2012	4
3	327/2011	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	150.000,00	-		150.000,00	06/2011	05/2012	4
3	4541/2011	Universidade Federal de Uberlândia - UFU	482.600,00	-	128.720,00	482.600,00	12/2011	12/2012	1**
3	1952/2011	Universidade Federal do Paraná – UFPR	627.800,00	-	547.800,00	627.800,00	08/2011	10/2014	1

3	04/2012	Universidade Federal de Tocantins - UFT	451.100,00	-	451.100,00	451.100,00	05/2012	03/2013	1
3	13/2012	Universidade Federal do Rio Grande – UFRG	510.000,00	-	510.000,00	510.000,00	07/2012	12/2013	1
3	05/2012	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	700.000,00	-	700.000,00	700.000,00	07/2012	04/2013	1
3	11/2012	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	150.075,00	-	150.075,00	150.075,00	08/2012	11/2012	1**
3	16/2012	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00	08/2012	12/2012	1**
3	20/2012	Universidade Federal de Uberlândia - UFU	600.000,00	-	600.000,00	600.000,00	09/2012	06/2013	1
3	21/2012	Laboratório Nacional de Astrofísica – LNA	430.000,00	-	430.000,00	430.000,00	09/2012	07/2013	1
3	25/2012	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS	600.000,00	-	600.000,00	600.000,00	10/2012	05/2014	1
3	24/2012	Observatório Nacional - ON	1.598.756,11	-	1.598.756,11	1.598.756,11	10/2012	01/2013	1**
3	27/2012	Centro de Tecnologia Mineral – CETEM	1.500.000,00	-	1.500.000,00	1.500.000,00	10/2012	03/2013	1
3	28/2012	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	298.988,00	-	298.988,00	298.988,00	11/2012	11/2014	1
3	30/2012	Universidade Federal de São Carlos – UFSCar	499.909,00	-	499.909,00	499.909,00	31/12/2010	10/2013	1
3	29/2012	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF	44.500,00	-	44.500,00	44.500,00	11/2012	01/2013	1*
3	36/2012	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF	999.600,00	-	999.600,00	999.600,00	11/2012	01/2013	1*
3	26/2012	Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC	977.100,00	-	977.100,00	977.100,00	12/2012	07/2013	1
3	34/2012	Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA	1.300.000,00	-	1300.000,00	1300.000,00	12/2012	12/2012	1*
3	35/2012	Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI	340.000,00	-	340.000,00	340.000,00	12/2012	11/2013	1
3	37/2012	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	500.000,00	-	500.000,00	500.000,00	12/2012	01/2014	1
3	40/2012	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT	600.000,00	-	600.000,00	600.000,00	12/2012	01/2014	1
3	01/2012	Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP	150.000,00	-	150.000,00	150.000,00	05/2012	05/2012	4

3	03/2012	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	3.500.000,00	-	3.500.000,00	3.500.000,00	05/2012	04/2013	1
3	07/2012	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	150.000,00	-	150.000,00	150.000,00	05/2012	12/2012	1**
3	02/2012	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	337.700,00	-	337.700,00	337.700,00	05/2012	04/2013	1
3	12/2012	Centro de Tecnologia Mineral – CETEM	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00	06/2012	08/2012	4
3	10/2012	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	60.000,00	-	60.000,00	60.000,00	06/2012	05/2013	1
3	08/2012	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00	07/2012	08/2013	1
3	18/2012	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC	200.000,00	-	200.000,00	200.000,00	08/2012	12/2012	1**
3	23/2012	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	400.000,00	-	400.000,00	400.000,00	10/2012	10/2013	1
3	39/2012	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	848.000,00	-	848.000,00	848.000,00	11/2012	03/2015	1
3	31/2012	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	70.000,00	-	70.000,00	70.000,00	11/2012	07/2013	1
3	32/2012	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	395.500,00	-	395.500,00	395.500,00	11/2012	11/2013	1
3	33/2012	Universidade Federal Fluminense - UFF	499.400,00	-	200.000,00	200.000,00	12/2012	12/2014	1
3	38/2012	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	152.000,00	-	152.000,00	152.000,00	10/2012	03/2013	1
3	14/2012	Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE	446.600,00	-	446.600,00	446.600,00	07/2012	06/2015	1
3	41/2012	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	200.000,00	-	200.000,00	200.000,00	12/2012	02/2014	1
3	06/2012	Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - CTMSP	2.050.000,00	-	2.050.000,00	2.050.000,00	05/2012	12/2012	1**

LEGENDA

Modalidade:
1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação
4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:
1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: SIAFI Gerencial, Controle SEXEC
*Aguardando análise de Prestação de Contas.
**Aguardando Prestação de Contas (Prazo para apresentação 60 dias).

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria Executiva					
CNPJ:	03.132.745/0001-00					
UG/GESTÃO:	240112					
Modalidade	**Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício**			**Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R$ 1,00)**		
	2012	**2011**	**2010**	**2012**	**2011**	**2010**
Convênio	-	1	8	5.594.994,98	1.400.000,00	26.920.671,15
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	36	24	42	23.745.395,00	8.435.698,38	48.241.342,10
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	**36**	**25**	**50**	**29.340.389,98**	**9.835.698,38**	**75.162.013,25**

Fonte: SIAFI Gerencial, Controle SEXEC

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vicentes no Exercício de 2013 e seguintes

QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTES

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria Executiva					
CNPJ: 03.132.745/0001-00			**UG/GESTÃO:** 240112		
Modalidade	**Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes**	**Valores** (R$ 1,00)			**% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012**
		Contratados	**Repassados até 2012**	**Previstos para 2013**	
Convênio	13	65.623.379,00	61.469.956,98	4.153.422,02	93,67
Contrato de Repasse	-	-	-	-	
Termo de Cooperação	50	31.350.742,29	31.051.342,29	299.400,00	99,04
Termo de Compromisso	-	-	-	-	
Totais	**63**	**96.974.121,29**	**92.521.299,27**	**4.452.822,02**	**95,40**

Fonte: SIAFI Gerencial, Controle SEXEC

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria Executiva					
CNPJ: 03.132.745/0001-00		**UG/GESTÃO:** 240112			
Exercício da Prestação das Contas	**Quantitativos e Montante Repassados**		**Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios*	**Termo de Cooperação**	**Contratos de Repasse**
2012	**Contas Prestadas**	**Quantidade**		13	-
		Montante Repassado		29.234.395,00	-
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**		2	-
		Montante Repassado		444.500,00	-
2011	**Contas Prestadas**	**Quantidade**		10	-
		Montante Repassado		2.500.887,40	-
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**		1	-
		Montante Repassado		300.000,00	-
2010	**Contas Prestadas**	**Quantidade**		12	-
		Montante Repassado		3.563.437,60	-
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**		-	-
		Montante Repassado		-	-
Anteriores a 2010	**Contas NÃO Prestadas**	**Quantidade**		-	-
		Montante Repassado		-	-

Fonte: Controle SEXEC
** Os dados sobre Convênios constam no Relatório de Gestão da SPOA*

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Não se aplica

5.3.6 Análise Crítica

O objetivo das transferências de recursos é de estimular, apoiar e promover os projetos, eventos e pesquisas com a intenção de desenvolver políticas nacionais e internacionais, bem como fortalecer parcerias estratégicas com os diversos atores: empresas, institutos tecnológicos, universidades, unidades de pesquisa, prefeituras, secretarias de estado e agentes financiadores.

O crescente desempenho desta Secretaria Executiva no que tange ao apoio a projetos ao longo dos anos, como mostram os números deste Relatório, é resultado de constante esforço da UJ no sentido de viabilizar, tanto qualitativa quanto quantitativamente projetos que contribuam diretamente para a formulação da Política Nacional de C,T&I, que fomentem e fortaleçam a ciência e tecnologia no país e o desenvolvimento de conhecimentos em uso da tecnologia nuclear e de novos produtos e serviços, que contribuam para a geração de inovações tecnológicas de produtos e processos produtivos, que ampliem a capacidade de investimentos em pesquisa e a infraestrutura cientifica e tecnológica, de modo a proporcionar soluções criativas às demandas da sociedade brasileira e uma base robusta ao esforço de inovação. Ações como a fiscalização e acompanhamento da execução dos objetos pactuados, bem como a análise da prestação de contas dos recursos repassados durante os exercícios, auxiliaram na avaliação da eficiência da execução por parte das proponentes, logo, a plenitude dos projetos apresentados.

5.4 Suprimento de Fundos – Não se aplica

Não se aplica

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

Não se aplica

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Não se aplica

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B"

Não se aplica

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Não se aplica

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo "B" e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Não se aplica

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Não se aplica

5.4.1.6 Análise Crítica

Não se aplica

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ – Não se aplica

Não se aplica

5.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Não se aplica

5.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Não se aplica

5.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

Não se aplica

5.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica

Não se aplica

5.5.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Não se aplica

5.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Não se aplica

5.5.7 Comunicações à RFB

Não se aplica

5.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Não se aplica

5.5.9 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

Não se aplica

5.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

Não se aplica

5.6 Gestão de Precatórios Não se aplica

5.6.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta

Não se aplica

5.6.2 Requisições e Precatórios da Administração Indireta

Não se aplica

5.6.3 Análise Crítica

Não se aplica

6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 – SEXEC/ASCAV/ASCAP

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		**41**		
1.1. Membros de poder e agentes políticos		-		
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		41		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		36		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		2		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		-		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		3		
2. Servidores com Contratos Temporários		**-**		

3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		**1**		
4. Total de Servidores (1+2+3)		**42**		

Fonte: RH/MCTI

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12 -

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	2
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	2
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De Oficio, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	**2**

Fonte: RH/MCTI

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO) - SEXEC/ASCAV/ASCAP

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		**20**		
1.1. Cargos Natureza Especial		1		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		-		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		14		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		2		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		2		
1.2.4. Sem Vínculo		-		
1.2.5. Aposentados		1		
2. Funções Gratificadas		**1**		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		1		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		-		
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		-		
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		**21**		

Fonte: RH/MCTI

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 - SEXEC/ASCAV/ASCAP

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	3	7	6	4	1
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	3	7	6	4	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	1	3	8	6	3
2.1. Cargos de Natureza Especial				1	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	3	8	4	3
2.3. Funções Gratificadas				1	
3. Totais (1+2)	**4**	**10**	**14**	**10**	**4**

Fonte: RH/MCTI

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 - SEXEC/ASCAV/ASCAP

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo					1	7	4	4	5
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira					1	7	4	4	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão						**11**	**3**	**3**	**4**
2.1. Cargos de Natureza Especial						1			

2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						10	3	3	4
2.3. Funções Gratificadas									
3. Totais (1+2)					**1**	**18**	**7**	**7**	**9**

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: RH/MCTI

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	**2012**										
	2011										
	2010										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	**2012**	2.067.689,00		808.869,49	155.197,25						
	2011	1.449201,97		1.375615,36	94.762,60						
	2010	-		-	-						
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	**2012**										
	2011										
	2010										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	**2012**										
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	**2012**										
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	**2012**	863.123,17									
	2011	424.718,86									
	2010	-									
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	**2012**	10.946,26									
	2011	5.052,12									
	2010	-									

Fonte: RH/MCTI

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Não se aplica.

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria – Não se aplica

Não se aplica.

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada – Não se aplica

Não se aplica.

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos – Não se aplica

Não se aplica

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos – Não se aplica

Não se aplica

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação – Não se aplica

Não se aplica

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC – Não se aplica

Não se aplica

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico – Não se aplica

Não se aplica

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos – Não se aplica

Não se aplica

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos – Não se aplica

Não se aplica

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários –Não se aplica

Não se aplica

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não se aplica

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Não se aplica

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não se aplica

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Não se aplica

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Não se aplica

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	**Quantitativo de contratos de estágio vigentes**				**Despesa no exercício** (em R$ 1,00)
	1º Trimestre	**2º Trimestre**	**3º Trimestre**	**4º Trimestre**	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	1	1	1	2	8.026,66
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)					

Fonte: RH/MCTI

7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros – Não se aplica

Não se aplica

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

Não se aplica

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Não se aplica

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Não se aplica

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Não se aplica

8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI) – Não se aplica

Não se aplica

8.2 Análise Crítica

Não se aplica

9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis – Não se aplica

Não se aplica

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Não se aplica

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

Não se aplica

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não se aplica

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não se aplica

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Não se aplica

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não se aplica

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não se aplica

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93 – Não se aplica

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	1		
	Entregaram a DBR	1		
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	47		
	Entregaram a DBR	47		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: RH/MCTI

10.3.1.1 Análise Crítica

O § 2º do art. 3 do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005 oferece a opção de entrega de autorização de acesso à declaração anual apresentada à Secretaria da Receita Federal, com as respectivas retificações. Esta autorização de consulta facilita o controle por parte do serviço de pessoal e traz economicidade para o Governo já que diminui a quantidade de papel recebido por ano.

A partir de 2011, todos os servidores passaram a entregar a cópia da Declaração de Imposto de Renda ou a Autorização de Acesso ao Imposto de Renda à Coordenação de Recursos Humanos, de acordo a Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298, de 6 de setembro de 2007. Esta Portaria trata da exigência de entrega da Declaração de Imposto de Renda ou Autorização de Acesso a todo agente público.

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV – Não se aplica

Não se aplica

10.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Não se aplica

11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – Não se aplica

Não se aplica

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Não se aplica

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

Quadro A.11.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			**Código da UGR**
Secretaria Executiva - SEXEC			**240112**
Após análise dos registros contábeis e conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial inclusos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, assim como o demonstrativo levantado por Unidade Gestora Responsável – UGR, relativos ao exercício de 2012, refletem a adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Secretaria Executiva – SEXEC, observando apenas que as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	**Brasília, DF**	**Data**	**25/02/2013**
Contador Responsável	**Eliana Yukiko Takenaka**	**CRC nº**	**DF-006666/O-1**

11.2.2 Declaração com Ressalva

Não se aplica

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Não se aplica

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Não se aplica

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais – Não se aplica

Não se aplica

11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

Não se aplica

11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora

Não se aplica

11.6 Parecer da Auditoria Independente

Não se aplica

12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ - SEXEC

Não se aplica

PARTE B DO ANEXO II DA DN 119/2012 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.

13 PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

13.1 Informações sobre o Fundo Partidário a Serem Prestadas pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE

13.1.1 Partidos Políticos de âmbito Nacional

Não se aplica

13.1.2 Origem de Recursos do Fundo Partidário

Não se aplica

13.1.3 Distribuição de Recursos aos Partidos Políticos

Não se aplica

13.1.4 Prestação de Contas pelos Partidos Políticos ao TSE

Não se aplica

13.1.5 Não Prestação de Contas pelos Partidos Políticos

Não se aplica

13.1.6 Situação da Prestação de Contas Junto ao TSE

Não se aplica

13.1.7 Julgamento das Contas das Direções Nacionais

Não se aplica

13.2 Informações sobre o Fundo Partidário a serem Prestadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais – TRE

Não se aplica

13.2.1 Diretórios de Partidos Políticos Registrados no TRE

Não se aplica

13.2.2 Diretórios de Partidos Políticos Registrados no TRE

Não se aplica

13.2.3 Prestação de Contas dos Diretórios Estaduais

Não se aplica

13.2.4 Não Prestação de Contas pelos Diretórios Estaduais

Não se aplica

13.2.5 Situação das Contas Prestadas pelos Diretórios Estaduais

Não se aplica

14 PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

15 PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

O contrato de publicidade é destinado ao planejamento, criação, produção e veiculação de conteúdo publicitário, de Utilidade Pública, e está voltado para a informação sobre os benefícios dos programas e ações executados por este Ministério no âmbito da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI – 2012-2015), à participação em eventos, à disponibilização de recursos aos cidadão e instituições, bem como para a prestação de contas à sociedade, dentre outros; As atividades nesta área são implementadas por meio das **Ações 4641 e 2000.**

Em relação a 2012, os serviços de publicidade foram prestados de acordo com seguintes instrumentos: Contrato de Publicidade e Propaganda (nº 02.0004.00/2006) – empresa Debrito – vigência de 07/02/2011 a 06/02/2012, no valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões). Total empenhado no período R$ 3.377.662, 77 (três milhões, trezentos e setenta e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais).

- **Ações de publicidade empreendidas:**

Programa	Objetivo/detalhamento	Valores Executados (R$)
Ciência sem Fronteira	Comunicar à sociedade em geral, em especial estudantes universitários sobre benefícios do Programa Ciência Sem Fronteiras (CSF), que destina bolsas de estudo no exterior, para formação de pesquisadores e profissionais qualificados em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional. A campanha foi veiculada nos principais veículos de comunicação do país.	**2.197.632,71**
Ações divulgação da ENCTI	Divulgar os principais programas e ações do MCTI, previstos na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCT-2012 -2015). Os conteúdos publicitários produzidos tiveram foco na informação ao cidadão, sobretudo no que se refere aos recursos disponíveis, à execução de políticas públicas em CT&I e ao mesmo tempo a prestação de contas à sociedade. Para tanto foram criados, produzidos e distribuídos um conjunto de peças de divulgação em diversos formatos: impresso, áudio, vídeo, textos, além de outras mídias como E- book (ENCTI) e layout para hotsites e portais do CNPq e MCTI.	**1.079.019,20**
Semana Nacional de C&T	Despertar o interesse da população para o tema da ciência, tecnologia e inovação por meio de atividades de difusão e popularização da ciência. O folder produzido fez um balanço das edições anteriores, chamou a atenção para a presença da ciência na vida das pessoas e visou ampliar a percepção da C&T no país, além de estimular crianças e jovens pelos conteúdos de ciências e contribuir para a cultura da inovação na sociedade.	**47.004,82**
Comunicação interna/layout de identificação	Identificar, a partir de layout já adotados novas salas e espaços internos no MCTI. Para tanto foram criadas e produzidas peças de Identificação visual.	**22.752,74**
Total executado		**3.346.409,47**
Saldo orçamentário		**31.253,30**

Observação: No período de 06/02/2012 a 14/ 06/2012 a Ascom/MCTI não executou ações de publicidade, visto que neste período o Ministério esteve sem contrato de agência de publicidade, estando o mesmo em processo licitatório à época.

Já no período de 16/06/2012 a 25/11/2012 as ações de publicidade deste Ministério foram realizadas por meio do Termo de Descentralização de Crédito (TDC nº 001/2012/Ascom) estabelecido junto ao Ministério da Integração Nacional (MI), no valor de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões). Por meio do TDC MI/MCTI foram executadas as seguintes ações:

Programa	Objetivo/detalhamento	Valores Executados (R$)
Conferência da Rio + 20	*Criação e produção de material em áudio para divulgação de atividades do MCTI, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada de 13 a 22/06/ 2012, na cidade do Rio de Janeiro. A Rio+20, que teve como objetivo, a renovação do compromisso político da ONU com o desenvolvimento sustentável. O MCTI participou inclusive por meio de exposições onde informou aos participantes os principais programas da pasta.*	**104.004,00**
64ª SBPC/ Expotec	Planejamento, criação e produção de toda programação visual, bem como de peças informativas para a participação do MCTI na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em São Luiz (MA), inclusive na Expotec. Trata-se de um ambiente propício à divulgação das ações e programas deste Ministério, e um importante espaço de difusão e popularização da ciência no País.	**959.209,49**
OBMEP 2012	Criação e produção de vídeos informativos sobre a sexta edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) e os resultados das edições anteriores. Além da oportunidade de divulgação do Programa, a veiculação desse material audiovisual, cujo conteúdo desperta os jovens o interesse pela matemática e, além de tratar das inscrições e premiações. Para reforçar, cartazes e volantes seriam distribuídos em escolas de todo o país.	**119.880,00**
Semana Nacional de C&T/ 2012	A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), coordenada pelo MCTI e realizada todos os anos no mês de outubro já é considerada o principal evento do país com foco na difusão e popularização da ciência. As ações de comunicação neste sentido vão desde o planejamento, à criação de produção de peças de identidade visual sobre a temática da SNCT, bem como a veiculação e distribuição em todo país, de peças informativas (cartazes e folder, banners, vídeos, spot), que visam despertar o interesse de crianças e jovens para os conteúdos de ciências e dessa forma contribuir para a cultura da inovação na sociedade.	**2.031.229,37**
Ciências Sem Fronteiras	Comunicar a sociedade em geral, em especial estudantes universitárias os benefícios do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), que seleciona por meio de editais estudantes brasileiros para pós-graduação no exterior. Executado pelo CNPq em parceria com a CAPES, é a principal iniciativa de internacionalização da ciência brasileira.	**43.200,00**
Inovação Tecnológica	A divulgação dos programas e ações coordenados por este Ministério com foco na promoção da inovação tecnológica visa informar a sociedade, em especial centros de pesquisas, universidades e empresas, sobre a existência de instrumentos de financiamento a pesquisa e desenvolvimento, bem como outras iniciativas de estímulo à inovação.	**112.130,30**
TI Maior	Divulgar os benefícios de programas coordenados pela pasta, no âmbito da Política Nacional de Informática e informar a sociedade em geral, em especial os empresários e estudantes da área de tecnologia da informação sobre o Programa TI Maior, criado para	**104.764,67**

	estimular a cadeia produtiva de software.	
Ciência e Tecnologia para Inclusão Social	As ações de comunicação voltadas para ciência, tecnologia e inclusão social pretendem informar toda sociedade sobre os principais programas e ações do MCTI com foco na geração de emprego e renda, na produção de tecnologias assistivas e de acessibilidade, bem como na difusão e popularização da ciência.	**61.741,26**
Programas MCTI/Unidades de Pesquisas	Informar a sociedade em geral sobre os principais programas e ações executadas pelo MCTI e suas Unidades de Pesquisas, prestar contas sobre resultados obtidos, esclarecer sobre formas de acesso aos projetos da pasta e estimular o interesse pela ciência em diversos segmentos sociais por meio da divulgação de conteúdos de difusão científica.	**994.872,06**
Cooperação Científica	Informar à população em geral sobre as principais ações de cooperação científica que o Estado brasileiro, por meio do MCTI, mantém com outros países. Com foco no progresso científico e tecnológico, as cooperações em CT&I visam o intercâmbio de conhecimento e, portanto, o desenvolvimento nacional.	**20.520,00**
Prevenção/Monitoramento de Desastres Naturais	Orientar o cidadão sobre os riscos de desastres naturais. As ações de comunicação nesta área visam aumentar a percepção pública sobre os fenômenos ambientais e os condicionantes científicos que agravam as probabilidades de desastres naturais. Foram produzidos vídeos, spots, painéis, cujos conteúdos, informam sobre importância dos pluviômetros em áreas de riscos.	**233.201,50**
Crédito TDC		**5.000.000,00**
Valor executado		**4.784.752,75**
Saldo/MCTI		**215.246,75**

Em 26/11/2012 foi assinado o contrato de publicidade nº 020028.00/2012 com a empresa Agência De Brito, vencedora da licitação, com vigência até 26/11/2014 (podendo ser prorrogado até 60 meses), no valor de 10.000.000,00 (dez milhões). Total empenhado em 2012: R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). Da assinatura do contrato até o final do ano (31/12/2012) foram realizadas as seguintes ações:

Programa	Objetivo/detalhamento	Valores Executados (R$)
Programa Start-UP Brasil	Divulgar os benefícios dos editais do Start-up Brasil, criado pelo MCTI, no âmbito do Programa TI – Maior. O Start-UP visa ampliar as condições de competitividade das empresas do setor com até três anos de existência e que desenvolvam produtos ou serviços inovadores, utilizando ferramentas de software e serviços de TI como parte da solução proposta. Para tanto foram criadas e produzidas peças de divulgação como vídeos, folders e banners.	**35.621,72**
Tecnologias Assistivas	Divulgar os benefícios do Programa Tecnologias Assistivas, criado pelo governo federal como parte do Plano Viver Sem Limites. Voltado para a inclusão social de pessoas com deficiência, o Programa estimula a inovação tecnológica com foco na pesquisa para o desenvolvimento de equipamentos que melhorem a vida dos deficientes no país. Para retratar sua implementação, a Ascom está acompanhando alguns aspectos da implementação do Programa para produzir um documentário sobre o tema.	**48.404,64**
Comunicação interna: Ações para servidores,	Informar servidores do MCTI, dirigentes e demais parceiros sobre iniciativas voltados para a valorização dos servidores, para a economia nas despesas de custeio (energia, água, impressoras e	**14. 289,92**

Plataforma Aquarius e MCTI Sustentável	outros), para a consciência ambiental dos servidores, bem como para gestão da informação. Sobre estes itens foram produzidos folders e gravação para produção de vídeo.	
Total executado		**98.316,28**
Saldo em Restos a pagar		**701.683,72**

16 PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica

16.1 Evolução da Situação Financeira dos Fundos constitucionais de Financiamento

Não se aplica

16.1.1 Operações em Adimplência e Inadimplência

Não se aplica

16.1.2 Créditos de Liquidação Duvidosa

Não se aplica

16.1.3 Prejuízos Contabilizados no Exercício

Não se aplica

16.1.4 Ações de Cobranças Judiciais Ajuizadas

Não se aplica

16.1.5 Análise Crítica

Não se aplica

17 PARTE B, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

18 PARTE B, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

18.1 Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário e Modificações Posteriores

Não se aplica

18.2 Resultado dos Indicadores de Desempenho das IFES

Não se aplica

18.3 Análise dos Resultados dos Indicadores de Desempenho das IFES

Não se aplica

18.4 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Não se aplica

19 PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica

19.1 Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU n° 2.267/2005

Não se aplica

19.2 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das IFET

Não se aplica

19.3 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Não se aplica

20 PARTE B, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

20.1 Indicadores de Gestão das ICT nos Termos do Acórdão TCU n° 2.267/2005

Não se aplica

20.2 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das ICT

Não se aplica

20.3 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Não se aplica

21 PARTE B, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

22 PARTE B, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

23 PARTE B, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

23.1 Análise da Situação Econômico-Financeira

Não se aplica

23.2 Análise da Distribuição da Riqueza Gerada pela UJ

Não se aplica

23.3 Análise Crítica

Não se aplica

24 PARTE B, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

25 PARTE B, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

26 PARTE B, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

26.1 Metas e Indicadores Complementares

Não se aplica

26.2 Programas e Ações

Não se aplica

26.3 Programas ou Fundos que não estão sob a responsabilidade da UJ

Não se aplica

27 PARTE B, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

28 PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

28.1 Contratação de Consultores na Modalidade "Produto" – Não se aplica

Não se aplica

28.2 Análise Critica

Não se aplica

29 PARTE B, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

29.1 Quantitativo de Terceirizados Irregulares

Não se aplica

29.2 Providências Adotadas para Substituição de Terceirizados – Não se aplica

Não se aplica

30 PARTE B, ITEM 18, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

30.1 Captações Realizadas e Ações de Fiscalização Empreendidas – Não se aplica

Não se aplica

31 PARTE B, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

31.1 Supervisão de Contratos de Gestão Celebrados com Organizações Sociais – Não se aplica

Não se aplica

32 PARTE B, ITEM 20, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

33 PARTE B, ITEM 21, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

34 PARTE B, ITEM 22, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

35 PARTE B, ITEM 23, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

36 PARTE B, ITEM 24, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

37 PARTE B, ITEM 25, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

38 PARTE B, ITEM 26, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

39 PARTE B, ITEM 27, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

40 PARTE B, ITEM 28, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

41 PARTE B, ITEM 29, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

42 PARTE B, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

42.1 Imóveis Alienados em 2012 em Consonância com o Plano Nacional de Desimobilização – PND. – Não se aplica

Não se aplica

42.2 Análise Crítica acerca da Evolução do Plano Nacional de Desimobilização do INSS

Não se aplica

43 PARTE B, ITEM 31, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

44 PARTE B, ITEM 32, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

45 PARTE B, ITEM 33, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

46 PARTE B, ITEM 34, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

47 PARTE B, ITEM 35, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

47.1 Informações sobre os Contratos de Gestão Celebrados

Não se aplica

47.2 Composição e Atuação do Conselho de Administração

Não se aplica

47.3 Volume de Recursos Repassados às Entidades Privadas Signatárias do Contrato de Gestão

Não se aplica

47.4 Dirigentes da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão

Não se aplica

47.5 Despesa com Pessoal da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão

Não se aplica

47.6 Composição da Comissão de Avaliação do Resultado do Contrato de Gestão

Não se aplica

47.7 Prestação de Contas e Avaliação dos Resultados da Contratação

Não se aplica

47.8 Estrutura de Pessoal da UJ para Acompanhamento dos Contratos de Gestão

Não se aplica

47.9 Recursos da UJ Colocados à Disposição da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão

Não se aplica

48 PARTE B, ITEM 36, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

48.1 Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada

Não se aplica

48.2 Valores Repassados em Razão de Termos de Parceira Firmados

Não se aplica

48.3 Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados

Não se aplica

48.4 Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria

Não se aplica

49 PARTE B, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

50 PARTE B, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

51 PARTE B, ITEM 39, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

52 PARTE B, ITEM 40, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

53 PARTE B, ITEM 41, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

54 PARTE B, ITEM 42, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

55 PARTE B, ITEM 43, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

56 PARTE B, ITEM 44, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

57 PARTE B, ITEM 45, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Não se aplica

58 PARTE B, ITEM 46, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.
Não se aplica

59 PARTE B, ITEM 47, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.
Não se aplica

ANEXOS

SEXEC

1. Portaria MCTI nº 397 de 05 de junho de 2012 e seu ANEXO

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 397, DE 5 DE JUNHO DE 2012

Institui e regulamenta a Política de Monitoramento e Avaliação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e dispõe sobre a gestão dos Programas constantes do Plano Plurianual 2012-2015 e das ações da Lei Orçamentária Anual, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal; inciso IV, do art. 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; e Decreto nº 7.513, de 1º de julho de 2011, e considerando o disposto na Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015 (PPA 2012-2015), e na Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012 (LOA 2012), resolve:

TÍTULO I

Do Objeto e Objetivos da Política de Monitoramento e Avaliação

Art. 1º A Política de Monitoramento e Avaliação (PMA) tem por objeto a análise, o monitoramento e a avaliação de políticas, programas e ações executados ou financiados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), buscando o aperfeiçoamento das políticas públicas e alcance dos seus objetivos.

Art. 2º São consideradas atividades de monitoramento aquelas que se destinam ao acompanhamento da implementação e execução de políticas, programas e ações, visando à obtenção de dados e informações para subsidiar o gerenciamento e a tomada de decisões, bem como a identificação de eventuais problemas.

§ 1º Constituem atividades de monitoramento, sem prejuízo de outras que estejam de acordo com a definição estabelecida no caput, as seguintes atividades:

I - definição, produção e análise de indicadores de políticas, programas e ações de Ciência, Tecnologia & Inovação que devem ser monitorados;

II - acompanhamento sistemático da execução física e financeira de ações e possíveis restrições;

III - coleta ou recebimento sistemático dos dados referentes às políticas, programas e ações.

§ 2º As atividades de monitoramento serão realizadas, preferencialmente, pelo próprio MCTI.

Art. 3º São consideradas atividades de avaliação qualquer estudo, pesquisa ou relatório referente às políticas, programas e ações que contribuam para subsidiar o processo decisório e/ou que gerem recomendações e sugestões de aperfeiçoamento das políticas, dos programas, e das ações.

§ 1º Constituem atividades de avaliação, sem prejuízo de outras que estejam de acordo com a definição estabelecida no caput, as seguintes atividades:

I - análises de implementação e de resultados imediatos de políticas, programas e ações;

II - análise do perfil dos beneficiários das políticas, programas e ações;

III - elaboração de diagnósticos e estudos de "linha de base";

IV - análises de impactos ou efeitos de políticas, programas e ações;

V - análises da eficiência, eficácia e efetividade de políticas, programas e ações.

§ 2º As atividades de avaliação constantes nos incisos IV e V serão realizadas, preferencialmente, em parceria com Instituições de Pesquisa e Universidades.

Art. 4º As atividades de monitoramento e avaliação possuem natureza e objetivo distintos das de fiscalização e auditoria, com as quais não se confundem.

TÍTULO II

Dos Princípios e Diretrizes da Política de Monitoramento e Avaliação

Art. 5º A Política de Monitoramento e Avaliação tem como diretriz contribuir para o aprimoramento da gestão pública, fornecendo elementos que contribuam para o aumento da responsabilização, eficiência, eficácia e efetividade das políticas de ciência, tecnologia e inovação, e para o exercício do controle social sobre as políticas públicas.

Art. 6º Do ponto de vista organizacional, a definição e execução das atividades de monitoramento e avaliação são pautadas pelos princípios de cooperação, articulação e integração entre o MCTI, suas Agências e Unidades Vinculadas.

Art. 7º A formulação e a implementação de políticas, programas e ações do MCTI devem contemplar a necessidade de monitoramento e avaliação e viabilizar os meios necessários para sua realização, especialmente no que se refere à especificação dos indicadores e ao provimento regular de dados necessários por parte dos executores.

Art. 8º O MCTI demandará como contrapartida ao financiamento de políticas, programas e ações executados por parceiros governamentais e não-governamentais, que estes enviem regularmente os dados necessários para realização da atividade de monitoramento e avaliação.

Art. 9º Os resultados de estudos ou pesquisas realizados no âmbito da Política de Monitoramento e Avaliação e financiados pelo MCTI serão, independentemente de quem os realizar, integralmente repassados ao MCTI, respeitadas as condições estabelecidas nos termos contratuais.

TÍTULO III

Dos Instrumentos de Execução da Política de Monitoramento e Avaliação

Art. 10. A execução da Política de Monitoramento e Avaliação é assegurada, dentre outros meios, pelo conjunto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Anual de Monitoramento e Avaliação;

II - Relatório de Execução Física e Financeira das ações;

III - Relatório Anual de Avaliação dos programas e ações do MCTI, constantes no Plano Plurianual;

IV - Relatórios, estudos ou pesquisas sobre políticas, programas e ações selecionadas;

V -Indicadores de Monitoramento e Avaliação;

VI - Relatório Anual das Atividades de Monitoramento e Avaliação.

Art. 11. O Plano Anual de Monitoramento e Avaliação é o documento que irá nortear as atividades de monitoramento e avaliação do MCTI e deve:

I - indicar políticas, programas e ações que serão priorizados pelas atividades de avaliação no ano subsequente ao da elaboração do Plano;

II - estabelecer as atividades a serem realizadas e os produtos que deverão ser elaborados durante o ano subsequente, bem como os responsáveis pela sua execução;

III - definir cronograma, prazos e conteúdos dos diversos instrumentos da Política de Monitoramento e Avaliação de que trata o art. 10;

IV - indicar os recursos, bem como suas fontes, necessários ao desempenho das atividades de monitoramento e avaliação;

V - identificar as avaliações realizadas anteriormente pelo MCTI ou por outras instituições para que possam ser incorporadas como insumos nas avaliações das temáticas selecionadas;

VI - registrar, além das atividades de monitoramento e avaliação sob responsabilidade direta da Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas (ASCAV), as atividades de avaliação que, porventura, sejam realizadas por algum outro órgão do MCTI ou Entidades Vinculadas;

VII - propor uma política de disseminação e divulgação dos resultados da avaliação para que possam ser apropriados pelo MCTI e por suas Entidades Vinculadas;

VIII - sugerir as metodologias mais adequadas para a avaliação de políticas, programas e ações.

§ 1º O Monitoramento e a Avaliação do Plano Plurianual deverão ser aderentes às orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e também deverão compor o Plano Anual de Monitoramento e Avaliação.

§ 2º As atividades necessárias ao acompanhamento da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) também deverão compor o Plano.

§ 3º O Plano Anual de Monitoramento e Avaliação deverá ser elaborado, até agosto do ano anterior, pela Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA), apresentado aos Secretários do MCTI e aprovado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

§ 4º A divulgação do Plano Anual de Monitoramento e Avaliação será feita até o final do exercício anterior.

Art. 12. O Plano Anual de Monitoramento e Avaliação comportará, se for o caso, revisões periódicas, nas quais poderão ser incluídas ou excluídas as atividades programadas, desde que haja justificativa relevante e acordo entre os órgãos do Ministério afetados pela alteração.

TÍTULO IV

Das Competências e Responsabilidades do MCTI, seus Órgãos e suas Entidades Vinculadas na execução da Política de Monitoramento e Avaliação

Art. 13. A Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação é o órgão colegiado responsável pela execução da Política de Monitoramento e Avaliação.

§ 1º A Comissão será integrada por representantes da Secretaria-Executiva, das Secretarias, do Gabinete do Ministro, da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e da Agência Espacial Brasileira (AEB).

§ 2º A Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas será responsável por coordenar e subsidiar os trabalhos da Comissão e convocar suas reuniões.

§ 3º A Comissão poderá convidar outros técnicos e instituições a participarem de suas reuniões, sempre que achar conveniente.

§ 4º Cada órgão e entidade vinculada integrante da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação indicará representante titular e suplente no prazo de quinze dias após a publicação desta portaria.

Art. 14. Caberá à Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação:

I - levantar as demandas de avaliação por parte do MCTI, seus Órgãos e Entidades Vinculadas;

II - elaborar o Plano Anual de Monitoramento e Avaliação;

III - identificar parceiros que possam colaborar com os processos de avaliação;

IV - definir as diretrizes de disseminação e divulgação dos resultados da Política de Monitoramento e Avaliação;

V - levantar as informações necessárias à execução do Plano Anual de Monitoramento e Avaliação;

VI - executar, em conjunto com a Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas, o Plano Anual de Monitoramento e Avaliação;

VII - aferir a qualidade dos Relatórios das Avaliações Específicas;

VIII - propor ações de capacitação em monitoramento e avaliação;

IX - propor ações, medidas e recomendações que possam sanar os eventuais gargalos identificados no processo de monitoramento e avaliação.

Art. 15. Caberá ao representante de cada Órgão e Entidades Vinculadas na Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação as seguintes funções:

I - subsidiar a Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação nas demandas de avaliação de seu órgão ou entidade vinculada ;

II - identificar os recursos humanos e financeiros necessários para viabilizar a execução das atividades de monitoramento e avaliação;

III - fornecer e consolidar dados e informações existentes sobre políticas, programas e ações de responsabilidade ou com a participação de seu órgão ou entidade vinculada;

IV - acompanhar e monitorar a execução das ações junto aos Coordenadores de ação e o registro das informações em sistema informatizado;

V - prestar informações, no âmbito do PPA, referente a indicadores, objetivos, metas, iniciativas, vinculados ou com participação de sua unidade administrativa;

VI - disseminar, na sua unidade, as orientações sobre os processos de monitoramento e avaliação definidos pela Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação;

VII - submeter, ao dirigente de seu órgão ou entidade vinculada, todos os resultados e deliberações da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação.

Art. 16. Caberá à Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas as seguintes ações e responsabilidades:

I - coordenar e subsidiar os trabalhos da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação;

II - elaborar o Relatório Anual das Atividades de Monitoramento e Avaliação;

III - executar, em parceria com a Comissão Permanente, as ações previstas no Plano Anual de Monitoramento e Avaliação;

IV - executar as atividades de monitoramento previstas no art. 2º;

V - fornecer aos demais órgãos internos, sempre que solicitada, informações referentes às atividades de monitoramento e avaliação;

VI - divulgar os resultados dos estudos e pesquisas previstos no Plano Anual de Monitoramento e Avaliação, em consonância com a Política de Disseminação prevista no Plano;

VII - sistematizar os indicadores de Monitoramento e Avaliação.

Art. 17 É da responsabilidade de cada Órgão e de cada Entidade Vinculada do MCTI, fornecer à Comissão Permanente os documentos, informações e dados necessários às atividades de Monitoramento e Avaliação, inclusive cópia dos estudos e pesquisas já realizados.

Art. 18. Os Órgãos e Entidades Vinculadas do MCTI deverão destinar 0,01% dos recursos dos programas e ações sob sua responsabilidade para as atividades de Monitoramento e Avaliação.

Art. 19. A responsabilidade sobre a gestão da ação é do Coordenador e do Coordenador-Executivo de ação.

§ 1º. O Coordenador de Ação será indicado pelo titular do Órgão ou da Entidade Vinculada a quem a Ação se vincula.

§ 2º. Constituem atribuições do Coordenador de Ação:

I - viabilizar a execução e o monitoramento da ação sob sua responsabilidade;

II - responsabilizar-se pela obtenção do produto expresso na meta física da Ação constante da Lei Orçamentária Anual;

III - garantir a utilização dos recursos de forma eficiente;

IV - gerir os riscos e as restrições que possam influenciar a execução da ação;

V - efetivar o registro em sistema informatizado do desempenho físico e das restrições à execução da Ação;

VI - indicar à Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas o Coordenador-Executivo da Ação.

§ 3º. Compete ao Coordenador-Executivo apoiar a atuação do Coordenador da Ação, no âmbito de suas atribuições, devendo para tanto exercer as funções que lhe forem atribuídas pelo Coordenador da Ação.

§ 4º. A Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas informará sobre a periodicidade de registro de informações das ações em sistema informatizado.

Art. 20. O detalhamento da Ação orçamentária bem como o cargo do responsável pela gestão da Ação, Coordenador da Ação, constam do Anexo a esta Portaria que pode ser encontrada no endereço: http://sigmct.mct.gov.br/index.php/content/view/676.html e http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/339088.html.

Parágrafo único. O Anexo a esta Portaria será atualizada, quando houver alteração da indicação do Coordenador de Ação por solicitação do titular do Órgão ou da Entidade Vinculada, formalmente à ASCAV, ou decorrente da criação de novas ações, fusões e exclusão de ações decorrentes de alterações na lei orçamentária anual.

TÍTULO V

Da Divulgação e da Transparência da Política de Monitoramento e Avaliação

Art. 21. Os resultados das atividades de monitoramento e avaliação serão apresentados e discutidos com os dirigentes das unidades responsáveis por política, programa ou ação.

Art. 22. Fica instituído o Monitor das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação, espaço no sítio eletrônico do MCTI, destinado a divulgar e dar transparência às atividades de monitoramento e avaliação.

§ 1º O Monitor deve divulgar, entre outras informações pertinentes, as seguintes informações:

I. o Plano Anual de Monitoramento e Avaliação do MCTI;

II. indicadores e informações que possibilitem o acompanhamento e o monitoramento das políticas, programas e ações do MCTI, na forma definida pelo Plano Anual de Monitoramento e Avaliação;

III. os diversos relatórios produzidos no âmbito da Política de Monitoramento e Avaliação;

IV. os estudos elaborados com a finalidade de avaliar os resultados e os impactos das políticas, programas e ações do MCTI.

§ 2º A atualização da página do Monitor ficará sob responsabilidade da Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas, com o auxílio da Assessoria de Comunicação Social do MCTI.

Art. 23. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP

Ministério da Cultura

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 72, DE 5 DE JUNHO DE 2012

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Portaria nº 149, de 20 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2011, Seção 1, pág. 20, bem como no EDITAL DE APOIO À PRODUÇÃO DE OBRAS AUDIOVISUAIS CINEMATOGRAFICAS DO GENERO DOCUMENTAL nº 05, de 21 de dezembro de 2011, publicado no DOU de 23 de dezembro de 2011, Seção 3, págs. 87 e 88, resolve:

Art. 1º. Homologar os projetos CLASSIFICADOS para a etapa de SELEÇÃO, pela Comissão de Seleção nomeada pela Portaria nº 46, de 09 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11 de abril de 2012, conforme relação anexa.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

CLASSIFICADOS PARA A ETAPA DE SELEÇÃO

INSCRIÇÃO	PROJETO	CONCORRENTE	REGIÃO
1105 2443	50 ANOS DA MÔNICA	GAVA PRODUÇÕES DIGITAIS LTDA	SUDESTE
1105 1225	COQUEIRO SECO	PLATEAU MARKETING E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA	SUDESTE
1105 1954	DE GRAVATA E UNHA VERMELHA	SEQUÊNCIA 1 LTDA	SUDESTE
1105 1602	H - MAIUSCULO	LUZ MAGICA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA	SUDESTE
1105 0694	MORRO DOS PRAZERES	NOEOCO FILMES PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	SUDESTE
1105 3181	O GAROTO COM O TIGRE. YONLU	INVIDEO PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA	SUL
1105 1433	O MERCADO DE NOTÍCIAS	CASA DE CINEMA DE PORTO ALEGRE LTDA.	SUL
1105 0157	O TEMPO PERGUNTOU AO TEMPO QUANDO TEMPO O TEMPO TEM	INFINITO EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA.	SUDESTE
1105 2720	SAÚDE S.A.	L M STEIN LTDA ME	SUDESTE
1105 2563	SUTIL DIFERENÇA	CINEMA ANIMADORES LTDA EPP	SUDESTE
1105 1463	VACA, GALO, PORCO	CR PRODUÇÕES, FOTO, CINE-VIDEO LTDA. - EPP	SUDESTE
1105 3379	ZUMAMA E O ESTADO POÉTICO DO MUNDO	MIRIADE FILMES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	SUDESTE

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 331, DE 6 DE JUNHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)

12 1665 - Divas da Era - Radio Retrô
Cênica Promoções e Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 11.294.887/0001-94
Processo: 01400.007845/20-12
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 240.680,00
Prazo de Captação: 08/06/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto visa à concepção e montagem de um MUSICAL genuinamente brasileiro. É uma síntese entre as músicas brasileiras dos anos 30 a 50, com uma linguagem de paleo contemporânea, para todos os públicos. A obra visa mostrar para a juventude as samba canções de Dolores Dura, Nora Ney, Emilinha Borba e Dalva de Oliveira, misturadas com elementos de rock, música eletrônica e atores modernos. Serão realizados 15 apresentações, em mais de um mês de temporada.

12 0729 - Uma Viagem Pelo Mundo da História - Extensão
Bressane Conforti Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 06.271.173/0001-20
Processo: 01400.004098/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 349.846,00
Prazo de Captação: 08/06/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Ampliação do projeto direcionado à crianças e jovens com faixa etária entre 6 e 18 anos, que apresentará sete espetáculos, três vezes por semana, abordando importantes episódios da história do Brasil e visitação guiada ao circuito expositivo do Museu Naval. O projeto conta com pré-agendamento e transporte gratuito para os grupos atendidos, como: escolas, creches, ONGs, etc.

12 2796 - Oficinas de Arte e Cultura Na Estação Cultural Mariano Procópio
Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage - FUNALFA
CNPJ/CPF: 20.429.437/0001-52
Processo: 01400.009644/20-12
MG - Juiz de Fora
Valor do Apoio R$: 2.947.351,42
Prazo de Captação: 08/06/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Implementar, na Estação Cultural Mariano Procópio, Juiz de Fora - MG, atividades artísticas e culturais direcionadas a crianças, adolescentes e jovens, prioritariamente de baixa renda, visando ampliar oportunidades que contribuam para otimizar e qualificar sua formação cultural, humanística e empreendedora.

12 2997 - PROJETO DE DANÇA DE RUA
Instituto Recriar
CNPJ/CPF: 04.819.706/0001-30
Processo: 01400.009864/20-12
SP - São José dos Campos
Valor do Apoio R$: 160.610,00
Prazo de Captação: 08/06/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar sete apresentações de DANÇA DE RUA, tendo como bailarinos crianças em situação de vulnerabilidade social, que participarão de capacitação e treinamento, realizando assim a iniciação artística e a possibilidade de trabalhar diversos estímulos cognitivos e sensoriais.

12 1226 - UMA NOITE NA CASA DE BRINQUEDOS
Vila Rica Serviços de Agenciamento de Propriedades Artísticas S/S Ltda.
CNPJ/CPF: 04.884.087/0001-68
Processo: 01400.005317/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 4.773.900,00
Prazo de Captação: 08/06/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto prevê a produção e realização do espetáculo musical infantil "Uma noite na casa de Brinquedos", baseado nas músicas do LP de mesmo nome do músico Toquinho, criado em 1984. Trata-se da remontagem de um clássico, concebido em uma versão mais moderna. O espetáculo ficará em temporada durante quatro meses na cidade de São Paulo. Serão 62 apresentações às sextas, sábados e domingos, sendo duas apresentações nos sábados.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)

12 1281 - CAMERATA MARÉ DO AMANHÃ
Armando Prazeres Produções Artísticas S/C Ltda
CNPJ/CPF: 03.285.057/0001-72
Processo: 01400.005410/20-12
RJ - Petrópolis
Valor do Apoio R$: 2.863.007,00
Prazo de Captação: 08/06/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
SERÁ CRIADA UMA ORQUESTRA DE CÂMERA FORMADA POR ADOLESCENTES E JOVENS ENTRE 10 E 16 ANOS, TODOS ORIUNDOS DE AREAS EM RISCO DOS COMPLEXOS DA PENHA, ALEMÃO E MARÉ. O OBJETIVO SERÁ PREPARA-LOS PARA O MERCADO DE TRABALHO, PARTINDO DO ZERO, EVITANDO AINDA QUE SEJAM ARREGIMENTADAS PELO TRÁFICO OU QUE ACABEM NO MUNDO DAS DROGAS. A ORQUESTRA FARÁ 30 APRESENTAÇÕES AO LONGO DO ANO DE 2013, SEMPRE COM ENTRADA FRANCA, EM ESCOLAS, CLUBES, CRECHES, ORFANATOS, ASILOS, HOSPITAIS, CENTROS COMUNITÁRIOS ETC.

12 2238 - LÍRIO BRANCO
R&R Classic
CNPJ/CPF: 07.476.912/0001-83
Processo: 01400.008606/20-12
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 227.893,30
Prazo de Captação: 08/06/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto "Lírio Branco" prevê a produção e realização de 02 (dois) concertos no município de Palhoça/SC, uma das microrregiões de Florianópolis, (Concerto de Inverno) e (Concerto de Verão), reunindo diversos músicos, com a participação especial de dançarinos e de um grupo coral formado por crianças e jovens da comunidade visitada e das comunidades carentes do entorno. Os espetáculos serão ofertados ao público gratuitamente.

12 1347 - Circuito Cultural UPF
Fundação Universidade de Passo Fundo
CNPJ/CPF: 92.034.321/0001-25
Processo: 01400.005511/20-12
RS - Passo Fundo
Valor do Apoio R$: 656.990,00
Prazo de Captação: 08/06/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Incentivar as atividades artísticas desenvolvidas pelos grupos artísticos da Universidade de Passo Fundo, mostrando sua produção artística, e a capacidade de criação no contexto da atual produção cultural através de 36 apresentações gratuitas dos grupos artísticos da Universidade de Passo Fundo.

12 1200 - Projeto Diego Tavares
Diego Tavares - ME
CNPJ/CPF: 14.283.803/0001-05
Processo: 01400.005271/20-12
SP - São Bernardo do Campo
Valor do Apoio R$: 2.040.760,00
Prazo de Captação: 08/06/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto Diego Tavares tem por objetivo promover a gravação de um CD com 12 músicas e a produção de um DVD com a duração de 70 minutos com musico instrumentista Diego Tavares, a proposta é, fortalecer o musico e mostra o potencial da cultura paulistana. Realização de 24 apresentações com entradas gratuitas.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)

11 12809 - Maldita 3.0
Alessandro dos Santos Ferreira da Silva
CNPJ/CPF: 052.081.467-38
Processo: 01400.040060/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 299.035,79
Prazo de Captação: 08/06/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Exposição comemorativa de 30 anos da Rádio Fluminense FM, a responsável pela primeira revolução do rádio FM no Rio de Janeiro, e por que não dizer no Brasil. A Maldita teve a nobre missão de furar o bloqueio e dar vazão à energia represada da geração de 80, redefinindo a maneira de se fazer rádio no Brasil. Formada por uma cenografia multimídia e interativa, espera-se alcançar aqueles que viveram de perto toda essa agitação, como também os mais jovens.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)

11 13106 - Restauro do Órgão da Igreja Santa Cecília
Maria Eugênia Malagodi - Eventos
CNPJ/CPF: 05.857.866/0001-37
Processo: 01400.040393/20-11
SP - São Paulo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012060800011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4213.0001	Apoio à Disseminação de Novos Conhecimentos, Tecnologias e Processos Inovadores – Nacional	Diretor de Engenharias, Ciências Exatas e Humanas e Sociais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
4213.0056	Apoio à Disseminação de Novos Conhecimentos, Tecnologias e Processos Inovadores - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte - FAPERN - No Estado do Rio Grande do Norte	
4665.0001	Programa de Apoio a Núcleos de Excelência – PRONEX - Nacional	Diretor de Cooperação Institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
4947.0001	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia - Nacional	Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
6147.0001	Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação	**No MCTI**: Assessor de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – ASSIN/MCTI
6147.0001	Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação	**No CNPq**: Coordenador-Geral de Cooperação Internacional da Diretoria de Cooperação Institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
6147.0001	Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação	**Na CNEN**: Coordenador-Geral de Assuntos Internacionais da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN
6237.0001	Desenvolvimento de Pesquisa nos Centros Regionais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE	Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE
6995.0001	Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica - Nacional	Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – SEXEC/MCTI
6995.0035	Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica - No Estado de São Paulo	
6995.0058	Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica - União da Vitória - PR	
6995.0060	Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica - Apoio à Manutenção da Academia Brasileira de Ciências - Rio de Janeiro - RJ	
7J56.0101	Implantação do Instituto de Excelência em Águas – HIDROEX - No Município de Frutal – MG	Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP/MCTI
8482.0001	Apoio a Pesquisas de Resíduos e Contaminantes	Coordenador-Geral de Biotecnologia e Saúde da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED/MCTI

* * * *

Programa 2059 - Política Nuclear

Objetivo: 0327 - Fortalecer o sistema de regulação nuclear para garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear e das radiações ionizantes no país.

Ação.Subtítulo	Descrição da Ação – Localização do Gasto	Coordenador da Ação
2466.0001	Licenciamento, Inspeção e Controle de Instalações e Atividades com Materiais Nucleares e Radioativos	Chefe da Divisão de Normas da Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN
2471.0001	Salvaguardas e Proteção Física de Materiais Nucleares	Coordenador de Salvaguardas da Diretoria do Instituto de Radioproteção e Dosimetria da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN

Objetivo: 0328 - Desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil. CNEN

Ação.Subtítulo	Descrição da Ação – Localização do Gasto	Coordenador da Ação
2463.0001	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear	Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - SEXEC/MCTI
13CN.0101	Implantação do Laboratório Nacional de Fusão	Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN
2467.0001	Metrologia das Radiações Ionizantes	Assessor da Presidência da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN
2469.0001	Controle de Radioproteção e Dosimetria - Nacional	
2473.0001	Funcionamento dos Laboratórios dos Institutos da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN	Coordenador-Geral de Administração e Logística da Diretoria de Gestão Institucional da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN
2961.0001	Desenvolvimento e Fornecimento de Tecnologias Nucleares para o Setor Produtivo - Nacional	Coordenador-Geral de Aplicações das Radiações Ionizantes da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN
6228.0001	Pesquisa e Desenvolvimento em Fusão Termonuclear Controlada	Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN
6833.0001	Pesquisa e Desenvolvimento em Ciências e Tecnologias Nucleares e em Aplicações de Radiações Ionizantes - Nacional	Coordenador-Geral de Ciência e Tecnologias Nucleares da Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN

Objetivo: 0329 - Identificar e definir soluções para a deposição definitiva dos rejeitos radioativos de média e baixa atividade, visando a proteção da população e do meio ambiente.

Ação.Subtítulo	Descrição da Ação – Localização do Gasto	Coordenador da Ação
13CM.0001	Implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível - RBMN	Assessor Técnico da Presidência da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN

20CW.0001	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	**Na CGRH/SPOA/MCTI**: Coordenador-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MCTI
		No CNPq: Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
		Na CNEN: Coordenador-Geral de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão Institucional da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN
		Na AEB: Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração da Agência Espacial Brasileira - AEB
		Nas INB: Presidente das Indústrias Nucleares do Brasil S.A.
		Na NUCLEP: Presidente da Nucleabrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP
		No CEITEC: Presidente do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - CEITEC
20TP.0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	**Na CGRH/SPOA/MCTI**: Coordenador-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MCTI
		No CNPq: Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
		Na CNEN: Coordenador-Geral de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão Institucional da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN
		Na AEB: Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração da Agência Espacial Brasileira - AEB
		Nas INB: Presidente das Indústrias Nucleares do Brasil S.A.
		Na NUCLEP: Presidente da Nucleabrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP
		No CEITEC: Presidente do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - CEITEC
4208.0001	Sistema Integrado de Informações em Ciência e Tecnologia (Plataforma Lattes)	Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
4210.0001	Formulação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia	Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – SEXEC/MCTI

SPOA

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Março/2013

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 da **Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**, apresentado aos Órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual consolidada a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativas TCU nº. 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº. 119/2012 e 124/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno constantes da Portaria nº 133, de 18 de janeiro de 2013.

Unidade Agregadora : SECRETARIA EXECUTIVA / MCTI

Brasília, março/2013

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

AEB – Agência Espacial Brasileira
ASCOF – Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais
CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CEITEC – Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.
CETEM – Centro de Tecnologia Mineral
CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGRL – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGGI – Coordenação-Geral de Gestão e Inovação
CGU – Controladoria - Geral da União
CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COCF – Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira
CTI – Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer
DN – Decisão Normativa
DPF – Divisão de Programação Financeira
FCT – Funções Comissionadas Técnicas
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INB – Indústrias Nucleares do Brasil S/A
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INSA – Instituto do Semi-Árido
INT – Instituto Nacional de Tecnologia
LNA – Laboratório Nacional de Astrofísica
LNCC – Laboratório Nacional de Computação Científica
MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins
MF – Ministério da Fazenda
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
NUCLEP – Nuclebrás Equipamentos Pesados
ON – Observatório Nacional
PACE – Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Equitativo e Sustentável
RENE – Representação Regional do MCT no Nordeste
RNP - Rede Nacional de Pesquisa
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
TCU – Tribunal de Contas da União

INTRODUÇÃO **8**
1 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO **13**
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURIDICIONADA 13
1.2 – FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE 15
1.3 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL 16
1.4 – MACROPROCESSOS FINALISTICOS 17
1.5 – MACROPROCESSOS DE APOIO 20
1.6 – PRINCIPAIS PARCEIROS 21
2- PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 ..... **23**
2.1 – Informações sobre Planejamento Estratégico da Unidade 23
2.2 – Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos 23
2.3 – Execução do Plano de Metas ou de Ações 25
2.4 – Indicadores 26
3- PARTE A, ITEM 3 DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 ..... **41**
3.1 - item 3.2 , do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012 41
3.2 - Item 3.4, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012 43
3.3 - Item 3.5, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012 43
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 ..... **50**
4.1 - INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ 50
4.2 – INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ 53
4.3 – INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ 55
4.4 – INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA 73
4.4.1 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ 73
4.4.2 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS 74
4.4.3 – MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA 77
4.4.4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA 79
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 ..... **86**
5.1 – PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCICIOS ANTERIORES 86
5.2 – INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERENCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA 87
5.3 – INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS 106
5.3.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO CORPORATIVO DO GOVERNO FEDERAL 106
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 ..... **109**
6.1 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS 109
6.1.2 – QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO 111
6.1.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA 114
6.1.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS 116
6.1.7 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO 117
6.1.8 - INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS 118
6.2– TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS 123
6.2.1 – INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO 123
6.2.3 – AUTORIZAÇÃO EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS 127
6.2.4 – INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA 128
6.2.5 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO 130
6.2.6 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS 138
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 ..... **139**
7.2 - GESTÃO DO PATRIMONIO IMOBILIÁRIO 142
8 . PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 ..... **144**
9 - PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 ..... **146**
9 .1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS 147
9 .2 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA 154
10 - PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 ..... **158**

10.1 - Informações sobre o tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU e em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula. 159
10 .2 – DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI 8.730/93 188
10 .3 – DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV 190
1 - PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 191
11.1 – INFORMAÇÕES SOBRE ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PUBLICO NBC T 16.9 E NBCT 16.10, PUBLICADAS PELAS RESOLUÇÕES CFC NºS 1.136/2008 E 1.137/2008, RESPECTIVAMENTE, PARA TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS DA UNIDADE. 191
11.2 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÇAO ORÇAMENTÁRIA, FINANCERIA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA 193
12 - PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 194
12.1 – Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício 194
Quadro II – Posição Inicial e Final do Orçamento / 2012 196
Gráfico da Posição Inicial e Final do Orçamento / 2012 199
12.3 - Limites para Movimentação e Empenho / 2012 200
Quadro IV – Limite de Empenho e Execução Orçamentária / 2012 200
Gráfico da Execução Orçamentária / 2012 202
Gráfico de Limite de Empenho / 2012 202
Quadro V – Execução Orçamentária e Financeira / 2012 203
12.5 - Limite de Pagamento / 2012 205
Quadro VI – Execução Financeira / 2012 – OCC 205
Gráfico da Execução Financeira / 2012 206
12.6 - Inscrição de Restos a Pagar / 2012 207
Quadro VII – Inscrição de Restos a Pagar / 2010 – Outros Custeios e Capital 208
Quadro VIII – Inscrição de Restos a Pagar / 2011 – Outros Custeios e Capital 210
Quadro IX - Inscrição de Restos a Pagar / 2012 – Outros Custeios e Capital 212
Gráfico da Inscrição de Restos a Pagar – Comparativo / Outros Custeios e Capital 215
13 - PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 216
14 - PARTE B, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 254
CONCLUSÃO 268

LISTA DE QUADROS, TABELAS E ILUSTRAÇÕES ,

QUADRO A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO.....13
QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....41
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ .50
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ .51
QUADRO A.4.5 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO.53
QUADRO A.4.5 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO.53
QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....55
QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....56
QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....57
QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....58
QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....60
QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....61
QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....64
QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ.....73
QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES.....74
QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL.....75
QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....76
QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....77
QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS ..79
QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS ..80
QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....81
QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....82
QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....86
QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....87
QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....102
QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTES.....103
QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....104
QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.....104
QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF).....106
QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR 106
QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO "B" E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA).....106
QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF) 108
QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....109
QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12 109
QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....111
QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....112
QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....113

QUADRO A.6.6 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA E NOS DOIS ANTERIORES 114
QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO 116
QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007) 117
QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC 118
QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA 123
QUADRO A.6.16 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS 127
QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA 128
QUADRO A.6.18 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - 130
QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS 138
QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO 142
QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ 143
QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA 144
QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS 147
QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA 154
QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO 159
QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO 167
QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI 182
QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO 184
QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO 185
QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR 188
QUADRO A.11.2 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA. 193
Quadro II – Posição Inicial e Final do Orçamento / 2012 196
Gráfico da Posição Inicial e Final do Orçamento / 2012 199
12.3 - Limites para Movimentação e Empenho / 2012 200
Quadro IV – Limite de Empenho e Execução Orçamentária / 2012 200
Gráfico da Execução Orçamentária / 2012 202
Gráfico de Limite de Empenho / 2012 202
Quadro V – Execução Orçamentária e Financeira / 2012 203
12.5 - Limite de Pagamento / 2012 205
Quadro VI – Execução Financeira / 2012 – OCC 205
Gráfico da Execução Financeira / 2012 206
12.6 - Inscrição de Restos a Pagar / 2012 207
Quadro VII – Inscrição de Restos a Pagar / 2010 – Outros Custeios e Capital 208
Quadro VIII – Inscrição de Restos a Pagar / 2011 – Outros Custeios e Capital 210
Quadro IX - Inscrição de Restos a Pagar / 2012 – Outros Custeios e Capital 212
Gráfico da Inscrição de Restos a Pagar – Comparativo / Outros Custeios e Capital 215
QUADRO B.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE "PRODUTO" NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS 217
QUADRO B.38.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO 254
QUADRO B.38.2 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO EM RAZÃO DE TERMO DE PARCERIA 262
QUADRO B.38.3 – DADOS AGREGADOS DOS TERMOS DE PARCERIA DE EXERCÍCIOS ANTECEDENTES AO DE REFERÊNCIA 263
QUADRO B.38.5 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO 264

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão foi elaborado em conformidade com a Decisão Normativa TCU nº 119 de 18 de Janeiro de 2012, bem como com a Portaria TCU nº 150 de 03 de julho de 2012, e está estruturado em quatro partes , quais sejam: I – Introdução, II – Informações sobre a Unidade Jurisdicionada, III–Desenvolvimento e IV – Conclusões.

No cumprimento das suas competências regimentais, incumbe à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, conduzir a execução das ações decorrentes da função de órgão setorial dos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração de recursos humanos, de administração dos recursos de tecnologia da informação, de serviços gerais, de modernização e inovação institucional, bem como de gestão de documentos de arquivo, no âmbito do Ministério da Ciência , Tecnologia e Inovação - MCTI.

Dessa forma, o presente relatório compreende as ações realizadas pelas seguintes unidades administrativas que compõem a estrutura organizacional da Subsecretaria: Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças; Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; Coordenação-Geral de Recursos Humanos; Coordenação-Geral de Gestão e Inovação; e Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação.

Embora os principais resultados da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração estejam consubstanciados em tópicos específicos do presente relatório, nos quais evidenciam a continuidade das ações empreendidas no exercício anterior, nesse contexto, cabe uma breve abordagem sobre o projeto "Plataforma Aquarius". O objetivo da" Plataforma Aquarius" é ser um instrumento de governança pública, apoiando o processo de modernização e dinamização da gestão estratégica do MCTI com instrumentos que garantam maior transparência e melhores resultados aos investimentos públicos em CT&I. A versão atual da Plataforma Aquarius, lançada oficialmente no site do MCTI em 12/12/2012, encontra-se no endereço eletrônico http://aquarius.mcti.gov.br.

Os demais projetos levados a efeito pela SPOA, no período em foco, possuem o mesmo grau de relevância, no que tange ao alinhamento com os objetivos traçados, no intuito de buscar a realização plena de suas atribuições regimentais, visando sempre garantir as condições necessárias à manutenção e ao funcionamento do Ministério. Destacam-se as seguintes realizações na área de Orçamento e Finanças: o planejamento e a elaboração da Proposta Orçamentária do MCTI para 2013; a análise e o encaminhamento ao órgão central de orçamento da totalidade das alterações orçamentárias solicitadas pelas unidades do MCTI, que se encontravam em conformidade com os aspectos legais envolvidos; a distribuição tempestiva dos limites para movimentação e empenho e dos destinados à realização de pagamentos por parte das unidades gestoras e orçamentárias do Ministério, de forma a minimizar os efeitos negativos da redução das dotações aprovadas na Lei Orçamentária Anual e das necessidades de disponibilidades financeiras para cumprir com os compromissos assumidos; e o acompanhamento e avaliação da execução orçamentária e financeira, o que propiciou a maximização da utilização dos recursos disponíveis. Na área de Recursos Logísticos destacam-se: o planejamento e a elaboração da Proposta Orçamentária da SPOA para 2013; o acompanhamento e avaliação da execução orçamentária das dotações destinadas à Subsecretaria, que propiciaram a maximização da utilização de recursos; o aperfeiçoamento do levantamento de bens móveis; a implantação da avaliação de bens móveis; a elaboração de termo

de referência padronizado para aquisição de novos bens; foi criada rotina de trabalho composta de estudos dos espaços disponíveis, compatibilizando a estrutura do MCTI , bem como a estrutura de cada unidade, tendo sido desenvolvidos diversos projetos para adequação da infraestrutura como ocupação racional do espaço físico e adequação dos mobiliários de cada setor; as licitações e contratos foram legalmente executados, para obtenção da proposta mais vantajosa; aplicação de sanções a fornecedores e licitantes faltosos, segundo as normas que regem a matéria; as ações voltadas à capacitação e ao desenvolvimento de pessoal contemplaram o desenvolvimento de competências para o exercício das atividades inerentes à área administrativa; redução do número de convênios na situação "a comprovar"; em torno de 54%, demonstrando evolução neste indicador de resultados; aumento no número de análises financeiras das prestações de contas de convênios, gerando aproximadamente 180 Informações Financeiras, 152 Pareceres Financeiros e 430 diligências efetuadas ao longo do exercício de 2012, culminando num aumento no retorno dos recursos repassados e não utilizados e/ou executados indevidamente, na ordem de R$ 57.370.858,87; sucesso do MCTI no Projeto Esplanada Sustentável; e elaboração de manuais de orientações de procedimentos para as Divisões de Licitações, Contratos e Compras (DILC), de Convênios (DCON) e de Serviços Gerais (DISG). Na área de Recursos Humanos foram desenvolvidas ações visando a democratização das relações de trabalho, que tem rompido, gradativamente, com a relação tradicionalmente autoritária, trabalhando em parceria com os servidores, na busca da administração dos conflitos existentes e reconhecendo que esses conflitos, quando ignorados, tomam proporções que afetam a produtividade e efetividade da instituição; em relação à política de desenvolvimento dos servidores, apesar de ainda não ter sido implementada a gestão por competência, tem-se procurado ampliar os meios para atendimento ao que dispões o Decreto nº 5.707/2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal na Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, considerando, inclusive, a necessidade de atendimento às finalidades impostas por ele: melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, desenvolvimento permanente do servidor, adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual, divulgação e gerenciamento das ações de capacitação, e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação; o atendimento das demandas de capacitação para 2012, foram observados os resultados do Levantamento de Necessidades de Capacitação – LNC/2012, tanto o LNC Gerencial quanto o LNC Individual; ações específicas de capacitação foram realizadas para a área de informática, conforme previsto no PACTI/2012, em atendimento ao disposto no Acórdão do TCU nº 334; foi elaborado e publicado no Boletim de Serviço de 28/12/2012, a Portaria MCTI nº 173, de 19/12/2012, instituindo o Plano de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas no âmbito da Administração Central do Ministério; foram realizadas em 2012 as avaliações individual e institucional para atribuição da Gratificação de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT instituída pela MP nº 2229-43, de 06/09/2001, devida aos ocupantes dos cargos efetivos integrantes das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia; e foi elaborada e publicada no DOU de 21/12/2012 a Portaria MCTI nº 936 de 19/12/2012, que dispõe sobre a nova forma de avaliação de desempenho dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo da Administração Central do Ministério, com vista ao pagamento da GDACT, em razão da publicação em 10/09/2012 da Portaria Interministerial nº 428, de 06/09/2012. Quanto à área de Gestão e Inovação foi implantada a primeira etapa da Plataforma Aquarius; apoiada a implantação no âmbito do Ministério da formação cultural dos servidores sobre as diretrizes e determinações da Lei de Acesso à Informação-LAI (Lei nº 12.527, de 18/11/2011) e montagem de estrutura para o seu funcionamento com a criação do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC; apoiada à modernização e a gestão da Intranet do MCTI; realizada a gestão dos serviços postais da Administração Central; realizado o controle do envio de publicações do Ministério para o Departamento de Imprensa Oficial da União; Editoração e publicação de cerca de 30 (trinta) Boletins de Serviço; administração do Sistema de Registro e Controle de Documentos -

PROTON, apoiando os seus usuários e capacitando cerca de 150 (cento e cinquenta) novos usuários; realizado diagnóstico situacional dos acervos documentais das unidades finalísticas do MCTI, com vistas à atualização, revisão e elaboração do Código de Classificação de Documentos e a implantação da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos; em decorrência do diagnóstico situacional dos acervos documentais, foi efetuada a modernização dos arquivos de diversos setores do MCTI, resolvendo problemas de segurança apontados pelo controle externo e contribuindo para melhoria do armazenamento de processos e documentos; efetuado o esboço, segundo normas vigentes, da segunda listagem de documentos passíveis de serem eliminados; realizada a capacitação dos servidores e colaboradores responsáveis pelo controle da documentação produzida e recebida nas unidades setoriais do Ministério; catalogação e classificação de 382 novos livros (89 exemplares decorrentes de compra e 293 de doações) pelo SBI; administração (catalogação, classificação e indexação) do acervo bibliográfico do MCTI por meio do Sistema SOPHIA; acréscimo de 1.912 novos atos legislativos à Base de Dados de Legislação do SBI; participação no levantamento de publicações produzidas pelos órgãos federais na área de CT&I para incorporação ao Portal de Publicações Oficiais em Ciência, Tecnologia e Inovação, em desenvolvimento pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT; elaboração do documento "Política de Gestão Documental do MCTI"; e capacitação de servidores da CGGI em Gerenciamento por Processos na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. A área de Gestão da Tecnologia da Informação teve a oportunidade de implementar diversas ações que, em conjunto com as contratações de empresas prestadoras de serviços, permitiram uma sensível melhora nos serviços que oferece a seus usuários; foi concluído o processo de contratação da fábrica de software, a qual iniciou seu atendimento visando atender demandas de novos sistemas, bem como retomar a manutenção dos existentes; foi concluída a ampliação da sala-cofre para abrigar novos equipamentos otimizando, assim, o ambiente computacional do Ministério; foi instituído pelo Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI), Grupo de Trabalho (GT) que revisou o PDTI vigente em 2012 e o republicou em fevereiro de 2013; e a incrementação dos serviços na área de Tecnologia da Informação pode ser observado pelo Relatório de Levantamento de Governança de TI 2012, realizado pelo TCU no MCTI que, em comparação com o levantamento ocorrido em 2010, resultou em aumento da nota do iGovTI do Ministério que, em relação aos demais Ministérios, passou a ocupar a 6ª colocação.

As principais dificuldades para realização dos objetivos na área de Orçamento e Finanças foram: o prazo exíguo estabelecido pela SOF/MP para a elaboração da Proposta Orçamentária 2013, que foi superado graças à larga experiência desenvolvida ao longo dos últimos anos pela equipe encarregada do trabalho e pelo pessoal das Unidades Orçamentárias que atuam nas áreas de orçamento; o fracionamento do limite de empenho por fonte de recursos e grupos de despesas, que foi superado com as diversas solicitações à SOF/MP de remanejamento de limites entre os grupos/fontes; as restrições do Tesouro Nacional quanto às liberações de recursos aquém das necessidades financeiras que ensejaram uma crescente inscrição de despesas em Restos a Pagar; e a limitação dos recursos destinados a diárias e passagens que impossibilitou a realização de parte das atividades programadas para assistência técnica e treinamento dos gestores das unidades do Ministério. Na área de Recursos Logísticos as dificuldades verificadas foram: a força de trabalho reduzida em face da perda de servidores e da reposição insuficiente; a pouca disponibilidade de recursos para proporcionar, em caráter contínuo, a capacitação, o aperfeiçoamento, o treinamento e a reciclagem dos servidores; e muito tempo dispendido para a elaboração de relatórios, a exemplo do Relatório de Gestão, que demandam consultas a diversos sistemas, o que deveria já ser automático, cabendo serem complementadas apenas por informações gerenciais pontuais, assim como o atendimento a demandas de informações do Ministério Público Federal, Polícia Federal, Procuradorias da República, Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, entre outros, onde foram despendidos grandes esforços para atendimento, devido a redução de pessoal disponível para análise e resolução. Na área de Recursos Humanos as dificuldades podem ser

sintetizadas no quadro de pessoal aquém da expectativa do ideal, em relação à abrangência das competências estabelecidas para a pasta, mesmo após a realização do concurso público em 2012. O MCTI para o cumprimento de sua missão, também, ainda não conta com a totalidade de um corpo técnico especializado para o atendimento efetivo das demandas. Quanto à área de Gestão e Inovação destacaram-se as seguintes dificuldades: a baixa resposta aos esforços para promover a articulação das diversas áreas do MCTI para concretização de um novo modelo de gestão estratégica, em razão do posicionamento regimental; o limitado acesso a tecnologias de informação e comunicação (TIC) na infraestrutura do MCTI que apoiassem a implementação de um modelo de gestão efetivo e transparente; os problemas para integrar dados e informações do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para produção de conhecimento, em função da falta de documentação dos sistemas de informação existentes e da quase inexistência de cultura de integração de dados nos órgãos e entidades envolvidos; e a pouca disponibilidade de recursos para proporcionar, em caráter contínuo, a capacitação, o aperfeiçoamento, o treinamento e a reciclagem dos servidores. A área de Gestão da Tecnologia da Informação se viu de frente com as seguintes dificuldade: falta de servidores com a especialização necessária para assumir alguns papéis sensíveis da CGTI; morosidade do processo licitatório devido à legislação atual e procedimentos internos; problemas na disponibilização e gerenciamento de serviços decorrentes da estratégia de terceirização adotada para o serviço público; atraso e não-continuidade na execução dos projetos devido à sobrecarga de atividades dos usuários das áreas demandantes.

Os itens requeridos pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e subitens/quadros especificados nas orientações da Portaria TCU nº 150 , de 03 de julho de 2012 que não se aplicam á natureza da Unidade Jurisdicionada ou não ocorreram no período, estão relacionados abaixo:

Item 3 – ESTRUTURAS DE GOVERNANÇAS

3.1 – Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula, tais como unidade de auditoria ou de controle interno, conselhos fiscais, comitês de avaliações, etc;

3.3 – Informações sobre a remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal.

Item 4 - PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 .1 - Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ;

4.1.2 – Informações sobre Objetivos Vinculados a Programa Temáticos de Responsabilidade da UJ;

4.1.3 – Informações sobre Iniciativas Vinculadas a Programa Temáticos de Responsabilidade da UJ;

Item 05 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 – Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;

5.5 – Renúncia Tributária

Item 06 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1.4.2 – Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada;

6.1.5 – Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos;

6.1.6 – Providências Adotadas nos casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos;

6.1.7.1 - Quadro 6.10 – Atos Sujeitos á Comunicação ao TCU;

6.1.7.2 – Atos Sujeitos á Remessa ao TCU;

6.1.7.3 – Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) sobre os Atos;

6.2.2 – Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público;

Item 10 – CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.2 – Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno

Item 11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.3– Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008;

11.4 – Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ou em lei específica, incluindo as notas explicativas;

11.5 – Informações sobre composição acionária do capital social;

11.6 – Parecer de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis.

1 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURIDICIONADA

QUADRO A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação/ MCTI		**Código SIORG**: 1988	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação Completa: Secretaria Executiva			
Denominação Abreviada: Sexec/MCTI			
Código SIORG: 3234	**Código na LOA:** 24101	**Código SIAFI:** 240112	
Natureza Jurídica: Órgão Público da Administração Direta	**CNPJ:**		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		**Código CNAE:** 8411600	
Telefones/Fax de Contato:	(061)20337700	(61) 20337771	(099) 9999-9999
Endereço Eletrônico: executiva@mct.gov.br			
Página na Internet: http://www.mct.gov.br			
Endereço Postal Esplanada dos Ministérios Bloco E CEP : 70067-900 – Brasília - DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas			
Número de Ordem: 03			
Denominação Completa: Subsecretaria de Planejamento , Orçamento e Administração			
Denominação Abreviada: SPOA/MCTI			
Código SIORG: 8882	**Código na LOA:** 240101	**Código SIAFI:** 240225	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público	**CNPJ:** 99.999.999/9999-99		
Principal Atividade: : Administração Pública em Geral		**Código CNAE:** 8411600	
Telefones/Fax de Contato:	(061)20337700	(099) 9999-9999	(099) 9999-9999
E-mail: : spoa@mct.gov.br			
Página na Internet: http://www.mct.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios Bloco E Sobreloja CEP 70.067-900- Brasília -DF			
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto 5.886 de 06/09/2006, Publicado DOU de 08/09/2006 Seção 1 pagina Portaria nº 758 de 03/10/2006, Publicado DOU de 05/10/2006 Seção 1 página 20			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
240101	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
240102	Coordenação - Geral de Orçamento e Finanças
240133	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
240101	00001
240102	00001
240133	00001

1.2 – FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, unidade componente da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, órgão integrante do Poder Executivo Federal, tem por finalidade superintender as atividades setoriais inerentes aos sistemas de planejamento e de orçamento, de gestão e inovação de processos da administração, de tecnologia da informação, de gestão de pessoas, de logística, de documentação e arquivo, de administração financeira e de contabilidade no âmbito do Ministério.

A Subsecretaria tem por competência nos termos do art.6º do Decreto nº 5.886, de 06/09/2006:

I. Planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de gestão e inovação de processos da administração, de tecnologia da informação, de gestão de pessoas, de logística, de documentação e arquivo, de administração financeira e de contabilidade no âmbito do Ministério;
II. Promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no inciso I e informar, orientar e supervisionar os órgãos no cumprimento das normas administrativas estabelecidas;
III. Planejar e coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades finalísticas do Ministério e submetê-los à decisão superior;
IV. Orientar as unidades do Ministério no planejamento, sistematização, padronização e implementação de técnicas e instrumentos de gestão;
V. Acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades;
VI. Desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, de gestão de pessoas, gestão da informação científica e tecnológica e da tecnologia da informação e da logística, no âmbito do Ministério; e
VII. Realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

1.3 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL

1.4 – MACROPROCESSOS FINALISTICOS

Buscando promover as competência estabelecidas pela Portaria nº. 758, de 03/10/2006, destacamos os principais macroprocessos finalísticos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. Os macroprocessos foram conduzidos objetivando sempre a supremacia do interesse público como finalidade do Estado:

1. Elaboração da Proposta Orçamentária Anual do Ministério - com a finalidade de coordenar o processo de alocação dos recursos recebidos da Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP como os Limites para a Proposta Orçamentária de 2013, foram elaborados estudos e estabelecidos procedimentos a serem adotados pelas Unidades Orçamentárias, bem como retransmitidas orientações emanadas do órgão central do Sistema de Orçamento; Estudos prévios da despesa com Pessoal e Encargos Sociais foram elaborados e encaminhados a todas as Unidades Orçamentárias com a finalidade de parametrizar aos limites que seriam liberados pelo órgão central para essa finalidade; Para definição dos limites das despesas com Outros Custeios e Capital foram realizados vários cenários de distribuição de limites para apresentação às autoridades superiores do MCTI, tendo como parâmetros aqueles usualmente utilizados pela SOF/MP: Projeto de Lei Orçamentária elaborado no mano de 2011, execução orçamentária do exercício anterior, ampliação de índices de crescimento e decréscimo com base em informações quanto às expectativas de arrecadação dos Fundos Setoriais; Instruções procedimentais foram definidas e transmitidas a todas as unidades orçamentárias, com a finalidade de aprimorar o processo de alocação dos recursos.

2. Administração das Alterações Orçamentárias - que tem como objetivo a adequação dos créditos orçamentários aprovados na lei orçamentária, de forma a se ajustarem à realidade das necessidades da unidade, constituiu-se na análise e avaliação dos pedidos com a finalidade de verificar as suas conformidades às determinações normativas e procedimentos emanados do órgão central de orçamento e encaminhamento, via SIOP, à SOF/MF.

3. Acompanhamento e Divulgação da Execução Orçamentária Realizada pelas Unidades – compreendeu o acompanhamento diário da execução orçamentária com inserção de dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e inseridos no Sistema de Informações Gerenciais do MCTI – SIGMCTI, bem como divulgação mensal de Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do MCTI contendo histórico e suas alterações.

4. Elaboração da Programação Financeira Setorial - no início de cada exercício o Poder Executivo e o Ministério da Fazenda, publicam o Decreto e as Portarias de Programação Financeira. A partir dessas publicações o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação elabora a programação financeira, definindo o cronograma mensal de desembolso pra cada Unidade do MCTI. Após a definição desse cronograma, a Setorial de Programação Financeira realiza o acompanhamento da execução financeira utilizando de ferramentas como: SIAFI-Gerencial, SIG/MCTI e planilhas em excel, a fim de identificar se as Unidades estão executando conforme os limites pré-estabelecidos.

5. Orientação sobre a Execução Orçamentária e Financeira – o atendimento às consultas formuladas pelas unidades jurisdicionadas foi conduzido, prioritariamente, por meio de orientações via mensagens eletrônicas (comunica-SIAFI e e-mail's), o que proporcionou à unidade uma melhor clareza na visualização dos fatos, consistindo também em base de consultas à informação, além de proporcionar uma diminuição nas despesas com uso do telefone; a utilização das ferramentas SIAFI-Gerencial e SIG/MCTI, possibilitou a extração de dados com maior praticidade para a composição de relatórios, com vistas a gerenciar a movimentação orçamentária e acompanhar os saldos de limite de empenho transferidos às unidades, de forma a identificar a necessidade de ajuste do limite entre elas;

6. Acompanhamento e Avaliação Contábil - o acompanhamento das atividades contábeis de 48 (quarenta e oito) Unidades Gestoras Executoras no que diz respeito ao adequado e tempestivo registro, bem como as orientações a essas unidades de pesquisas e órgãos vinculados quanto às operações de contabilidade dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial foram realizadas durante todo o exercício através de mensagens Comunica SIAFI, mensagens eletrônicas e nas situações mais emergenciais, a telefonia;

7. Análise e Integridade Contábil - os balanços, balancetes e auditores contábeis foram devidamente analisados de forma tempestiva, sendo que, para as impropriedades detectadas, foram solicitadas as providências quanto à sua regularização; o registro da conformidade contábil no SIAFI dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos foram realizados à luz das normas vigentes, da tabela de eventos e da conformidade de registros de gestão de cada unidade gestora executora;

8. Tomada e Prestação de Contas - com base em apurações de atos e fatos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, a Setorial de Contabilidade elaborou 10 (dez) relatórios de tomada de contas especial, relativos a convênios, inserindo no SIAFI, os registros contábeis dos responsáveis pelo débito apurado; o contador responsável pela unidade gestora executora da administração direta emitiu a declaração do contador, com vistas a compor o processo de prestação de contas anual do Gestor, tendo sido encaminhada formalmente a cada Unidade Jurisdicionada responsável por prestar contas, conforme Decisão Normativa expedida pelo Tribunal de Contas da União.

9. Atividades de Logística - Supervisionar, Controlar e Promover a execução das atividades de administração como: serviços de manutenção predial, limpeza, vigilância, copeiragem, telefonia, transporte, reprografia; promover a execução dos serviços orçamentário-financeiro no âmbito da administração central; efetuar o gerenciamento dos procedimentos internos referente a celebração, execução e prestação de contas de convênios e termos de parcerias; e adquirir bens e serviços por meio de licitações, contratos e contratações diretas;

10. Atividades de Gestão de Pessoas – melhoria da eficiência eficácia e qualidade dos serviços prestados ao cidadão; desenvolvimento permanente do servidor; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.

11. Atividades de Gestão da Informação - desenvolvimento de sistemas informatizados e de sítios no âmbito da Administração Central do Ministério; definição de normas, padrões e procedimentos para criação, utilização e administração das bases de dados no âmbito da Administração Central do Ministério; promoção do maior nível de segurança física e lógica do ambiente de informática; controle das interconexões com outras redes.

12. Atividades de Gestão da Inovação - promover a articulação das diversas áreas do MCTI para concretização de um novo modelo de gestão estratégica; consolidar a gestão por processos no MCTI, por meio da modelagem e da automatização de processos críticos do MCTI; viabilizar o aprimoramento do sistema PROTON com a incorporação de novas funcionalidades, integrando-o aos processos automatizados no contexto da Plataforma Aquarius; fortalecer ações para consolidar a Biblioteca de Políticas em Ciência e Tecnologia como depositária legal das publicações produzidas pela Administração Central, Unidades de Pesquisa e Entidades Vinculadas do MCTI; empreender esforços para a atualização do Código de Classificação de Documentos - CDD e para a elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos – TTD do MCTI.

1.5 – MACROPROCESSOS DE APOIO

Os principais macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades da unidade estão fundamentados na legislação aplicável às atividades desenvolvidas pela Subsecretaria como órgão setorial dos Sistemas de Atividades Auxiliares já mencionados, que são os sistemas de informática estruturantes do Governo Federal como o SIOP, o SIAFI, o SIAPE, o SIASG, o SICONV, o SCDP, bem como os sistemas corporativos internos, a Plataforma Aquarius, o Sistema de Informações Gerenciais do Ministério (SIGMCT) e o Programa de Controle de Pendências.

1.6 – PRINCIPAIS PARCEIROS

Os principais parceiros da SPOA que colaboram ou participam na consecução dos objetivos são :

Parceiros Internos:

- Secretarias Finalísticas, Subsecretarias e Assessorias Técnicas do MCTI
- Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas - ASCAV
- Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais - ASCOF
- Assessoria de Captação de Recursos – ASCAP
- Assessoria de Assuntos Internacionais – ASSIM
- Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP
- Demais Coordenações da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA
- Consultoria Jurídica

Unidades Orçamentárias do MCTI:

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
- Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP
- Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN
- Agência Espacial Brasileira – AEB
- Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB
- Nuclebrás Equipamentos Pesados – NUCLEP
- Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A – CEITEC
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT

Unidades Gestoras do MCTI:

- Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL/SPOA
- Instituto Nacional de Tecnologia – INT
- Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE/CGRNE/INT
- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE / S. J. Campos
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE / Natal
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE / C. Paulista
- Instituto do Semi-Árido – INSA
- Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT
- Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC
- Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST
- Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG
- Observatório Nacional – ON
- Centro de Tecnologia Mineral – CETEM
- Laboratório Nacional de Astrofísica – LNA
- Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI
- Coordenação Geral de Recursos Humanos – CGRH
- Programa de Assist.Técnica para o Cresc.Equitativo e Sustentável – PACE

- CEF / SECIS
- Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais – ASCOF
- Representação Regional do MCTI no Nordeste – RENE
- Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais-CEMADEN
- Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN / Orçamento e Finanças
- Nuclebrás Equipamentos Pesados – NUCLEP
- Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB
- Agência Espacial Brasileira – AEB
- Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A – CEITEC
- CNPq – Transferidora
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT

Parceiros Externos:

- Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MPOG
- Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI/MPOG
- Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MPOG
- Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST/MPOG
- Secretaria do Tesouro Nacional do Ministerio da Fazenda – STN/MF
- Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União – SPC/CGU

2- Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

PLANEJAMENTO ESTRATETICO, PLANO DE METAS E DE AÇÔES

2.1 – Informações sobre Planejamento Estratégico da Unidade

Durante o exercício a SPOA manteve o propósito de buscar o cumprimento de suas atribuições regimentais, mediante o efetivo desempenho das funções atinentes ao órgão setorial dos sistemas federais (de planejamento e orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de pessoal civil, de serviços gerais, de organização e inovação institucional, de gestão de documentos e arquivos e de administração dos recursos de tecnologia da informação). Assim, reforçou a melhoria no suprimento das necessidades das unidades organizacionais desta Pasta, no tocante a recursos humanos, materiais e financeiros e tecnologia da informação, observadas as normas técnicas emanadas dos órgãos centrais dos respectivos sistemas.

Os objetivos estratégicos da Subsecretaria são : Modernização da infraestrutura predial e de tecnologia; Implementação de mecanismos de segurança física e de informação; Otimização dos custos nas aquisições de bens e serviços; Gestão orçamentária eficiente; Manutenção da alta disponibilidade do ambiente tecnológico; Ampliação das ações de capacitação de recursos humanos; Assessoramento técnico nos assuntos de organização administrativa; Elaboração da Proposta Orçamentária Anual dentro dos prazos; Definição dos limites de empenho de forma a maximizar a utilização dos recursos; Orientações sobre a Execução Orçamentária e Financeira; Acompanhamento da Avaliação Contábil e da Execução Orçamentária; Tomadas e Prestações de Contas; Aprimorar a governança de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Central e Unidades Descentralizadas do Ministério; Aprimorar o processo de gestão de recursos de TI; Investir na parceria entre a TI e as demais áreas de negócio para assegurar o alinhamento das ações de TI com as estratégias de negócio do MCTI; Investir no aprimoramento e qualidade dos serviços ofertados pela TI; promover ações que estimulem a segurança da informação e comunicações; Promover a adequação da estrutura regimental do MCTI aos seus objetivos institucionais; Modernizar e dinamizar a gestão estratégica do MCTI; Promover a inovação organizacional e de processos administrativos; Contribuir para a transparência das políticas, programas e ações estratégicas em Ciência, Tecnologia e Inovação; Estruturar e preservar o acervo informacional do MCTI; Facilitar o acesso, o uso e a disseminação do acervo informacional do MCTI; Contribuir para a melhoria contínua do atendimento e da prestação de informações ao público interno e externo do MCTI.

2.2 – Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

No sentido de buscar o pleno cumprimento de suas responsabilidades institucionais, a atuação esteve orientada para aprimorar sistematicamente o processo de articulação e interação com as demais unidades administrativas e, ainda, com os órgãos centrais dos sistemas estruturantes do Governo Federal, mediante o desenvolvimento de atividades para atender o calendário e as demandas dos referidos órgãos.

Em consonância com as determinações e recomendações dos órgãos de controle, o Ministério publicou normativos que auxiliarão na melhora dos serviços que provê aos diversos órgãos do Ministério.

No que se refere à democratização das relações de trabalho, a Subsecretaria por intermédio da área de Recursos Humanos tem rompido, gradativamente, com a relação tradicionalmente autoritária, trabalhando em parceria com os servidores, na busca da administração dos conflitos existentes e reconhecendo que esses conflitos, quando ignorados, tomam proporções que afetam a produtividade e efetividade da instituição.

Para possibilitar a eficiência e eficácia da governança de tecnologia da informação e para buscar o alinhamento com as diretrizes governamentais, preconizadas pelos órgãos de acompanhamento e controle, em 2012, o Ministério efetuou o desmembramento do, então, Comitê Gestor de Segurança e Tecnologia da Informação (CSTI). Com o desmembramento foram instituídos o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI) e o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC), ambos compostos por executivos que integram a estrutura do Ministério, o que assegura a atuação harmônica entre os órgãos que os compõem, bem como contribui para a promoção do alinhamento entre as ações de TI e os objetivos estratégicos do Ministério. Consequentemente, garante a agregação de valor ao negócio.

Outra estratégia adotada foi promover a instituição do Fórum de Gestores de Tecnologia da Informação e Comunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (FGTIC/MCTI). Esse Fórum contribuirá para o cumprimento das recomendações emanadas pelos órgãos de acompanhamento e controle a que o Ministério está subordinado, considerando que poderá subsidiar a alta administração com informações que lhe possibilitará o acompanhamento do desempenho da TI dos órgãos e entidades integrantes da estrutura regimental do Ministério.

O planejamento não identificou riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos estabelecidos. Também não houve necessidade de serem revistos os macroprocessos internos nem adequações nas estruturas de pessoal, tecnologia empregada e imobiliária.

2.3 – Execução do Plano de Metas ou de Ações

A centralidade que as questões de ciência, tecnologia e inovação mereceram do Governo Federal nos últimos anos resultou na evolução crescente da execução orçamentária do MCTI. Nesse contexto, as unidades da SPOA apresentaram objetivos específicos visando ao aumento da satisfação das unidades usuárias, melhoria dos processos de trabalho, melhoria do desempenho das aquisições, desenvolvimento da força de trabalho, melhoria da gestão dos recursos humanos, padronização de procedimentos, cumprimento da programação orçamentária.

As metas estabelecidas para a execução das ações foram, na sua grande maioria, atingidas conforme o planejado. Apesar das dificuldades inerentes ao excessivo volume do tipo de trabalho realizado, verificou-se que os resultados foram muito bons, com exceção daquelas que em função da limitação de despesas com diárias e passagens, por força do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, deixaram de ser executadas ou foram cumpridas parcialmente.

Importante ressaltar que na realização das metas a equipe teve sempre em mente os indicadores estabelecidos e procurando sempre primar pela satisfação do cliente que é a razão da existência das unidades setoriais de sistemas. Foram extensamente utilizados os insumos da informática, treinamentos e, ainda, a comunicação telefônica e/ou mensagem eletrônica, de forma tempestiva, o que resultou na consequente melhoria nas decisões dos gestores da administração central, das unidades de pesquisa e das entidades vinculadas.

A crescente demanda de treinamento das unidades, em razão das alterações promovidas pela Secretaria do Tesouro Nacional no SIAFI, exigiram um esforço não previsto, por parte de servidores da própria equipe desta Coordenação-Geral, para ministrar 06 (seis) treinamentos, sendo 02 (dois) de SIAFI Gerencial e os demais relativos às rotinas: Folha de Pagamento, Suprimento de Fundos e Programação Financeira no Novo CPR – Versão 2, tendo em vista implantação de forma obrigatória para todas as Unidades Gestoras da Administração Pública Federal, dessas novas rotinas a partir de 02 de janeiro de 2013.

2.4 – Indicadores

Indicadores utilizados pelas unidades da SPOA utilizados para medir o desempenho dos principais processos, bem como os resultados alcançados no exercício.

2.4 .1– Indicadores da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

Nome do Indicador	Índice de Restrições registradas na Conformidade Contábil de Órgão Superior no período
Unidade de Medida	Percentual
Descrição do Indicador	A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pela Administração Direta e Entidades Vinculadas ao MCTI consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal SIAFI, de competência de contabilista devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, lotado em unidade gestora setorial contábil e credenciado no SIAFI para este fim, podendo ser registrada da seguinte forma: "sem restrição" quando não houver quaisquer irregularidades que comprometa a qualidade da informação contábil, considerando os esclarecimentos constantes de manuais de análise disponibilizados no Manual SIAFI e demais instrumentos que o responsável pelo registro da conformidade contábil julgar necessário para subsidiar a análise e "com restrição" quando houver quaisquer inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis.
Tipo de Indicador	Eficácia
Fórmula de Cálculo	$\frac{RGE \times 100}{RGEA}$ RGE = Qtde de Restrições Registradas no Exercício RGEA = Qtde de Restrições Registradas Exercício Anterior
Justificativa	O indicador permite que a Setorial de Contabilidade de Órgão Superior deste Ministério possa acompanhar, avaliar e comparar mensalmente e/ou anualmente o quantitativo de restrições contábeis registradas na conformidade contábil de órgão Superior ao longo do período, tendo como base o percentual de aumento ou diminuição, buscando alcançar as metas anuais instituídas com vistas a reduzir o número de irregularidades contábeis apresentadas. No tocante a fórmula de cálculo foi considerada a sua utilidade e mensurabilidade no sentido de avaliar o desempenho da Setorial de Contabilidade, buscando melhoria na qualidade de uma de suas competências que é a de prestar assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda, procurando sanar as impropriedades detectadas dentro do próprio exercício financeiro para que no mês de dezembro a conformidade contábil do Órgão não apresente restrições contábeis nas contas do Gestor.
Série Histórica	**Restrições Contábeis Registradas - 2006 a *2012***

ORGÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
20301 - CNEN	25	32	47	37	33	40	63
20302 - NUCLEP	33	24	37	40	35	32	29
20303 - INB	115	84	77	61	47	65	71
20402 - AEB	28	32	18	7	12	25	15
20501 - CNPq	54	59	49	65	53	31	32
20502 - FINEP	108	90	114	102	84	76	87
24000 - MCTI	107	84	84	80	82	63	88
24209 - CEITEC	0	0	0	8	9	14	16
24801 - INPE	16	12	0	0	0	0	0

24802 - SPOA	40	30	0	0	0	0	0
24901 - FNDCT	61	46	66	40	29	29	31
Total:	**587**	**493**	**492**	**440**	**384**	**375**	**432**

Gráfico

Análise do Indicador

Em 2012, a Setorial de Contabilidade de Órgão Superior, com base nos Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, na Tabela de Eventos, no Plano de Contas da União, na Conformidade dos Registros de Gestão e outros instrumentos que subsidiaram o processo de análise realizada pelo responsável, registrou em média 36 (trinta e seis) restrições contábeis mensais, totalizando 432 (quatrocentos e trinta e dois) restrições anuais. Analisando-se o gráfico, observa-se um decréscimo de registros entre 2006 a 2011, o que seria razoável partindo do princípio que entre 2008 a 2011 a setorial contábil passou a ministrar cursos práticos de execução orçamentária e financeira e ajustes contábeis direcionados aos técnicos das áreas específicas junto as Unidades Gestoras Executoras, atualmente num montante de 49 (quarenta e nove), distribuídas entre 9 (nove) órgãos. Entretanto, podemos observar ainda que, comparando 2011 com 2012, houve um acréscimo de 15% no quantitativo de restrições registradas, cuja causa principal foi a inserção do Novo Contas a Pagar e a Receber pela Secretaria do Tesouro Nacional, em nova plataforma, a partir de 02 de janeiro de 2012. Podemos considerar ainda, o quadro restrito de servidores que compõem a equipe, ou seja, o concurso público foi realizado em agosto de 2012, porém os novos servidores só tomarão posse a partir de março de 2013; outro fato que influenciou no resultado do indicador selecionado foi a limitação nos gastos com diárias e passagens impostos pelo Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, que impossibilitou a equipe de realizar visitas técnicas de orientação, bem como ministrar treinamentos práticos aos técnicos das Unidades, considerando que a maioria encontram-se instaladas fora da capital federal. Considerando que o ano de 2012 foi de muitas mudanças e inúmeras dificuldades, espera-se que com a nomeação dos servidores concursados em substituição aos terceirizados equipe possa ser formada e treinada para melhor desempenhar as atividades de competência da Setorial de Contabilidade de Órgão Superior deste Ministério, em 2013.

NOME DO INDICADOR	Execução Financeira das Unidades do MCTI
UNIDADE DE MEDIDA	Percentual
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Calcula o percentual em relação aos valores pagos e o total de financeiro recebido pelas Unidades.
TIPO DE INDICADOR	Eficácia
MÉTODO DE APURAÇÃO	**EFU=__Pagos_X 100%__** **Liberado pelo MCTI** O "EFU" é o percentual do que foi pago em relação ao recebido de financeiro pela Unidade. O "PAGO" é toda execução efetuada pela Unidade, valores pagos de restos a pagar e dotação do exercício. O "LIBERADO" são os valores recebidos pelas unidades constando nas contas 29.311.0306, 29.311.0404 – Diretas e 29.311.0204 – Indiretas.
JUSTIFICATIVA	Baseado no Decreto de Programação Financeira, publicado anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, o Ministério determina para as Unidades uma programação financeira mensal. Diante dessa programação as unidades solicitam por meio do documento no SIAFI, denominado PF, o recurso necessário para suprir suas despesas mensais. Dentro do cronograma previamente definido o MCTI/CGOF/DIPF libera o financeiro conforme solicitado. As Unidades do MCTI recebem o financeiro e providenciam a devida execução de suas despesas. Às vezes acontece de alguma unidade receber o recurso e não executá-lo em sua totalidade. O indicador se faz necessário para que este MCTI possa avaliar a execução do Órgão, e observando se a Unidade está executando ou não o recurso recebido, servindo de parâmetro para, se necessário, remanejar o limite de pagamento de uma Unidade que não esteja executando para outra que necessita de mais recurso.
EXECUÇÃO 2012	

U N I D A D E S	LIMITE DE PAGAMENTO	VALORES PAGOS
ADM. CENTRAL	**689.944**	**578.871**
INSTITUTOS	**147.854**	**194.054**
CNPq	**1.255.655**	**1.431.548**
CNEN	**48.716**	**68.992**
AEB	**269.229**	**254.287**
INB	**18.202**	**17.444**
NUCLEP	**26.365**	**32.577**
FNDCT	**1.721.072**	**1.792.895**
CEITEC	**47.726**	**41.720**
TOTAL	**4.224.763**	**4.412.388**

GRÁFICO	

ANÁLISE DO INDICADOR	Em 2012, a Setorial de Programação Financeira, com base nos Decretos de Programação Financeira e Portarias da STN, definiu o limite de pagamento para cada Unidade, seguindo um percentual de corte conforme definido pela STN para este Ministério. Com base nessas informações esta Setorial utilizou-se de ferramentas como: Siafi Gerencial, SIG/MCTI e planilhas em excel para realizar o acompanhamento da execução financeira de cada Unidade. A análise consistiu em verificar o pagamento em relação ao limite previamente autorizado. Conforme visualizado no gráfico podemos verificar que algumas Unidades tiveram uma execução acima do limite de pagamento. Isso se tornou possível, por dois motivos: o primeiro está relacionado ao acompanhamento que esta Setorial realiza para identificar as Unidades que não estão executando e repassar os saldos de limites às que necessitam de mais recurso para executá-lo. O outro refere-se ao fato que este Ministério recebeu da Secretaria do Tesouro Nacional um aporte financeiro além do limite de pagamento estabelecido.

2.4 .2– Indicadores da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

NOME DO INDICADOR	GASTOS COM DIÁRIAS E PASSAGENS
UNIDADE DE MEDIDA	Valor em Real
DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Informa, por ano, o valor total dos gastos com diárias e passagens.
TIPO DE INDICADOR	Efetividade
MÉTODO DE APURAÇÃO	São informados os gastos com diárias e passagens entre os anos 2008 e 2012 para possibilitar tomadas de decisão.
JUSTIFICATIVA	O indicador é importante para comparar os gastos no período mencionado acima.
GASTOS POR ANO	

ANO	DIÁRIAS	PASSAGENS
2008	1.628.890,69	3.125.868,48
2009	2.098.120,93	3.170.151,53
2010	3.153.556,92	3.773.475,22
2011	1.735.587,80	2.104.784,39
2012	2.298.686,19	2.932.546,15

Gastos com Diárias e Passagens MCTI - SEDE
1.628.890,69
3.125.868,48
2.098.120,93
3.170.151,53
3.153.556,92
3.773.475,22
1.735.587,80
2.104.784,39
2.298.686,19
2.932.546,15
DIÁRIASPASSAGENS
2008
DIÁRIASPASSAGENS
2009
DIÁRIASPASSAGENS
2010
DIÁRIASPASSAGENS
2011
DIÁRIASPASSAGENS
2012

INDICADORES DE GESTÃO - CGRL

Subdimensão	Indicador	Fórmula	Unidade	Interpretação	Fonte	Periodicidade
Serviço de Contratos / DILC	Tempo médio para finalização de processos administrativos	Número de dias entre a submissão do processo a CGRL e a Decisão da aplicação de sanção.	Dias	Menor - Melhor	Planilha de Contratos	Semestral

Processo	Data de abertura do Processo	Registro da Decisão	Nº de Dias	Relevância	Fonte	Razão do Descumprimento
01200.000175/2012-75	23/1/2012	27/8/2012	217	alta	informado pela Pregoeira oficial	Não apresentação de proposta quando convocado no Pregão eletrônico
01200.000174/2012-21	23/1/2012	11/10/2012	262	alta	informado pela Pregoeira oficial	Não apresentação de proposta quando convocado no Pregão eletrônico
01200.00180/2012-88	24/1/2012	26/10/2012	276	alta	verificado pela equipe fiscalizatória	deixou de arcar por parte de encargos sociais previsto na legislação vigente
01200.000378/2012-06	13/2/2012	19/4/2012	66	média	verificado pela equipe fiscalizatória	pagamento do 1° mês em cheque
01200.00524/2012-59	27/2/2012	23/11/2012	270	média	verificado pela equipe fiscalizatória	mora na execução do serviço (89 dias)
01200.000812/2012-11	21/3/2012	13/11/2012	237	alta	detectado pela Administração	utilização sem cobertura contratual de jornais e revistas
01200.001401/2012	7/5/2012	14/12/2012	221	média	solicitado pela contratada	solicita a rescisão amigavel
01200.001468/2012-70	10/5/2012	20/9/2012	133	alta	verificado pela equipe fiscalizatória	denuncia de ocorrência de insetos dentro de alimentos
01200.001732/2012-75	30/5/2012	20/9/2012	113	alta	detectado pela Administração	utilização sem cobertura contratual de jornais e revistas
01200.002014/2012-16	26/6/2012	em trâmite		média	verificado pela equipe fiscalizatória	mora na atualização do plano tarifário personalizado deste Órgão
01200.002096/2012-07	29/6/2012	30/1/2013	215	alta	verificado pela equipe fiscalizatória	denuncia de ocorrência de insetos dentro de alimentos

01200.002554/2012-08	26/7/2012	em trâmite		alta	verificado pela equipe fiscalizatória	Não apresentação de comprovante de regularização de FGTS, INSS, VT e VA
01200.003184/2012-18	17/8/2012	em trâmite		alta	verificado pela equipe fiscalizatória	atraso no pagamento dos funcionários
01200.003703/2012-48	19/9/2012	5/2/2013	139	baixa	verificado pela equipe fiscalizatória	descumprimento da clausula primeira, subclausula primeira e Termo de referência
01200.003864/2012-31	28/9/2012	30/1/2013	124	alta	verificado pela equipe fiscalizatória	denúncias de ocorrência de pedaço de vidro em alimentos
01200.004109/2012-74	17/10/2012	11/1/2013	86	alta	informado pela Pregoeira oficial	Não apresentação de proposta quando convocado no Pregão eletrônico
01200.004116/2012-76	17/10/2012	em trâmite		baixa	verificado pela equipe fiscalizatória	não entrega de gravações de áudio e estenotipia em mídia impressa
01200.004499/2012-82	12/11/2012	em trâmite		alta	informado pela Pregoeira oficial	Não apresentação de proposta quando convocado no Pregão eletrônico
01200.004498/2012-38	14/11/2012	22/1/2013	69	alta	verificado pela equipe fiscalizatória	atraso na entrega de material
01200.004497/2012-93	14/11/2012	6/3/2013	112	alta	informado pela Pregoeira oficial	Não apresentação de proposta quando convocado no Pregão eletrônico
01200.004501/2012-13	14/11/2012	em trâmite		alta	verificado pela equipe fiscalizatória	Problemas nos materiais permanentes fornecidos pela empresa
01200.004496/2012-49	14/11/2012	em trâmite		alta	informado pela Pregoeira oficial	Não apresentação de proposta quando convocado no Pregão eletrônico
01200.004612/2012-20	23/11/2012	em trâmite		media	verificado pela equipe fiscalizatória	entrega fracionada de materiais
01200.004934/2012-79	12/12/2012	em trâmite		alta	verificado pela equipe fiscalizatória	divergência de salários pagos aos encarregados
Tempo médio dos processos administrativos			**169**			

INDICADORES DE GESTÃO - CGRL

Subdimensão	Indicador	Fórmula	Unidade	Peridiocidade	Interpretação	Fonte
Serviço de Licitações/DILC	Tempo médio do processo licitatório	Tempo de permanência do certame licitatório na Divisão de Licitações, Contratos e Compras até a adjudicação/homologação da licitação.	Dias	Semestral	Menor - Melhor	Comprasnet/ Planilhas de Licitações

Modalidade	Processo	Data de abertura do Processo	Data de homologação ou outra situação	Nº de Dias	Valor estimado R$	Valor contratado R$	Percentual de economia	Observações
PE 1/2012	01200.004551/2011-10	13/12/2011	5/4/2012	114	1.107.652,15	968.420,00	12,57%	-
PE 2/2012	01200.004158/2011-26	22/11/2011	1/3/2012	100	-	-	-	Abandonado na adjudicação - Divergência nas especificações do TR.
PE 3/2012	01200.000175/2012-75	23/1/2012	10/4/2012	78	-	-	-	Abandonado na adjudicação - licitação cancelada - Divergências técnicas no TR.
PE 4/2012	01200.004388/2011-95	1/12/2011	28/2/2012	89	5.143.425,15	4.473.753,80	13,02%	-
PE 5/2012	01200.000590/2012-29	2/3/2012	27/6/2012	117	63.133,32	19.522,00	69,08%	-
PE 6/2012	01200.000394/2012-54	14/2/2012	30/3/2012	45	-	-	-	Solicitação de cancelamento da contratação pela área demandante
PE 7/2012	-	-	-	-	-	-	-	-
PE 8/2012	01200.004257/2011 - 16	25/11/2011	22/3/2012	118	576.189,90	434.237,00	24,64%	

PE 9/2012	01200.000017/2012-15	3/1/2012	18/4/2012	106	-	-	-	Edital impugnado
PE 10/2012	01200.000174/2012-21	23/1/2012	25/5/2012	123	10.000,00	5.800,00	42,00%	-
PE 11/2012	01200.000521/2012 - 15	24/2/2012	12/6/2012	109	33.600,00	3.063,00	90,88%	-
PE 12/2012	01200.001112/2012 - 36	16/4/2012	24/7/2012	99	71.430.880,54	35.826.170,00	49,84%	-
PE 13/2012	01200.004158/2011 - 26	22/11/2011	18/4/2012	148	11.900,00	8.924,81	25,00%	-
PE 14/2012	01200.004257/2011-16	25/11/2011	1/6/2012	189	227.066,29	192.189,10	15,36%	-
PE 15/2012	01200.000829/2012 - 61	23/3/2012	5/6/2012	74		-	-	REVOGADO, com fulcro no art. 49 da Lei Federal nº. 8.666/93
PE 16/2012	01200.000175/2012-75	15/5/2012	4/9/2012	112		-	-	REVOGADO, conforme representação do TCU nº 489252297.
PE 17/2012	-	-	-	-	-	-	-	-
PE 18/2012	01200.002170/2012 - 87	3/7/2012	12/9/2012	71	25.938.000,00	5.310.289,98	79,53%	-
PE 19/2012	01200.001500/2012 - 17	11/5/2012	3/8/2012	84	153.300,00	58.008,50	62,16%	-
PE 20/2012	01200.001668/2012 - 22	24/5/2012	9/8/2012	77	690.389,56	415.837,50	39,77%	-
PE 21/2012	01200.002345/2012 - 56	13/7/2012	7/12/2012	147	21.301.400,00	20.458.900,00	3,96%	-
PE 22/2012	01200.001647/2012 - 15	23/5/2012	24/10/2012	154	51.046,40	34.298,40	32,81%	-
PE 23/2012	01200.002331/2012 - 32	13/7/2012	22/11/2012	132	333.365,33	251.512,00	24,55%	-

PE 24/2012	01200.002332/2012-87	13/7/2012	23/11/2012	133	6.755.050,20	2.348.964,00	65,23%	-
PE 25/2012	01200.001829/2012 - 88	6/6/2012	3/12/2012	180	2.780.888,27	1.746.303,93	37,20%	-
PE 26/2012	01200.004749/2010 - 12	29/11/2010	1/2/2012	429	6.406,00	6.400,00	0,09%	-
PE 27/2012	01200.002328/2012 - 19	12/7/2012	27/12/2012	168	91.122,26	90.165,99	1,05%	-
PE 28/2012	-	-	-		-	-	-	-
PE 29/2012	01200.002330/2012 - 98	12/7/2012	5/11/2012	116	1.879.993,00	1.863.350,00	0,89%	-
PE 30/2012	01200.002559/2012 - 22	27/7/2012	22/11/2012	118	16.250,00	14.775,00	9,08%	-
PE 31/2012	01200.001784/2012-41	4/6/2012	7/12/2012	186	113.049,90	-	-	Licitação cancelada na UGE 240101, para ser feita na UGE 240224.
PE 32/2012	-	-	-	-	-	-	-	-
PE 33/2012	01200.002997/2012 - 91	7/8/2012	16/1/2013	162	4.766.666,69	4.185.000,00	12,20%	-
PE 34/2012	01200.003776/2012 - 30	25/9/2012	27/12/2012	93	5.049.240,00	4.643.240,00	8,04%	-
PE 35/2012	01200.003589/2012 - 56	13/9/2012	-	-	6.858.934,00	-	-	-
PE 36/2012	01200.001812/2012 - 21	5/6/2012	6/12/2012	184	32.202,66	19.349,10	39,91%	-
PE 37/2012	01200.002334/2012 - 76	13/7/2012	27/11/2012	137	34.240,10	25.950,00	24,21%	-
PE 38/2012	01200.003444/2012 - 55	4/9/2012	7/12/2012	94	46.843,60	35.399,00	24,43%	-

PE 39/2012	01200.003443/2012 - 19	4/9/2012	26/12/2012	113	168.600,00	16.729,92	90,08%	-
PE 40/2012	01200.003090/2012 - 49	14/8/2012	7/12/2012	115	11.297.477,27	8.876.328,00	21,43%	-
PE 41/2012	01200.003440/2012 -77	4/9/2012	27/12/2012	114	138.000,00	20.988,00	84,79%	-
PE 42/2012	01200.003590/2012-81	13/9/2012	-		106.500,00	-	-	Encaminhado a área demandante para alterações em virtude do Dec. 7903
PE 43/2012	01200.001843/2012 - 81	8/6/2012	27/12/2012	202	55.930,81	19.189,18	65,69%	-
PE 44/2012	01200.004271/2012-92	6/2/2012	28/12/2012	326	2.560.186,16	1.329.537,64	48,07%	-
PE 45/2012	0.1200.003677/2012-58	18/9/2012	-	-	14. 560.000,00		-	Encaminhado a área demandante para alterações em virtude do Dec. 7903
PE 46/2012	01200.002412/2012 - 32	18/7/2012	-	-	1.307.456,52	-	-	Encaminhado a área demandante para ser licitado na UGE 240224
PE 47/2012	01200.004579/2012-38	21/11/2012	-	-	4.049.159,33	-	-	Encaminhado a área demandante para alterações em virtude do Dec. 7903
PE 48/2012	01200.004615/2012-63	23/11/2012	27/12/2012	34	135.753,33	135.400,00	0,26%	
PE 49/2012	01200.002329/2012 - 63	12/7/2012	19/12/2012	160	19.654,00	18.448,92	6,13%	
PE 50/2012	01200.004986/2012-45	17/12/2012	-	-	3.367.163,03	-	-	
CONCORRÊNCIA 01/2012	01200.000976/2011-50	20/4/2011	6/11/2012	-	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00%	
VALORES GERAIS (Tempo médio, total estimado, total licitado e percentual médio de economia)				134	172.952.696,59	103.891.843,77	39,93%	**Economia nas licitações nas modalidades de Pregão Eletrônico e Concorrência de R$ 69.060.852,82.**

2.4 .3– Indicadores da Coordenação-Geral de Gestão e Inovação

Dentro do escopo definido durante o exercício de 2012, foram propostos cinco indicadores no intuito de medir: (i) acesso à documentação e informação; (ii) satisfação do cliente; (iii) capacitação profissional; e (iv) desenvolvimento da gestão documental. Os indicadores propostos são complementares e estão apresentados nas tabelas a seguir.

Nome	**IPR = Índice de Pesquisas Realizadas**
Método	Diferença entre pesquisas solicitadas e pesquisas atendidas.
Propósito	Evitar que usuários não sejam atendidos.
Vinculação	Lei 12.527/11.
Frequência	Mensal.
Quem mede	Serviço de Arquivo Central.
Fonte de dados	Formulário de solicitação de empréstimo ou desarquivamento.
Exemplo de ação possível	Aumentar número de funcionários do Serviço de Arquivo Central.
Descrição da fórmula	PS – PA – PP = IPR (PS - PESQUISA SOLICITADA) (PA - PESQUISA ATENDIDA) (PP - PESQUISA ATENDIDA EM PARTE) (IPR - ÍNDICE DE PESQUISAS REALIZADAS)
Meta	Índice igual a zero.

Nome	**IPR = Índice de Desenvolvimento dos Arquivos Setoriais**
Método	Diferença entre quantitativo de transferência de documentação e quantitativo de transferências devolvidas.
Propósito	Identificar carência ou ausência de treinamento e possibilidade de perda de documentação e informação.
Vinculação	Política de gestão documental
Frequência	Mensal.
Quem mede	Serviço de Arquivo Central.
Fonte de dados	Cronograma de transferência e solicitação de visita técnica.
Exemplo de ação possível	Visitas técnicas e treinamento de multiplicadores.
Descrição da fórmula	AGT – QTD = IDAS (AGT - QUANTITATIVO DE TRANSFERÊNCIAS) (QVT - QUANTITATIVO DE TRANSFERÊNCIAS DEVOLVIDAS) (IDAS - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DOS ARQUIVOS SETORIAIS)
Meta	Índice igual ao quantitativo de transferência.

Nome	**IPR = Índice de Acesso à Documentação Virtual**
Método	Diferença entre quantitativo de documentos registrados e quantitativo de documentos digitalizados.
Propósito	Identificar porcentagem de documentos registrados e não digitalizados.
Vinculação	Lei 12.527/11.
Frequência	Mensal.
Quem mede	Serviço de Protocolo.
Fonte de dados	Sistema Próton.
Exemplo de ação possível	Adaptar o sistema Próton para facilitar entrada e saída das informações (criar pesquisa).
Descrição da fórmula	QDR – QDD = IADV (DR - QUANTITATIVO DE DOCUMENTOS REGISTRADOS) (QVT - QUANTITATIVO DE DOCUMENTOS DIGITALIZADOS) (IDAS - ÍNDICE DE ACESSO À DOCUMENTAÇÃO VIRTUAL)
Meta	Índice igual a zero.

Nome	**IPR = Índice de Capacitação**
Método	Diferença entre quantitativo de vagas oferecidas em cursos de gestão documental e quantitativo de servidores ou colaboradores capacitados.
Propósito	Potencializar a capacitação.
Vinculação	Política de Gestão Documental.
Frequência	Mensal.
Quem mede	CGGI.
Fonte de dados	Coordenação-Geral de Recursos Humanos.
Exemplo de ação possível	Oferta de cursos de gestão documental.
Descrição da fórmula	CGD – QSCC = IC (CGD - QUANTITATIVO DE CURSOS DE GESTÃO DOCUMENTAL) (QVT - QUANTITATIVO DE SERVIDORES/ COLABORADORES CAPACITADOS) (IC - ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO)
Meta	Índice igual a zero.

Nome	**IPR = Índice de Crescimento Exponencial do Acervo**
Método	Soma da capacidade de armazenamento do Arquivo Central com a quantidade de caixas eliminadas, menos o quantitativo de caixas transferidas.
Propósito	Mensurar o crescimento do acervo em idade intermediária e permanente.
Vinculação	Lei 8.159.
Frequência	Semestral.
Quem mede	Arquivo Central.
Fonte de dados	Quantitativo de espaço vazio, quantitativo de caixas eliminadas no período e quantitativo de caixas transferidas.
Exemplo de ação possível	Organizar eliminações periódicas e aprovar Código de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidade da área fim do MCTI.
Descrição da fórmula	CAAC + QCE – QCT = ICEA (CAAC - CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DO ARQUIVO CENTRAL) (QCE - QUANTITATIVO DE CAIXAS ELIMINADAS) (QCT - QUANTITATIVO CAIXAS TRANSFERIDAS) (ICEA - ÍNDICE DE CRESCIMENTO EXPONENCIAL DO ACERVO)
Meta	Índice sempre > 2000.

2.4 .4– Indicadores da Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação

As ações foram agrupadas conforme as necessidades prioritárias do MCTI, classificadas em cinco temas principais: Governança de TI, Gestão de TI, Infraestrutura, Central de Serviços e Sistemas e Aplicativos. Para cada ação foram definidos: indicador, prazo previsto, tipo de execução e responsável. O documento na íntegra pode ser visualizado em: http://www.mct.gov.br/pdti.

3- Parte A, item 3 do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

3.1 - item 3.2 , do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

ESTRUTURA DE GOVERNANÇAS E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
31. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**X**
32. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					**X**
33. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					**X**
34. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					**X**
35. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					**X**
36. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					**X**
37. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					**X**
38. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				**X**	
39. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**X**	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
40. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				**X**	
41. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					**X**
42. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				**X**	
43. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					**X**
44. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				**X**	
45. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				**X**	
46. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					**X**
47. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**X**
48. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					**X**
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
49. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					**X**

50. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				**X**	
51. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					**X**
52. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				**X**	
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
53. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				**X**	
54. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				**X**	
55. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				**X**	
56. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				**X**	
57. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				**X**	
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
58. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				**X**	
59. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				**X**	
60. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				**X**	

Análise Crítica:

Escala de valores da Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) Neutra: Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.2 - Item 3.4, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

3.3 - Item 3.5, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

Informações sobre estrutura e as atividades do Sistema de Correição
Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nª 1.043/2007 da CGU

O sistema de correição do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, funciona por meio da Assessoria de Procedimentos Disciplinares – APDIS, sendo assessoria da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, e segue os seguintes normativos:

- Decreto nº 5.480, de 30/06/2005 – Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5480.htm)

- Portaria nº 1.043, de 24/07/2007 (CGU) - Estabelece a obrigatoriedade de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD para o gerenciamento das informações sobre processos disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

(http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/63/CGU/2007/1043.htm)

- Portaria nº 111, de 07/03/2008 (MCTI) – Implementa a Política de Uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, no âmbito do MCTI. (http://www.cgu.gov.br/Correicao/CguPad/arquivos/portaria_111_2008.pdf)

Como principais resultados dessa atividade podemos elencar a alocação de 04 (quatro) servidores para executar tais tarefas além dos esforços em estruturar a área de Procedimentos Disciplinares que atualmente conta com sala da APDIS e sala de oitiva, composta de mesa para oitiva, computador, acesso à rede Intranet e impressora. Está sendo providenciado um arquivo para o guardo dos autos de todos os processos disciplinares do MCTI.

Todos os Processos Disciplinares estão em consonância com os preceitos contidos na Portaria nº 1.043/2007 da CGU acima citada, conforme segue:

a) RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS: INSTAURADOS

Quadro Consolidado Global Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos: 8
Total de Processos Administrativos Disciplinares: 1
Total de Ritos Sumários: 1
Total de Sindicâncias: 7
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário': 0
Total de Procedimentos: 9

Assessoria de Assuntos Internacionais
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado: 0
Consultoria Jurídica
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado: 0
Gabinete do Ministro
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado: 1
Total de Sindicâncias 1

Total de Procedimentos 1
Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:0
Secretaria de Desenvolvimento Técnológico e Inovação
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado: 0
Secretaria de Política de Informática
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado: 0
Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado: 1
Total de Sindicâncias 1
Total de Procedimentos 1
Secretaria-Executiva
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado: 7
Total de Processos Administrativos Disciplinares 1
Total de Ritos Sumários 1
Total de Sindicâncias 5
Total de Procedimentos 7

b) RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS: EM INDICIAMENTO/CITAÇÃO

Quadro Consolidado Global Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos: 8
Total de Processos Administrativos Disciplinares 2
Total de Ritos Sumários 1
Total de Sindicâncias 7
Total de Procedimentos 10

Assessoria de Assuntos Internacionais
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0
Consultoria Jurídica
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0
Gabinete do Ministro
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 1

Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 1
Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0
Secretaria de Desenvolvimento Técnológico e Inovação
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado: Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0
Secretaria de Política de Informática
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0
Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 1
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 1
Secretaria-Executiva
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 2
Total de Ritos Sumários 1
Total de Sindicâncias 5
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 8

c) RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS: ENCAMINHADOS PARA JULGAMENTO

Quadro Consolidado Global Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos: 8
Total de Processos Administrativos Disciplinares 2
Total de Ritos Sumários 1
Total de Sindicâncias 6
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 9

Assessoria de Assuntos Internacionais
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0
Consultoria Jurídica
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0
Gabinete do Ministro
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 1
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 1
Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0
Secretaria de Desenvolvimento Técnológico e Inovação
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0
Secretaria de Política de Informática
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0
Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0
Secretaria-Executiva
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012

Total de Processos Administrativos Disciplinares 2
Total de Ritos Sumários 1
Total de Sindicâncias 5
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 8

a) RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS: JULGADOS

Quadro Consolidado Global Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos: 8
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 5
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 5

Assessoria de Assuntos Internacionais
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0

Consultoria Jurídica
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0

Gabinete do Ministro
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 1
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 1

Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0

Secretaria de Desenvolvimento Técnológico e Inovação
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0

Secretaria de Política de Informática
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0
Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0
Secretaria-Executiva
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 4
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 4

b) RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ANULADOS ADMINISTRATIVAMENTE

Quadro Consolidado Global Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos: 8
Total de Processos Administrativos Disciplinares 3
Total de Ritos Sumários 1
Total de Sindicâncias 4
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 8

Assessoria de Assuntos Internacionais
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0
Consultoria Jurídica
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0
Gabinete do Ministro
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0

Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0
Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0
Secretaria de Desenvolvimento Técnológico e Inovação
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0
Secretaria de Política de Informática
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 0
Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 0
Total de Ritos Sumários 0
Total de Sindicâncias 1
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 1
Secretaria-Executiva
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Total de Processos Administrativos Disciplinares 3
Total de Ritos Sumários 1
Total de Sindicâncias 3
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário' 0
Total de Procedimentos 7

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

4.1 - INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	19.572.2056.0B18.0001
Descrição	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL ALCÂNTARA CYCLONE SPACE – ACS
Iniciativa	Não há
Unidade Responsável	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, Secretaria-Executiva
Unidade Orçamentária	UO :24101 – MINISTÉRIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI UG :240101 – COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/CGRL/MCTI

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
85.000.000	85.000.000	85.000.000	85.000.000	0,00	0,00	85.000.000

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Participação da União, como acionista brasileira, na composição do capital da empresa bi-nacional "Alcântara Cyclone Space - ACS", que se responsabilizará pelo desenvolvimento e operação do Sítio de Lançamento do Cyclone-4 no Centro Espacial de Alcântara, conforme previsto no Tratado firmado entre o Brasil e a Ucrânia, promulgado pelo Decreto nº 5.436 de 28.04.2005.	Capital composto				

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	19.572.2056.0B18.0103 – CREDITO EXTRAORDINARIO
Descrição	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL ALCÂNTARA CYCLONE SPACE – ACS
Iniciativa	NÃO HÁ
Unidade Responsável	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, Secretaria-Executiva/MCTI
Unidade Orçamentária	UO :24101 – MINISTÉRIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI UG :240101 – COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/CGRL/MCTI

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
16.666.667		0,00	0,00			0,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Participação da União, como acionista brasileira, na composição do capital da empresa bi-nacional "Alcântara Cyclone Space - ACS", que se responsabilizará pelo desenvolvimento e operação do Sítio de Lançamento do Cyclone-4 no Centro Espacial de Alcântara, conforme previsto no Tratado firmado entre o Brasil e a Ucrânia, promulgado pelo Decreto nº 5.436 de 28.04.2005.	Capital composto				

A Alcântara Cyclone Space – ACS é uma empresa binacional, constituída pelo Brasil e pela Ucrânia para comercializar e operar serviços de lançamento de satélites utilizando o veículo Cyclone-4 a partir do Centro de Lançamento em Alcântara (CLA), no estado do Maranhão.

A ACS é o fruto de anos de negociações entre os dois Países. O novo empreendimento foi formalizado a partir da assinatura do Acordo-Quadro sobre a Cooperação de Usos Pacíficos do Espaço Exterior, em 18 de novembro de 1999. Os avanços das negociações com vistas à criação da empresa levaram a elaboração do Tratado de Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de lançamento Cyclone-4(no Centro de Lançamento de Alcântara), assinado pelo então Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia do Brasil, Roberto Amaral, e pelo então Ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Kostiantyn Gryshtchenko, ato realizado em Brasília, em 21 de outubro de 2003, durante solenidade que contou com a participação dos presidentes dos dois Países.

As atividades da Alcântara Cyclone. Space abrangem as seguintes áreas de atuação: transporte espacial e suporte a clientes. Sua infraestrutura é composta pelo Complexo de Lançamento, o Complexo de Preparação da Carga Útil, o Complexo de Preparação do Veículo Lançador e o Laboratório de Apoio ás Teses. Também, desenvolve e promove atividades no centro sociocultural idealizado pela binacional , localizado no mais tradicional prédio histórico de Alcântara, tombado pelo IPHAN, e cedido por comodato à ACS. O novo espaço terá uma biblioteca para a população e exibição de filmes, documentários e outras atividades importantes para a empresa e a comunidade.

No PPA 2012-2015, os valores previstos para a integralização do capital social da ACS pertencente à ação 0B18 – Participação da União no Capital da Alcântara Cyclone Space tiveram como base o valor do capital social da empresa à época da elaboração do PPA, cabendo ao Brasil integralizar 50% do valor e os outros 50% pela Ucrânia. Desde 28/04/2009, o capital social da ACS é de US$ 487.257.700,00 equivalentes a R$ 1.037.594.548,00, devendo o Brasil integralizar R$ 518.797.274,00. O Brasil integralizou até 2011 o montante de R$ 256.619.260,00, valor esse que equivale a 49,4% da parte brasileira do capital social atual. No exercício financeiro de 2012 foram integralizados mais R$ 85,0 milhões aprovados na Lei Orçamentária Anual e, ainda, foram pagos R$ 50,0 milhões inscritos em Restos a Pagar referentes ao crédito suplementar aprovado na Lei nº 12.581, de 29 de dezembro de 2011. Assim, em 2012, portanto, foram integralizados mais 26,1% da parte brasileira do capital atual da ACS, elevando a integralização acumulada de capital no período 2005/2012 para R$ 391.619.260,00, o que representa 75,5% do total da parte brasileira.

A execução orçamentária de 2012 da ação 0B18 – Participação da União no Capital – Alcântara Cyclone Space apresenta o pagamento de R$ 85,0 milhões, correspondente ao valor da dotação orçamentária da ação previsto na lei em 2012. A LOA 2012 (Lei nº 12.595/2012) autorizou o valor de R$ 85,0 milhões e em 27 de dezembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória nº 598, que aprovou crédito extraordinário para a ação 0B18 no valor R$ 16,7 milhões. A parcela correspondente ao valor constante da LOA foi integralmente empenhada, liquidada e paga no exercício conforme autorização do Decreto s/nº de 04 de julho de 2012; e pelo mesmo decreto foi autorizado o pagamento da parcela do crédito suplementar inscrito em Restos a Pagar de 2011. Os R$ 16,7 milhões aprovados pela MP nº 598/2012 não foram empenhados naquele exercício para serem reabertos em 2013.

4.2 – INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.4.5 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa	0089					
Título	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO					
Órgão Responsável	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
189.528.791	215.028.791	210.715.422	210.715.422	0,00	0,00	210.715.422

QUADRO A.4.5 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa	2106					
Título	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTERIO DA CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO					
Órgão Responsável	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
816.812.555	826.661.729	760.281.084	724.679.429	3.039.776	35.601.655	721.639.653

A SPOA geriu, em essência, dois programas que constam no Quadro A.4.5 Programa de Governo Constante do PPA – de Gestão e Manutenção, sendo que o 0089 - Programa diz respeito à Previdência de Inativos e Pensionistas da União, cuja execução é específica para os pagamentos de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do MCTI e dos pensionistas.

O segundo, 2106, se trata do Programa de Gestão e Manutenção do MCTI, utilizado para o atendimento de pagamento de despesas com as ações de manutenção das atividades, envolvendo os serviços com pessoal, estagiários, ajuda de custo, indenização de moradia e outros serviços administrativos compreendendo, serviços postais, telefonia fixa e telefonia móvel, manutenção predial, aquisição de material de consumo e expediente, assinatura de jornais e periódicos, serviços de apoio operacional e administrativo e a aquisição de equipamentos e material permanente, formulação da política nacional de ciência e tecnologia, capacitação, contribuições as instituições de pesquisa tecnologia, publicidade de utilidade pública.

Os Programas relacionados acima são composto por ações de natureza tipicamente administrativa. São elas: Administração da Unidade, Contribuição a Previdência Privada, Auxílio-Alimentação e Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados Públicos, Assistência Pré Escolar aos dependentes dos Servidores e Empregados Públicos, dentre outras. Não possuem metas físicas por serem ações padronizadas

4.3 – INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	9.272.0089.0181
Descrição	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS
Unidade Responsável	COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS/CGRH/SPOA/MCTI
Unidade Orçamentária	UO :24101 – MINISTÉRIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI UG : 240133 – COORDENAÇÃO-GERALDE RECURSOS HUMANOS/CGRH

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
189.528.791	215.028.791	210.715.422	210.715.422	0,00	0,00	210.715.422

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas.					

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	19.122.2106.0110
Descrição	CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA PRIVADA
Unidade Responsável	COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS/CGRH/SPOA/MCTI
Unidade Orçamentária	UO :24101 – MINISTÉRIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI UG : 240133 – COORDENAÇÃO-GERALDE RECURSOS HUMANOS/CGRH

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
106.640	106.640	104.465	104.465	0,00	0,00	104.465

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios) junto às entidades fechadas de previdência privada					

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	19.122.2106.09HB
Descrição	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS
Unidade Responsável	COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS/CGRH/SPOA/MCTI
Unidade Orçamentária	UO :24101 – MINISTÉRIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI UG : 240133 – COORDENAÇÃO-GERALDE RECURSOS HUMANOS/CGRH

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
91.999.770	91.999.770	86.359.825	86.359.825	1.869,76	0,00	86.357.955

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.					

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	19.122.2106.2000.0001
Descrição	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE - NACIONAL
Unidade Responsável	COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS-CGRL/SPOA/MCTI
Unidade Orçamentária	UO :24101 – MINISTÉRIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI UG :240101 – COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/CGRL/MCTI

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
96.087.149	96.087.149	67.920.132	47.605.366	490.713	20.314.766	47.114.653

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	A atividade padronizada ´´Administração da Unidade´´ substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens,					

	pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.					

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	19.301.2106.2004.0001
Descrição	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES , EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES
Unidade Responsável	COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS/CGRH/SPOA/MCTI
Unidade Orçamentária	UO :24101 – MINISTÉRIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI UG : 240133 – COORDENAÇÃO-GERALDE RECURSOS HUMANOS/CGRH

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.120.000	8.920.000	8.666.279	8.647.089		19.189,18	8.647.089

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicoshospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento	Pessoa Beneficiada	8.000	9.223	1.115	939,67

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	19.365.2106.2010.0001
Descrição	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS
Unidade Responsável	COORDENAÇÃO - GERAL DE RECURSOS HUMANOS/CGRH/SPOA/MCTI
Unidade Orçamentária	UO :24101 – MINISTÉRIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI UG : 240133 – COORDENAÇÃO-GERALDE RECURSOS HUMANOS/CGRH

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
372.000	372.000	352.130	352.130			352.130

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.	Criança atendida	326	367	1.141	959,48

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	19.331.2106.2011.0001
Descrição	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS
Unidade Responsável	COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS/CGRH/SPOA/MCTI
Unidade Orçamentária	UO :24101 – MINISTÉRIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI UG : 240133 – COORDENAÇÃO-GERALDE RECURSOS HUMANOS/CGRH

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.664.000	2.164.000	1.975.199	1.975.199			1.975.199

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pagamento de auxilio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.	Servidor beneficiado	1.442	942	1.501	2.097

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	19.306.2106.2012.0001
Descrição	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS
Unidade Responsável	COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS/CGRH/SPOA/MCTI
Unidade Orçamentária	UO :24101 – MINISTÉRIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI UG : 240133 – COORDENAÇÃO-GERALDE RECURSOS HUMANOS/CGRH

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
14.520.000	14.020.000	13.901.157	13.901.157			13.901.157

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.	Servidor beneficiado	3.980		3.523	

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	19.301.2106.20CW.0001
Descrição	ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS-EXAMES PERIODICOS
Unidade Responsável	COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS/CGRH/SPOA/MCTI
Unidade Orçamentária	UO :24101 – MINISTÉRIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI UG : 240133 – COORDENAÇÃO-GERALDE RECURSOS HUMANOS/CGRH

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
527.580	27.580	0,00	0,00			0,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.	Servidor beneficiado	2.931			

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	19.122.2106.20TP.0001
Descrição	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO
Unidade Responsável	COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS/CGRH/SPOA/MCTI
Unidade Orçamentária	UO :24101 – MINISTÉRIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI UG : 240133 – COORDENAÇÃO-GERALDE RECURSOS HUMANOS/CGRH

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
460.692.321	460.692.321	455.161.435	454.993.335	64.956	168.100	454.928.379

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.					

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	19.128.2106.4572.0001
Descrição	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAL EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO
Unidade Responsável	COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS/CGRH/SPOA/MCTI
Unidade Orçamentária	UO :24101 – MINISTÉRIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI UG : 240133 – COORDENAÇÃO-GERALDE RECURSOS HUMANOS/CGRH

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.710.000	2.710.000	2.152.870	2.129.781		23.089	2.129.781

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.	Servidor capacitado	3.980	629	681	3.422,69*

* A meta financeira realizada contou com ações ou eventos de capacitação com instrutoria de cursos e participação em banca examinadora e preparação na realização do concurso, pagos por meio da Gratificação por Encargo de Cursos ou Concurso – GECC

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	12.126.2109.4172.0001
Descrição	Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP/OS
Unidade Responsável	Ministério da Educação, Presidência da República
Unidade Orçamentária	152734 – COORD.GERAL DE SUP.A GESTÃO ORÇAMENTO SPO/MEC

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
117.000.000	117.000.000	111.000.000	111.000.000			111.000.000

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Manutenção e atualização de serviços de telecomunicações nacionais e internacionais para consolidação e desenvolvimento da infra-estrutura física de comunicação e colaboração em ensino, pesquisa e inovação; bem como manutenção e atualização da infra-estrutura de equipamentos de comunicação e computação dos 27 pontos-de-presença (PoP) da rede no País.	Ponto de rede mantido	1			

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	19.126.2021.4172.0001
Descrição	Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP/OS
Unidade Responsável	COORDENAÇÃO-GERAL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Unidade Orçamentária	UO :24101 – MINISTÉRIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI UG :240101 – COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/CGRL/MCTI

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
14.978.700	14.978.700	14.978.700	14.978.700			14.978.700

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Manutenção e atualização de serviços de telecomunicações nacionais e internacionais para consolidação e desenvolvimento da infra-estrutura física de comunicação e colaboração em ensino, pesquisa e inovação; bem como manutenção e atualização da infra-estrutura de equipamentos de comunicação e computação dos 27 pontos-de-presença (PoP) da rede no País.	Ponto de rede mantido	1			

O acompanhamento da implementação dos Programas e Ações do MCTI, no âmbito do PPA, tem por objetivo melhorar a qualidade da informação prestada ao Planejamento, aos Órgãos de Controle, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no uso de suas atribuições legais considerando o disposto na Lei nº 12.593 de 18 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015 e da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012 .

A Portaria nº 397 de 05 de junho de 2012, Institui e regulamenta a Política de Monitoramento e Avaliação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e dispõe sobre a gestão dos programas constantes do Plano Plurianual 2012 a 2015 a cargo do MCTI, designa em seu Art. 20º, os Coordenadores de Ação e detalhamento da ação orçamentária.

As ações de responsabilidade das Coordenações subordinadas à Subsecretaria de Planejamento , Orçamento e Administração – SPOA/MCTI, Coordenação–Geral de Recursos Logísticos – CGRL, Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH e Coordenação – Geral de Tecnologia da Informação- CGTI são: (4172.001, 0B18.0001, 4572.0001, 0181.0001, 0110.0001, 09HB.0001, 2000.0001, 2004.0001, 2010.0001, 2011.0001, 2012.0001, 20CW.0001, 20TP.0001).

Para o correto preenchimento dos Quadros A.4.1, A.4.5, A 4.4. e A 4.6 foi efetuada consulta pelo SIAFI Gerencial utilizando grupo RCO EXEC DES, conforme orientação técnica do Tesouro Nacional.

A ação 19.122.2106.2000.0001 foi desenvolvida para suprir as necessidades básicas administrativas voltadas para a manutenção da operacionalidade do Órgão no Ed.Sede e no Complexo Setor Policial Sul, compreendendo: adequação dos layouts; projetos para padronização dos espaços físicos ; serviço de conserto, recuperação de mobiliário; manutenção preventiva, corretiva, reforma e modernização dos elevadores ; escoramento das lajes do 9º andar; remanejamento de divisórias; confecção de sala em gesso acartonado; confecção de base de concreto armado no bloco A para acomodação de um grupo motor gerador para alimentação dos nobreaks; confecção de piso de concreto armado no bloco A , tipo passeio, com acabamento em granitina e pedestais para colocação de maquetes, na face frontal ; fiscalização de manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas, logísticas e hidrossanitarios, ar condicionado central e de janela; reforma de corrimões; confecções de balcões ; manutenção corretiva e preventiva dos sistemas de telefonia (voz), operar, gravar sistema áudio; retirada de vazamentos da garagem; instalação, conserto e remanejamento de pontos de rede lógica, e pontos elétricos; promover a execução das atividades relativas a transporte, telefonia, terceirização, vigilância, conservação e limpeza, reprografia; serviços e confecções de chaves e carimbos; serviços de remessa de encomendas e cargas via aérea e terrestre; serviços de fornecimento de combustível e lubrificante automotivos; serviços de dedetização e desratização; aquisição de material de consumo , permanente e inclusive despesas com pessoal, ajuda de custo e indenização de moradia e estagiários.

O Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP/OS é implementada a partir de recursos do MCTI e do Ministério da Educação. No caso do MCTI houve 100% de execução financeira e no caso do MEC, devido a limites orçamentários, 94,87%. Não houve registro de Restos a Pagar.

No mês de junho o indicador 3 – "Índice de Qualidade da Rede" do Contrato de Gestão, cuja meta é de 100 pontos, obteve o valor de 157,54 pontos, mantendo o elevado patamar observado desde abril de 2011, mês no qual os novos circuitos multi-gigabit providos pela Oi foram implantados. Para fins de registro, no ano de 2011, o indicador 3 apresentou um valor médio de 136,32. No primeiro semestre de 2012, o valor médio desse indicador saltou para 154,46, cerca de 15% superior ao obtido em 2011. A razão dessa melhora é, em boa parte, explicada pelos baixos valores obtidos no primeiro trimestre de 2011, quando os novos circuitos multi-gigabit ainda não estavam em produção. Assim como ocorreu em 2011, o indicador 4 “Índice de Disponibilidade da Rede” do Contrato de Gestão, cuja meta é de 99,8%, sofreu impacto por conta de falhas no serviço prestado pelas operadoras, em particular, a Oi. O valor alcançado no primeiro semestre de 2012 foi de 99,65%. No entanto, retirando-se as influências externas – falhas na infraestrutura das operadoras –, tem-se que o valor observado no período foi de 99,923%. A RNP vem, desde o primeiro semestre de 2011, realizando esforços para: a) estabelecer um Acordo de Nível de Serviço da disponibilidade dos circuitos junto à operadora Oi para melhorar o gerenciamento da qualidade do serviço por ela prestado e, assim, minimizar a possibilidade de falha na rede; b) assegurar que a operadora Oi elimine as falhas na implementação das redundâncias dos circuitos contratados. Mais recentemente, a RNP estabeleceu um convênio com a empresa Telebrás com vistas a obter dela circuitos na capacidade Giga para a rede Ipê. Com isso, pretende-se reduzir a dependência da infraestrutura da operadora Oi, que se mostra particularmente frágil na garantia de acesso aos estados do Norte-Nordeste. O Comitê Gestor do Programa Interministerial RNP se reuniu, pela primeira vez no ano de 2011, somente no mês de setembro. Com isso, para o indicador 5

“Percentual de Organizações Atendidas na Capacidade Adequada” foi estabelecida meta nula pelo Comitê. Dessa forma, a lista de instituições a serem conectadas passou a ser considerada como alvo para o ano de 2012. Em dezembro de 2011, foi realizada licitação para conexão de 242 instituições em velocidade igual ou superior a 4 Mb/s, onde cerca de 185 circuitos foram contratados em meados do mês de maio. Os demais circuitos encontram-se distribuídos da seguinte forma: a. Trinta terão a capacidade de 1 Gb/s através de conexões nas redes metropolitanas frutos da iniciativa Redecomep. b. Onze deverão ser atendidos com enlaces de 100 Mb/s através do convênio estabelecido com a Telebrás. c. Seis foram suspensos por conta das instituições não disporem ainda de infraestrutura predial. d. Dez terão que ser relicitados por conta de não terem sido apresentadas propostas por parte das operadoras.

No que tange as ações abaixo elencadas, temos a destacar o que se segue:

As “ações 2004 - Assistência médica e odontológica” e “2012 – Auxílio-Alimentação” aos servidores, empregados e seus dependentes foram atingidas todas as metas referentes às concessões dos benefícios de assistência à saúde e alimentação, de tal forma que a ação foi utilizada a contento dos servidores e empregados públicos ativos, inativos, pensionistas e seus respectivos dependentes;

Ação 2010 - Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados, permaneceu dentro da meta prevista e não foi impactada pelo retorno dos anistiados em razão da faixa etária desses empregados, que hoje compõem o quadro do MCTI e não possuem dependentes menores de 6 anos;

Ação 2011 - Auxílio-transporte aos servidores e empregados: os servidores e empregados públicos ativos, que se deslocaram de suas resistências para o local de trabalho e vice-versa, com amparo nos requisitos exigidos pela legislação pertinente, receberam o benefício em sua plenitude;

Ação 4572 - No que diz respeito à operacionalização dessa Ação, do Programa 2106, dos recursos da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2012 repassados ao MCTI foi de R$ 2.710.000,00. Desse valor R$ 2.130.000,00 foi destinada à execução por parte da Administração Central - AC, R$ 500.000,00 foram destinados ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA e R$ 80.000,00 ao Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI. Do valor destinado à Administração Central, R$ 1.604.089,36 referente à ações ou eventos de capacitação com instrutoria de cursos e participação em banca examinadora e preparação na realização do concurso, pagos por meio da Gratificação por Encargo de Cursos ou Concurso – GECC. Em relação à execução financeira, atingiu-se um percentual de 79,44%, uma vez que foram gastos R$ 2.152.869,94 (R**$ 1.774.155,20** - MCTI, R$ **288.785,44** - INPA e R$ **79.999,30** – CTI e a transferência para a UG 1100175- R$ **9.930,00**).

No ano de 2012 não se procedeu à realização dos exames médicos periódicos nos servidores e empregados públicos do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, uma vez que o referido Ministério optou por executar os mesmos através da Geap - Fundação de Seguridade Social que já possui junto a esta entidade um convênio de prestação de Assistência à Saúde Suplementar, o qual prevê a realização de tais exames, dispensando assinatura de Termo Aditivo ao Convênio ou de Processo Licitatório.

Após a manifestação à Geap quanto ao interesse deste Ministério em executar os exames periódicos mediante os serviços dela prestados, a mesma mostrou-se favorável, porém nos respondeu que a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento solicitou que os exames fossem realizados utilizando-se o novo módulo, do Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIASS.

Após a adequação da GEAP ao referido sistema, foi solicitado pela Fundação de Seguridade Social - GEAP que este Ministério aguardasse à convocação da mesma para dar início aos exames.

Neste ínterim, após publicada a Portaria Normativa nº 05 de 21 novembro de 2011, que revogou a auto-gestão como opção de operadora de saúde para a realização dos exames periódicos, entramos em contato com o Ministério do Planejamento , Orçamento e Gestão para questionar se haveria a possibilidade de realizarmos os exames periódicos com a GEAP, uma vez que a solicitação foi anterior à data da Portaria e nosso convênio com a mesma já previa a realização dos exames.

Em resposta ao nosso contato, foi-nos solicitado que enviássemos um e-mail para Valéria Aguiar, servidora do Ministério do Planejamento, relatando todo processo.

O e-mail foi encaminhado para a referida servidora. Sem reposta do referido Ministério e na falta de uma legislação que autorizasse a realização dos exames pela GEAP, no segundo semestre de 2012 a Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH iniciou o processo de licitação para realização dos exames periódicos.

No tocante à licitação para contratação de empresa para a realização dos exames periódicos, informamos que o Aviso de Licitação foi publicado no Correio Braziliense no dia 28 de fevereiro de 2013 e que a perspectiva é que o pregão seja realizado no dia 25 de março de 2013.

4.4 – INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

Os quadros abaixo visam a orientar a elaboração dos conteúdos exigidos no subitem 4.3 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 119/2012

4.4.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA ,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	24101	240102
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	24101	240101
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS	240101	240133

4.4.2 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Os quadros abaixo compreende as informações sobre a programação orçamentária da UJ, que devem ser demonstradas em três quadros, a saber: Programação de Despesas Correntes; Programação de Despesas de Capital; Quadro resumo da Programação da Despesa e da Reserva de Contingência.

QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO						123.459.945	80.707.913
	PLOA		742.327.522	724.806.673			127.750.989	80.707.913
	LOA		742.327.522	724.806.673			123.562.879	80.467.838
9CRÉDITOS	Suplementares		25.500.000	23.305.000				20.056.567
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados						-1.700.000	-500.000
Outras Operações								
Total			767.827.522	748.111.673			121.862.879	100.024.405

Fonte: SIAFI GERENCIAL – CONSULTA RCO PROGRAMACAO DESP

QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO			13.164.000		50.000.000		
LOA	PLOA		17.416.550	13.164.000	85.000.000	50.000.000		
LOA	LOA		17.416.550	11.574.460	85.000.000	50.000.000		
CRÉDITOS	Suplementares			346.000		50.000.000		
CRÉDITOS	Especiais	Abertos						
CRÉDITOS	Especiais	Reabertos						
CRÉDITOS	Extraordinários	Abertos	11.549.174		16.666.667			
CRÉDITOS	Extraordinários	Reabertos						
CRÉDITOS	Créditos Cancelados			-3.357.307				
Outras Operações								
Total			28.965.724	8.563.153	101.666.667	100.000.000		

Fonte: SIAFI GERENCIAL – CONSULTA RCO PROGRAMACAO DESP

QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		865.787.467	80.707.913	102.416.550	63.164.000		
	PLOA		870.078.511	805.514.586	102.416.550	63.164.000		
	LOA		865.890.401	805.274.511	102.416.550	61.574.460		
CRÉDITOS	Suplementares		25.500.000	43.361.567		50.346.000		
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos			28.215.841			
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		-1.700.000	-500.000		-3.357.307		
Outras Operações								
Total			**889.690.401**	**848.136.078**	**130.632.391**	**108.563.153**		

Fonte: SIAFI GERENCIAL – CONSULTA RCO PROGRAMACAO DESP

4.4.3 – MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	240106		24101/19122210620000001			3.997,37
		240139		24901/19572202120I40001			79.689,20
		240106		24205/19572205641950001			581.451,24
		240106		24205/19572205649590001			936.808,61
		240106		24101/19571202141280001			2.141,14
		240224		24101/19571204020GB0001			7.634.050,99
		240106		24101/19571205010H20001			1.727.000,00
		240106		24101/19572202149720001			8.849,16
		240106		24101/19572205041840001			6.110.000,00
		240104		24101/19122210620000001			294.439,00
		240105		24101/19122210620000001			544.279,00
		240106		24101/19122210620000001			1.232.615,00
		240120		24101/19122210620000001			12.584,00
		240121		24101/19122210620000001			81.010,00
		240123		24101/19122210620000001			111.981,00
		240124		24101/19122210620000001			92.742,00
		240125		24101/19122210620000001			197.646,00
		240126		24101/19122210620000001			115.100,00
		240127		24101/19122210620000001			104.496,00
		240128		24101/19122210620000001			39.840,00
		240129		24101/19122210620000001			122.031,00
		240104		24101/19122210620000001			54.924,00
Movimentação Externa	Concedidos		110174	24101/19128210645720001			9.930,00
			443003	24101/19122210620000001			228.019,59
			364102	24101/19122210620000001			181.980,20
			240005	24101/19122210620000001			16.131,74
	Recebidos	110407		52101/05122210820T50001			470.952,15

		110407		52101/05122210820000001			586.265,04
		152734		26101/12126210941720001			111.000.000,00
		200248		30101/06181207014LH0001			101.339,11
		203001		24205/19122210620000001			1.708.879,12
		364102		24201/19122210620000001			40.191,18
		443003		44205/18122212420000001			215.231,83
		443003		44205/18122212420000001			2.779.112,30
		530001		53101/04122211120000001			3.356.558,93
Natureza da Movimentação de Crédito		**UG**		**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
		Concedente	**Recebedora**		**4 – Investimentos**	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**
Movimentação Interna	**Concedidos**		240121	24101/1912221062000001	459.500		
	Recebidos						
Movimentação Externa	**Concedidos**						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI PRODUÇÃO – Contas Provisão/Créditos concedidas e recebidas

4.4.4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.4.4.1 – Execução da Despesa com Créditos Originários da UJ

QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
7. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	**37.391.964,97**	**40.447.756,96**	**36.947.515,82**	**25.108.445,92**
l) Convite				
m) Tomada de Preços		931.371,70		345.490,22
n) Concorrência	3.354.843,74	9.908.215,99	3.354.843,74	5.066.087,88
o) Pregão	34.037.121,23	29.608.169,27	33.592.672,08	19.696.867,82
p) Concurso				
q) Consulta				
8. Contratações Diretas (g+h)	**3.434.479,73**	**5.459.630,02**	**5.721.477,12**	**4.385.727,90**
r) Dispensa	1.905.499,81	4.606.707,43	1.900.691,14	3.678.881.85
s) Inexigibilidade	1.528.979,92	852.922,59	1.487.524,87	706.846,05
9. Regime de Execução Especial	**1.878,89**	**4.865,91**	**1.878,89**	**4.865,91**
t) Suprimento de Fundos	1.878,89	4.865,91	1.878,89	4.865,91
10. Pagamento de Pessoal (j+k)	**773.207.299,37**	**767.562.221,45**	**773.207.299,37**	**767.293.139,27**
u) Pagamento em Folha	771.730.759,24	767.229.898,36	771.730.759,24	766.960.816,18
v) Diárias	1.476.540,13	332.323,09	1.476.540,13	332.323,09
11. Outros	**103.103.719,69**	**123.054.382,31**	**103.103.719,69**	**71.962.724,31**
12. Total (1+2+3+4+5)	**917.139.342,65**	**936.528.856,65**	**916.648.629,78**	**868.754.903,31**

Fonte: SIAFI GERENCIAL – EXEC NE SUBITEM

QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
7. Despesas de Pessoal	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
	748.440.092	737.956.194	748.181.992	737.689.512	168.100,22	266.682	748.272.991	737.689.512
11 – Venc.Vantagens Fixas Pessoal Civil	440.697.771	448.497.125	440.697.771	448.497.125			440.697.771	448.497.125
1 – Aposentadoria .RPPS	179.494.141	164.362.366	179.404.141	164.362.366			179.494.141	164.362.366
13 - Obrigações Patronais	93.247.959	95.171.013	93.247.959	95.171.013			93.247.959	95.171.013
Demais elementos do grupo	35.000.221	29.925.690	34.832.121	29.659.008	168.100,22	266.682	34.803.120	29.659.008
8. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
9. Outras Despesas Correntes	**94.259.602**	**84.638.162**	**83.196.929**	**73.306.125**	**11.062.675**	**11.332.038**	**82.710.212**	**71.361.628**
39 – Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica	29.586.826	40.088.412	20.404.206	31.178.534	9.182.621	8.909.879	16.028.102	29.877.524
34 – Outras Desp. Pessoal Contratos Terceir.	16.029.102	6.051.370	16.029.102	6.050.370		1.000	20.313.554	5.406.883
46 – Auxílio Alimentação	13.899.665	14.142.306	13.899.665	14.142.306			13.899.665	14.142.306
Demais elementos do grupo	34.744.008	24.356.074	32.863.956	21.934.915	1.880.054	2.421.159	32.468.892	21.934.915
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
10. Investimentos	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
	11.169.448	5.440.972	2.561.511	1.065.349	8.607.936	4.375.623	2.561.511	1.065.349
52 - Equip. Material Permanente	7.602.283	4.509.365	2.070.981	719.624	5.531.302	3.789.741	2.070.981	719.624
39 - – Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica	3.560.965		484.331		3.076.634		484.331	
30 - Material de Consumo	6.200	235	6.200	235			6.200	235
51 – Obras e Instalações		931.372		345.490		585.882		345.490
11. Inversões Financeiras	**85.000.000**	**100.000.000**	**85.000.000**	**50.000.000**		**50.000.000**	**85.000.000**	**50.000.000**
65 – Constit. Ou Aumento de Capital	85.000.000	100.000.000	85.000.000	50.000.000		50.000.000	85.000.000	50.000.000
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
12. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								

2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI GERENCIAL – RCO EXEC DESP

4.4.4.2 – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
13. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	**6.570.309,93**	**7.816.223,00**	**6.570.309,93**	**7.816.223,00**
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	2.051.303,75	1.646.989,00	2.051.303,75	1.646.989,00
d) Pregão	4.519.006,18	6.169.234,00	4.519.006,18	6.169.234,00
e) Concurso				
f) Consulta				
14. Contratações Diretas (g+h)	**2.721.675,39**	**1.505.670,00**	**2.721.675,39**	**1.505.670,00**
g) Dispensa	2.164.868,72	1.434.147,00	2.164.868,72	1.434.147,00

h) Inexigibilidade	556.806,67	71.523,00	556.806,67	71.523,00
15. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
16. Pagamento de Pessoal (j+k)	**18.721.991,29**	**9.421.567,00**	**18.721.991,29**	**9.421.567,00**
j) Pagamento em Folha	18.701.309,85	9.402.786,00	18.701.309,85	9.402.786,00
k) Diárias	20.681,44	18.781,00	20.681,44	18.781,00
17. Outros	**111.000.000**	**60.500.000**	**111.000.000**	**60.500.000**
18. Total (1+2+3+4+5)	**139.013.976,61**	**79.243.460,00**	**139.013.976,61**	**79.243.460,00**

Fonte: Fonte: SIAFI GERENCIAL – EXEC NE SUBITEM

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1 – Despesas de Pessoal	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	**139.013.978**	**79.243.460**	**139.013.978**	**79.243.460**			**139.013.978**	**79.243.460**
39 –Outras Despesas Pessoa Jurídica	114.948.856	62.885.553	114.948.856	62.885.553			114.948.856	62.885.553
04 – Contratação por Tempo Determinado	14.956.245	9.400.000	14.956.245	9.400.000			14.956.245	9.400.000
37 – Locação de Mão de Obra	5.282.865	6.543.215	5.282.865	6.543.215			5.282.865	6.543.215
Demais elementos do grupo	3.826.012	414.692	3.826.012	414.692			3.826.012	414.692

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4 – Investimentos	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI GERENCIAL RCO EXEC DESP

Analisando o grupo Pessoal e Encargos Sociais, constata-se que para 2012 a unidade alocou na lei orçamentária um montante de R$ 767.827.522,00 Entretanto, para atender o pagamento devido aos servidores civis inativos e seus pensionistas do Poder Executivo, cumprindo às disposições contidas em seu regime previdenciário próprio houve a necessidade de credito suplementar de R$ 25.500.000,00 na ação 0181.

No que tange ao Grupo de Despesa – Outras Despesas Correntes e de Capital, a previsão de gasto programada na Lei Orçamentária Anual – LOA para 2012, montou em R$ 140.979.429,00. Há uma suplementação de créditos de R$ 11.549.174,00 em capital , que foi reaberto como antecipação da LOA em 2013.

No quadro denominado Despesas por Modalidade de Contratação mediante créditos originários da unidade, destaca-se uma queda no nível de dispêndio realizado mediante suprimento de fundos em relação ao exercício de 2011, oriundos de despesas de pequeno vulto . Em relação as contratações diretas houve um crescimento nas contratações inexigibilidade devido capacitação de servidores na área de informática , licitações, contratos, fiscalização, aquisição de software, despesas com publicidade legal, serviços postais e queda nas contratações por dispensa comparando ao exercício anterior. Destaca-se ainda um acréscimo em diárias devido os pagamentos efetuados no programa de trabalho 19.122.2106.2000.0001 –Administração da Unidade, em função do fim das ações 2272.

Em relação ao desempenho dos gastos correntes por elemento de despesa no exercício de 2012, no grupo outros serviços de terceiros de pessoa jurídica estão concentrados no elemento “39”- as contratações de serviços de terceiros, uma vez que o órgão necessita de serviços especializados , elemento “34” – Despesas Orçamentárias relativas á mão de obra constantes dos contratos de Terceirização e “46” devido concessão de auxílio alimentação aos Servidores e Empregados.

Em se tratando do grupo de investimento, houve incremento devido aquisição de equipamentos de informática, principalmente servidores de rede , aquisição e instalação de nobreak, condicionadores de ar de precisão, componentes de infraestrutura, racks, instalação de sistema ultra leve modular de arquivamento deslizante e contratação de serviços de confecção e instalações de mobiliário

As Movimentações Externas Recebidas totaliza em R$ 9.258.529,66 e a movimentação interna de R$ 3.997,37 , provisionado pela UG 240106. Referem-se a um Termo de Acordo firmado entre os acordantes (MD/AEB/CNPq/ANA/MI/CENSIPAN/GSI/INPE) com o Ministério da Ciência , Tecnologia e Inovação – MCTI, com o objeto de rateio das despesas da administração do Complexo do Setor Policial Sul, em conformidade com o levantamento da área física e postos fixos, como por exemplo serviços de conservação e limpeza, manutenção das redes elétrica, hidráulica, hidros sanitárias, consumo de energia elétrica e de água e esgoto.

A Movimentação Externa Recebida da UG 152734 – Coord.-Geral de Sup.a Gestão Orçamento/SPO/MEC, no valor de R$ 111.000.000,00 refere-se a Portaria nº 3 de 24/07/2012, destinados ao projeto “ Manutenção da Infraestrutura de comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa- RNP “ para aumento da capacidade de transmissão de informação e implantação de novos serviços de rede, que permitam colaboração estendida entre organizações usuárias, através da adoção de novas tecnologias de telecomunicações e da atualização de infraestrutura e Atualização do Portal de Periódicos da Capes.

A Movimentação Interna Recebida da UG 240139 , no valor de R$ 79.689,20 teve como objetivo atender despesas com diárias e passagens da ASCOF.

A Movimentação Externa Concedida para a UG 110174 – DGI/SE/CGU, no valor de R$ 9.930,00, foi para participação de servidor em uma edição do Programa de Capacitação denominado Anti-Corrption Program for Brazilian Government Officials, uma parceria entre a Controladoria –Geral da União - GU e o Institute Of Brazilian Issues da The George Waschington University.

A Movimentação Externa Concedida para a UG 240005 – COF/MRE no valor de R$ 16.131,74 , teve como objetivo atender as despesas administrativas do Senhor Ministro do MCTI na Índia, nos Estados Unidos e em Pequim, do Secretário de Desenvolvimento Tecnológico – SETEC em Estocolmo, e do Assessor do Ministro do MCTI na China.

A Movimentação Externa Concedida para a UG 443003 – GOF/SAF/ANA, no valor de R$ 228.019,59 , visou atender despesas administrativas referente a transferência efetiva da gestão do Complexo do SPO Sul para Agência Nacional de Água a fim de se evitar a interrupção dos serviços de limpeza, fornecimento de água e coleta de esgotos sanitários.

A Movimentação Externa Concedia para UG 364102 – CNPq no valor de R$ 181.980,20, em custeio e para UG 240121 – IBICT, no valor de R$ 459.500,00 em capital, para atender a demanda dos gastos operacionais(iluminação/agua e saneamento/segurança, projetos básico e executivo) referente ao Termo de Cessão do Imóvel localizado no SEPN 507, Lote 02, Bloco B, firmado ente o MCTI/IBICT e o CNPq.

As Movimentações Internas Recebidas dos Institutos vinculados ao MCTI , visaram atender pagamento de contrato temporário, estagiários e de royalties que foram lançados na folha de pessoal do MCTI, devido pagamento centralizado na Administração Central.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

5.1 – PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCICIOS ANTERIORES

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2012	519.713,42			519.713,42
2011	2.944.496,29	1.000.000	1.944.496,29	0,00
2010				0,00
2009	270.202,01		270202,01	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2012	19.838.710,42			19.838.710,42
2011	66.493.823,19	6.186.133,01	60.204.507,87	103.182,31
2010	1.653.941,41	498.672,18	1.155.269,23	0,00
...				

Fonte: RP PROC N PROC NE

A inscrição de restos a pagar ocorreu em conformidade com o Decreto nº 7.654 de 23/12/2011 no seu art.2º que diz " Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição". A execução de restos a pagar ocorreu em conformidade com o Decreto de programação financeira e houve uma queda na inscrição comparado coo ano de 2011 . Isto deve-se ao fato da concessão de limite financeiro em tempo hábil para cumprimento dos estágios de execução da despesa pública, sobretudo da liquidação e pagamento dentro do próprio exercício financeiro.

No exercício de 2012 foram inscritos como RP Processados o valor de R$ 519.713,42 e RP não Processados R$ 19.838.710,42, cancelados 7.684.805,19 e pagos 9.574.475,40 .O saldo do ano de 2011 no valor de R$ 103.182,31 refere-se á despesas com publicação de atos oficiais no Diário Oficial da União junto a Impressa Nacional, aguardando ajuste por parte da instituição devido problemas operacionais no departamento de faturamento.

5.2 – INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERENCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante

Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

CNPJ:º 03.132.745/0001-00 | **UG/GESTÃO:240101/0001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1 - Convênio	01.0013.00/2005	00.316.711/0001-70	362.000,00	168.200,00	0,00	226.000,00	14/06/05	03/08/12	1
1 - Convênio	01.0035.00/2005	88.124.961/0001-59	352.069,73	32.000,00	0,00	240.069,73	30/06/05	12/03/13	1
1 - Convênio	01.0071.00/2005	88.124.961/0001-59	1.597.468,84	325.884,31	0,00	400.000,00	26/12/05	10/02/12	1
1 - Convênio	01.0093.00/2005	73.642.415/0001-32	2.571.620,39	1.101.789,40	0,00	1.274.948,51	20/07/05	01/02/12	1
1 - Convênio	01.0237.00/2005	35.562.321/0001-64	240.000,00	120.000,00	0,00	120.000,00	23/12/05	31/01/12	1
1 - Convênio	01.0248.00/2005	50.276.237/0001-78	432.180,00	22.180,00	0,00	310.000,00	26/12/05	23/03/12	1
1 - Convênio	01.0103.00/2006	04.902.299/0001-20	9.419.500,00	1.539.990,00	0,00	7.879.510,00	21/12/06	08/06/13	1
1 - Convênio	01.0153.00/2006	03.852.880/0001-12	6.125.000,00	1.225.000,00	0,00	4.900.000,00	29/12/06	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0061.00/2007	07.821.703/0001-20	881.001,22	81.001,22	0,00	800.000,00	31/12/07	31/12/12	1

1 - Convênio	01.0068.00/2007	41.230.103/0001-25	5.384.250,86	538.425,08	0,00	4.845.825,78	31/12/07	20/02/12	1
1 - Convênio	01.0070.00/2007	02.017.474/0001-71	13.200.000,00	1.200.000,00	0,00	12.000.000,00	31/12/07	30/11/12	1
1 - Convênio	01.0072.00/2007	01.131.713/0001-57	525.000,00	25.000,00	0,00	500.000,00	31/12/07	29/02/12	1
1 - Convênio	01.0085.00/2007	47.970.769/0001-04	855.450,00	171.090,00	0,00	439.765,00	31/12/07	10/10/12	1
1 - Convênio	01.0087.00/2007	06.091.808/0001-08	2.000.000,00	500.000,00	0,00	500.000,00	31/12/07	18/05/12	1
1 - Convênio	01.0089.00/2007	45.358.249/0001-01	845.130,00	210.000,00	0,00	635.130,00	31/12/07	03/03/12	1
1 - Convênio	01.0090.00/2007	19.377.514/0001-99	11.768.598,00	3.421.600,00	0,00	8.346.998,00	31/12/07	31/12/13	1
1 - Convênio	01.0094.00/2007	08.281.073/0001-00	800.000,00	200.000,00	0,00	600.000,00	31/12/07	29/12/12	1
1 - Convênio	01.0108.00/2007	07.827.773/0001-95	277.640,00	28.000,00	0,00	249.640,00	31/12/07	06/04/13	1
1 - Convênio	01.0111.00/2007	75.654.574/0001-82	261.000,70	59.000,70	0,00	202.000,00	31/12/07	08/09/12	1
1 - Convênio	01.0123.00/2007	00.394.718/0001-00	111.111,12	11.111,12	0,00	80.000,00	25/07/11	14/03/12	1
1 - Convênio	01.0129.00/2007	19.377.514/0001-99	24.000.000,00	12.000.000,00	0,00	12.000.000,00	31/12/07	19/12/13	1
1 - Convênio	01.0150.00/2007	05.497.968/0001-99	16.450.000,00	1.650.000,00	0,00	14.800.000,00	31/12/07	21/12/13	1
1 - Convênio	01.0155.00/2007	19.377.514/0001-99	4.500.000,00	1.700.000,00	0,00	2.800.000,00	31/12/07	14/11/12	1
1 - Convênio	01.0158.00/2007	13.187.745/0001-53	5.642.368,75	760.511,69	0,00	4.881.857,06	31/12/07	30/04/12	1

1 - Convênio	01.0008.00/2008	17.200.684/0001-78	620.339,00	12.000,00	0,00	608.339,19	01/07/08	30/10/12	1
1 - Convênio	01.0011.00/2008	22.441.463/0001-21	3.878.787,88	38.787,88	0,00	3.840.000,00	06/08/08	06/03/12	1
1 - Convênio	01.0013.00/2008	76.995.448/0001-54	600.000,00	100.000,00	0,00	500.000,00	30/12/08	29/08/12	1
1 - Convênio	01.0017.00/2008	14.045.546/0001-73	1.100.000,00	100.000,00	0,00	414.704,00	30/06/08	30/06/13	1
1 - Convênio	01.0024.00/2008	03.658.028/0001-09	450.000,00	50.000,00	0,00	400.000,00	23/12/08	29/01/13	1
1 - Convênio	01.0030.00/2008	00.394.577/0001-25	112.000,00	12.000,00	0,00	100.000,00	07/12/08	29/06/12	1
1 - Convênio	01.0034.00/2008	09.072.455/0001-97	1.500.000,00	100.000,00	0,00	1.400.000,00	31/12/08	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0100.00/2008	01.682.869/0001-26	1.836.465,38	336.465,38	0,00	1.500.000,00	31/12/08	03/01/12	1
1 - Convênio	01.0103.00/2008	27.165.570/0001-98	224.674,27	24.674,27	0,00	200.000,00	31/12/08	28/02/12	1
1 - Convênio	01.0107.00/2008	33.402.892/0001-06	60.000,00	10.000,00	0,00	50.000,00	22/12/11	22/02/12	1
1 - Convênio	01.0112.00/2008	13.128.798/0026-51	12.000.000,00	1.200.000,00	0,00	10.800.000,00	31/12/08	30/03/13	1
1 - Convênio	01.0113.00/2008	80.869.886/0001-43	516.000,00	16.000,00	0,00	500.000,00	31/12/08	30/12/12	1
1 - Convênio	01.0114.00/2008	08.806.721/0001-03	18.907.348,00	1.000.000,00	0,00	12.261.938,95	14/12/10	03/05/12	1
1 - Convênio	01.0119.00/2008	08.691.976/0001-60	21.367.715,56	2.136.771,56	0,00	19.230.944,00	26/12/08	30/01/14	1
1 - Convênio	01.0122.00/2008	08.348.971/0001-39	18.719.982,58	1.701.816,58	0,00	0,00	31/12/08	31/12/12	1

1 - Convênio	01.0123.00/2008	01.237.403.0001-11	252.600,00	12.600,00	0,00	0,00	31/12/08	13/02/12	1
1 - Convênio	01.0131.00/2008	01.612.383/0001-11	461.309,00	21.309,00	0,00	0,00	31/12/08	27/05/13	1
1 - Convênio	01.0135.00/2008	41.230.103/0001-25	1.500.000,00	180.000,00	0,00	1.320.000,00	31/12/08	31/07/12	1
1 - Convênio	01.0136.00/2008	41.230.103/0001-25	3.699.202,00	504.397,00	0,00	3.194.805,00	31/12/08	15/02/13	1
1 - Convênio	01.0140.00/2008	04.902.299/0001-20	406.000,00	106.000,00	0,00	300.000,00	31/12/08	07/12/12	1
1 - Convênio	01.0141.00/2008	08.978.226/0001-73	777.778,00	77.778,00	0,00	700.000,00	29/12/08	28/12/12	1
1 - Convênio	01.0143.00/2008	41.230.103/0001-25	1.123.410,00	123.410,00	0,00	1.000.000,00	31/12/08	15/02/12	1
1 - Convênio	01.0144.00/2008	13.394.044/0001-95	671.201,82	331.201,82	0,00	340.000,00	31/12/08	25/02/12	1
1 - Convênio	01.0147.00/2008	41.230.103/0001-25	644.214,26	80.000,00	0,00	564.214,26	31/12/08	16/02/12	1
1 - Convênio	01.0149.00/2008	07.432.522/0001-01	1.666.666,66	166.666,66	0,00	1.500.000,00	31/12/08	15/08/12	1
1 - Convênio	01.0152.00/2008	13.128.798/0026-51	1.333.333,33	133.333,33	0,00	1.200.000,00	31/12/08	30/05/13	1
1 - Convênio	01.0156.00/2008	41.230.103/0001-25	1.225.400,00	125.400,00	0,00	1.100.000,00	31/12/08	01/07/12	1
1 - Convênio	01.0162.00/2008	04.755.519/0001-30	560.000,00	60.000,00	0,00	500.000,00	31/12/08	30/03/12	1
1 - Convênio	01.0165.00/2008	63.606.479/0001-24	556.994,12	57.000,00	0,00	499.994,12	31/12/08	22/02/13	1
1 - Convênio	01.0166.00/2008	01.612.528/0001-84	116.126,02	12.667,10	0,00	103.458,92	31/12/08	29/02/12	1

1 - Convênio	01.0167.00/2008	05.497.968/0001-99	1.110.138,89	110.138,89	0,00	1.000.000,00	31/12/08	15/12/12	1
1 - Convênio	01.0171.00/2008	88.124.961/0001-59	156.880,00	39.220,00	0,00	156.880,00	31/12/08	27/03/12	1
1 - Convênio	01.0172.00/2008	05.497968/0001-99	19.000.000,00	2.000.000,00	0,00	17.000.000,00	31/12/08	31/12/13	1
1 - Convênio	01.0173.00/2008	90.738.196/0001-09	2.778.000,00	278.000,00	0,00	2.500.000,00	31/12/08	22/02/12	1
1 - Convênio	01.0176.00/2008	19.377.514/0001-99	1.400.000,00	700.000,00	0,00	700.000,00	31/12/08	30/03/13	1
1 - Convênio	01.0177.00/2008	19.377.514/0001-99	500.000,00	250.000,00	0,00	250.000,00	31/12/08	28/02/12	1
1 - Convênio	01.0179.00/2008	05.572.043/0001-65	636.420,00	136.420,00	0,00	500.000,00	31/12/08	30/11/12	1
1 - Convênio	01.0182.00/2008	04.365.326/0001-73	14.493.935,96	1.939.000,00	0,00	12.554.935,96	31/12/08	27/12/13	1
1 - Convênio	01.0183.00/2008	62.823.257/0001-09	780.000,00	80.000,00	0,00	700.000,00	31/12/08	30/06/13	1
1 - Convênio	01.0189.00/2008	65.172.579/0001-15	18.526.132,44	4.549.965,00	0,00	13.976.167,44	20/12/11	31/12/14	1
1 - Convênio	01.0191.00/2008	19.198.118/0001-02	15.750.000,00	3.150.000,00	0,00	12.600.000,00	07/05/10	31/10/13	1
1 - Convênio	01.0201.00/2008	19.377.514/0001-99	1.000.000,00	500.000,00	0,00	500.000,00	31/12/08	13/02/12	1
1 - Convênio	01.0205.00/2008	18.428.839/0001-90	2.866.000,00	966.000,00	0,00	0,00	31/12/08	23/12/13	1
1 - Convênio	01.0207.00/2008	87.297.982/0001-03	550.000,00	50.000,00	0,00	500.000,00	31/12/08	31/03/12	2
1 - Convênio	01.0005.00/2009	07.191.406.0001-48	11.112.000,00	1.112.000,00	0,00	10.000.000,00	18/08/09	30/06/12	1

1 - Convênio	01.0012.00/2009	01.619.207/0001-01	135.004,00	5.004,00	0,00	130.000,00	16/11/09	30/04/12	1
1 - Convênio	01.0019.00/2009	72.182.132/0001-92	169.880,00	69.880,00	100.000,00	100.000,00	30/12/09	01/06/14	1
1 - Convênio	01.0020.00/2009	08.778.326/0001-56	6.386.000,00	1.510.000,00	0,00	4.756.000,00	13/10/09	01/10/12	1
1 - Convênio	01.0022.00/2009	18.188.250/0001-62	681.441,00	15.000,00	0,00	666.441,00	26/11/09	31/11/13	1
1 - Convênio	01.0027.00/2009	58.200.015/0001-83	1.195.652,20	95.652,20	0,00	1.100.000,00	06/11/09	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0039.00/2009	05.293.230/0001-00	60.600,00	606,00	0,00	59.994,00	30/12/09	24/04/13	1
1 - Convênio	01.0050.00/2009	07.954.480/0001-79	26.690.765,22	11.990.765,22	0,00	10.950.000,00	30/12/09	31/12/13	1
1 - Convênio	01.0051.00/2009	28.614.865/0001-67	489.800,00	9.800,00	480.000,00	480.000,00	30/12/09	16/06/13	1
1 - Convênio	01.0052.00/2009	46.177.523/0001-09	1.691.211,00	191.211,00	0,00	1.500.000,00	30/12/09	27/08/12	1
1 - Convênio	01.0056.00/2009	05.560.772/0001-00	481.228,00	7.463,50	0,00	236.882,25	30/12/09	26/05/12	2
1 - Convênio	01.0062.00/2009	19.377.514/0001-99	1.270.000,00	520.000,00	0,00	750.000,00	29/12/09	11/03/12	1
1 - Convênio	01.0066.00/2009	10.912.293/0001-37	178.080,00	28.080,00	0,00	150.000,00	28/12/09	14/05/12	1
1 - Convênio	01.0068.00/2009	00.438.200/0001-20	770.000,00	70.000,00	0,00	700.000,00	30/12/09	28/02/12	1
1 - Convênio	01.0075.00/2009	45.339.363/0001-94	544.000,00	44.000,00	0,00	0,00	30/12/09	31/11/12	1
1 - Convênio	01.0079.00/2009	41.230.103/0001-25	233.600,00	23.600,00	0,00	210.000,00	30/12/09	30/11/12	1

1 - Convênio	01.0080.00/2009	00.768.913/0001-52	524.000,00	24.000,00	0,00	500.000,00	30/12/09	18/06/12	1
1 - Convênio	01.0082.00/2009	51.816.247/0001-11	412.420,00	12.420,00	0,00	400.000,00	30/12/09	01/02/12	1
1 - Convênio	01.0084.00/2009	00.433.839/0001-13	181.496,82	21.496,82	0,00	160.000,00	28/12/09	31/01/12	1
1 - Convênio	01.0088.00/2009	46.189.718/0001-79	544.000,00	44.000,00	500.000,00	500.000,00	28/12/09	15/02/13	1
1 - Convênio	01.0092.00/2009	00.434.143/0001-01	2.527.000,00	27.000,00	0,00	2.500.000,00	29/12/09	17/07/12	1
1 - Convênio	01.0104.00/2009	09.436.627/0001-64	151.600,00	1.600,00	0,00	150.000,00	30/12/10	01/05/12	1
1 - Convênio	01.0105.00/2009	76.995.455/0001-56	1.304.667,30	54.667,30	0,00	1.250.000,00	28/12/09	17/06/13	1
1 - Convênio	01.0108.00/2009	19.377.514/0001-99	700.000,00	200.000,00	0,00	500.000,00	31/12/10	20/07/12	1
1 - Convênio	01.0116.00/2009	56.024.581/0001-56	1.110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	30/12/09	27/12/13	1
1 - Convênio	01.0117.00/2009	46.523.056/0001-21	326.100,00	26.100,00	0,00	0,00	28/12/09	26/02/12	1
1 - Convênio	01.0122.00/2009	72.229.982/0001-07	720.000,00	120.000,00	0,00	200.000,00	28/12/09	29/03/14	1
1 - Convênio	01.0128.00/2009	46.362.927/0001-72	464.000,00	14.000,00	0,00	262.000,00	30/12/09	30/12/12	1
1 - Convênio	01.0134.00/2009	90.738.796/0001-09	555.556,00	55.556,00	500.000,00	500.000,00	30/12/09	20/06/12	1
1 - Convênio	01.0135.00/2009	04.203.075/0001-20	277.800,00	27.800,00	0,00	250.000,00	30/12/09	30/12/12	1
1 - Convênio	01.0151.00/2009	06.553.572/0001-84	240.000,00	40.000,00	0,00	200.000,00	30/12/09	26/12/12	1

1 - Convênio	01.0164.00/2009	47.970.769/0001-04	616.432,12	116.432,12	0,00	500.000,00	28/12/09	29/03/13	1
1 - Convênio	01.0168.00/2009	19.198.118/0001-02	880.000,00	180.000,00	0,00	700.000,00	30/12/09	31/01/13	1
1 - Convênio	01.0169.00/2009	10.565.000/0001-92	1.120.000,00	120.000,00	700.000,00	700.000,00	30/12/09	27/12/13	1
1 - Convênio	01.0174.00/2009	76.205.707/0001-04	115.000,00	5.000,00	0,00	0,00	30/12/09	22/08/13	1
1 - Convênio	01.0176.00/2009	90.738.796/0001-09	333.334,00	33.334,00	0,00	300.000,00	29/12/09	29/02/12	1
1 - Convênio	01.0178.00/2009	36.446.029/0001-49	182.785,95	32.787,00	0,00	149.998,95	28/12/09	28/06/12	1
1 - Convênio	01.0183.00/2009	06.307.102/0001-30	6.036.842,60	242.200,00	0,00	5.794.642,60	31/12/09	28/02/13	1
1 - Convênio	01.0187.00/2009	03.347.135/0001-16	1.150.898,65	350.898,65	0,00	0,00	29/12/09	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0192.00/2009	04.921.881/0001-34	850.000,00	250.000,00	0,00	0,00	30/12/09	30/12/13	1
1 - Convênio	01.0205.00/2009	07.296.722/0001-84	5.674.121,60	1.006.121,60	0,00	0,00	30/12/09	30/12/12	1
1 - Convênio	01.0206.00/2009	45.122.942/0001-80	137.799,84	2.799,84	0,00	0,00	30/12/09	14/07/14	1
1 - Convênio	01.0208.00/2009	46.137.410/0001-80	350.000,00	50.000,00	0,00	0,00	30/12/09	28/02/14	1
1 - Convênio	01.0009.00/2010	48.031.918/0001-24	25.060.712,00	259.288,00	0,00	25.060.712,00	25/06/10	25/04/14	1
1 - Convênio	01.0010.00/2010	48.031.918/0001-24	1.000.000,00	20.004,45	0,00	0,00	31/12/10	25/04/14	1
1 - Convênio	01.0011.00/2010	47.492.806/0001-08	1.086.956,52	86.956,52	1.000.000,00	722.500,00	24/11/10	03/03/13	1

1 - Convênio	01.0012.00/2010	11.049.830/0001-20	1.120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	31/12/10	01/03/13	1
1 - Convênio	01.0017.00/2010	76.995.448/0001-54	556.080,00	56.080,00	0,00	500.000,00	06/07/10	20/08/13	1
1 - Convênio	01.0021.00/2010	76.417.005/0001-86	9.725.615,56	972.561,56	0,00	8.753.054,00	30/06/10	02/05/13	1
1 - Convênio	01.0022.00/2010	04.203.075/0001-20	32.157.095,00	6.431.419,00	0,00	10.000.000,00	08/07/10	30/06/13	1
1 - Convênio	01.0024.00/2010	07.829.496/0001-50	1.100.000,00	100.000,00	0,00	563.850,92	01/07/10	29/01/13	1
1 - Convênio	01.0027.00/2010	76.995.448/0001-54	7.452.443,20	450.000,00	0,00	2.483.460,19	07/12/10	28/02/13	1
1 - Convênio	01.0030.00/2010	11.427.000/0001-99	875.000,00	175.000,00	0,00	700.000,00	31/12/10	14/12/13	1
1 - Convênio	01.0042.00/2010	75.771.477.0001-70	1.950.610,80	200.000,00	0,00	0,00	31/12/10	20/07/13	1
1 - Convênio	01.0047.00/2010	46.177.523/0001-09	16.304.437,84	1.304.437,84	0,00	15.000.000,00	21/12/10	31/07/13	1
1 - Convênio	01.0050.00/2010	18.715.383/0001-40	10.100.000,00	1.600.000,00	8.500.000,00	8.500.000,00	31/12/10	17/10/13	1
1 - Convênio	01.0056.00/2010	25.053.133/0001-57	222.300,00	22.300,00	0,00	0,00	31/12/10	30/01/13	1
1 - Convênio	01.0057.00/2010	08.999.740/0001-53	10.773.211,90	1.022.523,90	0,00	0,00	31/12/10	30/07/15	1
1 - Convênio	01.0079.00/2010	01.617.237/0001-89	1.020.410,00	20.410,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/13	1
1 - Convênio	01.0083.00/2010	11.427.000/0001-99	6.868.743,72	1.373.748,74	5.494.994,98	5.494.994,98	31/12/10	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0088.00/2010	46.732.442/0001-23	271.250,00	57.200,00	0,00	214.250,00	13/10/10	17/02/13	1

1 - Convênio	01.0093.00/2010	11.427.000/0001-99	3.066.777,53	613.355,51	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0096.00/2010	27.142.205/0001-26	9.449.922,20	944.992,22	0,00	0,00	10/12/10	09/07/13	1
1 - Convênio	01.0099.00/2010	10.278.089.0001-06	112.148,20	12.148,20	0,00	0,00	31/12/10	03/06/12	1
1 - Convênio	01.0100.00/2010	06.553.481.0001-49	29.892.717,30	4.511.908,30	0,00	0,00	31/12/10	24/11/13	1
1 - Convênio	01.0107.00/2010	07.819.424/0001-21	322.104,20	15.338,00	0,00	306.766,20	06/12/10	06/02/12	1
1 - Convênio	01.0125.00/2010	15.024.003/0001-32	10.527.000,00	527.000,00	0,00	0,00	16/12/10	01/10/12	1
1 - Convênio	01.0132.00/2010	10.377.679/0001-96	560.000,00	60.000,00	0,00	0,00	31/12/10	09/09/13	1
1 - Convênio	01.0133.00/2010	04.135.409/0001-76	150.000,00	0,00		150.000,00	31/12/10	28/02/12	1
1 - Convênio	01.0141.00/2010	10.912.293/0001-37	3.350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0142.00/2010	10.912.293/0001-37	4.450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	31/12/10	30/09/12	1
1 - Convênio	01.0144.00/2010	95.440.517/0001-08	3.777.695,97	302.215,68	3.475.480,29	3.475.480,29	31/12/10	03/05/13	1
1 - Convênio	01.0145.00/2010	10.912.293/0001-37	4.425.676,00	700.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0146.00/2010	76.244.961/0001-03	675.000,00	75.000,00	0,00	0,00	31/12/10	07/08/13	1
1 - Convênio	01.0147.00/2010	88.254.875/0001-60	3.795.224,48	319.744,19	3.475.480,29	3.475.480,29	28/12/10	28/04/12	1
1 - Convênio	01.0152.00/2010	87.297.982/0001-03	3.777.695,97	302.215,68	3.475.480,29	3.475.480,29	31/12/10	31/12/13	1

1 - Convênio	01.0159.00/2010	87.612.537/0001-90	3.785.481,00	310.000,71	0,00	3.475.480,29	31/12/10	31/01/13	1
1 - Convênio	01.0160.00/2010	87.555.531/0001-57	3.777.701,48	302.221,19	0,00	3.475.480,29	31/12/10	15/04/13	1
1 - Convênio	01.0173.00/2010	76.205.970.0001-95	205.950,00	5.950,00	200.000,00	200.000,00	31/12/10	14/11/13	1
1 - Convênio	01.0184.00/2010	05.903.125.0001-45	1.200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/13	1
1 - Convênio	01.0191.00/2010	15.884.109/0001-06	303.699,00	8.699,00	0,00	0,00	31/12/10	25/04/13	1
1 - Convênio	01.0005.00/2011	83.074.302/0001-31	377.721,00	127.200,00	0,00	0,00	30/12/11	02/09/13	1
1 - Convênio	01.0007.00/2011	44.215.846/0001-14	320.739,00	89.404,00	0,00	0,00	30/12/11	17/09/13	1
1 - Convênio	01.0008.00/2011	07.539.984/0001-22	104.650,00	4.650,00	0,00	0,00	30/12/11	11/08/13	1
1 - Convênio	01.0009.00/2011	51.885.242/0001-40	756.000,00	216.000,00	0,00	0,00	30/12/11	14/11/13	1
1 - Convênio	01.0010.00/2011	77.902.914/0001-72	333.268,75	66.653,75	266.615,00	266.615,00	30/12/11	30/10/14	1
1 - Convênio	01.0011.00/2011	94.704277/0001-49	310.036,70	12.515,99	0,00	0,00	30/12/11	04/10/13	1
1 - Convênio	01.0012.00/2011	92.023.159/0001-40	900.950,00	19.350,00	881.600,00	881.600,00	30/12/11	03/04/13	1
1 - Convênio	01.0014.00/2011	04.214.419/0001-05	1.731.981,70	69.279,27	0,00	0,00	30/12/11	01/10/14	1
1 - Convênio	01.0015.00/2011	34.860.833/0001-44	371.022,22	37.102,22	333.920,00	333.920,00	30/12/11	04/03/12	1
1 - Convênio	01.0018.00/2011	78.680.337/0001-84	632.550,32	133.500,32	499.050,00	499.050,00	30/12/11	04/05/14	1

1 - Convênio	01.0019.00/2011	10.572.071/0001-12	7.773.424,55	780.000,00	6.993.424,55	6.993.424,55	30/12/11	18/04/14	1
1 - Convênio	01.0020.00/2011	44.518.371/0001-35	1.681.566,38	33.631,33	0,00	0,00	30/12/11	04/10/14	1
1 - Convênio	01.0021.00/2011	87.564.381/0001-10	490.410,76	19.616,44	0,00	0,00	30/12/11	01/11/13	1
1 - Convênio	01.0022.00/2011	76.958.966/0001-06	6.906.984,16	552.558,73	0,00	0,00	30/12/11	05/03/13	1
1 - Convênio	01.0023.00/2011	18.239.624/0001-21	702.508,00	16.000,00	0,00	0,00	30/12/11	03/10/14	1
1 - Convênio	01.0024.00/2011	87.613.485/0001-77	338.357,83	13.534,32	0,00	0,00	30/12/11	05/10/13	1
1 - Convênio	01.0025.00/2011	88.768.080/0001-70	586.645,96	23.465,84	0,00	0,00	30/12/11	01/11/14	1
1 - Convênio	01.0026.00/2011	87.613.527/0001-70	248.952,37	9.958,10	0,00	0,00	30/12/11	01/10/14	1
1 - Convênio	01.0027.00/2011	88.566.872/0001-62	1.991.300,84	159.304,07	0,00	0,00	30/12/11	31/10/14	1
1 - Convênio	01.0028.00/2011	88.702.089/0001-89	889.899,83	35.596,00	0,00	0,00	30/12/11	04/10/14	1
1 - Convênio	01.0029.00/2011	09.084.815/0001-70	2.635.000,00	120.000,00	0,00	0,00	30/12/11	01/11/14	1
1 - Convênio	01.0030.00/2011	46.410.866/0001-71	114.436,00	2.288,72	0,00	0,00	30/12/11	05/10/13	1
1 - Convênio	01.0031.00/2011	46.634.291/0001-70	309.600,00	25.200,00	0,00	0,00	30/12/11	03/10/13	1
1 - Convênio	01.0032.00/2011	88.775.390/0001-12	404.513,90	38.000,00	0,00	0,00	30/12/11	14/10/13	1
1 - Convênio	01.0034.00/2011	06.554.414/0001-49	387.752,71	7.755,05	0,00	0,00	30/12/11	17/06/13	1

1 - Convênio	01.0035.00/2011	46.694.139/0001-83	187.829,99	15.026,40	0,00	0,00	30/12/11	02/10/13	1
1 - Convênio	01.0037.00/2011	59.767.921/0001-27	101.300,00	2.026,00	0,00	0,00	30/12/11	09/09/14	1
1 - Convênio	01.0038.00/2011	65.042.855/0001-20	100.000,00	2.000,00	0,00	0,00	30/12/11	03/09/14	1
1 - Convênio	01.0039.00/2011	91.103.093/0001-35	103.980,20	2.938,00	0,00	0,00	30/12/11	24/04/13	1
1 - Convênio	01.0040.00/2011	08.939.944/0001-30	194.125,00	5.655,00	0,00	0,00	30/12/11	20/04/13	1
1 - Convênio	01.0041.00/2011	81.140.303/0001-01	132.210,00	2.644,20	0,00	0,00	30/12/11	26/10/13	1
1 - Convênio	01.0043.00/2011	06.554.877/0001-00	285.978,91	5.719,58	0,00	0,00	30/12/11	26/10/13	1
1 - Convênio	01.0044.00/2011	07.756.646/0001-42	104.915,00	2.098,30	0,00	0,00	30/12/11	30/07/13	1
1 - Convênio	01.0045.00/2011	82.892.282/0001-43	954.595,97	76.367,68	0,00	0,00	30/12/11	26/10/13	1
1 - Convênio	01.0046.00/2011	06.114.631/0001-18	395.787,00	7.915,74	0,00	0,00	30/12/11	17/06/13	1
1 - Convênio	01.0048.00/2011	03.155.926/0001-44	3.968.380,00	158.735,20	0,00	0,00	30/12/11	04/10/14	1
1 - Convênio	01.0052.00/2011	27.167.428/0001-80	2.111.957,72	178.392,00	0,00	0,00	30/12/11	01/02/14	1
1 - Convênio	01.0053.00/2011	83.009.886/0001-61	671.640,60	30.000,00	0,00	0,00	30/12/11	15/09/13	1
1 - Convênio	01.0055.00/2011	10.565.000/0001-92	5.939.839,04	239.839,04	5.700.000,00	5.700.000,00	30/12/11	31/12/13	1
1 - Convênio	01.0067.00/2011	76.206.465/0001-65	430.870,42	30.870,42	0,00	0,00	30/12/11	05/10/14	1

1 - Convênio	01.0069.00/2011	46.410.866/0001-71	2.112.038,12	42.240,76	0,00	0,00	30/12/11	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0070.00/2011	82.915.026/0001-24	178.450,00	3.570,00	0,00	0,00	30/12/11	05/10/13	1
1 - Convênio	01.0073.00/2011	82.777.244/0001-40	109.801,38	9.801,38	0,00	0,00	30/12/11	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0074.00/2011	88.254.875/0001-60	3.012.538,00	301.253,80	0,00	0,00	30/12/11	30/12/12	1
1 - Convênio	01.0077.00/2011	29.051.216/0001-68	1.119.004,30	40.000,00	0,00	0,00	30/12/11	02/07/13	1
1 - Convênio	01.0001.00/2012	72.182.132/0001-92	1.304.347,83	104.347,83	0,00	0,00	28/12/12	20/12/13	1
1 - Convênio	01.0002.00/2012	52.643.251/0001-98	887.755,10	17.755,10	870.000,00	870.000,00	18/10/12	30/08/13	1
1 - Convênio	01.0005.00/2012	88.814.181/0001-30	1.928.976,26	50.000,00	0,00	0,00	28/12/12	27/03/15	1
1 - Convênio	01.0008.00/2012	04.921.881/0001-34	2.105.591,25	105.591,25	0,00	0,00	28/12/12	30/10/14	1
1 - Convênio	01.0010.00/2012	87.613.493/0001-13	498.390,04	19.935,60	0,00	0,00	28/12/12	27/02/15	1
1 - Convênio	01.0011.00/2012	95.990.107/0001-30	663.743,72	13.743,72	0,00	0,00	28/12/12	30/06/14	1
1 - Convênio	01.0014.00/2012	11.251.832/0001-05	7.368.421,05	368.421,05	0,00	0,00	28/12/12	30/10/14	1
1 - Convênio	01.0022.00/2012	11.358.157/0001-00	816.330,00	16.330,00	0,00	0,00	28/12/12	12/12/14	1
1 - Convênio	01.0023.00/2012	19.377.514/0001-99	1.250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	28/12/12	28/08/14	1
1 - Convênio	01.0028.00/2012	03.330.461/0001-10	1.189.093,68	189.093,68	0,00	0,00	28/12/12	30/10/14	1

1 - Convênio	01.0029.00/2012	01.0658.846/0001-72	4.167.000,00	167.000,00	0,00	0,00	28/12/12	31/12/14	1
1 - Convênio	01.0030.00/2012	08.675.169/0001-53	550.000,00	50.000,00	0,00	0,00	28/12/12	30/11/14	1
1 - Convênio	01.0031.00/2012	08.281.073/0001-00	430.000,00	30.000,00	0,00	0,00	28/12/12	30/12/13	1
1 - Convênio	01.0034.00/2012	83.021.824/0001-75	604.576,60	104.576,60	0,00	0,00	28/12/12	30/12/14	1
1 - Convênio	01.0041.00/2012	08.675.169/0001-53	1.650.000,00	150.000,00	0,00	0,00	28/12/12	31/12/14	1
1 - Convênio	01.0043.00/2012	46.634507/0001-06	808.200,00	8.200,00	0,00	0,00	28/12/12	27/12/13	1

LEGENDA

Modalidade:	**Situação da Transferência:**
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO					
CNPJ:	03.132.745/0001-00					
UG/GESTÃO:	240101/0001					
Modalidade	**Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício**			**Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R$ 1,00)**		
	2012	**2011**	**2010**	**2012**	**2011**	**2010**
Convênio	16	76	192	59.029.733,25	480.728.298,21	507.942.218,16
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte:

QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTES

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO					
CNPJ: 03.132.745/0001-00			**UG/GESTÃO:** 240101/0001		
Modalidade	**Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes**	**Valores** (R$ 1,00)			**% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012**
		Contratados	**Repassados até 2012**	**Previstos para 2013**	
Convênio	96	425.634.131,03	247.265.822,55	145.311.826,41	58%
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais					

Fonte:

QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO					
CNPJ: 03.132.745/0001-00	**UG/GESTÃO:** 240101/0001				
Exercício da Prestação das Contas	**Quantitativos e Montante Repassados**		**Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	**Termo de Cooperação**	**Contratos de Repasse**
2012	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	110		
		Montante Repassado	151.548.588,10		
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	62		
		Montante Repassado	81.635.308,30		
2011	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	89		
		Montante Repassado	55.388.255,13		
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	133		
		Montante Repassado	353.964.546,60		
2010	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	88		
		Montante Repassado	35.853.040,03		
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	34		
		Montante Repassado	14.009.780,98		
Anteriores a 2010	**Contas NÃO Prestadas**	**Quantidade**	37		
		Montante Repassado	5.706.521,69		
Fonte:					

QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO					
CNPJ: 03.132.745/0001-00		**UG/GESTÃO:** 240101/0001			
Exercício da Prestação das Contas	**Quantitativos e Montantes Repassados**			**Instrumentos**	
				Convênios	**Contratos de Repasse**
2012	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda **não Vencido**	Quantidade	Contas Analisadas	0	
			Contas Não Analisadas	13	
		Montante Repassado (R$)		12.854.329,58	
	Com Prazo de Análise V**encido**	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	6	
			Quantidade Reprovada	2	
			Quantidade de TCE	0	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	89	
			Montante Repassado (R$)	144.574.126,56	
2011	Quantidade de contas prestadas			90	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		10	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		80	
		Montante repassado (R$)		48.508.675,18	

2010	Quantidade de Contas Prestadas		88	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	14	
		Quantidade Reprovada	0	
		Quantidade de TCE	0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	74	
		Montante Repassado	33.500.294,80	
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	122	
		Montante Repassado	65.598.645,72	
Fonte:				

5.3 – INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.3.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO CORPORATIVO DO GOVERNO FEDERAL

Informações sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370 /2008. Destaca-se uma queda nos gastos por meio de suprimento de fundos, frente a 2011.

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)

Valores em R$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	**Nome da UG**	**Valores**			**Total Geral**
		Conta Tipo "B"	**CPGF**		
			Saque	**Fatura**	
240101	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos			1.878,89	1.878,89
UG 2					
UG 3					
UG n...					
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF			1.878,89	1.878,89

Fonte: SUP DE FUNDOS COMP

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R$ 1,00

Código da UG 1	240101	**Limite de Utilização da UG**	R$ 50.000,00		
Portador	**CPF**	**Valor do Limite Individual**	**Valor**		**Total**
			Saque	**Fatura**	
Wanderley Vieira Borges	008263161-15	5.000		1.449,68	1.449,68
Cláudia Silva Prates França	317269331-72	4.000		429,21	429,21
Total Utilizado pela UG				1.878,89	1.878,89
Código da UG 2:		**Limite de Utilização da UG:**			
Total Utilizado pela UG					
Total Utilizado pela UJ					

Fonte: SUP DE FUNDOS CARTÃO

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO "B" E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R$ 1,00

Suprimento de Fundos

Exercícios	Conta Tipo "B"		Saque		Fatura		Total (R$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012					6	1.878,89	1.878,89
2011					11	5.036,91	5.036,91
2010					11	7.151,40	7.151,40

Fonte: SUP DE FUNDOS COMP

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
	Conta Tipo “B”						CPGF					
Situação	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							3	1.878,89	4	5.036,91	4	7.151,40

Fonte: SIAFI PRODUÇÃO – ATUCPR

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

a. – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
5. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		**112**		
1.3. Membros de poder e agentes políticos		-		
1.4. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		112		
1.2.5. Servidores de carreira vinculada ao órgão		112		
1.2.6. Servidores de carreira em exercício descentralizado		-		
1.2.7. Servidores de carreira em exercício provisório		-		
1.2.8. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		-		
6. Servidores com Contratos Temporários		0		
7. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		8		
8. Empregados Públicos		52		
9. Total de Servidores (1+2+3+4)		**172**		

Fonte:

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
8. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**1**
1.4. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.5. Exercício de Função de Confiança	0
1.6. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
9. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	**3**
2.5. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.6. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.7. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.8. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	3
10. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	**-**
3.6. De Oficio, no Interesse da Administração	**-**
3.7. A Pedido, a Critério da Administração	**-**
3.8. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	**-**
3.9. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	**-**
3.10. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	**-**
11. Licença Remunerada (4.1+4.2)	
4.3. Doença em Pessoa da Família	
4.4. Capacitação	
12. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	**10**
5.6. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	2
5.7. Serviço Militar	**-**
5.8. Atividade Política	-
5.9. Interesses Particulares	8

5.10. Mandato Classista	-
13. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	**1**
13.1 **Licença Incentivada Não Remunerado**	1
13.2 **Licença Premio Por Assiduidade**	
13.3 **Suspensão Contrato De Trabalho**	
13.4 **Exerc Ext De Ans Empresa - Pod**	
13.5 **Lic. Afast. Conj. 8112,A.84,&2/**	
14. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	**15**

6.1.2 – QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
4. Cargos em Comissão		**53**	**4**	**75**
1.3. Cargos Natureza Especial	Não Há	0	0	0
1.4. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não Há	0	0	0
1.2.6. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não Há	26	1	17
1.2.7. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não Há	0	0	0
1.2.8. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não Há	15	2	4
1.2.9. Sem Vínculo	Não Há	10	1	54
1.2.10. Aposentados	Não Há	0	0	0
1.2.11. Empregados Públicos	Não Há	2	0	0
5. Funções Gratificadas	Não Há	**28**	**2**	**1**
2.3. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não Há	28	0	0
2.4. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não Há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não Há	0	2	1
6. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não Há	**81**	**6**	**76**

Fonte:

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	**De 31 a 40 anos**	**De 41 a 50 anos**	**De 51 a 60 anos**	**Acima de 60 anos**
4. Provimento de Cargo Efetivo					
4.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
4.2. Servidores de Carreira	13	25	39	33	2
4.3. Servidores com Contratos Temporários					
4.4. Empregados Públicos			25	21	
5. Provimento de Cargo em Comissão					
5.1. Cargos de Natureza Especial					
5.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	12	18	13	4
5.3. Funções Gratificadas		4	10	12	2
6. Totais (1+2)	**19**	**41**	**92**	**79**	**8**

Fonte:

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
4. Provimento de Cargo Efetivo									
4.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
4.2. Servidores de Carreira	0	1	0	2	46	63			0
4.3. Servidores com Contratos Temporários									
4.4. Empregados Públicos				15	32	6			
5. Provimento de Cargo em Comissão									
5.1. Cargos de Natureza Especial									
5.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				1	17	35			
5.3. Funções Gratificadas									
6. Totais (1+2)		**1**		**18**	**95**	**104**			

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte:

6.1.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.6 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	**2012**										
	2011										
	2010										
Empregados públicos											
Exercícios	**2012**	1.225.896,92									
	2011	1.359.648,81									
	2010	1.313.745,48									
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	**2012**	7.792.065,44		3.433.972,62	1.149254,21						
	2011	1.420.106,57		1.653.495,27	121.325,92				108.749,15		
	2010	1.059.581,88		1.921.004,80	84.835,32				284.470,35		
Servidores com Contrato Temporário											
Exercícios	**2012**										
	2011										
	2010	236.161,31									
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	**2012**	22.253,28									
	2011	9.667,18									
	2010	29.953,00									
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	**2012**										
	2011										
	2010										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	**2012**	1.481792,26		1.448.357,28	139.926,15						
	2011	1.205.820,31		867.741,82	94.657,71	13.350,00					
	2010	1.067.897,74		691.933,58	118.901,12	21.600,00					

Servidores ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	**2012**	1.331.518,89		730.366,00	150.711,99						
	2011	812.232,72		876.122,30	94.627,80						
	2010	906.108,12		823.239,00	96.403,68						

Fonte: SIAPE 2012 - DW

6.1.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral		-
1.1 Voluntária	13	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	5	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional		-
2.1 Voluntária		-
2.2 Compulsória	1	-
2.3 Invalidez Permanente		-
2.4 Outras		-
3. Totais (1+2)	**19**	**-**

Fonte: SIAPECAD 2012

Observação: Dentre os 5 aposentados por invalidez integral em 2012, 4 foram aposentados em anos anteriores e alcançados pela EC 70/2012, ficando esses 4 sujeitos a um novo ato no SISAC

6.1.7 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO

6.1.7.1 – ATOS SUJEITOS A COMUNICAÇÃO AO TRIBUBAL POR INTERMEDIO DO SISAC

QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				
Concessão de aposentadoria	19	19	18	19
Concessão de pensão civil		2		2
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	**19**	**21**	**18**	**21**

Observação: por um lapso, o aposentado Carlos dos Santos Amorim Júnior não foi incluso nos atos do SISAC em 2012, sendo incluso em 2013.

QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão				
Concessão de aposentadoria	5	9	1	4
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total				
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento				
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total				

6.1.8 - INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

- **Educação Continuada;**

Com os recursos destinados à Administração Central, foram capacitados 430 servidores. Vale ressaltar que esse número inclui servidores que realizaram mais de uma capacitação. Para o CTI, o número de servidores capacitados foi de 69 e no INPA, 130.

- **Disciplina;**

Foram abertos 2 Processos Administrativos Disciplinares no ano de 2011.

- **▪ Aposentadoria versus reposição do quadro.**

Houve 19 aposentadorias no ano (AC). Não houve reposição do quadro em 2011.

Com essas ações, espera-se que o MCTI possa cumprir suas competências, das quais destacamos as seguintes: política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação; planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia; política de desenvolvimento de informática e automação; política nacional de biossegurança; política espacial; política nuclear e controle da exportação de bens e serviços sensíveis.

O MCTI exerce, ainda, suas funções estratégicas, desenvolvendo pesquisas e estudos que se traduzem em geração de conhecimento e de novas tecnologias, bem como a criação de produtos, processos, gestão e patentes nacionais.

Tais papéis requisitam a atração e manutenção de um quadro de servidores bastante diversificados, praticamente em todos os ramos de conhecimento científico e tecnológico e a CGRH envida esforços nesse sentido, para atender a demanda.

Sobre a composição de cargos do quadro de pessoal deste Ministério, apresentamos a seguir uma breve explicação:

O MCTI faz parte do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, conforme o art. 1º da Lei nº 8.691, de 28 de Julho de 1993, que tem a seguinte composição:

I - Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia;

II - Carreira de Desenvolvimento Tecnológico; e

III - Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia (art. 2º. da Lei nº 8691/1993).

A Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia é constituída do cargo de nível superior de Pesquisador, classificado em Titular, Associado, Adjunto e Assistente de Pesquisa.

A Carreira de Desenvolvimento Tecnológico é constituída dos cargos de Tecnologista (nível superior), de Técnico (nível intermediário) e de Auxiliar Técnico (nível auxiliar).

A Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia é constituída dos cargos de Analista em Ciência e Tecnologia (nível superior), de Assistente em Ciência e Tecnologia (nível intermediário) e de Auxiliar em Ciência e Tecnologia (nível auxiliar).

Como pode ser observado, a arquitetura das carreiras é composta por cargos amplos, definidos como um conjunto de ocupações de naturezas assemelhadas, amplas e estratégicas, que permitem a flexibilidade necessária ao exercício de atribuições genéricas e diversificadas, com níveis equivalentes de complexidade e responsabilidade.

Nesse contexto, no que tange ao aspecto qualitativo, a CGRH vem envidando esforços para promover diversas ações de capacitação, envolvendo todos os cargos, inclusive o corpo gerencial.

A idade média dos servidores e a perspectiva de aposentadoria constituem, atualmente, um dos maiores desafios a ser enfrentado pela gestão de recursos humanos do MCTI. Supõe-se que para os próximos três anos, haverá perda significativa de pessoal efetivo em decorrência de aposentadoria.

Decorrente dessa previsão, este Ministério solicitou em 21 de setembro de 2011, autorização ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP para a realização de concurso público, para provimento de cargos efetivos, tendo o mesmo sido autorizado em 9 de dezembro de 2011, pela Portaria MP nº 553, de 8 de dezembro de 2011. Mesmo que o concurso enseje aumento da Força de Trabalho para esta Administração Central, cabe ressaltar que o provimento de 330 cargos de Assistente em Ciência e Tecnologia está condicionado à substituição da totalidade dos trabalhadores terceirizados, tendo em vista o cumprimento do Aditivo ao Termo de Conciliação Judicial, celebrado nos autos da Ação Civil Pública, constante do Processo nº 00810-2006-017-10-00-7. O concurso foi realizado 2012 e a homologação do resultado final em dezembro de 2012.

A política remuneratória do MCTI é a seguinte: a estrutura remuneratória dos servidores de nível superior integrantes das carreiras de Ciência e Tecnologia está prevista na Lei nº 11.907, de 02 de fevereiro de 2009, sendo composta do Vencimento Básico, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia -GDACT e da Retribuição por Titulação - RT. A RT é destinada aos portadores de títulos de Doutor, Mestre ou certificado de aperfeiçoamento ou de especialização atribuída de acordo com a classe e o padrão em que o servidor esteja posicionado e o nível de titulação comprovado.

A estrutura remuneratória dos servidores de níveis intermediário e auxiliar é composta do Vencimento Básico, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT e da Gratificação de Qualificação - GQ. Sendo que a GQ é atribuída ao servidor de acordo com a classe e o padrão em que esteja posicionado e o nível de qualificação comprovado.

A GDACT, devida aos servidores de nível superior, intermediário e auxiliar integrantes das carreiras, é atribuída em função do alcance das metas de desempenho individual e do alcance das metas de desempenho institucional dos respectivos órgãos de lotação.

O servidor ativo beneficiário da GDACT que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinqüenta por cento) da pontuação máxima estabelecida para essa parcela

será imediatamente submetido à processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade da sua chefia imediata ou unidade de lotação.

Os titulares de cargos de provimento efetivo de níveis intermediário e superior integrantes das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, também fazem jus à Gratificação Temporária de Atividade de Ciência e Tecnologia – GTEMPCT, conforme o artigo 58 da Lei nº 11.907/2009.

Com relação à Avaliação de Desempenho, cabe ressaltar que existem três tipos:

I - Avaliação de desempenho para o estágio probatório do servidor, conforme prevê o art. 20 da Lei nº 8112/1990;

II - Avaliação de desempenho individual, que visa a aferir o desempenho do servidor no MCTI, no exercício das atribuições do cargo ou função, com vistas no alcance das metas de desempenho institucional; e

III - Avaliação de desempenho institucional, que visa a aferir o alcance das metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas.

Tanto a avaliação de desempenho foi individual regulamentada pela Portaria Interministerial nº 428, de 6 de setembro de 2012, publicada no DOU de 10 de setembro de 2012. Após esta regulamentação, o MCTI publicou a Portaria nº 936, de 19 de dezembro de 2012, dispondo sobre a avaliação de desempenho dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo da administração central do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, com vistas ao pagamento da gratificação de desempenho de atividade de ciência e tecnologia - GDACT.

A Administração Central conta, ainda, com a força de trabalho de celetistas conforme a publicação da Portaria nº 525 pelo MP no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2009, que autorizou o retorno ao serviço público federal, em quadro em extinção deste Ministério, de 118 ex-empregados demitidos da extinta Fundação de Tecnologia Industrial - FTI durante o Governo Collor e anistiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994.

Posteriormente, foram publicadas outras portarias do MP, autorizando o retorno ao serviço público federal, de mais ex-empregados, também da extinta FTI. No mês de dezembro de 2011, apurou-se o total de 141 celetistas que fazem parte da força de trabalho deste Ministério.

A Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos - CODE, da CGRH possui, entre outras competências regimentais (Portaria nº 785, de 03 de outubro de 2006), a elaboração de subsídios para a proposição de políticas, diretrizes, programas e projetos de desenvolvimento, recrutamento e seleção de pessoal da Administração Central e, de forma complementar, das treze Unidades de Pesquisa que compõem a estrutura do MCTI. Entre suas competências regimentais destacam-se, ainda: a elaboração e implementação de ações de capacitação e desenvolvimento de pessoal; a seleção e a adequação funcional de servidores; o levantamento de necessidades de capacitação; o intercâmbio com instituições especializadas em treinamento e desenvolvimento; o recrutamento de instrutores internos e externos para atividades relacionadas à capacitação e ao desenvolvimento; a implementação ou alteração de atos normativos; e a realização de estudos.

A CODE é responsável, portanto, pela elaboração e implementação de atividades de capacitação e desenvolvimento de servidores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e das Unidades de Pesquisa - UP, buscando a ampliação e o aprimoramento das competências profissionais da organização e, por conseguinte, a melhoria do desempenho institucional e o cumprimento da missão do órgão.

As ações voltadas à capacitação e ao desenvolvimento de pessoal contemplaram o desenvolvimento de competências tanto para o exercício das atividades inerentes à área meio quanto à área finalística, contemplando diversas temáticas e modalidades de capacitação.

É importante destacar que tal meta foi superdimensionada em 2009, com a inclusão das Unidades de Pesquisa, permanecendo inalterada para 2012. O número de servidores ativos, em caráter efetivos, empregados público, contrato temporário, exercício descentralizado, requisitados e ocupantes de cargos comissionados sem vínculo em exercício na Administração Central do MCTI, aptos a participarem de programas de capacitação, independentemente da caracterização de curta, média e longa duração, totalizou, em 2012, seiscentos e quarenta e quatro pessoas. Essa meta física já foi alterada no PLOA de 2013, incluindo a estimativa dos servidores que ingressariam no concurso público realizado em 2012. Essa estimativa justifica-se pelo fato de que há possibilidade de que nem todas as vagas sejam ocupadas ou pela não aprovação no concurso ou pela desistência dos candidatos.

6.2– TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.2.1 – INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2012	2011	2010		
Apoio Administrativo I	**8**	**39**	**40**		
Apoio Administrativo II	**20**	**29**	**30**		
Apoio Administrativo III	**30**	**5**	**5**		
Apoio Administrativo IV	**40**	**84**	**84**		
Apoio Administrativo V	**42**	**20**	**20**		
Apoio Administrativo VI	**78**	**43**	**44**		

Análise crítica da situação da terceirização no órgão

Em dezembro de 2009 foi reduzido em 30% o quantitativo, em atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta. (MPT e MPOG) redução 105 postos.

Em dezembro de 2012, o Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e no Estado de Tocantins, firmou o aditivo ao Termo de Conciliação Judicial celebrado nos Autos da Ação Civil Pública(processo nº 00810.2006.017.10.00.7)- 17º vara do Trabalho de Brasília /DF e autorizou, em caráter excepcional, a prorrogação do contrato de prestação de serviços terceirizados do MCTI, com 360 postos, até 31/07/2013.

Considerando que no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, o provimento referente ao concurso autorizado em 2011 foi efetivado e o resultado final do certame foi homologado em dezembro/2012.

O contrato de prestação de serviços de Apoio Administrativo foi rescendido comum acordo em 01/03/2013.

*Abaixo segue a descrição das atividades de cada posto do Contrato de Apoio Administrativo à época.

ATIVIDADES BÁSICAS PARA O POSTO DE APOIO ADMINISTRATIVO I

1. Registrar a entrada e saída de documentos e correspondências internas e externas e processos, por meio de sistema informatizado disponibilizado pelo MCT, segundo as normas internas;
2. Triar documentos;
3. Distribuir documentos;
4. Conferir dados e datas em documentos recebidos;
5. Verificar documentos conforme normas internas do MCT;
6. Identificar destinatários nos documentos;
7. Classificar documentos, segundo critérios pré-estabelecidos;
8. Arquivar documentos conforme procedimentos;
9. Digitar textos e planilhas, segundo modelos existentes e/ou fornecidos pelos Técnicos do MCT;
10. Preencher formulários impressos ou eletrônicos, segundo normas estabelecidas;
11. Controlar material de expediente do setor onde o Posto de Serviço estiver alocado;
12. Requisitar materiais segundo as normas internas do MCT;
13. Conferir material solicitado;
14. Providenciar devolução de material entregue indevidamente no setor;
15. Distribuir material de expediente;
16. Controlar expedição de malotes e documentos internos;
17. Expressar-se oralmente;
18. Demonstrar habilidade de redação;
19. Falar de maneira clara, ágil e objetiva;
20. Organizar o espaço de trabalho;
21. Atender e triar telefonemas recebidos, anotar e repassar recados;
22. Organizar e controlar de agenda de contatos, compromissos e reuniões;
23. Apoiar nas atividades administrativas básicas em cursos, reuniões e eventos realizados pelo MCT, por meio de registro de presenças, entrega e recolhimento de documentos e materiais de apoio, prestação de informações e orientações aos participantes.

ATIVIDADES BÁSICAS PARA O POSTO DE APOIO ADMINISTRATIVO II

1. Busca de dados e informações com a suas conseqüentes transcrições e formatações em relatórios, textos e/ou planilhas, segundo modelos existentes e fornecidos pelos Técnicos do MCT;
2. Assistência à montagem e formalização de processos administrativos;
3. Organização e controle de documentos;

4. Encaminhamento de documentos ao arquivo central;
5. Localizar processos;
6. Controle da entrada e saída e acompanhamento do trânsito de processos, documentos e correspondências internas e externas;
7. Controle, acompanhamento e verificação de atendimento a prazos estabelecidos;
8. Encaminhar protocolos internos;
9. Atualizar cadastros informatizados segundo dados recebidos;
10. Conferir dados e cálculos em relatórios, textos e planilhas;
11. Revisar documentos de texto e planilhas eletrônicas elaborados pelos Técnicos em Ciência e Tecnologia;
12. Coletar dados e verificar índices econômicos e financeiros;
13. Efetuar cálculos;
14. Redigir atas;
15. Falar de maneira clara, ágil e objetiva;
16. Domínio da língua portuguesa;
17. Verificar prazos estabelecidos;
18. Registrar, por meio de anotações em formulários informatizados pré-definidos, ocorrências em processos;
19. Redigir e/ou transcrever textos simples e preferencialmente padronizados.

ATIVIDADES BÁSICAS PARA O POSTO DE APOIO ADMINISTRATIVO III

1. Apoiar na sua área de atuação os serviços desenvolvidos pelos técnicos da Divisão de Obras e Engenharia do MCT;
2. Fazer levantamento planialtimétrico e desenho topográfico;
3. Desenvolver planilhas de cálculo e Conferir cotas e medidas;
4. Coletar dados do local onde serão realizados os serviços determinados pela DIOE;
5. Auxiliar os técnicos da DIOE na elaboração de plantas seguindo normas e especificações técnicas;
6. Auxiliar os técnicos da DIOE na elaboração projetos de estrutura metálica; instalações hidrossanitárias;instalações elétricas, telefônicas; instalações de prevenção e combate a incêndios; instalações de ar condicionado; instalações de cabeamento estruturado;
7. Auxiliar os técnicos da DIOE na elaboração de estimativa de custos segundo critérios técnicos determinados;
8. Interpretar projetos e especificações técnicas;
9. Auxiliar os técnicos da DIOE na elaboração da composição de custos diretos e indiretos de obras e serviços, bem como na cotação e comparação de preços de insumos e serviços, segundo as regras e técnicas estabelecidas pelo MCT;
10. Auxiliar os técnicos da DIOE na elaboração de planilha de quantidade e de custos;
11. Auxiliar os técnicos da DIOE na elaboração de cronograma físico-financeiro;
12. Utilizar aplicativos específicos (tipo CAD) para a elaboração de desenhos técnicos

ATIVIDADES BÁSICAS PARA O POSTO DE APOIO ADMINISTRATIVO IV

1. Realizar cálculos tendo por base dados oriundos da administração e/ou de legislações específicas;
2. Utilização sistemas informatizados de busca de dados e informações e de controles de processos, com a finalidade de fornecer subsídios aos técnicos do MCT em sua atividade-fim;
3. Recebimento, ordenamento e encaminhamento de documentos contábeis e assemelhados;
4. Elaboração, transcrição, conferência e/ou formatação de relatórios, planilhas, memorandos, ofícios e demais correspondências, segundo modelos pré-estabelecidos e de acordo com dados fornecidos pelo MCT;
5. Auxiliar na organização da agenda de eventos administrativos, contábeis e de pessoal para o dia, semana e mês, incluindo a listagem de vencimento de obrigações e direitos.
6. Conferência de cálculos de acordo com dados fornecidos;
7. Auxiliar os técnicos do MCT na manutenção de banco de dados, por meio da inserção, alteração ou exclusão de dados em sistemas informatizados ou não, posterior emissão de relatórios e conferência de dados;
8. Pesquisa e busca de textos, legislações e artigos por meio de publicações técnicas diversas e/ou da Internet, com a transcrição, tabulação e formatação dos dados obtidos utilizando-se de editores de textos, planilhas e/ou relatórios;
9. Realização de pesquisa de dados em documentos e relatórios do MCT com sua posterior compilação e transcrição em relatórios, textos e planilhas, conforme formulários e/ou modelos pré-definidos;
10. Execução e/ou conferência de cálculos aritméticos, transcrição para meios eletrônicos de memorandos, ofícios, levantamentos, tabelas, quadros, correspondências, conforme modelos pré-definidos e com base em dados fornecidos;
11. Lançamento de dados em sistemas informatizados, recebimento, triagem, controle e acompanhamento de documentos e demandas oriundas das unidades do MCT por meio da transcrição dos dados em sistemas informatizados e/ou formulários e conseqüente emissão de relatórios, planilhas e tabelas, com a eventual realização de cálculos aritméticos;
12. Assistir e subsidiar os Técnicos do MCT nas atividades relacionadas às áreas administrativas, contábeis e de recursos humanos, conforme o local onde o posto de serviços for alocado, mediante a apresentação de subsídios e informações técnicos nas áreas especificadas;
13. Dar suporte administrativo à área de treinamento;
14. Auxiliar na elaboração da folha de pagamento, quando requisitado, por meio do preenchimento de dados em

sistemas informatizados e posterior conferência de relatórios;
15. Auxiliar os técnicos do MCT no controle da recepção e distribuição de benefícios (vale transporte etc);
16. Falar de maneira clara, ágil e objetiva.
17. Ouvir com atenção.
18. Comunicar-se efetivamente por meio de escrita.
19. Efetuar a conferência de documentos segundo a legislação vigente na sua área de atuação, o vernáculo pátrio e as normas internas do MCT, apontando eventuais incompatibilidade para apreciação e tomada de decisão pelos técnicos do MCT.

ATIVIDADES BÁSICAS PARA O POSTO DE APOIO ADMINISTRATIVO V

1. Pesquisa de recursos físicos e logísticos existentes no MCT ou no mercado para a viabilização de projetos e demandas das diversas áreas do MCT;
2. Fornecimento de subsídios técnicos nas áreas de suprimentos e materiais nas demandas relacionadas às áreas de logística e execução;
3. Elaboração de levantamentos de fluxos de serviços e dados;
4. Pesquisas de produtos e serviços existentes mercado, segundo demanda do MCT e de dados estatísticos;
5. Pesquisas em normativos e publicações especializadas para fins de fornecimento de subsídios aos técnicos em C&T nos assuntos relacionados à logística e execução de projetos por eles desenvolvidos;
6. Elaboração de tabelas, textos e planilhas eletrônicas contendo dados que subsidiem os técnicos do MCT na elaboração de planejamentos, propostas, projetos e na sua execução;
7. Assistir e subsidiar o Técnico em Ciência e Tecnologia de informações pertinentes a essas atribuições;
8. Elaboração e formatação de relatórios a partir de dados e informações fornecidas/apuradas;
9. Elaboração e formatação planilhas e demais documentos necessários;
10. Elaboração de documentos administrativos a partir de dados, informações e/ou modelos fornecidos e segundo as normas técnicas do serviço público;
11. Conferência de documentos e cálculos aritméticos;
12. Acompanhamento de validade de documentos legais;

ATIVIDADES BÁSICAS PARA O POSTO DE APOIO ADMINISTRATIVO VI

1. Assistir e subsidiar o técnico do MCT nas áreas de orçamento, licitações, contratos e convênios nas demandas relacionadas à cada uma dessas áreas e de acordo com a área de prestação dos serviços;

2. Área Orçamentária:

2.1 Assistir e subsidiar o Técnico em Ciência e Tecnologia de informações pertinentes às atividades orçamentárias e contábeis;
2.2 Tratamento de documentos da área cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos, segundo normativos em vigor;
2.3 Pesquisas de assuntos demandados pelo MCT em normativos e publicações especializadas e/ou internet, visando o fornecimento de subsídios aos técnicos em C&T nos assuntos relacionados à área orçamentária;
2.4 Acompanhar, registrar e encaminhar aos técnicos do MCT via sistema Comprasnet e Diário Oficial da União, a publicação de normativos relacionados à área orçamentária e contábil, anotando os principais impactos desses no andamento dos serviços da área;
2.5 Elaboração de tabelas, textos e planilhas eletrônicas contendo dados que subsidiem os técnicos do MCT na execução das atividades-fins do MCT;
2.6 Elaboração e formatação de relatórios a partir de dados e informações fornecidas/apuradas;
2.7 Elaboração e formatação planilhas e demais documentos necessários;
2.8 Elaboração de documentos administrativos à partir de dados, informações e/ou modelos fornecidos e segundo as normas técnicas do serviço público;
2.9 Conferência de documentos contábeis e outros e de cálculos aritméticos;
2.10 Acompanhamento de validade de documentos legais;
2.11 Conferência de Notas Fiscais/Faturas recebidas;
2.12 Prestação de apoio administrativo em reuniões internas, anotando, compilando e transcrevendo os assuntos tratados.

3. Área de Licitações e Contratos:

3.1 Assistir e subsidiar o Técnico em Ciência e Tecnologia de informações pertinentes à área de Licitações e contratos;
3.2 Atendimento, triagem, encaminhamento e/ou prestação de informações básicas à fornecedores em assuntos relacionados à licitações e contratos;
3.3 Tratamento de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos segundo normativos em vigor;
3.4 Elaboração e/ou conferência de dados e cálculos;
3.5 Pesquisas de assuntos demandados pelo MCT em normativos e publicações especializadas e/ou internet, visando o

fornecimento de subsídios aos técnicos em C&T nos assuntos relacionados à área de licitações e contratos;
3.6 Acompanhamento, registro e encaminhamento aos técnicos do MCT, a publicação de normativos relacionados à área de Licitações, utilizando-se para tanto a internet, o sistema Comprasnet e o Diário Oficial da União, emitindo relatório contendo os principais tópicos que impactariam o andamento dos serviços da área;
3.7 Elaboração de tabelas, textos e planilhas eletrônicas contendo dados que subsidiem os técnicos do MCT na execução das atividades-fins do MCT;
3.8 Conferência de documentos elaborados pelos técnicos do MCT;
3.9 Elaboração, formatação e conferência de relatórios a partir de dados e informações fornecidas/apuradas;
3.10 Elaboração e formatação planilhas e demais documentos necessários;
3.11 Elaboração de documentos administrativos à partir de dados, informações e/ou modelos fornecidos e segundo as normas técnicas do serviço público;
3.12 Emitir, acompanhar e elaborar relatório de pesquisa de preços e mercado à partir de projetos fornecidos pelos técnicos do MCT;
3.13 Prestação de apoio administrativo em reuniões internas, anotando, compilando e transcrevendo os assuntos tratados.

4. Área de Convênios

4.1 Assistir e subsidiar o Técnico em Ciência e Tecnologia de informações pertinentes à área de Convênios;
4.2 Atendimento, triagem, encaminhamento e/ou prestação de informações básicas a fornecedores em assuntos relacionados à Convênios;
4.3 Tratamento de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos segundo normativos em vigor;
4.4 Elaboração e/ou conferência de textos, dados e cálculos;
4.5 Pesquisas de assuntos demandados pelo MCT em normativos e publicações especializadas e/ou internet, visando o fornecimento de subsídios aos técnicos em C&T nos assuntos relacionados à área de Convênios;
4.6 Acompanhamento, registro e encaminhamento aos técnicos do MCT, a publicação de normativos relacionados à área de Convênios, utilizando-se para tanto a internet, o sistema Comprasnet e o Diário Oficial da União, emitindo relatório contendo os principais tópicos que impactariam o andamento dos serviços da área;
4.7 Elaboração de tabelas, textos e planilhas eletrônicas contendo dados que subsidiem os técnicos do MCT na execução das atividades-fins do MCT;
4.8 Conferência de documentos elaborados pelos técnicos do MCT;
4.9 Elaboração, formatação e conferência de relatórios a partir de dados e informações fornecidas/apuradas;
4.10 Elaboração e formatação planilhas e demais documentos necessários;
4.11 Elaboração de documentos administrativos a partir de dados, informações e/ou modelos fornecidos e segundo as normas técnicas do serviço público;
4.12 Prestação de apoio administrativo em reuniões internas, anotando, compilando e transcrevendo os assuntos tratados.
4.13 Quando demandado e devidamente justificado, acompanhar os técnicos do MCT em viagens a bem do serviço público, para fins de prestação de serviços de apoio administrativo.

Fonte: COIN/CGRL/SPOA

6.2.3 – AUTORIZAÇÃO EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

QUADRO A.6.16 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
MCTI	Port.MP 553	08.12.2011	330

Fonte: DOU 09/12/2011 SEÇÃO I , PAG.128

6.2.4 – INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: COORDENAÇÃO – GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS /MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO														
UG/Gestão:240101					**CNPJ:03.132.745/0001-00**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2011	L	O	**02.0016.00/2011**	**04.248.842/0001-18**	**01/09/11**	**31/08/12**	**64**	**64**	**1**	**1**	**0**	**0**	P
Observações: Não há nível de escolaridade determinado no contrato, o que nos impede de informamos precisamente o nível de escolaridade. **Aplicamos o nível mais compatível com a função da área do contrato** **PAULISTA SERVIÇOS E TRANPORTES LTDA**													
LEGENDA **Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Contrato e Edital de Licitação

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: COORDENAÇÃO– GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS /MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO														
UG/Gestão:240101					**CNPJ:03.132.745/0001-00**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2010	V	O	**02.0008.00/2010**	**02.005.031/0001-60**	**01/04/10**	**31/03/13**	**140**	**140**	**01**	**01**	**0**	**0**	P
Observações: Não há nível de escolaridade determinado no contrato, o que nos impede de informamos precisamente o nível de escolaridade. Aplicamos o nível exigido nas academias de formação de vigilantes. **Para esclarecimento informo que a contratação é feita por postos e o quantitativo de trabalhadores indicado e de pessoas à razão de 2(dois) trabalhadores por posto.** **SITRAN EMPRESA DE SEGURANCA LTDA**													
LEGENDA **Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Contrato e Edital de Licitação

6.2.5 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

QUADRO A.6.18 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA -

UNIDADE CONTRATANTE														
NOME COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS /MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO														
UG/GESTÃO: 240.101				CNPJ:03132.745/0001-00										
Informações sobre o contrato														
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							'F'		'M'		'S'		
					INICIO	FIM	P	C	P	C	P	C	'A'
2012	'4"	'O'	02.0009.00/2012	04.356.735/0001-03	02/05/2012	01/05/2013	34	34	1	1	0	0	
OBSERVAÇÃO: Não há nível de escolaridade determinado no contrato, o que nos impede de informamos precisamente o nível de escolaridade. Aplicamos o nível mais condizente com a função. GVP CONSULTORIA E PRODUCAO DE EVENTOS LTDA - ME Fonte: Contrato e Edital de Licitação													

UNIDADE CONTRATANTE														
MINISTERIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO														
UG/GESTÃO: 240.101				CNPJ: 03.132.745/0001-00										
Informações sobre o contrato														
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							'F'		'M'		'S'		
					INICIO	FIM	P	C	P	C	P	C	'E'
2008	'4"	'O'	02.0034.00/2008	06.948.355/0001-93	31/11/2008	30/04/2012	45	45	1	1	0	0	

OBSERVAÇÃO: Não há nível de escolaridade determinado no contrato, o que nos impede de informamos precisamente o nível de escolaridade.
Aplicamos o nível mais condizente com a função.
MONTE SINAI SERVICE LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA
Fonte: Contrato e Edital de Licitação

UNIDADE CONTRATANTE													
NOME: MINISTERIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO													
UG/GESTÃO: 240.101				CNPJ: 03132.745/0001-00									
Informações sobre o contrato													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							'F'		'M'		'S'		
					INICIO	FIM	P	C	P	C	P	C	
2011	"5" – "6" - "7" e "12"	'O'	02.0021.00/2011	06.090.065/0001-51	26/10/2011	25/10/2013	13	13	71	62	0	0	'P'

OBSERVAÇÃO: Não há nível de escolaridade determinado no contrato, o que nos impede de informamos precisamente o nível de escolaridade.
Aplicamos o nível mais condizente com a função.
PH SERVICOS E ADMINISTRACAO LTDA
Fonte: Contrato e Edital de Licitação

UNIDADE CONTRATANTE														
NOME: MINISTERIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO														
UG/GESTÃO: 240.101				CNPJ: 03132.745/0001-00										
Informações sobre o contrato														
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							'F'		'M'		'S'		
					INICIO	FIM	P	C	P	C	P	C	
2010	"10"	'O'	02.0009.00/2010	00.032.227/0001-19	01/04/2010	30/03/2013	24	24	1	1	0	0	'P'

OBSERVAÇÃO: Não há nível de escolaridade determinado no contrato, o que nos impede de informamos precisamente o nível de escolaridade Aplicamos o nível exigido pelo sindicato da categoria para a função.

SANTA HELENA URBANIZACAO E OBRAS SA

Fonte: Contrato e Edital de Licitação

UNIDADE CONTRATANTE														
NOME: MINISTERIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO														
UG/GESTÃO: 240.101				CNPJ: 03132.745/0001-00										
Informações sobre o contrato														
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							'F'		'M'		'S'		
					INICIO	FIM	P	C	P	C	P	C	
2011	"12"	'O'	02.0031.00/2011	38.062.485/0001-10	01/01/2012	31/12/2012	0	0	66	13	94	53	'E'

OBSERVAÇÃO.

EBRAS EMPRESA DE CONSERVACAO LTDA - EPP

Fonte: Contrato e Edital de Licitação

UNIDADE CONTRATANTE														
NOME: MINISTERIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO														
UG/GESTÃO: 240.101				CNPJ: 03132.745/0001-00										
Informações sobre o contrato														
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							'F'		'M'		'S'		
					INICIO	FIM	P	C	P	C	P	C	
2012	"12"	'O'	02.0025.00/2011	09.146.381.0001-96	01/01/2013	31/12/2013	0	0	145	120	79	78	'E'

OBSERVAÇÃO: Empresa: CAPITAL Informática, Soluções e Serviços Ltda.

Fonte: Contrato e Edital de Licitação

Unidade Contratante														
Nome: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO														
UG/Gestão: 240101					**CNPJ: 03.132.745/0001-00**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2007	**09**	**ORDINÁRIA**	**02.0043.00/2007**	**00.077362/0001-80**	**28/11/2007**	**28/11/2012**			**52**	**52**	**01**	**01**	**E**
Observações: EMPRESA DELTA ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA														

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móvies
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: CONTRATO

Unidade Contratante														
Nome: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO														
UG/Gestão: 240101					**CNPJ: 03.132.745/0001-00**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2012	**09**	**ORDINÁRIA**	**02.0029.00/2012**	**14.355.750/0001-90**	**28/11/2012**	**28/11/2017**	**18**	**18**	**31**	**31**	**01**	**01**	**A**
Observações: EMPRESA ATLANTICO ENGENHARIA LTDA														

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móvies
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: CONTRATO

6.2.6 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	**Quantitativo de contratos de estágio vigentes**				**Despesa no exercício** (em R$ 1,00)
	1º Trimestre	**2º Trimestre**	**3º Trimestre**	**4º Trimestre**	
4. Nível superior					
2.3 Área Fim					
2.4 Área Meio	14	25	26	29	144.325,96
5. Nível Médio					
3.1 Área Fim					
3.2 Área Meio	4	4	4	3	13.319,28
6. Total (1+2)	18	29	30	31	157.645,24

Fonte:

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário evidenciando a forma que a UJ gere sua frota de veículos automotores, bem como os bens imóveis sob sua responsabilidade.

7.1 - GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

a) – Legislação Reguladora.

- Decreto nº 6.403 de 17 de março de 2008.
- Instrução Normativa da SLTI/MPOG nº 03 de 23 de julho de 2008.
- Portaria MCTI nº 19 de 23 de julho de 2008.

b) O MCTI, em virtude de sua atividade finalística, participa ativamente de reuniões, fóruns, conferências e outros eventos e trabalhos que tornam necessário o deslocamento de autoridades e servidores do Ministério para o local destes eventos o que, em virtude da setorização urbanística de Brasília, não seria possível dar cumprimento sem uma frota de veículos condizente com tais necessidades.

c – d – e, e f.(vide quadro abaixo).

g) Em face de idade de fabricação (2004) do veículo marca Toyota, modelo Corolla que serve o Senhor Secretário Executivo e a necessidade de se ter um veículo reserva para o Senhor Ministro e o Senhor Secretário Executivo, foi efetuada a aquisição de dois veículos novos, cuja aquisição se encontra em fase de prazo de entrega.

h) A aquisição efetuada diz respeito apenas aos veículos que servem ao Senhor Ministro e o Senhor Secretário Executivo, veículos estes que não podem ser objeto de contratação por terceirização, uma vez que além de servirem às autoridades máximas de um Órgão público, não poderiam fazer uso da placa especial de identificação do cargo de Ministro e, no caso do Senhor Secretário Executivo, não poderia utilizar a referida placa quando em substituição do Senhor Ministro, principalmente em se tratando de comparecimento a reuniões e eventos específicos para a autoridade de Ministro.

i) A Unidade possui um sistema em para controle e lançamento de todas as requisições de uso dos veículos, onde se efetua uma segunda triagem das viagens efetuadas, com ênfase nos roteiros, com o fim de identificar possíveis desvios de roteiros e locais não permitidos pela legislação concernente. Além deste sistema, os despachantes, que são servidores da unidade ,já executam uma primeira triagem nas requisições e não aceitam requisições com trajetos e locais não permitidos pela Legislação.

j) Quanto a opção por compra dos veículos em utilização no CEMADEN , este informou que optou pela compra , ao invés de locação, por já existir planejamento de ações para trabalho em campo para o ano de 2013, quando os veículos seriam necessários para transporte de servidores e de equipamentos.

Propriedade do Órgão				
Grupo	Quantidade	Km. Rodados (média anual)	Idade Média	Custo R$
Veículo de representação	01	11.055		191.961,00
Veículo Institucional	02	26.782,92		
Veículo de serviço comum	01	22.800		
Veículo de serviço Transporte coletivo	00	0,00		
Veiculo de carga leve	04	5.704	1 ano	
Veículo de carga pesada	00	0,00		
Totais	08			
Observações: Os veículos de carga leve, estão em uso no CEMADEN na cidade de Cachoeira Paulista – SP –Seu uso foi iniciado em agosto de 2012				

Contratados (serviço terceirizado)				
Grupo	Quantidade	Km. Rodados (média anual)	Idade Média	Custo R$
Veículo Institucional (Executivo)	05	152.654,04	2 anos	360.263,44
Veículo de serviço comum(Passeio)	12	215.336,04	1 ano	486.659,36
Veículo de serviço Transporte coletivo (utilitário (Vans)	02	7.933,92	2 anos	63.233,98
Veiculo de carga	01	2.688	2 anos	22.713,60
Totais	20	378.612,00		932.870,40
Observações: As classificações entre parênteses, referem-se à classificação utilizada em contrato terceirizado.				

Quadro geral				
Grupo	Quantidade	Km. Rodados (média anual)	Idade Média	Custo R$
Veículo de representação	01	11.055	2- anos	R$ 1.124.826,40
Veículo Institucional	07	179.436,96	1,78-anos	
Veículo de serviço comum	13	238.136,04	1 ano	
Veículo de serviço Transporte coletivo	02	7.933,92	2 anos	
Veiculo de carga leve	04	8.392,00	1 ano	
Veículo de carga pesada	01	2.688	2 anos	
Totais	28	447.641,92		
Observações	Os quantitativos de quilômetros representam a totalidade rodada em 2012.			

7.2 - GESTÃO DO PATRIMONIO IMOBILIÁRIO

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	**UF 1**	**Σ**	**Σ**
	Município DE PORTO ALEGRE	**01**	**01**
	município 2	-	-
	município "n"	-	-
	UF "n"	**Σ**	**Σ**
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município "n"	-	-
Subtotal Brasil		**Σ**	**Σ**
EXTERIOR	**PAÍS 1**	**Σ**	**Σ**
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
	PAÍS "n"	**Σ**	**Σ**
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
Subtotal Exterior		**Σ**	**Σ**
Total (Brasil + Exterior)		**Σ**	**Σ**

Fonte:

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
245209	880100628.500-0	05	BOM	245.304,48	13/07/2012	8.024.366,70		
Total							Σ	Σ
Fonte: SPIUNET								

8 . PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

	Quesitos a serem avaliados
	1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para **auxiliá-la nas decisões** relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
	2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
	3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
	4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.

	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na *internet* para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, *hardware*, *software* e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: *utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre*	
(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	
(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	
(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	
(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de *software* definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

9 - PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

GESTÃ DO USO DOS RECURSOS RENOVAVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9 .1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					**X**
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Resposta: ⇨ O MCTI dispôs em seus editais os critérios elencados nos incisos I, II, III, IV e V, do art. 5º, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MPOG, bem como os critérios previstos no art. 33 da lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010).					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					**X**
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					**X**
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.					**X**
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? Resposta: ⇨ Certificação do INMETRO sobre produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; ⇨ ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, certificações da constituição de bens, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável; ⇨ ROHS, concentração de substâncias perigosas acima da recomendada; ⇨ Orientação para as licitações observarem e respeitarem as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT sobre resíduos sólidos; ⇨ Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003; e ⇨ Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					**x**
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Resposta: ⇨ Encontra-se em estudo no MCTI os projetos sobre: a) a viabilidade de captação de água da chuva para abastecimento de bacias sanitárias; b) viabilidade de aquisição e instalação do sistema "Drive REGEN" nos elevadores OTIS; e c) planejamento para troca do sistema de ar condicionado, e a título de exemplificação este órgão adotou as medidas listadas a seguir que em um curto intervalo de tempo propiciará um consumo sustentável de energia e/ou água, são eles: conscientização dos funcionários do órgão por meio de palestras, folders e cartazes sobre a necessidade de se utilizar os equipamentos eletrônicos em geral, de forma eficiente, bem como auto-servimento de água em jarras ao invés de copos ; troca das bacias sanitárias com válvula hidra por bacias sanitárias acopladas com sistema duplo de acionamento do fluxo de água; rega do jardim duas vezes por semana; redução da quantidade de luminárias nas áreas de uso					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
comum; desligamento de 2 elevadores em horários de menor fluxo de usuários; e substituição de torneiras comuns por torneiras automáticas.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					**X**
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Resposta: ⇨ No exercício de 2012, este Ministério realizou o Pregão Eletrônico por registro de preços nº 44/2012 para aquisição de materiais de consumo, sendo exigidos de grande parte dos itens a sua constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, conforme relação a seguir: . lapiseira, em plástico reciclado diâmetro da carga 0.7mm,com prendedor, ponta e acionador em metal, com borracha BR-389775; . lapiseira, em plástico reciclado, diâmetro da carga 0.5mm, com prendedor, ponta e acionador em metal, com borracha BR-389774; . régua comum, material plástico reciclado, comprimento 30cm, graduação milimetrada BR 406522; . bloco recado, em papel reciclado, cor natural, largura 38mm, comprimento 50mm, características adicionais auto adesivo, quantidade folhas 100 – BR 377912; . bloco recado, material papel reciclado, cor natural, largura 76mm, comprimento 102mm, características adicionais auto-adesivo, quantidade folhas 100 - BR-377909; . porta lápis/clipe/lembrete, em polipropileno reciclado, comprimento 85 mm, largura 85 mm, altura 100 mm. – BR 389780; . almofada carimbo, caixa em plástico reciclado, esponja absorvente revestida de tecido, cor azul, entintada, comprimento 120, largura 90, número 3. BR -389278; . papel a3, celulose vegetal, medindo 297 mm x 420mm, gramatura 75 gr., tipo reciclado. BR 403456; . papel a4, material papel reciclado, comprimento 297, largura 210, aplicação impressora laser e jato de tinta, gramatura 75 gr – BR 301873; . papel pardo, material celulose vegetal, tipo papel reciclado, comprimento 96 cm, largura 66 cm, gramatura 80 gr. – BR 320489; . papel flip chart, material papel reciclado, gramatura 75 gr., dimensões 960 x 660mm, cor natural – BR 391447; . etiqueta adesiva, material papel reciclado, comprimento 101,60mm, formato carta, largura 133,90mm - caixa com 25 folhas BR388429; . etiqueta adesiva, material papel reciclado, largura 25,40mm, comprimento 101,60mm, formato retangular - caixa com 25 folhas BR388459; . etiqueta adesiva, material papel reciclado, largura 25,40mm, comprimento 66,70mm, formato carta – caixa com 25 folhas. BR388460; . envelope, material papel reciclado, gramatura 90 gr, comprimento 260mm, largura 360mm, características adicionais 1 impressão 1/0 cor preta - BR352653; . envelope, material papel reciclado, gramatura 90 gr, tipo saco comum, comprimento 114mm, cor branca, largura 162mm, características adicionais com impressão - BR380509; . envelope, material papel reciclado, gramatura 90 gr, tipo saco comum, comprimento 114mm, cor branca, largura 162mm, características adicionais sem impressão - BR380509; . envelope, material papel reciclado, tipo carta, comprimento 229mm, cor natural, largura 114mm, aplicação correspondência - BR377695; . caderno, em papel reciclado, capa dura, 96 folhas, comprimento 210, largura 148, pautado, margeado, costurado, gramatura: 56 g/m2 - BR403415; . livro, ata, em papel reciclado, 100 folhas pautadas e numeradas sequencialmente, gramatura 90 gr., comprimento 300 mm, largura 216 mm, capa dura. - BR389475; e . livro, protocolo, 100 folhas numeradas sequencialmente, comprimento 210 mm, largura 150 mm, capa em papel reciclado, folhas em papel reciclado - BR389781.					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					**5**
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	**Sim(X)**			**Não( )**	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
Resposta: ⇨ Com relação ao certame licitatório que teve como objeto a aquisição de veículos houve a exigência de que a licitante apresentasse proposta de veículo, obrigatoriamente, movido a combustível renovável, em conformidade com Lei nº 9.660/1998 .					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					**x**
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Resposta: ⇨ Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; ⇨ Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; e ⇨ Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					**X**
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					**X**
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					**X**
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					**X**
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Resposta: ⇨ Durante o exercício de 2012 o MCTI por meio da CGRL promoveu campanhas para redução de água, luz, copos descartáveis, igualmente a utilização consciente dos aparelhos de telefone e do uso de veículos oficiais. Além disso, ocorreu massiva distribuição de folders e comunicações internas acerca do assunto em comento, bem como a realização de I Fórum sustentável MCTI.					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					**X**
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Resposta: ⇨ As campanhas realizadas no âmbito do PES auxiliam e conscientizam os servidores no tocante as questões relacionadas à proteção do meio ambiente e da preservação de recursos naturais.					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
Considerações Gerais:					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Em resposta ao questionamento do item 9.1, o MCTI implementou no ano de 2012 critérios de sustentabilidade ambiental em suas aquisições de bens/serviços. Todos os editais de licitação abaixo listados possuem no escopo do projeto básico/termo de referência um item informando que a disponibilização do produto/serviço deve estar de acordo com os critérios elencados na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010. Cabe destacar, que conforme a excepcionalidade da aquisição de um produto/serviço os critérios tendem a ser complementados a fim de conseguir associar o menor preço com uma compra sustentável.

Abaixo segue tabela com o número do pregão, a descrição do objeto com os critérios de sustentabilidade. Todos os editais informados estão disponíveis no site Comprasnet, UASG nº 240101.

ANEXO I - EDITAIS SUSTENTÁVEIS	
Número do Pregão Eletrônico	Objeto
18/2012	Registro de preços para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de eventos, compreendendo: planejamento, organização, promoção e execução, incluindo a elaboração e fornecimento de infraestrutura no que se refere à locação de espaço físico, com mobiliário necessário e adequado, fornecimento de layout ou design para estandes, exposições ou feiras, compreendendo a montagem, desmontagem, manutenção, instalações elétricas, hidráulicas, de equipamentos e outros serviços correlatos para os eventos abaixo relacionados, bem como outros que venham a surgir, que poderão ocorrer em todo território nacional.
19/2012	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de confecção de medalhas, miniaturas, barretas, botões de lapela, colar, diplomas, pastas, placas, faixas com roseta e estojos para a realização da Solenidade de Entrega da Ordem Nacional do Mérito Científico, que está prevista para ocorrer no mês de agosto de 2012, em Brasília, com as presenças da Presidenta da República e do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.
20/2012	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de suporte técnico "on site", 24 (vinte quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados, com manutenção preventiva, corretiva e evolutiva para a Sala-Cofre, incluindo a substituição de componentes, localizada no edifício-sede do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Brasília/DF.
21/2012	A aquisição e instalação de uma rede de plataformas de coleta de dados (PCDs) pluviométricos, com transmissão automática dos dados via sinal de telefonia móvel (modelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN)
22/2012	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de acesso a sinais de TV por assinatura, prestando assistência técnica e instalando pontos de acesso no Gabinete do Ministro (GABMI), Gabinete da Secretaria-Executiva (SEXEC) e Assessorias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação/MCTI.
23/2012	Aquisição de veículos novos, conforme especificações técnicas contidas neste edital, devidamente emplacados e entregues nos locais indicados no termo de referência, visando atender as necessidades do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN.
24/2012	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de engenharia para operação, manutenção preventiva, corretiva, preditiva e serviços eventuais, com fornecimento de mão de obra, material, peças e componentes de reposição, dos equipamentos e das instalações prediais elétricas (incluindo grupo gerador, estabilizadores e nobreaks), hidrossanitárias, de prevenção e combate a incêndio, SPDA, de ar condicionado, cabeamentos diversos (inclusive cabeamento estruturado e de telefonia), serviços de manutenção em obras civis, serralheria, esquadrias, marcenaria e gesso, do edifício sede do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, localizado na Esplanada dos Ministérios Bloco E Brasília/DF, bem como em dependências ocupadas por demais unidades do MCTI que poderão ser atendidas somente por serviços eventuais.
25/2012	Registro de preços para aquisição de Solução Integrada de Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação, fundamentada nas melhores práticas da biblioteca ITIL – Information Technology Infrastructure Library.
27/2012	Registro de Preço para fornecimento de combustível, lubrificante e serviços de troca de óleo com fornecimento do material, para atender os veículos oficiais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

ANEXO I - EDITAIS SUSTENTÁVEIS	
Número do Pregão Eletrônico	Objeto
29/2012	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário local e interestadual de bens patrimoniais e demais objetos de interesse do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI.
30/2012	Contratação de pessoa jurídica especializada em limpeza, conservação, higienização e lavagem de veículos oficiais, com fornecimento de materiais de consumo, máquinas e equipamentos necessários a realização dos serviços.
32/2012	Fornecimento de aparelhos de ar condicionado (sem instalação) para atender as necessidades deste Ministério.
33/2012	Registro de Preços para Subscrição de Cessão de direito de uso de licenças de Solução de Inteligência Analítica Integrada, em atendimento às novas necessidades corporativas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, bem como para manter as rotinas legadas em Software Estatístico.
34/2012	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de Agenciamento de Viagens, que compreende a reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone) e de Posto de Atendimento, a ser instalado nas dependências do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI.
35/2012	Registro de Preços para Fornecimento de solução integrada de VPN (Virtual Private Network), Firewall, IDS/IPS, Gateways Virtuais, baseada em hardware e software, para conexão segura aos dispositivos de rede, incluindo instalação, configuração, suporte técnico e operação assistida por 06 meses, para contingência da Sala de Situação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN, como também atender as necessidades corporativas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI.
36/2012	Aquisição de utensílios para copa, visando atender as necessidades do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN.
37/2012	Contratação de empresa especializada em confecção e fornecimento de chaves e demais serviços relacionados a chaveiro para atender as necessidades do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no exercício de 2013.
38/2012	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de assinatura de jornais e revistas impressas para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e acesso online ao periódico Valor Econômico.
39/2012	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Clipping Eletrônico de mídia impressa e sites/blogs, com seleção de matérias por palavras-chave que abranjam os principais jornais nacionais e regionais, principais revistas brasileiras e internacionais, sites de notícias sobre temas de interesse do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
40/2012	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de secretariado e de motorista, nas dependências do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN.
41/2012	Contratação de empresa especializada na elaboração de clipping eletrônico diário, contendo imagens, sons e textos, com acesso via internet, de matérias jornalísticas, documentários, programas especiais e entrevistas televisivas de interesse do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).
43/2012	Contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos.
44/2012	Registro de Preços para aquisição de materiais de consumo, para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

ANEXO I - EDITAIS SUSTENTÁVEIS	
Número do Pregão Eletrônico	Objeto
46/2012	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços a serem executados para realização de reforma, melhorias e adequação de parte do antigo prédio da DSA (Divisão de Satélites Ambientais) para abrigar a área administrativa do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN, na unidade de Cachoeira Paulista/SP, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE.
48/2012	Aquisição de 02 (dois) automóveis nacional, zero quilometro, ano e modelo 2012/2013 ou versão mais atualizada, devidamente emplacada, para atendimento da demanda de transportes e reserva do Sr. Ministro do MCTI, e eventuais necessidades de seu Gabinete.
49/2012	Contratação de pessoa jurídica devidamente constituída, licenciada pelos órgãos competentes da saúde e do meio ambiente, para prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, compreendendo: desinsetização, desratização, descupinização e afastamento de pombos, em todas as áreas internas e externas das instalações deste Ministério, conforme especificações técnicas apresentadas no Termo de Referência

9 .2 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa	**Ano de Adesão**	**Resultados**
Projeto Esplanada Sustentável	2012	Conforme relatório da SOF acerca dos resultados do PES e considerando as Despesas com água e esgoto , energia Elétrica , limpeza e conservação, telefonia e Vigilância referente aos órgãos habilitados que recebeu a premiação do Projeto o MCTI Conseguiu alcançar uma economia de 5,53% no conjunto de despesas e em termos Absolutos uma economia de R$ 144.287,70

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	9.444	9.925	9.737	786.990,00	827.070,00	811.410,00
Água	13.527	14.991	14.183	686.509,10	283.594,21	236.664,99
Energia Elétrica	2.703.358	2.854.995	2.974.753	1.963.647,62	1.716.267,21	1.588.114,92
			Total	3.437.146,72	2.826.931,42	2.636.189,91

Por meio da Portaria SEXEC nº 04, de 11 de abril de 2012, foi instituído Comitê para implementar a gestão ambiental no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação -MCTI, com as seguintes competências:

I - Promover a adesão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação à Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, programa do Ministério do Meio Ambiente;

II – Realizar a adesão um diagnóstico sobre a situação sócio ambiental do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;

III - Apoiar, acompanhar e relatar as atividades relativas à Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;

IV - Propor e aprimorar normas e instrumentos técnicos para as ações relativas à implementação da gestão ambiental no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, especialmente no que concerne ao uso racional dos recursos, gestão adequada dos resíduos, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação dos servidores e licitação sustentável;

V - Propor e aprimorar normas e ações que permitam a redução de custos pela diminuição do desperdício de matérias-primas e de recursos como água, energia, papel, materiais de expediente e recursos de informática;

VI - Estabelecer ações e critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras; e

VII - Divulgar informações e dados sobre a gestão ambiental a todos os servidores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Ao longo de todo o exercício houve uma robusta sistemática de divulgação de folders e cartazes para conscientizar os servidores acerca de boas práticas a serem adotadas e/ou aperfeiçoadas por parte dos funcionários do MCTI, bem como promoção de fóruns e palestras com outros órgãos, neste Ministério, sobre o Projeto Esplanada Sustentável.

O MCTI celebrou com o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) o Termo de Adesão nº 11/2012, com a finalidade de integrar esforços de órgãos governamentais para desenvolver ações destinadas á implantação do Projeto Esplanada Sustentável, no âmbito da instituição, visando a melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental neste ambiente de trabalho. Além disso, esse Projeto incentiva os órgãos e instituições públicas federais a adotarem um modelo de gestão estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos, por meio da divulgação de orientações de acordo com os programas já existentes no Governo Federal.

Nessa seara, conforme se evidencia mediante a Portaria SEXEC nº 13 , de dezembro de 2012, foi instituído, no âmbito da administração central do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável, em atendimento à Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, com vistas à adoção de boas práticas de gestão no tocante ao uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental.

A evolução do PES no MCTI propiciará mecanismos para a instituição de Comitê para promover a efetiva aplicação, no que couber, dos seguintes programas:

Programa de Eficiência do Gasto Público (PEG);
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL);
Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); e

Além disso, foi celebrado Termo de Compromisso, com a Cooperativa de Material Reciclado e de Educação Ambiental Nova Esperança (COOPERNOES), cujo objeto é a destinação de materiais recicláveis descartados às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, para fins de reciclagem, com avaliação trimestral, conforme especificações do Decreto nº 5.940/06.

Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito das unidades que compõem o relatório de gestão:

⇨ Tabela 1 - Consumo de água (Exercício 2012)

CAESB 2012												
	Jan. (R$)	Fev. (R$)	Mar. (R$)	Abr. (R$)	Mai. (R$)	Jun. (R$)	Jul. (R$)	Ago. (R$)	Set. (R$)	Out. (R$)	Nov. (R$)	Dez. (R$)
Consumo	12.611,36	14.055,50	15.655,63	17.499,28	16.323,16	16.409,22	20.812,55	16.273,76	18.549,40	17.255,48	14.351,80	13.179,64
Meta do PES	-	-	-	-	-	-	15.691,76	15.691,76	15.691,76	15.691,76	15.691,76	15.691,76

Medidas adotadas:
a) Conscientização dos funcionários do órgão por meio de palestras, folders e cartazes sobre a necessidade de se utilizar os banheiros, bebedouros, águas em reuniões, sem desperdiçá-los e de forma eficiente;;;
b) Troca das bacias sanitárias com válvula hidra por bacias sanitárias acopladas com sistema duplo de acionamento do fluxo de água; e
c) Rega do jardim duas vezes por semana.

⇨ Tabela 2 - Consumo de Energia (Exercício 2012)

CEB 2012												
	Jan. (R$)	Fev. (R$)	Mar. R$)	Abr. R$)	Mai. R$)	Jun. (R$)	Jul. (R$)	Ago. R$)	Set. (R$)	Out. (R$)	Nov.(R $)	Dez.(R $)
Consumo	59.146,21	90.847,67	84.731,19	93.962,90	96.702,41	84.758,05	80.529,51	80.001,94	83.729,86	102.082,31	89.964,64	81.188,75
Meta do PES							76.161,94	76.161,94	76.161,94	76.161,94	76.161,94	76.161,94

Medidas adotadas:
a) Conscientização dos funcionários do órgão por meio de palestras, folders e cartazes sobre a necessidade de se utilizar os banheiros, bebedouros, águas em reuniões, sem desperdiçá-los e de forma eficiente
b) Desligamento de 2 elevadores em horários de menor fluxo de usuários;
c) Planejamento para troca do sistema de ar condicionado; e
d) Estudo de viabilidade de instalação do sistema Drive regen nos elevadores OTIS.
e) Redução da quantidade de luminárias nas áreas de uso comum;

10 - PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

10.1 - Informações sobre o tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU e em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula.

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva - MCTI					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
1	022.961/2012-7	2.797	c)	Comunicação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Descrição da Deliberação					
c.1) a habilitação de empresas que possuíam capital social inferior a 10% do valor estimado para o objeto do Pregão Eletrônico 16/2012, no momento da realização do certame, contrariou o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 3º da Lei 8.666/93, tendo em vista que, na hipótese, a regra prevista no subitem 9.2.3.2.2 do edital **exigia, simultaneamente**, a "comprovação da boa situação financeira" mediante índices "superiores a 1 (um)" **e** a comprovação de capital social mínimo de "10% (dez por cento) do valor estimado"; c.2) a exigência de capital social mínimo prevista no subitem 9.2.3.2.2 do edital do Pregão Eletrônico 16/2012 não foi baseada em critérios próprios, estabelecidos para avaliar ou decidir o melhor caminho para atender ao interesse público, nos termos do Acórdão 1844/2005 – TCU – Plenário, capazes de justificar a necessidade do percentual definido no ato convocatório, o que pode haver restringido a competitividade do certame e, assim, infringido o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, prevista no art. 3º da Lei 8.666/93;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos					240101
Síntese da Providência Adotada					
Revogação do Pregão Eletrônico nº 16/2012					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Aperfeiçoamento dos critérios de habilitação nos editais do MCTI					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Positivos: Imediato conhecimento do teor do Acórdão e adoção das medidas cabíveis Negativos: Falta de capacitação e corpo técnico para licitar bens específicos do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.					

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva - MCTI					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
1	020.735/2007-9	3.398	9.5.3	Legado	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Descrição da Deliberação					
9.5.3. informe, no próximo Relatório de Gestão a ser encaminhado ao TCU, a situação da cobrança da dívida junto à empresa PWA – Agência de Viagens e Turismo Ltda., objeto do Processo 01200.001177/2007-14, remetido à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional por meio do Ofício 13/2008, de 22/02/2008, expedido pela Consultoria Jurídica do Ministério.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos					240101
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhamento do Ofício nº 121/2013/CGRL/SPOA/SEXEC-MCTI à Coordenação-Geral de Dívida Ativa da União – CDA/PGFN, solicitando informar quais providências foram adotadas por parte daquela Procuradoria.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Em respostas ao Ofício supra a PGFN, por meio do Ofício nº 349/PGFN/CDA, comunicou ao MCTI a determinação do sr. Juiz da 1 ª Vara Federal das Execuções Fiscais da Seção judiciária de Porto Alegre/RS sobre a suspensão do executivo fiscal nº 200871000218793, inscrição nº 00 6 08 002433-43, cujo devedor é a PWA. Todavia a Procuradoria ainda não foi intimada da decisão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Positivos: Recolhimento dos valores devidos a União. Negativos: Entraves burocráticos e legais e dificuldades na comunicação entre os órgãos competentes.					

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
1	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.1.5	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação					
Implante estrutura formal de gerência de projetos, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, processo PO10.2 - Estruturas de Gerência de Projetos e no PMBOK, entre outras boas práticas de mercado.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Síntese da Providência Adotada					
O Boletim de Serviço do MCTI nº 10, de 31 de maio de 2012, publicou a Portaria nº 73, de 22 de maio de 2012, assinada pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério, a qual tornou pública a Metodologia de Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MGPTI-MCTI) aplicada no âmbito dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado; dos órgãos específicos singulares e das unidades descentralizadas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Durante a III Reunião Extraordinária do, então, Comitê Gestor de Segurança e Tecnologia da Informação (CSTI), ocorrida em 15 de setembro de 2011, a CGTI informou àquele Colegiado sobre a implantação do Escritório de Projetos de TI. O Diário Oficial da União, de 12 de julho de 2012, publicou a Portaria nº 101, de 11 de julho de 2012, assinada pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério, a qual instituiu o Escritório de Projetos de Tecnologia da Informação (EPTI) do Ministério, no âmbito da Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A Metodologia de Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação do Ministério dará suporte à implantação da cultura de gerenciamento de projetos na CGTI e a institucionalização do EPTI, conforme suas atribuições, permitirá: • orientar na implantação, manutenção e evolução de uma metodologia de gestão de portfólio de projetos; • promover o alinhamento do portfólio de projetos de TI aos objetivos estratégicos do MCTI; • prestar apoio no gerenciamento e no planejamento dos projetos por meio de esforço cooperativo e coordenado, bem como no uso de boas práticas, com o objetivo de servir de centro de competência, destinado a auxiliar os gerentes no desenvolvimento dos planos de projeto;					

- apoiar ações de capacitação e eventos para estimular a formação de gerentes de projetos;
- prover suporte ao processo de implantação de instrumentos estratégicos de TI;
- promover integração das atividades dos projetos do MCTI gerenciados pela CGTI;
- apoiar a CGTI na tomada de decisão relacionada a projetos de TI;
- apoiar os gerentes de projetos no desempenho de suas funções relativas à Gestão de Projetos da CGTI.

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
2	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.2.2	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação					
Em atenção à Portaria MCT 114/2010, **monitore o funcionamento do comitê gestor de segurança e tecnologia da informação - CSTI** de maneira a que este exerça suas atribuições.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Síntese da Providência Adotada					
O CSTI realizou duas reuniões ordinárias no ano de 2012 (janeiro e maio), tendo sido posteriormente extinto, com a instituição do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI) e do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC). Os representantes de ambos os Comitês, foram escolhidos entre ocupantes de cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior (DAS) 4, 5 ou 6; a presidência do CETI é exercida pelo representante da Secretaria-Executiva e a Coordenação do CSIC é exercida pelo Gestor de Segurança da Informação e Comunicações (função exercida pelo Secretário-Executivo substituto). A Portaria MCTI nº 383, de 30 de maio de 2012, instituiu o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI) e a Portaria MCTI nº 384, de 30 de maio de 2012, instituiu o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC). As informações referentes ao CETI (composição, reuniões, deliberações) estão disponíveis em portal na Intranet do MCTI.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
3	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.2.5	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação					
Em atenção ao disposto na Lei 8.666/1993, art. 6º, inc. IX, e às disposições contidas na Instrução Normativa - SLTI/MP 4/2010, art. 13, II, **defina um processo de software** previamente às futuras contratações de serviços de desenvolvimento ou manutenção de software e vincule o contrato ao processo de software, sem o qual o objeto não estará precisamente definido.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Síntese da Providência Adotada					
Durante a III Reunião Extraordinária do, então, Comitê Gestor de Segurança e Tecnologia da Informação (CSTI), ocorrida em 15 de setembro de 2011, a CGTI apresentou àquele Colegiado o Processo de Software do Ministério. O Boletim de Serviço do MCTI nº 10, de 31 de maio de 2012, publicou a Portaria nº 72, de 22 de maio de 2012, assinada pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério, a qual tornou público o Processo de Software do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (PS-MCTI) aplicado no âmbito dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado; dos órgãos específicos singulares e das unidades descentralizadas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Composto por um conjunto de regras, padrões e tarefas imprescindíveis para a execução de projetos com qualidade, produtividade e segurança, o Processo de Software do MCTI orienta o desenvolvimento de Projetos de Software ou Manutenção de Sistemas do Ministério.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
4	TC 029.120/2010-1	7571/2012 – TCU 2ª Câmara	9.4.1	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação					
No prazo de 15 (quinze) dias, **apresente planilha de formação de custos** que relacione, para cada um dos produtos listados no subitem 2.4 do anexo I do termo de referência do edital do pregão 34/2008 (relacionados à análise de riscos), o percentual correspondente em relação ao total estabelecido para a execução do item 2 do anexo I do termo de referência.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Síntese da Providência Adotada					
Em conformidade com o Plano de Ação para implementação das determinações e recomendações constantes no Acórdão nº 7571/2012-TCU-2ª Câmara, publicado no Diário Oficial da União em 23/10/2012, relativo à auditoria realizada no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI com foco no contrato 3/2009, firmado entre o MCTI e a empresa Módulo Solutions S.A., as informações referentes a essa determinação foram apresentadas por meio do Ofício 523/2012 - SEXEC/MCTI, de 30 de novembro de 2012.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
5	TC 029.120/2010-1	7571/2012 – TCU 2ª Câmara	9.4.2	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação					
Caso considere que com o término do contrato 3/2009 será **necessária nova contratação** semelhante às necessidades descritas no anexo II do termo de referência do edital do pregão 34/2008, **realize, no prazo de 120** (cento e vinte dias) dias, **plano de migração em relação à ferramenta contratada**, de modo que sejam criadas alternativas que mitiguem a dependência tecnológica, tornando viável a realização de licitação ao invés de inexigibilidade para novas contratações.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Síntese da Providência Adotada					
Em conformidade com o Plano de Ação para implementação das determinações e recomendações constantes no Acórdão nº 7571/2012-TCU-2ª Câmara, publicado no Diário Oficial da União em 23/10/2012, relativo à auditoria realizada no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI com foco no contrato 3/2009, firmado entre o MCTI e a empresa Módulo Solutions S.A., no momento, o Ministério não pretende efetuar contratação do referido item, conforme consta no PDTI 2011/2013, aprovado pelo Comitê Executivo de Tecnologia da Informação e disponível no endereço: www.mct.gov.br/pdti.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
1	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.1.2	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação					
Em atenção ao Decreto 5.707/2006, art. 1º, inciso III, elabore **estudo técnico de avaliação qualitativa e quantitativa do quadro da área de TI**, com vistas a fundamentar futuros pleitos de ampliação e preenchimento de vagas de servidores efetivos devidamente qualificados, com o objetivo de melhor atender às necessidades institucionais, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, PO4.12 - Pessoal de TI.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A EGTI 2013/2015, aprovada em 23 de outubro de 2012, que contou com a participação de representantes da CGTI em sua concepção, prevê, na Perspectiva Pessoas, Aprendizado e Crescimento - Objetivo nº 1 – Aprimorar a gestão de pessoas de TI, contém as iniciativas: 1.1 - Articular a criação da carreira de TI do SISP; 1.2 - Propor modelo de estrutura organizacional e quadro de pessoal de TI e 1.3 - Desenvolver ações para ampliação do quadro existente de TI. A CGTI aguarda providências do órgão central do SISP para, quando da implementação da iniciativa 1.2, atender à recomendação da Corte de Contas.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
2	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.1.6	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação					
Implemente processo de gestão de incidentes de serviços de tecnologia da informação, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, processo DS8 - Gerenciar a central de serviços e incidentes e de outras boas práticas de mercado, como a NBR ISO/IEC 20.000 e a NBR 27.002.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
O MCTI realizou o Pregão Eletrônico 25/2012 cujo objeto é a aquisição de ferramenta para ITSM e a implantação de diversos processos da biblioteca ITIL, com destaque para a Gestão de Incidentes de Serviços de TI. A ferramenta já se encontra instalada e a empresa está em processo de implantação dos diversos processos contratados. Previsão de conclusão no primeiro semestre/2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
3	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.1.7	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação					
Implemente processo de gestão de configuração de serviços de tecnologia da informação, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, processo DS9 - Gerenciar configuração e de outras boas práticas de mercado, como a NBR ISO/IEC 20.000.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
O MCTI realizou o Pregão Eletrônico 25/2012 cujo objeto é a aquisição de ferramenta para ITSM e a implantação de diversos processos da biblioteca ITIL, com destaque para a Gestão de Configuração de Serviços de TI. A ferramenta já se encontra instalada e a empresa está em processo de implantação dos diversos processos contratados. Previsão de conclusão no primeiro semestre/2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
4	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.1.8	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação					
Estabeleça procedimentos formais de gestão de mudanças, de acordo com o previsto no item 12.5.1 da NBR ISO/IEC 27.002, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, processo AI6 - Gerenciar mudanças e de outras boas práticas de mercado, como a NBR ISO/IEC 20.000					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
O MCTI realizou o Pregão Eletrônico 25/2012 cujo objeto é a aquisição de ferramenta para ITSM e a implantação de diversos processos da biblioteca ITIL, com destaque para a Gestão de Mudanças. A ferramenta já se encontra instalada e a empresa está em processo de implantação dos diversos processos contratados. Previsão de conclusão no primeiro semestre/2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
5	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.1.10	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação					
Estabeleça processo de avaliação da gestão de TI, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, itens ME1.4 - Avaliação de desempenho, ME1.5 - Relatórios gerenciais, ME1.6 - Ações corretivas e ME2 - Monitorar e avaliar os controles internos.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A CGTI realizou, no âmbito do Projeto 914 BRZ 2018, firmado junto à UNESCO, seleção de profissional visando a consecução dos seguintes produtos: Avaliação do Cenário Atual de Governança de TI da CGTI, Avaliação de Maturidade dos Processos de TI da CGTI e Recomendações de Ações de Melhoria. Espera-se, com a implementação da consultoria, o atendimento à recomendação em epígrafe. O prazo estimado para o término da consultoria é 20/07/2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
6	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.2.7	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação					
Em atenção ao disposto na Instrução Normativa - GSI/PR 1/2008, art. 5º, VII, **implante política de segurança da informação e comunicações**, com observância das práticas contidas na Norma Complementar 03/IN01/DSIC/GSIPR.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Conforme informado no Relatório de Gestão 2011, o Ministério optou por aguardar a instituição do novo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) para a aprovação da minuta da portaria que aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicações (Posic) do Ministério. O CSIC foi instituído e, segundo suas atribuições, esse colegiado deverá minutar a Posic composta por políticas, diretrizes, normas e procedimentos relativos à segurança da informação e comunicações para o Ministério, em conformidade com as legislações existentes sobre o tema, submetendo-a a Presidência do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI), que deverá submetê-la à apreciação da autoridade competente. Em conformidade com o Plano de Ação para implementação das determinações e recomendações constantes no Acórdão nº 7571/2012-TCU-Plenário, publicado no Diário Oficial da União em 23/10/2012, relativo à auditoria realizada no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI com foco no contrato 3/2009, firmado entre o MCTI e empresa Módulo Solutions S.A., a Posic do Ministério deverá ser aprovada no âmbito do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) até junho de 2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
7	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.2.8	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação					
Em atenção ao disposto na Instrução Normativa - GSI/PR 1/2008, art. 5º, V, **institua equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais**, com observância das práticas contidas na Norma Complementar 05/IN01/DSIC/GSIPR.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Conforme informado no Relatório de Gestão 2011, o Ministério optou por aguardar a instituição do novo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) para a aprovação da minuta da portaria que aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicações (Posic) do Ministério. A instituição da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais é uma das obrigações que integram a Posic do Ministério. Sendo assim essa determinação tem dependência com a aprovação e publicação da Posic do Ministério. Em conformidade com o Plano de Ação para implementação das determinações e recomendações constantes no Acórdão nº 7571/2012-TCU-Plenário, publicado no Diário Oficial da União em 23/10/2012, relativo à auditoria realizada no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI com foco no contrato 3/2009, firmado entre o MCTI e empresa Módulo Solutions S.A., a Posic do Ministério deverá ser aprovada no âmbito do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) até junho de 2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
8	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.2.9	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação					
Em atenção ao disposto no Decreto 4.553/2002, art. 6º, § 2º, inciso II, e art. 67, **crie critérios de classificação das informações**, a fim de que possam ter tratamento diferenciado conforme seu grau de importância, criticidade e sensibilidade, com observância das práticas contidas no item 7.2 da NBR ISO/IEC 27.002.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Conforme informado no Relatório de Gestão 2011, o Ministério optou por aguardar a instituição do novo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) para a aprovação da minuta da portaria que aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicações (Posic) do Ministério. A definição de critérios de classificação de informações integra a Posic do Ministério. Sendo assim essa determinação tem dependência com a aprovação e publicação da Posic do Ministério. Em conformidade com o Plano de Ação para implementação das determinações e recomendações constantes no Acórdão nº 7571/2012-TCU-Plenário, publicado no Diário Oficial da União em 23/10/2012, relativo à auditoria realizada no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI com foco no contrato 3/2009, firmado entre o MCTI e empresa Módulo Solutions S.A., a Posic do Ministério deverá ser aprovada no âmbito do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) até junho de 2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
9	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.2.10	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação					
Em atenção ao disposto na Instrução Normativa - GSI/PR 1/2008, art. 5º, VII, c/c a Norma Complementar 04/IN01/DSIC/GSIPR, item 5.2.1, **estabeleça procedimento de inventário de ativos de informação**, de maneira a que todos os ativos de informação sejam inventariados e tenham um proprietário responsável, com observância das práticas contidas no item 7.1 da NBR ISO/IEC 27.002.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
O MCTI realizou o Pregão Eletrônico 25/2012 que tem como objeto a aquisição de ferramenta para ITSM e a implantação de diversos processos da biblioteca ITIL. A ferramenta possui a funcionalidade de inventário de ativos de informação. Já se encontra instalada e vem realizando a coleta de informações. A CGTI irá posteriormente publicar o inventário de ativos no portal da Intranet.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
10	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.2.11	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação					
Em atenção ao disposto na Instrução Normativa - GSI/PR 1/2008, art. 5º, VII, **implemente processo de gestão de riscos de segurança da informação**, com observância das práticas contidas na Norma Complementar 04/IN01/DSIC/GSIPR.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Conforme informado no Relatório de Gestão 2011, o Ministério optou por aguardar a instituição do novo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) para a aprovação da minuta da portaria que aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicações (Posic) do Ministério. A implementação do processo de gestão de riscos depende da aprovação da Posic do Ministério, da qual faz parte. Sendo assim essa determinação tem dependência com a aprovação e publicação da Posic do Ministério. Em conformidade com o Plano de Ação para implementação das determinações e recomendações constantes no Acórdão nº 7571/2012-TCU-Plenário, publicado no Diário Oficial da União em 23/10/2012, relativo à auditoria realizada no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI com foco no contrato 3/2009, firmado entre o MCTI e empresa Módulo Solutions S.A., a Posic do Ministério deverá ser aprovada no âmbito do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) até junho de 2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
11	TC 029.120/2010-1	7571/2012 – TCU 2ª Câmara	9.3.1	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação					
Identifique as reais ameaças a seus ativos de tecnologia, relacionando as vulnerabilidades que podem ser exploradas, abstendo-se de utilizar recomendações genéricas que não se apliquem ao seu ambiente tecnológico, em atenção ao disposto no subitem 4.2.1, alínea d, da NBR ISO/IEC 27001:2006.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Em conformidade com o Plano de Ação para implementação das determinações e recomendações constantes no Acórdão nº 7571/2012-TCU-2ª Câmara, publicado no Diário Oficial da União em 23/10/2012, relativo à auditoria realizada no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI com foco no contrato 3/2009, firmado entre o MCTI e a empresa Módulo Solutions S.A., o Ministério deverá criar Grupo de Trabalho para realizar estudo visando identificar as reais ameaças aos ativos de tecnologia do MCTI, conforme disposto na NBR ISO/IEC 27001:2006, até novembro de 2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
12	TC 029.120/2010-1	7571/2012 – TCU 2ª Câmara	9.3.2	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação					
Estabeleça uma **política de segurança da informação** clara, alinhada com os objetivos do negócio e que envolva a alta direção, segundo estabelecido no subitem 5.1.1 da NBR ISO/IEC 27002:2005					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Em conformidade com o Plano de Ação para implementação das determinações e recomendações constantes no Acórdão nº 7571/2012-TCU-2ª Câmara, publicado no Diário Oficial da União em 23/10/2012, relativo à auditoria realizada no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI com foco no contrato 3/2009, firmado entre o MCTI e a empresa Módulo Solutions S.A., a Posic do Ministério deverá ser aprovada no âmbito do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) até junho de 2013 e, posteriormente, deverá ser aprovada no âmbito do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI) até agosto de 2013 e, então, submetida à apreciação do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
13	TC 029.120/2010-1	7571/2012 – TCU 2ª Câmara	9.3.3	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação					
Atribua as devidas **responsabilidades pela Gestão da Continuidade de Negócios** no âmbito do Ministério, a exemplo do que prevê o item 5 da NBR ISO/IEC 15999- 1:2007					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Em conformidade com o Plano de Ação para implementação das determinações e recomendações constantes no Acórdão nº 7571/2012-TCU-2ª Câmara, publicado no Diário Oficial da União em 23/10/2012, relativo à auditoria realizada no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI com foco no contrato 3/2009, firmado entre o MCTI e a empresa Módulo Solutions S.A., o Ministério deverá realizar estudo, conforme a NBR ISO/IEC 15999-1:2007, para atendimento à recomendação até julho de 2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
14	TC 029.120/2010-1	7571/2012 – TCU 2ª Câmara	9.4.3	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação					
No prazo de 90 (noventa) **dias**, **apresente plano de ação para aplicação dos controles** sugeridos na execução **dos itens 2 e 16** do anexo I **do termo de referência do edital do pregão 34/2008**, de modo a mitigar riscos em ativos de TI do Ministério.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Em conformidade com o Plano de Ação para implementação das determinações e recomendações constantes no Acórdão nº 7571/2012-TCU-2ª Câmara, publicado no Diário Oficial da União em 23/10/2012, relativo à auditoria realizada no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI com foco no contrato 3/2009, firmado entre o MCTI e a empresa Módulo Solutions S.A., o Ministério deverá criar Grupo de Trabalho para realizar estudo visando identificar as reais ameaças aos ativos de tecnologia do MCTI, conforme disposto na NBR ISO/IEC 27001:2006 até dezembro de 2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
15	TC 029.120/2010-1	7571/2012 – TCU 2ª Câmara	9.4.4	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação					
Em atendimento ao disposto no art. 5º c/c o art. 3º da Instrução Normativa GSI 1/2008, estabeleça normas definindo os requisitos metodológicos para a implementação da Gestão de Segurança da Informação e Comunicações.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Em conformidade com o Plano de Ação para implementação das determinações e recomendações constantes no Acórdão nº 7571/2012-TCU-2ª Câmara, publicado no Diário Oficial da União em 23/10/2012, relativo à auditoria realizada no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI com foco no contrato 3/2009, firmado entre o MCTI e a empresa Módulo Solutions S.A., o Ministério deverá elaborar normas para subsidiar a implementação da Gestão de Segurança da Informação e Comunicações até dezembro de 2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
1	201108879	005	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação - CGTI			
Descrição da Recomendação			
Ausência de uma sessão específica sobre a política de aquisição e substituição de equipamentos no PDTI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)			
Síntese da Providência Adotada			
Foi publicada no DOU nº 134, de 12/07/2012, a Portaria nº 99, que institui Política de Aquisição e Substituição dos Equipamentos. Está sendo criado um Grupo de Trabalho para elaborar o PDTI 2013-2015 do MCTI, conforme as diretrizes da EGTI 2013-2015 que teve sua aprovação publicada no DOU nº 206, de 24/10/2012, que irá incluir uma sessão específica sobre a política de aquisição e substituição de equipamentos no PDTI à luz da Portaria nº 99/12.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
– Publicação da Política de Aquisição e Substituição dos Equipamentos; – Criação do GT PDTI 2013-2105.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
2	201108879	011	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação - CGTI			
Descrição da Recomendação			
Ausência do Processo de Desenvolvimento de Sistemas de TI formalizado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)			
Síntese da Providência Adotada			
Foi publicada no BS nº 10, de 31/05/2012, a Portaria nº 72, que torna público o Processo de Software do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (PS-MCTI).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
– Publicação do Processo de Software do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (PS-MCTI).			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
1	201108879	014	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Descrição da Recomendação			
Ausência de Publicação da Política de Segurança de Informações e Comunicações, bem como de aprovação das normas e documentos que a compõe.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Conforme informado no Relatório de Gestão 2011, o Ministério optou por aguardar a instituição do novo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) para a aprovação da minuta da portaria que aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicações (Posic) do Ministério. O CSIC foi instituído e, segundo suas atribuições, esse colegiado deverá minutar a Posic composta por políticas, diretrizes, normas e procedimentos relativos à segurança da informação e comunicações para o Ministério, em conformidade com as legislações existentes sobre o tema, submetendo-a a Presidência do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI), que deverá submetê-la à apreciação da autoridade competente. Em conformidade com o Plano de Ação para implementação das determinações e recomendações constantes no Acórdão nº 7571/2012-TCU-Plenário, publicado no Diário Oficial da União em 23/10/2012, relativo à auditoria realizada no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI com foco no contrato 3/2009, firmado entre o MCTI e empresa Módulo Solutions S.A., a Posic do Ministério deverá ser aprovada no âmbito do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) até junho de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
01	TC 019.435/2008-8	3641/2011			Controle nº 31766 – TCU/Sefip
02	TC 015.467/2010-4	4453/2011			Controle nº 32643 - TCU/Sefip
03	002.850/2011-7			Ofício	SEFIP-D/1946
04	020.960/2010-7			Ofício	1097/2011 – TCU/SECEX-6
05	006.101/2008-6			Ofício	SEFIP-D/2309
06	TC 013.761/2010-2	380/2011	9.2.14	Ofício	Ofício nº 1127/2010-07
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
01 – MCTI – IBICT/ON					
02 – MCTI – MCTI/CBPF					
03 – MCTI					
04 – MCTI					
05 - CETEM					
06- MCTI					
Descrição da Deliberação:					
01 – Solicitamos especial atenção no que se refere ao encaminhamento a esta Sefip, juntamente com a resposta ao presente ofícios, do(s) comprovante (s) de ciência do (a,s) Gilmar Moreira dos Santos e João Baptista Pardal, nos termos do que foi estabelecido no Acórdão acima mencionado, independentemente de interposição de eventual recurso por parte do órgão.					
02 – 9.4. determinar ao Ministério da Ciência e Tecnologia que: 9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, suspenda os pagamentos referentes à diferença entre os valores devidos, nos termos do Relatório e Proposta de Deliberação que integram o presente Acórdão, e os efetivamente percebidos pela interessada cujo ato foi impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal; 9.4.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à beneficiária do ato impugnado, informando-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, em caso de não-provimento, não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação; 9.5. alertar o Ministério da Ciência e Tecnologia de que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante a emissão de novo ato livre das irregularidades apontadas, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;					
03 - Falha: “Data da validade do concurso anterior à data de admissão” no ato de Lilian Rose Peters (CPF					

511.466.306-20)
04 – "1. Encaminhe a este Tribunal os nomes dos ocupantes dos cargos de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior aos dos dirigentes máximos da Secretaria-Executiva, da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa, da Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais e da subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, no exercício de 2009, acompanhados das demais informações exigidas no art. 11 IN-TCU 57/2008, em cumprimento ao disposto no art. 2º, inc. I e § 4º, da DN-TCU 102/2009, uma vez que o Ofício465/2010-SEXEC, de 22/11/2010, que apresentou as informações complementares ao Relatório de Gestão das contas não consignou tais informações."
05 – "Com vistas ao saneamento do processo acima indicado, com fundamento no art. 11 da lei nº 8.443/92, solicito a V. Sª que encaminhe ao(s) interessado(s) abaixo nomeado(s) o(s) o(s) ofício(s) que acompanha(m) a presente comunicação e encaminhe de volta a esta SEFIP o(s) comprovante(s) de que o(s) interessado(s) o(s) recebeu(ram). Interessado: DENYR PEREIRA DA SILVA(CPF: 059.868.857-91) Irregularidade: Acumulação indevida de duas aposentadorias em dois cargos técnicos (Agente Administrativo e Analista de ciência e Tecnologia Sênior) em descumprimento a vedação insculpida no art. 37, inciso XVI da C.F./88.
06 – Determinação 9.2.12: no prazo de 30(trinta) dias a contar da ciência deste acórdão; encaminhe plano de ação para implementação das medidas aqui contidas, com indicação : 9.2.12.1, para cada determinação , do prazo e do responsável (nome, cargo e CPF) pelo desenvolvimento das ações: 9.2.14.2 para cada recomendação cuja implementação seja considerada conveniente e oportuna, do prazo e do responsável (nome, cargo, CPF) pelo desenvolvimento das ações: 9.2.14.3, para cada recomendação cuja implementação seja considerada conveniente ou oportuna, da justificativa da decisão.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
01 – IBICT e ON	
02 – MCTI e CBPF	
03 – MCTI	
04 – MCTI	
05 – CETEM	
06 - MCTI	

Síntese da providência adotada:
01 – IBICT – Encaminhou para a CGRH/MCTI – Memo 097/2011 informando que procedeu as alterações determinadas nos itens 9.2 a 9.4 do Acórdão 3661/2011. ON – Encaminhou para a CGRH/MCTI – Memo 027/2011 informando que a aposentadoria poderá prosperar desde que haja comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias. Informa, ainda, que não havendo a comprovação novo ato de aposentadoria será efetivado, de acordo com os termos do artigo 186, item I, artigo 188, parágrafo 2º da Lei nº 8.112/90, com proventos proporcionais. MCTI encaminhou ao TCU Ofício nº 259/2011, informando das providências adotadas pelas Unidades de Pesquisa.
02 – CBPF – Encaminhou para a CGRH/MCT – Ofício nº 055/11 informando que já cumpriu em novembro de 2010, as providências determinadas quanto à regularização da aposentadoria da servidora Aglaé Cristina Navarro de Magalhães. MCTI encaminhou ao TCU Ofício nº 307/2011, encaminhando cópia da documentação apresentada pelo CBPF e também prestou informações das providências adotadas quanto à aposentadoria de Marco Antonio Toledo Cardoso.
03 – MCTI encaminhou ao TCU Ofício nº 311/2011, informando do ajuste procedido na Ficha SISAC.
04 – MCTI encaminhou a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, MEMO nº 597/2011,

juntamente com relatórios solicitados pelo TCU.
05 – MCTI encaminhou ao TCU Ofício 444/2011, juntamente com Ofício nº 069/SERH/2011, mediante o qual o interessado tomou ciência da irregularidade, ao mesmo tempo em que informa que o mesmo optou expressamente pela aposentadoria no cargo de Analista em Ciência e Tecnologia.
06- Foi designado um Grupo de Trabalho para, no prazo de 30 dias, propor ações de capacitação para a área de Tecnologia da Informação deste Ministério. O Grupo concluiu o trabalho dentro do prazo e encaminhou o Plano de Ação ao Tribunal de Constas da União por meio do Ofício nº 520/2012 – SEXEC, de 23.12.2012. As ações de capacitação constam do Plano Anual de Capacitação para serem realizadas no exercício de 2012.
Síntese dos resultados obtidos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

10 .2 – DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	**Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93**	**Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR**		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	**Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função**	**Final do Exercício Financeiro**
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	1		
	Entregaram a DBR	1		
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	367		
	Entregaram a DBR	367		
	Não cumpriram a obrigação			

Em conformidade com a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, é obrigatória a apresentação de declaração de bens, com indicação das fontes de renda, no momento da posse ou, inexistindo esta, na entrada em exercício de cargo, emprego ou função, bem como no final de cada exercício financeiro, no término da gestão ou mandato e nas hipóteses de exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, por parte das autoridades e servidores públicos.

A cópia da Declaração de Imposto de Renda ou a Autorização de Acesso ao Imposto de Renda deverá ser entregue em envelope fechado endereçado à Coordenação de Recursos Humanos, especificando o assunto e cadastrado no Sistema Próton (programa de trâmite de documentos do Ministério da Ciência e Tecnologia) para garantir a data da entrega e o seu recebimento. Na Divisão de Pagamentos do CGRH é feito o controle de recebimento da documentação através de um programa Access e devidamente arquivado.

O § 2º do art. 3 do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005 oferece a opção de entrega de autorização de acesso à declaração anual apresentada à Secretaria da Receita Federal, com as respectivas retificações. Esta autorização de consulta facilita o controle por parte do serviço de pessoal e traz economicidade para o Governo já que diminui a quantidade de papel recebido por ano.

A partir de 2011, todos os servidores passaram a entregar a cópia da Declaração de Imposto de Renda ou a Autorização de Acesso ao Imposto de Renda à Coordenação de Recursos Humanos, de acordo a Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298, de 6 de setembro de 2007. Esta Portaria trata da exigência de entrega da Declaração de Imposto de Renda ou Autorização de Acesso a todo agente público, não havendo necessidade de renovação anual da autorização.

10 .3 – DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, **HUMBERTO LUCIANO SCHLOEGL** CPF n°871.546.419-91, **Coordenador-Geral de Recursos Logísticos,** , exercido na Coordenação –Geral de Recursos Logísticos, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres, nos seus aspectos financeiros, e contratos, UASG 240101, firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 11 de Março de 2013.

HUMBERTO LUCIANO SCHLOEGL
Coordenador-Geral de Recursos Logísticos

1 - PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

11.1 – INFORMAÇÕES SOBRE ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PUBLICO NBC T 16.9 E NBCT 16.10, PUBLICADAS PELAS RESOLUÇÕES CFC NºS 1.136/2008 E 1.137/2008, RESPECTIVAMENTE, PARA TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS DA UNIDADE.

Conforme macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI WEB que trata dos procedimentos de Reavaliação, Redução a valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, a Administração Central do MCTI em Brasília, em 2010 de forma obrigatória pelo Órgão Central do Sistema de contabilidade Federal (STN), o cálculo e registro mensal da depreciação dos bens adquiridos a partir de 2010, foram realizado pelo sistema de controle patrimonial do Órgão .

Para proceder a reavaliação ou redução a valor recuperável foi formado um Grupo de Trabalho com vistas ao atendimento no disposto da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade que estabelece procedimentos operacionais conforme Portaria nr.148 de 28 de dezembro de 2011.

De acordo com os itens 11, 12 e 13 da macrofunção, o administrador passará aplicar a depreciação aos bens adquiridos nos anos anteriores, após realizar o ajuste de seus valores (reavaliação ou redução a valor recuperável), podendo ser realizado de forma gradativa, dentro das possibilidades de cada órgão, respeitando o cronograma indicado pela STN .

Em 2011 o Grupo de Trabalho promoveu os ajustes de seus valores recuperável dos Equipamentos de processamentos de dados e de Veículos de Tração Mecânica adotando o critério do método de depreciação , como especificado no item 10 da macro função 020330 e para estimar a vida útil do bem conforme tabela estabelecida no item 27 da macrofunção. Os Resultados foram a Redução do valor Recuperável em R$ 3.181.006,97, registrado pela 2011NL000409 para os equipamentos de informática e R$ 44.192,00 para os Veículos de Tração Mecânica .

No exercício financeiro de 2012 o Grupo de Trabalho realizou a Reavaliação/ Redução a Valor Recuperável das contas: 142120400 – Aparelhos de Medição e Orientação; 142120600 – Aparelhos e Equipamentos de Comunicação, 142122800 – Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial, 142120800 –Apar.Equip.e Utens.e Utens.Med.Odont.Labor. e Hospitalar; 142121000 – Aparelhos e Equipamentos p/Esportes e Diversões; 142123400 – Máquinas, Utensilios e Equipamentos Diversos; 142123500 – Equipamentos de Processamento de Dados e 1421240 – Maq.Equip.Utensilios Agri/Agrop e Rodoviários, resultando um ajuste patrimoniais de exercício anteriores em R$ 659.820,63.

Cabe ressaltar que conforme cronograma do Tesouro Nacional para o exercício financeiro de 2012 as contas obrigatórias 142120600 – Aparelhos e Equipamentos de Comunicação e 142122800 – Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial.

Foram utilizados , como auxílios, as instruções contida na IN SRF nº 4,de 1985, emitida pela Secretaria da Receita Federal, que estabelece o tempo de vida útil (anos) e o percentual (valor residual); consultas por meio de mensagem, junto as empresas especializadas em comercialização de móveis usados; vários endereços eletrônicos de empresas especializadas em cotação de preços de materiais diversos, tendo em vista a grande variedade de itens novos e usados disponíveis para consulta por meio da rede mundial de computadores e principalmente orientações expressa na macrofunção 02.03.30 a qual determina que o valor da reavaliação ou da redução do ativo a valor recuperável é a diferença entre o valor liquido contábil do bem e o valor de mercado ou de consenso, com base em laudo técnico, sendo que para a presente situação foi utilizada com critério o linear ante a inexistência no mercado de referidos bens na condição de usado.

11.2 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÇAO ORÇAMENTÁRIA, FINANCERIA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.11.2 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	**Código da UGR**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA	**240225**

Após análise dos registros contábeis e conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial inclusos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, assim como o demonstrativo levantado por Unidade Gestora Responsável – UGR, relativos ao exercício de 2012, refletem a adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL (UGE 240101), da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF (UGE 240102), da Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH (UGE 240133), da Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação – CGTI (UGR 240219) e da Coordenação-Geral de Gestão e Inovação – CGGI, **EXCETO** no tocante às restrições registradas na conformidade contábil do mês de dezembro na Unidade Gestora Executora 240101-Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL, conforme abaixo e, observando apenas que as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.

a) Restrição Contábil 169 – Convênios a Comprovar com data expirada
b) Restrição Contábil 170 – Convênios a Aprovar com data expirada

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	**Brasília, DF**	**Data**	**25/02/2013**
Contador Responsável	**Eliana Yukiko Takenaka**	**CRC nº**	**DF-006666/O-1**

12 - PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

12.1 – Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício

A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças não executa programas ou ações dos orçamentos da União. A gestão da Coordenação-Geral tem por base as atividades inerentes a unidade setorial de orçamento, finanças e contabilidade do Órgão Superior Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Assim, as informações apresentadas a seguir referem-se ao orçamento global do Ministério, objeto das atividades desenvolvidas pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças.

12.2 - Orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O orçamento inicial aprovado para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no exercício de 2012, foi de R$ 8.485.606.284.

Ao longo do referido exercício foram registrados alterações orçamentárias (créditos suplementares e extraordinários), passando a posição final para o total de R$ **9.610.419.390**, conforme demonstrado a seguir nos Quadros I, II e III.

Quadro I – Orçamento por Programa / 2012

R$ 1,00

Programa		Orçamento MCTI	Executado
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	440.813.928	433.548.180
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	85.728.561	82.597.283
1421	Meteorologia e Mudanças Climáticas	7.691.433	7.587.801
2018	Biodiversidade	83.325.035	7.659.936
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	5.157.260.879	3.657.026.714
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	125.762.367	30.202.957
2036	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios	7.269.976	6.238.549
2040	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	196.811.000	99.741.830
2041	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral	6.511.521	6.322.199
2046	Mar, Zona Costeira e Antártida	1.600.000	1.500.000
2050	Mudanças Climáticas	26.147.606	22.987.597
2055	Desenvolvimento Produtivo	201.525.469	138.393.543
2056	Política Espacial	493.596.199	353.298.257
2059	Política Nuclear	772.130.584	594.049.857
2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2.004.244.832	1.896.408.300
Total Geral		**9.610.419.390**	**7.337.563.002**

Quadro II – Posição Inicial e Final do Orçamento / 2012

R$1,00

Fonte	Orçamento MCTI		Grupos de Despesas			
	Inicial	Final	Pessoal	Custeio	Capital	Inversões Financeiras
100	4.109.268.625	5.019.469.280	1.647.016.418	2.177.322.383	1.093.463.812	101.666.667
134	60.751.878	66.074.374		36.160.800	29.913.574	
135	50.076.101	51.603.515		34.142.835	17.460.680	
141	18.742.388	20.781.077		11.530.128	9.250.949	
142	1.350.761.873	1.470.239.418		1.055.084.384	415.155.034	
150	4.548.325	4.739.431		3.577.042	1.162.389	
156	112.515.369	112.515.369	112.515.369			
169	182.613.933	182.613.933	182.613.933			
172	1.209.287.450	1.442.639.392		758.707.297	524.324.518	159.607.577
174	6.285.894	6.905.484		4.013.290	2.892.194	
178	13.511.310	14.450.931		8.471.114	5.979.817	
180	50.152.617	50.152.617		50.152.617		
182	45.376.177	45.376.177		45.376.177		
195	250.800	250.800		250.800		
250	748.629.897	828.711.916		688.230.294	140.481.622	
280	11.527.733	12.554.456		6.593.619	5.960.837	
281	17.016.000	66.917.095		66.917.095		
282	7.040	7.040		7.040		
296		90.585.588		90.585.588		
300		66.620.064		42.629.042	23.991.022	
388		51.691.433		1.131.352	50.560.081	
650		5.330.000		5.330.000		
900	494.092.874					
5100	190.000	190.000		190.000		
TOTAL	**8.485.606.284**	**9.610.419.390**	**1.942.145.720**	**5.086.402.897**	**2.320.596.529**	**261.274.244**
%		**100,00**	**20,21**	**52,93**	**24,15**	**2,72**

Fonte: GOF/COCF/DIPF

Quadro III - Alterações Orçamentárias

Unidades Orçamentárias do MCTI	Grupo de Despesas	LOA 2012	Alterações Orçamentárias do MCTI - 2012			Dotação Final
			Suplementar	Especiais	Extraordinários	
24101 - ADM. DIRETA	**1**	742.327.522	25.500.000	-	-	**767.827.522**
	3, 4 e 5	1.290.718.095	43.991.433	-	125.400.955	**1.460.110.483**
24201- CNPQ	**1**	159.986.962	6.176.878	-		**166.163.840**
	3, 4 e 5	1.257.901.341	183.517.119	-	12.189.014	**1.453.607.474**
24204 - CNEN	**1**	559.361.289	26.435.584	-		**585.796.873**
	3, 4 e 5	206.942.111	-1.905.397	-	7.128.589	**212.165.303**
24205 - AEB	**1**	4.148.582		-		**4.148.582**
	3, 4 e 5	344.632.101	0	-	58.754.874	**403.386.975**
204206 - INB	**1**	140.346.962	62.578.786	-		**202.925.748**
	3, 4 e 5	603.772.624	64.669.678	-	35.030.219	**703.472.521**
204207 - NUCLEP	**1**	129.166.768	62.535.425	-		**191.702.193**
	3, 4 e 5	113.070.975	27.724.913	-	2.207.999	**143.003.887**
24209 - CEITEC	**1**	15.080.962	8.500.000	-		**23.580.962**
	3, 4 e 5	103.406.793	-57.095	-	6.921.293	**110.270.991**
24901 - FNDCT	**1**	-	0	-		-
	3, 4 e 5	2.814.743.197	-3	-	367.512.839	**3.182.256.033**
TOTAL MCTI	**1**	**1.750.419.047**	**191.726.673**	-	-	**1.942.145.720**
	3, 4 e 5	**6.735.187.237**	**317.940.648**	-	**615.145.782**	**7.668.273.667**

Fonte Siafi Gerencial

Gráfico da Posição Inicial e Final do Orçamento / 2012

12.3 - Limites para Movimentação e Empenho / 2012

O limite para movimentação e empenho, foi de R$ 5.282.587.519,00. O valor total da Dotação final sujeita ao limite foi de R$ 6.893.749.657. Os valores empenhados em OCC e Inversões Financeiras totalizam R$ 5.267.519.030,61, esse valor representa 99,71% do limite para movimentação e empenho, conforme demonstrado no Quadro IV.

Quadro IV – Limite de Empenho e Execução Orçamentária / 2012

R$ MIL

Órgão/ Unidade	Dotação Final Sujeita a Limite de Empenho (A)	Limite de Empenho (B)	Empenhado (C)	C/ B (%)
SEXEC	40.759	31.038	30.635	98,70%
SPOA	208.591	180.775	179.599	99,35%
SEPED	236.134	116.723	116.037	99,41%
ASSIN	4.805	3.736	3.659	97,94%
SECIS	361.658	58.886	58.784	99,83%
SCUP	167.487	163.309	163.309	100,00%
SETEC	88.164	14.783	14.779	99,97%
SEPIN	3.061	2.990	2.990	100,00%
ADM. CENTRAL	**1.110.659**	**572.240**	**569.792**	**99,57%**
INSA	6.778	4.709	4.666	99,09%
INPE	55.954	52.467	51.383	97,93%
INPA	38.829	32.784	32.777	99,98%
INT	13.650	12.426	12.420	99,95%
CETENE	6.479	5.834	5.834	100,00%
MCT/RENE	1.286	573	573	100,00%
CTI	11.534	10.702	10.640	99,42%
CBPF	11.918	12.953	12.113	93,52%
CETEM	11.679	11.460	11.460	100,00%
IBICT	20.164	12.184	10.827	88,86%
LNA	8.155	7.796	7.780	99,79%
LNCC	11.661	11.279	11.105	98,46%
MAST	5.134	4.361	4.342	99,56%
MPEG	11.440	11.350	11.158	98,31%
ON	9.139	9.028	9.028	100,00%
INSTITUTOS	**223.800**	**199.906**	**196.106**	**98,10%**
CNPq	1.283.916	1.275.133	1.269.815	99,58%
CNEN	204.963	164.254	163.598	99,60%
AEB	344.632	274.944	274.398	99,80%
INB	667.891	559.828	559.690	99,98%
NUCLEP	139.796	126.167	124.998	99,07%
CEITEC	103.350	61.767	60.773	98,39%
FNDCT	2.814.743	2.048.349	2.048.349	100,00%
TOTAL	**6.893.750**	**5.282.588**	**5.267.519**	**99,71%**

Fonte: CGOF/COCF/DIPF

Gráfico da Execução Orçamentária / 2012

Gráfico de Limite de Empenho / 2012

12.4 - Execução Orçamentária e Financeira / 2012

O quadro V apresenta a execução orçamentária e financeira global por unidade do Ministério.

Na execução financeira são demonstradas as Necessidades Financeiras (que compreendem os possíveis compromissos assumidos por conta do orçamento do exercício mais os restos à pagar de exercícios anteriores), os Pagamentos Autorizados pelo Tesouro Nacional e os Valores Pagos.

Quadro V – Execução Orçamentária e Financeira / 2012

R$ MIL

UNIDADE	CATEGORIA	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	NECESSIDADE FINANCEIRA	PAGAMENTOS AUTORIZADOS	VALORES PAGOS
ASSIN	OCC	4.822	3.659	5.249	4.105	2.047
SCUP	OCC	187.487	163.309	168.991	131.948	149.835
SECIS	OCC	366.085	58.784	416.199	208.313	8.177
SEPED	OCC	297.194	122.127	153.011	68.288	10.487
SEPIN	OCC	3.061	2.990	7.654	5.164	347
SETEC	OCC	90.194	14.779	98.507	45.224	4.923
SEXEC	OCC	42.357	30.635	49.135	28.779	18.987
SPOA	PESSOAL	767.828	752.341	767.828	767.828	752.106
	OCC	236.807	179.599	253.239	198.120	158.763
INT	OCC	14.550	12.420	18.083	12.420	5.992
INPA	OCC	40.812	32.777	42.460	17.214	24.982
INPE	OCC	57.844	51.383	71.807	28.455	37.431
INSA	OCC	7.591	4.666	6.478	6.053	2.895
CBPF	OCC	12.361	12.113	14.438	10.955	11.032
IBICT	OCC	20.235	10.827	13.181	8.189	8.043
LNCC	OCC	11.917	11.105	13.036	10.718	9.647
MAST	OCC	5.284	4.342	5.430	4.586	3.927
MPEG	OCC	11.733	11.158	13.611	10.283	9.670
RENE	OCC	1.286	573	886	1.149	372
ON	OCC	9.416	9.028	9.508	8.172	7.590
CETEM	OCC	11.921	11.460	13.455	10.101	9.784
LNA	OCC	8.282	7.780	8.327	7.333	7.234
CTI	OCC	12.139	10.640	12.547	10.442	7.610
CETENE	OCC	6.732	5.834	6.648	5.805	3.947
SUBTOTAL I		**2.227.938**	**1.524.329**	**2.169.708**	**1.609.644**	**1.255.828**
AEB	PESSOAL	4.149	3.780	4.149	4.149	3.780
	OCC	403.387	274.398	443.610	269.254	132.206
CNEN	PESSOAL	585.797	573.958	585.797	585.797	573.907
	OCC	212.165	163.672	213.249	151.043	128.566
CNPq	PESSOAL	166.164	162.046	166.164	166.164	161.636
	OCC	1.453.607	1.426.465	1.463.258	1.256.307	1.213.906
INB	PESSOAL	202.926	202.612	202.926	202.926	197.646
	OCC	703.473	559.742	705.205	583.264	386.221
NUCLEP	PESSOAL	191.702	188.415	191.702	191.702	188.287
	OCC	143.003	125.915	136.710	104.433	93.807
CEITEC	PESSOAL	23.581	23.109	23.581	23.581	23.059
	OCC	110.271	60.773	64.552	50.229	39.696
FNDCT	OCC	3.182.256	2.048.349	3.738.780	1.766.978	915.379

SUBTOTAL II	**7.382.481**	**5.813.234**	**7.939.683**	**5.355.827**	**4.058.096**
TOTAL GERAL	**9.610.419**	**7.337.563**	**10.109.391**	**6.965.471**	**5.313.924**

12.5 - Limite de Pagamento / 2012

Considerando que o limite para movimentação e empenho autorizado para 2012 fosse ser totalmente empenhado, mais os restos a pagar de 2011 e ordens bancárias de 2011 compensadas em 2012, em outros custeios e capital, o Ministério teria uma necessidade de limite de pagamento no valor de R$ 8.167.277.800,00, todavia, foi concedido o limite de somente R$ 5.023.324.100. (Quadro VI).

Quadro VI – Execução Financeira / 2012 – OCC

R$1,00

CATEGORIA	NECESSIDADE FINANCEIRA				PAGAMENTO AUTORIZADO	RECURSOS LIBERADOS PELA STN	RECURSOS LIBERADOS PELO MCTI
	LIMITE DE EMPENHO	RESTOS A PAGAR	OB's	TOTAL			
OCC	4.169.819.213	2.846.279.300	38.410.500	7.054.509.013	3.910.555.313	4.143.127.509	4.136.702.294
Inversões Financeiras	1.112.768.787	-	-	1.112.768.787	1.112.768.787	989.224.571	989.224.571
TOTAL	**5.282.588.000**	**2.846.279.000**	**38.410.500**	**8.167.277.800**	**5.023.324.100**	**5.132.352.080**	**5.125.926.865**

Fonte: CGOF/COCF/DIPF

Gráfico da Execução Financeira / 2012

12.6 - Inscrição de Restos a Pagar / 2012

A inscrição em Restos a Pagar do exercício de 2012 atingiu o montante de R$ 2.878.523.226,00. Em "Outros Custeios e Capital", foram inscritos R$ 2.846.279.342,00 dos quais R$ 650.656.455,00 em Processado e R$ 2.195.622.887,00 em Não Processado.

A Inscrição de Restos a Pagar, está assim distribuída:

Itens	Valores Inscritos		
	2010	2011	2012
Pessoal	3.813.607	4.697.552	3.403.482
Fonte 0195 / 0281	-	15.384.114	28.822.949
Sentenças	1.009.639	1.087.576	17.470
Créditos Extraordinários	32.383.984	19.125.329	-
Outros Custeio e Capital	1.688.473.270	2.704.981.060	2.846.279.325
TOTAL	**1.725.680.500**	**2.745.275.631**	**2.878.523.226**

Quadro VII – Inscrição de Restos a Pagar / 2010 – Outros Custeios e Capital

R$1,00

UNIDADES	FONTE	INSCRIÇÃO RP / 2010		
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	Recurso Tesouro	70.878.686	598.104.334	668.983.020
	TOTAL	**70.878.686**	**598.104.334**	**668.983.020**
INT	Recurso Tesouro	360.036	2.182.849	2.542.885
	Recurso Próprio	258	258.197	258.455
	TOTAL	**360.294**	**2.441.046**	**2.801.340**
INPA	Recurso Tesouro	401.073	4.394.867	4.795.940
	Recurso Próprio	-	52.167	52.167
	TOTAL	**401.073**	**4.447.034**	**4.848.107**
INPE	Recurso Tesouro	5.923	13.161.867	13.167.790
	TOTAL	**5.923**	**13.161.867**	**13.167.790**
INSA	Recurso Tesouro	54.521	2.386.109	2.440.630
	TOTAL	**54.521**	**2.386.109**	**2.440.630**
CBPF	Recurso Tesouro	46.216	833.229	879.445
	TOTAL	**46.216**	**833.229**	**879.445**
IBICT	Recurso Tesouro	2.432	764.314	766.746
	Recurso Próprio	-	167.671	167.671
	TOTAL	**2.432**	**931.985**	**934.417**
LNCC	Recurso Tesouro	-	1.400.743	1.400.743
	TOTAL	**0**	**1.400.743**	**1.400.743**
MAST	Recurso Tesouro	55.812	292.328	348.140
	TOTAL	**55.812**	**292.328**	**348.140**
MPEG	Recurso Tesouro	492.855	1.072.265	1.565.120
	Recurso Próprio	31.233	43.377	74.610
	TOTAL	**524.088**	**1.115.642**	**1.639.730**
ON	Recurso Tesouro	8.261	1.117.403	1.125.664
	TOTAL	**8.261**	**1.117.403**	**1.125.664**
CETEM	Recurso Tesouro	599.429	816.216	1.415.645
	Recurso Próprio	-	15.480	15.480
	TOTAL	**599.429**	**831.696**	**1.431.125**
LNA	Recurso Tesouro	48.110	715.324	763.434
	TOTAL	**48.110**	**715.324**	**763.434**
CTI	Recurso Tesouro	4.800	1.476.909	1.481.709
	Recurso Próprio	-	166.205	166.205
	TOTAL	**4.800**	**1.643.114**	**1.647.914**
RENE	Recurso Tesouro	2.018	2.241.545	2.243.563
	TOTAL	**2.018**	**2.241.545**	**2.243.563**

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	TOTAL	72.991.663	631.663.399	698.773.518
UNIDADES	**FONTE**	**INSCRIÇÃO RP / 2010**		
		PROCESSADOS	**NÃO PROCESSADOS**	**TOTAL**
CNPq	Recurso Tesouro	7.321.994	83.737.241	110.084.809
	Recurso Próprio	-	237.921	237.921
	TOTAL	**7.321.994**	**103.000.736**	**110.322.730**
CEITEC	Recurso Tesouro	81.118	16.042.966	16.124.084
	TOTAL	**81.118**	**16.042.966**	**16.124.084**
AEB	Recurso Tesouro	28.959.641	188.832.855	217.792.496
	TOTAL	**28.959.641**	**188.832.855**	**217.792.496**
CNEN	Recurso Tesouro	55.595	18.659.740	18.715.335
	Recurso Próprio	43.695	22.274.097	22.317.792
	TOTAL	**99.290**	**40.933.837**	**41.033.127**
INB	Recurso Tesouro	2.032.686	18.461.567	20.494.253
	Recurso Próprio	1.052.534	108.516.581	109.569.115
	TOTAL	**3.085.220**	**126.978.148**	**130.063.368**
NUCLEP	Recurso Tesouro	5.342.974	-	5.342.974
	Recurso Próprio	9.789.292	-	9.789.292
	TOTAL	**15.132.266**	**0**	**15.132.266**
FNDCT	Recurso Tesouro	283.456.540	1.205.349.232	1.488.805.772
	Recurso Próprio	-	77.727	77.727
	TOTAL	**283.456.540**	**1.205.426.959**	**1.488.883.499**
TOTAL GERAL		**411.127.732**	**2.312.878.900**	**2.704.981.058**

Nota: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; Exceto Pessoal, dívida, Fonte 0195 e 0181, Sentenças e Créditos Extraordinários- Fonte: CGOF/COCF/DIPF

Quadro VIII – Inscrição de Restos a Pagar / 2011 – Outros Custeios e Capital

R$1,00

UNIDADES	FONTES	INSCRIÇÃO RP / 2011		
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	Recurso Tesouro	108.702.506	463.674.227	572.376.733
	TOTAL	**108.702.506**	**463.674.227**	**572.376.733**
INT	Recurso Tesouro	83.375	4.630.155	4.713.530
	Recurso Próprio		858.688	858.688
	TOTAL	**83.375**	**5.488.843**	**5.572.218**
INPA	Recurso Tesouro	1.412.695	8.062.175	9.474.870
	Recurso Próprio		82.881	82.881
	TOTAL	**1.412.695**	**8.145.056**	**9.557.751**
INPE	Recurso Tesouro	37.933	19.296.906	19.334.839
	TOTAL	**37.933**	**19.296.906**	**19.334.839**
INSA	Recurso Tesouro	42.344	1.672.913	1.715.257
	TOTAL	**42.344**	**1.672.913**	**1.715.257**
CBPF	Recurso Tesouro	163.954	1.311.556	1.475.510
	Recurso Próprio		9.606	9.606
	TOTAL	**163.954**	**1.321.162**	**1.485.116**
IBICT	Recurso Tesouro		875.093	875.093
	Recurso Próprio		121.720	121.720
	TOTAL	0	**996.813**	**996.813**
LNCC	Recurso Tesouro	200.037	1.556.964	1.757.001
	TOTAL	**200.037**	**1.556.964**	**1.757.001**
MAST	Recurso Tesouro		1.068.930	1.068.930
	TOTAL	**0**	**1.068.930**	**1.068.930**
MPEG	Recurso Tesouro	414.318	1.712.461	2.126.779
	Recurso Próprio	4.626	124.339	128.965
	TOTAL	**418.944**	**1.836.800**	**2.255.744**
ON	Recurso Tesouro	58.038	421.883	479.921
	TOTAL	**58.038**	**421.883**	**479.921**
CETEM	Recurso Tesouro	959.533	970.700	1.930.233
	Recurso Próprio	16.150	48.369	64.519
	TOTAL	**975.683**	**1.019.069**	**1.994.752**
RENE	Recurso Tesouro	6.519	306.462	312.981
	TOTAL	**6.519**	**306.462**	**312.981**
LNA	Recurso Tesouro	3.331	527.310	530.641
	TOTAL	**3.331**	**527.310**	**530.641**
CETENE	Recurso Tesouro	30.167	755.029	785.196
	Recurso Próprio	7.542	21.109	28.651
	TOTAL	**37.709**	**776.138**	**813.847**
CTI	Recurso Tesouro	22.716	1.661.575	1.684.291
	Recurso Próprio	46.492	113.764	160.256
	TOTAL	**69.208**	**1.775.339**	**1.844.547**
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**TOTAL**	**112.212.276**	**509.884.815**	**622.097.091**

UNIDADES	FONTES	INSCRIÇÃO RP / 2011		
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL
CNPq	Recurso Tesouro	6.890.826	181.858.702	188.749.528
	Recurso Próprio	25.939	518.300	544.239
	TOTAL	**6.916.765**	**182.377.002**	**189.293.767**
CEITEC	Recurso Tesouro	132.085	2.666.493	2.798.578
	TOTAL	**132.085**	**2.666.493**	**2.798.578**
AEB	Recurso Tesouro	32.780.228	134.379.355	167.159.583
	TOTAL	**32.780.228**	**134.379.355**	**167.159.583**
CNEN	Recurso Tesouro	34.449	17.713.755	17.748.204
	Recurso Próprio	172.723	29.315.631	29.488.354
	TOTAL	**207.172**	**47.029.386**	**47.236.558**
INB	Recurso Tesouro	2.156.769	12.634.783	14.791.552
	Recurso Próprio	2.027.899	128.288.372	130.316.271
	TOTAL	**4.184.668**	**140.923.155**	**145.107.823**
NUCLEP	Recurso Tesouro	3.158.207		3.158.207
	Recurso Próprio	7.334.668		7.334.668
	TOTAL	**10.492.875**	**0**	**10.492.875**
FNDCT	Recurso Tesouro	483.525.731	1.178.249.590	
	Recurso Próprio	204.648	113.081	
	TOTAL	**483.730.379**	**1.178.362.671**	**1.662.093.050**
TOTAL GERAL		**650.656.448**	**2.195.622.877**	**2.846.279.325**

Nota: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; Exceto Pessoal, dívida, Fonte 0195 e 0181, Sentenças e Créditos Extraordinários - FFonte: CGOF/COCF/DIPF

Quadro IX - Inscrição de Restos a Pagar / 2012 – Outros Custeios e Capital

R$1,00

UNIDADES	FONTE	INSCRIÇÃO RP / 2012		
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	Recurso Tesouro	108.702.507	463.674.228	572.376.734
	TOTAL	**108.702.507**	**463.674.228**	**572.376.734**
INT	Recurso Tesouro	83.376	4.630.156	4.713.532
	Recurso Próprio	-	858.689	858.689
	TOTAL	**83.376**	**5.488.844**	**5.572.220**
INPA	Recurso Tesouro	1.412.696	8.062.175	9.474.871
	Recurso Próprio	-	82.881	82.881
	TOTAL	**1.412.696**	**8.145.056**	**9.557.752**
INPE	Recurso Tesouro	37.933	19.296.907	19.334.840
	TOTAL	**37.933**	**19.296.907**	**19.334.840**
INSA	Recurso Tesouro	42.344	1.672.913	1.715.257
	TOTAL	**42.344**	**1.672.913**	**1.715.257**
CBPF	Recurso Tesouro	163.955	1.311.556	1.475.511
	Recurso Próprio	-	9.606	9.606
	TOTAL	**163.955**	**1.321.162**	**1.485.117**
IBICT	Recurso Tesouro	-	875.094	875.094
	Recurso Próprio	-	121.720	121.720
	TOTAL	-	**978.814**	**978.814**
LNCC	Recurso Tesouro	200.037	1.556.964	1.757.001
	TOTAL	**200.037**	**1.556.964**	**1.757.001**
MAST	Recurso Tesouro	-	1.068.931	1.068.931
	TOTAL	-	**1.068.931**	**1.068.931**
MPEG	Recurso Tesouro	414.318	1.712.462	2.126.782
	Recurso Próprio	4.626	124.339	128.966
	TOTAL	**418.945**	**1.836.801**	**2.255.746**
ON	Recurso Tesouro	58.039	421.883	479.922
	TOTAL	**58.039**	**421.883**	**479.922**
CETEM	Recurso Tesouro	959.534	970.700	1.930.234
	Recurso Próprio	16.150	48.369	64.519
	TOTAL	**975.684**	**1.019.069**	**1.994.753**
LNA	Recurso Tesouro	3.331	527.311	530.642
	TOTAL	**3.331**	**527.311**	**530.642**
CTI	Recurso Tesouro	22.716	1.661.575	1.684.292
	Recurso Próprio	46.492	113.765	160.257
	TOTAL	**69.209**	**1.775.340**	**1.837.549**
CETENE	Recurso Tesouro	30.167	755.029	785.196
	Recurso Próprio	7.542	21.109	28.651
	TOTAL	**37.709**	**776.138**	**813.847**
RENE	Recurso Tesouro	6.519	306.463	312.982
	TOTAL	**6.519**	**306.463**	**312.982**
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**TOTAL**	**112.212.282**	**490.569.918**	**602.737.266**

UNIDADES	FONTE	INSCRIÇÃO RP / 2012		
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL
CNPq	Recurso Tesouro	6.890.827	181.858.702	188.749.529
	Recurso Próprio	25.939	518.300	544.239
	TOTAL	**6.916.766**	**182.377.002**	**189.293.768**
CEITEC	Recurso Tesouro	132.085	2.666.493	2.798.578
	TOTAL	**132.085**	**2.666.493**	**2.798.578**
AEB	Recurso Tesouro	32.780.228	134.379.355	167159853
	TOTAL	**32.780.228**	**134.379.355**	**167159853**
CNEN	Recurso Tesouro	34.449	17.713.755	17.748.204
	Recurso Próprio	172.723	29.315.631	29.488.353
	TOTAL	**207.172**	**47.029.385**	**47.236.557**
INB	Recurso Tesouro	2.156.769	12.634.783	14.791.522
	Recurso Próprio	2.027.899	29.315.631	31.343.530
	TOTAL	**4.184.668**	**41.950.414**	**46.135.082**
NUCLEP	Recurso Tesouro	3.158.207	-	3.158.207
	Recurso Próprio	7.334.689	-	7.334.689
	TOTAL	**10.492.895**	**-**	**10.492.895**
FNDCT	Recurso Tesouro	483.525.731	1.178.249.590	1.661.775.321
	Recurso Próprio	204.648	113.082	317729
	TOTAL	**483.730.379**	**1.178.362.672**	**1.662.093.051**
TOTAL GERAL		**650.656.475**	**2.077.335.239**	**2.727.947.052**

Nota: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; Exceto Pessoal, dívida, Fonte 0195 e 0181, Sentenças e Créditos Extraordinários. Fonte: CGOF/COCF/DIPF

Gráfico da Inscrição de Restos a Pagar – Comparativo / Outros Custeios e Capital

Comparativo de Restos a Pagar 2010/2011/2012

13 - PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

O presente Projeto de Cooperação Internacional, desenvolvido pelo MCTI em parceria com a UNESCO, tem como objetivo principal a elaboração e a implantação de processos e estratégias institucionais destinados à promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação – CT&I, como fatores de desenvolvimento humano e de crescimento sustentável do país. Estão programadas, para a execução deste objetivo, ações destinadas ao aprimoramento dos processos de planejamento e gestão do MCTI, ampliando sua capacidade institucional para a formulação, implantação e avaliação das políticas de CT&I do governo brasileiro. Além dessas ações, estão previstas atividades de estímulo e avaliação de planos e programas de inovação tecnológica; consolidação do sistema nacional de CT&I e; intensificação dos conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação como instrumentos de desenvolvimento social, regional e local no Brasil. Com a execução das atividades deste Projeto espera-se que sejam ampliadas e consolidadas condições políticas e institucionais para democratizar, em todo país, o acesso às informações de CT&I e, com isso, popularizar as ciências e melhorar a qualidade de ensino básico em ciências físicas e biológicas. O resultado final que se espera atingir, com a execução das atividades deste Projeto é a intensificação das ações de CT&I como forças promotoras do desenvolvimento sustentado em todas as Regiões brasileiras.

QUADRO B.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE "PRODUTO" NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Valores em R$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 001/016/2012

Objetivo da Consultoria: Contratação na modalidade de consultor por produto, de profissional qualificado para definir uma arquitetura para soluções de um Sistema para Gerenciamento da Rede de Plataformas de Coleta de Dados Pluviométricos do CEMADEN. O desenvolvimento deste sistema será dividido em duas etapas sequenciais: a) uma etapa inicial para desenvolvimento de um protótipo do sistema com funcionalidades reduzidas (operação-piloto), com duração aproximada de cinco meses e; b) uma etapa final para desenvolvimento de uma evolução do protótipo que possua funcionalidade completa (operação completa), com duração aproximada de sete meses, completando um ano. O local de trabalho será Campinas – SP. INÍCIO DO ITEM A. DESCRIÇÃO: Experiência em definições de arquitetura de soluções de monitoramento e gerenciamento de redes de sensores e equipamentos; Experiência em protocolos padronizados para redes de dispositivos de aquisição de dados (ex ModBus); Experiência em redes de comunicação GSM/GPRS;

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
26/11/2012	25/11/2013	R$ 168.000,00	R$	R$	R$

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento preliminar da arquitetura da operação piloto da solução, contendo visão geral da solução, detalhamento de como os requisitos da operação piloto são atendidos na visão geral preliminar, modelo lógico de alto nível e especificação preliminar do atendimento às tecnologias da rede de sensores, e implantação da solução;	1º Produto: 23/01/2013	Produto 1: R$ 30.000,00
Produto 02 Plano de iterações (operação-piloto e operação-completa), especificando conjunto de requisitos macros a serem atendidos e posteriormente implementados a cada iteração de maneira a convergir para a solução;	2º Produto: 10/03/2013	Produto 2: R$ 38.000,00
Produto 03: Documento descrevendo os padrões da solução e estratégia de interoperabilidade e reuso, incluindo padrões técnicos e de especificação a serem seguidos;		Produto 3: R$ 20.000,00
Produto 04: Documento de especificação da arquitetura da solução (operação-completa), contendo todas as visões de produto, incluindo requisitos, lógica, processo, implantação e implementação;	3º Produto: 25/05/2013	Produto 4: R$ 35.000,00
Produto 05: Produto 5: Guia de design e implementação a serem seguidos pelos profissionais de forma a possibilitar a aderência da solução à arquitetura ;	4º Produto: 10/07/2013	Produto 5: R$ 25.000,00
Produto 06: Relatório técnico final com a avaliação da aderência da solução à arquitetura especificada.	5º Produto:	Produto 6: R$ 20.000,00

	01/09/2013 6º Produto: 25/11/2013	

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Alberto Barbosa	CPF: 147.520.501-53
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 01/007/2012					
Objetivo da Consultoria: Prestar assistência técnica especializada concernente à Gestão de Documentos, realizando estudos relacionados à elaboração, revisão e atualização do Código de Classificação de Documentos - CCD e à elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos - TTD das atividades-fim do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/07/2012	16/07/2013	R$ 96.000,00	R$34.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00

Insumos Externos
Passagens e diárias.

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico detalhado contendo diagnóstico situacional dos acervos documentais produzidos e acumulados pelas atividades finalísticas do MCTI (GABMIN; SEXEC, Subsecretarias e Assessorias; ASSIN; CONJUR; SEPED; SECIS; SETEC; SEPIN; CMCH; CTNBio; CCT; CONCEA e CONIN do MCTI- descrição detalhada da metodologia adotada a partir de referenciais teóricos e metodológicos reconhecidos pela legislação arquivística brasileira, de forma a atender previamente às orientações do Arquivo Nacional e demais exigências legais; apresentação, em anexo, dos questionários detalhados do levantamento situacional realizado nas unidades organizacionais entrevistadas; propostas de melhorias para as falhas ou deficiências diagnosticadas e que sejam viáveis à realidade da organização;	1º Produto: 20/08/2012	Produto 1: R$ 10.000,00
Produto 02: Documento técnico detalhado contendo proposta para a elaboração, revisão e atualização do Código de Classificação de Documentos de Arquivo relativo às atividades fim do MCTI; descrição detalhada da metodologia adotada a partir de referenciais teóricos e metodológicos reconhecidos pela legislação arquivística brasileira, de forma a atender previamente às orientações do Arquivo Nacional e demais exigências legais; apresentação, em anexo, dos questionários detalhados de levantamento do fluxo documental realizado nas unidades organizacionais entrevistadas; apresentação da versão preliminar do CCD, conforme estrutura utilizada no Código de Classificação de Documentos de Arquivo relativo as atividades meio da Administração Pública Resolução do CONARQ n 14, de 24 de outubro de 2001.A versão preliminar da estrutura do CCD deverá ser aprovada pelos membros da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação CPAD MCTI;	2º Produto: 14/11/2012	Produto 2: R$ 24.000,00

Produto 03: Documento técnico detalhado contendo proposta de elaboração e revisão da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim do MCTI; descrição detalhada da metodologia adotada a partir de referenciais teóricos e metodológicos reconhecidos pela legislação arquivística brasileira, de forma a atender previamente às orientações do Arquivo Nacional e demais exigências legais; apresentação, em anexo, dos questionários detalhados de levantamento dos prazos de guarda sugeridos em decorrência das entrevistas realizadas nas unidades organizacionais, bem como levantamento da legislação federal, quando for o caso;apresentação da versão preliminar da TTD, conforme estrutura utilizada na Tabela de Temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativa às atividades-meio da Administração Pública Resolução do CONARQ n 14, de 24 de outubro de 2001. A versão preliminar da estrutura da TTD deverá ser aprovada pelos membros da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - CPAD MCTI; Produto 04: Documento técnico detalhado contendo proposta de atualização e revisão do Manual de Gestão de Documentos para o tratamento dos acervos documentais relativos às atividades-meio e fim do MCTI; descrição detalhada da metodologia adotada a partir de referenciais teóricos e metodológicos reconhecidos pela legislação arquivística brasileira, de forma a atender previamente às orientações do Arquivo Nacional e demais exigências legais. Produto 05: Documento contendo relatório detalhado sobre o treinamento dos servidores designados pelas unidades organizacionais do MCTI, realizado pela Consultoria ,visando à produção de manual de instruções para novos treinamentos com a finalidade de aplicação dos instrumentos de gestão de arquivo; descrição detalhada da metodologia adotada para a avaliação qualitativa dos servidores treinados; cópia dos slides apresentados no treinamento, com texto explicativo dos principais pontos abordados em cada um dos slides, anexo ao documento; Produto 06: Relatório final contendo planejamento de ações para o desencadeamento das atividades de classificação e avaliação documental no âmbito do MCTI; descrição detalhada das ações que possam ser aplicadas no âmbito da organização e conforme orientações e exigências legais quanto ao tratamento da informação documental na Administração Pública Federal.	3º Produto: 04/01/2013 4º Produto: 01/03/2013 5º Produto: 17/05/2013 6º Produto: 16/07/2013	Produto 3: R$ 30.000,00 Produto 4: R$ 12.000,00 Produto 5: R$ 8.000,00 Produto 6: R$ 12.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Alessandra Pinto de Andrade	CPF: 023.907.557-98	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 01/009/2012

Objetivo da Consultoria: Prestar assistência técnica especializada à Unidade de Gerência de Projetos - UGP, especificamente na avaliação e no monitoramento da execução do Projeto 914BRZ2018, apresentando análises que abordem os aspectos administrativos, financeiros e orçamentários quanto ao desenvolvimento do Projeto.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
19/06/2012	18/06/2013	R$ 118.000,00	R$ 61.000,00	R$ 61.000,00	R$ 61.000,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo análise da execução do Projeto 914BRZ2018 dos meses de dezembro de 2011 a março de 2012, abordando aspectos administrativos, financeiros e orçamentários.	1º Produto: 25/07/2012	Produto 1: R$ 26.500,00
Produto 02: Documento técnico contendo análise da execução do Projeto 914BRZ2018 dos meses de abril a junho de 2012, abordando aspectos administrativos, financeiros e orçamentários.	2º Produto: 18/09/2012	Produto 2: R$ 17.000,00
Produto 03: Documento técnico contendo análise da execução do Projeto 914BRZ2018 dos meses de julho a setembro de 2012, abordando aspectos administrativos, financeiros e orçamentários.	3º Produto: 17/11/2012	Produto 3: R$ 17.500,00
Produto 04: Documento técnico contendo análise da execução do Projeto 914BRZ2018 dos meses de outubro a dezembro de 2012, abordando aspectos administrativos, financeiros e orçamentários.	4º Produto: 15/01/2013	Produto 4: R$ 19.000,00
Produto 05: Documento técnico contendo análise da execução do Projeto 914BRZ2018 dos meses de janeiro a março 2013, abordando aspectos administrativos, financeiros e orçamentários.	5º Produto: 08/03/2013	Produto 5: R$ 16.000,00
Produto 06: Documento técnico contendo análise da execução do Projeto 914BRZ2018 dos meses de abril a junho de 2013, abordando aspectos administrativos, financeiros e orçamentários.	6º Produto: 18/06/2013	Produto 6: R$ 22.000,00

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Andreia Macedo Vieira	CPF: 649.210.691-15
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla

Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 02/032/2011

Objetivo da Consultoria: Obter elementos que permitam avaliar a evolução das atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação, quantificar e qualificar os investimentos, identificar os resultados obtidos e propor aperfeiçoamentos para estimular as atividades de P&D em tecnologia da informação, para os anos de 2006 a 2010.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/06/2012	04/06/2013	R$ 90.000,00	R$ 45.000,00	R$ 45.000,00	R$ 45.000,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo Relatório Parcial: Sumário do Estudo a Realizar; Indicação dos Objetivos do Trabalho e Demais Condicionantes; Aspectos Econômicos, Sociais, Tecnológicos; Identificação das Fontes de Dados; Organização e Divisão do Estudo; e Compilação do Resultado da Análise de 25 Relatórios Demonstrativos.	1º Produto: 05/09/2012	Produto 1: R$ 21.000,00
Produto 02: Documento técnico contendo Relatório Parcial: Reavaliação e Detalhamento do Planejamento do Trabalho; Compilação do Resultado da Análise de 30 Casos Concretos; e Comentários com Indicação de Pontos Relevantes.	2º Produto: 10/12/2012	Produto 2: R$ 24.000,00
Produto 03: Documento técnico contendo Relatório Parcial: Consolidação Parcial dos Dados; Compilação do Resultado da Análise de 30 Relatórios Demonstrativos; e Comentários com Indicação de Pontos Relevantes.	3º Produto: 20/03/2013	Produto 3: R$ 23.000,00
Produto 04: Documento técnico contendo Relatório Final: Compilação do Resultado da Análise de 15 Relatórios Demonstrativos; Integração dos Relatórios Parciais; Consolidação Final dos Dados; e Conclusões e Comentários.	4º Produto: 04/06/2013	Produto 4: R$ 22.000,00

Consultor Contratado

Nome do Consultor: Carlos da Silva Carvalho	CPF: 002.254.281-72
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 04/027/2011

Objetivo da Consultoria: Realizar estudos na Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS para mapear os requisitos necessários à implantação de novos Centros Vocacionais Tecnológicos, mediante a realização de coleta de dados e pesquisas nos CVTs previamente instalados.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/03/2012	05/08/2012	R$ 48.000,00	R$48.000,00	R$ 12.000,00	R$ 12.000,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo informações sobre o histórico dos CVTs, destacando o que diferencia os CVTs bem sucedidos dos outros (padrão de obras e adequações etc.), indicando, inclusive, o quantitativo de propostas apresentadas em 2011, quantas foram aprovadas e reprovadas, avaliando as propostas que sofreram reprovações por questões técnicas de instalações. por questões técnicas de instalações.	1º Produto: 25/01/2012	Produto 1: R$ 12.000,00
Produto 02: Documento técnico contendo levantamento de dados do padrão visual adotado pelos CVTs, visando subsidiar a definição do padrão visual a ser estabelecido nos novos projetos.	2º Produto: 30/03/2012	Produto 2: R$ 16.800,00
Produto 03: Documento técnico contendo manualização dos requisitos a serem atendidos para a padronização das obras e adequações dos novos CVTs e adoção de um padrão visual único da marca CVT, em todas as instalações.	3º Produto: 15/04/2012	Produto 3: R$ 19.200,00

Consultor Contratado

Nome do Consultor: Carlos Henrique Ramos Winkeler	CPF: 451.264.704-00

Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Rescisão do contrato.

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 04/031/2012

Objetivo da Consultoria: Assessorar a elaboração da consolidação e do detalhamento de implantação do Projeto Brasil-Índia, na área de educação matemática e científica e de ensino da língua inglesa. Participar das atividades de concepção da organização dos processos integrados de gestão do Projeto Brasil-Índia; Articular as ligações entre todas as instituições envolvidas na execução do Projeto Brasil-Índia; Coordenar as atividades de implantação do Projeto Brasil-Índia; Definir e coordenar as atribuições da equipe técnica responsável pela execução do Projeto Brasil-Índia; Analisar modelos de avaliação da educação primordial; Elaborar propostas de contribuição para diretrizes de políticas públicas na área do ensino de Matemática e Inglês para crianças de 6 a 12 anos da rede pública de ensino e de seus professores.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
26/11/2012	25/11/2013	R$ 150.000,00	R$ 35.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo proposta do projeto, definindo direitos, obrigações e período de vigências das contribuições das instituições participantes do Projeto Brasil-Índia.	1º Produto: 31/12/2012	Produto 1: R$ 35.000,00
Produto 02: Documento técnico contendo todas as atividades previstas a serem realizadas no Projeto Brasil-Índia.	2º Produto: 18/02/2013	Produto 2: R$ 33.000,00
Produto 03: Documento técnico contendo proposta do modelo de gestão do Projeto Brasil-Índia.		Produto 3: R$ 37.000,00
Produto 04: Documento técnico contendo proposta de parâmetros para monitoramento e avaliação do Projeto Brasil-Índia.	3º Produto: 12/04/2013	Produto 4: R$ 20.000,00
Produto 05: Documento técnico contendo propostas de contribuição para diretrizes de políticas públicas na área do ensino de Matemática e Inglês para crianças de 6 a 12 anos da rede pública de ensino e de seus professores.	4º Produto: 28/08/2013	Produto 5: R$ 25.000,00
	5º Produto: 25/11/2013	

Consultor Contratado

Nome do Consultor: Carlos Osorio de Cerqueira	CPF: 001.167.774-00
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 002/025/2012

Objetivo da Consultoria: Serviços técnicos especializados para análise de mecanismos de avaliação de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I) Disponibilidade para viagens.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/12/2012	31/08/2013	R$ 90.000,00	R$	R$	R$

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento Técnico com uma apreciação sobre a problemática de mensuração de PD&I em software a partir da evolução dos conceitos de P&D e de inovação e das características da tecnologia de software vis-à-vis as tecnologias tradicionais que embasam as metodologias consagradas de mensuração de PD&I;	1º Produto: 18/02/2013	Produto 1: R$ 21.00,00
Produto 02 Documento Técnico com uma apreciação sobre o conjunto de indicadores para PD&I em software e respectivas metodologias de coleta empregados no mundo e um benchmarking do caso brasileiro, vis-à-vis os casos internacionais;	2º Produto: 13/04/2013	Produto 2: R$ 23.000,00
Produto 03: Documento Técnico com análise crítica e recomendações sobre a proposta de indicadores e sua metodologia de avaliação de P&D&I em software, a serem fornecidos pela unidade solicitante, e sua metodologia de coleta;	3º Produto: 03/06/2013	Produto 3: R$ 22.000,00
Produto 04: Documento Técnico com uma análise crítica sobre o impacto desses indicadores e sua metodologia de coleta sobre as políticas de públicas setoriais, especialmente as políticas de fomento.	4º Produto: 31/08/2013	Produto 4: R$ 24.000,00

Consultor Contratado

Nome do Consultor: Claudio de Almeida Loural	CPF: 431.161.837-91
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 04/025/2011

Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços especializados (pessoa física) para elaboração de documentos técnicos, estudos e diagnósticos relacionados ao levantamento de informações atualizadas e periódicas sobre mudanças climáticas em âmbito nacional e internacional para subsidiar as atividades da Coordenação Geral de Mudanças Globais de Clima, em Brasília/DF. CONTINUAÇÃO DO ITEM D. CURSOS/HABILIDADES ESPECÍFICAS: Conhecimento das Diretrizes de Inventários Nacionais do IPCC (Painel Intergovernamental da ONU sobre Mudança do Clima); Conhecimento na área de Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa; Conhecimento da Política e do Plano Nacional sobre mudança do clima; Conhecimento de Banco de Dados; Capacidade de utilizar Microsoft Office e correio eletrônico; Capacidade de organização e de planejamento; Capacidade de relacionamento interpessoal.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/12/2012 a	16/12/2013	R$ 84.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$0,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Produto 1: Documento técnico preliminar para subsidiar a captação de recursos financeiros, bem como subsidiar a elaboração do projeto para a IV Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC);	1º Produto: 03/02/2013	Produto 1: R$ 19.000,00
Produto 02: Documento técnico contendo levantamento de informações sobre mudança global do clima a fim de subsidiar a equipe da CGMC nas discussões intersetorias sobre mudanças climáticas;	2º Produto: 10/04/2013	Produto 2: R$ 13.400,00
Produto 03: Documento técnico contendo levantamento de informações e consolidação de estudos para elaboração de relatórios de referência de estimativas de emissões de Gases de Efeito Estufa setores de Tratamento de Resíduos, Processos Industriais e Energia;	3º Produto: 30/06/2013	Produto 3: R$ 15.600,00
Produto 04: Documento técnico contendo levantamento de informações e consolidação de estudos para elaboração de relatórios de referência de estimativas de emissões de Gases de Efeito Estufa setores de Agropecuária e Uso da Terra, Mudança no Uso da Terra e Florestas; realizada, e relação das implementações desenvolvidas.	4º Produto: 20/09/2013	Produto 4: R$ 16.300,00 Produto 5: R$ 19.700,00
Produto 05: Documento técnico contendo as principais providências tomadas e as medidas previstas para implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) no Brasil.	5º Produto: 16/12/2013	

Consultor Contratado

Nome do Consultor: Claudio Joaquim Martagao Gesteira Neto	CPF: 149.630.357-15

Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 002/022/2012

Objetivo da Consultoria: Serviços técnicos especializados em mapeamento de indicadores de pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor público. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/12/2012	30/08/2013	R$ 45.900,00	R$ 8.900,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento Técnico contendo Plano de pesquisa com detalhamento dos objetivos e metodologias para a realização das atividades previstas e fontes de coletas de dados;	1º Produto: 20/12/2012	Produto 1: R$ 8.900,00
Produto 02 Documento Técnico contendo diagnóstico e recomendações com base em um benchmarking internacional de indicadores de P&D&I em software e outras TICs e de metodologias de coleta destes indicadores por organizações públicas;	2º Produto: 18/02/2013	Produto 2: R$ 10.000,00
Produto 03: Documento Técnico contendo o diagnóstico e recomendações com base em um benchmarking internacional de usos e aplicações de indicadores no suporte/apoio à tomada de decisão por organizações públicas;	3º Produto: 25/04/2013	Produto 3: R$ 10.5000,00
Produto 04: Documento Técnico contendo o diagnóstico e recomendações com base em um benchmarking nacional de indicadores de P&D&I em software e outras TICs e metodologias de coleta destes indicadores por organizações públicas;	4º Produto: 20/06/2013	Produto 4: R$ 8.000,00
Produto 05: Documento Técnico contendo o diagnóstico e recomendações com base em um benchmarking nacional de usos e aplicações de indicadores no suporte/apoio à tomada de decisão por organizações públicas.	5º Produto: 30/08/2013	Produto 5: R$ 8.500,00

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Cleide de Marco Pereira	CPF: 126.414.928-06
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 001/014/2012

Objetivo da Consultoria: Contratação na modalidade de consultor por produto, de profissional qualificado para usar os requisitos e elaborar o projeto de testes de um Sistema para Gerenciamento da Rede de Plataformas de Coleta de Dados Pluviométricos do CEMADEN. O desenvolvimento deste sistema será dividido em duas etapas sequenciais: a) uma etapa inicial para desenvolvimento de um protótipo do sistema com funcionalidades reduzidas (operação-piloto), com duração aproximada de cinco meses e; b) uma etapa final para desenvolvimento de uma evolução do protótipo que possua funcionalidade completa (operação-completa), com duração aproximada de sete meses, completando um ano. O local de trabalho será Campinas – SP.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
10/12/2012	09/12/2013	R$ 120.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo: Plano de Teste do sistema para operação-piloto, contendo: (i) resultado da avaliação de requisitos realizada, realçando requisitos incompletos, inconsistentes ou ambíguos, (ii) objetivo do teste, riscos associados ao sistema, definição do escopo, abordagem, tarefas, ambiente, equipe e cronograma detalhado do teste;	1º Produto: 01/03/2013	Produto 1: R$ 15.000,00
Produto 02 Documento técnico contendo: Projeto de Teste do sistema para operação-piloto, contendo: (i) identificação e priorização dos cenários de teste, (ii) projeto, priorização e documentação dos casos de teste, (iii) elaboração dos procedimentos de teste, (iv) definição da base de dados de teste;	2º Produto: 14/04/2013	Produto 2: R$ 20.000,00
Produto 03: Documento técnico contendo: Relatório de Teste do sistema para operação-piloto, contendo: (i) a relação dos casos de teste realizados e os resultados dos testes , (ii) a relação dos casos de teste que identificaram erros em cada ciclo de teste, (iii) a relação dos casos de teste corrigidos e re-testados, (iv) a relação dos casos de teste não corrigidos ao final do último ciclo de teste;	3º Produto: 27/06/2013	Produto 3: R$ 15.000,00
Produto 04: Documento técnico contendo: Plano de Teste do sistema para operação-completa, contendo: (i) resultado da avaliação de requisitos realizada, realçando requisitos incompletos, inconsistentes ou ambíguos, (ii) objetivo do teste, riscos associados ao sistema, definição do escopo, abordagem, tarefas, ambiente, equipe e cronograma detalhado do teste;	4º Produto: 10/09/2013	Produto 4: R$ 19.000,00
Produto 05: Documento técnico contendo: Projeto de Teste do sistema para operação-completa, contendo: (i) identificação e priorização dos cenários de teste, (ii) projeto, priorização e documentação dos casos de teste, (iii) elaboração dos procedimentos de teste, (iv) definição da base de dados de teste;	5º Produto: 01/11/2013	Produto 5: R$ 24.000,00
Produto 06: Documento técnico contendo: Relatório de Teste do sistema para operação-completa, contendo: (i) a relação dos casos de teste realizados e os resultados dos testes , (ii) a relação dos casos de		Produto 6: R$ 27.000,00

teste que identificaram erros em cada ciclo de teste, (iii) a relação dos casos de teste corrigidos e re-testados, (iv) a relação dos casos de teste não corrigidos ao final do último ciclo de teste;	6º Produto: 09/12/2013	
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Daniela Muscelli Starling	CPF: 252.741.148-73	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 001/015/2012

Objetivo da Consultoria: Contratação na modalidade de consultor por produto, de profissional qualificado para Especificação e Configuração de Ambientes de Sistemas Distribuídos baseados em Internet e redes móveis, que sirva como infraestrutura ao desenvolvimento, implantação e operação de um Sistema para Gerenciamento da Rede de Plataformas de Coleta de Dados Pluviométricos do CEMADEN. O desenvolvimento deste sistema será dividido em duas etapas sequenciais: a) uma etapa inicial para desenvolvimento de um protótipo do sistema com funcionalidades reduzidas (operação-piloto), com duração aproximada de cinco meses e; b) uma etapa final para desenvolvimento de uma evolução do protótipo que possua funcionalidade completa (operação-completa), com duração aproximada de sete meses, completando um ano. O local de trabalho é Campinas – SP. CONTINUAÇÃO ITEM D. CURSOS E HABILIDADES ESPECÍFICAS: Conhecimento de IDE de software aberto (eclipse). Conhecimento de sistemas operacionais de software aberto (servidores e estações de trabalho linux: CentOS, Redhat, Ubuntu).

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/12/2012	06/12/2013	R$ 120.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Relatório técnico contendo a especificação de requisitos da infraestrutura necessária ao desenvolvimento da operação-piloto, contendo: a) requisitos funcionais que definam as capacidades da infraestrutura necessária para o atendimento aos requisitos para o desenvolvimento do protótipo e; b) requisitos não-funcionais associados (desempenho, segurança, confiabilidade, ferramentas de desenvolvimento, etc).	1º Produto: 15/01/2013	Produto 1: R$ 15.000,00
Produto 02 Relatório técnico descrevendo a infraestrutura adotada para suporte ao desenvolvimento da operação-piloto, contendo: a) arquitetura da infraestrutura (sistema operacional dos servidores, clusters, componentes da DMZ, firewall, mecanismos de controle de usuários, etc); b) descrição dos parâmetros de configuração dos servidores de aplicação e de banco de dados adotados; c) descrição dos parâmetros de configuração das ferramentas de desenvolvimento adotadas (IDEs, SDKs).	2º Produto: 12/03/2013	Produto 2: R$ 20.000,00
Produto 03: Relatório técnico descrevendo a infraestrutura para suporte operacional à operação-piloto;		
Produto 04: Relatório técnico contendo a especificação de requisitos		Produto 3: R$ 17.000,00

de infraestrutura necessários para o desenvolvimento da operação-completa, contendo: a) requisitos funcionais que definam as capacidades da infraestrutura necessárias para o atendimento aos requisitos para o desenvolvimento da operação-completa e; b) requisitos não-funcionais associados (desempenho, escalabilidade, segurança, confiabilidade, ferramentas de desenvolvimento, etc). Produto 05: Relatório técnico descrevendo a infraestrutura adotada para suporte ao desenvolvimento da operação-completa, contendo: a) arquitetura da infraestrutura (sistema operacional dos servidores, clusters, componentes da DMZ, firewall, controle de usuários, etc); b) descrição dos parâmetros de configuração dos servidores de aplicação e de banco de dados adotados para garantia dos requisitos de escalabilidade, desempenho e do balanceamento de carga em operação; c) descrição dos parâmetros de configuração das ferramentas de desenvolvimento adotadas (IDEs, SDKs); Produto 06: Relatório técnico final descrevendo a infraestrutura para suporte operacional da operação-completa.	3º Produto: 10/05/2013 4º Produto: 25/07/2013 5º Produto: 20/09/2013 6º Produto: 06/12/2013	Produto 4: R$ 18.000,00 Produto 5: R$ 25.000,00 Produto 6: R$ 25.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: David Lourenço da Costa	CPF: 102.538.838-06	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 02/039/2011	
Objetivo da Consultoria: A presente proposta destina-se a contratação de consultoria em atividades relativas ao tema Qualidade e Produtividade em Software, especialmente àquelas relacionadas ao Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade em Software - PBQP Software. A obtenção de dados e indicadores sobre a evolução da qualidade no setor de software e serviços de TI no Brasil é fundamental, pois para tratar do tema qualidade com autoridade é necessário estabelecer instrumentos para mensurá-la. Uma das finalidades da presente contratação é planejar, coordenar, acompanhar e consolidar os resultados do processo de obtenção de dados que permitirão avaliar e acompanhar indicadores de qualidade no desenvolvimento de software e serviços de TI entre empresas brasileiras, bem como dar ampla publicidade aos resultados obtidos. A integração entre indústria, governo e academia é um dos principais objetivos do PBQP Software. Dentre as ações do referido Programa está à submissão, o acompanhamento e a avaliação do desenvolvimento de projetos. Outra finalidade dessa contratação é a organização e consolidação dos resultados do Workshop da Qualidade e Produtividade em Software - WQPS 2012, que norteará todas as atividades relativas ao Ciclo de Projetos de 2012 do PBQP Software. Além disso, o WQPS 2012 realiza a avaliação dos projetos concluídos do Ciclo 2011 para concessão do Prêmio Dorgival Brandão Júnior aos três projetos melhores avaliados. A organização bem como o acompanhamento e consolidação dos resultados das atividades decorrentes do Ciclo de Projetos 2012 do PBQP Software, que se desenvolve no contexto dos Encontros da Qualidade e Produtividade em Software – EQPS, onde são apresentados os projetos selecionados no WQPS 2012 é outra finalidade da presente contratação. Apesar de existir uma comunidade ativa e com relevante produção científica relacionada às diversas áreas da Engenharia de Software no Brasil, existem poucas publicações em língua portuguesa de autores brasileiros no tema. Assim, o PBQP Software deu	

início a uma ação destinada a promover a publicação anual de um livro texto em Engenharia de Software, com foco em qualidade e produtividade de software. Outro objetivo da contratação relaciona-se ao planejamento, coordenação e consolidação dos resultados do processo seleção do trabalho a ser publicado em 2013.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/05/2012	04/04/2013	R$ 55.000,00	R$ 27.500,00	R$ 27.500,00	R$ 27.500,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico de planejamento para realização da pesquisa Qualidade no Setor de Software Brasileiro. Produto 02: Documento técnico com resultados do Workshop da Qualidade e Produtividade em Software WQPS 2012, contendo (i) resumo das atividades desenvolvidas; (ii) cronograma de atividades do Ciclo de Projetos de 2012 do PBQP Software; (iii) lista dos projetos a serem apresentados no Ciclo de Projetos de 2012 do PBQP Software; (iv) resultado da avaliação para concessão do Prêmio Dorgival Brandão Júnior. Produto 03: Documento técnico contendo coletânea de material para publicação de livro e divulgação no sítio do MCTI da Série de Livros do PBQP Software de 2013. Produto 04: Documento técnico contendo coletânea de material para publicação de livro e divulgação no sítio do MCTI dos resultados da pesquisa Qualidade no Setor de Software Brasileiro.	1º Produto: 03/06/2012 2º Produto: 03/08/2012 3º Produto: 15/02/2013 4º Produto: 04/04/2013	Produto 1: R$ 11.000,00 Produto 2: R$ 16.500,00 Produto 3: R$ 16.500,00 Produto 4: R$ 11.000,00

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Diva da Silva Marinho	CPF: 815.958.677-91
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"	
Código do Contrato: 02/040/2011	
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação na sistematização do acompanhamento dos projetos da área do Ministério da Defesa, mais especificamente com a Marinha, Exército e Aeronáutica, que possuem participação do MCTI e que se enquadram nos objetivos e metas estabelecidos em comum, de acordo com os preceitos da Portaria Interministerial MCT-MD nº 750, de 20 de novembro de 2007 e com os planos de ação e estratégias de C,T&I inter-relacionados. Atividades que deverão ser executadas pela contratada:	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
28/02/2012	28/02/2013	R$ 96.000,00	R$53.000,00	R$ 53.000,00	R$ 53.000,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo o planejamento das atividades e a metodologia de acompanhamento dos projetos da Defesa, desde a fase de concepção da proposta até a implementação do contrato com a FINEP e o órgão executor.	1º Produto: 17/04/2012	Produto 1: R$ 10.000,00
Produto 02: Documento técnico contendo as metodologias e ferramentas adotadas pelo Ministério da Defesa e Forças Armadas para a mensuração e acompanhamento dos resultados dos projetos e produção de indicadores, para compatibilização com a metodologia do MCTI.	2º Produto: 10/06/2012	Produto 2: R$ 13.000,00
Produto 03: Documento técnico contendo as estratégias e sistemática de implementação da parceria entre o MCTI e MD, a partir de 2007, com o registro dos projetos apoiados, resultados obtidos e registro das fases de cada desenvolvimento, seguidos de análise da evolução tecnológica e dos impactos de inovação nos produtos de defesa.	3º Produto: 02/09/2012	Produto 3: R$ 19.000,00
Produto 04: Documento técnico apresentando tabelas, indicadores e análises da evolução de recursos aplicados pelo MCTI nos projetos da Defesa, bem como avaliação da efetividade da execução físico-financeira nos contratos firmados com a FINEP.	4º Produto: 31/10/2012	Produto 4: R$ 11.000,00
Produto 05: Documento técnico contendo uma avaliação da Base Industrial de Defesa e dos reflexos de sua evolução em comparação com as políticas de C,T&I implementadas a partir de 2004, englobando análise dos efeitos dos projetos desenvolvidos pelos institutos de C&T das Forças Armadas e de institutos civis e empresas que acorrem às chamadas públicas de subvenção econômica da FINEP.	5º Produto: 19/12/2012	Produto 5: R$ 25.000,00
Produto 06: Documento técnico contendo estudo dos processos utilizados pela FINEP e pelo BNDES para o financiamento da P&D dos projetos de Defesa e para o suporte à industrialização dos produtos obtidos, com apresentação de propostas para o suporte à fase intermediária, que se refere à avaliação, certificação, testes, produção de protótipos e lote piloto.	6º Produto: 28/02/2013	Produto 6: R$ 25.000,00

Consultor Contratado

Nome do Consultor: Eduardo Chaves Vieira	CPF: 415.431.577-34

Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 02/018/2012

Objetivo da Consultoria: Estudos técnicos de inteligência de mercado para o setor de segurança da informação e criptografia. O objetivo é levantar informações, mapeando a estrutura da cadeia produtiva segurança da informação e criptografia, elencando o posicionamento de empresas multinacionais em subsegmentos, bem como levantar, através de pesquisa primária e secundária, a existência de empresas nacionais nestes diversos nichos avaliados.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
30/11/2012	30/06/2013	R$ 90.000,00	R$ 27.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento Técnico contendo o diagnóstico e benchmarks do cenário atual (pós-2008) do sub-segmento de TICs no setor de segurança da informação e criptografia (tanto internacional, como nacional).	1º Produto: 30/12/2012	Produto 1: R$ 27.000,00
Produto 02: Documento técnico contendo a avaliação da estrutura da oferta de soluções e sistemas nos seguintes nichos da cadeia da segurança da informação: a) Gerencia de infra-estrutura de TI: Change and Configuration Management, Problem Management, Service Desk, Workload Scheduling and Automation; b) Segurança e ameaças: Security (Endpoint, Network, Web, Messaging), Antivirus, Content Control, Data Loss Prevention, Anti Spam, Encryption, Fraud Protection, Web Gateway; c) Gerenciamento de dados: Storage Management, Device Management, Archiving, Replication, Disaster Recovery; Proteção de Dados: Backup, System Recovery, Availability, Clustering, Virtualization, Storage Infrastructure, Volume Management, File System.	2º Produto: 01/03/2013	Produto 2: R$ 28.000,00
Produto 03: Documento Técnico contendo a proposta e a análise de resultados das pesquisas primárias e secundárias realizadas, contendo, no mínimo, 10 players nacionais posicionados em cada nicho da cadeia de segurança da informação e criptografia arrolados em a); Análise crítica do mercado e das ofertas de produtos e serviços na área de TICs para segurança da informação e criptografia, em nichos especificados em a), contendo proposições de possíveis arranjos, fusões e aquisições (M&A), ausência de oferta brasileira, recentes aquisições de empresas capital predominantemente brasileiro por grupos internacionais, etc.	3º Produto: 30/06/2013	Produto 3: R$ 35.000,00

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Eduardo Francisco Cortez Cardoso	CPF: 289.689.258-36
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 02/002/2012

Estudos técnicos de suporte à elaboração de ações de apoio ao fortalecimento da cadeia de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no setor de educação. O objetivo é levantar informações, com destaque para o período pós-2008, compilar dados e realizar estudos de mercado para apoiar o efetivo desenho de programas e ações para o desenvolvimento de pesquisa, desenvolvimento e inovação, fortalecimento da cadeia e possíveis políticas de uso para as TICs na educação.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/06/2012	05/10/2013	R$ 45.000,00	R$ 45.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento Técnico contendo o diagnóstico e benchmarks do cenário atual (pos-2008) do sub-segmento de TICs no setor de educação (tanto internacional, como nacional); Avaliação do uso de TICs na educação nos seguintes países: EUA, União Europeia, Japão, Coréia do Sul, índia e China; e plano de coordenação das atividades, identificação da oferta de programas de apoio, disseminação e uso de TICs na educação pública e privada brasileira; análise da oferta de programas educacionais baseados em TICs (tanto software, quanto hardware e conteúdos), diagnóstico dos projetos coordenados pelo Ministério da Educação (MEC) na área de TICs para a educação nos últimos 3 anos (PROINFO, CAFÉ, PROUCA, Media Center, Tablets), Análise do mercado e das ofertas de produtos e serviços na área de TICs para educação.	1º Produto: 05/08/2012	Produto 1: R$ 15.000,00
Produto 02: Documento Técnico contendo a proposta e a análise de resultados das propostas de desenho de ações de apoio ao fortalecimento da cadeia de TICs para educação; análise do marco regulatório para o uso de TIcs na educação nos países selecionados no item anterior; cooperação para internacionalização de empresas de TI em educação com viés de base tecnológica e inovação;resultados dos Workshops de alinhamento com os diversos atores, identificando os pontos fortes e fracos, assim como sugestões de políticas públicas.	2º Produto: 05/10/2012	Produto 2: R$ 30.000,00

Consultor Contratado

Nome do Consultor: Jefferson Almoualem Plentz	CPF: 106.638.468-11

Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato rescindido

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 02/005/2012

Objetivo da Consultoria: Contratação de consultoria para realizar estudos e análise de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) submetidos à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC); fazer levantamento de informações atualizadas e periódicas em relação ao status das atividades de projetos MDL do Brasil e dos países membros do Protocolo de Quioto; e outros documentos técnicos julgados necessários.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/07/2012	15/04/2013	R$ 68.000,00	R$ 33.000,00	R$ 33.000,00	R$ 33.000,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo o status das atividades de projeto no âmbito do MDL do Brasil e dos países membros do Protocolo de Quioto, no período de janeiro a abril de 2012;	1º Produto: 29/08/2012	Produto 1: R$ 18.000,00
Produto 02: Documento técnico contendo as decisões das reuniões do Conselho Executivo do MDL realizadas no primeiro semestre de 2012 com a finalidade de orientar os procedimentos do colegiado da CIMGC e da Secretaria Executiva da Comissão a respeito do ciclo de projetos MDL em consonância com a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima;	2º Produto: 21/10/2012	Produto 2: R$ 15.000,00
Produto 03: Documento técnico contendo o status das atividades de projeto no âmbito do MDL do Brasil e dos países membros do Protocolo de Quioto, no período de maio a setembro de 2012;	3º Produto: 26/01/2013	Produto 3: R$ 20.000,00
Produto 04: Documento técnico contendo 20 pareceres de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.	4º Produto: 15/04/2013	Produto 4: R$ 15.000,00

Consultor Contratado

Nome do Consultor: Jeronima de Souza Damasceno	CPF: 579.385.041-49

Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 02/006/2012

Objetivo da Consultoria: Elaborar diagnóstico avaliativo e propositivo das ações realizadas no âmbito da Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia do MERCOSUL – RECyT, bem como propor melhorias nos mecanismos de articulação das ações de indução de C,T&I entre os países membros do MERCOSUL, objetivando subsidiar as Unidades do MCTI, em especial a Assessoria de Assuntos Internacionais e a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, Coordenadora Nacional da Seção brasileira da RECYT, na definição dos novos rumos da política para a região. Avaliar os resultados obtidos nos vinte anos de atividades da Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia do MERCOSUL – RECYT, e seu impacto nos países da região, em especial no Brasil; Apoiar a atuação brasileira no âmbito da RECYT - MERCOSUL, por meio da contratação de serviço especializado para a elaboração de documento que servirá de base para apoiar as Unidades do MCTI, em especial a Assessoria de Assuntos Internacionais e a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, Coordenadora Nacional da Seção brasileira da RECYT, na definição dos novos rumos da política brasileira de ciência, tecnologia e inovação para a região. Subsidiar a formulação de um novo Programa Quadro de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação do MERCOSUL. Apoiar a atuação do MCTI e de suas Unidades nas negociações internacionais da área de ciência, tecnologia e inovação no âmbito da RECYT - MERCOSUL. Propor mecanismos de financiamento das atividades e projetos da RECyT/MERCOSUL.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/08/2012	19/03/2013	R$ 60.000,00	R$ 30.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento Técnico contendo informações sobre a origem e a natureza da RECYT MERCOSUL, o seu contexto, sua configuração, objetivos, estrutura, funcionamento e gestão de fundos;	1º Produto: 21/10/2012	Produto 1: R$ 10.000,00
Produto 02: Documento Técnico, a partir da perspectiva da política de C,T&I dos países membros, contendo a análise das informações sobre: as atividades programas e projetos, seus resultados (identificando os percentuais realizados em relação a metas programadas), pontos fortes e debilidades da RECyT, benefícios, parcerias proporcionadas e efetivamente conduzidas no âmbito da RECYT; identificação de problemas e obstáculos; identificação das formas de atuação de cada coordenação nacional, de sua estrutura, das ações sob sua coordenação, das suas prioridades, bem como formas de operacionalização dos projetos executados, propondo mecanismos de melhoria da eficiência para atingir as metas das Comissões temáticas e do Plenário no âmbito da RECyT, com ênfase sobre as fontes de recursos utilizadas para apoio a programas e projetos de cooperação, seu formato e eficácia;	2º Produto: 23/11/2012	Produto 2: R$ 20.000,00
Produto 03: Documento Técnico apontando principais temas de interesse comum e sugestões; formas de avaliação dos resultados da RECYT; avaliação do acompanhamento dos programas, projetos e demais ações acordadas pelo plenário da RECyT; identificação de outras fontes de financiamento;	3º Produto: 15/01/2013	Produto 3: R$ 12.000,00
Produto 04: Documento Técnico conclusivo contendo proposta de estratégia para os trabalhos futuros da RECYT, que inclua as linhas básicas para a formulação do novo Programa Quadro sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação do MERCOSUL.	4º Produto: 19/03/2013	Produto 4: R$ 18.000,00

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Juliana Cristina Rosa Hauck	CPF: 047.849.336-38
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 02/026/2011					
Objetivo da Consultoria: Desenvolvimento metodologias para cálculo de estatísticas e indicadores sobre as políticas de C,T&I e produção de indicadores e estatísticas a partir dessas metodologias.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
06/01/2012	05/01/2013	R$ 83.000,00	R$ 74.000,00	R$ 51.000,00	R$ 51.000,00

Insumos Externos

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico apresentando tabelas, indicadores e análises sobre os incentivos fiscais à P&D no Brasil nos últimos anos, em bases anuais. Esse documento deve conter as seguintes tabelas: i) Renúncia fiscal associada às políticas de CTI (Ciência, tecnologia e Inovação) por setor de atividade da empresa beneficiada, e por instrumento (Lei do Bem, Lei de Informática etc.), por ano; ii) Renúncia fiscal associada às políticas de CTI por tamanho da empresa beneficiada e por instrumento, por ano; iii) Renúncia fiscal associada às políticas de CTI por UF (Unidade da Federação) da empresa beneficiada e por instrumento, por ano; iv) Número de empresas beneficiadas pelas políticas de desoneração, por instrumento, por ano.	1º Produto: 05/03/2012	Produto 1: R$ 18.000,00
Produto 02: Documento técnico contendo nota metodológica explicitando a metodologia utilizada para aferição e cálculo dos indicadores listados no Produto 1, bem como quais as possíveis alternativas metodológicas existentes.	2º Produto: 30/04/2012	Produto 2: R$ 9.000,00
Produto 03: Documento técnico apresentando tabelas, indicadores e análises sobre o crédito à inovação operado pela FINEP, nos últimos anos, em bases anuais. Esse documento deve conter as seguintes tabelas: i) Volume de crédito operado pela FINEP/MCTI, por setor de atividade da empresa beneficiada, por ano; ii) Volume de crédito operado pela FINEP/MCTI, por tamanho da empresa beneficiada, por ano; iii) Volume de crédito operado pela FINEP/MCTI, por UF da empresa beneficiada, por ano; iv) Número de empresas beneficiadas pelo crédito da FINEP/MCTI.	3º Produto: 07/06/2012	Produto 3: R$ 16.000,00
Produto 04: Documento técnico contendo nota metodológica explicitando a metodologia utilizada para aferição e cálculo dos indicadores listados no Produto 3, bem como quais as possíveis alternativas metodológicas existentes.	4º Produto: 01/08/2012	Produto 4: R$ 8.000,00
Produto 05: Documento técnico apresentando tabelas, indicadores e análises sobre os recursos orçamentários investidos pelo MCTI em P&D e ACTC (Atividade de Ciência e Tecnologia Correlatas), nos últimos 5 anos, em bases anuais. Esse documento deve conter as seguintes tabelas: i) Investimentos do MCTI em P&D e ACTC, por instituição executora (beneficiário); ii) Investimentos do MCTI em	5º Produto: 25/09/2012	Produto 5º: R$ 16.000,00

P&D e ACTC, por Unidade da Federação; iii) Investimentos do MCTI por setor de atividade da empresa beneficiada, por ano; iv) Investimentos do MCTI por tamanho da empresa beneficiada; v) Número de empresas, ICTS e IEs apoiadas por recursos orçamentários do MCTI. Produto 06: Documento técnico contendo nota metodológica explicitando a metodologia utilizada para aferição e cálculo dos indicadores listados no Produto 5, bem como quais as possíveis alternativas metodológicas existentes. Produto 07: Documento técnico contendo Base de dados utilizada para o cálculo dos indicadores acima, no formato SAS, R ou ACCESS, devidamente documentada, bem como a metodologia utilizada para a formatação dessa base.	6º Produto: 14/11/2012 7º Produto: 05/01/2013	Produto 6º: R$ 7.000,00 Produto 7º: R$ 9.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Leonardo de Lima Aguirre	CPF: 020.791.731-03	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 01/008/2012

Objetivo da Consultoria: Assistência Técnica para a SCUP na difusão da informação científica e conhecimento sobre as Unidades de Pesquisa (UP) e Organizações Sociais (OS).

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
25/07/2012	24/07/2013	R$ 72.000,00	R$ 19.200,00	R$ 32.700,00	R$ 32.700,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico com relatório de publicações a serem produzidas em 2012 pela SCUP e suas Unidades de Pesquisa.	1º Produto: 20/08/2012	Produto 1: R$ 9.000,00
Produto 02: Documento técnico contendo primeira proposta de material científico-educativo direcionado ao público estudantil a ser distribuído nos eventos nacionais de C&T dos quais esta SCUP participará durante o ano de 2012.	2º Produto: 12/11/2012	Produto 2: R$ 10.200,00
Produto 03: Documento técnico com relatório de implementação do Prêmio Bolsista Destaque PCI, a ser realizado pela SCUP em 2012.	3º Produto: 10/01/2013	Produto 3: R$ 11.500,00
Produto 04: Documento técnico com relatório de implementação da participação da SCUP (Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais) em evento de grande porte com desenvolvimento de atividades de divulgação e popularização da Ciência.	4º Produto: 27/03/2013	Produto 4: R$ 13.500,00
Produto 05: Documento técnico com relatório de implementação de atividade lúdica e de exposição em evento de divulgação e popularização da Ciência.	5º Produto: 08/05/2013	Produto 5: R$ 11.800,00
Produto 06: Documento técnico com relatório de implementação do processo de tradução, no Portal MCTI, das páginas relacionadas à SCUP, Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais.	6º Produto: 24/07/2013	Produto 6: R$ 16.000,00

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Leonardo Nemer Afonso	CPF: 665.531.131-49
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 04/038/2011

Objetivo da Consultoria: Um dos desafios da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS é construir um sistema de gestão que resulte no fortalecimento institucional para realizar uma gestão eficaz. A Secretaria adotará novas práticas de gestão e planejamento com base do Sistema SIMEC criado pelo MEC e disponibilizado para o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação e será um novo Sistema de Gestão, Controle e Monitoramento para Emendas, Pré-obras, Obras, Projetos e um Painel de Controle que possibilitará transparência dos resultados.Além da implantação dos Módulos é necessário que os mesmos sejam verificados, avaliados e a partir destes resultados, relatar se os mesmos se enquadram as necessidades de usabilidade da SECIS.Esta informatização proporcionará alinhamento organizacional, permitirá maior confiabilidade dos resultados projetados e dará foco as etapas do Macrofluxo criado para acompanhamento de convênios, termos de parceria e termos de cooperação da SECIS. Enfim trata-se de assessorar a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS na elaboração de Avaliações de Usabilidade e Documentos Técnicos sobre as novas funcionalidades dos Módulos de Emendas, Pré-obras, Obras, Projetos e Painel de Controle do novo modelo eletrônico de gestão pública, acompanhamento e supervisão de projetos da SECIS.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
08/02/2012	07/12/2012	R$ 96.000,00	R$96.000,00	R$ 96.000,00	R$ 96.000,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo resultados de experimentos para avaliação da eficiência e eficácia da sistemática de usabilidade do modelo eletrônico de gestão pública mediante descrição da avaliação de aplicabilidade do Módulo de Projetos do SIMEC para o Sistema de Gestão de Projetos da SECIS/MCTI.	1º Produto: 03/03/2012	Produto 1: R$ 24.000,00
Produto 02: Documento técnico contendo resultados de experimentos para avaliação da eficiência e eficácia da sistemática de usabilidade do modelo eletrônico de gestão pública mediante descrição da avaliação de aplicabilidade do Módulo de Pré-obras e Obras do SIMEC para o Sistema de Gestão de Projetos da SECIS/ MCTI.	2º Produto: 07/05/2012	Produto 2: R$ 14.400,00
Produto 03: Documento técnico contendo resultados de experimentos para avaliação da eficiência e eficácia da sistemática de usabilidade do modelo eletrônico de gestão pública mediante descrição da avaliação de aplicabilidade realizada no âmbito do Módulo de Emendas do SIMEC para o Sistema de Gestão de Projetos da SECIS/ MCTI.	3º Produto: 12/07/2012	Produto 3: R$ 19.200,00
Produto 04: Documento técnico contendo resultados de experimentos para avaliação da eficiência e eficácia da sistemática de usabilidade do modelo eletrônico de gestão pública mediante descrição da avaliação de aplicabilidade do Módulo Painel de Controle (Indicadores) do SIMEC para o Sistema de Gestão de Projetos da SECIS/ MCTI.	4º Produto: 25/09/2012	Produto 4: R$ 14.400,00
Produto 05: Documento técnico contendo registros técnico-pedagógicos das capacitações realizadas dos Módulos de Projetos, Módulo de Pré-obras e Obras, Emendas e Módulo Painel de Controle e avaliação crítica do processo, propostas de melhoria das regras de negócio para os módulos implantados no âmbito da	5º Produto: 07/12/2012	Produto 5: R$ 24.000,00

SECIS/MCTI e demais considerações finais.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Lidiane Aparecida de Souza Queiroz	CPF: 996.922.361-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Rescisão do contrato em 01/08/2012		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 02/027/2012					
Objetivo da Consultoria: Obter elementos que permitam avaliar a estratégia adotada quanto a evolução e consolidação da indústria de produtos de tecnologia da informação e identificar os resultados colhidos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
03/12/2012	02/12/2013	R$ 90.000,00	R$ 0,00	R$0,00	R$ 0,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo estudo temático orientado para a avaliação dos projetos de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação e comunicação, e indicadores de resultados, realizados com ICTs credenciadas, objetivando fortalecer as atividades de pesquisa do setor, com base na análise de 3 (três) casos concretos.	1º Produto: 13/02/2013	Produto 1: R$ 22.000,00
Produto 02: Documento técnico contendo estudo temático orientado para propor diretrizes para implantação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologias da Informação - PADSTI, com base na literatura internacional, com particular atenção a políticas implementadas em países da OCDE, e nos demais países constituintes dos BRICS..	2º Produto: 15/05/2013	Produto 2: R$ 24.000,00
Produto 03: Documento técnico contendo critérios a serem observados pela SEPIN na definição de áreas ou segmentos dos projetos, em conformidade com a política industrial do setor, a serem financiados com recursos aportados no Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologias da Informação PADSTI, bem como, proposição de roteiro ou regulamento para a formulação de pleitos pelas empresas interessadas na submissão desses projetos.	3º Produto: 18/08/2013	Produto 3: R$ 23.000,00
Produto 04: Documento técnico contendo roteiro e proposição de regulamento ou ato normativo, que oriente e sistematiza os procedimentos a serem seguidos pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação, CATI na análise e avaliação dos projetos, recomendados pela SEPIN, a serem executados com recursos decorrentes dos depósitos em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico, FNDCT, no Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologias da Informação, PADSTI, com base em pesquisas da literatura do setor.	4º Produto: 02/12/2013	Produto 4: R$ 21.000,00

Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Luciane Lopes Siqueira de Castro	CPF: 610.926.651-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 02/023/2012					
Objetivo da Consultoria: Serviços técnicos especializados em mapeamento de indicadores de pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor privado. Disponibilidade para viagens.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/12/2012	17/09/2013	R$ 45.900,00	R$	R$	R$
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento Técnico contendo Plano de pesquisa com detalhamento dos objetivos e metodologias para a realização das atividades previstas e fontes de coletas de dados;	1º Produto: 7/01/2013	Produto 1: R$ 8.900,00
Produto 02: Documento Técnico contendo diagnóstico e recomendações com base em um benchmarking internacional de indicadores de P&D&I em software e outras TICs e de metodologias de coleta destes indicadores por organizações privadas;	2º Produto: 25/03/2013	Produto 2: R$ 10.000,00
Produto 03: Documento Técnico contendo o diagnóstico e recomendações com base em um benchmarking internacional de usos e aplicações de indicadores no suporte/apoio à tomada de decisão por organizações privadas;	3º Produto: 28/05/2013	Produto 3: R$ 10.500,00
Produto 04: Documento Técnico contendo o diagnóstico e recomendações com base em um benchmarking nacional de indicadores de P&D&I em software e outras TICs e metodologias de coleta destes indicadores por organizações privadas;		Produto 4: R$ 8.000,00
Produto 05: Documento Técnico contendo o diagnóstico e recomendações com base em um benchmarking nacional de usos e aplicações de indicadores no suporte/apoio à tomada de decisão por organizações privadas.	4º Produto: 23/07/2013	
		Produto 5: R$ 8.500,00
	5º Produto: 17/09/2013	

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Luciano de Assis	CPF: 246.620.458-43
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	
Identificação da Organização Internacional Cooperante	

Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 001/013/2012

Objetivo da Consultoria: Contratação na modalidade de consultor por produto, de profissional qualificado para levantar os requisitos de um Sistema para Gerenciamento da Rede de Plataformas de Coleta de Dados Pluviométricos do CEMADEN, sistema multidisciplinar, envolvendo instrumentos de medição remotos, hardware, software e protocolos de comunicação. O desenvolvimento deste sistema será dividido em duas etapas sequenciais: a) uma etapa inicial para desenvolvimento de um protótipo do sistema com funcionalidades reduzidas (operação-piloto), com duração aproximada de cinco meses e; b) uma etapa final para desenvolvimento de uma evolução do protótipo que possua funcionalidade completa (operação-completa), com duração aproximada de sete meses, completando um ano. O local de trabalho é Campinas – SP. Continuação do item descrição: – Analista para identificação, organização e validação de requisitos junto a grupos envolvidos com aquisição, uso, projeto, construção e manutenção de sistemas compostos por múltiplos sistemas com características funcionais próprias de diferentes áreas do conhecimento.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/12/2012	30/11/2013	R$ 121.100,00	R$	R$	R$

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo: Especificação de Requisitos do sistema para operação-piloto, segundo o formato definido no Anexo A da Norma IEEE1233, Guide for Developing System Requirements Specification, incluindo, entre outros tópicos previstos naquele anexo: (i) capacidades operacionais; (ii) características físicas; (iii) parâmetros de desempenho; (iv) interfaces e interações com o ambiente circundante; (v) requisitos de documentação; (vi) requisitos de confiabilidade; (vii) requisitos logísticos e (viii) requisitos de pessoal.	1º Produto: 25/01/2013	Produto 1: R$ 20.000,00
Produto 02 Documento técnico contendo: Projeto Básico do sistema para operação-piloto, contendo: diagramas esquemáticos, definição de interfaces entre os sub-sistemas componentes do sistema e plano de implementação do sistema;	2º Produto: 20/03/2013	Produto 2: R$ 21.450,00
Produto 03: Documento técnico contendo: Relatório de Avaliação do sistema para operação-piloto, contendo relação de falhas e problemas identificados e propostas de alteração de requisitos e de soluções de projeto básico;	3º Produto: 26/05/2013	Produto 3: R$ 19.8500,00
Produto 04: Documento técnico contendo: Especificação de Requisitos do sistema para operação-completa, segundo o formato definido no Anexo A da Norma IEEE1233, Guide for Developing System Requirements Specification, incluindo, entre outros tópicos previstos naquele anexo: (i) capacidades operacionais; (ii) características físicas; (iii) parâmetros de desempenho; (iv) interfaces e interações com o ambiente circundante; (v) requisitos de documentação; (vi) requisitos de confiabilidade; (vii) requisitos logísticos e (viii) requisitos de pessoal.	4º Produto: 16/07/2013	Produto 4: R$ 22.250,00 Produto 5: R$ 18.150,00
Produto 05: Documento técnico contendo: Projeto Básico do sistema para operação-completa, contendo: diagramas esquemáticos, definição de interfaces entre os sub-sistemas componentes do sistema e plano de implementação;	5º Produto: 20/09/2013	Produto 6: R$ 19.400,00

Produto 06: Documento técnico contendo: Relatório de Avaliação do sistema para operação-completa, contendo relação de falhas e problemas identificados e propostas de alteração de requisitos e de soluções de projeto básico.	6º Produto: 30/11/2013	
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Maria Antonia Martins Barbosa	CPF: 052.977.268-08	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 02/031/2011					
Objetivo da Consultoria: Obter elementos que permitam avaliar a evolução das atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação, quantificar e qualificar os investimentos, identificar os resultados obtidos e propor aperfeiçoamentos para estimular as atividades de P&D em tecnologia da informação, para os anos de 2006 a 2010.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/06/2012	04/06/2013	R$ 90.000,00	R$ 45.000,00	R$ 45.000,00	R$ 45.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo Relatório Parcial: Sumário do Estudo a Realizar; Indicação dos Objetivos do Trabalho e Demais Condicionantes; Aspectos Econômicos, Sociais, Tecnológicos; Identificação das Fontes de Dados; Organização e Divisão do Estudo; e Compilação do Resultado da Análise de 25 Relatórios Demonstrativos.	1º Produto: 05/09/2012	Produto 1: R$ 21.000,00
Produto 02: Documento técnico contendo Relatório Parcial: Reavaliação e Detalhamento do Planejamento do Trabalho; Compilação do Resultado da Análise de 30 Casos Concretos; e Comentários com Indicação de Pontos Relevantes.	2º Produto: 10/12/2012	Produto 2: R$ 24.000,00
Produto 03: Documento técnico contendo Relatório Parcial: Consolidação Parcial dos Dados; Compilação do Resultado da Análise de 30 Relatórios Demonstrativos; e Comentários com Indicação de Pontos Relevantes.	3º Produto: 20/03/2013	Produto 2: R$ 23.000,00
Produto 04: Documento técnico contendo Relatório Final: Compilação do Resultado da Análise de 15 Relatórios Demonstrativos; Integração dos Relatórios Parciais; Consolidação Final dos Dados; e Conclusões e Comentários.	4º Produto: 04/06/2013	Produto 2: R$ 22.000,00
Consultor Contratado		

Nome do Consultor: Maria Clotilde Prado	CPF: 409.187.501-72
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 01/026/2012

Objetivo da Consultoria: Em 2011, a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI implementou uma série de ações de melhoria da gestão pública por processos e de modernização do acompanhamento de suas ações. Atualmente, a continuidade desse movimento exige novas iniciativas, todas orientadas pelo novo foco organizacional e de acordo com as orientações dos órgãos de controle . Dentre elas, a atualização e construção de novos indicadores de resultados para os Programas e Ações e de indicadores de desempenho institucional da SECIS merecem destaque. Dada a urgência e a especificidade envolvidas no desenho de indicadores adequados à esfera do Governo Federal, é imprescindível a construção de Documentos Técnicos que ofereçam indicadores institucionais adequados à realidade atual da Secretaria e à altura das exigências dos órgãos de controle e da legislação vigente. Enfim, trata-se de viabilizar indicadores que, integrados aos sistemas gerenciais em desenvolvimento, sirvam de subsídio à tomada de decisão técnico-administrativa. Este termo de referência objetiva a contratação de um consultor especializado, com a finalidade de construir indicadores de resultado e desempenho institucional para o Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação/Objetivo 0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social, bem como para o Programa 2025 – Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia/Objetivo 0752, no que for de competência desta Secretaria.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/12/2012	07/08/2013	R$ 96.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico com definição de metodologia para o mapeamento dos programas, ações e estrutura organizacional da SECIS, com identificação das bases de dados e potenciais informações a serem coletadas para elaboração de indicadores de Resultado e de Desempenho Institucional.	1º Produto: 7/01/2013	Produto 1: R$ 24.000,00
Produto 02: Documento técnico com a elaboração, no mínimo, de indicadores de Resultado, relacionados aos programas e ações desenvolvidos pela SECIS, contendo obrigatoriamente a) Descrição; b) Tipo; c) Fórmula de cálculo; e d) Método de Medição de cada indicador.	2º Produto: 10/03/2013	Produto 2: R$ 14.400,00
Produto 03: Documento técnico que apresente os testes realizados com os indicadores construídos, demonstrando sua aplicabilidade e seu alcance (o que conseguem efetivamente medir) em, no mínimo, três programas diferentes.	3º Produto: 01/05/2013	Produto 3: R$ 19.200,00
Produto 04: Documento técnico com a elaboração dos indicadores de Desempenho Institucional, relacionados à SECIS, contendo obrigatoriamente a) Descrição; b) Tipo; c) Fórmula de cálculo; e d) Método de Medição de cada indicador, bem como os testes de aplicabilidade e de alcance.	4º Produto: 01/7/2013	Produto 4: R$ 14.400,00
Produto 05: Documento técnico contendo a avaliação dos indicadores construídos, com apresentação à equipe técnica e aos gestores da SECIS sobre o funcionamento dos mesmos, sobre como utilizá-los no cotidiano da Secretaria.	5º Produto: 07/08/2013	Produto 5: R$ 24.000,00

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Miucha Micheli Figueiredo Magalhães	CPF: 590.210.202-20
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"
Código do Contrato: 01/015/2011
Objetivo da Consultoria: Contratação profissional (pessoal física), na modalidade produto, para proposição de metodologia de instrumentação e modelagem para desenvolvimento de formulação de função/algoritmo de correlação intensidade e acumulado de chuva x deslizamentos para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
09/01/2012	08/07/2012	R$ 30.000,00	R$ 30.000,00	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00

Insumos Externos
Passagens e diárias.

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo o Plano de Trabalho, que consiste na programação das atividades e especificações técnicas detalhadas segundo os produtos previstos, a apresentação do quadro técnico da equipe de trabalho do projeto, conforme especificado no Edital, e a revisão preliminar de índices de correlação chuvas x deslizamentos para região de estudo e correlatas.	1º Produto: 30/01/2012	Produto 1: R$ 3.000,00
Produto 02: Documento técnico contendo a compartimentação e delimitação de domínios geomorfológicos por tipologia de movimentos gravitacionais de massa de massa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.	2º Produto: 15/03/2012	Produto 2: R$ 7.000,00
Produto 03: Documento técnico contendo a revisão bibliográfica das metodologias e modelagens matemáticas da relação solo, umidade e resistência ao cisalhamento.	3º Produto: 05/05/2012	Produto 3: R$ 8.000,00
Produto 04: Documento técnico contendo o relatório final, que estabelece a correlação chuvas x deslizamento como índices limites para intensidade e duração de chuvas deflagradoras de deslizamentos, por tipologia de movimentos gravitacionais de massa e para cada compartimento geológico-geomorfológico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.	4º Produto: 08/07/2012	Produto 4: R$ 12.000,00

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Nathalia Paiva Barbosa de Castro	CPF: 652.434.985-72
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato Rescindido.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 1/010/2012

Objetivo da Consultoria: Obter elementos que permitam avaliar os sistemas informatizados existentes e suas respectivas bases de dados e identificar necessidades de complementaridade e melhorias nos atuais esforços de automatização dos processos de acompanhamento e de gestão dos incentivos fiscais previstos na Lei de Informática - Lei no 8.248/91.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
28/09/2012	27/09/2013	R$ 90.000,00	R$ 16.000,00	R$ 16.000,00	R$ 16.000,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo no mínimo os seguintes itens: Sumário do Estudo a Realizar; Indicação dos Objetivos do Trabalho e Demais Condicionantes; identificação das Fontes de Dados; Organização e Divisão do Estudo; e Análise quanto ao uso e disseminação das ferramentas e sistemas em uso no desenvolvimento atual.	1º Produto: 15/11/2012	Produto 1: R$ 16.000,00
Produto 02: Documento técnico contendo: Relatório analítico das bases a serem unificadas com vistas a operacionalização e tomada de decisão em conformidade com as necessidades de Gestão da Secretaria	2º Produto: 15/02/2013	Produto 2: R$ 24.000,00
Produto 03: Documento técnico contendo: Relatório do mapeamento do processo e procedimentos automatizados de geração de relatórios agregados, relatórios gerenciais e geração de consultas, com vistas a gestão da Secretaria.	3º Produto: 15/06/2013	Produto 3: R$ 26.000,00
Produto 04: Documento técnico contendo: Relatório Final de avaliação quanto à necessidade de complementação de esforços no escopo do desenvolvimento já realizado, e correspondente documentação associada; Integração dos Relatórios Parciais; Consolidação das Atividades executadas; e Conclusões e Recomendações.	4º Produto: 27/09/2013	Produto 4: R$ 24.000,00

Consultor Contratado

Nome do Consultor: Paulo Fernando Martins Netto	CPF: 112.412.921-91

Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: Notória especialização

Objetivo da Consultoria: Contratação na modalidade de consultoria de profissional para apoiar a implementação do Complexo do CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, no campus do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em Cachoeira Paulista, SP.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/08/2012	14/08/2013	R$ 90.000,00	R$ 31.500,00	R$ 31.500,00	R$ 31.500,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento Técnico Contendo Relatórios de reuniões com as empresas envolvidas na definição e execução do projeto;	1º Produto: 05/09/2012	Produto 1: R$ 15.000,00
Produto 02: Documento Técnico Contendo Relatórios de acompanhamento de progresso das atividades em função do cronograma de implantação do Complexo do CEMADEN;	2º Produto: 25/11/2012	Produto 2: R$ 16.500,00
Produto 03: Documento Técnico contendo Relatório de viagem contendo as discussões e tratativas no local visitado;	3º Produto: 17/01/2013	Produto 3: R$ 14.750,00
Produto 04: Documento Técnico contendo o progresso das atividades da empresa contratada para a realização do Conceito Estrutural do Complexo do CEMADEN;	4º Produto: 15/03/2013	Produto 4: R$ 14.500,00
Produto 05: Documento Técnico contendo o progresso das atividades da empresa contratada para a realização do Projeto Executivo do Complexo do CEMADEN;	5º Produto: 18/05/2013	Produto 5: R$ 15.250,00
Produto 06: Documento Técnico Final englobando todos os relatórios e documentos técnicos apresentados ao longo do contrato, bem como acréscimo de novos pontos importantes levantados durante a consultoria.	6º Produto: 14/08/2013	Produto 6: R$ 14.000,00

Consultor Contratado

Nome do Consultor: Paulo Roberto Martins Serra	CPF: 459.104.998-15

Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 001/017/2012

Objetivo da Consultoria: Atualizar e disponibilizar processos de planejamento e gestão orientados para a função estratégica da C, T e I no contexto das políticas de desenvolvimento sustentável no Brasil.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
26/11/2012	25/11/2013	R$ 96.000,00	R$	R$	R$

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento Técnico contendo relatório técnico que contemple um diagnóstico das principais características dos acordos de cooperação técnica estabelecidos pelo Cemaden e prospecção à curto prazo (6 meses), junto à equipe técnica do Cemaden, da demanda por novos acordos a serem celebrados com centros estaduais de meteorologia, instituições de pesquisa ou outras organizações capazes de produzirem dados ou informações que colaborem e otimizem as atividades do Centro;	1º Produto: 05/01/2013	Produto 1: R$ 10.000,00
Produto 02 Documento técnico que apresente o delineamento das necessidades de articulação e de formalização de instrumentos específicos de cooperação para implantação e execução do projeto de expansão da rede de coleta de dados pluviométricos e campanha pluviômetros nas comunidades, bem como das tipologias adequadas a cada contraparte, sejam estas, entidades públicas ou privadas, da esfera federal, estadual ou municipal;	2º Produto: 25/03/2013	Produto 2: R$ 20.000,00
Produto 03: Documento técnico que apresente o delineamento das necessidades de articulação e de formalização de instrumentos específicos de cooperação para implantação e execução do projeto de expansão da rede de radares meteorológicos, bem como das tipologias adequadas a cada contraparte, sejam estas, entidades públicas ou privadas, da esfera federal, estadual ou municipal;	3º Produto: 17/05/2013	Produto 3: R$ 18.000,00
Produto 04: Documento técnico que apresente o delineamento das necessidades de articulação e de formalização de instrumentos específicos de cooperação para implantação e execução do projeto de expansão da rede de estações hidrológicas, bem como das tipologias adequadas a cada contraparte, sejam estas, entidades públicas ou privadas, da esfera federal, estadual ou municipal;	4º Produto: 15/07/2013	Produto 4: R$ 15.000,00
Produto 05: Documento Técnico contendo Manual técnico simplificado para orientação da equipe técnica do Cemaden na realização dos procedimentos básicos realizados na negociação de acordos interinstitucionais, convênios e contratos de interesse do Cemaden, incluindo a elaboração de fluxos da dinâmica interna e externa ao MCTI, bem como a identificação dos aspectos legais e demandas jurídicas a serem observados em cada etapa do fluxo;		Produto 5: R$ 23.000,00
Produto 06: Documento Técnico contendo relatório técnico final que englobe a apresentação de um ponto de vista independente, trazendo		

orientação bem como acréscimos de novos pontos importantes que, porventura, tenham sido identificados durante a consultoria;	5º Produto: 18/09/2013 6º Produto: 30/11/2013	Produto 6: R$ 10.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Roberto Postiglione de Assis Ferreira Jr.	CPF: 692.399.087-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 01/004/2012					
Objetivo da Consultoria: A contratação visa atender a necessidade de especificar as melhores opções técnicas e operacionais de radares meteorológicos a serem adquiridos pelo MCTI e instalados em alguns locais onde observou-se a ocorrência de desastres naturais no Brasil.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/08/2012	31/07/2013	R$ 70.000,00	R$ 35.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo texto das Especificações Técnicas constantes do Edital de aquisição dos sistemas de radar com a inserção de comentários e propostas de modificações, com adições e supressões, ao texto.	1º Produto: 05/09/2012	Produto 1: R$ 8.000,00
Produto 02: Documento técnico contendo Relatório com a caracterização dos locais de instalação e a descrição dos procedimentos de instalação, das estratégias de operação e da programação de manutenção dos sistemas de radar.	2º Produto: 25/10/2012	Produto 2: R$ 12.000,00
Produto 03: Documento técnico contendo Relatório com a caracterização do equipamento escolhido e o embasamento técnico para a seleção efetuada, e anexo contendo texto de Termo de Referência contendo os compromissos de cada parte envolvida com os sistemas de radar, no que diz respeito à instalação, operação e manutenção dos sistemas em questão.	3º Produto: 28/12/2012	Produto 3: R$ 15.000,00
Produto 04: Documento técnico com o detalhamento dos testes de aceitação efetuados, os resultados obtidos e a indicação conclusiva sobre a aceitação dos sistemas e sobre o desenvolvimento da operação assistida e indicação conclusiva sobre o aceite final dos sistemas.	4º Produto:	Produto 4: R$ 17.000,00

Produto 05: Documento técnico contendo considerações básicas sobre a motivação para uso redes de radares banda-X de curto alcance, os projetos internacionais em desenvolvimento com suas principais características e as dos radares em que utilizam, as perspectivas atuais de expansão dessas redes e uma proposta de implantação de uma malha de radares banda-X numa região metropolitana suscetível a desastres naturais.banda-X de curto alcance, os projetos internacionais em desenvolvimento com suas principais características e as dos radares em que utilizam, as perspectivas atuais de expansão dessas redes e uma proposta de implantação de uma malha de radares banda-X numa região metropolitana suscetível a desastres naturais.	05/03/2013 5º Produto: 31/07/2013	Produto 5: R$ 18.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Roberto Vicente Calheiros	CPF: 037.942.888-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 02/029/2011

Objetivo da Consultoria: Obter elementos que permitam avaliar a evolução das atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação, quantificar e qualificar os investimentos, identificar os resultados obtidos e propor aperfeiçoamentos para estimular as atividades de P&D em tecnologia da informação, para os anos de 2006 a 2010.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/06/2012	04/06/2013	R$ 90.000,00	R$ 45.000,00	R$ 45.000,00	R$ 45.000,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo Relatório Parcial: Sumário do Estudo a Realizar; Indicação dos Objetivos do Trabalho e Demais Condicionantes; Aspectos Econômicos, Sociais, Tecnológicos; Identificação das Fontes de Dados; Organização e Divisão do Estudo; e Compilação do Resultado da Análise de 25 Relatórios Demonstrativos.	1º Produto: 05/09/2012	Produto 1: R$ 21.000,00
Produto 02: Documento técnico contendo Relatório Parcial: Reavaliação e Detalhamento do Planejamento do Trabalho; Compilação do Resultado da Análise de 30 Casos Concretos; e Comentários com Indicação de Pontos Relevantes.	2º Produto: 10/12/2012	Produto 2: R$ 24.000,00 Produto 2: R$ 23.000,00
Produto 03: Documento técnico contendo Relatório Parcial; Consolidação Parcial dos Dados; Compilação do Resultado da Análise de 30 Relatórios Demonstrativos; e Comentários com Indicação de Pontos Relevantes.	3º Produto: 20/03/2013	Produto 2: R$ 22.000,00
Produto 04: Documento técnico contendo Relatório Final: Compilação do Resultado da Análise de 15 Relatórios Demonstrativos; Integração dos Relatórios Parciais; Consolidação	4º Produto: 04/06/2013	

Final dos Dados; e Conclusões e Comentários.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Rodrigo Resende Ferreira	CPF: 818.749.101-97	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"

Código do Contrato: 04/025/2011

Objetivo da Consultoria: O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) possui sistemas tradicionais de monitoramento e avaliação de projetos. A SECIS/MCTI, com intuito de aprimorar a gestão pública e modernizar o acompanhamento de suas ações por meio da gestão de processos, iniciou pesquisa de sistemas livres utilizados no governo federal. Tal pesquisa identificou o Sistema de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), desenvolvido por técnicos do Ministério da Educação, instrumento eletrônico que apóia a análise, acompanhamento e supervisão de projetos. Entretanto, a adoção desse sistema demanda necessariamente a adequação/ customização dos módulos existentes para as necessidades dos programas da SECIS, próprios da área científica e tecnológica. Desse modo, a análise técnica sobre a aplicabilidade desses módulos e a identificação de gargalos do sistema a serem devidamente customizados tornou-se primordial ao avanço dessa transformação na Secretaria. Portanto, é imprescindível a construção de Documentos Técnicos que permitam a adequação e a customização de cinco módulos existentes no SIMEC, a saber, os módulos de Emendas, Pré-Obras, Obras, Projetos e Painel de Controle, para um novo modelo eletrônico de gestão pública dos processos e dos projetos apoiados pela SECIS. Enfim, trata-se viabilizar uma ferramenta eletrônica capaz de subsidiar a tomada de decisão técnico-administrativa.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
10/01/2012	10/10/2012	R$ 96.000,00	R$ 96.000,00	R$ 96.000,00	R$ 96.000,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico com a análise de aplicabilidade e a proposta de customização (especificações dos casos de uso, novas páginas e formulários) do Módulo de Projetos do SIMEC para o Sistema de Gestão de Projetos da SECIS/ MCTI.	1º Produto: 25/01/2012	Produto 1: R$ 24.000,00
Produto 02: Documento técnico com a análise dos testes realizados no sistema de Gestão de Projetos da SECIS após a customização realizada, e consequente indicação de alterações/ ajustes necessários.	2º Produto: 30/03/2012	Produto 2: R$ 14.400,00
Produto 03: Documento técnico com a análise de aplicabilidade e a proposta de customização (especificações dos casos de uso, novas páginas e formulários) dos Módulos de Emendas, Pré-Obras e Obras, e Painel de Controle, do SIMEC, para o Sistema de Gestão de Projetos da SECIS/ MCTI.	3º Produto: 15/04/2012	Produto 3: R$ 19.200,00
Produto 04: Documento técnico com a análise da confiabilidade dos Módulos de Emendas, Pré-Obras e Obras, e Painel de Controle após a customização realizada, e relação das implementações desenvolvidas.	4º Produto: 20/06/2012	Produto 4: R$ 14.400,00
Produto 05: Documento técnico contendo a definição de layout para o remodelado Sistema de Gestão de Projetos da SECIS/ MCTI e avaliação sobre o uso dessa nova ferramenta no âmbito da SECIS/		Produto 5: R$ 24.000,00

MCTI.	5º Produto: 10/10/2012	
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Rodrigo Souza Silva Almeida	CPF: 003.924.601-90	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.					914BRZ2018
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 04/025/2011					
Objetivo da Consultoria: Contratação de um (01) consultor especialista na área de Mudanças Climáticas para realizar avaliação técnico-científica dos nove capítulos do Volume 1 – Base Científica das Mudanças Climáticas e do Sumário Executivo do Primeiro Relatório de Avaliação Nacional a ser lançado pelo PBMC.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
27/12/2013	27/01/2013	R$ 15.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$0,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto 01: Documento técnico-científico correspondente a um Relatório de Avaliação dos Capítulos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 do Volume 1 Base Científica das Mudanças Climáticas e do Sumário Executivo do Primeiro Relatório de Avaliação Nacional. .			1º Produto: 27/01/2013		Produto 1: R$ 15.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Rosana Nieto Ferreira			CPF: 027.592-71		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

14 - PARTE B, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao termo de parceria contemplando entre outros, a forma de escolha do parceiro, a execução do cronograma físico-financeiro e os resultados da parceria.

QUADRO B.38.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO			
SEPIN			
Informações da entidade parceira	**CNPJ**	01.679.152/0001-25	
	Nome	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0017.00/2008	
	Data Celebração	30/12/2008	
	Registrado no SICONV?	650461 (SIAFI)	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Realizar capacitação de oito Agentes Softex para aumentar seu envolvimento na coordenação descentralizada do Projeto Setorial Integrado para a Exportação de Software e Serviços Correlatos Brasileiros (PSI-SW).	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	30/12/2008
		Fim	31/01/2013
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	364.800,00
		Da Entidade	91.200,00
SECIS			
Informações da entidade parceira	**CNPJ**	04.521.441/0001-90	
	Nome	Núcleo de Empreendimento em Ciência,Tecnologia e Artes - NECTAR	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		

	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0009.00/2009	
	Data Celebração	31/12/2009	
	Registrado no SICONV?	660214 (SIAFI)	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Implantação do Centro Vocacional Tecnológico de Metal-Mecânica de SUAPE PE.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	31/12/2009
		Fim	31/01/2013
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	2.000.000,00
		Da Entidade	105.280,00

Informações da entidade parceira	**CNPJ**	04.782.112/0001-00	
	Nome	Instituto de Tecnologia Social - ITS	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0026.00/2009	
	Data Celebração	31/12/2009	
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Realizar Pesquisa, desenvolvimento, capacitação e extensão tecnológica nas áreas de Tecnologia Assistiva e de Desenvolvimento Local.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	31/12/2009
		Fim	30/04/2012
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	2.000.000,00
		Da Entidade	21.000,00

Informações da entidade parceira	**CNPJ**	04.887.441/0001-08
	Nome	Instituto Muito Especial
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)	
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)	
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0016.00/2010
	Data Celebração	13/12/2010
	Registrado no SICONV?	-
	Forma de escolha da entidade parceira	-

	Objeto	Realização de estudos com vistas a identificar casos de sucesso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho da Cidade do Recife.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	13/12/2010
		Fim	31/01/2012
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	500.000,00
		Da Entidade	-

Informações da entidade parceira	**CNPJ**	04.887.441/0001-08	
	Nome	Instituto Muito Especial	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0020.00/2010	
	Data Celebração	03/12/2010	
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Montar um exemplo de casa acessível e reunir diversos produtos assistivos para facilitar a vida das pessoas com deficiência, pessoas idosas e outras com mobilidade reduzida na cidade do Recife.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	03/12/2010
		Fim	31/01/2012
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	1.500.000,00
		Da Entidade	-

Informações da entidade parceira	**CNPJ**	06.223.459/0001-30	
	Nome	ASSOCIACAO ALBERTO SANTOS DUMONT PARA APOIO A PESQUISA – AASDAP	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0002.00/2011	
	Data Celebração	30/12/2011	
	Registrado no SICONV?	Sim – 762308/2011	
	Forma de escolha da entidade parceira	Executa o mesmo objeto por no mínimo cinco anos, conforme legislação atualizada.	
	Objeto	Dar continuidade ao trabalho desenvolvido nas unidades do Centro de Educação Científica em Natal e Macaíba/RN e em Serrinha/BA envolvendo 1.400 alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II de escolas públicas. Promover encontros sistemáticos de ações formativas entre os grupos de educadores das escolas públicas de referência dos nossos alunos e os das unidades do Centro de Educação Científica.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	30/12/2011
		Fim	30/12/2012
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	4.160.649,00
		Da Entidade	84.911,20

Informações da entidade parceira	**CNPJ**	01.679.152/0001-25
	Nome	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)	
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)	
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0001.00/2012
	Data Celebração	

	Registrado no SICONV?	769215	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Participação Brasileira na Feira Mundial de Tecnologias da Informação e Comunicação CeBIT, edição 2012.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	11/01/2012
		Fim	30/07/2012
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	1.314.480,00
		Da Entidade	246.545,50

SECIS

Informações da entidade parceira	**CNPJ**	052.203.690/0001-23	
	Nome	Centro de Pesquisa do Pantanal	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0002.00/2012	
	Data Celebração		28/12/2012
	Registrado no SICONV?	775692/2012	
	Forma de escolha da entidade parceira	Executa o mesmo objeto por no mínimo cinco anos, conforme legislação atualizada.	
	Objeto	Implantar Centros Multimídia de Comunicação e Inclusão Digital.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	28/12/2012
		Fim	31/12/2015
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	2.446.784,00
		Da Entidade	0

Informações da entidade parceira	**CNPJ**	06.223.459/0001-30	
	Nome	ASSOCIACAO ALBERTO SANTOS DUMONT PARA APOIO A PESQUISA – AASDAP	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0003.00/2012	
	Data Celebração	28/12/2012	
	Registrado no SICONV?	778709/2012	
	Forma de escolha da entidade parceira	Executa o mesmo objeto por no mínimo cinco anos, conforme legislação atualizada.	
	Objeto	Dar continuidade ao trabalho desenvolvido nas unidades do Centro de Educação Científica em Natal e Macaíba/RN e em Serrinha/BA envolvendo 1.400 alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II de escolas públicas. Promover encontros sistemáticos de ações formativas entre os grupos de educadores das escolas públicas de referência dos nossos alunos e os das unidades do Centro de Educação Científica.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	28/12/2012
		Fim	31/12/2013
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	6.787.442,00
		Da Entidade	138.512,22

Quadro B.38.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX		
CNPJ	01.679.152/0001-25		
Valores Repassados no exercício (R$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		**No Segundo Semestre**	
Janeiro	0	**Julho**	0
Fevereiro		**Agosto**	0
Março	0	**Setembro**	0
Abril	0	**Outubro**	0
Maio	0	**Novembro**	54.720,00
Junho	0	**Dezembro**	54.720,00
Total		**Total**	109.440,00

QUADRO B.38.2 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO EM RAZÃO DE TERMO DE PARCERIA			
Identificação da Entidade Parceira			
Nome	ASSOCIACAO ALBERTO SANTOS DUMONT PARA APOIO A PESQUISA – AASDAP		
CNPJ	06.223.459/0001-30		
Valores Repassados no exercício (R$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		**No Segundo Semestre**	
Janeiro		**Julho**	0
Fevereiro	2.080.324,50	**Agosto**	0
Março	50	**Setembro**	0
Abril	0	**Outubro**	2.080.324,50
Maio	0	**Novembro**	0
Junho	0	**Dezembro**	0
Total	2.080.324,50	**Total**	2.080.324,50

Quadro B.38.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX		
CNPJ	01.679.152/0001-25		
Valores Repassados no exercício (R$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		**No Segundo Semestre**	
Janeiro	354.205,00	**Julho**	0
Fevereiro	0	**Agosto**	0
Março	354.205,00	**Setembro**	0
Abril	606.070,00	**Outubro**	0
Maio	0	**Novembro**	0
Junho	0	**Dezembro**	0
Total	1.314.480,00	**Total**	0

QUADRO B.38.3 – DADOS AGREGADOS DOS TERMOS DE PARCERIA DE EXERCÍCIOS ANTECEDENTES AO DE REFERÊNCIA

Exercícios	Quantidade de Termos vigentes	Montante repassado no Exercício (em R$ 1,00)
2011	27	22.673.326,00
2010	71	34.952.054,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL E PRODUÇÃO

QUADRO B.38.5 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO

CNPJ da Entidade Parceira	Data da apresentação das contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**
		Data Início	Data Fim		
044.919.918/0001-04	03/01/2012	29/12/2009	31/10/2011	Em andamento	Em exigência
088.124.961/0001-59	04/01/2012	01/02/2010	10/02/2011	Em andamento	Em exigência
005.971.682/0001-01	04/01/2012	19/07/2010	31/10/2010	Em andamento	Em exigência
005.497.968/0001-99	05/01/2012	26/12/2005	28/08/2011	Em andamento	Em exigência
033.555.921/0001-70	05/01/2012	31/03/2008	28/02/2011	Concluída	Aprovada
019.377.514/0001-99	03/02/2012	22/09/2010	22/09/2011	Em andamento	Em exigência
007.759.605/000-100	06/02/2012	31/12/2009	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
005.497.968/0001-99	06/02/2012	28/12/2007	21/12/2013	Em andamento	Em exigência
088.630.413/0001-09	10/02/2012	31/07/2009	02/12/2011	Em andamento	Em exigência
011.097.250/0001-08	10/02/2012	26/10/2009	26/04/2010	Em andamento	Em exigência
007.538.347/0001-31	10/02/2012	27/11/2009	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
087.738.530/0001-10	10/02/2012	16/12/2008	31/12/2011	Em andamento	Em exigência
007.829.496/0001-50	13/02/2012	01/07/2010	13/11/2011	Em andamento	Em exigência
005.971.682/0001-01	15/02/2012	29/12/2009	30/06/2010	Em andamento	Em exigência
006.223.459/0001-30	28/02/2012	31/12/2010	30/11/2011	Concluída	Aprovada
002.517.619/0001-01	29/02/2012	31/12/2009	31/12/2011	Em andamento	Em exigência
007.264.216/0001-03	29/02/2012	23/12/2010	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
007.332.061/0001-03	29/02/2012	18/11/2008	31/12/2011	Em andamento	Em exigência
019.784.131/0001-35	06/03/2012	31/12/2009	30/09/2011	Em andamento	Em exigência
005.693.469/0001-77	08/03/2012	31/12/2008	30/07/2013	Em andamento	Em exigência
06.987.299/0001-04	08/03/2012	10/12/2008	31/12/2011	Em andamento	Em exigência
005.497.968/0001-99	09/03/2012	31/12/2008	01/11/2011	Em andamento	Em exigência
046.177.523/000-109	09/03/2012	16/11/2009	27/10/2011	Em andamento	Em exigência
002.965.057/0001-50	13/03/2012	31/12/2008	30/06/2011	Em andamento	Em exigência
005.487.631/0001-09	14/03/2012	16/07/2008	16/07/2009	Concluída	Aprovada
004.887.441/0001-08	16/03/2012	09/09/2010	30/10/2011	Em andamento	Em exigência
075.680.025/0001-82	29/03/2012	30/06/2010	27/01/2011	Em andamento	Em exigência
046.177.523/0001-09	30/03/2012	16/11/2009	27/10/2011	Em andamento	Em exigência
027.174.143/0001-76	30/03/2012	31/12/2008	01/12/2011	Em andamento	Em exigência
046.177.523/0001-09	02/04/2012	16/11/2009	27/10/2011	Em andamento	Em exigência
046.634.051/0001-76	02/04/2012	18/12/2009	18/12/2011	Em andamento	Em exigência
027.165.570/0001-98	03/04/2012	31/12/2008	28/02/2012	Em andamento	Em exigência
073.642.415/0001-32	03/04/2012	20/06/2005	01/02/2012	Em andamento	Em exigência
088.124.961/0001-59	03/04/2012	29/06/2005	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
005.497.968/0001-99	16/04/2012	01/12/2011	01/12/2011	Em andamento	Em exigência

005.469.732/0001-49	23/04/2012	29/12/2009	30/06/2011	Em andamento	Em exigência
007.360.823/0001-77	23/04/2012	28/12/2009	13/03/2011	Em andamento	Em exigência
046.523.247/0001-93	25/04/2012	29/12/2009	30/09/2011	Em andamento	Em exigência
009.139.551/0001-05	25/04/2012	31/12/2008	29/12/2011	Em andamento	Em exigência
011.303.906/0001-00	25/04/2012	30/04/2010	30/09/2010	Concluída	Aprovada
011.286.341/0001-91	09/05/2012	02/12/2009	20/11/2010	Em andamento	Em exigência
05.487.631/0001-09	09/05/2012	16/06/2008	16/07/2009	Em andamento	Em exigência
041.230.103/0001-25	09/05/2012	17/08/2010	17/08/2011	Concluída	Aprovada
013.394.044/0001-95	16/05/2012	31/12/2008	25/02/2012	Em andamento	Em exigência

***Situação da Análise:**

- Concluída
- Em andamento
- Não iniciada
- Aprovada
- Reprovada
- Em exigência

Fonte: SIAFI GERENCIAL PRODUÇÃO

CNPJ da Entidade Parceira	Data da apresentação das contas	Período de Referência		Situação da Análise	Decisão**
		Data Início	Data Fim		
004.755.519/0001-30	18/05/2012	31/12/2008	30/03/2012	Em andamento	Em exigência
002.884.153/0001-74	21/05/2012	15/12/2011	15/12/2011	Em andamento	Em exigência
008.060.774/0001-10	21/05/2012	31/12/2008	30/12/2011	Em andamento	Em exigência
061.882.395/0001-98	30/05/2012	31/12/2008	30/12/2011	Em andamento	Em exigência
005.971.682/0001-01	30/05/2012	19/07/2010	31/12/2010	Em andamento	Em exigência
045.358.249/0001-01	06/06/2011	31/12/2007	03/03/2012	Em andamento	Em exigência
008.272.049/0001-05	12/06/2012	26/11/2010	28/11/2011	Em andamento	Em exigência
001.613.731/0001-75	14/06/2012	29/12/2006	31/08/2008	Em andamento	Em exigência
041.230.103/0001-25	19/06/2012	31/12/2008	14/11/2011	Concluida	Aprovada
007.759.605/0001-00	20/06/2012	31/12/2009	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
00.0768.913/0001-52	22/06/2012	30/12/2009	19/12/2011	Em andamento	Em exigência
000.768.913/0001-52	29/06/2012	30/12/2009	28/12/2011	Em andamento	Em exigência
003.357.319/0001-67	05/07/2012	29/12/2006	30/06/2011	Em andamento	Em exigência
075.393.082/0001-80	06/07/2012	26/11/2010	29/11/2011	Em andamento	Em exigência
003.357.319/0001-67	06/07/2012	29/12/2006	30/06/2011	Em andamento	Em exigência
034.927.285/0001-22	10/07/2012	31/12/2008	30/09/2011	Em andamento	Reprovada
007.829.496/0001-50	11/07/2012	01/07/2010	16/12/2011	Em andamento	Em exigência
044.547.305/0001-93	23/07/2012	31/12/2008	30/06/2011	Em andamento	Em exigência
013.394.044/0001-95	23/07/2012	31/12/2008	25/02/2012	Em andamento	Em exigência
004.184.236/0001-86	24/07/2012	30/11/2009	29/11/2011	Em andamento	Em exigência
012.250.916/0001-89	24/07/2012	31/12/2008	31/12/2009	Em andamento	Em exigência
001.612.528/0001-84	24/07/2012	31/12/2008	29/02/2012	Em andamento	Em exigência
007.152.420/0001-32	25/07/2012	17/11/2010	01/04/2011	Concluida	Reprovada
041.230.103/0001-25	25/07/2012	31/12/2008	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
012.250.916/0001-89	30/07/2012	31/12/2008	31/12/2009	Em andamento	Em exigência

046.410.775/0001-36	30/07/2012	31/12/2008	09/12/2011	Em andamento	Em exigência
005.943.030/0001-55	30/07/2012	30/12/2009	26/11/2011	Em andamento	Em exigência
005.943.030/0001-55	31/07/2012	30/12/2009	21/12/2011	Em andamento	Em exigência
088.124.961/0001-59	01/08/2012	31/12/2008	27/03/2012	Em andamento	Em exigência
011.040.912/0001-03	01/08/2012	31/12/2008	27/03/2012	Em andamento	Em exigência
007.403.769/0001-08	01/08/2012	31/12/2007	31/10/2011	Em andamento	Em exigência
086.051.398/0001-00	03/08/2012	28/12/2009	07/12/2011	Em andamento	Em exigência
003.013.534/0001-40	03/08/2012	30/12/2010	31/12/2011	Em andamento	Em exigência
041.230.103/0001-25	06/08/2012	31/12/2008	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
008.439.549/0001-99	07/08/2012	29/12/2006	22/07/2011	Em andamento	Em exigência
067.007.252/0001-13	09/08/2012	17/10/2006	16/04/2008	Em andamento	Em exigência
067.007.252/0001-13	10/08/2012	17/10/2006	16/04/2008	Em andamento	Em exigência
025.053.133/0001-57	15/08/2012	03/11/2009	01/11/2011	Em andamento	Em exigência
041.230.103/0001-25	17/08/2012	31/12/2008	15/02/2012	Em andamento	Em exigência
090.738.196/0001-09	17/08/2012	29/12/2009	29/02/2012	Em andamento	Em exigência
007.191.406/0001-48	21/08/2012	29/12/2009	29/12/2012	Em andamento	Em exigência
001.682.869/0001-26	23/08/2012	31/12/2008	03/01/2012	Em andamento	Em exigência
002.965.057/0001-50	24/08/2012	31/12/2008	31/12/2011	Em andamento	Em exigência
004.135.409/0001-76	31/08/2012	31/12/2010	28/02/2012	Em andamento	Em exigência

***Situação da Análise:**

- Concluída
- Em andamento
- Não iniciada

****Decisão:**

- Aprovada
- Reprovada
- Em exigência

Fonte: SIAFI GERENCIAL PRODUÇÃO

CNPJ da Entidade Parceira	Data da apresentação das contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**
		Da a Início	Data Fim		
002.965.057/0001-50	03/09/2012	31/12/2008	30/12/2011	Em andamento	Em exigência
000.438.200/0001-20	03/09/2012	22/12/2008	20/11/2010	Em andamento	Em exigência
036.446.029/0001-49	14/09/2012	28/12/2009	28/06/2012	Em andamento	Em exigência
003.549.463/0001-03	14/09/2012	31/12/2008	30/07/2011	Em andamento	Em exigência
074.704.008/0001-75	18/09/2012	10/12/2009	31/08/2012	Em andamento	Em exigência
013.937.057/0001-63	25/09/2012	31/12/2008	30/12/2011	Em andamento	Em exigência
018.278.051/0001-45	25/09/2012	31/12/2007	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
046.634.499/0001-90	25/09/2012	31/12/2008	31/12/2011	Em andamento	Em exigência
000.394.718/0001-00	27/09/2012	31/12/2007	14/03/2012	Em andamento	Em exigência
003.672.303/0001-49	16/10/2012	31/12/2008	31/07/2011	Em andamento	Em exigência
001.146.604/0001-03	17/10/2012	24/10/2010	30/10/2011	Em andamento	Em exigência
035.146.042/0001-10	22/10/2012	31/12/2007	03/06/2010	Em andamento	Em exigência
010.572.055/0001-20	31/10/2012	29/12/2009	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
001.614.343/0001-09	31/10/2012	31/12/2007	30/12/2009	Em andamento	Em exigência
003.773.700/0001-07	31/10/2012	01/07/2010	29/05/2012	Em andamento	Em exigência
010.572.055/0001-20	01/11/2012	29/12/2009	30/11/2011	Em andamento	Em exigência

010.572.055/0001-20	05/11/2012	29/12/2009	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
010.572.055/0001-20	05/11/2012	29/12/2009	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
030.117.154/0001-29	29/11/2012	31/12/2008	31/10/2009	Em andamento	Em exigência
000.413.724/0001-67	30/11/2012	27/10/2009	14/05/2011	Em andamento	Em exigência
008.491.532/0001-80	04/12/2012	31/12/2008	31/10/2011	Em andamento	Em exigência
076.995.448/0001-54	18/12/2012	30/12/2008	29/08/2012	Em andamento	Em exigência

CONCLUSÃO

A atuação da SPOA no decorrer de 2012 teve por base o alcance dos objetivos programados e o atingimento das metas estabelecidas para o exercício. As realizações da Subsecretaria relatadas no presente relatório foram executadas em conjunto e por cada uma de suas Coordenações-Gerais, nas suas respectivas áreas de atuação.

Durante o exercício de 2012 foram desenvolvidas todas as ações indispensáveis para o funcionamento do Ministério, dentre as quais merecem ser destacadas sucintamente:

- Área de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

A área de orçamento, finanças e contabilidade teve sua atuação suportada por processos dinâmicos e interativos. Em 2012, não obstante os óbices causados por diretrizes governamentais não previstas à época da elaboração do planejamento das ações, verificou-se que os resultados extrapolaram as expectativas, uma vez que as metas foram atingidas quase que em sua totalidade, com exceção daquelas que em função da limitação de despesas com diárias e passagens, por força do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, deixaram de ser executadas ou foram cumpridas parcialmente.

Houve uma preocupação permanente no atendimento às necessidades dos clientes e com o atingimento das metas estabelecidas para o exercício. Buscou-se utilizar preponderantemente as técnicas e os insumos da informática, os treinamentos aos gestores e, ainda, o atendimento de consultas via telefone e/ou mensagem eletrônica, de forma a atender tempestivamente a necessidade das unidades do Ministério.

Para o exercício de 2013 pretende-se, entre outras atividades, como forma de mitigar as dificuldades encontradas no exercício de 2012: manter contato com a SOF, previamente à divulgação dos limites para elaboração da proposta orçamentária anual, visando antecipar montantes ou mesmo tendências quanto a valores a serem observados e, com isso, otimizar o trabalho a ser desenvolvido na distribuição dos limites para cada unidade do Ministério; buscar junto as unidades orçamentárias a antecipação de demandas ligadas ao uso das diferentes fontes como forma de evitar os constantes remanejamentos de limite de empenho, já que o fracionamento do limite de empenho por fonte de recursos para a execução das despesas não pode ser evitado devido ao controle que a SOF e a STN necessitam ter para a realização de seus respectivos trabalhos; buscar o tratamento político da questão, por intermédio da alta administração do Ministério, como forma de minimizar a limitação pelo Tesouro Nacional do limite de pagamento aquém das necessidades financeiras, para evitar o crescimento constante dos Restos a Pagar, não obstante tal procedimento constituir-se em uma das estratégias adotadas pelo governo como forma de administrar o superávit primário; e com a limitação das despesas com diárias e passagens, as ações voltadas à assistência técnica às unidades e aos treinamentos de executores orçamentários e financeiros deverão ser reduzidas ao mínimo necessário, substituindo-os, quando possível, por vídeo conferências.

- Área de Recursos Logísticos:

As ações da CGRL, por sua função precípua, proporcionou toda a logística necessária ao perfeito funcionamento das diversas Unidades Administrativas desta Pasta e atingiu suas metas, cujas atividades foram pautadas na promoção de melhoria contínua da infraestrutura física e dos processos de trabalho, desde a aquisição de bens e serviços como também na gestão de contratos administrativos e na execução orçamentária e financeira dessas contratações, incentivou a capacitação e o desenvolvimento profissional do corpo funcional, atuando com eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos. A magnitude do trabalho realizado pode ser traduzida pelo montante da execução orçamentária realizada no âmbito da CGRL no exercício de 2012. Todas as ações foram voltadas e empreendidas na busca incessante do aprimoramento técnico e operacional da Unidade.

- Área de Recursos Humanos:

Na área de recursos humanos destaca-se a democratização das relações de trabalho que tem rompido, gradativamente, com a relação tradicionalmente autoritária, trabalhando em parceria com os servidores, na busca da administração dos conflitos, que quando ignorados tomam proporções que afetam a produtividade e a efetividade da instituição; e a realização de concurso público, para provimento de 832 vagas, sendo que deste total , 330 cargos de Assistente em Ciência e Tecnologia estão condicionados à substituição da totalidade dos trabalhadores terceirizados existentes no âmbito deste Ministério que estão em desacordo com a legislação vigente, obedecendo ao disposto no Aditivo ao Termo de Conciliação Judicial celebrado nos autos da Ação Civil Pública – Processo nº 00810-2006-017-10-00-7.

- Área de Gestão e Inovação:

A área de gestão e inovação realizou a implantação da primeira etapa da Plataforma Aquarius; o aprimoramento dos fluxos processuais; o apoio à implementação da Lei de Acesso à Informação;

Como principais ações para o exercício seguinte pretende-se coordenar a implantação das etapas seguintes da Plataforma Aquarius, estabelecendo condições para sua continuidade e ampliação; Aprimorar a governança de dados do MCTI, por meio da utilização de solução tecnológica de integração e qualidade de dados e da estruturação e operação de um Centro de Competências de Integração de Dados para suporte à Plataforma Aquarius; Apoiar o aperfeiçoamento dos sistemas de informação do MCTI, de forma a gerar insumos informacionais para a Plataforma Aquarius; Apoiar o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC do MCTI, com a criação de normas e padrões de informação e com a adequação da Plataforma Aquarius às suas necessidades informacionais; Promover a articulação das diversas áreas do MCTI para concretização de um novo modelo de gestão estratégica; Consolidar a gestão por processos no MCTI, por meio da modelagem e da automatização de processos críticos do MCTI; Proporcionar a capacitação, o aperfeiçoamento, o treinamento e a reciclagem, em caráter contínuo, dos servidores da CGGI; Viabilizar o aprimoramento do sistema Próton com a incorporação de novas funcionalidades, integrando-o aos processos automatizados no contexto da Plataforma Aquarius; Fortalecer ações para consolidar a Biblioteca de Políticas em Ciência e Tecnologia como depositária legal das publicações produzidas pela Administração Central, Unidades de Pesquisa e Entidades Vinculadas do MCTI; Empreender esforços para a atualização do Código de Classificação de Documentos - CDD e para a elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos – TTD do MCTI.

- Área de Gestão da Tecnologia da Informação:

A área de gestão da tecnologia da informação, no ano de 2012, teve a oportunidade de implementar diversas ações que, em conjunto com as contratações de empresas prestadoras de serviços, permitiram uma sensível melhora nos serviços que oferece a seus usuários.

O reflexo da implementação dessas ações pode ser observado no Relatório referente ao Levantamento de Governança de TI 2012 realizado pelo TCU no MCTI, onde verifica-se que, em comparação com o levantamento ocorrido em 2010, houve aumento na nota do iGovTI do Ministério e que, em relação aos demais Ministérios, passou a ocupar a 6ª colocação.

Em conformidade com seu planejamento estratégico - traduzido por meio do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do Ministério - a Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (CGTI), em 2012, concluiu o processo de contratação da fábrica de software, a qual iniciou seu atendimento visando atender demandas de novos sistemas, bem como retomar a manutenção dos existentes. Também foi concluída a ampliação da sala-cofre para abrigar novos equipamentos otimizando, assim, o ambiente computacional do Ministério.

Ciente da importância do PDTI para a continuidade das ações de Tecnologia da Informação do Ministério, o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI) instituiu Grupo de Trabalho que revisou o PDTI vigente em 2012 e o republicou em fevereiro de 2013. Esse GT continuará suas atividades em 2013, visando à identificação de novas necessidades de tecnologia da informação, junto aos órgãos que compõem o MCTI, de modo a refinar o planejamento estratégico de TI, ou seja, trabalhar o processo de melhoria contínua, conhecido com ciclo PDCA.

Ainda com foco no aumento do nível de governança de tecnologia da informação, o Ministério publicou a Portaria MCT nº 808, de 12 de novembro de 2012, que instituiu o Fórum de Gestores de Tecnologia da Informação e Comunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (FGTIC/MCTI), no âmbito dos órgãos e entidades integrantes da estrutura regimental do Ministério, definida no Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006 e no Decreto nº 6.638, de 7 de novembro de 2008.

Em 2013 continuarão sendo desenvolvidas ações para garantir o fortalecimento da governança de tecnologia da informação, que poderão ser traduzidas, entre outras, pela automação e integração entre os sistemas que suportam o negócio e pela melhoria da segurança da rede e da informação.

GERSON GALVÃO
Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

SCUP

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2012

Março/2013

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, das Decisões Normativas TCU n.º 119/2012, 121/2012 e 124/2012, e da Portaria TCU n.º 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno.

Brasília, março/2013

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ABTLuS – Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

AGU - Advocacia-Geral da União

APF – Administração Pública Federal

ASCAP – Assessoria de Captação de Recursos

ASSIN – Assessoria de Assuntos Internacionais

BEP – Bolsa de Estágio/Treinamento no País

BEV – Bolsa de Especialista Visitante

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BSP – Bolsa de Estágio/Treinamento no Exterior

BVC – Biorrefinaria Virtual de Cana-de-açúcar

C,T&I – Ciência, Tecnologia e Inovação

CA – Comissão de Avaliação

CAFe – Comunidade Acadêmica Federada

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

CDU – Classificação Decimal Universal

CeBiME – Centro de Biologia Molecular Estrutural

CETEM – Centro de Tecnologia Mineral

CETENE – Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste

CG – Contrato de Gestão

CGEE – Centro de Gestão e Estutos Estratégicos

CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

CGOS – Coordenação-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais

CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos

CGTI - Coordenação Geral de Tecnologia da Informação

CGU – Controladoria-Geral da União

CGUP – Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa

CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear

CNPEM - Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONJUR – Consultoria Jurídica

Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia

CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações

CTBE - Centro de Ciência e Tecnologia do Bioetanol

CTC – Conselho Técnico-Científico

CTI – Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer

CTIC - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias Digitais para Informação e Comunicação

DOU – Diário Oficial da União

DTI – Bolsa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial

EA – Entidades Associadas

EELA - *E-Infrastructure Shared Between Europe and Latin America*

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

EPPGG – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

ESR - Escola Superior de Redes

EV – Bolsa para Especialista Visitante

FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz

FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FNDE – Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação

GT – Grupo de Trabalho

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ICPEDU – Infraestrutura de Chaves Públicas para Ensino e Pesquisa

ICT – Instituição de Ciência e Tecnologia

IDSM – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IMPA – Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INPP - Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal

INSA – Instituto Nacional do Semiárido

INT – Instituto Nacional de Tecnologia

IOLACT – Infraestrutura Óptica Latinoamericana de Ciência e Tecnologia

ION – Infraestrutura Óptica Nacional

IP – Instituto de Pesquisa

IPE – Instituição de Pesquisa e Ensino

ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica

ITI – Bolsa de Iniciação Tecnológica Industrial

ITI/PR – Instituto de Tecnologia da Informação

LNA – Laboratório Nacional de Astrofísica

LNBio – Laboratório Nacional de Biociências

LNCC – Laboratório Nacional de Computação Científica

LNLS – Laboratório Nacional de Luz Sincrontron

LNNano – Laboratório Nacional de Nanotecnologia e Nanociências

LOA – Lei Orçamentária Anual

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MinC – Ministério da Cultura

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MEC – Ministério da Educação

MIT – Massachusetts Institute of Technology

MME – Ministério das Minas e Energia

MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi

MRE – Ministério de Relações Exteriores

MS – Ministério da Saúde

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica

NSC - *Network Support Centre*

NSI - *National Science Indicators*

OBMEP - Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas

ON – Observatório Nacional

OS – Organização Social

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PACTI – Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação

PCI – Programa de Capacitação Institucional

PCI-D - Bolsas de Longa Duração de Desenvolvimento

PCI-E - Bolsas de Longa Duração Especialista Visitante

PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PDU - Plano Diretor das Unidades de Pesquisa

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

POPs – Pontos de Presença

PPA – Plano Plurianual

PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional

PPBio – Programa de Pesquisa em Biodiversidade

PPDP – Planta Piloto para Desenvolvimento de Processos

PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RDSA – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã

RDSM – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

RedCLARA - Cooperação Latino-Americana de Redes Avançadas

REDECOMEP - Rede Comunitária de Educação e Pesquisa

RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SBTVD-T – Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre

SCI - *Scientific Citation Index*

SCUP – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa

SECIS – Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

SEGEP – Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SEPED – Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento

SEPIN – Secretaria de Política de Informática

SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados

SETEC – Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

SEXEC – Secretaria Executiva

SIG – Grupo de Interesse Especial

SIGECI - Sistema Integrado de Gestão Estratégica sobre Cooperação Internacional

SigMCT – Sistema de Informações Gerenciais do Ministério da Ciência e Tecnologia

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SIGTEC - Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas

SINAPAD - Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho

SIRDAI - Sistema de Recepção com Diversidade e Antenas Inteligentes para TV Digital

SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

STF – Supremo Tribunal Federal

TCG – Termos de Compromisso de Gestão

TI – Tecnologia da Informação

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UJ – Unidade Jurisdicionada

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Unifacs – Universidade Salvador

Unirio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UP – Unidade de Pesquisa

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO 13
PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 14
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA 14
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE 15
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL 19
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS 20
1.4.1 Programas e Projetos a cargo das Unidades de Pesquisa: propostas, coordenação e acompanhamento pela SCUP 20
1.4.2 Contratos de Gestão: promoção, supervisão e avaliação de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica 21
1.4.3 Termos de Compromisso de Gestão – TCGs 30
1.4.4 Planos Diretores das Unidades de Pesquisa 32
1.4.5 Programa de Capacitação Institucional – promoção, coordenação e acompanhamento 334
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO 39
1.5.1 Atividades de acompanhamento da execução Orçamentário-financeira das Obras de engenharia e arquitetura no âmbito dos Institutos de Pesquisa 39
1.5.2 Comitê de Busca para a Indicação de Diretor das Unidades de Pesquisa (UP) 43
1.5.3 Programa Entidades Associadas às Unidades de Pesquisa do MCTI 46
1.5.4 Expansão e Aperfeiçoamento do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas nas UPs do MCTI 50
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS 54
1.6.1 Parceiros Internos da SCUP 54
1.6.1.1 GAB – Gabinete do Ministro 54
1.6.1.2 SEXEC – Secretaria-Executiva 54
1.6.1.3 Secretarias do Ministério 54
1.6.1.4 Unidades de Pesquisa 54
1.6.1.5 Outros Parceiros Internos ao MCTI na SCUP 55
1.6.2 Parceiros Externos 55
1.6.2.1 Parceiros Nacionais Diretos: 55
1.6.2.1.1 Centros de Pesquisa, Universidades e Ministérios 55
1.6.2.1.2 Organizações Sociais 56
1.6.3 Parceiros Internacionais Diretos: 56
INTRODUÇÃO 57
ITENS QUE NÃO SE APLICAM E/OU NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS À NATUREZA DA UJ 57
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA GESTÃO 62
PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA UJ 67
PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 69
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA 69
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 72
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES 73
2.4 INDICADORES 74
PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 75
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA 75
Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Termos de Compromisso de Gestão 77
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS 80
PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 82
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ 82
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ 82
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ 84
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ 86
4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ 90
4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ 97
4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ 99
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA 10101
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ 101
4.2.2 Programação de Despesas 101
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes 101
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital 101
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência 102
4.2.2.4 Análise Crítica 102
4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa 103
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa 105
4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários 105
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação 107

4.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação 107
4.2.4.2.3 Análise Crítica 108
PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 109
5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 109
5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores 109
5.2.2 Análise Crítica 109
5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS 110
5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício 110
5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios 113
5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes 114
5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse 115
5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse 116
5.3.6 Análise Crítica 117
PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 118
6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS 118
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada 118
6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da UJ 119
6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho 120
6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade 121
6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade 122
6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada 123
6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários 124
PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 125
10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO 125
10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício 125
10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício 134
10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício 142
10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício 147
10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI N° 8.730/93 159
10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93 160
PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 161
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 161
11.2.1 Declaração Plena 161
PARTE B DO ANEXO II DA DN 119/2012 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS. 162
PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012. 163
28.1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE "PRODUTO" 163
28.2 ANÁLISE CRITICA 164
PARTE B, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 165
31.1 SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS 165
PARTE B, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 189
49.1 INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS 189
49.2 COMPOSIÇÃO E ATUAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 196
Membros do Conselho de Administração 201
49.3 VOLUME DE RECURSOS REPASSADOS ÀS ENTIDADES PRIVADAS SIGNATÁRIAS DO CONTRATO DE GESTÃO 207
49.4 DIRIGENTES DA ENTIDADE PRIVADA SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO 209
49.5 DESPESA COM PESSOAL DA ENTIDADE PRIVADA SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO 212
49.6 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DO CONTRATO DE GESTÃO 214
49.7 PRESTAÇÃO DE CONTAS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONTRATAÇÃO 227
IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CONTRATADA 227
49.8 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UJ PARA ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DE GESTÃO 273
49.9 RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO 274
ANEXOS 280

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual 14
Quadro 2 - Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ 80
Quadro 3 - Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do ppa – Temático 82
Quadro 4 - Quadro A.4.2.A – objetivos de programa temático de responsabilidade da uj 84
Quadro 5 - Quadro A.4.2.B – objetivos de programa temático de responsabilidade da uj 84
Quadro 6 - Quadro A.4.2.C – objetivos de programa temático de responsabilidade da uj 85
Quadro 7 - Quadro A.4.2.D – objetivos de programa temático de responsabilidade da uj 85
Quadro 8 - Quadro A.4.3.A – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj 86
Quadro 9 - Quadro A.4.3.B – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj 87
Quadro 10 - Quadro A.4.3.C – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj 87
Quadro 11 - Quadro A.4.3.D – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj 87
Quadro 12 - Quadro A.4.3.E – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj 88
Quadro 13 - Quadro A.4.3.F – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj 88
Quadro 14 - Quadro A.4.3.G – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj 89
Quadro 15 - Quadro A.4.4.A – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj 90
Quadro 16 - Quadro A.4.4.B – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj 90
Quadro 17 - Quadro A.4.4.C – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj 91
Quadro 18 - Quadro A.4.4.D – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj 91
Quadro 19 - Quadro A.4.4.E – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj 91
Quadro 20 - Quadro A.4.4.F – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj 92
Quadro 21 - Quadro A.4.4.G – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj 92
Quadro 22 - Quadro A.4.4.H – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj 92
Quadro 23 - Quadro A.4.4.I – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj 93
Quadro 24 - Quadro A.4.4.J – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj 93
Quadro 25 - Quadro A.4.4.K – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj 94
Quadro 26 - Quadro A.4.4.L – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj 94
Quadro 27 - Quadro A.4.4.M – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj 94
Quadro 28 - Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do ppa – Temático 97
Quadro 29 - Quadro A.4.6.A – ações vinculadas a programa DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS de responsabilidade da uj 99
Quadro 30 - Quadro A.4.6.B – ações vinculadas a programa DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS de responsabilidade da uj 99
Quadro 31 - Quadro A.4.6.C – ações vinculadas a programa DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS de responsabilidade da uj 99
Quadro 32 - Quadro A.4.6.D – ações vinculadas a programa DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS de responsabilidade da uj 100
Quadro 33 - Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da uj 101
Quadro 34 - Quadro A.4.8 – Programação das despesas correntes 101
Quadro 35 - Quadro A.4.9 – programação das despesas de capital 101
Quadro 36 - Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência 102
Quadro 37 - Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa 103
Quadro 38 - Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários 105
Quadro 39 - Quadro A.4.15– Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos DE MOVIMENTAÇÃO 107
Quadro 40 - Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores 109
Quadro 41 - Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência 110
Quadro 42 - Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios 113
Quadro 43 - Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes 114
Quadro 44 - Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. 115
Quadro 45 - Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse 116
Quadro 46 - Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 118
Quadro 47 - Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12 119
Quadro 48 - Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) 120
Quadro 49 - Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12 121
Quadro 50 - Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12 122
Quadro 51 - Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores 123
Quadro 61 - Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários 124
Quadro 62 - Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 125

Quadro 63 - Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício 134
Quadro 64 - Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 142
Quadro 65 - Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 147
Quadro 66 - Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR 160
Quadro 67 - Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. 161
Quadro 68 - Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade "Produto" no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais 163
Quadro 69 - Quadro B.19.1.A – Informações sobre contrato de gestão supervisionado pela UJ - CGEE 165
Quadro 70 - Quadro b.19.1.B – Informações sobre contrato de gestão supervisionado pela UJ - CNPEM 168
Quadro 71 - Quadro b.19.1.C – Informações sobre contrato de gestão supervisionado pela UJ - IDSM 178
Quadro 72 - Quadro b.19.1.D – Informações sobre contrato de gestão supervisionado pela UJ - IMPA 180
Quadro 73 - Quadro b.19.1.D – Informações sobre contrato de gestão supervisionado pela UJ - RNP 184
Quadro 74 - Quadro B.37.1 – Caracterização dos contratos de gestão vigentes no exercício 189
Quadro 75 - Quadro B.37.1.A – Caracterização dos contratos de gestão vigentes no exercício - CGEE 189
Quadro 76 - Quadro B.37.1.B – Caracterização dos contratos de gestão vigentes no exercício - CNPEM 190
Quadro 77 - Quadro B.37.1.C – Caracterização dos contratos de gestão vigentes no exercício - IDSM 191
Quadro 78 - Quadro B.37.1.D – Caracterização dos contratos de gestão vigentes no exercício - IMPA 192
Quadro 79 - Quadro B.37.1.E – Caracterização dos contratos de gestão vigentes no exercício - RNP 194
Quadro 80 - Quadro B.37.2.A – Relação de membros do Conselho de Administração – CGEE 196
Quadro 81 - Quadro B.37.2.B – Relação de membros do Conselho de Administração – CNPEM 198
Quadro 82 - Quadro B.37.2.C – Relação de membros do Conselho de Administração – IDSM 200
Quadro 83 - Quadro B.37.2.D – Relação de membros do Conselho de Administração – IMPA 201
Quadro 84 - Quadro B.37.2.E – Relação de membros do Conselho de Administração – RNP 201
Quadro 85 - Quadro b.37.3.A – Informações sobre o custo de participação do membro nas reuniões – CGEE 202
Quadro 86 - Quadro B.37.3.B – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões – CNPEM 203
Quadro 87 - Quadro b.37.3.C – Informações sobre o custo de participação do membro nas reuniões – IDSM 204
Quadro 88 - Quadro b.37.3.D – Informações sobre o custo de participação do membro nas reuniões - IMPA 205
Quadro 89 - Quadro b.37.3.E – Informações sobre o custo de participação do membro nas reuniões -RNP 205
Quadro 90 - Quadro b.37.4.A – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício – CGEE 207
Quadro 91 - Quadro B.37.4.B – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício – CNPEM 207
Quadro 92 - Quadro b.37.4.C – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício – IDSM 207
Quadro 93 - Quadro b.37.4.D – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício - IMPA 207
Quadro 94 - Quadro b.37.4.E – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício - RNP 208
Quadro 95 - Quadro B.37.5.A – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão - CGEE 209
Quadro 96 - Quadro B.37.5.B – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão - CNPEM 209
Quadro 97 - Quadro b.37.5.C – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão - IDSM 210
Quadro 98 - Quadro b.37.5.D – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão - IMPA 211
Quadro 99 - Quadro b.37.5.E – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão - RNP 211
Quadro 100 - Quadro B.37.6.A – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão – CGEE 212
Quadro 101 - Quadro B.37.6.B – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão - CNPEM 212
Quadro 102 - Quadro B.37.6.C – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão – IDSM 213
Quadro 103 - Quadro b.37.6.D – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão – IMPA 213
Quadro 104 - Quadro b.37.6.E – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão – RNP 214
Quadro 105 - Quadro b.37.7.A – Relação dos membros da Comissão de Avaliação – CGEE 214
Quadro 106 - Quadro b.37.7.B – Relação dos membros da Comissão de Avaliação – CNPEM 216
Quadro 107 - Quadro b.37.7.C – Relação dos membros da Comissão de Avaliação – IDSM 219

Quadro 108 - Quadro b.37.7.D – Relação dos membros da Comissão de Avaliação – IMPA 221
Quadro 109 - Quadro b.37.7.E – Relação dos membros da Comissão de Avaliação – RNP 223
Quadro 110 - Quadro b.37.8.A – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício – CGEE 227
Quadro 111 - Quadro b.37.8.B – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício – CNPEM 227
Quadro 112 - Quadro b.37.8.C – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício – IDSM 227
Quadro 113 - Quadro b.37.8.D – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício – IMPA 227
Quadro 114 - Quadro B.37.8.E – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício – RNP 228
Quadro 115 - Quadro b.37.9.A – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão – CGEE 228
Quadro 116 - Quadro B.37.9.B – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão – CNPEM 228
Fonte: Contrato de Gestão MCTI/CNPEM; SIAFI, e Administração CNPEM. 229
Quadro 117 - Quadro B.37.9.C – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão - IDSM 229
Quadro 118 - Quadro b.37.9.D – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão – IMPA 229
Quadro 119 - Quadro b.37.9.E – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão - RNP 229
Quadro 120 - Quadro b.37.10.A – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados – CGEE 230
Quadro 121 - Quadro B.37.10.B – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados - CNPEM 234
Quadro 122 - Quadro b.37.10.C – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados – IDSM 250
Quadro 123 - Quadro b.37.10.D – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados – IMPA 259
Quadro 124 - Quadro b.37.10.E – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados – RNP 264
Quadro 125 - Quadro b.37.11.A – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão – CGEE 270
Quadro 126 - Quadro b.37.11.B – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão – CNPEM 271
Quadro 127 - Quadro b.37.11.C – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão – Idsm 271
Quadro 128 - Quadro b.37.11.D – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão – IMPA 272
Quadro 129 - Quadro b.37.11.E – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão - RNP 272
Quadro 130 - Quadro B.37.12 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento 273
Quadro 131 - Quadro B.37.13.A – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada - CGEE 274
Quadro 132 - Quadro B.37.13.B – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada – CNPEM 274
Quadro 133 - Quadro b.37.13.C – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada - IDSM 275
Quadro 134 - Quadro b.37.13.D – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada - IMPA 276
Quadro 135 - Quadro b.37.13.E – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada - RNP 279

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 1 - QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI			**Código SIORG**: 24000
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa			
Denominação Abreviada: SCUP			
Código SIORG: 24101	**Código LOA:** 24000		**Código SIAFI:** 240113
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta		**CNPJ:** 031.327.45/0001-00	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral (Administração da política civil de P&D e recursos a ela associados).		**Código CNAE:** 8411-6/00	
Telefones/Fax de contato:	(61) 2033.7607	(61) 2033.8012	(61) 2033.7768
Endereço Eletrônico: scup@mct.gov.br			
Página na Internet: http://www.mct.gov.br/scup			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 5º andar, CEP: 70067-900, Brasília/DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto n.º 4.724, de junho de 2003; Decreto n.º 5.886, de 06 de setembro de 2006; Portaria MCT In.º 758, de 03 de outubro de 2006**.**			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 4.724, de 9/6/2003; Decreto n.° 5.886, de 06/09/2006			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
▪ Portaria MCTI nº 777, de 31.10.2012 – "Altera a Portaria MCTI nº 967, de 21.12.2011, que disciplina as atividades de promoção acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais". ▪ Portaria MCTI nº 967, de 21.12.2011 – "Disciplina as atividades de promoção acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais e dá outras providências" ▪ Portaria MCT Inº 86, de 03.02.2010 – "Institui política de aquisição planificada de títulos de periódicos e de acesso ao Portal da CAPES para as Unidades de Pesquisa do MCTI" ▪ Portaria MCTI nº 1.037, de 10.12.2009 – "Dispõe sobre a busca e a escolha de Diretores das Unidades de Pesquisa que integram o Ministério da Ciência e Tecnologia, com base em competência técnico-científica, gerencial e administrativa" ▪ Portaria MCTI nº 613, de 23.07.2009 – "Disciplina a implementação e o funcionamento do Programa Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do MCTI" (Portaria MCTI nº 510, de 12.08.2008 – Institui o Programa Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do MCTI, visando dinamizar o desenvolvimento científico e tecnológico no País ▪ Portaria MCTI nº 229, de 02.04.2009 – "Dispõe sobre autorização de afastamento do país de servidores empregados do MCT e suas entidades vinculadas e controladas" ▪ Portaria MCTI nº 657, de 11.09.2008 - "Institui o Prêmio Bolsista Destaque do Programa de Capacitação Institucional - PCI do MCTI" ▪ Portaria MCTI nº 01, de 23.10.2008 – Altera a Portaria MCTI nº 01 de 10.06.2005 – "Regulamenta o Programa de Capacitação Institucional – PCI" ▪ Portaria MCTI n.º 01, de 10.06.2005 - "Regulamenta o Programa de Capacitação Institucional – PCI estabelecendo procedimentos para o processo de concessão de bolsas de fomento tecnológico nas Unidades de Pesquisa subordinadas, vinculadas e supervisionadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCTI, de acordo com as orientações da Política de C & T do Governo Federal" ▪ Termos de Compromisso de Gestão celebrados com Unidades de Pesquisa http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/1163.html Contratos de Gestão e seus Termos Aditivos celebrados com Organizações Sociais http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/1033.html			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	-		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	-		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
240113	**0001**

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

Criada pelo Decreto n.º 4.724, de 09 de junho de 2003, que reestruturou o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP sucedeu à Secretaria de mesmo nome e está hoje subordinada à Secretaria-Executiva do MCTI. O Decreto n.° 5.886, de 06 de setembro de 2006, estabeleceu as seguintes competências para a SCUP:

- propor, coordenar e acompanhar a execução de programas e projetos a cargo das Unidades de Pesquisa, visando ao fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica brasileira;
- promover, supervisionar e avaliar os Contratos de Gestão firmados entre a União e entidades qualificadas como Organizações Sociais, para a execução direta ou indireta, de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica, prestação de serviços tecnológicos e assessoria técnica ao Ministério;
- promover, acompanhar e avaliar a execução dos Termos de Compromisso de Gestão - TCG, assinados a cada ano com as Unidades de Pesquisa;
- acompanhar, avaliar e apoiar a execução dos Planos Diretores das Unidades de Pesquisa e, onde couber, das Organizações Sociais supervisionadas pelo Ministério, e decorrentes de seus Planejamentos Estratégicos formulados;
- coordenar, controlar e avaliar as atividades de execução orçamentário-financeira das Unidades de Pesquisa, em articulação com a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças;
- apoiar e acompanhar a execução de obras de engenharia e arquitetura no âmbito das Unidades de Pesquisa e dos projetos e das entidades qualificadas como Organização Social, onde couber, em articulação com a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; e
- promover, coordenar e acompanhar o Programa de Capacitação Institucional – PCI das Unidades de Pesquisa.

Para a execução de suas atividades, a SCUP conta hoje com duas Coordenações-Gerais, a saber:

Coordenação-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais (CGOS), que tem por finalidade negociar, pactuar, supervisionar e avaliar o desempenho das Organizações Sociais e congêneres, conforme metas e indicadores estabelecidos nos Contratos de Gestão ou instrumentos similares; coordenar as reuniões das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão; analisar os relatórios das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão e instrumentos similares; acompanhar a execução das ações das organizações sociais estabelecidas no Plano Plurianual; apoiar e acompanhar a elaboração e execução do Planejamento Estratégico das organizações sociais, no que tange aos Contratos de Gestão; articular-se com órgãos congêneres de gestão no âmbito do poder executivo federal; e executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa (CGUP), cuja finalidade éacompanhar as avaliações gerais das Unidades de Pesquisa, em seus vários níveis; negociar, pactuar, acompanhar e avaliar os Termos de Compromisso de Gestão assinados pelas Unidades de Pesquisa com o Ministério; acompanhar a execução das Ações das Unidades de Pesquisa estabelecidas no Plano Plurianual; coordenar os esforços de prospecção técnica no âmbito de atuação da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa; analisar e encaminhar os processos de afastamentos do

País dos servidores das Unidades de Pesquisa; coordenar e acompanhar as iniciativas de Cooperação Internacional no âmbito das Unidades de Pesquisa; coordenar o Programa de Capacitação Institucional (PCI) das Unidades de Pesquisa e entidades vinculadas ao Ministério; apoiar e acompanhar as ações relacionadas à inovação e à propriedade intelectual nas Unidades de Pesquisa; apoiar e acompanhar a elaboração e execução do Planejamento Estratégico das Unidades de Pesquisa; e executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

A SCUP desenvolve, também, atividades de suporte técnico-administrativo de controle orçamentário-financeiro-contábil para as UPs e OSs, bem como de planejamento para o apoio da melhoria da infraestrutura (acompanhamento de projetos de novas obras e instalações, como também na manutenção e preservação dos edifícios existentes).

Dentro desse espírito, em 2012 intensificaram-se, com apoio e supervisão da SCUP, as pesquisas científicas e tecnológicas, bem como aquelas direcionadas à inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTI, conforme registradas em seus Planos Diretores 2011-2015 e comprometidas nos respectivos Termos de Compromisso de Gestão - TCGs assinados, anualmente, pelos Diretores das UPs com o Sr. Ministro e Secretário-Executivo do Ministério. Muitas dessas pesquisas foram divulgadas durante a Reunião Anual da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em São Luiz, MA, e na Semana Nacional de C&T, com ênfase em descobertas e inovações (várias, entre essas, registradas junto ao INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial, como pedidos de patente, com destaque para o INPA, CBPF, e INT). A produção de 1.284 publicações em periódicos estrangeiros indexados no *Science Citation Index (SCI)* e o registro de 47 ativos de propriedade intelectual, incluindo 29 pedidos de patentes de invenção junto ao INPI bem expressam o desenvolvimento científico e tecnológico dessas Unidades de Pesquisa. Isso se deveu, em grande parte, ao alinhamento estratégico dos Planos Diretores das UPs com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI, lançada em 2011, que viabilizou maior interação das UPs com o setor empresarial, universidades e a própria sociedade.

No âmbito do programa de recuperação de infraestrutura laboratorial e predial foram inaugurados vários laboratórios no INPA, foi concluída a obra da Biblioteca do MAST, e iniciou-se a construção do Prédio do Acervo no IDSM, citadas como destaques, dentre as obras de recuperação ocorridas nas Unidades de Pesquisa do MCTI. Houve, ainda, avanços significativos em Programas como a EMBRAPII e o SIBRATEC, que têm participação importante do INT, assim como em cooperações internacionais, com ênfase às atividades dos Consórcios Gemini e SOAR, sob a liderança do LNA; com a China, no Programa CBERS, de construção e lançamento de satélites, no âmbito do INPE; e com a Inglaterra, em aerolevantamentos, também com o INPE, para estudos da emissão de gases e partículas a partir de queimadas na floresta amazônica, que exercem influência nas mudanças climáticas globais. Os "laboratórios multiusuários" do ON (geofísica) e CBPF (nanotecnologia) continuaram se fortalecendo, dando-se , ainda, continuidade ao Programa Entidades Associadas dessas duas UPs com a UFRN, e do INT/CETENE com a UFPE, essa na área de energia renovável. Ainda no âmbito desse Programa deu-se início à cooperação do CTI Renato Archer com a UNICAMP no campo da tecnologia da informação.

O concurso público realizado em 2012 para pesquisadores, tecnologistas, analistas em C&T, assistentes em C&T e técnicos para as Unidades de Pesquisa, embora não venha resolver o grande problema de seus quadros "envelhecidos" de pessoal, contribuirá, ao menos, para amenizar uma situação que perdura há anos. Na verdade, a questão de pessoal continuará, durante algum tempo, a ser o "calcanhar de Aquiles" das Unidades de Pesquisa do Ministério, já que hoje contam

com uma infraestrutura de pesquisa bastante razoável e orçamentos idem, mas carecem de gente, em função das aposentadorias e afastamentos intensivos de seus servidores.

Iniciado em 2011, no ano passado deu-se continuidade à iniciativa de alinhamento dos Institutos de Pesquisa vinculados ao MCTI (Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais) às Secretarias do Ministério, de sorte a que essas instituições venham a atuar, mais efetivamente, no âmbito de atividades ou programas estratégicos dessas Secretarias. Embora essa iniciativa ainda não tenha se consolidado totalmente, já estão aprovados tais Programas, estando em fase final de definição dos respectivos projetos prioritários em cada Programa.

No que tange às Organizações Sociais supervisionadas pelo Ministério, houve avanço considerável possibilitado pela ampliação de seu fomento multiplicando as entidades financiadoras, especialmente por aporte de recursos oriundos de Termos de Cooperação com outros órgão para atividades específicas (projetos) ou difusas (fomento) dentro do espectro dos objetivos estratégicos dos Contratos de Gestão firmados, determinando considerável salto nas atividades científicas e tecnológicas de todas elas.

Em 2012 foram elaboradas pela CGOS cerca de 30 notas técnicas, boa parte delas filtrando informações de relatórios de execução, avaliação e acompanhamento dos Contratos de Gestão das OS supervisionadas; outras faziam a atualização dos Contratos e seus anexos visando o suporte à tomada de decisão quanto ao financiamento das atividades das OS, bem como o dimensionamento e direcionamento de suas atividades naquele ano. Notas especiais, memorandos e ofícios foram também montadas buscando o desenvolvimento do modelo de gestão em vários âmbitos desde a possibilidade de interveniência, à evolução das sistemáticas de avaliação, prestação de contas a órgãos cooperados, inventário patrimonial, proposta de novo modelo de relatórios de execução das OS. Esta requer especial atenção, pois sua proposta preliminar apresentada apresenta certas incongruências: seu ponto central de incompatibilidade com as intenções das OS esteve em sua tentativa de determinar o amplo detalhamento a execução dos recursos.

Quanto aos aspectos normativos, revisou-se a recém-promulgada Portaria 967/2011, atualizando de forma coerente à boa execução de suas práticas em termos que demonstraram pouco eficazes: culminou-se na edição da Portaria MCTI n° 777, de 31/10/2012. Também nesse ano se iniciaram análise e recomendações procedimentais para o processo de revisão da Sistemática de Avaliação do Contrato de Gestão, considerando seus atuais documentos técnicos Anexos ao Contrato (Plano de Ação e Quadro de Indicadores e Metas), destacando a gestão, junto às Comissões de Avaliação e Diretorias das OS, uma estratégia de trabalho em reuniões para este fim, planejada para aperfeiçoar a avaliação de desempenho e resultados dos Contratos de Gestão, para o suporte ao processo e à tomada de decisão.

O Programa de Capacitação Institucional - PCI dos Institutos de Pesquisa integrantes, supervisionados e vinculados ao MCTI, coordenado pela SCUP, viu-se fortalecido com o aumento de recursos e bolsas através do CNPq, assim como os NITs - Arranjos de Núcleos de Inovação Tecnológica, em número de quatro, que têm facilitado o registro de pedidos de patentes das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais deles integrantes.

O Encontro de Bibliotecários das UPs e OSs, realizado pelo IBICT, com supervisão da SCUP, veio também fortalecer a Rede de Bibliotecas do Sistema, integrando a aquisição planificada de periódicos para todas, assim como o acesso ao Portal da CAPES, de sorte a promover a racionalização e economia na aquisição de títulos de interesse científico e tecnológico para os pesquisadores e tecnologistas dessas instituições.

O Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas - SIGTEC, supervisionado pela SCUP e conduzido por equipe do CTI Renato Archer promoveu treinamentos em algumas Unidades de Pesquisa, além de promover a integração no sistema dos indicadores utilizados nos Termos de Compromisso de Gestão.

Continua em análise na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 7437/2010, que cria 3 (três) novos Institutos de Pesquisa (Nacional do Pantanal, Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste e Nacional de Águas), e transfere o atual Museu de Biologia Prof. Mello Leitão, hoje no MinC, para o MCTI. O Projeto já foi aprovado por 4 (quatro) de suas Comissões (Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática; Trabalho, Administração e Serviço Público; e Finanças e Tributação) faltando, apenas, a de Constituição e Justiça e de Cidadania, cujo Parecer deverá ser definitivo, após o que o Projeto será encaminhado à consideração das respectivas Comissões do Senado.

As principais dificuldades enfrentadas para a realização completa dos objetivos da SCUP estão relacionadas a duas grandes instâncias: a) recursos orçamentários para os Institutos de Pesquisa; b) quadro de pessoal das Unidades de Pesquisa e; c) insegurança jurídica da governança dos Contratos de Gestão.

Com relação ao orçamento dos Institutos e da própria SCUP, observa-se que no último quadriênio não houve aumento significativo dos recursos, que agora são insuficientes para a manutenção e operação das novas instalações laboratoriais criadas nos últimos 8 (oito) anos, como política de recuperação, modernização e expansão da infraestrutura dos IPs, frente às novas demandas e desafios da ciência e tecnologia incluídos nos Planos Nacionais de C&T desde 2004, além dos aumentos de custos básicos como energia, gás, vigilância, insumos laboratoriais etc. Se não houver uma correção orçamentária adequada, as pesquisas por eles conduzidas sofrerão um revés indesejável para o País.

No que tange aos recursos humanos, ainda que o recém-realizado concurso público para a sede do MCTI e suas Unidades de Pesquisa, mencionado anteriormente, venha a minimizar a situação dessas UPs, dentro em pouco (não mais do que dois a três anos) enfrentar-se-á uma nova e perigosa defasagem, haja vista o número de aposentadorias previstas para dentro em breve. Além do mais, urge lembrar que os novos contratados terão que ser treinados e receber as experiências pessoais dos mais antigos, principalmente pesquisadores e tecnologistas, o que irá demandar, no mínimo, um a dois anos a partir de sua efetiva integração aos projetos em desenvolvimento nas diversas Unidades de Pesquisa.

1.3 Organograma Funcional

Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa
DAS 101.5

- Assessor Técnico DAS 102.3
- Assistente Técnico DAS 102.2
- Assistente Técnico DAS 102.1

- propor, coordenar e acompanhar a execução de programas e projetos a cargo das Unidades de Pesquisa, visando ao fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica brasileira;
- promover, supervisionar e avaliar os Contratos de Gestão firmados entre a União e entidades qualificadas como Organizações Sociais, para a execução direta ou indireta, de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica, prestação de serviços tecnológicos e assessoria técnica ao Ministério;
- promover, acompanhar e avaliar a execução dos Termos de Compromisso de Gestão - TCG, assinados a cada ano com as Unidades de Pesquisa;
- acompanhar, avaliar e apoiar a execução dos Planos Diretores das Unidades de Pesquisa e, onde couber, das Organizações Sociais supervisionadas pelo Ministério, e decorrentes de seus Planejamentos Estratégicos formulados;
- coordenar, controlar e avaliar as atividades de execução orçamentário-financeira das Unidades de Pesquisa, em articulação com a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças;
- apoiar e acompanhar a execução de obras de engenharia e arquitetura no âmbito das Unidades de Pesquisa e dos projetos e das entidades qualificadas como Organização Social, onde couber, em articulação com a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; e
- promover, coordenar e acompanhar o Programa de Capacitação Institucional (PCI) das Unidades de Pesquisa.

Coordenador Geral das Unidades de Pesquisa
DAS 101.4

Assistente Técnico
DAS 102.2

- acompanhar as avaliações gerais das unidades de pesquisa, em seus vários níveis;
- negociar, pactuar, acompanhar e avaliar os Termos de Compromisso de Gestão assinados pelas unidades de pesquisa com o Ministério;
- acompanhar a execução das Ações das unidades de pesquisa estabelecidas no Plano Plurianual;
- coordenar os esforços de prospecção técnica no âmbito de atuação da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa;
- analisar e encaminhar os processos de afastamentos do País dos servidores das unidades de pesquisa;
- coordenar e acompanhar as iniciativas de Cooperação Internacional no âmbito das unidades de pesquisa;
- coordenar o Programa de Capacitação Institucional (PCI) das unidades de pesquisa e entidades vinculadas ao Ministério;
- apoiar e acompanhar as ações relacionadas à inovação e à propriedade intelectual nas unidades de pesquisa; apoiar e acompanhar a elaboração e execução do Planejamento Estratégico das unidades de pesquisa; e executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

Coordenador Geral de Acompanhamento e Supervisão das OS
DAS 101.4

Assistente Técnico
DAS 102.1

- negociar, pactuar, supervisionar e avaliar o desempenho das organizações sociais e congêneres, conforme metas e indicadores estabelecidos nos Contratos de Gestão ou instrumentos similares;
- coordenar as reuniões das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão; analisar os relatórios das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão e instrumentos similares;
- acompanhar a execução das ações das organizações sociais estabelecidas no Plano Plurianual; apoiar e acompanhar a elaboração e execução do Planejamento Estratégico das organizações sociais, no que tange aos Contratos de Gestão;
- articular-se com órgãos congêneres de gestão no âmbito do poder executivo federal; e executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

O objetivo maior da SCUP está inserido no contexto do apoio técnico e administrativo às Unidades de Pesquisa integrantes do MCTI e no acompanhamento e avaliação das atividades dessas UPs e das Organizações Sociais supervisionadas pelo Ministério, visando à sua integração com a política de C,T&I do Ministério como um todo, através da Estratégia Nacional de C,T&I - ENCTI 2011-2015, e, em especial, das orientações emanadas de suas Secretarias.

No contexto desse objetivo, os principais macroprocessos, tanto os finalísticos como os de apoio, estão expressos nas suas competências exaradas no Decreto nº 5.886, de 06 de setembro de 2006, citadas no item 1.2 deste Relatório.

Assim considerado, destacam-se como macroprocessos finalísticos da SCUP os seguintes:

- "propor, coordenar e acompanhar a execução de programas e projetos a cargo das Unidades de Pesquisa, visando ao fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica brasileira;

- promover, supervisionar e avaliar os Contratos de Gestão firmados entre a União e entidades qualificadas como Organizações Sociais, para a execução direta ou indireta, de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica, prestação de serviços tecnológicos e assessoria técnica ao Ministério;

- promover, acompanhar e avaliar a execução dos Termos de Compromisso de Gestão – TCG, assinados a cada ano com as Unidades de Pesquisa;

- acompanhar, avaliar e apoiar a execução dos Planos Diretores das Unidades de Pesquisa, e decorrentes de seus Planejamentos Estratégicos formulados;

- promover, coordenar e acompanhar o Programa de Capacitação Institucional - PCI das Unidades de Pesquisa".

1.4.1 Programas e Projetos a cargo das Unidades de Pesquisa: propostas, coordenação e acompanhamento pela SCUP

Todos os Programas e Projetos desenvolvidos pelas UPs do MCTI estão incluídos em seus respectivos Planos Diretores, em geral, e são relatados nos Termos de Compromisso de Gestão.

Evidentemente que, pelo período abrangido nos PDUs (quatro a cinco anos), pode acontecer que apareçam novas demandas de projetos ou mesmo de programas, quer por efeito de uma emergência, quer por efeito de interesse ou necessidade de um determinado Grupo de pesquisa, quer ainda por interesse da política desenvolvida por uma ou outra Secretaria do MCTI.

Em 2011, por determinação do Sr. Ministro da Pasta, iniciou-se um processo de "alinhamento dos Institutos de Pesquisa (UPs e OSs) às políticas das quatro Secretarias do Ministério (SECIS, SEPED, SEPIN, SETEC), o qual foi debatido intensivamente durante o ano de 2012, sob a coordenação da SCUP, com a participação efetiva dos dirigentes dos Institutos.

Tal "alinhamento", em linhas gerais, deverá abranger duas grandes vertentes, **quando for consolidado, espera-se, em 2013**: a) mudança nos Regimentos Internos de cada UP e cada OS supervisionada pelo MCTI, de sorte a agregar representantes da (s) Secretaria (s) com atividades afins instituições e da SCUP; b) criação de Comitês Gestores para **Programas Estratégicos** extraídos da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI 2012 – 2015, tendo como membros os Secretários do Ministério e Diretores das áreas afins, e representante da SCUP. Tais Comitês, quando concluído o processo, definirão os **Projetos Prioritários** a serem desenvolvidos pelas UPs e OSs, dentro de suas possibilidades de infraestrutura, pessoal e recursos financeiros.

Os Projetos assim definidos passarão a integrar os respectivos Planos Diretores dos Institutos (ou os Contratos de Gestão, no caso das OSs), mediante "Termos Aditivos".

Tais “Termos”, na verdade, servem para quaisquer projetos adicionais de importância para o Instituto ou para o Ministério, que, por alguma razão passem a ser desenvolvidos pelos Institutos em geral, sem, no entanto, que se toldem as iniciativas científicas ou tecnológicas dos pesquisadores e tecnologistas.

1.4.2 Contratos de Gestão: promoção, supervisão e avaliação de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica

Objetivo

Celebrar Contratos de Gestão – instrumento firmado entre o Poder Público (MCTI) e as entidades qualificadas como Organização Social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades de interesse social, não exclusivas do Estado, relativas às áreas relacionadas no art. 1º da Lei 9.637/1998, ou seja, à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico, no caso do MCTI, seguindo as orientações emanadas da Lei Lei das OSs, dentre outros normativos editados pelo MCTI.

. **Marco Legal**

- Lei 9.637, de 15/05/1998
- Estatutos das OSs
- Portarias MCTI nº 967, de 21/12/2012, alterada pela nº 777, de 31/10/2012

Atividade

Os projetos de pesquisa científica e tecnológica que integram ou vierem a integrar os contratos de gestão firmados entre a União e as OSs passam ou passarão, necessariamente, a ser incluídos nas reuniões realizadas durante os ciclos de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos Contratos e seus aditivos, dispostos pela Portaria MCTI 967/1, abaixo detalhados e ilustrados em fluxogramas.

Nas reuniões para a **promoção** dos Contratos de Gestão e seus aditivos é planejado e gerenciado o fomento aos projetos em parceria das OSs com o MCTI ou com outros financiadores na sua contratação, estabelecendo ajustes ou definindo planos de ações, atividades e detalhamentos dos projetos associados aos recursos e objetivos estratégicos dos respectivos Contratos de Gestão.

O **acompanhamento** é realizado ~~a~~ pela aferição periódica do andamento das ações e resultados apurados pelas metas e respectivos indicadores de desempenho pactuados e tem o objetivo de corrigir rumos ou prevenir a ocorrência de fatos que comprometam o alcance das metas anuais que refletem o planejamento definido e aprovado nos Planos Diretores 2010-2016 das OSs e o consequente atingimento dos objetivos estratégicos alinhados às diretrizes do MCTI (ENCTI).

Avalia-se a execução do Contrato de Gestão é **avaliada** pelo grau de atingimento das metas e respectivos indicadores de desempenho pactuados anualmente por meio de Termos Aditivos, pela qualidade dos resultados e ~~o~~ alcance dos objetivos estratégicos alinhados às diretrizes do MCTI (ENCTI), considerando os indicadores de eficiência, eficácia e efetividade.

A **fiscalização** do Contrato de Gestão se dá pela observação do cumprimento das obrigações estabelecidas pelo Contrato de gestão, com acompanhamento das informações relativas aos saldos da execução orçamentária, do patrimônio e da remuneração de dirigentes e empregados.

O Acompanhamento e a avaliação dos Contratos de Gestão é realizado por meio de Comissão de Avaliação – CA instituída por ato do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação que reúne-se ordinariamente para realizar o acompanhamento semestral e a avaliação anual dos resultados atingidos com a execução do Contrato de Gestão celebrado com o MCTI nos termos da Lei 9.637 de 1998, do instrumento contratual e de sua Portaria de nomeação. As CAs recebem da CGOS/SCUP suporte operacional e assessoria técnica às suas reuniões e trabalhos.

Descrição

Os Contratos de Gestão são assinados a cada 6 anos e, anualmente, são celebrados entre os Diretores-Gerais das OSs e o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação. Nos Termos Aditivos anuais é especificado o Programa de Trabalho a ser desenvolvido - compreendido como o conjunto de indicadores e metas de desempenho a serem alcançadas pelas OSs, suas notas explicativas (fórmula de cálculo), o Plano de Ação anual contendo os macroprocessos e a previsão de despesas detalhadas por objeto de gasto e a proposta de cronograma de desembolso, além da definição de obrigações e responsabilidades das partes, bem como são estabelecidas as condições para sua execução.

Diagnóstico

Os Contratos de Gestão constituem-se em importantes instrumentos de acompanhamento semestral e de avaliação anual, realizadas pelas Comissões de Avaliação - CAs instituídas por Portaria do Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação. A SCUP, por meio de sua Coordenação-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais (CGOS), presta o assessoramento e suporte operacional aos trabalhos das CAs. Além das metas pactuadas anualmente pelas OSs, em conjunto com a CGOS/SCUP e com as CAs, os relatórios semestrais e anuais dos CGs contêm as principais realizações técnicas e científicas, assim como as restrições e dificuldades no atingimento de metas sobre as quais são organizadas discussões no sentido de minimizar os problemas ou eliminá-los para o melhor desempenho das OSs

Acompanhamento em 2012

Em 2012, foram realizadas duas reuniões com cada OS, uma no primeiro trimestre do ano para **AVALIAR** os resultados obtidos por elas no ano anterior, e a outra, no início do segundo semestre, para **ACOMPANHAR** os desempenhos das citadas metas e verificar os problemas e eventuais entraves para a sua execução até o final do ano.

Os Relatórios semestrais e anuais das CAs, contendo o resultados obtidos nos acompanhamentos e nas avaliações, estão disponibilizados na página eletrônica do MCTI e à disposição dos interessados internos e externos ao Ministério.

Perspectivas

Após o terceiro ciclo de vigência dos Contratos de Gestão, os CGs têm se consolidado como instrumentos eficiente para a gestão das Organizações Sociais, proporcionando, além disso, amplas oportunidades para a aproximação da SCUP com as OSs, permitindo a troca de experiências que muito têm contribuído para o bom desempenho científico, tecnológico e de inovação das instituições parceiras do MCTI. Os CGs constituem-se, ademais, em fonte de verificação por parte das equipes da Controladoria-Geral da União (CGU), a qual tem anualmente avaliado o processo e os resultados obtidos com esse instrumento.

Dados Estatísticos

Os dados anuais de todos os Contratos de Gestão - CGs celebrados, desde o seu primeiro ciclo, estão na página eletrônica do MCTI, no link: http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/1033/Contratos_de_GestaoTermos_Aditivos_Organizacoes_Sociais.html , A eles virão se juntar os Relatórios Anuais de Avaliação relativos a 2012, quando tiverem sua análise concluída.

	AÇÕES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
PROMOÇÃO	**Contrato de Gestão** Novo: após a qualificação da instituição em OS Renovação: a cada 6 anos												
PROMOÇÃO	**Termo Aditivo** Ordinário: preferencialmente no primeiro semestre, após reunião da CA Extraordinário: a qualquer tempo												
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	**Seleção e Nomeação dos Membros da CA** A cada 4 anos ou no interesse do Órgão Supervisor												
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	**Relatório Semestral do Contrato de Gestão** Enviado pela OS												
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	**Reunião de Acompanhamento do Contrato de Gestão**												
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	**Relatório Anual do Contrato de Gestão** Enviado pela OS												
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	**Reunião de Avaliação Anual do Contrato de Gestão**												
FISCALIZAÇÃO	**Normativo que disciplina as atividades de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos CG** Publicação prevista para setembro Abrangerá todas as etapas do Contrato de Gestão												
FISCALIZAÇÃO	**Atuação do representante do MCTI no Conselho de Administração** - No momento da aprovação dos relatórios semestrais e anuais do Contrato de Gestão - A qualquer tempo, por solicitação do órgão supervisor												
FISCALIZAÇÃO	**Reunião Técnica-administrativa** Supervisão da SCUP												

PROMOÇÃO
ACOMPANHAMENTO
AVALIAÇÃO
CGEE: Participam dessa etapa a OS, o Gab/MCTI e SEXEC
Demais OS: Participam dessa etapa a OS, A SEXEC, SCUP, CGOS e CONJUR
Início
Ciclo Anual
Qualificação da instituição como Organização Social (OS)
Contrato de Gestão (CG) da OS
Seleção e nomeação dos Membros da Comissão de Avaliação (CA) da OS
Elaboração da Minuta de Termo Aditivo (TA)
OS Relatório Semestral do CG
CA Acompanhamento Semestral
OS Relatório Anual do CG + Parecer de auditoria independente
CA Avaliação Anual
A
B
C
D
E
CGOS elabora Nota Técnica de Análise
Análise e aprovação da minuta pela SCUP e SEXEC
Parecer jurídico da CONJUR
Há necessidade de ajustes?
Sim
Não
CGOS ministra os autos com os ajustes necessários
Ministro assina TA
CA Relatório de Acompanhamento Semestral
CGOS Nota Técnica de Análise do Relatório de Acompanhamento
Ciência e aprovação da SCUP e SEXEC
Há necessidade de novo TA?
CGOS elabora Nota Técnica de Análise
Análise e aprovação da minuta pela SCUP e SEXEC
Parecer jurídico da CONJUR
Há necessidade de ajustes?
Sim
Não
CGOS ministra os autos com os ajustes necessários
Ministro assina TA
Fim
Não
Contrato será renovado?
Sim
Ciclo Plurianual
Tipo de avaliação
Plurianual
Anual
CA Relatório Plurianual ao final do CG
CA Relatório Anual e Conclusivo
1 ano antes do fim do Contrato de Gestão a CA se pronuncia e faz a recomendação ao MCTI sobre a renovação do CG
CGOS Nota Técnica de análise do Relatório Anual e Conclusivo da CA +Relatório da OS + Parecer da Auditoria Independente
Ciência e Aprovação SCUP e SEXEC
Homologação Ministerial
Ponto crítico
Tomada de decisão

Etapa A
Ponto crítico
Tomada de decisão
Responsáveis
Qualificação de instituição como Organização Social
CGOS
CONJUR
MP
GAB/MCT
Solicita abertura do processo no MCT
Analisa os documentos apresentados pela instituição candidata
Elabora Nota Técnica de análise do pedido de qualificação
É pertinente o pedido de qualificação?
SIM
NÃO
Necessita de adaptaçõ es?
SIM
NÃO
Devolve documentação para a instituição candidata para as devidas adaptações
ANEXOS
- Minuta de Decreto e
- Minuta de Exposição de Motivos Interministerial (EMI) e minuta de aviso ao Ministério do Planejamento , Orçamento e Gestão (MP)
Envia processo para análise da CONJUR juntamente com minuta de Aviso do MCT ao MP+ minuta da EMI MCT/MP + minuta Decreto de Qualificação
Encaminha processo ao GAB solicitando assinatura do Ministro no Aviso ao MP
Providencia cópia do processo para arquivo na SCUP
Acompanha na SEGES/MPOG a tramitação e a confirmação da assinatura eletrônica na EMI do Ministro/MP
Acompanha a publicação do Decreto de Qualificação no DOU
Anexa cópia do Decreto de Qualificação no processo
Fim
Devolve à CGOS para promover as devidas adaptações
SIM
Analisa o processo de pedido de qualificação
Necessita de adaptações?
NÃO
Devolve à CGOS
EMI + Decreto de Qualificação são encaminhados para Casa Civil/PR, via MP
Após assinatura da EMI, Ministro/MP devolve para assinatura eletrônica do Ministro/MCTI
Início
Ministro recebe da instituição candidata à OS, os seguintes documentos:
- Carta de intenção
- Estatuto na forma da lei aprovado pelo Conselho de Administração e registrado em cartório
- Ata de constituição da instituição registrada em Cartório
- Inscrição no CNPJ
- Pedido de Qualificação
Ministro encaminha à SCUP toda a documentação
Ministro/MCT I realiza assinatura eletrônica

Etapa B
Análise do Contrato de Gestão (CG) da Organização Social (Inicial e Renovação)
Responsáveis
Demais OS´s
OS – SEXEC – SCUP – CGOS - CONJUR
CGEE
Responsáveis
OS – SEXEC – GAB/MCTI CONJUR
GAB/MCT
SCUP
CGOS
SPOA
SEXEC
CONJUR
Início
Elaboram minuta de Contrato de Gestão (período de vigência do CG e valores são estimados/negociados entre o SEXEC, o SCUP, CGOS e o Diretor-Geral da OS)
Conselho de Administração aprova a Minuta de Contrato de Gestão, e o Diretor-Geral envia ao Ministro
Início
Elaboram minuta de Contrato de Gestão (período de vigência do CG e valores são estimados/negociados entre o Ministro/SEXEC e o Diretor-Geral da OS)
Conselho de Administração aprova a Minuta de Contrato de Gestão, e o Diretor-Geral envia ao Ministro
Despacha para a SCUP providenciar análise da Minuta do CG
Despacha para CGOS analisar a Minuta do CG
Analisa e delibera sobre o teor da Nota Técnica e encaminha à SEXEC para aprovação
Há repasse de recursos pelo CG?
NÃO
SIM
Envia Memorando à SPOA solicitando o empenho dos recursos previstos na LOA para a OS no exercício
Elabora Nota Técnica de análise do CG e submete à SCUP
Empenha os recursos e encaminha cópia do empenho à CGOS
Aprova a Nota Técnica e devolve à CGOS para encaminhamento à CONJUR
Encaminha Nota Técnica à CONJUR
Analisa o processo e o devolve à CGOS
Necessita de adaptações?
SIM
NÃO
Promove as adaptações apontadas
Providencia assinatura do CG (Ministro e Diretor) e anexa uma via original no processo
Envia extrato para publicação no DOU e disponibiliza na internet cópia dos documentos
Há repasse de recursos pelo CG?
NÃO
SIM
Encaminha uma via original do CG à OS para controle e arquivo
Fim
Encaminha Memorando à SPOA solicitando o pagamento da parcela mensal conforme cronograma e desembolso pactuado
Realiza o pagamento da primeira parcela
Fim
Ponto crítico
Tomada de decisão

Etapa C
Responsáveis
Nomeação dos Membros da Comissão de Avaliação (CA) da OS
Início
Acompanha o prazo (60 dias) após a assinatura do CG para constituição da CA
Especialistas
PRÉ-SELEÇÃO Definição do perfil dos membros, das competências estratégicas, dos mecanismos de busca e dos critérios de pré-seleção
Encaminha lista de especialistas para SEXEC
órgãos fomentadores do contrato de gestão e MP
Envia ofício solicitando aos órgãos fomentadores do Contrato de Gestão e MP a indicação de membros para compor a CA
Envia ofício convidando especialistas indicados pelo Ministro
SELEÇÃO Define lista reduzida de especialistas para compor a CA
Encaminha lista para o GAB/MCTI
INDICAÇÃO Ministro de Estado indica os membros para compor a CA
Encaminha lista final para SCUP dar encaminhamentos
Após as indicações terem sido formalizadas, elabora Portaria de nomeação dos membros para a CA
Envia à CONJUR para análise e parecer
Realiza análise, emite parecer e devolve à CGOS
Necessita de adaptações?
SIM
NÃO
Promove as adaptações apontadas
Envia ao GAB/MCTI a minuta de Portaria para assinatura do Sr. Ministro
Ministro assina a Portaria
Gabinete publica Portaria no DOU
Acompanha a publicação da Portaria no DOU
Arquiva Portaria e acompanha eventuais substituições de titulares e suplentes
Precisa alterar membro(s) da CA?
SIM
NÃO
Elabora Portaria de nomeação dos membros para a CA
Informa aos participantes da CA sobre a publicação da Portaria
Fim
CGOS
SCUP
CONJUR
SEXEC
GAB/MCTI
Ponto crítico
Tomada de decisão

Etapa
D
Termo Aditivo (TA)
Responsáveis
OS
GAB/MCTI
SCUP
CGOS
SPOA
CONJUR
Demais OS´s
CGEE
Início
Envia para GAB/MCTI proposta de TA aprovada pelo Conselho de Administração
Ministro recebe da OS proposta de TA aprovada pelo Conselho de Administração
Envia para a SCUP documentação
Recebe do GAB/MCTI proposta de TA e encaminha à CGOS
Recebe da SCUP proposta de TA da OS
Analisa proposta do TA
Elabora Nota Técnica de análise da minuta final do TA
Verifica fonte de recurso na LOA e de outras fontes para inclusão no TA
Solicita à SPOA empenho dos recursos
Informa à OS da não disponibilidade de orçamento
Aguarda disponibilidade orçamentária
NÃO
Há disponibilidade de orçamento?
SIM
Empenha os recursos
Ponto crítico
Tomada de decisão
Início
Envia para GAB/MCTI proposta de TA discutida em conjunto com GAB/MCTI e SEXEC e aprovada pelo Conselho de Administração
O GAB/MCTI recebe do CGEE minuta de TA e encaminha para SCUP
Envia processo da OS para CONJUR com proposta do TA enviada pela OS, empenho, Nota Técnica de análise da CGOS e minuta final do TA e anexos solicitando parecer
Analisa o processo e devolve à CGOS
Necessita de adaptações?
SIM
NÃO
Promove as adaptações apontadas pela CONJUR
Emite vias do TA
Encaminha vias do TA para assinatura do Diretor da OS
Providencia assinatura do Diretor no TA e devolve à CGOS
Devolve à CGOS as vias do TA assinadas pelo Sr. Ministro
Encaminha as vias do TA para assinatura do Sr. Ministro (e Presidente da FINEP, quando for o caso)
Envia ao Setor de Publicação Extrato do TA para publicação no DOU e internet
Envia uma via original do TA para a OS
Arquiva uma via original do TA no processo da OS na CGOS
Solicita à SPOA, via Memorando, o pagamento, quando couber
Efetua pagamento
Fim

Etapa
E
Responsáveis
Etapa de Acompanhamento semestral e avaliação anual da OS
OS
CGOS
Membros da CA
SCUP
SEXEC
GAB/MCT
Início
Elabora relatórios semestral e anual e encaminha à CGOS
Recebe Relatórios de Acompanhamento Semestral e de Avaliação Anual do CG elaborado pela OS e aprovado pelo Conselho de Administração
Envia Relatórios Semestral/ Anual aos membros da CA, (via e-mail e ofício) com agenda de trabalho da reunião da CA para conhecimento e análise prévia à reunião de acompanhamento e avaliação
Reúnem-se e analisam Relatórios Semestral e Anual das OS e produzem Relatórios de Acompanhamento Semestral e Avaliação Anual
Encaminham Relatórios de Acompanhamento Semestral e Avaliação Anual à CGOS
Relatório Semestral
Relatório Anual
Elabora Nota Técnica de análise dos relatórios de desempenho da OS (Relatório da OS e Relatório da CA)
Elabora Nota Técnica de análise dos relatórios de desempenho da OS (Relatório da OS, Relatório da CA e parecer da auditoria independente)
Encaminha Nota Técnica e Relatórios Semestral /Anual da OS e da CA à SCUP
Analisa e delibera sobre o teor da Nota Técnica e encaminha o conjunto de documentos à SEXEC
Analisa e delibera sobre o teor da Nota Técnica
Trata-se de Relatório de avaliação anual?
NÃO
SIM
Encaminha ao GAB/MCT
Analisa a Nota Técnica e prepara parecer declarando o cumprimento do CG
Encaminha Nota Técnica e parecer à CGOS
Elabora ofício para envio dos seguintes documentos ao Diretor da OS:
-Uma via original do Relatório da CA
- Cópia da Nota Técnica
Arquiva os seguintes documentos no processo original:
- Original da Nota Técnica
- Uma via original do Relatório da CA
Fim
Elabora ofício para envio dos seguintes documentos ao Diretor da OS:
-Uma via original do Relatório da CA
- Cópia da Nota Técnica
- Cópia do Parecer do Dirigente Máximo
Arquiva os seguintes documentos no processo original:
- Original da Nota Técnica
- Uma via original do Relatório da CA
- Original do Parecer do Dirigente Máximo
Fim
Ponto crítico
Tomada de decisão

1.4.3 Termos de Compromisso de Gestão – TCGs

Objetivo

Dotar as Unidades de Pesquisa (UP) de Administração Direta do MCTI de um instrumento de acompanhamento semestral e avaliação anual das metas pactuadas em seus Planos Diretores e outras baseadas em indicadores específicos construídos com a SCUP e cada UP. Constituem-se em um dos instrumentos de gestão de caráter anual das UPs.

Marco Legal

- Decreto n.º 5.886, de 06/09/2006, art. 5º, III;
- Regimentos Internos das Unidades de Pesquisa.

Atividade

Registro, a cada semestre, dos resultados das atividades científicas, tecnológicas, de inovação e de administração (incluindo as relacionadas aos recursos humanos de cada UP). Os TCGs são assinados anualmente, no mês de abril ou maio, pelos Diretores das Unidades de Pesquisa e o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, tendo por testemunhas o Secretário Executivo e o Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa do MCTI, e abrangem, além do Sumário Executivo das principais atividades, dois tipos de quadros: um, mais extenso, contendo os objetivos específicos, diretrizes de ação e projetos estruturantes propostos nos respectivos Planos Diretores quinquenais e suas metas; e outro, de caráter mais geral, compreendendo indicadores e metas relacionados à produção científica e tecnológica (indicadores físico-operacionais), administrativo-financeiros do ano, recursos humanos (incluindo os diretamente relacionados a bolsistas e pessoal terceirizado) e de inclusão social.

Diagnóstico

Criados em 2002, a partir do Relatório de Avaliação das Unidades de Pesquisa do MCTI, os TCGs já estão plenamente assimilados pelas Unidades de Pesquisa do Ministério, constituindo-se em importante instrumento de acompanhamento (que é feito no meio do ano) e avaliação (realizada no início de cada ano) pela SCUP, por meio de sua Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa (CGUP). Além das metas pactuadas no ano com cada UP para indicadores específicos, e as registradas em seus Planos Diretores, os relatórios semestrais e anuais dos TCGs contêm as principais realizações técnicas e científicas, assim como as restrições e dificuldades no atingimento de metas sobre as quais são organizadas discussões no sentido de minimizar os problemas ou eliminá-los para o melhor desempenho da UP.

Termos de Compromisso de Gestão (TCG)

Elaborados a partir de indicadores fixos e metas pactuadas anualmente entre a SCUP e as UP para acompanhamento e avaliação de desempenho e de metas extraídas dos planos diretores respectivos.

1.4.4 Planos Diretores das Unidades de Pesquisa

Objetivo

Dotar as Unidades de Pesquisa (UP) e as Organizações Sociais (OS) supervisionadas pelo MCTI de um instrumento de planejamento e gestão para períodos de cinco anos, em conformidade com os Planos de Ação ou Estratégicos do MCTI e com as orientações gerais dos Planos Plurianuais para os períodos respectivos.

Marco Legal

- Decreto n.º 5.886, de 06/09/2006.

Atividades

Os PDUs são elaborados pelas próprias UPs e OSs sob a coordenação de Grupos Gestores integrados por servidores de cada uma das instituições e supervisão do corpo diretivo delas, obedecendo a orientações emanadas da SCUP, por meio de sua Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa (CGUP). Os PDU abrangem as principais atividades físico-operacionais e administrativas de cada UP ou OS, organizadas em Objetivos Estratégicos, Objetivos Específicos, Diretrizes de Ação e Projetos Estruturantes. Essas denominações podem variar, em função dos Planos de Ação do MCTI. As metas de cada PDU são agregadas aos Termos de Compromisso de Gestão (TCG) que cada UP assina com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação anualmente. No caso dos Contratos de Gestão e seus Termos Aditivos, assinados pelas Organizações Sociais, as metas estabelecidas em seus respectivos PDU são neles agregadas em parte. A descrição detalhada da metodologia utilizada para a elaboração dos PDU está contida na publicação Metodologia de Planejamento Estratégico das Unidades do MCT[1], disponível no link: http://www.cgee.org.br/atividades/ consultaProduto.php?f=1&idProduto=1590.

[1] CASTRO, Antônio Maria Gomes de et al. **Metodologia de Planejamento Estratégico das Unidades do MCT**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2005.

Planos Diretores (PDU)

A cada 4 anos

1.4.5 Programa de Capacitação Institucional – promoção, coordenação e acompanhamento

Objetivo

O PCI, criado em maio de 1996, tem como objetivo a implementação de Subprogramas de Capacitação Institucional nas Unidades de Pesquisa subordinadas, vinculadas e supervisionadas pelo MCTI, mediante a concessão, por intermédio do CNPq, de cotas de bolsas de fomento tecnológico no País e no Exterior, agregando temporariamente especialistas para viabilizar a execução de projetos científicos e tecnológicos do Ministério, de acordo com as orientações da Política de CT&I, do Governo Federal.

Marco Legal

Criado pela Portaria conjunta n.º 180, de 16/05/1996, e alterado pela Portaria MCT n.º 264, de 14/06/2004, Portaria n.º 1, de 10/06/2005, da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP).

Alterada a sua constituição através da RN nº27/2010, publicada em 22 de setembro de 2010, o Presidente do CNPq estabeleceu as normas gerais e específicas das seguintes modalidades de bolsas de longa duração do PCI do hoje Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação:

- Desenvolvimento PCI (PCI-D)
- Especialista Visitante (PCI-E).

Ainda no exercício de 2011 foi aprovado o novo Documento Básico do PCI, que estabeleceu normas gerais e específicas para o Programa como um todo, bem como convalidou as já previstas pela Resolução Normativa nºs 015 e 27/2010 do CNPq (Portaria MCTI nº 247, de 22 de setembro de 2011) e promulgou uma nova Portaria MCTI (nº 914, de 30 de novembro de 2011) relativa ao Prêmio Bolsista Destaque do PCI, a ser concedido a cada dois anos.

Atividades

A cada dois anos, as Unidades de Pesquisa hoje vinculados direta ou indiretamente ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e outros que a ele vierem a ser integrados ou supervisionados encaminham, para apreciação da Comissão de Coordenação do Programa PCI (presidida pela SCUP, com representantes da CGOS, de três UPs selecionadas pela CGUP seguindo o critério de rotatividade regional e temática, e da SEPED) e registro no CNPq, os seus Subprogramas do PCI (projetos-mãe) com a previsão de bolsistas a serem empregados, seus perfis respectivos e as modalidades de bolsas, a partir desses projetos básicos.

Com base nos projetos básicos e nos orçamentos anuais para o Programa (recursos do CNPq e do FNDCT), propostos pela SCUP e aprovados pelo Secretário Executivo do Ministério, a CGUP encaminha, a cada instituição que faz parte do Programa, a sua cota anual de gastos com o PCI e o teto mensal máximo a ser obedecido por cada uma delas.

Cada instituição envia ao CNPq, mensalmente, mediante a utilização da Plataforma Carlos Chagas, suas propostas para contratação de bolsistas, que são analisadas pelo Comissão de Enquadramento do PCI, constituída por representante do CNPq (que a preside), da CGUP e da SPOA, a qual aprova, não aprova, solicita correções etc.

As bolsas aprovadas são encaminhadas aos Setores competente do CNPq para implementação e as instituições proponentes são avisadas via Plataforma Carlos Chagas sobre as decisões da Comissão de Enquadramento. As instituições podem, eventualmente, recorrer dessas decisões e os recursos são novamente analisados pela Comissão de Enquadramento que os aceita ou não**.**

As modalidades de Bolsas apresentadas são:

Longa Duração:

- ITI - Destina-se a estimular o interesse pela pesquisa e desenvolvimento tecnológico em estudantes do ensino superior, médio e de cursos profissionalizantes;
- Desenvolvimento PCI (PCI-D) Possibilita o fortalecimento da equipe responsável pelo desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento ou inovação, por meio da incorporação de profissional qualificado para a execução de uma atividade especifica;
- Especialista Visitante (PCI-E) Complementa a competência da equipe de execução do projeto, por meio da participação temporária de profissional qualificado.

Curta Duração:

- BEV - concedida a consultores e ou instrutores especializados nacionais ou estrangeiros, de fora da Unidade de Pesquisa, como forma de complementação das competências de suas equipes, visando contribuir para a execução de projetos de Pesquisas e/ ou Desenvolvimento Tecnológico;
- BEP - concedida para cursos, estágios e visitas técnicas no País, de acordo com as atividades de Pesquisa e/ ou Desenvolvimento Tecnológico previstas no projeto;
- BSP - concedida para cursos, estágios e visitas técnicas no exterior, de acordo com as atividades de Pesquisa e/ ou Desenvolvimento Tecnológico previstas no projeto.

1ª Etapa — Projetos de Bolsas Institucionais e Processos Individuais de Concessão de Bolsas

1ª Etapa — Projetos de Bolsas Institucionais e Processos Individuais de Concessão de Bolsas

*** Comissão de Coordenação do PCI**

Atribuições:

-Estabelecer as estratégias do Programa;
-Propor ao Secretário Executivo o orçamento anual do Programa;
-Aprovar as cotas e respectivos tetos máximos mensais de bolsas para as Unidades;
-Apreciar e aprovar o Relatório Anual de Desenvolvimento do Programa;
-Aprovar modificações nos documentos normativos do Programa;
-Resolver casos omissos nos documentos normativos.

Composição:

-Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP);
-Coordenador-Geral das Unidades de Pesquisa (CGUP);
-Coordenador-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais (CGOS);
-Um representante da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA)
-Um representante do CNPq; e
-Três representantes das Unidades de Pesquisa subordinadas, vinculadas e supervisionadas pelo MCT.

2ª Etapa — Concessão das Bolsas

*** Comissão de Enquadramento**

Atribuições:

-Analisar as propostas de bolsistas apresentadas pelas Unidades e seu enquadramento dentro das modalidades previstas nas normas para a concessão de bolsas PCI; e

-Adotar eventuais medidas corretivas às propostas formuladas pelas Unidades, visando ao fiel cumprimento das normas e instruções sobre o PCI e às determinações dos órgãos de controle interno e externo ao MCT.

Independente da qualificação do candidato a bolsa, a Comissão de Enquadramento poderá, excepcionalmente, enquadrar o bolsista em outros níveis mais adequados aos valores usuais de mercado de trabalho regional ou local, de modo a otimizar o desenvolvimento dos Subprogramas.

Composição:

-Um representante do CNPq;

-Coordenador-Geral das Unidades de Pesquisa (CGUP);

-Um representante da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA).

1.5 Macroprocessos de Apoio

Utilizando-se o mesmo raciocínio do item anterior, os dois macroprocessos de apoio mais importantes da SCUP são:

- "coordenar, controlar e avaliar as atividades de execução orçamentário-financeira das Unidades de Pesquisa, em articulação com a Coordenação–Geral de Orçamento e Finanças;

- apoiar e acompanhar a execução de obras de engenharia e arquitetura no âmbito das Unidades de Pesquisa e dos projetos das entidades qualificadas como Organização Social, onde couber, em articulação com a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos".

Além desses, que aparecem como processos maiores de apoio da Subsecretaria, os seguintes constam como atividades a cargo de suas Coordenações Gerais, na mesma linha:

- "Apoiar os trabalhos dos Comitês de Busca para a indicação de Diretor das Unidades de Pesquisa;

- Apoiar e avaliar as atividades das Entidades Associadas às Unidades de Pesquisa do MCTI, em articulação com as respectivas UPs e a SEXEC;

- Apoiar e acompanhar a implantação do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas (SIGTEC) nas Unidades de Pesquisa;

- Apoiar e acompanhar as iniciativas de Cooperação Internacional;

- Apoiar e acompanhar as ações relacionadas à inovação e à propriedade intelectual nas Unidades de Pesquisa;

- Analisar e acompanhar os processos de afastamentos do País dos servidores das Unidades de Pesquisa."

1.5.1 Atividades de acompanhamento da execução Orçamentário-financeira e das Obras de engenharia e arquitetura no âmbito dos Institutos de Pesquisa

Objetivo

Oferecer suporte técnico à Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP e apoiar os Institutos de Pesquisa nas atividades de planejamento, acompanhamento e execução orçamentário-financeira, durante a fase qualitativa e quantitativa do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, orientando com relação aos novos procedimentos, leis, decretos e atividades administrativas, bem como no acompanhamento de projetos e de novas obras e instalações, como também na ampliação, manutenção e preservação dos edifícios existentes.

Marco Legal

- Decreto n.º 5.886, de 06/09/2006, que criou a SCUP
- Orçamento da SCUP – Ações Finalísticas sob responsabilidade da SCUP

Atividades

As atividades consistem em:

- Realizar levantamentos e diagnósticos periódicos das demandas para recuperação e expansão da infraestrutura física e modernização de equipamentos de uso institucional, por meio de visitas técnicas e demandas apontadas dos Planos Diretores;

- Realizar a seleção de demandas a serem contempladas conforme as prioridades apresentadas pelos Institutos de Pesquisa e em função dos recursos disponíveis para execução dessas atividades, de acordo com a finalidade e descrição das ações sob responsabilidade da SCUP e das Ações Transversais dos Fundos Setoriais;

- Descentralizar recursos orçamentários e financeiros das Ações do PPA por meio de Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário e Projeto Básico, somente quando efetuadas as análises de prestações de contas;

- Elaborar os Termos de Referência dos projetos na modalidade encomenda aprovados das Ações Transversais dos Fundos Setoriais - FNDCT;

- Acompanhar a execução dos projetos, serviços e das obras contratadas até o termo de aceitação;

- Acompanhar a execução orçamentário-financeira até a finalização do TDC.

Atividades de acompanhamento da execução Orçamentária-Financeira e das Obras de Engenharia e Arquitetura no âmbito dos Institutos de Pesquisa

Atividades de acompanhamento da execução Orçamentária-Financeira e das Obras de Engenharia e Arquitetura no âmbito dos Institutos de Pesquisa

1.5.2 Comitê de Busca para a Indicação de Diretor das Unidades de Pesquisa (UP)

Objetivo

Selecionar candidatos ao cargo de Diretor da Unidade de Pesquisa (UP), a cada período de 48 meses de administração, com base em critérios objetivos, para subsidiar o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação em sua escolha para o novo Diretor da instituição.

Marco Legal

- Portaria n.º 1.037, de 10/12/2009, que revogou a Instrução Normativa Conjunta n.º 1/MCT/CNPq, de 28/04/2000.

Atividades

Os membros do Comitê de Busca nomeados pelo Ministro do MCTI promovem análises de curricula vitae dos candidatos, de seus planos de trabalho e visão de futuro, e entrevistam cada um, concluindo o trabalho com a elaboração de uma lista tríplice dos melhores candidatos para encaminhamento ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação. O processo de atuação do Comitê de Busca inicia-se com a nomeação, em Portaria do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, de seus membros, convidados entre especialistas da comunidade científica e tecnológica do País, de conceito ilibado e reconhecidos nacionalmente. Normalmente, os Comitês de Busca são constituídos por cinco membros, incluindo seu Presidente. Segue com as seguintes atividades: a) divulgação de Edital/Convite para candidaturas ao cargo (prazo médio de 30 dias, podendo ser prorrogado) no Jornal da Ciência da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na página do MCTI e outros veículos de comunicação científica e tecnológica, ao tempo em que os membros do Comitê buscam e procuram incentivar candidatos ao cargo (em geral, o Ministro encaminha o Edital/Convite aos reitores das principais universidades do País, para divulgação também); b) candidatos encaminham ao Comitê seus *curricula vitae* e propostas de trabalho contendo sua visão de futuro para a Unidade; c) candidatos fazem apresentação pública de seus planos e visão, sem debates com a audiência ou membros do Comitê; d) candidatos são entrevistados individualmente pelos membros do Comitê; e) Comitê prepara a Ata das reuniões, em duas vias, com a lista tríplice (podendo ser apenas de dois nomes, em alguns casos) dos indicados para ocuparem o cargo de Diretor. Uma das vias fica arquivada na SCUP e a outra é entregue pessoalmente ao Ministro pelo Presidente e outros membros do Comitê que o desejarem.

Processo de escolha para Diretor de Unidade de Pesquisa do MCT

*CTC – Comitê Técnico-Científico

Obs.:

1. O papel do Comitê de Busca é de apenas subsidiar o Ministro na escolha do novo Diretor para a UP. A escolha final é prerrogativa do Ministro.
2. O Diretor pode ser reconduzido uma única vez ao cargo, passando, novamente, pelo processo do Comitê de Busca.
3. A SCUP sempre acompanha as reuniões/trabalhos do Comitê e cuida da logística.

Processo de escolha para Diretor de Unidade de Pesquisa do MCT

1.5.3 Programa Entidades Associadas às Unidades de Pesquisa do MCTI

Objetivo

Dinamizar o desenvolvimento científico e tecnológico no País, por meio da associação, com as Unidades de Pesquisa do MCTI, de institutos, laboratórios, centros, núcleos ou departamentos de instituições universitárias ou de pesquisa científica ou tecnológica, que desenvolvem programas de interesse estratégico para o País, para a execução de projetos conjuntos.

Marco Legal

- Portaria MCT n.º 510 de 12/08/2008;
- Portaria MCT n.º 613 de 23/07/2009; e
- Portaria MCT n.º 609 de 29/08/2008.

Atividades

Realização de projetos conjuntos com as Unidades de Pesquisa, de interesse comum, pelo prazo máximo de quatro anos. A UP seleciona uma instituição, entre as descritas no objetivo acima, para a ela se associar na produção científica ou tecnológica ou de inovação, e propõe ao MCTI o seu credenciamento como "Entidade Associada", no âmbito de um Plano de Trabalho e com orçamento definido.

A proposta é analisada pelo Comitê de Coordenação do Programa Entidades Associadas, em Brasília, Comitê este composto por todos os secretários do Ministério, três representantes das Unidades de Pesquisa, indicados em Portaria do Ministro, presidido pelo Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa.

O Comitê se reúne ao fim de cada semestre para analisar as propostas de credenciamento, podendo ou não aceitá-las.

Caso positivo, é estabelecido um Termo de Cooperação entre a UP e a instituição aprovada, o qual é publicado no DOU juntamente com o credenciamento da instituição como Entidade Associada.

Entidades Associadas

Institutos, Laboratórios, Centros, Núcleos ou Departamentos de instituições universitárias ou de pesquisa científica ou tecnológica

Entidades Associadas

Institutos, Laboratórios, Centros, Núcleos ou Departamentos de instituições universitárias ou de pesquisa científica ou tecnológica

Entidades Associadas
Institutos, Laboratórios, Centros, Núcleos ou Departamentos de instituições universitárias ou de pesquisa científica ou tecnológica
CONJUR
CGUP
UP
GAB/MCT
C
Analisa documentação e a devolve à CGUP
Encaminha minuta com considerações da CONJUR à UP
Corrige / Complementa de acordo com as considerações da CONJUR
Providencia a assinatura do convênio pelo seu Diretor e a autoridade competente da instituição
Devolve o Convênio para a CGUP
Prepara minuta de Portaria de credenciamento da instituição, acompanhada do respectivo Convênio com duração de 4 anos, para assinatura do Ministro de C&T
Recebeu documento formal do Conselho Universitário ou colegiado similar da Instituição?
Não
Não dá sequência ao Processo
Sim
Providencia a publicação do Termo de Credenciamento e do Convênio no DOU
Prepara o Termo de Compromisso de Gestão com a instituição e o respectivo TDC preenchido e envia à CGUP
CGUP ou SEXEC repassam à UP os recursos aprovados para a realização do projeto com a Entidade Associada
2
2
Descentraliza os recursos para a Entidade Associada e inicia o projeto conjunto, após estabelecer os mecanismos de acompanhamento e avaliação
Fim

1.5.4 Expansão e Aperfeiçoamento do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas nas UPs do MCTI

Objetivo

Apoiar a gestão em entidades dedicadas à ciência e tecnologia através do registro estruturado das informações gerencial e tecnológica, da interação através de ambientes de trabalho e do acompanhamento da concretização de resultados.

O objetivo do sistema é concentrar todas as atividades de gestão e de pesquisa científica e tecnológica no âmbito de cada Unidade de Pesquisa do MCTI, racionalizando, dessa forma, a gestão e a aplicação de recursos orçamentários, financeiros, técnicos e de recursos humanos, evitando-se, assim, superposição de atividades e oferecendo uma visão integrada do andamento e desempenho das Unidades.

Marco Legal

- Ação 7306 - PPA 2004-2011 do Programa 0473 – Gestão de Política de Ciência, Tecnologia e Inovação
- Ação 7306 – PPA 2012-2015 do Programa 2021 – Ciência Tecnologia e Inovação

Atividades

Implantação progressiva e aperfeiçoamento do sistema, através do registro de todas as informações gerenciais e tecnológicas geradas nas Unidades de Pesquisa, através do desenvolvimento de novas ferramentas, atendimento às necessidades específicas de cada Unidade e adaptação às mudanças de legislação, de acordo com as seguintes Etapas de trabalho até 2015:

- Expansão, aperfeiçoamento e implantação do sistema nas Unidades de Pesquisa do MCTI, promovendo o aperfeiçoamento de práticas de gestão, acompanhamento de projetos e estruturação, registro e armazenamento do conhecimento produzido pelas Unidades;
- Integração com o Sistema de Gestão de Cooperação Internacional – SIGECI;
- Disponibilização do acervo técnico-científico, produzido nas Unidades de Pesquisa do MCTI, à comunidade externa em site externo;
- Desenvolvimento de novas funcionalidades do sistema em atendimento às necessidades específicas de cada UP, bem como o aperfeiçoamento do sistema de métricas e captura de informações para geração de relatórios gerenciais referentes aos indicadores do Termo de Compromisso de Gestão - TCG;
- Desenvolvimento de um sistema de informações gerenciais para ser utilizado a partir da SCUP/CGUP, que agregue informações de cada UP a partir das bases de dados do SIGTEC.

O SIGTEC atua exatamente para registrar as informações de natureza gerencial e tecnológica não preenchida pelos sistemas federais, mas fundamental para o acompanhamento de projetos e da gestão das instituições.

Versão *Web*
Expansão e Aperfeiçoamento do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas (SIGTEC)
Implantação da Versão WEB
Início
Suporte à especificação dos servidores de Banco de Dados e de Aplicação
Suporte à configuração dos servidores de Banco de Dados e de Aplicação
Migração prévia dos dados da versão cliente-servidor para a versão *web*
Migração final dos dados da versão cliente-servidor para a versão *web*
Validação das configurações dos servidores de Banco de Dados e de Aplicação
Apresentação das diferenças e melhorias da versão *web*
Treinamentos no uso da versão *web*
Acompanhamento e Avaliação
Acompanhamento e avaliação sob demanda
Necessidade de Reforço?
Sim
Não
Fim

Patrimônio e Suporte	Expansão e Aperfeiçoamento do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas (SIGTEC)

Implantação da Gestão do Patrimônio

Suporte Remoto aos Usuários do SIGTEC

Melhorias ou Novas Demandas

1.6 Principais Parceiros

1.6.1 Parceiros Internos da SCUP

Como unidade subordinada da Secretaria-Executiva do Ministério, a SCUP tem como parceiros internos principais os seguintes, a começar da própria SEXEC e suas outras unidades integrantes, além do Gabinete do Ministro:

1.6.1.1 GAB – Gabinete do Ministro

ASSIN – Assessoria de Assuntos Internacionais; e

CONJUR – Consultoria Jurídica.

1.6.1.2 SEXEC – Secretaria-Executiva

SPOA –Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;

ASCAV – Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas;

ASCOF –Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais; e

ASCAP –Assessoria de Captação de Recursos.

1.6.1.3 Secretarias do Ministério

SECIS – Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social;

SEPED – Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento;

SEPIN – Secretaria de Política de Informática; e

SETEC – Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

Evidentemente, todas essas unidades têm suas subunidades, com as quais a SCUP às vezes trata diretamente, como parceiros individuais.

1.6.1.4 Unidades de Pesquisa

Como unidades gerenciais integrantes do Ministério, as Unidades de Pesquisa podem ser consideradas entre as principais parceiras da SCUP. Sem elas, as pesquisas científicas e tecnológicas coordenadas pela Subsecretaria não teriam razão de ser.

São 13 (treze) atualmente, a saber:

CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (Rio de Janeiro, RJ);

CETEM – Centro de Tecnologia Mineral (Rio de Janeiro, RJ);

CTI – Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (Campinas, SP);

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Brasília, DF);

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Manaus, AM);

INPE –Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (S.J. dos Campos, SP);

INSA –Instituto Nacional do Semiárido (Campina Grande, PB);

INT – Instituto Nacional de Tecnologia (Rio de Janeiro);

LNA –Laboratório Nacional de Astrofísica (Itajubá, MG);

LNCC – Laboratório Nacional de Computação Científica (Petrópolis, RJ);

MAST –Museu de Astronomia e Ciências Afins (Rio de Janeiro, RJ);

MPEG –Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém, PA); e

ON –Observatório Nacional (Rio de Janeiro, RJ).

Conforme já se mencionou anteriormente, a essas Unidades de Pesquisa de administração direta do MCTI deverão se juntar proximamente, quando for aprovado Projeto de Lei encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional, mais quatro UPs:

CETENE – Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (em Recife, PE e que hoje é uma Coordenação Regional do INT – Instituto Nacional de Tecnologia);

INA – Instituto Nacional de Águas (em Frutal, MG e Iguaçu, PR);

INPP – Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal (em Cuiabá, MT); e

IPMA – Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica (Sta. Tereza, ES, que será transferido do Ministério da Cultura, onde hoje está com o nome "Museu de Biologia Prof. Mello Leitão).

1.6.1.5 Outros Parceiros Internos ao MCTI na SCUP

AEB – Agência Espacial Brasileira

CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear;

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; e

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos.

1.6.2 Parceiros Externos

São inúmeros os parceiros externos da SCUP, em seu lato sensu, desde aqueles que diretamente acionam a Subsecretaria, de caráter nacional ou internacional, até os que, indiretamente, se apoiam na SCUP para realizações de suas atividades junto às Unidades de Pesquisa.

1.6.2.1 Parceiros Nacionais Diretos:

1.6.2.1.1 Centros de Pesquisa, Universidades e Ministérios

Comitês Técnico-Científicos – CTCs das Unidades de Pesquisa;

Comissões de Avaliação das Organizações Sociais;

Comitês de Busca para o cargo de Diretores das Unidades de Pesquisa do MCTI;

ABC – Academia Brasileira de Ciências;

ABIPTI –Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa Tecnológica e Inovação;

CAPES;

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;

Casa Civil;

Ministério da Cultura.

Ministério da Defesa;

Ministério da Educação;

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Ministério das Relações Exteriores;

Ministério da Saúde.

.

1.6.2.1.2 Organizações Sociais

Como entidades supervisionadas do Ministério através dos Contratos de Gestão com ele assinados, por meio da SCUP, as Organizações Sociais, embora sendo entidades de direito privado, podem ser consideradas como importantes instituições parceiras da Subsecretaria no âmbito interno, dada a sua coordenação, n que tange aos citados CGs, pela Coordenação de Acompanhamento e Avaliação - CGOS.

Em 2012, ainda eram cinco as OSs supervisionadas pela SCUP, quatro das quais eminentemente científicas e uma com caráter mais direcionado à figura de agência de fomento (CGEE):

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (Brasília, DF);

CNPEM – Centro Nacional de Pesquisas em Energia e Materiais (ex- ABTLuS – Agência Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron, localizado em Campinas, SP);

IDSM – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Tefé, AM);

IMPA – Associação Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Rio de Janeiro, RJ); e

RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (Rio de Janeiro, RJ e Brasília, DF).

1.6.3 Parceiros Internacionais Diretos:

UNESCO.

INTRODUÇÃO

ITENS QUE NÃO SE APLICAM E/OU NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS À NATUREZA DA UJ

PARTE A

3.3 - Remuneração Paga a Administradores

De acordo com o Quadro A1 – Relacionamento entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais do Relatório de Gestão da DN TCU nº 119/2012, as entidades da APF signatárias ou supervisoras de CG não respondem ao item.

3.4 – Sistema de Correição

Não há Sistema de Correição próprio da UJ.

3.5 – Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A UJ não possui Instância de Correição própria.

4.2 – Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.4.1.1 – Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Quadro A.4.12

Não se aplica, uma vez que a SCUP não é a UJ do MCTI responsável pelas despesas por modalidade de contratações dos créditos originários. A Unidade responsável é a SPOA/SEXEC.

4.2.4.2.1 – Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação – Quadro A.4.14

Não se aplica, uma vez que a SCUP não é a UJ do MCTI responsável pelas despesas por modalidade de contratações dos créditos recebidos por movimentação. A Unidade responsável é a SPOA/SEXEC.

5.1 – Reconhecimento de Passivos

5.1.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos – Quadro A.5.1

Não se aplica, uma vez que a SCUP não é a UJ do MCTI responsável pelo reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos. A Unidade responsável é a SPOA/SEXEC.

5.1.2 – Análise Crítica

Vide explicação acima

5.4 – Suprimento de Fundos

5.4.1 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 – Suprimento de Fundos – Visão Geral – Quadro A.5.8

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não possui suprimento de fundos.

5.4.1.2 – Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B" – Quadro A.5.9

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não possui Conta tipo "B".

5.4.1.3 – Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) – Quadro A.5.10

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não possui cartões de pagamento.

5.4.1.4 – Utilização da Conta Tipo "B" e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ – Quadro A.5.11

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não possui Conta tipo "B" tampouco CPGF.

5.4.1.5 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos – Quadro A.5.12

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não possui suprimento de fundos.

5.4.1.6 –Análise Crítica

Vide explicação acima

5.5 – Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

5.5.1 – Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ – Quadro A.5.13

Não se aplica, uma vez que a SCUP não possui renúncias tributárias.

5.5.2 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida - Quadro A.5.14

Não se aplica, uma vez que a SCUP não possui valores renunciados e respectiva contrapartida.

5.5.3 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física - Quadro A.5.15 e **Quadro A.5.16**

Não se aplicam, uma vez que a SCUP não possui contribuintes beneficiados pela renúncia – pessoas jurídicas e físicas.

5.5.4 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídicas - Quadro A.5.17 e **Quadro A.5.18**

Não se aplicam, uma vez que a SCUP não possui beneficiários da contrapartida da renúncia – pessoas físicas e jurídicas.

5.5.5 – Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária - Quadro A.5.19

Não se aplica, uma vez que a SCUP não possui aplicação de recursos da renúncia de receita.

5.5.6 – Prestações de Contas de Renúncia de Receitas - Quadro A.5.20

Não se aplica, uma vez que a SCUP não possui prestações de contas de renúncias de receitas.

5.5.7 – Comunicações à RFB – Receita Federal do Brasil - Quadro A. 5.21

Não se aplica, uma vez que a SCUP não é a UJ do MCTI responsável pelas comunicações à RFB.

5.5.8 – Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas - Quadro A. 5.22

Não se aplica, uma vez que a SCUP não possui indicadores de gestão da renúncia de receitas.

5.5.9 – Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

Não se aplica, uma vez que a SCUP não possui Renúncia Fiscal.

5.5.10 – Ações da Receita Federal do Brasil - Quadro A. 5.23

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não possui ações da Receita Federal do Brasil.

5.6 – Gestão de Precatórios

De acordo com o Quadro A1 – Relacionamento entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais do Relatório de Gestão da DN TCU nº 119/2012, as entidades da APF signatárias ou supervisoras de CG não respondem ao item.

6.1.1.1 - Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada – Quadro A.6.2

A Unidade responsável pelo fornecimento dos dados é a SPOA/SEXEC.

6.1.4 – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 – Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria – Quadro A.6.7

A Unidade responsável pelo fornecimento dos dados é a SPOA/SEXEC.

6.1.4.2 – Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada– Quadro A.6.8

A Unidade responsável pelo fornecimento dos dados é a SPOA/SEXEC.

6.1.5 – Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A Unidade responsável pelo fornecimento dos dados é a SPOA/SEXEC.

6.1.6 – Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A Unidade responsável pelo fornecimento dos dados é a SPOA/SEXEC.

6.1.7 – Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 – Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC - Quadros A.6.9; A.6.10; A.6.11

A Unidade responsável pelo fornecimento dos dados é a SPOA/SEXEC.

6.1.7.2 – Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico - Quadro A.6.12

A Unidade responsável pelo fornecimento dos dados é a SPOA/SEXEC.

6.1.7.3 – Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos - Quadro A.6.13

A Unidade responsável pelo fornecimento dos dados é a SPOA/SEXEC.

6.1.8 – Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Não se aplica, uma vez que a SCUP não é a UJ do MCTI responsável pelos indicadores gerenciais sobre recursos humanos. A Unidade responsável é a SPOA/SEXEC.

6.2 – Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 – Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão - Quadro A.6.14

A Unidade responsável pelo fornecimento dos dados é a SPOA/SEXEC.

6.2.2 – Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público – Quadro A.6.15

Não se aplica, uma vez que a SCUP não é a UJ do MCTI responsável pelo acompanhamento da substituição de empregados terceirizados em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados. A Unidade responsável á a SPOA/SEXEC.

6.2.3 –Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados – Quadro A.6.16

Não se aplica, uma vez que a SCUP não é a UJ do MCTI responsável por obter autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados. A Unidade responsável á a SPOA/SEXEC.

6.2.4 – Contratações de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva – Quadro A.6.17

Não se aplica, uma vez que a SCUP não é a UJ do MCTI responsável pelos contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva. A Unidade responsável é a SPOA/SEXEC.

6.2.5 – Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão - Quadro A.6.18

A Unidade responsável pelo fornecimento dos dados é a SPOA/SEXEC.

7.1 – Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Não se aplica, uma vez que a SCUP não possui veículos próprios nem os contrata de terceiros.

7.2 – Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial - Quadro A.7.1

Não se aplica, uma vez que a SCUP não é a UJ do MCTI responsável pela distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União. A Unidade responsável é a SPOA/SEXEC.

7.2.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros - Quadro A.7.2

Não se aplica, uma vez que a SCUP não é a UJ do MCTI responsável pela distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros. A Unidade responsável é a SPOA/SEXEC.

7.2.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ – Quadro A.7.3

Não se aplica, uma vez que a SCUP não é a UJ do MCTI responsável pela discriminação dos bens imóveis de propriedade da União. A Unidade responsável é a SPOA/SEXEC.

8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação (TI) – Quadro A.8.1

Não se aplica, uma vez que a SCUP não é a UJ do MCTI responsável pela gestão de tecnologia da informação. A Unidade responsável é a SPOA/SEXEC.

8.2 – Análise Crítica

Vide explicação acima.

9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis – Quadro A.9.1

Não se aplica, uma vez que a SCUP não é a UJ do MCTI responsável pela gestão ambiental e licitações sustentáveis. A Unidade responsável é a SPOA/SEXEC.

9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água – Quadro A.9.2

Não se aplica, uma vez que a SCUP não é a UJ do MCTI responsável pela aquisição desses insumos. A Unidade responsável é a SPOA/SEXEC.

10.2 – Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não se aplica, uma vez que a SCUP não possui Unidade de Auditoria Interna.

10.3.2 – Análise Crítica

Não se aplica, uma vez que não compete à SCUP o acompanhamento da entrega das DBR.

10.4 – Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1 – Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV – Quadro A.10.6

Não se aplica, uma vez que a SPOA é a unidade responsável pelas informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres disponíveis e atualizados, respectivamente, no SIASG e no SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei n.º 12.465, de 12 de agosto de 2011.

11.1 – Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Não se aplica, uma vez que a SCUP não é a UJ do MCTI responsável pela adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público. A Unidade responsável é a CGOF/SPOA/SEXEC.

11.1.1 – Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Não se aplica, uma vez que a SCUP não é a UJ do MCTI responsável pela adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público. A Unidade responsável é a CGOF/SPOA/SEXEC.

11.2 – Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.2 Declaração do Contador Com Ressalva – Quadro A.11.2

Não houve ocorrência de ressalva na declaração do contador do MCTI.

11.3 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei n° 4.320/1964 e pela NBCT 16.6 aprovadas pela Resolução CFC n° 1.133/2008

Não se aplica, uma vez que a SCUP não é a UJ do MCTI responsável pela adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público. A Unidade responsável é a CGOF/SPOA/SEXEC.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA GESTÃO

A exemplo dos Planos Diretores do período anterior (2006 -2010), os atuais Planos, um dos instrumentos mais importantes de gestão das Unidades de Pesquisa, foram elaborados a partir das missões e visões de futuro definidas pelas próprias Unidades de Pesquisa e, em 2012, integrados ao atual Plano de Ação do MCTI (Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação –ENCTI 2012 - 2015), abrangendo indicadores e metas a serem atingidas a cada ano, até o final de sua proposição. Seu acompanhamento é feito, a cada seis meses, através dos Termos de Compromisso de Gestão – TCGs, assinados por cada Diretor com o Ministro e o Secretário-Executivo da Pasta.

A consolidação desses Termos de Compromisso de Gestão das Unidades de Pesquisa e o processo que estabelece a formalização dos Contratos de Gestão das Organizações Sociais vêm se caracterizando como instrumentos eficientes para a gestão dessas instituições, proporcionando amplas oportunidades de aprofundar o conhecimento da SCUP, suas reais dificuldades e necessidades para a consecução de cada uma das missões institucionais envolvidas.

Em 2012, foram realizadas duas reuniões sobre os Termos de Compromisso de Gestão, com cada UP, uma no primeiro trimestre do ano para avaliar os resultados obtidos por elas no ano anterior, e a outra, no início do segundo semestre, para acompanhar os desempenhos das citadas metas e verificar os problemas e eventuais entraves para a sua execução até o final do ano. O relatório de desempenho de cada Unidade e os dados estatísticos anuais dos TCGs estão à disposição no sítio http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/1163.html.

A continuidade da implantação do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas (SIGTEC), em sua versão *web* em 2011, permitiu a evolução e aperfeiçoamento das práticas de gestão, controle de projetos e programas e registro do acervo de conhecimento produzido pelas Unidades de Pesquisa do MCTI. Por outro lado, devido às particularidades administrativas das instituições qualificadas como Organizações Sociais, um novo sistema específico, denominado "SAECOS" foi planejado de forma a corrigir os problemas na análise dos requisitos do seu antecessor "Módulo-OS" que, além de ser montado em plataforma tecnológica ultrapassada, mesmo depois de três anos de teste não conseguiu resolver ou contornar as inconsistências de sua fase inicial. SAECOS busca, em sua simplicidade e essencialidade, ser evolucionista e melhor auxiliar a CGOS/SCUP, com informações pertinentes para o acompanhamento da execução dos contratos de gestão.

Em 2012 foram realizadas as atividades de especificação e disponibilização de melhorias nas ferramentas do sistema, tais como: cálculos de indicadores pactuados nos TCG em 11 UPs e o CETENE (Coordenação Regional do Nordeste do INT); implementação de nova funcionalidade para a montagem das listas de pessoas que compõem as fórmulas de determinados indicadores; atualização das bases de dados com a última versão do sistema; e disponibilização das ferramentas de controle de patrimônio e almoxarifado. Em atendimento a uma solicitação do Ministério da Defesa (MD), foi implantada a versão web do SIGTEC no Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE/DCTA).

Conforme explanação no Relatório de Gestão de 2011, a meta do Plano de Ação do MCTI de recuperar e expandir a infraestrutura física (predial e laboratorial) das 13 Unidades de Pesquisa do MCTI e 03 Organizações Sociais foi praticamente cumprida em 2011, provendo os Institutos de Pesquisa de infraestrutura necessária para assumir os desafios de gerar conhecimento, tecnologia e inovação, como braços executivos do MCTI na implantação das políticas do Governo e do Estado.

Dessa forma, em continuidade a ação permanente de manter e recuperar a infraestrutura física (predial e laboratorial) das Unidades de Pesquisa do MCTI os recursos da Ação do PPA 12C9 contemplou projetos nas Unidades CETEM, LNA, INPE, CBPF, MPEG e ON, envolvendo reformas

prediais, modernização de equipamentos laboratoriais e ampliação da capacidade computacional dessas unidades.

Não houve novos investimentos em infraestrutura nas Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais com recursos dos Fundos Setoriais - FNDCT, ocorrendo apenas o acompanhamento da SCUP na execução de obras com recursos já alocados nos anos anteriores, como ex. a construção do Prédio do Acervo no IDSM e da biblioteca do MAST.

A meta da ação 10ZU referente à construção de infraestrutura necessária ao Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal foi cumprida, estando o Prédio com 4.900 m² já concluído e equipado para ser ocupado, faltando apenas a execução do paisagismo e arruamento, cujo processo licitatório se encontra em andamento na UFMT.

Depois de atualizado em 2011 junto ao CNPq, com novas modalidades e valores de bolsas de longa duração adotadas para as Unidades de Pesquisa de Administração Direta, Organizações Sociais supervisionadas pelo MCTI e Institutos de Pesquisa vinculados à Comissão Nacional de Energia Nuclear, o Programa de Capacitação Institucional (PCI) passou a funcionar inteiramente sob forma eletrônica, com os coordenadores regionais inserindo as solicitações de bolsas diretamente na Plataforma Carlos Chagas daquele Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, as quais são analisadas e avaliadas também eletronicamente na mesma Plataforma pela Comissão de Enquadramento, em Brasília, composta por representantes do CNPq (que a preside), da SCUP e da SPOA. Embora tenha havido dificuldades iniciais por parte dos coordenadores regionais e da própria Comissão de Enquadramento na adoção da nova ferramenta, o sistema provou-se eficiente, trazendo economia de tempo e dinheiro, uma vez que deixou-se de utilizar papel em grande quantidade, como era anteriormente. Alguns pequenos problemas ainda persistem, mas deverão ser resolvidos pelo CNPq proximamente.

O PCI implantou em 2012 o total de 1.266 bolsas sendo 221 de curta duração e 1.045 de longa duração. Os recursos previstos para o Programa de maio/2012 a abril/2013 foi de R$ 25 milhões, no entanto a estimativa da execução para o mesmo período está em torno de R$ 25.862.800,33.

A Portaria 1037/2009 em seu Art. 4º , e os Regimentos Internos das Unidades de Pesquisa, determinam que *" O Conselho Técnico –Científico – CTC da Unidade de Pesquisa, faltando seis meses para completar efetivos quarenta e oito meses de exercício do Diretor, encaminhará ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por intermédio da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP, o pedido de instalação de para iniciar a procura de candidatos ao cargo de Diretor da Unidade".*

Em atenção a essa normativa, foram recebidos nesta Subsecretaria no final de 2012 os pedidos dos respectivos CTCs ao Ministro de instalação de Comitês de Busca para os cargos de diretores do ON e MAST. Assim foram nomeados os membros dos Comitê de Busca do MAST (Portaria nº 938 de 19/12/2012, D.O.U. de 20/12/2012) e do ON (Portaria nº 965 de 27/12/2012, D.O.U. de 31/12/2012). Também em 2012, tomaram posse no cargo, os diretores do CETEM e do INPE, selecionados a partir de listas encaminhadas ao Ministro pelos respectivos Comitês de Busca.

Os primeiros relatórios correspondentes aos projetos em desenvolvimento pelo Programa Entidades Associadas às Unidades de Pesquisa serão analisados pela SCUP/SEXEC em 2013.

- O fortalecimento da interação interinstitucional dos Institutos de Pesquisa do MCTI, através de reuniões e participações conjuntas em eventos, como Conferência da ONU Rio + 20, que aconteceu no Rio de Janeiro, com expressiva apresentação dos Institutos de Pesquisa nos Galpões da orlado antigo porto da cidade e outras atividades; a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), organizada em São Luiz do Maranhão e a própria Semana Nacional de

C&T, tradicionalmente realizada no mês de outubro de cada ano. Todavia, o passo mais importante para a interação entre os Institutos e deles com as Secretarias do MCTI foi dado com a aprovação de 7 (sete) Programas Estruturantes, a serem conduzidos por Comitês Gestores presididos pelos Secretários das respectivas áreas afins às atividades dos IPs que os compõem, os quais definirão, em consenso, os Projetos Prioritários a serem desenvolvidos pelos Institutos, condicionados à disponibilidade de pessoal, infraestrutura laboratorial e recursos orçamentários - financeiros. Com isso, os IPs estarão definitivamente inseridos dentro das Políticas de cada Secretaria do Ministério. A conclusão desse processo dar-se-á com a publicação das Portarias de criação dos citados Comitês Gestores e de reformulação dos Regimentos Internos das Unidades de Pesquisa, alterando os seus respectivos Conselhos Técnico-Científicos - CTCs, que passarão a incluir representantes das Secretarias afins às UPs e da SCUP.

Nos últimos anos, a SCUP vem evidando esforços no tocante à disseminação da cultura de propriedade intelectual e transferência de tecnologia nas Unidades de Pesquisa do MCTI, através do pagamento de depósitos de pedidos de proteção de criações, fortalecimento das áreas de desenvolvimento de projetos, capacitação de pessoal e promoção de eventos, entre outros. Essas atividades são custeadas através da Ação 4661 – Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisas nas Unidades de C & T, com o objetivo de atender o setor produtivo nacional em alinhamento com as políticas de governo federal para C, T & I.

Em 2012, discutiu-se a forma de se promover a institucionalização dos 4 Arranjos Regionais de Núcleos de Inovação Tecnológica das Unidades de Pesquisa do MCTI, a saber: Arranjo Regional NIT Rio (CBPF, CETEM, IMPA, INT, LNCC, ON, IBICT e MAST); Arranjo Regional NIT Mantiqueira (CTI, INPE, LNA e CNPEM); Arranjo Regional NIT Amazônia Oriental (MPEG, UFPA, UFRA, UEPA, CPATU/EMBRAPA, CESUPA, CEFET/PA, UFTO); e Arranjo Regional NIT Amazônia Ocidental (INPA, UEAM, UFAM, IDSM, Fundação de Medicina Tropical, EMBRAPA/RR, FIOCRUZ/AM, UEA, FUCAPI, FPF, IFAM, UFRR, UNIR, UFAC, SUFRAMA, CBA, CIDE e SESI).

Os Arranjos Regionais de NITs são organizações que operam em forma de rede colaborativa com a finalidade de otimizar e compartilhar recursos, disseminar boas práticas de gestão da inovação e de proteção à propriedade intelectual e transferência de tecnologia, bem como facilitar a aplicação da Lei de Inovação. Foram implantados com recursos do FNDCT e atuam com o objetivo de permitir que os resultados das pesquisas alcancem o setor produtivo, tornando essas instituições participantes nos processos de inovação tecnológica e estimulando o desenvolvimento de produtos e serviços com ciência agregada e protegida por Lei.

A efetividade da mudança de cultura interna nos Institutos de Pesquisa do MCTI no que tange à inovação pode ser medida através dos números de depósitos de patentes de invenção nos períodos 2000 a 2005 (50) e 2006 a 2012 (186), representando um aumento de 372% nos últimos sete anos.

A Lei de Inovação prevê o pagamento de *royalties* pela exploração de patentes e uso de tecnologias desenvolvidas em instituições científicas e tecnológicas (ICT's) públicas. Além dos *royalties* mensais pela transferência de tecnologia, são previstos ganhos eventuais nas prestações de serviços tecnológicos e ainda a concessão de bolsas para as equipes envolvidas nas pesquisas voltadas à inovação por parte das agências de fomento ou fundações de apoio.

Pertencente ao Arranjo Regional NIT Amazônia Ocidental, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) se destacou pelo crescimento no número de patentes depositadas no INPI, que passou de sete (entre 2000 e 2005) para 52 (entre 2006 e 2012).

Em 2012 foi assinado o acordo de transferência da tecnologia desenvolvida pelo INPA para a Água Box, empresa Hightech Componentes da Amazônia. O evento aconteceu durante o encerramento do I Workshop de Inovação – Interação Academia/Empresa. A pesquisa dedicou-se a estudar método para desinfecção da água por meio de radiação ultravioleta tipo C. Trata-se de um sistema capaz de

tornar águas sujas de rios e lagos em água potável, livre de germes e já foi testado com sucesso em aldeias na região amazônica.

O Instituto Nacional de Tecnologia (INT), pertencente ao Arranjo NIT Rio também teve desempenho significativo, aumentando o número de depósitos de patentes de sete para 38, no mesmo período. Em 2012 o INT firmou mais um contrato para a exploração de quatro desenhos industriais com a empresa BRINQUETERIA MAMULENGO. Os produtos compõem um conjunto de material didático/pedagógico para utilização em escolas, principalmente, crianças com autismo.

Em novembro de 2012, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) concedeu a patente de invenção ao Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), para o processo de utilização de finos de granito na composição do asfalto. A produção de pavimentos asfálticos utiliza 95% de agregados minerais e 5% de cimento asfáltico de petróleo (asfalto).

O Observatório Nacional depositou em março de 2012, no INPI, o pedido de registro de patente para um dispositivo e método para simular a compensação de bússola náutica, desenvolvido na área de geofísica. Em novembro do mesmo ano, a área de astronomia depositou um pedido de concessão de patente para um heliômetro anular usado para medir o diâmetro solar com alta precisão, chamado de dispositivo para medidas angulares. A vantagem deste heliômetro é que ele utiliza um sistema de espelhos que apresentam maior instabilidade mecânica para as lentes empregadas no heliômetro convencional.

O Arranjo Regional NIT Amazônia Oriental tem como uma de suas preocupações estabelecer projetos de pesquisa com povos e populações da região, bem como implantar a base de dados online de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e prospectar pelo menos 30 tecnologias das ICTs que o compõem.

As instituições do Arranjo Regional NIT Mantiqueira também apresentaram evolução. O Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI) aumentou a quantidade de depósitos de patentes, na comparação de 2000-2005 para 2006-2012, passando de dois para 15 pedidos no período. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) também avançou de cinco para nove depósitos. Entre as patentes depositadas com o auxílio do NIT Mantiqueira estão duas do CTI: um aparelho que mede o nível da água para aplicação no monitoramento de rios, lagos, bacias marítimas e correlatos; e uma placa em titânio para promover osteossíntese (intervenção cirúrgica que tem por finalidade reunir fragmentos ósseos) em casos de fratura em mandíbula de cães.

Os resultados obtidos com a experiência dos Arranjos Regionais de NITs indicam a importância de se continuar investindo no treinamento de recursos humanos, condição indispensável para se atingir os níveis de desenvolvimento desejados.

- Os recursos orçamentários/financeiros descentralizados através de Termos de Descentralização de Créditos Orçamentários, totalizando 81 Termos, no valor de R$ 20.821.889,00 (vinte milhões, oitocentos e vinte e um mil, oitocentos e oitenta e nove reais), recursos constantes das ações sob responsabilidade da SCUP, sendo que 76 TDC foram repassados às Unidades de Pesquisa do MCTI e 05 para entidades externas. Foram pactuados 05 (cinco) contratos de Gestão entre o MCTI e as Organizações Sociais vinculadas, totalizando R$ 130.593.010,00 (cento e trinta milhões, quinhentos e noventa e três mil e dez reais), consideradas apenas as ações da SCUP. Informamos que dos 81 TDC repassados, 75 foram prestadas contas e 06 estão com a vigência até março/2013;

- Os recursos orçamentários repassados para as Unidades de Pesquisa atenderam os objetivos e descrição das finalidades das ações do PPA, sendo utilizados critérios de prioridades de demandas das UPs, em conformidade com os seus Planos Diretores e com o orçamento autorizado na Lei Orçamentária Anual - LOA;

- Assinatura do Portal de Periódicos da CAPES, através do acesso eletrônico a informações e tecnologias: www.periodicos.capes.gov.br, que contém bases de textos completos e bases referenciais para pesquisa bibliográfica que correspondem a 23.947 títulos de periódicos e 126 bases referenciais que integram o Portal, objetivando promover aos pesquisadores, tecnologistas, analistas e colaboradores do MCTI e dos Institutos, um acesso universal a um amplo e atualizado acervo de textos completos de periódicos e bases de referência, sem limitações de horário, tornando-se assim, instrumento essencial no processo de difusão interna de informações para as diversas unidades formuladoras de política e/ou executoras de pesquisa que compõe o MCTI.

Buscando aprimorar a transparência, a qualidade e o detalhamento dos relatórios de execução dos contratos de gestão, bem como estabelecer certa padronização facilitando a sua análise e o seu entendimento, a CGOS apresentou, em reunião para este fim, a proposta preliminar de um novo modelo aos diretores das OS supervisionadas - que, por sua vez, apontaram algumas incongruências em seu conteúdo, mas com ela concordaram em grande parte. Na oportunidade, as OS informaram que já assimilariam em seus atuais relatórios certas proposições e outras até já eram contempladas há certo tempo. O ponto que suscitou divergências por parte das OSs em relação ao modelo apresentado se deu em função do grau de detalhamento sugerido para a execução dos recursos, no nível de objetos de gastos. Tal impasse tende a ser superado em nova proposta de relatório a ser remetida neste exercício, uma vez que não houve tempo hábil para sua reformulação desde a apresentação e discussão realizada entre SCUP/CGOS/OSs, em dezembro de 2012. Dessa forma, espera-se que, após a análise das sugestões de melhoria enviadas pelas OSs, a ser realizada pela CGOS/SCUP, possa chegar-se a uma versão final que venha a atender, a partir da prestação de contas do exercício de 2013, não somente às recomendações contidas no PPP 2012 da CGU, como as orientações emanadas pela Lei 9.637/1998.

Mediante a produção documental de modelos de sistema (SAECOS) e relatório de execução dos contratos de gestão, minutas de termos aditivos aos contratos de gestão, notas técnicas, ofícios, memorandos, elaboradas após análise de vasto material informacional sobre os diversos temas de C&T executados pelas OSs, sobretudo no tema gerencial da contratualização de desempenho, a equipe técnica da CGOS/SCUP instruiu e assessorou a alta administração do MCTI subsidiando suas decisões por meio de informações/análises técnicas fundamentadas, bem como os colegiados responsáveis pelo acompanhamento, avaliação, supervisão e fiscalização dos Contratos de Gestão firmados (Conselhos de Administração das OSs, Comissões de Avaliação dos Contratos de Gestão).

Visando o atendimento à Portaria MCTI 967/2011, alterada pela Portaria MCTI 777/2012, as orientações para a produção técnica de documentos, bem como a sua difusão junto aos parceiros do MCTI no financiamento de ações ou projetos por meio dos Contratos de Gestão, resultaram em reuniões técnicas com as OSs, além de diversos órgãos (FINEP, MEC, FNDE, MP, MS, MINC, INMetro, MAPA) no sentido de buscar entendimentos quanto às melhores práticas para o desenvolvimento do ainda incipiente modelo OS, abordar e esclarecer as orientações emanadas da LDO 2012, mais especificamente o seu inciso XXV do art. 11º do capítulo II – que estabelece a obrigatoriedade de discriminação em categorias de programação específicas as dotações destinadas aos CGs entre órgãos e entidades da APF e as OSs –, bem como o pouco difundido enquadramento nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 junto aos departamentos do próprio MCTI, visando a articulação para o bom andamento das atividades realizadas nessas organizações supervisionadas. Ainda nesse sentido, foram realizadas reuniões com representantes do MCTI nos Conselhos de Administração das OSs visando o esclarecimento de suas novas atribuições diante das orientações da Portaria MCTI 967/2011, e, principalmente, diversas reuniões com as diretorias das OS, abordando temas de sua gestão na execução dos Contratos em diversos aspectos, destacando-se:

- Previsão orçamentária de fomento e principais projetos específicos a serem financiados por recursos cooperados;
- Política de gestão da carteira de parceiros fomentadores da OS;
- Cumprimento das metas de PPA de projetos cooperados;

- Relatórios anuais segregados para cada ação específica de entes cooperados;
- Reposicionamento estratégico, estágio e andamento, principais alterações, benefícios imediatos e a longo prazo, impactos no contrato de gestão e na sistemática de acompanhamento e avaliação novos instrumentos gerados, e demais aspectos considerados de relevância;
- Política de gestão de pessoas, parâmetros, regime contábil, normalização geral ou especificação à entidade, gastos com pessoal, provisionamentos;
- Entendimentos sobre Reserva Técnica, conceito, parâmetros, utilidade, quando deve ser usada, autorização do Conselho de Administração, a correlação do limite à unidade temporal de 8 meses de atividades básica e sua vinculação à planilha de custeio básico da OS;
- Novos Estatutos e Regulamentos de Compras;
- Ajustes nos procedimentos de promoção do contrato e pactuação de Termos Aditivos Anuais;
- Atendimento às recomendações da Comissão de Avaliação;
- Apresentação dos impactos à constituição de reserva técnica ao contrato de gestão e da criação e constituição de fundos vinculados às OS.

Em seu primeiro ano de aplicação, a recém-implantada Portaria MCTI nº 967, de 21 de dezembro de 2011, que disciplina as atividades de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos CGs celebrados com OSs, mostrou-se carente de uma mínima reforma visando a melhor execução de suas determinações. Mediante a edição da Portaria MCTI n° 777, em 31 de outubro de 2012, a Portaria 967/2011 foi alterada principalmente nos itens que se referem à interveniência, proposta de inserção aos contatos de gestão e razoabilidade dos custos dos projetos.

No ano de 2012 se iniciou o já necessário processo de revisão da Sistemática de Avaliação dos CGs, por meio de análises técnicas contendo recomendações procedimentais para serem consideradas na atual instrumentação constante dos anexos aos Contratos (Plano de Ação e Quadro de Indicadores e Metas). Destacam-se a gestão, junto às Comissões de Avaliação e Diretorias das OSs, de uma estratégia de trabalho em reuniões para este fim, planejada para aperfeiçoar a avaliação de desempenho e resultados dos Contratos de gestão, na pretendida evolução do suporte ao processo e à tomada de decisão pelos sistemas de governança estabelecidos pela Lei 9637/98.

Outra realização importante foi oficialização da alteração do nome da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS) que passou a ser denominada de Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), devido à já observável complexa organização que se tornou na ampliação de atividades anexas ao LNLS, ficando responsável pela gestão integrada dos Laboratórios Nacionais dispostos em seu *campus.* Além do já citado LNLS, também se integram ao CNPEM o LNBio, o CTBE e o LNNano.

PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA UJ

As principais dificuldades apresentadas em 2012 continuaram centradas nas áreas orçamentárias e de recursos humanos.

Nos últimos anos houve expressivo investimento do MCTI na recuperação e expansão da infraestrutura básica das UPs, abrangendo modernização de laboratórios, infraestrutura de pesquisa e

ensino de pós-graduação, rede de apoio computacional, bibliotecas e demais ambientes para se adequarem ao desenvolvimento das atividades específicas de cada Instituto de Pesquisa.

Como decorrência, o orçamento das UPs em 2012 tornou-se insuficiente frente às responsabilidades a elas acometidas e às novas despesas para sua manutenção básica. Com relação ao orçamento da SCUP observa-se que, no último quatriênio não ocorreu aumento significativo dos recursos. Tornando-os assim insuficientes para fazerem frente aos gastos de manutenção e administração da infraestrutura de pesquisa que foi construída, podendo interferir na realização dos compromissos técnico-científicos assumidos no novo contexto nacional da área de Ciência, Tecnologia e Inovação.

As novas instalações finalizadas em 2011, bem como aquelas que foram reformadas e modernizadas durante o período de vigência dos Planos Diretores anteriores ao atual, disponibilizam infraestrutura moderna e mais sofisticada, tal como o estabelecimento de redes de pesquisa para desenvolvimento de processos, condicionamento ambiental especial, manutenção de equipamentos e insumos para bancadas de laboratórios, todas com novos e altos custos.

O Programa de Capacitação Instittucional (PCI) teve, no primeiro semestre de 2012, um problema de definição de fonte de recursos, causando grande apreensão nos Institutos de Pesquisa envolvidos e na própria SCUP. O assunto só foi resolvido em julho daquele ano, com o aporte de R$ 25 milhões para o Programa, dos quais R$ 13 milhões provenientes do CNPq e o restante do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), gerenciado pela FINEP.

Como decorrência, o orçamento das UPs e OSs em 2012 tornou-se insuficiente frente às responsabilidades a elas acometidas e às novas despesas para sua manutenção básica, e tampouco atenderam adequadamente aos Contratos de Gestão firmados com as OS: IDSM, RNP e IMPA, valendo mais uma vez lembrar que os Órgãos de Controle, por ocasião de suas auditorias, vêm apontando um descompasso entre o orçamento para as diferentes atividades ano a ano nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais.

Ainda no âmbito da ação de recuperação da infraestrutura apresentaram-se necessidades de adaptações dos Projetos Executivos para adequação aos recursos aprovados no orçamento de 2012 e disponibilizados para as UPs. Durante a fase de licitação, as UPs tiveram dificuldades no andamento dos processos junto aos Núcleos da Advocacia Geral da União, que resultaram em atrasos significativos nas contratações. Ainda ocorreram alterações de metas iniciais que não tiveram os processos aprovados ou dificuldades com a execução da licitação. Esses fatos, em alguns casos, ocorreram somente em dezembro, gerando um montante significativo dos empenhos inscritos em restos a pagar.

Mais grave no entanto, no caso das Unidades de Pesquisa de Administração Direta do MCTI, é a questão dos quadros de pessoal, com percentuais de aposentadorias previstas até 2013, da ordem de quase 40%, em algumas delas, cujas médias de idade alcançam patamares de 60-61 anos! Para amenizar a situação, o Ministério do Planejamento autorizou, no final de 2011, a abertura de concurso público para pesquisadores, tecnologistas, analistas de C&T, técnicos e assistentes de C&T, em número suficiente para cobrir as vagas existentes em agosto de 2011, mas altamente insuficientes para a substituição de aposentadorias a acontecerem a partir deste ano e para a realização de encargos que o Ministério passou às UPs. Esse concurso, infelizmente não irá resolver o problema de pessoal das Unidades de Pesquisa, mas apenas amenizá-lo.

PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

Considerações Gerais

Como unidade subordinada à Secretaria – Executiva do Ministério a SCUP não tem um Planejamento Estratégico no sentido estrito da expressão.

No entanto, a partir do Relatório de Avaliação das Unidades de Pesquisa, realizado por uma Comissão de Especialistas de alto nível em 2001 e da sua "Proposta de uma Política de Longo Prazo para as Unidades de Pesquisa", a SCUP organizou um Plano de Ação que veio contemplar não só as UPs, como em grande parte as próprias OSs por ela supervisionadas, plano esse em conformidade com os "Planos de Ação do Ministério" para os períodos 2004 – 2007, 2007 – 2010 e mais recentemente com o novo "Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia 2012 – 2015.

Esse Plano da SCUP abrangeu 6 (seis) grandes Objetivos Estratégicos segundo as recomendações do Relatório acima:

a) Recuperação Orçamentária dos Institutos de Pesquisa (UPs e OSs);

b) Recuperação da infraestrutura física e laboratorial (UPs e OSs);

c) Implantação de Sistema de Gestão (UPs);

d) Recuperação dos quadros de pessoal (UPs);

e) Interação dos Institutos (UPs e OSs) entre si, com outras instituições externas ao MCTI e com as Secretarias do Ministério;

f) Expansão das atividades de pesquisa e desenvolvimento para outras Regiões do País além da Região Sudeste.

Dois outros Objetivos Estratégicos, mais recentes, vieram se juntar aos acima citados:

g) Fortalecimento das atividades relacionadas à Inovação junto às UPs;

h) Normatizar as atividades de supervisão e acompanhamento da execução dos Contratos de Gestão celebrados entre o MCTI e as OS (Elaboração da Portaria MCTI nº 777/2012, que altera a Portaria MCTI nº 967/2011).

O assim denominado "Plano de Ação da SCUP", iniciado em 2004 ainda continua sendo implementado, embora quase todos os seus Objetivos tenham sido alcançados, como se verá mais adiante.

Os objetivos acima perseguidos nos últimos doze anos estão inseridos – intrinsicamente (caso dos itens b, c, e, f, g e h) ou extrinsicamente (caso dos itens a e d) – nas obrigações da SCUP contidas em seu Regimento Interno.

Os itens b e c estão contemplados em Ações específicas no PPA, a saber:

- Ação 12C9: Recuperação da infraestrutura física das Unidades de Pesquisa;

- Ação 7306: Expansão e aperfeiçoamento do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas nas Unidades de Pesquisa do MCTI.

Os itens f e g estão contemplados na Ação PPA 4661: Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa e Inovação nos Institutos do MCTI.

Principais Objetivos Estratégicos planejados para a SCUP em 2012

a) Assegurar as condições orçamentárias e financeiras para as Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais

Apesar da sua pequena expansão, o orçamento dos Institutos de Pesquisa tem evoluído muito pouco frente às responsabilidades a eles cometidas, principalmente pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2012-2015 e às novas despesas decorrentes de sua manutenção, modernização e recuperação, no último triênio não houve aumento significativo dos recursos e têm sido insuficientes para fazer frente aos gastos de manutenção e administração da infraestrutura de pesquisa consolidada e aos compromissos técnico-científicos assumidos no novo contexto da área de Ciência, Tecnologia e Inovação.

b) Recuperação da infraestrutura física e laboratorial das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais

Em 2012 foi planejada a realização de levantamento das demandas das Unidades de Pesquisa referentes à manutenção e modernização da infraestrutura física das UPs e seleção dos projetos prioritários que pudessem ser atendidos com os recursos da Ação do PPA 12C9, na ordem de 6 a 7 unidades. A partir dessa seleção os recursos foram repassados as unidades por meio de Termo de Descentralização de Crédito, cuja execução e prestação de contas estão sendo acompanhadas pela SCUP.

Ainda foi planejado o acompanhamento de obras apoiadas com recursos dos Fundos Setoriais já alocados nas Instituições de Pesquisa como ex. o Prédio do Acervo do IDSM. Essas visitas técnicas foram programadas juntamente com o cronograma da obra e com as equipes das instituições objetivando dar apoio técnico da SCUP para esses eventos.

Foram, ainda, programadas visitas técnicas com o objetivo de acompanhar o projeto de execução do paisagismo e arruamento do Prédio do futuro Instituto Nacionais de Pesquisa do Pantanal, recém-construído no campus da UFMT em Cuiabá.

c) Recuperação dos quadros de pessoal das Unidades de Pesquisa

O concurso público finalmente realizado para a sede do MCTI e para suas Unidades de Pesquisa, embora não venha resolver a situação desses últimos frente às aposentadorias previstas nos próximos anos, ao menos virá minimizar a situação crítica pela qual passam.

A SCUP trabalhou para preencher as necessidades presentes e proximamente futuras das UPs, através de estudos sobre as previsões de desligamentos de pessoal, encaminhando-os à SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério.

Inovação – ENCTI 2012 – 2015" e às determinações do Sr. Ministro e do Sr. Secretário-Executivo, as equipes da SCUP continuaram os trabalhos iniciados em 2011 voltados para fortalecer as atividades das Unidades de Pesquisa e das Organizações Sociais supervisionadas pelo MCTI, no âmbito das políticas estabelecidas pelas quatro Secretarias do Ministério (SECIS, SEPED, SEPIN e SETEC).

d) Contratos de Gestão

Otimizar o modelo de contratos de gestão com Organizações Sociais se baseando na consolidação das instâncias de governança que interligam e juntas fazem a evolução da parceria entre OS e União, prioritariamente:

- No planejamento de macroprocessos e linhas de ação;

- Na definição dos objetivos estratégicos;
- Na evolução dos sistemas de acompanhamento e avaliação;
- Na manutenção da excelência no desempenho institucional;
- Na busca da efetividade nos resultados contratados.

e) Expansão das atividades de C,T&I do Ministério nas Regiões do País: fortalecimento dos Núcleos Regionais das Unidades de Pesquisa

Obedecendo à política do Ministério de expandir e "desconcentrar" as atividades de pesquisa científica e tecnológicas de suas instituições, iniciada em 2004, a SCUP procurou fortalecer e apoiar os Núcleos Regionais subordinados ao INPA (Porto Velho, RO; Rio Branco, AC; e Boa Vista , RO), MPEG (Caxiuanã),CETEM (Cachoeiro do Itapemirim, ES.

f) Fortalecimento das atividades de Inovação das Unidades de Pesquisa do MCTI

Em consonância com a política do Ministério de fortalecer as atividades de suas UPs relacionadas à inovação, a SCUP procurou fortalecer e apoiar os quatro Arranjos de Núcleos de Inovação Tecnológica hoje existentes no âmbito do Ministério: Renato Archer e integrado pelo INPE, LNA, ABTLuS, I e integrado pelo INT, CETEM, LNCC e IMPA-OS; NIT Amazônia Ocidental, liderado pelo INPA e integrado pela UFAM, UEA, SUFRAMA, CBA; NIT Amazônia Oriental, liderado pelo MPEG e integrado pela UFPA, UEPA, Instituto Evandro Chagas.

g) Revisar normativos e práticas , visando o maior dinamismo, a transparência, a efetividade, a razoabilidade e o rigor dos procedimentos técnico-operacionais estabelecidos.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Em 2012, infelizmente, nem todos os Objetivos Estratégicos planejados pela SCUP dentro do contexto geral de seu Plano de Ação foram alcançados, para tanto contribuindo os seguintes fatores:

Político : Mudança do Ministro e de parte de seus Secretários, embora, em linhas gerais, as atividades principais não tenham sido totalmente interrompidas na SCUP, ainda que os ajustes de tais mudanças tenham provocado atraso em algumas definições de rumos;

Econômico : retardamento da definição orçamentária para as Unidades de Pesquisa e, sobretudo, para as Organizações Sociais;

Indefinição sobreo orçamento que seria destinado ao Programa de Capacitação Institucional – PCI, o que causou extrema tensão e insegurança para os Institutos de Pesquisa e para os bolsistas contratados pelo CNPq;

Falta de definição precisa sobre o concurso público e as vagas destinadas às Unidades de Pesquisa, causando tensão, apreensão e desconforto às suas equipes;

Demora nos Pareceres da CONJUR/MCTI em função da falta de advogados em quantidade suficiente para as demandas do Ministério e da SCUP em particular;

Demora nas decisões das AGUs Regionais sobre Pareceres solicitados pelas Unidades de Pesquisa, levando ao retardamento da Execução Orçamentária Anual, controlada pela SCUP;

Insuficiência de pessoal, sobretudo na Coordenação – Geral de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão – CGOS;

Impossibilidade de divulgar as pesquisas científicas, tecnológicas e de inovações dos Instiutos de Pesquisa integrantes e supervisionados pelo MCTI: não foi publicado o Livro sobre as Principais Realizações e Perspectivas dos Planos Diretores 2007 – 2010 dos Institutos de Pesquisa do MCT e nem foi realizado o “Programa Conhecimento para Todos” destinado a divulgar as atividades de cada Instituto , presencialmente, através de palestras de seus Diretores, como aconteceu em 2009, com ampla repercussão positiva.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Diante do exposto no subitem 2.1.1 “Considerações Gerais”, bem como em face da Análise Crítica a ser apresentada nos subitens 4.1.2; 4.1.3; 4.1.4 e; 4.1.6, conjugada com as “Principais Realizações da Gestão”, sobre as quais também já se discorreu na Introdução, a SCUP entende que foram/serão evidenciados, no decorrer do presente Relatório, o nível de execução das ações e o alcance das metas.

Ademais, quanto ao impacto dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da unidade a SCUP, por ser área-meio, entende que deve pautar-se pelos objetivos estratégicos setoriais (ENCTI) e, portanto, em última análise, o impacto dos resultados de suas ações deve ser medido levando-se em consideração o grau de sucesso da ENCTI.

2.4 Indicadores

À exceção dos indicadores usados pelas Coordenações da SCUP na contratualização do desempenho dos IPs, não há indicadores gerenciais, no âmbito interno, para a própria SCUP. No entanto, existe uma visão – que, porém, ainda não está integralmente consolidada – de que, sendo a SCUP uma área-meio do MCTI, ainda que os indicadores de contratualização de desempenho possam permitir uma avaliação do funcionamento da própria SCUP, eles não devem ser os únicos.

Ou seja, fosse ineficiente ou ineficaz a SCUP, esses problemas refletir-se-iam nos Institutos de Pesquisa, cujo desempenho a SCUP contratualiza. Contudo, admite-se que as atividades-meio realizadas pela SCUP podem demandar indicadores, metas para eles, enfim, uma estruturação mais burocrática.

PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

3.1 Estrutura de Governança

A Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP dispõem, dentro de seu sistema de governança organizacional, de órgãos colegiados, de caráter deliberativo ou consultivo, criados com o propósito de contribuir para o processo decisório institucional de condução de políticas públicas, na área de ciência, tecnologia e inovação. Tais órgãos foram criados para atender a dispositivos legais (Leis e Decretos). Dentre eles estão:

Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão
Descrição:

As Comissões de Avaliação são colegiados constituídos também por previsão na Lei das OSs, para assessorar este MCTI na condição de Órgão Supervisor do Contrato de Gestão, instrumento que vincula a OS à União por meio deste MCTI. As CAs são necessariamente constituídas por especialistas de notória capacidade nos campos de atuação das OS e são nomeados por meio de Portaria do Ministro da pasta após indicação por análise curricular da SCUP. A CGOS/SCUP secretaria as reuniões regulares (semestral de acompanhamento e anual de avaliação) e extraordinárias, dando suporte para a produção de relatórios ao MCTI quanto ao acompanhamento e a avaliação de desempenho, bem como sugerindo o desenvolvimento dos instrumentos de avaliação como a sistemática, os indicadores e as metas, e de providências para a melhor obtenção de resultados. Os resultados relatados (preliminares e finais) pela OS são analisados, calculados e ponderados pela CA, que exprime seu parecer subsidiando a tomada de decisão do Ministro da Ciência, e Tecnologia e Inovação, mediante prévia análise técnica que ampara, explica e posiciona a autoridade sobre o andamento da execução do Contrato de Gestão de cada OS. Tanto as Portarias MCTI 967/2011 e 777/2012, quanto as portarias que nomeiam os integrantes das Comissões, normatizam as atribuições das Comissões que passam a formar pela indicação Ministerial.

Legislação:

Lei nº 9.637, de 15/05/1998 (Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências).

Decreto nº 4.724, de 09/05/2003 (Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências).

Portaria nº 967, de 21/12/2011 (Disciplina as atividades de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais e dá outras providências).

Portaria nº 888, de 25/11/2011 (Institui Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com a Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron - ABTLuS).

Portaria nº 889, de 25/11/2011 (Institui Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM).

Portaria nº 890, de 25/11/2011 (Institui Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com a Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA).

Portaria nº 891, de 25/11/2011 (Institui Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE).

Portaria nº 892, de 25/11/2011 (Institui Comissão de Avaliação - CA que analisará, periodicamente, os resultados e metas atingidos na execução dos objetivos previstos no Contrato de Gestão celebrado com a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP).

Competências:

I - analisar os relatórios de gestão e avaliar os resultados e metas alcançados pela OS, à luz dos objetivos do contrato de gestão, bem como as justificativas que porventura vierem a ser apresentadas em caso de não-consecução de metas e resultados;

II - propor, se for o caso, a revisão de indicadores e metas, bem como recomendar ações corretivas ou incrementais na sistemática de avaliação, no plano de ação, no cronograma de desembolso, dispositivos contratuais e nos relatórios de gestão;

III - emitir relatório de acompanhamento semestral, apresentando o monitoramento da execução das atividades do Plano de Ação e do potencial de cumprimento das metas anuais e indicadores pactuados, com análise dos problemas e gargalos e proposição de sugestões e recomendações para subsidiar correções de rumo;

IV - emitir relatório anual conclusivo de avaliação dos resultados, de que trata o §2º do art. 8º da Lei nº 9.637, considerando, quando for o caso, as recomendações do acompanhamento semestral bem como a análise de subsídios e de suportes prestados aos trabalhos da CA; e

V - emitir relatório de avaliação do ciclo plurianual do contrato de gestão, a ser encaminhado à Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa SCUP, analisando conclusivamente os resultados e impactos das linhas de ação e, quando for o caso, as recomendações e os laudos técnicos emitidos por especialistas e consultores.

Conselho de Administração das Organizações Sociais

As Organizações Sociais são moldadas sob a ótica da gestão pública gerencialista, e seu controle se embasa no suporte a estruturas de governança como conselhos, comissões e auditorias. Esse modelo foi instituído pela Lei 9637/98 – Lei das OSs - e, por força dela, cabe a este MCTI indicar para as Organizações Sociais que supervisiona nomes para compor esses colegiados que, por sua vez, exercem o controle social da instituição privada sem fins lucrativos.

Os Conselhos de Administração são conselhos diretores com previsão legal na Lei 9637/08, que contam com participação de membros indicados do poder público e da sociedade civil em faixas de porcentagem determinadas pelo normativo. Suas funções visam estabelecer as grandes diretrizes da entidade a que fazem parte, bem como fiscalizar, aprovar a prestação de contas (relatórios de Gestão) e os principais regulamentos (interno, compras, recursos humanos), bem como constituir e destituir a diretoria da Organização Social. Esses Conselhos realizam reuniões regulares organizadas pela Diretoria-Geral das OS, onde seus membros deliberam apoiados por relatórios e pareceres tanto da entidade da qual o Conselho faz parte, quanto de suas organizações de origem.

Os membros indicados pelo MCTI têm o apoio técnico por meio de reuniões ou de notas e correspondências emitidas pela SCUP, que os atualizam com informações que servirão de subsídio para o seu posicionamento nas reuniões que participam. Dentre suas atribuições está a de aprovar o

plano para a Auditora Externa contratada pela OS. Em normativos internos - Portarias MCTI 967/2011 e 777/2012 - são reguladas as atribuições da participação dos representantes do poder público indicados pelo MCTI nesses Conselhos.

As Auditorias Externas também cumprem disposição legal da Lei 9637/08; seu plano é proposto pela direção da OS e aprovado pelo Conselho de Administração; visam investigar e apurar a regularidade das contas apresentando um relatório de auditoria ao Conselho de Administração da entidade, documento que compõe a prestação de Contas do Contrato de Gestão a este MCTI.

Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Termos de Compromisso de Gestão

Descrição:

Os Termos de Compromisso de Gestão tem por finalidade dotar as Unidades de Pesquisa do MCTI de um instrumento de acompanhamento semestral e avaliação anual das metas pactuadas em seus Planos Diretores e outras baseadas em indicadores específicos construídos com a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP e cada Unidade de Pesquisa, a partir de 2002, com base no Relatório " Proposta de Política de Longo Prazo para as Unidades de Pesquisa vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia". Constituem-se em um dos instrumentos de gestão de caráter anual daquelas instituições.

Legislação:

Decreto nº 5.886, de 06/09/2006 (Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências).

As composições das Comissões são estabelecidas em Cláusulas específicas nos TCG.

Competências:

Caberá à Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP a convocação de reuniões semestral de acompanhamento e anual de avaliação, com a finalidade de analisar os correspondentes relatórios, com a participação mínima de:

I - dois representantes da SCUP;

II - dois representantes da Unidade de Pesquisa; e

III - pelo menos um membro do Conselho Técnico-Científico - CTC, externo à Unidade de Pesquisa.

Comissão de Coordenação do Programa de Capacitação Institucional - PCI:

Descrição:

O PCI é um programa do MCTI coordenado pela Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP, gerenciado pela Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa - CGUP e operacionalizado pelo CNPq, com recursos do orçamento de bolsas de fomento tecnológico.

O PCI apoiará projetos nos Subprogramas de Capacitação Institucional desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa subordinadas, vinculadas e supervisionadas pelo Ministério da Ciência,

Tecnologia e Inovação - MCTI, envolvendo tanto a participação de técnicos pertencentes aos seus quadros, quanto de especialistas externos necessários à condução e execução de projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico , além de estudantes universitários, de ensino médio e de curso profissionalizante.

Legislação:

Portaria nº 745, de 22/09/2011 (Aprova o Documento Básico do Programa de Capacitação Institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - PCI/MCTI, de acordo com a Resolução Normativa nº 27, de 21 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que estabelece normas gerais e específicas para as Bolsas do Programa de Capacitação Institucional - PCI do MCTI/CNPq).

Competências:

I - estabelecer a estratégia do Programa;

II - propor ao Secretário-Executivo do MCTI o orçamento anual para o Programa;

III - aprovar os subprogramas propostos pelas Unidades;

IV - aprovar as cotas e respectivos tetos máximos mensais de bolsas para as Unidades;

V - apreciar e aprovar os relatórios de desenvolvimento do Programa;

VI - aprovar modificações nos documentos normativos do Programa; e

VII - resolver casos omissos nos Documentos Normativos.

Comissão de Enquadramento do Programa de Capacitação Institucional - PCI:

Descrição:

A Comissão tem por finalidade analisar as solicitações de bolsas de fomento tecnológico e extensão inovadora, efetuando o enquadramento de acordo com os níveis estabelecidos em ato normativo. As bolsas do PCI, exclusivas deste programa, são destinadas à formação e capacitação de recursos humanos e à agregação de especialistas, que contribuam para a execução de projetos de pesquisa ou de desenvolvimento tecnológico.

Legislação:

Portaria nº 745, de 22/09/2011 (Aprova o Documento Básico do Programa de Capacitação Institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - PCI/MCTI, de acordo com a Resolução Normativa nº 27, de 21 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que estabelece normas gerais e específicas para as Bolsas do Programa de Capacitação Institucional - PCI do MCTI/CNPq).

Competências:

I - analisar as propostas de bolsistas apresentadas pelas Unidades e seu enquadramento dentro das modalidades previstas em regulamento; e

II - adotar as eventuais medidas corretivas às propostas formuladas pelas Unidades, visando ao fiel cumprimento das normas e instruções sobre o PCI e às determinações dos órgãos de controle interno e externo ao MCTI.

Comitê de Coordenação do Programa Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação:

Descrição:

O Programa Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação visa dinamizar o desenvolvimento científico e tecnológico no País.

Entidades Associadas são Institutos, Laboratórios, Centros, Núcleos ou Departamentos de instituições universitárias ou de pesquisa científica ou tecnológica, que desenvolvem programas de interesse estratégico para o País, para os quais a associação formal com uma ou mais Unidades de Pesquisa do MCTI seja de interesse mútuo e promova a consolidação de ações e projetos avançados de maior amplitude científica, tecnológica e de inovação.

A solicitação de credenciamento de Entidade Associada deverá ser apresentada ao MCTI pelo dirigente da Unidade de Pesquisa interessada, depois de estabelecidos acordo prévio e planejamento do programa de colaboração com a instituição proposta, este devidamente justificado e em sintonia com as linhas e programas estabelecidos nos eixos estratégicos pelo MCTI.

O credenciamento de Entidades Associadas será feito por portaria ministerial, atendendo a recomendação circunstanciada da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP, e com elas serão assinados convênios pelo MCTI, para realização de projetos ou atividades específicas com prazos definidos de execução, aprovados pelo Conselho Técnico-Científico da respectiva Unidade de Pesquisa e pela autoridade máxima da instituição que abriga a Entidade Associada proposta.

Legislação:

Portaria nº 510, de 12/08/2008 (Institui o Programa Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia, visando dinamizar o desenvolvimento científico e tecnológico no País).

Portaria nº 613, de 23/07/2009 (Disciplina a implementação e o funcionamento do Programa Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia).

Competências:

I - acompanhar e avaliar o alcance das metas de desempenho acordadas no Termo de Parceria;

II - avaliar a necessidade e propor ao PARCEIRO PÚBLICO e à OSCIP a renegociação do Termo de Parceria, se necessária, principalmente no que diz respeito a metas e indicadores; e

III - analisar e emitir parecer ao PARCEIRO PÚBLICO sobre os resultados atingidos e a oportunidade de renovação do Termo de Parceria ao fim do prazo de sua vigência.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO 2 - QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
61. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
62. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
63. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
64. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
65. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
66. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
67. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
68. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
69. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
70. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	X				
71. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
72. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
73. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
74. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
75. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
76. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
77. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
78. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
79. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				

80. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	**X**				
81. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	**X**				
82. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.	**X**				
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
83. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					**X**
84. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				**X**	
85. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					**X**
86. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					**X**
87. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					**X**
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
88. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	**X**				
89. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	**X**				
90. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	**X**				
Análise Crítica:					

PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO 3 - QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo	
Código Programa	2021
Título	Ciência, Tecnologia e Inovação
Órgão Responsável	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI

Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R$ 1,00)			
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA	
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	160.000.000,00	156.759.993,00	-
b) Outras Fontes	-	-	
c) Subtotais (a + b)	160.000.000,00	156.759.993,00	
d) Valor Global Previsto no PPA	160.000.000,00		

Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R$ 1,00)				
Despesa Empenhada	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar**		**Valores Pagos**
		Processados	**Não Processados**	
152.742.024,00	146.620.751,00	32.776.815,20	6.121.273,73	139.268.265,00

Objetivos Relacionados ao Programa		
Código	**Descrição**	**Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento**
0400	**Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.**	**24101 - MCTI**
0401	**Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do País.**	**24101 – MCTI**
0403	**Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.**	**24000 – MCTI**
0485	Consolidar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC)	24101 – MCTI
0486	Promover a Pesquisa, o Desenvolvimento e a Inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e microeletrônica.	24101 – MCTI
0493	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais.	24101 – MCTI
0494	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustível, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás, aeroespacial.	24101 – MCTI
0497	Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.	24101 – MCTI
0498	Promover a Formação e Capacitação de Recursos Humanos nas Engenharias e demais Áreas Tecnológicas, priorizando a concessão de bolsas nessas áreas.	24101 – MCTI

0499	Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.	24101 – MCTI
0500	Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.	24101 – MCTI
0501	Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis.	24101 – MCTI

Fonte: SIG/MCTI e SIOP. Foram informados apenas os recursos relacionados às ações sob responsabilidade da SCUP.

Análise Crítica

Não se aplica, uma vez que a SCUP não é a Unidade Jurisdicionada responsável pelo programa.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO 4 - QUADRO A.4.2.A – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo							
Código	0401						
Descrição	Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do País.						
Programa	2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação						
Órgão Responsável	MCTI						
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
10.357.820,00	10.357.820,00	10.357.820,00	10.357.820,00	-	-	10.357.820,00	
Metas do Exercício							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Pesquisa realizada (ação 4188)	Un	34	48	10.357.820,00	10.357.820,00	

Fonte: SIG/MCTI e SIOP. Foram informados apenas os recursos relacionados às ações sob responsabilidade da SCUP.

QUADRO 5 - QUADRO A.4.2.B – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo							
Código	0403						
Descrição	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.						
Programa	2021- Ciência, Tecnologia e Inovação						
Órgão Responsável	MCTI						
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
131.023.473,00	127.405.504,00	127.405.504,00	121.284.231,00	30.776.815,20	5.861.443,14	113.931.746,00	
Metas do Exercício							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Centro Implantado (ação10ZU)	% de execução física	5	5	200.000,00	180.000,00	
2	Unidade recuperada (ação 12C9)	Un	7	6	2.815.000,00	2.746.943,00	
3	Unidade implantada (ação 13CL)	Un	5	5	15.203.870,00	15.203.870,00	
4	Artigo publicado (ação 4122)	Un	31	31	13.749.360,00	13.549.360,00	
5	Pesquisa realizada (ação 4192)*	Un	207	306	66.925.860,00	66.125.860,00	
6	Serviço Implantado (ação 4655)	Un	5	13	19.628.950,00	19.628.950,00	
7	Projeto apoiado (ação 4661)	Un	27	27	7.500.433,00	5.989.612,00	
8	Evento apoiado (ação 6190)	Un	6	6	1.100.000,00	1.015.414,00	
9	Título mantido (ação 6780)	Un	2700	2700	2.800.000,00	2.069.953,00	
10	Sistema aperfeiçoado (ação 7306)	Un	2	1	1.100.000,00	895.542,00	

*Foram creditados R$ 200.000,00 oriundos da ação 10ZS.

Fonte: SIG/MCTI e SIOP. Foram informados apenas os recursos relacionados às ações sob responsabilidade da SCUP.

QUADRO 6 - QUADRO A.4.2.C – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0400					
Descrição	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.					
Programa	2021- Ciência, Tecnologia e Inovação					
Órgão Responsável	MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
400.000,00	400.000,00	-	-	-	-	-

Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Instituto Implantado (ação 7J56)	Un	1	-	1	-

Fonte: SIG/MCTI e SIOP. Foram informados apenas os recursos relacionados às ações sob responsabilidade da SCUP.

QUADRO 7 - QUADRO A.4.2.D – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0494					
Descrição	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustível, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás, aeroespacial.					
Programa	2021- Ciência, Tecnologia e Inovação					
Órgão Responsável	MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000,00	0,00*	0,00*	0,00*	-	-	0,00*

Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Laboratório implantado (ação 10ZS)	% de execução física	5	5	0,00*	0,00*

*****Foram descentralizados R$ 200.000,00 da ação 10ZS para a ação 4192, onde foram integralmente executados.
Fonte: SIG/MCTI e SIOP. Foram informados apenas os recursos relacionados às ações sob responsabilidade da SCUP.

Análise Crítica

Os objetivos detalhados nos quadros anteriores: nº 0400, 0401, 0403 e 0494, referentes ao Programa Ciência, Tecnologia e Inovação nº 2021, alcançaram o cumprimento de suas metas, através do fortalecimento às instituições científicas e tecnológicas, na realização de pesquisas, expansão e modernização da infraestrutura C,T&I, promovendo o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos. Observa-se que não ocorreram eventos significativos que tenham prejudicado, de forma irreversível, o desenvolvimento dos objetivos, bem como, dos restos a pagar.

Destacam-se especialmente atenção dada aos Institutos de Pesquisa do MCTI na Região Norte (INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em especial), com o fortalecimento de seus dois Arranjos de Inovação Tecnológica (Amazônia Ocidental, liderado pelo INPA, e Amazônia Oriental, liderado pelo MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi) e dos Núcleos de Pesquisa Regionais

em Rio Branco (AC), Boa Vista (RR) e Porto Velho (RO), o que representou, também um reforço à "desconcentração" da pesquisa científica e tecnológica da Região Sudeste. A meta do Objetivo 0400 – Instituto implantado – não foi alcançada, no entanto, por ainda se encontrar tramitando no Congresso Nacional o PL 0437/2010, que cria o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal - INPP, o Instituto Nacional de Águas – INA, transforma o atual CETENE – Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste em Instituto de Pesquisa, e transfere o Museu de Biologia Prof. Mello Leitão, do Ministério da Cultura para o MCTI.

Segue um bom percurso a finalização da implantação do laboratório CTBE no CNPEM em uma área de grande interação com a indústria sulcroalcooleira, área de pioneirismo econômico do Brasil. Esse pioneirismo pode se consolidar e estender a novas áreas com a ajuda da instalação do ambicioso projeto, na fronteira do conhecimento, da nova Fonte de Luz Síncrotron de 3ª geração com baixíssima emitância, que vem sendo cautelosamente projetada e observada por conselhos internacionais de grande conhecimento no tema.

A pesquisa em desenvolvimento sustentável promovido várzea na Amazônia foi premiada em 2012 e escolhida como exemplo de ciência para o desenvolvimento humano com respeito à natureza na conferência internacional Rio+20, potencializando a difusão de suas inovadoras técnicas para além das fronteiras brasileiras. E, de forma geral o fomento às áreas de: nanotecnologia, desbravando uma área ainda insipiente na ciência brasileira; biociências, impulsionando a combalida indústria de fármacos brasileira; redes avançadas, integrando a maior rede acadêmica especialista do hemisfério sul; matemática pura e aplicada, fazendo frente aos maiores centros de matemática do mundo – diga-se, todos os demais em países desenvolvidos –, deu impulso a ciência e tecnologia a entes privados imbuídos dos princípios públicos, apresentando resultados de grande impacto nesse ano, bem como no cômputo de sua atuação com o apoio deste MCTI.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO 8 - QUADRO A.4.3.A – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	010T
Descrição	Implantação do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE)
Objetivo	0494 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustível, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás, aeroespacial.
Órgão ou Unidade Responsável	24101 - MCTI

Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000,00	0,00*	0,00*	0,00*	-	-	-

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Laboratório Implantado (ação 10ZS)	% de execução física	5	5	0,00*	0,00*

*****Foram descentralizados R$ 200.000,00 da ação 10ZS para a ação 4192, onde foram integralmente executados.
Fonte: SIG/MCTI e SIOP. Foram informados apenas os recursos relacionados às ações sob responsabilidade da SCUP.

QUADRO 9 - QUADRO A.4.3.B – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	0182
Descrição	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCTI
Objetivo	0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.
Órgão ou Unidade Responsável	24101 - MCTI

Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
108.004.603,00	101.554.123,00	105.473.782,00	102.543.374,00	30.216.915,44	2.930.407,99	95.750.789,00

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Centro Implantado (ação 10ZU)	% de execução física	5	5	200.000,00	180.000,00
2	Artigo Publicado (ação 4122)	Un	31	31	13.749.360,00	13.549.360,00
3	Pesquisa Realizada (ação 4192)*	Un	207	306	66.925.860,00	66.125.860,00
4	Serviço Implantado (ação 4655)	Un	4	13	19.628.950,00	19.628.950,00
5	Projeto Apoiado (ação 4661)	Un	27	27	2.800.000,00	3.059.204,00

*Foram creditados R$ 200.000,00 oriundos da ação 10ZS.

Fonte: SIG/MCTI e SIOP. Foram informados apenas os recursos relacionados às ações sob responsabilidade da SCUP.

QUADRO 10 - QUADRO A.4.3.C – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	0184
Descrição	Recuperação, modernização e ampliação da infraestrutura das unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCTI
Objetivo	0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.
Órgão ou Unidade Responsável	24101 - MCTI

Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.915.000,00	3.642.485,00	3.642.485,00	1.661.653,00	532.071,43	1.970.831,50	3.642.485,00

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Recuperada (ação 12C9)	Un	7	6	2.815.000,00	2.746.943,00
2	Sistema Aperfeiçoado (ação 7306)	Un	2	1	1.100.000,00	895.542,00

Fonte: SIG/MCTI e SIOP. Foram informados apenas os recursos relacionados às ações sob responsabilidade da SCUP.

QUADRO 11 - QUADRO A.4.3.D – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	0170

Descrição	Construção de uma Fonte de Luz Síncrotron de 3ª geração
Objetivo	0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.
Órgão ou Unidade Responsável	24101 - MCTI

Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.203.870,00	15.203.870,00	15.203.870,00	15.203.870,00	-	-	15.203.870,00

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Implantada (ação13CL)	Un	5	5	15.203.870,00	15.203.870,00

Fonte: SIG/MCTI e SIOP. Foram informados apenas os recursos relacionados às ações sob responsabilidade da SCUP.

QUADRO 12 - QUADRO A.4.3.E – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	017F
Descrição	Fortalecimento das instituições científicas e tecnológicas da Região Amazônica
Objetivo	0401 - Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do País.
Órgão ou Unidade Responsável	24101 - MCTI

Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R$ 1,00)						
Dotação		**Despesa**		**Restos a Pagar**		**Valores Pagos**
Inicial	**Final**	**Empenhada**	**Liquidada**	**Processados**	**Não Processados**	
10.357.860,00	10.357.860,00	10.357.860,00	10.357.860,00	-	-	10.357.860,00

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	**Descrição**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**		**Meta Financeira**	
			Prevista	**Realizada**	**Prevista**	**Realizada**
1	Pesquisa realizada (ação 4188)	Un	34	48	10.357.820,00	10.357.820,00

Fonte: SIG/MCTI e SIOP. Foram informados apenas os recursos relacionados às ações sob responsabilidade da SCUP.

QUADRO 13 - QUADRO A.4.3.F – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	017P
Descrição	Difusão e disseminação do conhecimento científico, tecnológico e de inovação
Objetivo	0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.
Órgão ou Unidade Responsável	24101 - MCTI

Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.900.000,00	3.085.367,00	3.085.367,00	1.875.334,00	27.828,33	1.210.034,24	1.847.505,00

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Evento apoiado (ação 6190)	Un	6	6	1.100.000,00	1.015.414,00
2	Título Mantido (ação 6780)	Un	2700	2700	2.800.000,00	2.069.953,00

Fonte: SIG/MCTI e SIOP. Foram informados apenas os recursos relacionados às ações sob responsabilidade da SCUP.

QUADRO 14 - QUADRO A.4.3.G – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	0176
Descrição	Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em recursos hídricos.
Objetivo	0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.
Órgão ou Unidade Responsável	24101 - MCTI

Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
400.000,00	190.000,00	-	-	-	-	-

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Instituto Implantado (ação 7J56)	Un	1	1	400.000,00	-

Fonte: SIG/MCTI e SIOP. Foram informados apenas os recursos relacionados às ações sob responsabilidade da SCUP.

Análise Crítica

As iniciativas detalhadas nos quadros anteriores nº 01OT, 0182, 0184, 017º, 017F, 017P, 0176 referentes aos objetivos nº 0400, 0401, 0403 e 0494, alcançaram o cumprimento de suas metas, através do fortalecimento das instituições científicas e tecnológicas, na realização de pesquisas, expansão e modernização da infraestrutura C,T&I, promovendo o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos. Observa-se que não ocorreram eventos significativos de monta que tenham prejudicado o desenvolvimento das iniciativas, bem como, dos restos a pagar. Ressalte-se que as metas de artigos publicados e serviços implantados da Iniciativa 0182 foram significativamente ultrapassadas, assim a meta da Iniciativa 017F – pesquisa realizada.

Os dois projetos de implantação de novos laboratórios no CNPEM obtiveram grande desenvolvimento em 2012. A última fase de implantação do CTBE foi quase concluída, a construção Planta Piloto para Desenvolvimento de Processos (PPDP) está 90% finalizada e comissionada, e já atende suas primeiras demandas.

No Projeto Sirius, Fonte de Luz Síncrotron de 3ª geração, concomitantemente ao seu Projeto Executivo foram realizados estudos de solo e piso, bem como os projetos da construção do sistema de injeção, do anel de armazenamento de elétrons e do acelerador linear que funcionarão como fonte de luz síncrotron propriamente dita. Linhas experimentais projetadas para o Sirius já estão sendo desenvolvidas e testadas na fonte existente.

Para o desenvolvimento da ciência e tecnologia na Amazônia, o IDSM em 2012 foi fomentado para realizar pesquisa própria para a conservação da biodiversidade na várzea amazônica, manejo de recursos naturais e promoção da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas da reserva Mamirauá e Amanã. Neste período promoveu também a inovação e mesmo a instalação de tecnologias para o desenvolvimento social nas reservas onde atua, bem como em oito outras unidades de conservação no estado do Amazonas com a transferência de tecnologia de manejo sustentável de recursos naturais, e a capacitação de técnica.

O fomento às OSs em 2012 trouxe bons resultados em vários campos do conhecimento. A qualidade da produção científica do IMPA e seus programas de mestrado e doutorado são responsáveis pela implantação de um padrão de excelência em Matemática no país. Em especial, destaca-se sua

atividade de difusão pela organização da OBMEP e de cursos dirigidos a professores de ensino médio cobrindo todo o país. O novo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), que atualiza a complexa instituição que se tornou a Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS), atua, além do campo da Luz Síncrotron, em Biociências, Bioetanol, Nanotecnologia e se desdobrou no suporte a quase 1000 pesquisas de usuários externos, o que culminou na publicação de 228 artigos científicos. Sem o uso de suas instalações não seria possível tal volume de atividades no território nacional, ou seria muito mais improvável que ocorresse. Para além, promoveu a capacitação de pesquisadores e estudantes externos, brasileiros e estrangeiros – os últimos perfazendo 44% do total -, o que demonstra a capacidade de integração do Centro. Seus 4 laboratórios intensificaram em 2012 o trabalho em parceria com pesquisas multidisciplinares que reúnem várias configurações das equipes de pesquisa do LNBio, LNLS, LNNano e CTBE.

A RNP contribuiu em sua atuação com todo o sistema nacional de CT&I, e mesmo de ensino e cultura, em áreas especialistas como saúde, promovendo sua atividade de ampliar a interação dos diversos atores por redes de alto desempenho. Seu projeto, após vencer etapas básicas de interconectar os grandes centros, agora se lança na ampliação de banda em áreas remotas, enlaces internacionais, e no o ambicioso projeto de interiorização da rede "Veredas Novas" com grande impulso em 2012.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO 15 - QUADRO A.4.4.A – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	19.571.2021.**4661**					
Descrição	Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa e Inovação nos Institutos de Pesquisa do MCTI					
Iniciativa	0182 - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTI					
Unidade Responsável	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP					
Unidade Orçamentária	24101 - MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.500.433,00	5.989.612,00	5.989.612,00	3.059.204,00	-	2.930.407,99	3.059.204,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto Apoiado	Un	27	27	7.500.433,00	5.989.612,00

Fonte: SIG/MCTI e SIOP

QUADRO 16 - QUADRO A.4.4.B – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	19.573.2021.**6780**					
Descrição	Gestão Integrada dos Acervos de Informação Científica e Tecnológica					
Iniciativa	017P - Difusão e disseminação do conhecimento científico, tecnológico e de inovação					
Unidade Responsável	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP					
Unidade Orçamentária	24101 - MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.800.000,00	2.069.953,00	2.069.953,00	1.198.382,00	21.192,00	871.571,88	1.177.190,00
Metas do Exercício Para a Ação						

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Título mantido	Un	2700	2700	2.800.000,00	2.069.953,00

Fonte: SIG/MCTI e SIOP

QUADRO 17 - QUADRO A.4.4.C – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	19.572.2021.**12C9**					
Descrição	Recuperação da Infraestrutura Física das Unidades de Pesquisa					
Iniciativa	0184 - Recuperação, modernização e ampliação da infraestrutura das unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCTI					
Unidade Responsável	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP					
Unidade Orçamentária	24101 - MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.815.000,00	2.746.943,00	2.746.943,00	1.028.030,00	532.071,43	1.718.912,91	495.959,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade recuperada	Un	7	6	2.815.000,00	2.746.943,00

Fonte: SIG/MCTI e SIOP

QUADRO 18 - QUADRO A.4.4.D – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	19.573.2021.**6190**					
Descrição	Difusão de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos nas Unidades de Pesquisa					
Iniciativa	017P - Difusão e disseminação do conhecimento científico, tecnológico e de inovação					
Unidade Responsável	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP					
Unidade Orçamentária	24101 - MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.100.000,00	1.015.414,00	1.015.414,00	676.952,00	6.636,33	338.462,36	670.315,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Evento apoiado	Un	6	6	1.100.000,00	1.015.414,00

Fonte: SIG/MCTI e SIOP

QUADRO 19 - QUADRO A.4.4.E – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação			
Código	19.126.2021.**7306**		
Descrição	Expansão e Aperfeiçoamento do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicos nas Unidades de Pesquisa do MCTI		
Iniciativa	0184 - Recuperação, modernização e ampliação da infraestrutura das unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCTI		
Unidade Responsável	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP		
Unidade Orçamentária	24101 - MCTI		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)			
Dotação	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.100.000,00	895.542,00	895.542,00	633.623,00	-	-	633.623,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema aperfeiçoado	Un	2	1	1.100.000,00	895.542,00

Fonte: SIG/MCTI e SIOP

QUADRO 20 - QUADRO A.4.4.F – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	19.754.2021.**10ZS**
Descrição	Implantação do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol - CTBE
Iniciativa	010T - Implantação do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE)
Unidade Responsável	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP
Unidade Orçamentária	24101 - MCTI

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000,00	0,00*	0,00*	0,00*	-	-	-

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Laboratório Implantado	% de execução física	5	5	0,00*	0,00*

*****Foram descentralizados R$ 200.000,00 da ação 10ZS para a ação 4192, onde foram integralmente executados.
Fonte: SIG/MCTI e SIOP

QUADRO 21 - QUADRO A.4.4.G – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	19.571.2021.**10ZU**
Descrição	Implantação do Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal - Na Região Centro-Oeste
Iniciativa	0182 - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTI
Unidade Responsável	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP
Unidade Orçamentária	24101 - MCTI

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
200.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	-	2.088,00	180.000,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Centro Implantado	% de execução Física	5	5	200.000,00	180.000,00

Fonte: SIG/MCTI e SIOP

QUADRO 22 - QUADRO A.4.4.H – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	19.572.2021.**7J56**
Descrição	Implantação do Instituto de Excelência em Águas – HIDROEX – no Município de Frutal -

	MG					
Iniciativa	0176 - Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em recursos hídricos					
Unidade Responsável	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP					
Unidade Orçamentária	24101 - MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
400.000,00	190.000,00	-	-	-	-	-

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Instituto Implantado	Un	1	1	400.000,00	-

Fonte: SIG/MCTI e SIOP

QUADRO 23 - QUADRO A.4.4.I – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	19.571.2021.**13CL**					
Descrição	Construção de uma Fonte de Luz Síncrotron de 3ª geração- SIRIUS pela Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron					
Iniciativa	0170 - Construção de uma Fonte de Luz Síncrotron de 3ª geração					
Unidade Responsável	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP					
Unidade Orçamentária	24101 - MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.203.870,00	15.203.870,00	15.203.870,00	15.203.870,00	-	-	15.203.870,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Implantada	% de execução física	5	5	15.203.870,00	15.203.870,00

Fonte: SIG/MCTI e SIOP

QUADRO 24 - QUADRO A.4.4.J – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	19.571.2021.**4122**					
Descrição	Pesquisa e Desenvolvimento na Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA - OS					
Iniciativa	0182 - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTI					
Unidade Responsável	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP					
Unidade Orçamentária	24101 - MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
13.749.360,00	13.549.360,00	13.549.360,00	13.549.360,00	-	-	13.549.360,00
Metas do Exercício Para a Ação						

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Artigo Publicado	Un	31	31	13.749.360,00	13.549.360,00

Fonte: SIG/MCTI e SIOP

QUADRO 25 - QUADRO A.4.4.K – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	19.571.2021.**4188**					
Descrição	Pesquisa e Desenvolvimento em Florestas Alagadas e Não-Alagadas da Amazônia no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM - OS					
Iniciativa	017F - Fortalecimento das instituições científicas e tecnológicas da Região Amazônica					
Unidade Responsável	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP					
Unidade Orçamentária	24101 - MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.357.360,00	10.357.360,00	10.357.360,00	10.357.360,00	-	-	10.357.360,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pesquisa Realizada	Un	34	48	10.357.820,00	10.357.820,00

Fonte: SIG/MCTI e SIOP

QUADRO 26 - QUADRO A.4.4.L – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	19.571.2021.**4192**					
Descrição	Pesquisa e Desenvolvimento e Aplicação da Luz Síncrotron sob a Coordenação da Associação Brasileira de Luz Síncrotron – ABTLuS - OS					
Iniciativa	0182 - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTI					
Unidade Responsável	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP					
Unidade Orçamentária	24101 - MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
66.925.860,00	66.125.860,00	66.125.860,00	66.125.860,00	17.925.915,44	-	59.333.275,00 *

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pesquisa Realizada	Un	207	306	66.925.860,00	66.125.860,00

*Foram creditados R$ 200.000,00 oriundos da ação 10ZS.
Fonte: SIG/MCTI e SIOP

QUADRO 27 - QUADRO A.4.4.M – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	19.571.2021.**4655**
Descrição	Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP - OS

Iniciativa		0182 - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTI					
Unidade Responsável		Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP					
Unidade Orçamentária		24101 - MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
19.628.950,00	19.628.950,00	19.628.950,00	19.628.950,00	12.291.000,00	-	19.628.950,00	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Serviço Implantado	Un	4	13	19.628.950,00	19.628.950,00	

Análise Crítica

As ações alcançaram em parte o cumprimento de suas metas, tendo ocorrido eventos que prejudicaram a execução das mesmas, como o contingenciamento de cerca de 10% do limite de empenho, a dotação insuficiente para fazer frente aos gastos de P,D&I e de manutenção e administração da infraestrutura de pesquisa, e os limites para passagens e diárias, interferindo, assim, na realização dos compromissos técnico-científicos assumidos com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI, bem como na demora da liberação de processos por parte das Consultorias Jurídicas da União nos Estados. Isso afetou particularmente a Ação 7306 - Expansão e Aperfeiçoamento do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas (SIGTEC) nas Unidades de Pesquisa do MCTI, cuja meta (aperfeiçoamento do sistema) teve apenas 50% de cumprimento. Todavia, note-se que as metas para as Ações de responsabilidade do IDSM – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, ABTLuS – Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron e RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – todas Organizações Sociais supervisionadas pelo MCTI/SCUP/CGOS - foram ultrapassadas significativamente.

No ano de 2012 foram realizados esforços para finalização da implantação da Planta Piloto do CTBE, mesmo com o aporte de apenas 20% dos recursos destinados ao programa insertados na ação de fomento do CNPEM, devido a restrições da dedicação nominal do projeto ao CNPEM pela LDO. Em sua fase final de instalação, a Planta Piloto atualmente conta com 9 de suas 10 instalações finalizadas e comissionadas, o que possibilitou o atendimento de seus primeiros usuários externos. O laboratório, mesmo por ainda a concluir uma parte de sua Planta Piloto para testes, já dá frutos em seus projetos e pesquisas em andamento dando origem ao depósito de seis patentes em 2012.

O Projeto Sirius será um anel com emitância de 0.28 nm.rad e até 40 linhas de luz síncrotron, abrigados por um edifício de aproximadamente 30.000 m². Entraram em execução os estudos para as obras civis de solo, o projeto da construção do sistema de injeção, do anel de armazenamento de elétrons e do acelerador linear que funcionarão como fonte de luz síncrotron propriamente dita. Neste ano foram elaboradas as especificações e realizada a licitação do Projeto Executivo, Precificação e Acompanhamento das obras, para construção de edifícios e sua correspondente urbanização. Foram realizados estudos geológicos do solo, e levantamento topográfico e planialtimétrico na área em que deverá ser construído o novo laboratório, incluindo sondagens diretas e sísmicas na área vizinha do CNPEM. Concomitantemente, foi realizado "Workshop on Ground, Vibrations, |Concrete Slabs, Supports and Alignment", para o qual foram convidados especialistas dos Estados Unidos, França e Alemanha e primeira reunião do Machine Advisory Committee - MAC instância que deu origem a várias recomendações técnicas relevantes, destacando-se o entendimento de que Sirius deveria ser um projeto mais ousado. Em atendimento a essa recomendação foi lançado o desafio à equipe projetista: um esforço concentrado no estudo de soluções e seus impactos para a confecção de uma fonte com brilho de até 10 vezes maior que o projeto de então. Foi apresentado e aprovado o plano de implantação da fonte de luz síncrotron de baixa

emitância, elaborado o projeto da nova rede magnética do anel de armazenamento de elétrons, definidas as especificações das primeiras linhas do novo anel, obtido grande avanço nos detalhamentos técnicos de várias partes dos aceleradores. Isso teve um impacto substancial na engenharia dos aceleradores, incluindo o uso de tecnologias nunca experimentadas pelo LNLS, bem como na execução do cronograma proposto. O projeto dos magnetos para o anel de armazenamento e síncrotron injetor foram detalhados de maneira suficiente para discussão de processos de fabricação e orçamentação pela indústria brasileira. Quatro estações experimentais projetadas para uso futuro no Sirius estão em fase de construção ou comissionamento na fonte existente. Também se destacam a prototipagem de pisos usando diferentes soluções técnicas e a contratação e finalização do projeto executivo do Prédio de Imãs II (1500 m²) e iniciada a execução da obra a ser conclusa no início de 2013.

Neste ano o Instituto Mamirauá foi selecionado pelo Governo Federal como modelo de desenvolvimento sustentável em unidades de conservação para orientar as gravações de um documentário que apresenta sua atuação na RDSM, retratando as atividades de pesquisa para a conservação da biodiversidade amazônica, manejo de recursos naturais e promoção da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas. A dedicação em suas atividades levou o instituto a vencer o Prêmio FINEP de Inovação 2012, nas etapas Região Norte e Nacional, na categoria Tecnologia Social com a apresentação do "Sistema de bombeamento e abastecimento de água com energia solar: promoção de saneamento e saúde em comunidades de várzea". Em 2012 também foi implantado um novo projeto intitulado “Dando Asas à Imaginação: promovendo a leitura, a pesquisa e a conscientização ambiental através da arte” na Biblioteca Henry Walter Bates, visando estimular alunos de ensino fundamental e médio a serem ativos frequentadores do acervo do IDSM. Foi ainda negociado e assinado o Termo de Cooperação Técnica entre o IDSM e o IDS Fonte Boa, visando a transferência de tecnologia de manejo sustentável de recursos naturais, e capacitação de técnicos daquela instituição e Termo de Reciprocidade entre o IDSM e o ICMBio para execução de atividade de pesquisa e assessoramento de manejo de recursos naturais em sete unidades de conservação federais no estado do Amazonas.

A qualidade da produção científica do IMPA se mantém materializada em seu elevado número, tanto relativo ao número de pesquisadores e quanto absoluto para a área de matemática pura e aplicada de publicações em revistas de circulação internacional. Os programas de mestrado e doutorado do IMPA são responsáveis pela implantação de um padrão de excelência na pós-graduação em Matemática no país. Em 2012 o IMPA recebeu em seu programa de mestrado cinco alunos premiados pela OBMEP, atividade iniciada em 2005. Ainda visando o apoio ao bom ensino da matemática no país, em duas ocasiões, em 2012, o IMPA ministrou cursos dirigidos a professores de ensino médio transmitidos via internet a 41 centros em todo o país. O IMPA, por meio de seu instituto virtual de excelência - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Matemática (INCTMat), reúne os melhores grupos de pesquisa matemática e centros em desenvolvimento em 35 instituições brasileiras. Nesse ano inauguraram-se as Conferências Magnas do IMPA financiadas com recursos da associação, a cargo de distinguidos matemáticos, muitos deles detentores da Medalha Fields[2], que visitam o Brasil e proferem conferências com divulgação via WEB.

Em 2012 foi contratualizado o novo nome do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em substituição à Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS), para designar a OS responsável pela gestão do LNLS, LNBio, CTBE e LNNano. A nova denominação reflete a configuração atual de P&D no campus e o espectro de atuação dos quatro laboratórios. Em decorrência, foi finalizada em 2012 a primeira etapa do planejamento institucional, contemplando a elaboração de propostas de novo modelo de governança e de indicadores de desempenho. Neste exercício as instalações dos Laboratórios foram utilizadas para a realização de 906 propostas de pesquisas apresentadas por usuários externos, beneficiando um total de 1.812

[2] A Medalha Fields é, muito provavelmente, o maior prêmio internacional que pode ser concedido no ramo da matemática.

pesquisadores. As propostas resultaram na publicação de 228 artigos científicos publicados em periódicos indexados na base Web of Knowledge. Neste período também, o Centro estabeleceu cinco (5) novas parcerias com empresas para realização de projetos de P&D, fechando o ano com uma carteira de 24 projetos e depósito de seis (6) patentes, todas relacionadas ao aperfeiçoamento de processos de produção de bioetanol. Em suas atividades de educação e extensão promoveu 11 cursos de capacitação de pesquisadores externos que reuniram 578 participantes do Brasil e do exterior e recebeu a visita de 108 grupos de alunos do ensino médio, pesquisadores e representantes de universidades, institutos de pesquisas e empresas - sendo 44% estrangeiros – num total de 2.000 pessoas, destacando uma delegação Canadense liderada pelo governador-geral do país, David Johnston. Foi sinalizada a preparação do LNNano para sediar o Centro de Nanotecnologia Brasil-China, que deve ser criado em função de dois acordos de cooperação com The National Center for Nanoscience and Nanotechnology, de Pequim, e com o National Engineering Research Center for Nanotechnology, de Xangai. Para suportá-lo foi elaborado o projeto básico de arquitetura e engenharia do novo prédio para a ampliação das instalações.

O LNBio passou a integrar os Centros de Referência em Farmacologia constituídos pelo MCTI e Ministério da Saúde para fortalecer a estrutura nacional de P&D de ensaios pré-clínicos e clínicos; também foi concluída a instalação de uma rede segura para aquisição, armazenamento e transmissão de dados criptografados de usuários do Laboratório de Bioensaios e iniciado o seu processo de ampliação, com a contratação de um grupo de pesquisadores do Instituto Pasteur da Coréia, especializado no desenvolvimento de ensaios celulares e métodos de análise de imagens em HTS/HCS, com experiência no estudo de doenças negligenciadas.

O LNNano e o CTBE participam de projetos desenvolvidos no âmbito do BioInnovation Hub, parceria articulada pelos governos brasileiro e alemão, que articula instituições de pesquisas e empresas dos dois países em torno de projetos relacionados ao desenvolvimento de bioprodutos e de energia. Destaca-se a intensificação dos esforços interlaboratórias a partir desse período, como exemplifica dentre outras a pesquisa de Investigação Metabolismo Tumoral (LNBio, LNLS e LNNano). O CTBE iniciou a operação da Planta Piloto para Desenvolvimento de Processos com a finalização da montagem e comissionamento de 10 equipamentos principais e realizou adequações e melhorias técnicas na área onde serão desenvolvidos processos com solventes orgânicos e no setor de Utilidades.

A RNP-OS se destacou em pesquisa de impacto socioeconômico demonstrando seus impactos no PIB setorial e empregos, caracterizado pela grande contribuição de sua atuação não só na em toda a cadeia econômica de informática, bem como demais envolvidas em sua atividade de ampliar a interação. Em 2012 a P&D na RNP iniciou a experimentação em serviços dinâmicos e o suporte às aplicações de visualização estendida; em Infraestrutura, amplia-se conexão de 1 Gbp em Manaus, e conclui-se a conexão direta Buenos Aires/Porto Alegre e, ainda, é lançado o ambicioso projeto de interiorização da rede “Veredas Novas”; nos Serviços, tem início da operação do “Eduroam” no Brasil; no Apoio às Politicas Públicas, a modelagem de acesso em rede da Cinemateca Brasileira e o Intercambio de Conteúdo Digital - ICD aplicado a TV pública; em sua missão de Capacitar, o Fórum RNP ampliou a discussão estratégica com dirigentes de TI e acadêmicos, e a comunidade Rute cresceu com a participação de 73 hospitais.

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO 28 - QUADRO A.4.5 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo

Código Programa	2106
Título	Programa de Gestão e Manutenção do MCTI
Órgão Responsável	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI

Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R$ 1,00)			
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA	
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	15.000.000,00	10.727.150,00	-
b) Outras Fontes	-	-	
c) Subtotais (a + b)	15.000.000,00	10.727.150,00	
d) Valor Global Previsto no PPA	15.000.000,00		

Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R$ 1,00)				
Despesa Empenhada	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar**		**Valores Pagos**
		Processados	**Não Processados**	
10.567.150,00	10.567.150,00	-	22.632.850,00	10.567.150,00

Objetivos Relacionados ao Programa		
Código	**Descrição**	**Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento**
-	-	24101 - MCTI

Fonte: SIG/MCTI e SIOP. Foram informados apenas os recursos relacionados às ações sob responsabilidade da SCUP.

Análise Crítica

Não se aplica, uma vez que a SCUP não é a Unidade Jurisdicionada responsável pelo programa.

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO 29 - QUADRO A.4.6.A – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	19.122.2106.**008A**					
Descrição	Contribuição à Academia Brasileira de Ciências - ABC					
Iniciativa	--					
Unidade Responsável	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP					
Unidade Orçamentária	24101 - MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.600.000,00	2.440.000,00	2.440.000,00	2.440.000,00	-	-	2.440.000,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIG/MCTI e SIOP

QUADRO 30 - QUADRO A.4.6.B – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	19.122.2106.**00F7**					
Descrição	Contribuição à Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - ABIPTI					
Iniciativa	--					
Unidade Responsável	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP					
Unidade Orçamentária	24101 - MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
700.000,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00	-	-	700.000,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIG/MCTI e SIOP

QUADRO 31 - QUADRO A.4.6.C – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	19.122.2106.**00F8**					
Descrição	Contribuição à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC					
Iniciativa	--					
Unidade Responsável	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP					
Unidade Orçamentária	24101 - MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

1.700.00,00	1.700.000,00	1.700.000,00	1.700.000,00	-	-	-

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIG/MCTI e SIOP

QUADRO 32 - QUADRO A.4.6.D – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	19.571.2106.**4475**
Descrição	Desenvolvimento de Estudos de Prospecção e Gestão Estratégica no Centro de Gestão de Estudos Estratégicos – CGEE - OS
Iniciativa	--
Unidade Responsável	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP
Unidade Orçamentária	24101 - MCTI

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.727.150,00	5.727.150,00	5.727.150,00	5.727.150,00	-	-	5.727.150,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estudo Realizado	Un	6	6	5.727.150,00	5.727.150,00

Fonte: SIG/MCTI e SIOP

Análise Crítica

A Academia Brasileira de Ciências – ABC, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC e a ABIPTI – Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa Tecnológica constituem-se nas entidades sem fins lucrativos mais expressivas da comunidade científica e tecnológica nacionais, com reconhecimento internacional. A ABC, em particular, congrega em seus quadros alguns dos maiores cientistas do País, enquanto a SBPC abrange a maior parte dos atores atuantes em C&T e P&D. Já a ABIPTI é responsável pelo Programa Excelência na Gestão, fortalecendo a tecnologia e inovação nos institutos de pesquisa de vários Órgãos. As contribuições anuais a elas dirigidas pelo MCTI são fundamentais para a continuidade de suas operações de agregação e difusão do conhecimento científico e tecnológico brasileiro e nas iniciativas de inovação.

No ano de 2012, a carteira do CGEE contemplou a execução de 43 subações e 10 atividades, das quais 23 subações foram concluídas e 4 atividades entregaram produtos conclusos até o final de dezembro. Destacam-se os estudos para implantação do Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI; o desenvolvimento de agendas tecnológicas na área de eficiência energética em setores econômicos selecionados; os estudos para a produção e uso limpo do carvão mineral brasileiro; e a agenda tecnológica para a produção de terras raras. Dentre as atividades regulares, o monitoramento da formação de recursos humanos em CTI, o desenvolvimento da Plataforma Aquarius e o estabelecimento das bases conceituais e operacionais do Observatório em CT&I no CGEE, mecanismo criado para prospecção de temas de alto conteúdo estratégico para o desenvolvimento do País.

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO 33 - QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	**240113**	**240101**

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO 34 - QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES

Valores em R$ 1,00

Denominação das Unidades Orçamentárias			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	150.000.000	210.000.000
LOA	PLOA		-	-	-	-	145.167.000	206.423.593
LOA	LOA		-	-	-	-	147.443.443	130.530.057
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS		Reabertos	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS		Reabertos	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			-	-	-	-	150.000.000	210.000.000

Fonte: SIG/MCTI e SIOP

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO 35 - QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL

Valores em R$ 1,00

Denominação das Unidades Orçamentárias			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		6.000.000	6.000.000	-	-	-	-
LOA	PLOA Ações SCUP		5.065.000	3.714.704	-	-	-	-
LOA	LOA Ações SCUP		5.065.000	5.245.000	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS		Reabertos	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS		Reabertos	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-

Outras Operações	-	-	-	-	-	-
Total	6.000.000	6.000.000	-	-	-	-

Fonte: SIG/MCTI e SIOP

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

QUADRO 36 - QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			**Despesas Correntes**		**Despesas de Capital**		**9 – Reserva de Contingência**	
			Exercícios		**Exercícios**		**Exercícios**	
			2012	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
LOA	**Dotação proposta pela UO**		150.000.000	210.000.000	6.000.000	6.000.000	-	-
	PLOA		145.167.000	206.423.593	5.065.000	3.714.704	-	-
	LOA		147.443.443	130.530.057	5.065.000	5.245.000	-	-
CRÉDITOS	**Suplementares**		-	-	-	-	-	-
	Especiais	**Abertos**	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	**Abertos**	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			150.000.000	210.000.000	6.000.000	6.000.000	-	-

Fonte: SIG/MCTI e SIOP

4.2.2.4 Análise Crítica

Os limites orçamentários e financeiros estabelecidos para as ações sob responsabilidade da SCUP tiveram um corte de 10% em relação a LOA, voltando a se estabelecer no valor da LOA, apenas no final do exercício de 2012, ou seja, depois do dia 10 de dezembro de 2012, o que prejudicou a execução das ações da SCUP e no cumprimento da programação de trabalho. Os recursos foram descentralizados às Instituições de Pesquisa sob responsabilidade da SCUP, através de Termos de Descentralização de Créditos Orçamentários, conforme detalhado na planilha A.4.11 e A.5.3.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO 37 - QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente ou Recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	CBPF (240120)	4661	-	-	806.727,00
			6190	-	-	224.589,00
			7306	-	-	44.500,00
		CTI (240129)	7306	-	-	370.381,12
			6190	-	-	5.400,00
			4661	-	-	230.000,00
		CETEM (240127)	4661	-	-	1.403.465,00
			6190	-	-	128.500,00
			6780	-	-	32.892,00
			7306	-	-	128.118,00
		IBICT (240121)	6190	-	-	5.500,00
			6780	-	-	1.320.000,00
		INPA (240105)	6190	-	-	24.000,00
			4661	-	-	331.698,00
		INSA (240114)	6190	-	-	4.500,00
		INT (240104)	4661	-	-	92.000,00
			6190	-	-	4.500,00
		INPE (240106)	4661	-	-	421.500,00
		LNA (240128)	6190	-	-	3.422,00
			4661	-	-	600.000,00
		LNCC (240123)	4661	-	-	751.000,00
			6190	-	-	2.100,00
		MAST (240124)	6190	-	-	2.404,00
		MPEG (240125)	6190	-	-	485.285,00
			4661	-	-	673.000,00
		ON (240126)	4661	-	-	590.000,00
			6190	-	-	139.300,00
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	CAPES (154004)	6780	-	-	1.167.108,00
		UFMT	10ZU	-	-	180.000,00

		ABC	008A	-	-	2.440.000,00
		ABIPTI	00F7	-	-	700.000,00
		SBPC	00F8	-	-	1.700.000,00
		ABTLuS	4192	-	-	81.129.730,00
			10ZS	-	-	900.000,00
		CGEE	4475	-	-	5.727.150,00
		IMPA	4122	-	-	13.749.360,00
		IDSM	4188	-	-	10.357.820,00
		RNP	4655	-	-	19.628.950,00
Natureza da Movimentação de Crédito		**UG Concedente ou Recebedora**	**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
				4 – Investimentos	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**
Movimentação Interna	**Concedidos**	CBPF (240120)	4661	70.000,00	-	-
			12C9	605.300,00	-	-
		CTI (240129)	4661	100.000,00	-	-
			7306	495.000,00	-	-
		CETEM (240127)	12C9	864.500,00	-	-
		INPA (240105)	4661	478.000,00	-	-
		INPE (240106)	12C9	220.500,00	-	-
			4661	300.000,00	-	-
		LNA (240128)	4661	152.000,00	-	-
			12C9	125.500,00	-	-
		MAST (240124)	4661	500.000,00	-	-
		MPEG (240125)	12C9	322.000,00	-	-
		ON (240126)	12C9	677.200,00	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	**Concedidos**	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIG/MCTI e SIOP

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

QUADRO 38 - QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
13. Despesas de Pessoal	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
Nome 1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
14. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
15. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa (39)	120.296.609,50	123.384.065,99	119.456.507,11	120.505.295,64	2.910.055,85	2.804.992,14	112.642.729,67	101.928.118,64
2º elemento de despesa (41)	3.140.000,00	4.593.592,00	3.140.000,00	2.679.000,00	-	1.914.592,00	3.140.000,00	2.679.000,00
3º elemento de despesa (30)	1.319.429,55	848.720,92	479.256,76	342.827,42	840.172,79	505.893,50	472.620,43	340.588,22
Demais elementos do grupo (14, 33, 34, 35, 37, 47, 93, 04)	664.771,64	900.534,68	557.092,75	814.864,64	107.678,89	75.970,04	557.092,75	811.564,64
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
16. Investimentos	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
1º elemento de despesa (52)	1.481.233,50	2.435.315,89	919.368,50	1.223.663,91	561.865,00	1.211.651,98	569.368,50	933.930,97
2º elemento de despesa (51)	1.508.807,52	1.496.886,83	325.651,56	1.060.480,04	1.183.155,96	107.985,89	143.580,13	844.230,27
3º elemento de despesa (39)	938.324,21	491.109,83	421.912,31	483.940,83	516.411,90	7.169,00	421.912,31	483.940,83
Demais elementos do grupo (93, 42)	7.475,00	274.571,60	5.541,66	6.431,60	1.933,34	268.140,00	5.541,66	6.431.60
17. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

18. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Informações extraídas do SIAFI Gerencial, pela CGOF/SPOA, em 23/01/2013, com data de atualização de 22/01/2013.

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO 39 - QUADRO A.4.15– DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
19. Despesas de Pessoal	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
Nome 1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
20. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
21. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa (39)	120.296.609,50	123.384.065,99	119.456.507,11	120.505.295,64	2.910.055,85	2.804.992,14	112.642.729,67	101.928.118,64
2º elemento de despesa (41)	3.140.000,00	4.593.592,00	3.140.000,00	2.679.000,00	-	1.914.592,00	3.140.000,00	2.679.000,00
3º elemento de despesa (30)	1.319.429,55	848.720,92	479.256,76	342.827,42	840.172,79	505.893,50	472.620,43	340.588,22
Demais elementos do grupo (14, 33, 34, 35, 37, 47, 93, 04)	664.771,64	900.534,68	557.092,75	814.864,64	107.678,89	75.970,04	557.092,75	811.564,64
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
22. Investimentos	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
1º elemento de despesa (52)	1.481.233,50	2.435.315,89	919.368,50	1.223.663,91	561.865,00	1.211.651,98	569.368,50	933.930,97
2º elemento de despesa (51)	1.508.807,52	1.496.886,83	325.651,56	1.060.480,04	1.183.155,96	107.985,89	143.580,13	844.230,27
3º elemento de despesa (39)	938.324,21	491.109,83	421.912,31	483.940,83	516.411,90	7.169,00	421.912,31	483.940,83
Demais elementos do grupo (93, 42)	7.475,00	274.571,60	5.541,66	6.431,60	1.933,34	268.140,00	5.541,66	6.431.60
23. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
24. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Informações extraídas do SIAFI Gerencial, pela CGOF/SPOA, em 23/01/2013, com data de atualização de 22/01/2013.

4.2.4.2.3 Análise Crítica

Os recursos foram descentralizados para as Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCTI, através da assinatura e aprovação dos Termos de Descentralização de Crédito e Plano de Trabalho, de acordo com a finalidade e descrição das ações sob responsabilidade da SCUP, conforme detalhamento no Quadro A.4.11 Durante o exercício não foram alteradas as Programações Orçamentárias da UJ, tampouco houve contingenciamento de créditos orçamentários, cancelamentos e/ou modificações.

PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 40 - QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	-	-	-	-
2012	32.776.815,20	-	7.332.390,01	25.444.425,19
...	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	180.075,53	-	-	180.075,53
2012	28.754.123,73	7.383,56	333.468,10	28.413.272,07
...	-	-	-	-

Fonte: Informações extraídas do SIAFI Gerencial pela CGOF/SPOA, em 23/01/2013, com data de atualização de 22/01/2013.

5.2.2 Análise Crítica

A execução orçamentária e financeira (licitação, empenho, liquidação e pagamento) das ações da SCUP é operacionalizada pela UG 240101 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL/SPOA).

Os recursos sob responsabilidade da SCUP, na sua maioria, foram descentralizados através de Termos de Descentralização de Crédito Orçamentário, de acordo com a finalidade e descrição das ações sob responsabilidade da SCUP, para as Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCTI, conforme demonstrado no Quadro A.4.11 e A.5.3, sendo executados em outras Unidades Gestoras.

A morosidade na tramitação de processos das Unidades de Pesquisa do MCTI, pelos Núcleos de Assessoramento Jurídico Regionais da Advocacia Geral da União, bem como, a falta de conhecimento do NAJ dos objetivos das UPs de suas respectivas áreas de ação e o número de procuradores e advogados nessas instituições, justificou o valor inscrito em restos a pagar.

Não houve impacto na gestão financeira da UJ no exercício de 2012, decorrente do pagamento de RP nesse exercício.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO 41 - QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Secretaria Executiva - Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa / Secretaria Executiva									
CNPJ: 031.327.45/0001-00		**UG/GESTÃO:** 240001/240113							
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	**Nº do instrumento**	**Beneficiário**	**Valores Pactuados**		**Valores Repassados**		**Vigência**		**Sit.**
			Global	**Contrapartida**	**No Exercício**	**Acumulado até o Exercício**	**Início**	**Fim**	
4	01200.000851/2012-19	240120	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00	Mar	Dez	4
4	01200.001034/2012-70	240120	200.000,00	-	200.000,00	200.000,00	Abr	Dez	4
4	01200.001299/2012-78	240120	148.203,00	-	148.203,00	148.203,00	Abr	Dez	4
4	01200.001525/2012-11	240120	60.000,00	-	60.000,00	60.000,00	Mai	Dez	4
4	01200.001523/2012-21	240120	55.000,00	-	55.000,00	55.000,00	Mai	Dez	4
4	01200.001519/2012-63	240120	242.666,00	-	242.666,00	242.666,00	Mai	Dez	4
4	01200.002134/2012-13	240120	4.500,00	-	4.500,00	4.500,00	Jul	Dez	4
4	01200.002341/2012-78	240120	32.000,00	-	32.000,00	32.000,00	Jul	Dez	4
4	01200.003283/2012-08	240120	130.000,00	-	130.000,00	130.000,00	Ago	Dez	4
4	01200.003325/2012-01	240120	180.000,00	-	180.000,00	180.000,00	Set	Dez	4
4	01200.003550/2012-39	240120	44.500,00	-	44.500,00	44.500,00	Set	Dez	4
4	01200.004285/2012-14	240120	70.858,00	-	70.858,00	70.858,00	Nov	Dez	4
4	01200.004286/2012-51	240120	58.089,00	-	58.089,00	58.089,00	Nov	Dez	4
4	S/N	240120	425.300,00	-	425.300,00	425.300,00	Nov	Dez	4
4	01200.000420/2012-44	240129	215.400,00	-	215.400,00	215.400,00	Fev	Dez	4
4	01200.000852/2012-55	240129	330.000,00	-	330.000,00	330.000,00	Mar	Dez	4
4	01200.001163/2012-68	240129	198.195,00	-	198.195,00	198.195,00	Abr	Dez	4
4	01200.002340/2012-23	240129	5.400,00	-	5.400,00	5.400,00	Jul	Dez	4
4	01200.002118/2012-21	240129	451.786,00	-	451.786,00	451.786,00	Jul	Dez	4
4	01200.000850/2012-66	240127	65.500,00	-	65.500,00	65.500,00	Mar	Dez	4
4	01200.001599/2012-57	240127	298.965,00	-	298.965,00	298.965,00	Mai	Dez	4
4	01200.001600/2012-43	240127	190.000,00	-	190.000,00	190.000,00	Mai	Dez	4
4	01200.001602/2012-32	240127	250.000,00	-	250.000,00	250.000,00	Mai	Dez	4

4	01200.001601/2012-98	240127	450.000,00	-	450.000,00	450.000,00	Mai	Dez	4
4	01200.002299/2012-95	240127	45.000,00	-	45.000,00	45.000,00	Jul	Dez	4
4	01200.003662/2012-90	240127	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00	Set	Dez	4
4	01200.003660/2012-09	240127	60.000,00	-	60.000,00	60.000,00	Set	Dez	4
4	01200.003661/2012-45	240127	80.000,00	-	80.000,00	80.000,00	Set	Dez	4
4	01200.004120/2012-34	240127	32.892,00	-	32.892,00	32.892,00	Out	Out	4
4	01200.003701/2012-59	240127	44.500,00	-	44.500,00	44.500,00	Set	Dez	4
4	S/Nº	240127	120.000,00	-	120.000,00	120.000,00	Nov	Dez	4
4	01200.004783/2012-59	240127	749.000,00	-	749.000,00	749.000,00	Dez	Mar/2013	4
4	01200.004781/2012-60	240127	48.118,00	-	48.118,00	48.118,00	Dez	Mar/2013	4
4	01200.004782/2012-12	240127	23.500,00	-	23.500,00	23.500,00	Dez	Mar/2013	4
4	01200.002212/2012-80	240121	5.500,00	-	5.500,00	5.500,00	Jul	Dez	4
4	01200.001990/2012-51	240121	1.320.000,00	-	1.320.000,00	1.320.000,00	Jun	Dez	4
4	01200.001466/2012-81	240105	478.000,00	-	478.000,00	478.000,00	Jun	Dez	4
4	01200.002254/2012-11	240105	24.000,00	-	24.000,00	24.000,00	Jul	Dez	4
4	01200.002407/2012-20	240105	331.698,00	-	331.698,00	331.698,00	Jul	Dez	4
4	01200.001595/2012-79	240106	350.000,00	-	350.000,00	350.000,00	Mai	Dez	4
4	01200.001520/2012-98	240106	6.500,00	-	6.500,00	6.500,00	Jun	Dez	4
4	01200.001896/2012-01	240106	115.000,00	-	115.000,00	115.000,00	Jun	Dez	4
4	01200.001899/2012-36	240106	110.000,00	-	110.000,00	110.000,00	Jun	Dez	4
4	01200.001897/2012-47	240106	140.000,00	-	140.000,00	140.000,00	Jun	Dez	4
4	01200.001777/2012-40	240106	220.500,00	-	220.500,00	220.500,00	Jun	Dez	4
4	01200.002256/2012-18	240114	4.500,00	-	4.500,00	4.500,00	Jul	Dez	4
4	01200.000849/2012-31	240104	92.000,00	-	92.000,00	92.000,00	Mar	Dez	4
4	01200.002179/2012-98	240104	4.500,00	-	4.500,00	4.500,00	Jul	Dez	4
4	01200.001522/2012-87	240128	152.000,00	-	152.000,00	152.000,00	Mai	Jul	4
4	01200.002007/2012-14	240128	3.422,00	-	3.422,00	3.422,00	Jun	Dez	4
4	01200.003322/2012-69	240128	600.000,00	-	600.000,00	600.000,00	Ago	Dez	4
4	01200.003323/2012-11	240128	125.500,00	-	125.500,00	125.500,00	Set	Dez	4
4	01200.001161/2012-79	240123	29.000,00	-	29.000,00	29.000,00	Abr	Dez	4
4	01200.001521/2012-32	240123	222.000,00	-	222.000,00	222.000,00	Mai	Jul	4
4	01200.002017/2012-50	240123	500.000,00	-	500.000,00	500.000,00	Jul	Dez	4
4	01200.002336/2012-65	240123	2.100,00	-	2.100,00	2.100,00	Jul	Mai	4
4	01200.001542/2012-58	240124	500.000,00	-	500.000,00	500.000,00	Mai	Dez	4
4	01200.002074/2012-39	240124	2.404,00	-	2.404,00	2.404,00	Jul	Out	4
4	01200.000935/2012-44	240125	238.000,00	-	238.000,00	238.000,00	Abr	Dez	4
4	01200.001524/2012-76	240125	435.000,00	-	435.000,00	435.000,00	Mai	Dez	4
4	01200.002008/2012-69	240125	300.000,00	-	300.000,00	300.000,00	Jun	Dez	4
4	01200.002136/2012-11	240125	240.000,00	-	240.000,00	240.000,00	Jul	Dez	4

4	01200.002164/2012-20	240125	9.285,00	-	9.285,00	9.285,00	Jul	Dez	4
4	01200.003328/2012-36	240125	160.000,00	-	160.000,00	160.000,00	Ago	Dez	4
4	S/Nº	240125	82.000,00	-	82.000,00	82.000,00	Nov	Dez	4
4	01200.004849/2012-19	240125	16.000,00	-	16.000,00	16.000,00	Dez	Mar/2013	4
4	01200.003794/2012-11	240126	60.000,00	-	60.000,00	60.000,00	Abr	Dez	4
4	01200.001818/2012-06	240126	500.000,00	-	500.000,00	500.000,00	Jun	Dez	4
4	01200.002183/2012-56	240126	4.300,00	-	4.300,00	4.300,00	Jul	Dez	4
4	01200.001747/2012-33	240126	259.500,00	-	259.500,00	259.500,00	Jun	Dez	4
4	01200.002618/2012-62	240126	75.000,00	-	75.000,00	75.000,00	Jul	Dez	4
4	01200.000934/2012-08	240126	60.000,00	-	60.000,00	60.000,00	Set	Dez	4
4	01200.004253/2012-19	240126	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	Out	Dez	4
4	S/Nº	240126	136.200,00	-	136.200,00	136.200,00	Nov	Mar/2013	4
4	01200.004833/2012-06	240126	281.500,00	-	281.500,00	281.500,00	Dez	Mar/2013	4
4	01200.003282/2012-55	154004	1.167.108,00	-	1.167.108,00	1.167.108,00	Ago	Dez	4
4	01200.003438/2012-06	UFMT	180.000,00	-	180.000,00	180.000,00	Set	Dez	4
4	01200.002879/2012-82	ABC	2.440.000,00	-	2.440.000,00	2.440.000,00	Out	Dez	4
4	01200.004106/2012-31	ABIPTI	700.000,00	-	700.000,00	700.000,00	Out	Dez	4
4	01200.001884/2012-78	SBPC	1.700.000,00	-	1.700.000,00	1.700.000,00	Out	Dez	4
4	01200.001574/2010	ABTLuS	81.129.730,00	-	81.129.730,00	81.129.730,00	Mai	Dez	2
4	01200.001681/2010	CGEE	5.727.150,00	-	5.727.150,00	5.727.150,00	Mai	Dez	2
4	01200.001572/2010	IMPA	13.749.360,00	-	13.749.360,00	13.749.360,00	Mai	Dez	2
4	01200.001834/2010	IDSM	10.357.820,00	-	10.357.820,00	10.357.820,00	Mai	Dez	2
4	01200.003789/2010	RNP	19.628.950,00	-	19.628.950,00	19.628.950,00	Mai	Dez	2

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação
4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: SIG/MCTI, Contratos de Gestão Firmados entre o MCTI e as Organizações Sociais, Termos de Descentralização de Créditos Orçamentários – TDC sob responsabilidade da SCUP.

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO 42 - QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação / Secretaria Executiva / Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa					
CNPJ:	031.327.45/0001-00					
UG/GESTÃO:	240001/240113					
Modalidade	**Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício**			**Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R$ 1,00)**		
	2012	**2011**	**2010**	**2012**	**2011**	**2010**
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	5	5	5	130.593.010,00	113.190.000,00	70.880.000,00
Termo de Cooperação	81	65	62	20.821.889,00	20.580.805,00	14.882.699,00
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	86	70	67	151.414.899,00	133.770.805,00	85.762.699,00

Fonte: SIG/MCTI, Contratos de Gestão Firmados entre o MCTI e as Organizações Sociais, Termos de Descentralização de Créditos – TDC sob responsabilidade da SCUP.

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

QUADRO 43 - QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTES

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação / Secretaria Executiva / Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa					
CNPJ: 031.327.45/0001-00			**UG/GESTÃO:** 240001/240113		
Modalidade	**Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes**	**Valores** (R$ 1,00)			**% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012**
		Contratados	**Repassados até 2012**	**Previstos para 2013**	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	5	5	130.593.010,00	160.180.351,00	-
Termo de Cooperação	6	81	20.821.889,00	22.579.529,00	98%
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	11	86	151.414.899,00	182.759.880,00	98%

Fonte: SIG/MCTI, Contratos de Gestão Firmados entre o MCTI e as Organizações Sociais, Termos de Descentralização de Créditos – TDC sob responsabilidade da SCUP.

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO 44 - QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação / Secretaria Executiva / Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa					
CNPJ: 031.327.45/0001-00	**UG/GESTÃO:** 240001/240113				
Exercício da Prestação das Contas	**Quantitativos e Montante Repassados**		**Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	**Termo de Cooperação**	**Contratos de Repasse**
2012	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	-	75	5
		Montante Repassado	-	19.567.571,00	130.593.010,00
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	-	6	-
		Montante Repassado	-	1.254.318,00	-
2011	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	-	65	5
		Montante Repassado	-	21.048.780,00	113.190.000,00
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	-		
		Montante Repassado	-		
2010	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	-	64	5
		Montante Repassado	-	18.232.699,00	70.880.000,00
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2010	**Contas NÃO Prestadas**	**Quantidade**	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Fonte: SIG/MCTI, Contratos de Gestão Firmados entre o MCTI e as Organizações Sociais, Termos de Descentralização de Créditos – TDC sob responsabilidade da SCUP.					

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO 45 - QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação / Secretaria Executiva / Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa					
CNPJ: 031.327.45/0001-00			**UG/GESTÃO:** 240001/240113		
Exercício da Prestação das Contas	**Quantitativos e Montantes Repassados**			**Instrumentos**	
				Convênios	**Contratos de Repasse**
2012	Quantidade de Contas Prestadas			-	5
	Com Prazo de Análise ainda **não Vencido**	Quantidade	Contas Analisadas	-	-
			Contas Não Analisadas	-	-
		Montante Repassado (R$)		-	130.593.010,00
	Com Prazo de Análise V**encido**	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R$)	-	-
2011	Quantidade de contas prestadas			-	5
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		-	5
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado (R$)		-	-
2010	Quantidade de Contas Prestadas			-	5
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	5
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado		-	-
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	5
		Montante Repassado		-	-
Fonte: SIG/MCTI, Contratos de Gestão Firmados entre o MCTI e as Organizações Sociais, Termos de Descentralização de Créditos – TDC sob responsabilidade da SCUP.					

5.3.6 Análise Crítica

Os recursos das ações sob responsabilidade da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP/SEXEC, foram descentralizados através de Termos de Descentralização de Crédito às Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCTI e às Organizações Sociais, através de Contratos de Gestão firmado entre o MCTI e as Organizações Sociais do MCTI, detalhados nos quadros A.4.11 e A.5.3.

As prestações de contas parciais referente aos recursos descentralizados através de Termos de Descentralização de Créditos Orçamentários – TDC foram solicitadas a todas as Unidades de Pesquisa no final do segundo trimestre no exercício de 2012, para analise preliminar. As prestações de contas finais foram analisadas no mês de janeiro de 2013, com conformidade.

Foram pactuados 81 (oitenta e um) Termos de Descentralização de Créditos, conforme detalhados nos itens: A.5.3, A.5.4 e A.5.5 e 05 (cinco) Contratos de Gestão, dos quais 06 (seis) TDC com vigência até o final do primeiro quadrimestre de 2013.

PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 46 - QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
10. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	18	4	6
1.5. Membros de poder e agentes políticos	Não há	-	-	-
1.6. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	18		
1.2.9. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	14	3	6
1.2.10. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	1	1	0
1.2.11. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	-	-	-
1.2.12. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	3	0	0
11. Empregados Públicos	Não há	5	1	1
12. Servidores com Contratos Temporários	Não há	-	-	-
13. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		1	1	0
14. Total de Servidores (1+2+3)	Não há	24	6	7

Fonte: CGRH/SPOA

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da UJ

Quadro 47 - Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**-**
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	**-**
3.1. De Oficio, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	**-**
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	**-**
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	**-**
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	1

Fonte: CGRH/SPOA

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO 48 - QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
7. Cargos em Comissão		8		
1.5. Cargos Natureza Especial	Não há	-	-	-
1.6. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	8	-	-
1.2.12. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	3	-	-
1.2.13. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	-	-	-
1.2.14. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	3	-	-
1.2.15. Sem Vínculo	Não há	1	-	-
1.2.16. Aposentados	Não há	-	-	-
1.2.17. Empregados Públicos	Não há	1		
8. Funções Gratificadas		-	-	-
2.5. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	-	-	-
2.6. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	-	-	-
9. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	8	-	-

Fonte: CGRH/SPOA

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO 49 - QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
7. Provimento de Cargo Efetivo	**2**	**4**	**8**	**6**	**1**
7.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
7.2. Servidores de Carreira	2	4	6	3	1
7.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
7.4. Empregados Públicos	-	-	2	3	-
8. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	**1**	**1**
8.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
8.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	1	1
8.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-
9. Totais (1+2)	**2**	**4**	**8**	7	**2**

Fonte: CGRH/SPOA

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO 50 - QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
7. Provimento de Cargo Efetivo				1	2	6	6	2	4
7.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	-	5	5	2	4
7.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7.4. Empregados Públicos				1	2	1	1	-	-
8. Provimento de Cargo em Comissão				-	-	-	1	-	1
8.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	1	-	1
8.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9. Totais (1+2)				1	2	6	7	2	5

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: CGRH/SPOA

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 51 - QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012										
	2011	-	-	-	-	-	-	-			
	2010	-	-	-	-	-	-	-			-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	893.825,40		353.921,49	75.336,04						893.825,40
	2011	386.083,34	-	524.320,79	324.764,28	-	-	-			996.236,64
	2010	128.566,08	-	61.356,36	129.180,00	-	-	-			319.102,44
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012										
	2011	-	-	-	-	-	-	-			-
	2010	45.600,00	-	-	-	-	-	-			45.600,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012										
	2011	-	-	-	-	-	-	-			-
	2010	-	-	-	-	-	-	-			-
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012										
	2011	-	-	-	-	-	-	-			-
	2010	-	-	-	-	-	-	-			-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	319.027,02	-	-	-	-	-	-			319.027,02
	2011	193.201,68	-	492.851,76	71.199,12	-	-	-			757.252,56
	2010	158.823,36	-	401.705,28	30.447,12	-	-	-			590.975,76
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012										
	2011	-	-	-	-	-	-	-			-
	2010	-	-	-	-	-	-	-			-
Empregados Públicos*											
Exercícios	2012	143.313,72									143.313,72
	2011	143.313,72	-	-	-	-	-	-			143.313,72
	2010	153.691,07	-	-	-	-	-	-			153.691,07

Fonte: Informações fornecidas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH/SPOA/MCTI

* Estimativa baseada em informações de valores mensais fornecidos pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH/SPOA/MCTI

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO 61 - QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	**Quantitativo de contratos de estágio vigentes**				**Despesa no exercício** (em R$ 1,00)
	1º Trimestre	**2º Trimestre**	**3º Trimestre**	**4º Trimestre**	
7. Nível superior					
3.3 Área Fim	0	0	0	0	0
3.4 Área Meio	4	4	2	3	20.425,00
8. Nível Médio					
4.1 Área Fim	0	0	0	0	0
4.2 Área Meio	1	1	1	1	3.743,33
9. Total (1+2)	5	5	3	4	24.168,33

Fonte:CGRH/SPOA

PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO 62 - QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI	1988

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	020.960/2010-7	3136/2012-2ª Câmara	1.6.3.3	DE	Ofício nº 677/2012-TCU/SECEX-6

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
6ª SECEX - TCU	-

Descrição da Deliberação

"...1.6. Determinar à 6ª Secex que:

...

1.6.3. dê ciência à Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que foram identificadas as seguintes impropriedades no processo de contas relativo ao exercício de 2009, nos termos do art. 4º da Portaria Segecex 13/2011:

1.6.3.3. ausência de demonstração da base de cálculo para a formação das reservas técnicas pactuadas nos termos aditivos celebrados em 2009, com as organizações sociais que mantêm contratos de gestão firmados com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o que contrariou a determinação constante do subitem 1.2 do Acórdão 2.742/2004-TCU-1ª Câmara e do subitem 1.5.3 do Acórdão 1.831/2009-TCU-2ª Câmara; ..."

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Síntese da Providência Adotada

A CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI tomou ciência das impropriedades indicadas e tomou as seguintes providências:

Foram elaborados, pela Consultora *Ad hoc* Maria de Lourdes Cardoso dos Santos, Documentos Técnicos de análise da constituição da reserva técnica estabelecida para as Organizações Sociais. Esses documentos foram considerados no momento de assinatura dos termos aditivos de 2012, que pactuaram os valores de reserva, tendo por base planilhas remetidas que explicitavam o custeio básico da OS nos parâmetros utilizados na solicitação da constituição de reserva, exigida para a pactuação do primeiro TA de cada ano. Tais insumos são objetos do cálculo do teto estabelecido por norma contratual no exercício de 2009 e nos novos Contratos Gestão, atualizado seu valor a cada ano conforme lista abaixo, à exceção da RNP, que não instituiu reserva técnica:

CNPEM: Cláusula Terceira, 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, para o período 2012.
CGEE: Cláusula Quarta, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, para o período 2012.
IDSM: Cláusula Terceira, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, para o período 2012.
IMPA: Cláusula Terceira, 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, para o período 2012.

Síntese dos Resultados Obtidos

Melhor percepção dos riscos contidos na execução plena dos recursos alocados aos objetivos dos Contratos de Gestão, dando insumos para ser mais bem equacionado o repasse, proporcionando o cenário ideal de execução, que possibilite até não ser necessária sua constituição.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O entendimento do conceito de Reserva Técnica e seus parâmetros de constituição, uso e limite ainda é difuso e motivo de reiteradas discussões, a explicação descrita nos Contratos, bem como seus limites devem ser objeto de evolução no corrente exercício.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	020.217/2007-3	3153/2012-2ª Câmara	9.2.	DE	Ofício 662/2012-TCU/SECEX-6
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SEXEC/MCTI					3234
Descrição da Deliberação					
"9.2. tornar insubsistente o subitem 9.2.1.3 do Acórdão 710/2011-2ª Câmara e conferir a seguinte redação ao subitem 9.2.2 dessa deliberação: 9.2.2. apresente plano de ação estabelecendo cronograma para que o Ministério levante e identifique os bens adquiridos pelo CGEE com recursos do Contrato de Gestão, com vistas a assegurar que estejam em uso e destinação voltadas à consecução das finalidades pactuadas no respectivo contrato de gestão, em conformidade com que estabelece o art. 12 c/c o art. 13 da Lei 9.637/98, bem assim a cláusula sétima do mencionado ajuste; ..."					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI					75186
Síntese da Providência Adotada					
Vide Acórdão 710/2011, Item 9.2.2					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Vide Acórdão 710/2011, Item 9.2.2					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Vide Acórdão 710/2011, Item 9.2.2					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	010.668/2004-6	4374/2009-1ª Câmara	-	DE	Ofício nº 1137/2009-TCU/SECEX-6
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SEXEC/MCTI					3234
Descrição da Deliberação					
"...retificar, por inexatidão material, o Acórdão n. 2640/2008 – TCU – 1ª Câmara, prolatado na Sessão de 20/8/2008, Ata n. 29/2008, acrescentando o subitem 9.4.4 nos seguintes termos: *"determinar ao Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT que desconte, nos próximos repasses ao CGEE e sem prejuízo das metas pactuadas no Contrato de Gestão, o valor total dos excedentes financeiros acumulados desde 2002 e não evidenciados nas prestações de contas, atualizado monetariamente, comunicando o TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação, acerca das providências adotadas, de modo a garantir o fiel cumprimento do art. 12 da Lei n. 9.637/1998 c/c a alínea 'g' da Cláusula Segunda do Contrato de Gestão"*, mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI					75186
Síntese da Providência Adotada					
Vide Acórdão 2640/2008, Item 9.4.4.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Vide Acórdão 2640/2008, Item 9.4.4.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Vide Acórdão 2640/2008, Item 9.4.4.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	010.668/2004-6	2640/2008 – 1ª Câmara, alterado pelo Acórdão 4374/2009-TCU – 1ª câmara	9.4.1 e 9.4.2	DE	Ofício nº 1137/2009-TCU/SECEX-6

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
MCT	1988

Descrição da Deliberação:

"...
9.4. determinar ao Ministério da Ciência e Tecnologia que:

9.4.1. exija, quando da celebração de termos aditivos ao contrato de gestão firmado com o CGEE, para aprovação de eventuais alterações orçamentárias, que venham a ser propostas, as planilhas detalhadas de custos estimados, nos termos dos itens 9.3.2 e 9.3.3 do subitem anterior;

9.4.2. ao firmar contratos de gestão, estipule as metas a serem alcançadas, com as respectivas previsões de gastos incorridos, especificando, detalhadamente, todos os custos atinentes às ações que estão sendo consideradas;..."

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Síntese da providência adotada:

A Seção II da Portaria MCTI nº 967, de 21/12/2011, estipula os procedimentos para a celebração de termos aditivos. No art. 11, § 2º, alterado pela Portaria MCTI nº 777 de 31/10/2012, foi instituído que: "*O orçamento estimativo deverá se basear em referências e ser apresentado com detalhamento suficiente para demonstrar a razoabilidade dos valores definidos para as linhas de ação e suas atividades*".
Para cada celebração de termo aditivo ao Contrato, têm sido incluídas no programa de trabalho as planilhas detalhadas de custos estimados.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	010.668/2004-6	2640/2008 – 1ª Câmara, alterado pelo Acórdão 4374/2009-TCU – 1ª câmara	9.4	DE	1137/2009-TCU/SECEX-6

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
MCT	1988

Descrição da Deliberação:

"...
9.4. determinar ao Ministério da Ciência e Tecnologia que:
...
9.4.3. no próximo termo aditivo do Contrato de Gestão firmado com o CGEE, faça constar dispositivo que contenha o teto remuneratório a ser obedecido para pagamento de salários e ordenados, efetuado com recursos do aludido ajuste, em obediência ao inciso II do artigo 7º da Lei n. 9.637/1998;

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Síntese da providência adotada:

Na celebração dos primeiros termos aditivos de cada ano ao contrato de gestão firmado com o CGEE foi incluída Cláusula que trata do teto remuneratório a ser pago pelo CGEE com recursos do Contrato de Gestão.

Síntese dos resultados obtidos
A providência foi expandida a todas as OS que este MCTI mantem Contrato de Gestão.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Sendo cláusula contratual tem efeito aos recursos públicos repassados na rubrica Contrato de Gestão, no entanto a Organização Social pode pagar complementos com origem em outras fontes, o que significa pouco efeito para o que objetivava o normativo, sendo que o teto remuneratório praticado acaba por ser regulado efetivamente por determinação do Conselho de Administração da OS no qual o poder público é minoritário.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	010.668/2004-6	2640/2008 – 1ª Câmara, alterado pelo Acórdão 4374/2009-TCU – 1ª câmara	9.4.4	DE	1137/2009-TCU/SECEX-6

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	**Código SIORG**
MCT	1988

Descrição da Deliberação:
"... 9.4. determinar ao Ministério da Ciência e Tecnologia que: **...** 9.4.4. desconte, nos próximos repasses ao CGEE e sem prejuízo das metas pactuadas no Contrato de Gestão, o valor total dos excedentes financeiros acumulados desde 2002 e não evidenciadas nas prestações de contas, atualizado monetariamente, comunicando ao TCU, no prazo de 60 (sessenta dias), a contar da notificação, acerca das providências adotadas, de modo a garantir o fiel cumprimento do art. 12 da Lei nº 9.637/1998 c/c a alínea 'g' da Cláusula Segunda do Contrato de Gestão..." (subitem incluído pelo Acórdão 4374/2009-TCU – 1ª câmara)

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Síntese da providência adotada:
A SCUP/SEXEC optou pela **reprogramação** dos excedentes financeiros em conformidade com a possibilidade de reintegração ao contrato mediante repactuação de metas, permitida pelo TCU no subitem 1.5.2, ou seja, "*...desconte...**ou** os reintegre ao referido contrato mediante a repactuação de metas...*" Por meio do Ofício nº 372/2009-SEXEC de 25 de setembro de 2009, foi pedido reconsideração da determinação, no sentido de reconhecer a possibilidade de reintegração dos excedentes financeiros, não evidenciadas, a referido contrato mediante repactuação de metas ou reconhecimento de dívida dentro dos objetivos do contrato de gestão, uma vez demonstrado que tais recursos foram comprovadamente gastos no âmbito do contrato de gestão, para finalidade eminentemente pública, propondo ainda recomendação no sentido de que para os futuros aditivos, todos os excedentes sejam necessariamente repactuados em metas específicas no bojo do Contrato de Gestão. O montante da reprogramação financeira do CGEE em 2012, constante da Cláusula quarta do 5 º Termo Aditivo, apurado em 31/12/2011, totalizou R$ 17.841.190,53 assim discriminados: i) os saldos das ações continuadas para o exercício de 2012, no montante de R$ 10.171.003,66; ii) o valor da Reserva Técnica vigente durante o ano de 2011, de R$ 7.457.102,40; iii) o saldo de ações concluídas ou encerradas no valor de R$ 6.125.369,25; iv) a compensação de créditos e débitos já contratados, com execução futura, que implicou num déficit de R$ 6.096.625,18, v) R$ 184.340,40 decorrentes da reincorporação aos recursos do Contrato de Gestão de valores não aceitos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, conforme decisão proferida nos Acórdãos 710/2011 e 3153/2012; maiores detalhes se encontram no Anexo II – Demonstrativo da Repactuação de Valores Acumulados do referido 5 º Termo Aditivo.
Síntese dos resultados obtidos
Entendimento e resgate da anomia do início do processo de supervisão dos Contratos de Gestão, onde não havia interpretação consolidada sobre o destino do superávit financeiro dos recursos contratados, por nenhuma instância envolvida.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
A assunção pelo MCTI por ocasião do 13º TA do CG CGEE/MCTI explicitado pela Nota Técnica CGOS/SCUP nº 17/2008, de que grande parte dos recursos públicos apropriados pelo Centro à época, foram utilizados dentro do interesse

do Contrato de Gestão embora não constassem da prestação de contas do período, inviabiliza o resgate de tais recursos uma vez já creditados pelo órgão supervisor do objeto de seu gasto como de interesse público.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	021.637/2007-2	1831/2009 - 2ª Câmara	1.5.2 e 1.5.3	DE	OFÍCIO 463/2009-TCU/SECEX-6

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
MCTI, SEXEC/MCTI e ABTLuS	1988 e 3234

Descrição da Deliberação:

"...1.5.2 à Secretaria Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT que desconte, nos próximos repasses à ABTLuS, mediante comunicação com antecedência prévia de, pelo menos, 30 dias, e sem prejuízo das metas pactuadas no Contrato de Gestão, o valor total dos excedentes financeiros acumulados e não evidenciados nas prestações de contas ou os reintegre ao referido contrato mediante a repactuação de metas, desde quando se iniciou a referida incorporação, atualizados monetariamente;

1.5.3 à ABTLuS e ao MCT que, findo o desconto referido no item acima, estabeleçam parâmetros e regulamentem, no âmbito do contrato de gestão, montante máximo de reserva técnica que pode ser anualmente constituída pela associação com os recursos públicos federais repassados, devendo ser dita reserva retratada nos demonstrativos contábeis e nas prestações de contas da ABTLuS;

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Síntese da providência adotada:

1.5.2 – A SCUP/SEXEC, considerando procedimento semelhante adotado ao CGEE quanto ao item 9.4.4 do Acórdão 2640/2008-1ª Câmara, incluído pelo Acórdão 4374/2009-1ª Câmara, optou pela **reprogramação** dos excedentes financeiros em conformidade com a possibilidade de reintegração ao contrato mediante repactuação de metas, permitida pelo TCU no subitem 1.5.2, ou seja, "*...desconte...**ou** os reintegre ao referido contrato mediante a repactuação de metas...*"

O montante da reprogramação financeira da ABTLuS totalizou R$ 63.727.757,74, assim discriminados: R$ 51.544.125,79, correspondentes a metas iniciadas em exercícios anteriores e continuadas no exercício de 2009; R$ 12.183.631,95, em Reserva Técnica. A discriminada reprogramação consta da Cláusula terceira do 24º Termo Aditivo, celebrado em 6/08/2009.

1.5.3 – Concomitante à reprogramação do excedente financeiro na forma evidenciada no subitem 1.5.2, a CGOS/SCUP/SEXEC inseriu a Cláusula Quarta no 24º Termo Aditivo, regulamentando a constituição de Reserva Técnica.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	020.217/2007-3	710/2011 - 2ª Câmara	9.2.1.2 e 9.2.1.4	DE	Ofício nº 116/2011-TCU/SECEX-6

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
SEXEC/MCTI	3234

Descrição da Deliberação:

"... 9.2. determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia (SE/MCT) que adote as seguintes providências, informando e comprovando o resultado ao Tribunal no prazo de 120 dias contados a partir da ciência:

9.2.1. desconte os valores abaixo indicados dos próximos repasses a serem feitos ao CGEE ou, alternativamente, promova a compensação desses valores nas metas/ações do contrato de gestão subsequente, tendo em vista a não vinculação das seguintes despesas a metas/ações constantes do contrato de gestão, conforme determinado na Cláusula

Segunda, alínea "g", do instrumento: ... 9.2.1.2. R$ 97.550,00, referentes à apropriação indevida de despesas relativas a ISS, podendo retirar-se a parcela de R$ 88.550,00 do rol de impugnações, na hipótese de restar comprovado que esta quantia já foi objeto de ajuste entre as partes e apresenta efetiva vinculação com as metas/ações do contrato;" ... 9.2.1.4. R$ 163,89, referentes a pagamentos indevidos a título de despesas com IRRF sobre aplicações financeiras;"

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Secretaria Executiva do MCTI	3234
Síntese da providência adotada:	
O CGEE interpôs recurso de reconsideração ao referido acórdão, sendo admitida sua suspenção pelo TCU. Em 20/06/11, foi expedido o Of. 290/2011-SEXEC à 6ª Secretaria de Controle Externo do TCU, dando ciência à suspensão do acórdão. No entanto, apesar das determinações estarem suspensas, o MCTI tomou as seguintes providências: Do valor total de **R$ 97.550,00**: - R$ 88.550,00 foi objeto de ajuste entre as partes e apresenta efetiva vinculação com as metas/ações do contrato; - R$ 9.000,00 foram compensados no 3º Termo Aditivo assinado para o período de 2010 /2016 ao Contrato de Gestão CGEE/MCT/FINEP **R$ 163,89** foram compensados no 3º Termo Aditivo assinado para o período de 2010 /2016 ao Contrato de Gestão CGEE/MCT/FINEP	
Síntese dos resultados obtidos	
Valores ajustados e compensados.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	020.217/2007-3	710/2011 - 2ª Câmara, alterado pelo Acórdão 3153/2012-2ª Câmara	9.2.2	DE	Ofício nº 116/2011-TCU/SECEX-6

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
SEXEC/MCTI	3234
Descrição da Deliberação	
"... 9.2. determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia (SE/MCT) que adote as seguintes providências, informando e comprovando o resultado ao Tribunal no prazo de 120 dias contados a partir da ciência: 9.2.2. apresente plano de ação estabelecendo cronograma para que o Ministério levante e identifique os bens adquiridos pelo CGEE com recursos do Contrato de Gestão, com vistas a assegurar que estejam em uso e destinação voltadas à consecução das finalidades pactuadas no respectivo contrato de gestão, em conformidade com que estabelece o art. 12 c/c o art. 13 da Lei 9.637/98, bem assim a cláusula sétima do mencionado ajuste; ..."	

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186
Síntese da Providência Adotada	
Foi elaborado Plano de Ação, em ação conjunta entre o CGEE e o Setor de Patrimônio do SPOA/SEXEC/MCTI, que estabeleceu um cronograma. O Plano de Ação foi encaminhado ao TCU por meio do Ofício nº 390/2012/SEXEC-MCTI, de 20/08/2012.	

Seguindo o Plano de Ação, foi solicitado ao CGEE o inventário patrimonial com a listagem de bens adquiridos com recursos do Contrato de Gestão; o chefe do serviço de almoxarifado e patrimônio da CGRL/SPOA/SEXEC/MCTI fez uma visita ao CGEE e elaborou relatório de análise do inventário, conferindo se os materiais condiziam com o listado pelo CGEE.

Por fim, o relatório de análise do inventário foi encaminhado ao TCU por meio do Ofício nº 501/2012/SEXEC-MCTI.

Síntese dos Resultados Obtidos

O Plano de Ação foi elaborado e cumprido.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
10	020.217/2007-3	710/2011 - 2ª Câmara	9.2.3	DE	Ofício nº 116/2011-TCU/SECEX-6

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
Secretaria Executiva do MCTI	3234

Descrição da Deliberação

"...9.2. determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia (SE/MCT) que adote as seguintes providências, informando e comprovando o resultado ao Tribunal no prazo de 120 dias contados a partir da ciência:

...

9.2.3. inclua na normatização relativa à celebração de termos aditivos ao contrato de gestão firmado com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, como etapa do processo e condicionante para o ato de celebração, a realização de análise técnica e a respectiva aprovação das planilhas de custos relativas à aplicação dos recursos públicos a serem transferidos, de forma a dar cumprimento integral à determinação exarada no item 1.2 do Acórdão 2.742/2004 - 1ª Câmara e atender ao disposto no art. 7º da Lei das OS; ..."

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Síntese da Providência Adotada

A publicação da Portaria nº 967/2011, de 21/12/2011 atende à determinação do TCU ao incluir tópico sobre os procedimentos para a celebração de termos aditivos e a necessidade de apresentação de plano de ação contendo a descrição das ações e atividades a serem desenvolvidas, agregadas segundo diretrizes, objetivos estratégicos e linhas de ação, assim como a estimativa de custos e os resultados pretendidos.

Síntese dos Resultados Obtidos

Os termos aditivos celebrados após a edição da Portaria nº 967/2011 contemplam a determinação imposta pelo TCU.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
11	017.072/2007-2	748/2011 – 2ª Câmara	9.3	DE	Aviso nº 20-Seses-TCU-2ª Câmara

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	**Código SIORG**
MCTI	1988

Descrição da Deliberação:

"... 9.3. determinar ao Ministério da Ciência e Tecnologia que:

9.3.1. adote providências para cobrar e receber da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa a devolução das

atualizações monetárias e dos devidos acréscimos legais devidos por esta Organização Social em relação à realização de despesas em 2006, a título de juros e multas, com recursos oriundos do contrato de gestão, registradas nas contas 5.1.03.01.06 e 5.1.03.01.10, nos valores de R$ 12.505,94 e R$ 6.312,30, visto que apenas os valores originais destes pagamentos foram ressarcidos, e somente em 30/3/2009; 9.3.2. informe no seu próximo relatório de gestão sobre as providências adotadas em relação ao item 9.3.1;”

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
CGOS/SCUP e SPOA/SEXEC/MCTI	75186
Síntese da providência adotada:	
Por meio do Ofício nº 40/2012-SCUP, de 29/06/2012, foi encaminhado à RNP o Memo nº 40/2012-CGOF/SPOA, de 27/06/2012, que trata dos cálculos e apuração da quantia que deveria ser reembolsada, no valor de R$ 16.368,44 conforme descriminado abaixo: “Considerando que a RNP efetuou a devolução do valor de R$ 18.818,24 na data de 30/03/2009, relativo ao principal, a diferença a ser corrigida é de R$ (28.707,27-18,818,24 = 9,889,03), que corrigidos monetariamente e acrescidos dos juros legais totalizou num montante a ser reembolsado de R$ 16.368,44, referente ao período de 31/03/2009 a 25/06/2012...” A RNP efetuou a devolução do valor de R$ 16.368,44 em 25/06/2012.	
Síntese dos resultados obtidos	
As atualizações monetárias e devidos acréscimos legais foram devolvidos pela RNP.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	017.072/2007-2	748/2011 – 2ª Câmara	9.3	DE	Aviso nº 20-Seses-TCU-2ª Câmara

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	**Código SIORG**
MCTI	1988
Descrição da Deliberação:	
“... 9.3. determinar ao Ministério da Ciência e Tecnologia que ... 9.3.3. mantenha publicada e atualizada na internet a íntegra dos contratos de gestão que tenha assinado, bem como de todos os respectivos termos aditivos e os anexos destes últimos; ...”	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186
Síntese da providência adotada:	
A CGOS/SCUP mantém atualizada a página do MCTI, no que diz respeito às Organizações Sociais, publicando todos os contratos de gestão, termos aditivos e demais documentos relacionados imediatamente após a aprovação desses.	
Síntese dos resultados obtidos	
Todos os documentos relacionados às organizações sociais foram publicados e atualizados na página do MCTI.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Por vezes o processo burocrático de coleta de assinatura e aprovação de alguns documentos (como os Relatórios das Comissões de Avaliação dos Contratos de Gestão) é demorado, fazendo com que o documento seja publicado dias ou meses depois.	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	020.653/2006-3	2569/2011 - 2ª Câmara	9.6	RE	Ofício nº 595/2011-TCU/SECEX-6

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	**Código SIORG**

Secretaria Executiva do MCTI e CGEE	3234
Descrição da Deliberação:	
"... 9.6. recomendar à Secretaria Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia e ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos que celebrem, no prazo de 90 (noventa) dias, termo aditivo ao contrato de gestão, definindo: ... 9.6.2. os critérios para despesa com remuneração e os limites e critérios para vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, com a devida fundamentação da necessidade e com a observância dos princípios públicos, sobretudo os da legalidade, da moralidade, da economicidade e da razoabilidade, de modo a cumprir o estabelecido no art. 7º,inciso II, da Lei nº 9.637, de 1998; ..."	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186
Síntese da providência adotada:	
Os Contratos de Gestão assinados para o período de 2010 a 2016 contemplam limites de remuneração com base no teto do serviço público federal.	
Síntese dos resultados obtidos	
Os Conselhos de Administração referendam a tabela salarial a ser adotada pelas Organizações Sociais, se atendo aos critérios e limites para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados do CGEE, bem como das demais OS por este MCTI supervisionadas.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não só o Centro, mas todas as OS, percebem como cerceamento da discricionariedade de sua gestão, bem como a subversão do aparelho de governança instaurado no ente Conselho de Administração, quaisquer regras estabelecidas por este órgão supervisor por meio de Contrato de Gestão, discriminando critérios e limites para despesa com remuneração e vantagens para serem adotadas na política de Recursos Humanos das OS, devido a sua condição de associações privadas não subordinadas a este MCTI.	

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO 63 - QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI	1988

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	020.960/2010-7	3136/2012-2ª Câmara	1.6.3.1	DE	Ofício nº 677/2012-TCU/SECEX-6

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
6ª SECEX - TCU	-

Descrição da Deliberação

"...1.6. Determinar à 6ª Secex que:

...

1.6.3. dê ciência à Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que foram identificadas as seguintes impropriedades no processo de contas relativo ao exercício de 2009, nos termos do art. 4º da Portaria Segecex 13/2011:

1.6.3.1. ausência de tópico específico nos relatórios de acompanhamento e avaliação dos contratos de gestão firmados com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, destinados à análise da execução financeira do contrato, com ênfase na aferição da compatibilidade entre o montante de recursos repassados pelo órgão supervisor e as metas fixadas para as organizações sociais por exercício, com vistas a identificar a necessidade de eventuais ajustes nos valores envolvidos e/ou nas metas pactuadas, de modo a minimizar a ocorrência de excedentes financeiros, nos termos determinados por meio do subitem 1.3 do Acórdão 2.080/2008-TCU-2ª Câmara; ..."

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Justificativa para o seu não Cumprimento:

A CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI tomou ciência das impropriedades indicadas e busca se aparelhar com sistema informatizado de acompanhamento interrelacionando indicadores com metas e macroprocessos com recursos, e no desenvolvimento dos relatórios de gestão da execução dos contratos como maior detalhamento, para só então ter embasamento criteriosos para dar grande salto na previsão da execução no processo de promoção dos Contratos de Gestão supervisionados, bem como no aferimento da compatibilidade de execução e metas.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

É imperioso não pular etapas para dar insumos suficientes para evoluir os tópicos específicos nos relatórios de acompanhamento e avaliação dos Contratos de Gestão de forma a dar segurança ao analistas de seus parâmetros e proposições explicitadas em Notas Técnicas.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	020.960/2010-7	3136/2012-2ª Câmara	1.6.3.2	DE	Ofício nº 677/2012-TCU/SECEX-6

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
6ª SECEX - TCU	-

Descrição da Deliberação

"...1.6. Determinar à 6ª Secex que:

...

1.6.3. dê ciência à Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que foram identificadas as seguintes impropriedades no processo de contas relativo ao exercício de 2009, nos termos do art. 4º da Portaria Segecex 13/2011:

1.6.3.2. falta da publicação do relatório financeiro e do relatório de execução dos contratos de gestão firmados com as organizações sociais Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA-OS), Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP-OS) e Associação Brasileira de Luz Síncrotron (ABTLuS), referentes ao exercício de 2009, em desacordo com a exigência contida na alínea "f" do inciso I do art. 2º da Lei nº 9.637/1998; ..."

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Justificativa para o seu não Cumprimento:

A CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI tomou ciência das impropriedades indicadas e tomou as seguintes providências:

Sabendo da publicação incompleta e fora do prazo estabelecido, referente ao exercício de 2009, a SCUP encaminhou aos diretores das Organizações Sociais os ofícios nº 85, 86, 87, 88 e 89/2010-SCUP, de 07/10/2010, solicitando a publicação correta e dentro do prazo de 15 de março de cada ano.

Publicações no DOU referentes ao exercício de 2009:
CGEE: nº 80, seção 3, pág. 177-179, 29/04/2010.
ABTluS: nº 73, seção 3, pág. 215-219, 19/04/2010.
IDSM: nº 83, seção 3, pág. 204-206, 04/05/2010.
IMPA: nº 72, seção 3, pág. 212-215, 16/04/2010.
RNP: nº 39, seção 3, pág. 170-171, 01/03/2010.

Em relação à publicação referente ao exercício de 2010, o IMPA e a ABTluS publicaram erroneamente, pelo que a CGOS/SCUP solicitou que publicassem novamente (Of. 16 e 19/2011-CGOS/SCUP, de 28 e 29/03/2011). A ABTLuS republicou e o IMPA informou que nas notas explicativas constantes da publicação do Balanço é onde se explicita a execução do Contrato de Gestão.

Publicações no DOU referentes ao exercício de 2010:
CGEE: nº 53, seção 3, pág. 137-139, 18/03/2011.
ABTluS: nº 48, seção 3, pág. 142-145, 11/03/2011.
ABTluS (retificação): nº 75, seção 3, pág. 130, 19/04/2011.
IDSM: nº 50, seção 3, pág. 130-133, 15/03/2011.
IMPA: nº 41, seção 3, pág. 156-159, 28/02/2011.
RNP: nº 42, seção 3, pág. 119-120, 01/03/2011.

Publicações no DOU referentes ao exercício de 2011:
CGEE: nº 51, seção 3, pág. 191-193, 14/03/2012.
ABTLuS: nº 51, seção 3, pág. 182-185, 14/03/2012.
IDSM: nº 53, seção 3, pág. 174-176, 16/03/2012.
IMPA: nº 52, seção 3, pág. 186-190, 15/03/2012.
RNP: nº 43, seção 3, pág. 163-168, 2/03/2012.

Os relatórios financeiros e de execução dos contratos de gestão de todas as Organizações Sociais referentes aos exercícios posteriores ao de 2009 vêm sendo monitorados via Diário Oficial da União. No intuito de manter as publicações contemplando os normativos incidentes da Lei 9637/98 e Portaria MCTI 967/11, esta SCUP encaminhou aos diretores das Organizações Sociais os ofícios nº 10, 11, 12, e 13/2013-SCUP, de 27/03/2013, ao IMPA, CNPEM, CGEE e IDSM, respectivamente, solicitando republicação, visto que não foram publicadas as informações específicas do Contrato de Gestão referentes ao exercício de 2012.

Publicações no DOU referentes ao exercício de 2012:
CGEE: Nº 50, seção 3, pág. 153-156, 14/03/2013. (passível de retificação parcial; contempla os desígnios do Art. 12 da Portaria MCTI 967/11).
CNPEM: Nº 50, seção 3, pág. 161- 164, 14/03/2013. (deverá ser retificada).
IDSM: Nº 50, seção 3, pág. 164 - 165, 14/03/2013. (deverá ser retificada).
IMPA: Nº 51, seção 3, pág. 163 - 166, 15/03/2013. (deverá ser retificada).
RNP: Nº 39, seção 3, pág. 237-239, 27/02/2013. (publicação contempla os desígnios normativos, segundo análise da CGOS/SCUP).

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo

Gestor
O dispositivo legal da Lei 9637/98 em seu Art. 2o "f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;" não é de clara interpretação, quanto aos resultados financeiros serem inerentes ao Contrato de Gestão ou a Organização Social como um todo, exigência do Código civil correlata à condição das OS de associações sem fins lucrativos. O MCTI apontou a necessidade de se satisfazer ambos aspectos na prestação de contas das OS por ele supervisionadas.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	022.908/2010-2	1509/2012-1ª Câmara, que altera o Acórdão 710/2011-2ª Câmara	9.2.1 e 9.2.2	DE	Ofício nº 431/2012-TCU/SECEX-6

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
SEXEC/MCTI	3234

Descrição da Deliberação

"...9.2. determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia (SE/MCT) que desconte os valores abaixo indicados dos próximos repasses a serem feitos ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) ou, alternativamente, promova a compensação desses valores nas metas/ações do próximo termo aditivo ao contrato de gestão, tendo em vista a não vinculação das seguintes despesas a metas/ações do contrato de gestão, conforme determinado na Cláusula Segunda, alínea "g", do instrumento:

9.2.1. R$ 183.488,47 (cento e oitenta e três mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e quarenta e sete centavos), referentes aos valores reconhecidos indevidamente pelo 13º Termo Aditivo ao CG, o qual promoveu repactuação dos excedentes financeiros, podendo retirar-se a parcela de R$ 55.270,19 (cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta reais e dezenove centavos) do rol de impugnações, na hipótese de restar devidamente comprovado que esta quantia já foi objeto de ajuste entre as partes e apresenta efetiva vinculação com as metas/ações do contrato, conforme entendimento do Acórdão 710/2011-TCU-2ª Câmara;

9.2.2. R$ 268.813,28 (duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e treze reais e vinte e oito centavos), referentes à apropriação indevida de despesas de depreciação e amortização dos bens e direitos adquiridos com recursos públicos;

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Justificativa para o seu não Cumprimento:

A CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI tomou ciência das impropriedades e repactuou em 2012 os recursos referidos no item 9.2.2 na ordem de R$ 184.340,40 de forma a reincorpora-los aos recursos do 5º Termo Aditivo do Contrato de Gestão CGEE/MCTI/FINEP estes valores não aceitos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, conforme decisão do Acórdão 710/2011. Quanto aos recursos R$ 268.813,28 referentes a depreciação e amortização dos bens e direitos, o Centro entrou com recurso ao tribunal e este MCTI sem ainda ter juízo definido sobre a pertinência de ação administrativa espera a novo pronunciamento da corte sobre o recurso aportado pelo interessado. Quando então tomará providências com as devidas correções, que se fizerem necessárias.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	021.892/2006-7	2.080/2008 – 2ª Câmara, ratificado pelo Acórdão 3136/2012-2ª Câmara	1.3	DE	Ofício nº 1887/2008-TCU/SECEX-RJ-DT3

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Secretaria Executiva do MCT	3234

Descrição da Deliberação:

"... 1.3 determinar ao MCT que, objetivando otimizar a alocação dos recursos no orçamento da União, passe a incluir, no relatório anual de acompanhamento e avaliação do Contrato de Gestão firmado com a RNP, tópico com a análise da

execução financeira do contrato, com ênfase na aferição da compatibilidade entre o montante de recursos repassados pelo órgão supervisor e as metas fixadas para a Associação no exercício, com vistas a identificar a necessidade de eventuais ajustes nos valores envolvidos e/ou nas metas pactuadas, de modo a minimizar a ocorrência de excedentes financeiros."

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Justificativa para o seu não Cumprimento:

Preliminarmente, esclarecemos que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, por intermédio do Ofício nº 94-SE-MP/2009, de 09/03/2009, responde ao Ofício no. 342/SEXEC/MCT e encaminha documento da Secretaria de Gestão – SEGES/MP, intitulado "RECOMENDAÇÕES PARA A AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRESTAÇÃO DE CONTAS". Diante de tal documento, a CGOS/SCUP encaminhou ofício para as Comissões de Avaliação informando a determinação do TCU disposta no subitem 1.3 do Acórdão TCU nº 2080/2008 - 2ª. Câmara. Nesta comunicação, solicitou-se para a reunião e Relatório da Comissão, a elaboração da análise financeira da execução do Contrato de Gestão.

Diante dos questionamentos suscitados sobre o papel da Comissão, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação formalizou o Ofício acima referido a respeito dos seguintes pontos:

a) esclarecimento à respeito das competências das comissões de acompanhamento e avaliação dos contratos de gestão firmados com as organizações sociais à luz da Lei nº 9.627/98;

b) procedimentos aplicáveis à prestação de contas de que trata o §1º do art. 8º da Lei nº 9.637/2008.

Posteriormente, a representante do MCTI que acompanhou a reunião da Comissão de Avaliação da RNP informou à mesma que, no Relatório de Auditoria Anual de Contas do exercício de 2009 (nº. 245318), a CGU recomendou ao MCTI que "a SCUP adotasse as providências visando à realização da análise financeira da execução dos recursos do Contrato de Gestão conforme o disposto no Acórdão 2080/2008-2ª Câmara e na Lei 9.637." Com relação a esta solicitação do Órgão Supervisor, a Comissão recomendou, no Relatório Semestral de 2010, à RNP, que apresentasse ao MCTI, no Relatório Anual de 2010, as informações contidas no referido ofício à CA, de modo a atender ao Acórdão 2080/2008 e à recomendação da CGU, prestando informações referentes ao resultado institucional da Associação.

Na ausência de regulamentação por parte da SEGES/MP, que se limitou a fazer recomendações que pouco agregavam às praticas do órgão supervisor, o MCTI passou a adotar uma série de providências para institucionalizar o procedimento indicado no Acórdão 2080/2008-TCU. Dentre as providências, promoveu reuniões internas e externas com a participação de representantes do MPOG, culminando com a edição da Portaria MCT nº 157/2010, que disciplinou dispositivos e procedimentos para a realização da análise financeira das OS. Considerando este normativo, a CGOS/SCUP encaminhou ofício para as Comissões de Avaliação com o seguinte conteúdo: "Considerando o disposto I) na recomendação da CGU ao MCT no Relatório de Auditoria Anual de Contas do exercício de 2009 (nº 245318), II) no subitem 1.3 do Acórdão TCU nº 2080/2008 - 2ª. Câmara e III) nas alíneas "a" a "g", do § 1º , do art. 11, da Portaria MCT nº 157, de 26/02/2010, um dos tópicos que deverá ser abordado na reunião e no Relatório da Comissão, é a preparação para a análise financeira da execução dos recursos do Contrato de Gestão".

As Comissões de Avaliação não apresentaram tópico com a análise da execução financeira do Contrato de Gestão nos Relatórios Anuais 2010 e recomendaram que as OSs encaminhassem os dados ao Órgão Supervisor até o prazo limite do Relatório Semestral de 2011. Sendo que as CAs da ABTLUS, do CGEE e da RNP também recomendaram que o Órgão Supervisor gestionasse junto ao TCU a revisão do entendimento do Acórdão 2080/2008, posição que foi reforçada com a revogação da Portaria 157 em 28/12/2010.

Com a instalação de um Grupo de Trabalho em janeiro de 2011 para projetar um novo marco normativo, abriu-se espaço para rever os dispositivos da Portaria 157 e melhorar sua aplicação. O novo normativo de regulamentação dos procedimentos técnico-operacionais dos contratos de gestão (Portaria 967, de 21/12/2011) buscou, além de outros avanços, instituir mecanismos que mitigassem deficiências que embasaram as preocupações dos Órgãos de Controle e

resultaram nas determinações e recomendações acima referidas, as quais se destinavam a minimizar a ocorrência de excedentes financeiros.

Tais mecanismos se traduzem em dispositivos concretos a serem observados, quanto à questão, pelos vários atores do processo de contratualização nas fases de promoção, aditivação ou renovação, bem como nas de acompanhamento, avaliação e fiscalização de sua execução, dentre os quais destacam-se:

"...
CAPÍTULO II - DA PROMOÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO, Seção I – Dos procedimentos para a celebração de novos contratos
Art. 6º Após a qualificação da entidade como OS, a elaboração do contrato de gestão atenderá ao disposto na legislação regente.
Parágrafo único. O processo de celebração dos contratos de gestão deverá ser instruído, no mínimo, com os seguintes documentos:
...
VI - proposta de programa de trabalho plurianual, contendo o plano de ação, o quadro de indicadores e metas com memória de cálculo, sistemática de avaliação, **orçamento estimativo e cronograma de desembolso**, mencionados no inciso I do art. 7º da Lei No- 9.637, de 1998;

Seção II - Dos procedimentos para a celebração de termos aditivos
...
Art. 10. A OS deverá apresentar à CGOS, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do encontro de trabalho, a proposta de planejamento anual de ações contendo, no mínimo, os documentos que irão compor o novo programa de trabalho:
I - atualização do plano de ação abrangendo diretrizes, objetivos, ações e **custos estimados por linha de ação**;
...
III - **orçamento estimativo e proposta de cronograma de desembolso**, com base nas informações contidas no relatório anual apresentado pela OS;
...
Art. 11. O plano de ação deverá incluir a descrição das ações e atividades a serem desenvolvidas, agregadas segundo diretrizes, objetivos estratégicos e linhas de ação, assim como a **estimativa de custos e os resultados pretendidos**.
...
§2º **O orçamento estimativo deverá se basear em referências que permitam a análise da razoabilidade dos valores definidos para as linhas de ação e suas atividades**.
...
Art. 12. **Os saldos financeiros do contrato de gestão, apurados em 31 de dezembro de cada exercício anual e devidamente demonstrados pela OS, serão reprogramados no primeiro termo aditivo do exercício subseqüente**.
§ 1º Os saldos financeiros do contrato de gestão deverão ser apresentados em demonstrativo específico e detalhado, assinado pelo contador da OS, e incorporado ao relatório anual de gestão, bem como à publicação no Diário Oficial da União.
§ 2º A reserva técnica financeira será constituída na reprogramação dos saldos financeiros para compor os recursos provisionados para o exercício, nas condições e montante definidos no contrato de gestão.
...
Art. 15. As propostas de secretarias e órgãos da estrutura do MCTI ou vinculados, e também de outros órgãos ou entidades da administração pública federal, que visem inserir ações nos contratos de gestão, deverão ser acompanhadas de:
...
III - plano de ação, **orçamento estimativo detalhado e proposta de cronograma de desembolso**, conforme estabelecido nos art.9º **e 10** deste normativo; e
IV - **análise técnica e de razoabilidade dos custos estimados para as ações propostas**.
...
Seção III - Dos Procedimentos para a Renovação do Contrato de Gestão
...
Art. 18. Além dos documentos previstos no art. 10, o processo de renovação dos contratos de gestão deverá ser instruído com:
...
CAPÍTULO III - DO ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO
...
Seção III - Da Avaliação
...
Art. 27. No desenvolvimento de suas atribuições, a CA observará a sistemática de avaliação e os indicadores de desempenho pactuados no contrato de gestão.
Parágrafo único. A sistemática de avaliação de resultados do contrato de gestão deve considerar os seguintes parâmetros de análise de desempenho:
...
III - **eficiência na relação entre os resultados gerados e os insumos ou recursos consumidos, buscando avaliar a economicidade dos contratos de gestão**.
...
Art. 29. A avaliação realizada no final do ciclo do contrato de gestão deve conter a análise da evolução anual do programa de trabalho pactuado, bem como incluir tópicos relativos a:
...
II - **grau de desafio das metas pactuadas para o crescimento e desenvolvimento da OS e sua gestão, observando o atendimento da comunidade científica e da sociedade por meio das metas e ações implementadas**;
...
Seção IV - Da Fiscalização
Art. 31. Com base no disposto no inciso X do art. 4º da Lei No- 9.637, de 1998, incumbe ao Conselho de Administração da OS fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato de gestão, aprovar os relatórios de execução do contrato de gestão, bem como os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.
...
Art. 32. São objetos principais da fiscalização da execução dos contratos de gestão, podendo ser auditados a qualquer tempo pelo órgão supervisor, os itens de remuneração dos dirigentes e empregados, de patrimônio, procedimentos de alienação e de contratação de obras, serviços e compras da OS, bem como os saldos e excedentes financeiros do contrato de gestão.
...
Art. 33. A OS, por meio de seus relatórios anuais de gestão, deverá prestar contas dos recursos recebidos de maneira segregada de outras fontes de recursos da instituição, respeitando-se as demais condicionantes estabelecidas na legislação específica e regulamentações pertinentes, fazendo

constar, ainda, os seguintes itens:
...
V - evolução da receita do contrato de gestão, dos saldos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e sua reprogramação no exercício seguinte; e
VI - contabilização da reserva técnica, sua utilização e adequação.
Art. 34. **Com referência ao disposto no art. 31, cabe ao representante do MCTI nas reuniões do Conselho de Administração da OS enfatizar a fiscalização do contrato de gestão e a aprovação dos relatórios de execução do contrato de gestão e prestação de contas**.
§ 1º Os seguintes itens de fiscalização da execução do contrato de gestão devem ser destacados e analisados nos demonstrativos de resultados financeiros e no balanço patrimonial da entidade:
...
V - contabilização da reserva técnica e sua utilização/adequação;
...
§ 3º O órgão supervisor, por decisão motivada, poderá solicitar ao Conselho de Administração a realização de análises da situação financeira da entidade, referenciadas nos relatórios de auditoria externa, demonstrativos financeiros e de resultado do exercício, balanço patrimonial, incluindo eventuais saldos financeiros inscritos no patrimônio líquido.
...
Seção V - Da Nota Técnica Anual de Supervisão de Contrato de Gestão
Art. 36. **De posse do relatório do contrato de gestão, dos relatórios de acompanhamento e o de avaliação da CA, a CGOS/SCUP elaborará nota técnica sobre a execução do programa de trabalho no exercício anual, com ênfase na avaliação do cumprimento das metas pactuadas e resultados alcançados nas diretrizes e objetivos estratégicos do contrato de gestão, com vistas a instruir a conformidade processual e a gestão do contrato com a OS.**

Com a revogação da Portaria 157, houve a revisão e aperfeiçoamento dos dispositivos na Portaria 967, introduzindo mecanismos que permitem regular dispositivos que evidenciem os excedente financeiros na prestação de contas da execução, em relação ao planejado na pactuação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Muitos foram os esforços envidados por esta Coordenação no sentido de atender as proposições dos do Acordão 2080/2008, foram consultas a SEGES/MPOG que respondeu com orientações que nortearam a regulamentação presente na Portaria 157 implementando dispositivos para o tema. Também oficiou às CAs informando a recomendação do TCU disposta no subitem 1.3 do Acórdão TCU nº 2080/2008, que prontamente reagiram com base em suas atribuições legais. As OS também foram instadas a dar subsídios às CAs a RNP prontamente encaminhou para a CGOS, em abril de 2011, as informações solicitadas para compor o Relatório da Comissão de Avaliação. Também visando desenvolver o processo a SCUP/CGOS providenciou a contratação de consultor para prover estudos de metodologia e análise da implementação do Acórdão 2080/2008 (Contrato de Consultoria por produto, nos termos do Edital nº 012/2010 - Contrato nº AS-3814/2010 – Controle UNESCO nº 69.117, no período de janeiro a maio de 2011). No entanto mesmo que contribuintes tais iniciativas não obtiveram sucesso em consolidar sistema que desse segurança para a inclusão de tópico com a análise da execução financeira do contrato nos relatórios anuais de acompanhamento e avaliação dos Contratos de Gestão emitidos pelas comissões de avaliação. A CA somente poderia identificar a necessidade de eventuais ajustes nas metas pactuadas, com base em sistemática de acompanhamento da execução físico financeira a ser implementada por este MCTI de modo a identificar excedentes financeiros nos valores envolvidos pactuados por macroprocessos e explicitados sua execução, de modo a regular a metas a serem tão desafiadoras que incitem o máximo dispêndio nas atividades contratadas de forma a minimizar a ocorrência de excedentes financeiros anuais na execução das OS.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	020.217/2007-3	710/2011 - 2ª Câmara, alterado pelo Acórdão 1509/2012-1ª Câmara	9.2.1.1 e 9.2.1.3	DE	Ofício nº 116/2011-TCU/SECEX-6

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
SEXEC/MCTI	3234

Descrição da Deliberação:

"... 9.2. determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia (SE/MCT) que adote as seguintes providências, informando e comprovando o resultado ao Tribunal no prazo de 120 dias contados a partir da ciência:

9.2.1. desconte os valores abaixo indicados dos próximos repasses a serem feitos ao CGEE ou, alternativamente, promova a compensação desses valores nas metas/ações do contrato de gestão subsequente, tendo em vista a não vinculação das seguintes despesas a metas/ações constantes do contrato de gestão, conforme determinado na Cláusula Segunda, alínea "g", do instrumento:

9.2.1.1. R$ 184.340,40, referentes aos valores reconhecidos indevidamente pelo 13º Termo Aditivo ao CG, o qual promoveu repactuação dos excedentes financeiros;

...

9.2.1.3. R$ 240.250,57, referentes à apropriação indevida de despesas de depreciação e amortização dos bens e direitos adquiridos com recursos públicos; ...”

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Vide Acórdão 1509/2012-1ª Câmara	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Vide Acórdão 1509/2012-1ª Câmara	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	020.653/2006-3	2569/2011 - 2ª Câmara	9.5	DE	Ofício nº 595/2011-TCU/SECEX-6

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	**Código SIORG**
SEXEC/MCTI	3234

Descrição da Deliberação:

“...9.4. considerar inapropriadas as despesas que se seguem, no valor total de R$ 524.825,12, executadas indevidamente pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, no exercício de 2005, com recursos recebidos do MCT por meio do contrato de gestão:

9.4.1. R$ 32.913,35, referentes aos valores reconhecidos indevidamente pelo 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, o qual promoveu repactuação dos excedentes financeiros;

9.4.2. R$ 289.812,00, referentes à realização de banquetes na 3º Conferência Nacional de CT&I;

9.4.3. R$ 179.545,41, referentes à apropriação, à conta do CG, de despesas de depreciação e amortização dos bens e direitos adquiridos com recursos públicos;

9.4.4. R$ 22.554,36, referentes à diferença entre os valores de rendimentos das aplicações financeiras demonstrados na prestação de contas e os efetivamente auferidos e demonstrados nos extratos bancários;

9.5. determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia que desconte o valor de R$ 524.825,12 dos próximos repasses a serem feitos ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos ou, alternativamente, inclua, no âmbito do CG, tantas metas/ações quantas forem necessárias para que, comprovadamente, o mencionado valor seja alcançado, informando a este Tribunal as providências adotadas, no prazo de 90 (noventa) dias; ...”

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186
Justificativa para o seu não Cumprimento:	

Foi expedido Recurso de Reconsideração em 16/05/2011.

Do montante de R$ 32.913,35:

- R$ 2.236,42 foi compensado no 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão para o período de 2002 a 2010 – assinado em 23/06/2009 (Nota Técnica 008/2009, 15/06/2009 - Assessoria Financeiro e Contábil);
- R$ 14.884,35 foi compensado no 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão para o período de 2010 a 2016;
- R$ 15.792,58, o CGEE reconhece como despesas institucionais, conforme disposto no Recurso de Reconsideração, 16/05/11 – Item 3.1.

Do montante de R$ 289.812,00: aguardando manifestação do TCU sobre o recurso de reconsideração.

Do montante de R$ 179.545,41: aguardando manifestação do TCU sobre o recurso de reconsideração.

Do montante de R$ R$ 22.554,36:
Foi compensado no 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão para o período de 2002 a 2010, assinado em 23/06/2009 (Nota Técnica 008/09, 15/06/09, Assessoria Financeiro e Contábil).

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Consideramos positivo o fato do TCU ter deliberado em relação aos recursos utilizados pelo CGEE, fato que muito auxilia o MCTI no controle e na forma correta de execução dos recursos públicos de sua coordenação, ao tempo em que promove mais transparência nos gastos públicos.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	020.653/2006-3	2569/2011 - 2ª Câmara	9.6	RE	Ofício nº 595/2011-TCU/SECEX-6

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
SEXEC/MCTI	3234

Descrição da Deliberação:

"... 9.6. recomendar à Secretaria Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia e ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos que celebrem, no prazo de 90 (noventa) dias, termo aditivo ao contrato de gestão, definindo:

9.6.1. os critérios objetivos de avaliação de desempenho da organização social, mediante a elaboração dos respectivos indicadores de qualidade e produtividade, em obediência ao art. 7º, I, da Lei nº 9.637, de 1998; "

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
CGOS/SCUP/SEXEC/MCTI	75186

Justificativa para o seu não Cumprimento:

O MCTI celebrou termo aditivo ao contrato de gestão no qual suspende a avaliação de qualidade dos produtos e a sistemática de avaliação adotada para o CGEE para que, após reunião anual da Comissão de Avaliação, a ser realizada em abril de 2012, seja elaborada nova sistemática de avaliação e propostos novos indicadores de qualidade e produtividade.

O CGEE contrato especialista para propor o desenvolvimento de sua sistemática de avaliação e apresentou o resultado de seu trabalho à CA, no entanto após reuniões e rodada de análise do documento proposto a CA decidiu não aceitar a proposta, mesmo depois de ter contribuído para sua adaptação concluindo que o documento não chegou a termo que possa dar um passo contundente na direção das proposições da própria Comissão, do Órgão Supervisor e dos Órgãos de Controle. Seu relatório circunstanciado das reuniões extraordinárias com o propósito de consolidar nova sistemática se encontra em processo de coleta de assinaturas. Aguarda-se a próxima reunião da Comissão de Avaliação, para discussão sobre os novos rumos para resolução do tema.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A trivialidade da atual Sistemática de Avaliação é o problema a ser atacado, no entanto chegar a termo em sistemática que seja robusta, flexível e adaptada não é fácil. As CA têm em suas mãos um trabalho que deve equacionar bem as dimensões de eficácia, eficiência e efetividade de forma a dar representatividade da avaliação dos indicadores e sustentação do desafio imposto pela metas, trabalhando no aperfeiçoamento da contratualização de desempenho idealizada pela Lei 9637/98.

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO 64 - QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Secretaria Executiva do MCTI	3234

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203584	Constatação N° 1.1.1.1 Recomendação N° 1	Aviso nº 559/2012/GM/CGU-PR, de 26/09/2012

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Descrição da Recomendação

Definir responsáveis pela alimentação e pela verificação dos dados alimentados nos sistemas que devam ter informações registradas pela Unidade. Divulgar aos servidores da unidade os sistemas abrangidos, os prazos pertinentes e os respectivos responsáveis.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Síntese da Providência Adotada

Otimização do SigMCTI e incremento das trocas de informações entre a SCUP e a área de Acompanhamento e Avaliação.
Publicação da Portaria MCTI N° 397, de 5 de junho de 2012, que "institui e regulamenta a Política de Monitoramento e Avaliação do MCTI e dispõe sobre a gestão dos Programas constantes do Plano Plurianual 2012-2015 e das ações da Lei Orçamentária Anual", com indicações dos responsáveis pelas ações.

Síntese dos Resultados Obtidos

Serão observados no decorrer de 2013.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203584	Constatação N° 1.1.1.1 Recomendação N° 2	Aviso nº 559/2012/GM/CGU-PR, de 26/09/2012

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Descrição da Recomendação

Definir procedimento para a revisão do Processo de Contas e do Relatório de Gestão da UJ com designação dos responsáveis pela execução desse procedimento, para certificar a completude e a fidedignidade do processo de contas da Unidade.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Síntese da Providência Adotada

O grupo de trabalho que reuniu as Coordenações da SCUP e seu Gabinete propôs, em dezembro de 2012, procedimento a ser adotado para a elaboração e revisão do presente Relatório de Gestão.

Síntese dos Resultados Obtidos

Para a elaboração deste Relatório de Gestão, os resultados ainda não atingiram a expectativa. Houve atraso no prazo de término de elaboração e parco tempo para revisão.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Fatores negativos: 1) as informações oriundas das OS chegam entre o fim do mês de fevereiro e o início do mês de março; 2) o Relatório ainda não começou a ser efetivamente preenchido no ano do exercício (2012), mas sim já no ano posterior (no caso, em 2013); 3) a extensão do Relatório.

Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
3	201203584	Constatação N° 2.3.1.4 Recomendação N° 1	Aviso nº 559/2012/GM/CGU-PR, de 26/09/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP			47229
Descrição da Recomendação			
Que a SCUP exija que as unidades que repassam recursos aos Contratos de Gestão informem a origem orçamentária dos recursos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP			47229
Síntese da Providência Adotada			
Deu-se cumprimento à Portaria MCTI N° 967, particularmente no que diz respeito aos seus artigos 8º e 15.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A origem orçamentária dos recursos vem sendo sempre informada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Normatização do MCTI e atuação da SOF/MP.			

Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
4	201203584	Constatação N° 2.3.1.7 Recomendação N° 1	Aviso nº 559/2012/GM/CGU-PR, de 26/09/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP			47229
Descrição da Recomendação			
Aprimore seu processo de seleção dos consultores na modalidade produto, estabelecendo critérios objetivos com fito de evitar a descontinuidade do processo, com resultante desperdício de recursos e não obtenção dos produtos esperados, estabelecendo vínculos remuneratórios que penalizem o consultor no caso de não entregar os últimos produtos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração			
Síntese da Providência Adotada			
Novo modelo de Termo de Referência para contratação de pessoa física/jurídica entrou em vigor no exercício.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não foram observados resultados durante o exercício.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
5	201203584	Constatação N° 2.3.1.7 Recomendação N° 2	Aviso nº 559/2012/GM/CGU-PR, de 26/09/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**

Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	47229
Descrição da Recomendação	
Institua previsão de atesto, pela área demandante de contratação de consultores na modalidade produto, de que os produtos contratados favoreceram o alcance dos objetivos da unidade.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	
Síntese da Providência Adotada	
Novo modelo de Termo de Referência para contratação de pessoa física/jurídica entrou em vigor no exercício. "A responsabilidade pela supervisão dos serviços a serem contratados será do órgão solicitante. Os produtos deverão ser encaminhados à Unidade de Gerência de Projetos – UGP via memorando assinado pelo representante máximo do órgão, acompanhado de Nota Técnica da área responsável aprovando o produto e atestando o pagamento."	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Não foram observados resultados durante o exercício.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201203584	Constatação N° 2.3.1.7 Recomendação N° 3	Aviso nº 559/2012/GM/CGU-PR, de 26/09/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP			47229
Descrição da Recomendação			
Estabeleça critérios para que eventual contratação de consultores apenas ocorra após a realização de estudos prévios que demonstrem que essa é a melhor opção aplicável a cada caso.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			
Síntese da Providência Adotada			
Rotina de consulta à CGRH sobre a eventual disponibilidade de servidores, dentro do MCTI, com perfil adequado ao trabalho demandado.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não foram observados resultados durante o exercício.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201203584	Constatação N° 2.3.1.9 Recomendação N° 1	Aviso nº 559/2012/GM/CGU-PR, de 26/09/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP			47229
Descrição da Recomendação			
Definir os responsáveis para realizar análises técnicas e financeiras das subações propostas e aprimorar os mecanismos e ferramentas utilizados para essa análise técnica.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**

Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	47229
Síntese da Providência Adotada	
A Portaria MCTI N° 967 definiu as análises técnicas e financeiras cabíveis.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Verificou-se que a substancialidade e ponderação das análises mantêm relação de proporcionalidade inversa com a tempestividade da assinatura dos Termos Aditivos. *I.e.*, quanto mais conteúdo constar da análise técnica (e, quanto mais informação relevante, melhor a decisão tomada pelo gestor), mais demorado será o processo de aditivação contratual. Isso faz com que seja atingido um "ponto de equilíbrio" que não permite maior atenção à análise pois, se assim ocorrer, o Termo Aditivo extrapolará o limite temporal a que o caixa das Organizações Sociais está submetido, impactando negativamente nas pesquisas realizadas.	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201203584	Constatação N° 2.3.1.12 Recomendação N° 1	Aviso nº 559/2012/GM/CGU-PR, de 26/09/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP			47229
Descrição da Recomendação			
Que a SCUP estabeleça critérios de verificação para demonstrar que a contratação de consultores na modalidade produto visa atender necessidades da Unidade que não são passíveis de execução por servidores da própria Unidade, com o objetivo de evitar a contratação de consultores para a execução de atividades finalísticas da unidade ou atividades de caráter continuado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração			
Síntese da Providência Adotada			
Novo modelo de Termo de Referência para contratação de pessoa física/jurídica entrou em vigor no exercício. "A responsabilidade pela supervisão dos serviços a serem contratados será do órgão solicitante. Os produtos deverão ser encaminhados à Unidade de Gerência de Projetos – UGP via memorando assinado pelo representante máximo do órgão, acompanhado de Nota Técnica da área responsável aprovando o produto e atestando o pagamento."			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não foram observados resultados durante o exercício.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201203584	Constatação N° 2.4.1.1 Recomendação N° 1	Aviso nº 559/2012/GM/CGU-PR, de 26/09/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP			47229
Descrição da Recomendação			
Instituir normativo interno que atribua a incumbência de efetuar procedimento de revisão do Relatório de Gestão da UJ, com a finalidade de certificar a completude e a fidedignidade do processo de contas da SCUP.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP			47229
Síntese da Providência Adotada			
O grupo de trabalho que reuniu as Coordenações da SCUP e seu Gabinete propôs, em dezembro de 2012, procedimento a			

ser adotado para a elaboração e revisão do presente Relatório de Gestão.
Síntese dos Resultados Obtidos
Para a elaboração deste Relatório de Gestão, os resultados ainda não atingiram a expectativa. Houve atraso no prazo de término de elaboração e parco tempo para revisão.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Fatores negativos: 1) as informações oriundas das OS chegam entre o fim do mês de fevereiro e o início do mês de março; 2) o Relatório ainda não começou a ser efetivamente preenchido no ano do exercício (2012), mas sim já no ano posterior (no caso, em 2013); 3) a extensão do Relatório.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	245318	Constatação 7 Recomendação 3	Of. 27208/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 17/08/2010

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT adote junto ao IMPA a correção do saldo financeiro do Contrato de Gestão em 31/12/08 ou Saldo de Disponibilidade no Início do Período descrito na fl. 133 do Relatório de Gestão Anual, Contrato de Gestão MCT/IMPA, 2009 onde o valor correto corresponde ao importe reprogramado no 18º Termo Aditivo, ou seja, R$ 28.689.177,34.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	47229

Justificativa para o seu não cumprimento:

Foi elaborado o 22º Termo Aditivo para corrigir a Cláusula referente à reprogramação do saldo constante no 18º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão. Este Termo Aditivo foi assinado em 14 de março de 2011 e publicado no Diário Oficial da União em 23 de março de 2011. Em 29 de março de 2011, foi encaminhado Ofício nº 13/SCUP à CGU com as providências adotadas e a SCUP/MCTI aguarda manifestação do atendimento ou não desta recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	245318	Constatação 8 Recomendação 1	Of. 27208/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 17/08/2010

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Descrição da Recomendação:

Que o órgão Supervisor providencie junto às Organizações Sociais a elaboração do relatório financeiro e de execução específico do Contrato de Gestão conforme previsto na letra "f", inciso I, art. 2º da Lei nº 9.637/98 e Cláusulas Contratuais referente à prestação de contas do Contrato de Gestão.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	47229

Justificativa para o seu não cumprimento:

A SCUP/MCT oficiou as Organizações Sociais, em 7 de outubro de 2010, com os Ofícios de nºs 85/2010; 86/2010; 87/2010; 88/2010 e 89/2010 SCUP, quanto à elaboração do relatório financeiro e de execução especifico do Contrato de Gestão, sendo que a verificação do atendimento pelas Organizações Sociais ocorrerá quando do próximo encaminhamento dos relatórios à SCUP/MCT. Foi encaminhado para a CGU, em 13 de outubro de 2010, o Ofício nº 97/2010-SCUP referente às providências adotadas para cumprir esta Recomendação. Durante a auditoria a ser realizada em 2012, estarão disponíveis para consulta os relatórios financeiros e de execução específico do contrato de gestão referente ao exercício de 2011.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	245318	Constatação 9 Recomendação 1	Of. 27208/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 17/08/2010

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT no âmbito de cada contrato de gestão: a) demonstre detalhadamente os cálculos utilizados para os valores atribuídos à Reserva Técnica; b) apresente os valores necessários para o funcionamento mensal de cada Organizações Sociais; c) Justifique o período definido e a necessidade de constituição da Reserva Técnica.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	47229

Justificativa para o seu não cumprimento:

Foi elaborado um Termo de Referência para contratação de um especialista que realizou cinco estudos, um para cada Organização Social, visando atender a esta Recomendação. Os resultados dos estudos foram aplicados nos termos aditivos aos contratos de gestão e encaminhados para avaliação da CGU por meio do Ofício nº 10/12-SCUP, de 8/2/12. A SCUP/MCTI aguarda manifestação do atendimento ou não desta recomendação

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201108876	Constatação 12 Recomendação 1	Of. 21.145/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 29/07/2011

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Descrição da Recomendação:

Que a SEXEC/MCT ultime providências no sentido de normatizar as atividades de acompanhamento e fiscalização da execução de Contratos de Gestão celebrados entre o MCT e as organizações sociais, informando, no prazo de 10 dias, a perspectiva da conclusão dos trabalhos do grupo de trabalho instituído pela Portaria SEXEC n.º 01/2011.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	47229

Justificativa para o seu não cumprimento:

O grupo de trabalho foi instituído por meio da Portaria nº 1, de 13 de janeiro de 2011, publicada no DOU de 17 de janeiro de 2011, para estudar, rever e propor portaria que normatize as atividades das OS. Em 23/12/11 foi publicada a Portaria MCTI nº 967/2011, de 21/12/2011, do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação que disciplina as atividades de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais e dá outras providências. A SCUP/MCT enviou, em 17/01/2012, Ofício nº 006/2012-SCUP para CGU encaminhando a referida Portaria. Em 31 de outubro de 2012 foi publicada a Portaria MCTI n° 777, que altera a Portaria MCTI n° 967. Aguarda-se o posicionamento sobre o cumprimento ou não da recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fonte: CGOS/SCUP

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO 65 - QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
Secretaria Executiva do MCTI	3234

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	245318	Constatação 9 Recomendação 2	Of. 27208/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 17/08/2010

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/SE/MCT faça constar, dos relatórios pertinentes à execução dos contratos de gestão encaminhados pelas organizações sociais, tópico específico contendo a demonstração da utilização dos recursos da reserva técnica, manifestando-se conclusivamente quanto ao uso desses recursos.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	47229

Justificativa para o seu não cumprimento:

A SCUP/MCT oficiou as Organizações Sociais com o Ofício-Circular 02/2011-SCUP, de 02 de fevereiro de 2011, e encaminhou para CGU o Ofício 02/2010-SCUP, de 03 de fevereiro de 2011, referente às providências desta Recomendação. Aguarda-se análise da CGU quanto ao cumprimento desta recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	245318	Constatação 9 Recomendação 5	Of. 27208/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 17/08/2010

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT faça constar demonstrativo detalhado dos excedentes financeiros referente ao Contrato de Gestão, ano a ano, de cada organização social.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

A SCUP/MCT enviou para as Organizações Sociais o Ofício-Circular nº 01/2011-SCUP, de 02 de fevereiro de 2011, solicitando fazer constar nos seus relatórios anuais um quadro quadrienal com demonstrativo detalhado dos excedentes financeiros (saldo em 31/12) relativos ao contrato de gestão. Foi encaminhado pela SCUP/MCT para a CGU o Ofício nº 01/2011- SCUP, de 03 de fevereiro de 2011, referente às providências desta Recomendação. Nos relatórios anuais de 2010 não foi possível o cumprimento por todas as OSs. No entanto, nos relatórios anuais de 2011, as OSs já preveem o demonstrativo detalhado dos excedentes financeiros, os quais poderão ser avaliados pela CGU na auditoria prevista para abril/maio de 2012.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	245318	Constatação 10 Recomendação 1	Of. 27208/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 17/08/2010

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Descrição da Recomendação:	
Que a SCUP/MCT adote providências visando a realização da análise financeira da execução dos recursos do Contrato de Gestão conforme disposto no Acórdão 2080/2008 – 2ª Câmara e na Lei nº 9.637/98.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	47229
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Foi encaminhado o ofício-circular nº 05/2010- CGOS, de 02 de setembro de 2010, para as Comissões de Avaliação das Organizações Sociais sobre a recomendação do TCU contida no Acórdão 2080/2008. "...Considerando o disposto I) na recomendação da CGU ao MCT no Relatório de Auditoria Anual de Contas do exercício de 2009 (nº 245318), II) no subitem 1.3 do Acórdão TCU nº 2080/2008 - 2ª. Câmara e III) nas alíneas "a" a "g", do § 1º , do art. 11, da Portaria MCT nº 157, de 26/02/2010, um dos tópicos que deverá ser abordado, na reunião e no Relatório da Comissão, é a preparação para a análise financeira da execução dos recursos do Contrato de Gestão". No entanto, com a instalação de um grupo de trabalho, em janeiro de 2011, para projetar um novo marco normativo para as OS´s, abriu-se espaço para rever os dispositivos da Portaria MCTI nº 157, de fevereiro de 2010, que foi revogada em dezembro do mesmo ano, e melhorar sua aplicação. O novo normativo de regulamentação dos procedimentos técnico-operacionais dos contratos de gestão (Portaria 967, de 21/12/2011, que disciplina as atividades de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com OS´s e dá outras providências) buscou, além de outros avanços, instituir mecanismos que mitigassem deficiências que embasaram as preocupações dos Órgãos de Controle e resultaram na recomendação acima referida. Os mecanismos previstos na referida Portaria se traduzem em dispositivos concretos a serem observados, quanto à questão, pelos vários atores do processo de contratualização nas fases de promoção, aditivação ou renovação, bem como nas de acompanhamento, avaliação e fiscalização de sua execução. A SCUP/MCTI aguarda posicionamento da CGU quanto à nova normatização implementada para os Contratos de Gestão.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
04	245318	Constatação 11 Recomendação 1	Of. 27208/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 17/08/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP			47229
Descrição da Recomendação:			
Que a SCUP/MCT só receba as Prestações de Contas das Organizações Sociais com as atas de seus respectivos Conselho de Administração assinadas por todos representantes legalmente constituídos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP			47229
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A SCUP/MCT encaminhou os Ofícios de nºs 21/2010; 22/2010; 23/2010; 24/2010; 25/2010; 26/2010; 27/2010; 28/2010; 29/2010; 31/2010; 32/2010 e 33/2010 SCUP, de 23 de novembro de 2010, para os Conselhos de Administração das Organizações Sociais solicitando que os mesmos procedam, rotineiramente, a assinatura das Atas. Foi encaminhado para a CGU o Ofício 104/2010, de 25 de novembro de 2011, relatando a providência adotada. Quando do recebimento das Atas, a CGOS/SCUP encaminhou Ofício nº 38/2011, de 19/08/11 e Ofício nº 14/2012-SCUP, de 27/03/2012, para CGU e aguarda o cumprimento ou não da recomendação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
05	245318	Constatação 12 Recomendação 1	Of. 27208/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 17/08/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**

Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229
Descrição da Recomendação:	
Que a SCUP/MCT passe a incluir nos Planos Anuais dos Contratos de Gestão das Organizações Sociais, por intermédio de termos aditivos, planilhas com o detalhamento da estimativa dos custos das Despesas Administrativas do Contrato de Gestão.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	47229
Justificativa para o seu não cumprimento:	
A SCUP/MCT encaminhou o Ofício-Circular 03/2011, de 18 de fevereiro de 2011, para as Organizações Sociais solicitando que nos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão conste nos Planos Anuais o detalhamento da estimativa dos custos das despesas administrativas do Contrato de gestão. Encaminhou, também, para a CGU o Ofício 09/2011, de 18 de fevereiro de 2011, referente à providência tomada para esta Recomendação. A SCUP/MCTI incluiu nos processos o detalhamento da estimativa dos custos no momento da pactuação dos termos aditivos e encaminhou Ofício nº 11/2012-SCUP, de 8/2/12, para a CGU com a demonstração do cumprimento da recomendação. A SCUP/MCT aguarda o posicionamento sobre o cumprimento ou não da recomendação.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	201108876	Constatação 13 Recomendação 1	Of. 21.145/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 29/07/2011

Órgão/entidade objeto da recomendação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113
Descrição da Recomendação:	
Que a SCUP/MCT, na qualidade de órgão supervisor, verifique as despesas realizadas pelo CGEE na implementação da Subação Apoio à Consolidação do Planejamento Estratégico da FINEP e obtenha junto à Financiadora de Estudos e Projetos, empresa pública, o ressarcimento ao erário dos valores transferidos para a execução da Subação, no montante de R$ 250.000,00, ou o valor efetivamente utilizado pelo CGEE, caso este seja maior.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	47229
Justificativa para o seu não cumprimento:	
A SEXEC/MCTI encaminhou o Ofício nº 613/2011-SEXEC para FINEP em 18/11/11 solicitando a devolução dos recursos ao erário. Em 18/01/2012, foi encaminhado Ofício nº 4/2012-SCUP para CGU no qual informa as ações tomadas. A SEXEC/SCUP/MCT aguarda providências da FINEP e análise da CGU.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201108876	Constatação 15 Recomendação 1	Of. 21.145/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 29/07/2011

Órgão/entidade objeto da recomendação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229
Descrição da Recomendação:	
Apurar responsabilidade pelos atos que resultaram na contratação, pelo CGEE, dos especialistas que participaram do processo de avaliação anual daquela entidade.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	47229

Justificativa para o seu não cumprimento:
A CGOS/SCUP/MCTI elaborou Nota Técnica nº 031/2011/CGOS-SCUP, de 30/12/2011, em que explicita os fatos e atos relacionados à contratação dos especialistas que participaram do processo de avaliação anual do CGEE, enviada eletronicamente à CGU.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	201108876	Constatação 16 Recomendação 1	Of. 21.145/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 29/07/2011

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:
Rever a sistemática de avaliação do Contrato de Gestão do CGEE, de forma que sejam contempladas na análise qualitativa as ações/subações concluídas no exercício fiscalizado.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	47229

Justificativa para o seu não cumprimento:
A Comissão de Avaliação está passando por um processo de reformulação de seus membros e de suas funções. A nova Comissão terá como uma de suas atribuições rever a Sistemática de Avaliação. Foi encaminhado OF 003/2012-SCUP para CGU em 18/01/2012 solicitando prorrogação de prazo para 30 de dezembro de 2012. A nova Comissão de Avaliação foi nomeada em 25/11/11, por meio da Portaria MCTI nº 891/2011, e na reunião anual 2011, a ser realizada em abril de 2012, iniciará a discussão sobre a revisão da sistemática de avaliação, considerando que está suspensa a execução da avaliação referente às dimensões de avaliação qualidade de processos e produtos e de efetividade institucional, conforme pactuado no 4º Termo Aditivo ao contrato de gestão, até que o novos membros da comissão de avaliação, recém nomeados, revejam a sistemática de avaliação constante do quadro de indicadores do anexo 3 do contrato de gestão.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	201108876	Constatação 17 Recomendação 1	Of. 21.145/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 29/07/2011

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Descrição da Recomendação:
Que a SCUP/MCT manifeste-se conclusivamente quanto aos saldos financeiros repactuados das organizações sociais, referente a 31/12/2009, e adote providências visando suas respectivas correções.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	47229

Justificativa para o seu não cumprimento:
Foram pactuados termos aditivos aos contratos de gestão das OSs incluindo as correções necessárias e encaminhado, em 26/01/2012, Ofício nº 8/2012-SCUP para CGU informando as providências adotadas. A SCUP aguarda avaliação pela CGU do cumprimento ou não desta recomendação.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

10	201108876	Constatação 17 Recomendação 2	Of. 21.145/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 29/07/2011

Órgão/entidade objeto da recomendação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT faça levantamento de todos os recursos despendidos com o Projeto Rede Clara da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP e manifeste-se conclusivamente quanto aos gastos realizados e a sua vinculação ao contrato de gestão, apresentando documentação comprobatória.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	47229

Justificativa para o seu não cumprimento:

Foi encaminhado Ofício nº 47/2011-SCUP para a RNP, em 05/10/2011, solicitando informações sobre os dispêndios realizados com o Projeto Rede Clara. O Ofício nº 002/2012-SCUP foi encaminhado para CGU informando da providência tomada. A SCUP/MCTI aguarda informações a serem encaminhadas pela RNP, considerando que o prazo de atendimento desta recomendação junto a CGU foi previsto para 30/04/2012.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
11	201108876	Constatação 19 Recomendação 1	Of. 21.145/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 29/07/2011

Órgão/entidade objeto da recomendação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT adote providências visando a realização da análise financeira da execução dos recursos dos contratos de gestão.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	47229

Justificativa para o seu não cumprimento:

Com a instalação de um Grupo de Trabalho, em janeiro de 2011, para projetar um novo marco normativo para as OS´s, abriu-se espaço para rever os dispositivos da Portaria MCTI nº 157, de fevereiro de 2010, que foi revogada em dezembro do mesmo ano, e melhorar sua aplicação. O novo normativo de regulamentação dos procedimentos técnico-operacionais dos contratos de gestão (Portaria 967, de 21/12/2011, que disciplina as atividades de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com OS´s e dá outras providências) buscou, além de outros avanços, instituir mecanismos que mitigassem deficiências que embasaram as preocupações dos Órgãos de Controle e resultaram na recomendação acima referida. Os mecanismos previstos na referida Portaria se traduzem em dispositivos concretos a serem observados, quanto à questão, pelos vários atores do processo de contratualização nas fases de promoção, aditivação ou renovação, bem como nas de acompanhamento, avaliação e fiscalização de sua execução. A referida portaria foi encaminhada à CGU pela SCUP/CGOS, que aguarda reunião para avaliar a ação adotada.

Ademais, para tratar o objeto proposto pelo referido acordão, esta SCUP/CGOS solicitou contratação de Consultoria por produto, nos termos do Edital nº 012/2010 - Contrato nº AS-3814/2010 – Controle UNESCO nº 69.117, no período de janeiro a maio de 2011, visando o "estabelecimento de prática organizacional da produção de Relatórios Técnicos dos aspectos econômico, contábil e financeiro da execução física dos Contratos de Gestão com as Organizações Sociais supervisionadas." Embora ter sido elaborado um documento robusto que demonstrou grande esforço do contratado, a análise de seu conteúdo revelou a não consideração da execução financeira dos Contratos de Gestão, na direção apontada de o trabalho responder ao questionamento do Acórdão 2080. Por não estabelecer um modelo de análise específico aos problemas e características dos Contratos de Gestão, o diagnóstico embora válido ficou inespecífico ao tema e não permitiu uma reflexão sobre os instrumentos e praticas atuais do Contrato de Gestão no campo econômico, contábil e financeiro. Em vista disto, a contratação foi descontinuada e atualmente se estuda se a consultoria seria a forma mais adequada de atender aos propósitos do Acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
12	201108876	Constatação 20 Recomendação 1	Of. 21.145/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 29/07/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP			47229
Descrição da Recomendação:			
Que a SCUP/MCT, passe a incluir nos Planos Anuais dos Contratos de Gestão das Organizações Sociais, por intermédio de termos aditivos, planilhas com o detalhamento estimativa dos custos das Despesas Administrativas e das metas/ações/atividades pactuadas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP			47229
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A CGOS/SCUP encaminhou o Ofício Circular nº 05/2011-SCUP, de 05/10/2011, para as OSs solicitando que apresentem, nos próximos termos aditivos pactuados, planilha detalhada da estimativa dos custos das despesas administrativas da OS. Foi encaminhado o Ofício nº 48/2011 – SCUP para CGU informando as providencias tomadas para o cumprimento desta recomendação. Os Termos Aditivos celebrados em dez/2011 foram assinados de acordo com esta recomendação. Aguardamos a avaliação da CGU sobre o cumprimento ou não desta recomendação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
13	201108876	Constatação 21 Recomendação 1	Of. 21.145/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 29/07/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP			47229
Descrição da Recomendação:			
Que a SCUP/MCT só receba as Prestações de Contas das Organizações Sociais com as Atas de seus respectivos Conselhos de Administração assinadas por todos representantes legalmente constituídos, que tenham estado presentes às respectivas reuniões dos conselhos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP			47229
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Em 05/10/2011, foi encaminhado o Ofício Circular nº 06/2011 – SCUP para os presidentes dos Comissões de Avaliação das OSs e o Ofício Circular nº 07/2011-SCUP, de 6/10/2011, para os diretores das OSs. A SCUP/MCTI encaminhou para a CGU o Ofício nº 49/2011 – SCUP, de 6/10/2011, no qual informa as providências tomadas. Com relação às atas de aprovação das contas do exercício de 2011, encontram-se disponíveis na CGOS para verificação por parte da CGU.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
14	201108876	Constatação 22 Recomendação 1	Of. 21.145/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 29/07/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP			47229
Descrição da Recomendação:			
Que a SCUP/MCT identifique e obtenha junto às unidades demandantes das metas/subações supracitadas dos produtos			

recebidos com pronunciamento quanto à adequação desses produtos.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	47229
Justificativa para o seu não cumprimento:	
A SCUP/MCTI fez o levantamento das ações/subações realizadas pelo CGEE e concluídas em 2010 e 2011 e encaminhou ofícios às unidades demandantes dos produtos solicitando o pronunciamento sobre os mesmos. Foi encaminhado Ofício nº 15/2012-SCUP, de 27/03/2012, à CGU sobre as providências tomadas e aguarda-se as respostas das unidades demandantes.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201203584	Constatação nº: 1.1.2.1. Recomendação N° 1	Aviso nº 559/2012/GM/CGU-PR, de 26/09/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP			47229
Descrição da Recomendação			
Que a SCUP avalie a conveniência e oportunidade de adotar indicadores institucionais para aferição de sua gestão; que permitam mensurar adequadamente a eficiência, a eficácia e a efetividade de sua atuação, contendo a descrição, o tipo, a fórmula de cálculo e o método de medição de cada indicador.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP			47229
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Prazo ainda não expirado. Em atendimento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201203584	Constatação Nº: 2.1.1.2. Recomendação N° 1	Aviso nº 559/2012/GM/CGU-PR, de 26/09/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP			47229
Descrição da Recomendação			
Que a SCUP formalize rotina e defina as respectivas responsabilidades com a finalidade de acompanhar os prazos de atendimento às determinações e recomendações dos órgãos de controle.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP			47229
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Prazo ainda não expirado. Em atendimento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201203584	Constatação Nº: 2.2.1.1. Recomendação N° 1	Aviso nº 559/2012/GM/CGU-PR, de 26/09/2012

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Descrição da Recomendação

Que a SCUP estabeleça procedimentos, normatizando-os, se necessário, com a finalidade de possibilitar: a mensuração, a detecção, a prevenção e a avaliação de riscos que possam afetar o atingimento dos seus objetivos e metas.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Justificativa para o seu não Cumprimento

Prazo ainda não expirado. Em atendimento.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201203584	Constatação Nº: 2.2.1.1. Recomendação N° 2	Aviso nº 559/2012/GM/CGU-PR, de 26/09/2012

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Descrição da Recomendação

Que a SCUP normatize procedimentos de controle interno, com a previsão de ferramentas para informação, comunicação e monitoramento dos controles institucionalizados pela Subsecretaria.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Justificativa para o seu não Cumprimento

Prazo ainda não expirado. Em atendimento.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201203584	Constatação Nº: 2.3.1.3. Recomendação N° 1	Aviso nº 559/2012/GM/CGU-PR, de 26/09/2012

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Descrição da Recomendação

Que a SCUP reveja sua posição e estabeleça procedimentos de análise técnica para verificar a razoabilidade e a necessidade de cada subação a ser pactuada em todos os termos aditivos aos Contratos de Gestão e que defina os responsáveis pela execução dessas análises. Que a SCUP reveja sua posição e estabeleça procedimentos de análise técnica para verificar a razoabilidade e a necessidade de cada subação a ser pactuada em todos os termos aditivos aos Contratos de Gestão e que defina os responsáveis pela execução dessas análises.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Prazo ainda não expirado. Em atendimento.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	201203584	Constatação Nº: 2.3.1.4. Recomendação N° 2	Aviso nº 559/2012/GM/CGU-PR, de 26/09/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP			47229
Descrição da Recomendação			
Que a SCUP exija que os Planos de Ação a serem apresentados pelas Organizações Sociais apresentem a vinculação das ações e subações com os programas e ações governamentais originais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP			47229
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Prazo ainda não expirado. Em atendimento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	201203584	Constatação Nº: 2.3.1.5. Recomendação N° 1	Aviso nº 559/2012/GM/CGU-PR, de 26/09/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP			47229
Descrição da Recomendação			
Que a SCUP apresente documentos que comprovem a necessidade dos produtos demandados ao CGEE por meio das 26 novas subações pactuadas no 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão firmado com aquela Organização Social ou, em caso de impossibilidade, apure responsabilidade pela aprovação de novas subações sem a comprovação de sua necessidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP			47229
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Prazo ainda não expirado. Em atendimento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	201203584	Constatação Nº: 2.3.1.5. Recomendação N° 2	Aviso nº 559/2012/GM/CGU-PR, de 26/09/2012

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Descrição da Recomendação

Que a SCUP defina modelo de declaração que comprove o recebimento e a qualidade dos produtos recebidos e que defina, em normativo, os responsáveis por essa declaração.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Justificativa para o seu não Cumprimento

Prazo ainda não expirado. Em atendimento.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	201203584	Constatação Nº: 2.3.1.6. Recomendação N° 1	Aviso nº 559/2012/GM/CGU-PR, de 26/09/2012

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Descrição da Recomendação

Definir competências, responsabilidades e prazos para cada etapa relacionada ao acompanhamento dos Contratos de Gestão firmado com as Organizações Sociais.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Justificativa para o seu não Cumprimento

Prazo ainda não expirado. Em atendimento.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	201203584	Constatação Nº: 2.3.1.13. Recomendação N° 1	Aviso nº 559/2012/GM/CGU-PR, de 26/09/2012

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Descrição da Recomendação

Que a SCUP busque o ateste, junto aos órgãos e unidades demandantes das 26 novas subações pactuadas no 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão do CGEE, declaração de que os produtos foram recebidos e em condição de qualidade satisfatória.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	47229

Justificativa para o seu não Cumprimento

Prazo ainda não expirado. Em atendimento.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fonte: CGOS/SCUP

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93

Em cumprimento ao que determina a Lei nº 8.730/03, bem como, DN TCU n.º 108, de 24 de novembro de 2010 e DN TCU nº 117, de 19 de outubro de 2011, declaro que os responsáveis arrolados nas contas da **Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP)** (Titulares e Substitutos), abaixo relacionados, estão em dia com a exigência da apresentação da declaração de bens e rendas, de que trata a Lei n.º 8.730, de 10/11/1993.

Tabela I – Responsáveis arrolados nas contas da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP)

NOME	CPF
ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI	982.968.928-04
CARLOS OITÍ BERBERT	004.550.401-68
ISABEL FELICIDADE AIRES CAMPOS	084.730.721-20
MARIA CRISTINA LIMA PEREZ MARÇAL	244.106.591-20

Fonte: CGRH/SPOA/MCTI

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO 66 - QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	27	-	27
	Entregaram a DBR	27	-	27
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte:

PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

QUADRO 67 - QUADRO A.11.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	**Código da UG**
Subsecretária de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Após análise dos registros contábeis e conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial inclusos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, assim como o demonstrativo levantado por Unidade Gestora Responsável – UGR, relativos ao exercício de 2012, refletem a adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração

Local	Brasília-DF	**Data**	24/01/2013
Contador Responsável	Eliana Yukiko Takenata	**CRC nº**	DF-006666/O-1

PARTE B DO ANEXO II DA DN 119/2012 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.

PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

28.1 Contratação de Consultores na Modalidade "Produto"

QUADRO 68 - QUADRO B.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE "PRODUTO" NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Valores em R$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura.	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
...	914BRZ2018

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 1/008/2012					
Objetivo da Consultoria: Assistência técnica para SCUP na difusão da informação científica e conhecimento sobre as Unidades de Pesquisa (UP) e Organizações Sociais (OS).					
Período de Vigência		**Remuneração**			
Início	**Término**	**Total Previsto no Contrato**	**Total Previsto no Exercício**	**Total pago no Exercício**	**Total pago até o Final do Exercício**
25/07/2012	24/07/2013	R$ 72.000,00	R$ 19.200,00	R$ 32.700,00	R$ 32.700,00

Insumos Externos

Produtos Contratados		
Descrição	**Data prevista de entrega**	**Valor**
Produto 01: Documento técnico com relatório de publicações a serem produzidas em 2012 pela SCUP e suas Unidades de Pesquisa	**1º Produto:** 20/08/2012	**Produto 1: R$ 9.000,00**
Produto 02: Documento técnico contendo primeira proposta de material científico-educativo direcionado ao público estudantil a ser distribuído nos eventos nacionais de C&T dos quais esta SCUP participará durante o ano de 2012.	**2º Produto:** 12/11/2012	**Produto 2: R$ 10.200,00**
Produto 03: Documento técnico com relatório de implementação do Prêmio Bolsista Destaque PCI, a ser realizado pela SCUP em 2012.	**3º Produto:** 10/01/2013	**Produto 3: R$ 11.500,00**
Produto 04: Documento técnico com relatório de implementação da participação da SCUP (Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais) em evento de grande porte com desenvolvimento de atividades de divulgação e popularização da Ciência	**4º Produto:** 27/03/2013	**Produto 4: R$ 13.500,00**
Produto 05: Documento técnico com relatório de implementação de atividade lúdica e de exposição em evento de divulgação e popularização da Ciência	**5º Produto:** 08/05/2013	**Produto 5º: R$ 11.800,00**
Produto 06: Documento técnico com relatório e implementação do processo de tradução, no Portal MCTI, das páginas relacionadas à SCUP, Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais.	**6º Produto:** 24/07/2013	**Produto 6º: R$ 16.000,00**

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Leonardo Nemer Afonso	**CPF:** 665.531.131-49
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

28.2 Análise Critica

A contratação dos serviços de profissionais que detém conhecimentos especializados é um instrumento que a administração pública dispõe para atender as demandas internas e diversificadas de suas unidades, pois inexistem em seus quadros servidores disponíveis em quantidade no local e com a disponibilidade exigida.

Esse processo de captar do ambiente externo profissionais especializados e com visões diferenciadas permite um intercâmbio de conhecimentos e experiências destes profissionais com os gestores internos, o que faz com que se consiga um processo de capacitação dos servidores pela transferência de conhecimentos nas condições reais de trabalho. Portanto, quando são utilizados os serviços especializados de consultoria a administração se beneficia duas vezes: primeiro pela obtenção de conhecimentos do profissional contratado e segundo pelo treinamento de seus servidores.

A Unidade Jurisdicionada responsável pela execução orçamentária e financeira do Projeto n.º 914BRZ2018 é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SEXEC/MCTI.

PARTE B, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

31.1 Supervisão de Contratos de Gestão Celebrados com Organizações Sociais

QUADRO 69 - QUADRO B.19.1.A – INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATO DE GESTÃO SUPERVISIONADO PELA UJ - CGEE

Informações do contrato de gestão supervisionado		
Número	Processo nº 01200.001681/2010-10	
Data celebração	27/05/2010	
Objeto	Estabelecimento de parceria entre as partes para o fomento de atividades relacionadas com a geração de subsídios para a gestão de programas e projetos estratégicos em ciência, tecnologia e inovação, bem como a realização de estudos e geração de subsídios para a formulação de políticas e estratégias governamentais.	
UJ do poder público signatária do contrato		Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI
Entidade contratada		**Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE**
Período Vigência	**Início**	01/07/2010
	Fim	30/06/2016
Valor Global	**Da UJ**	R$ 182.090.000,00
	Da Entidade	R$ 0,00
Limite para Remuneração	**Dirigentes**	R$ 22.894,00
	Empregados	R$ 22.894,00 Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.
Endereço da Internet para consulta da execução do contrato		http://www.cgee.org.br/sobre/relatorio2011.php
Ações de controle exercidas sobre o contrato de gestão		
N° de fiscalizações efetuadas no exercício		01 – referente ao exercício de 2011.
Nº de relatórios conclusivos da comissão de avaliação no exercício		01 – Relatório Anual e Conclusivo de 11/04/2012, referente ao exercício de 2011. Obs.: O relatório anual e conclusivo referente ao exercício de 2012 será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada somente em 03 e 04/04/2013.
Principais conclusões da comissão de avaliação		- O CGEE, ao obter a pontuação global 9,4, atingiu plenamente as metas pactuadas para o exercício de 2011. - É importante o aperfeiçoamento da Sistemática de Avaliação do Contrato de Gestão ainda no 1º Semestre de 2012.
Acompanhamento das metas estabelecidas		
Linha de Ação: Estudos, Análises e Avaliações		
Descrição da meta		Concluir 14 (quatorze) subações da Linha de Atividade "Estudos, Análises e Avaliações"
	Pactuada	14
	Realizada	16
	% Realização	114,2%
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011** 100% **2010** 100%
Descrição da meta		Atualizar e disponibilizar eletronicamente dados estatísticos referentes aos mestres e doutores no Brasil no Censo 2010.

	Pactuada	1	
	Realizada	1	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	Meta sem correspondência nos exercícios anteriores.
		2010	
Descrição da meta		Implantar sala de situação nas dependências do CGEE, de acesso restrito, para a manipulação de dados e produção de indicadores de inovação.	
	Pactuada	1	
	Realizada	1	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	Meta sem correspondência nos exercícios anteriores.
		2010	
Linha de Ação: Articulação			
Descrição da meta		Concluir 01 (uma) subação na Linha de Ação "Articulação".	
	Pactuada	1	
	Realizada	1	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	133,33%
		2010	100%
Descrição da meta		Elaborar documento "Economia verde para o desenvolvimento sustentável".	
	Pactuada	1	
	Realizada	1	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	Meta sem correspondência nos exercícios anteriores.
		2010	
Linha de Ação: Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I			
Descrição da meta		Concluir 04 (quatro) subações na Linha de Ação "Apoio à Gestão Estratégica do Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação".	
	Pactuada	4	
	Realizada	5	
	% Realização	125%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	137,5%
		2010	Não se aplica
Descrição da meta		Estruturar o Escritório de Projetos de Gestão da Informação.	
	Pactuada	1	
	Realizada	1	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	Indicador pactuado para 2012.
		2010	
Descrição da meta		Elaborar 03 (três) Notas Técnicas**.**	
	Pactuada	3	
	Realizada	6	
	% Realização	200%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	Indicador não pactuado para 2011.
		2010	250%.
Descrição da meta		Realizar 03 (três) reuniões de especialistas.	
	Pactuada	3	
	Realizada	8	

	% Realização	166,6%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	100%.
		2010	150%.
Linha de Ação: Disseminação de Informação em CT&I			
Descrição da meta		Participar institucionalmente de 02 (dois) eventos de disseminação da informação em CT&I.	
	Pactuada	2	
	Realizada	3	
	% Realização	150%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	Meta sem correspondência nos exercícios anteriores.
		2010	
Descrição da meta		Editar e distribuir 02 (dois) números da revista Parcerias Estratégicas.	
	Pactuada	2	
	Realizada	2	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	100%.
		2010	100%
Descrição da meta		Editar e distribuir 07 (sete) publicações associadas aos estudos conduzidos pelo CGEE.	
	Pactuada	7	
	Realizada	8	
	% Realização	114,2%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	100%.
		2010	100%
Linha de Ação: Desenvolvimento Institucional			
Descrição da meta		Elaborar documento que sintetize a estrutura de atuação do Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação, considerando: o ferramental de captura e análise de informação; o escopo de observação; o perfil da equipe; e o formato e periodicidade de produtos.	
	Pactuada	1	
	Realizada	1	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	Indicador pactuado para 2012.
		2010	
Descrição da meta		Realizar dois seminários: um sobre o emprego de cenários em estudos relacionados com a natureza dos projetos conduzidos pelo Centro; e outro sobre o emprego de metodologia em cientometria aplicadas a avaliação em CT&I.	
	Pactuada	2	
	Realizada	2	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	Indicador pactuado para 2012.
		2010	
Descrição da meta		Concluir o mapeamento de instituições que atuam nas áreas de estudos de futuro e de avaliação estratégica em CT&I.	
	Pactuada	1	
	Realizada	1	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	Indicador pactuado para 2012.
		2010	
Descrição da meta		Elaborar documento referencial de orientação para as atividades de	

		avaliação estratégica conduzidas pelo CGEE.	
	Pactuada	1	
	Realizada	1	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	Indicador pactuado para 2012.
		2010	
Descrição da meta		Identificar e adquirir base de dados de pesquisas de mercado para apoio à condução de diagnósticos e estudos de tendências setoriais e temáticos de interesse.	
	Pactuada	1	
	Realizada	1	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	Indicador pactuado para 2012.
		2010	
Descrição da meta		Concluir a subação de Aprimoramento da Sistemática de Avaliação do Contrato de Gestão.	
	Pactuada	1	
	Realizada	1	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	Indicador pactuado para 2012.
		2010	

Fonte: CGOS/MCTI

QUADRO 70 - QUADRO B.19.1.B – INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATO DE GESTÃO SUPERVISIONADO PELA UJ - CNPEM

Informações do contrato de gestão supervisionado		
Número	Processo nº 01200.001574/2010-91	
Data celebração	17/09/2010	
Objeto	Continuidade do fomento e execução das atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e transferência de tecnologia nas suas áreas de atuação, de forma a contribuir para elevar o nível de capacitação tecnológica e científica do Brasil.	
UJ do poder público signatária do contrato	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI.	
Entidade contratada	**Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM**	
Período Vigência	**Início**	17/09/2010
	Fim	30/09/2016
Valor Global	**Da UJ**	R$ 478.747.000,00
	Da Entidade	R$ 0,00
Limite para Remuneração	**Dirigentes**	R$ 26.500,00
	Empregados	R$ 23.014,67 Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.
Endereço da Internet para consulta da execução do contrato	www.cnpem.br	
Ações de controle exercidas sobre o contrato de gestão		
N° de fiscalizações efetuadas no exercício	01 – referente ao exercício de 2011.	
Nº de relatórios conclusivos da comissão de avaliação no exercício	01 – Relatório Anual e Conclusivo de 29/03/2012, referente ao exercício de 2011.	

	Obs.: O relatório anual e conclusivo referente ao exercício de 2012 será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada em 20 e 21/03/2013.
Principais conclusões da comissão de avaliação	- O atendimento às solicitações feitas em relação à apresentação e elaboração dos relatórios trouxe melhorias significativas no relatório anual de 2011. O detalhamento de informações, com inserções precisas de dados, facilitou a análise e a compreensão dos indicadores pactuados. - Há necessidade de ampla revisão da sistemática de avaliação e dos indicadores de desempenho, em virtude da ampliação do espectro de atividades científicas, tecnológicas e de inovação a cargo da instituição e de sua crescente complexidade institucional. - De acordo com a sistemática de avaliação pactuada no Contrato de Gestão, a ABTLuS/CNPEM atingiu plenamente o desempenho esperado, obtendo nota média global de 9,15.

Acompanhamento das metas estabelecidas		
Descrição da Meta		**Número de propostas realizadas nas instalações abertas**
Meta do Exercício	**Pactuada**	850
	Realizada	906
	% Realização	107%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	108%
	2010	106%
Descrição da Meta		**Número de beneficiários das instalações abertas**[3]
Meta do Exercício	**Pactuada**	1.600
	Realizada	1.812
	% Realização	114%
Descrição da Meta		**Índice de satisfação dos usuários**
Meta do Exercício	**Pactuada**	85%
	Realizada	93,8%
	% Realização	110%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	112%
Descrição da Meta		**Número total de publicações**
Meta do Exercício	**Pactuada**	300
	Realizada	218
	% Realização	73%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	112%
	2010	126%
Descrição da Meta		**Publicações em revistas com fator de impacto >5**
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não se aplica
	Realizada	Não se aplica
	% Realização	Não se aplica
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	156%
	2010	127%
Descrição da Meta		**Número de horas-linhas disponíveis para usuários das Linhas de Luz**
Meta do Exercício	**Pactuada**	53.400
	Realizada	55.727
	% Realização	104%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	94%
	2010	124%

[3] Novo indicador inserido no Contrato de Gestão a partir de 2012

Descrição da Meta		**Confiabilidade da Fonte de Luz Síncrotron**
Meta do Exercício	**Pactuada**	95%
	Realizada	96,9%
	% Realização	102%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	103%
	2010	103%
Descrição da Meta		**Índice de ocupação das Linhas de Luz**
Meta do Exercício	**Pactuada**	85%
	Realizada	85%
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	107%
	2010	100%
Descrição da Meta		**Número de horas de microscópio eletrônicos disponíveis aos usuários**[4]
Meta do Exercício	**Pactuada**	34.500
	Realizada	32.056
	% Realização	93%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	Indicador pactuado para 2012.
	2010	
Descrição da Meta		**Número de horas dos equipamentos de biociências disponíveis aos usuários**[3]
Meta do Exercício	**Pactuada**	25.600
	Realizada	49.889
	% Realização	195%
Descrição da Meta		**Grau de implantação do Projeto da Planta-Piloto para Desenvolvimento de Processos (PPDP) para etanol de 2ª geração**
Meta do Exercício	**Pactuada**	50%
	Realizada	90%
	% Realização	180%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuada para 2011
Descrição da Meta		**Publicação resultante por pesquisador**
Meta do Exercício	**Pactuada**	2,5
	Realizada	2,34
	% Realização	93,6%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	84%
	2010	205%
Descrição da Meta		**Taxa de Orientação de pós-graduados**[5]
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não se aplica
	Realizada	Não se aplica
	% Realização	Não se aplica
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	60%
	2010	153%
Descrição da Meta		**Taxa de Supervisão de pós-doutores**
Meta do Exercício	**Pactuada**	1,0
	Realizada	0,69
	% Realização	69%

[4] Novo indicador inserido no Contrato de Gestão em 2012.
[5] Indicador substituído em 2012.

% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	63%
	2010	64%
Descrição da Meta		**Número de memorandos técnicos disponíveis internet**
Meta do Exercício	**Pactuada**	10
	Realizada	10
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	100%
Descrição da Meta		**Número de pedidos de patentes[6]**
Meta do Exercício	**Pactuada**	7
	Realizada	6
	% Realização	86%
Descrição da Meta		**Número de projetos científicos internos do LNBio.**
Meta do Exercício	**Pactuada**	Indicador não pactuado para 2012.
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	208%
	2010	130%
Descrição da Meta		**Número de projetos de desenvolvimento tecnológico.**
Meta do Exercício	**Pactuada**	16
	Realizada	24
	% Realização	150%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	144%
	2010	100%
Descrição da Meta		**Curso de treinamento técnico.**
Meta do Exercício	**Pactuada**	70
	Realizada	104
	% Realização	148%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	124%
	2010	158%
Descrição da Meta		**Horas de treinamento de técnicos externos.**
Meta do Exercício	**Pactuada**	84.000
	Realizada	132.205
	% Realização	157%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	134%
	2010	160%
Descrição da Meta		**Número de pesquisadores externos capacitados[7] .**
Meta do Exercício	**Pactuada**	500
	Realizada	498
	% Realização	99%
Descrição da Meta		**Horas de treinamento de pesquisadores externos.**
Meta do Exercício	**Pactuada**	10.000
	Realizada	14.036
	% Realização	140%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	104%
	2010	651%

[6] Novo indicador inserido no Contrato de Gestão a partir de 2012.
[7] Novo indicador inserido no Contrato de Gestão a partir de 2012.

Descrição da Meta		**Número de projetos de P&D em conjunto com instituições de ensino e pesquisa[5].**
Meta do Exercício	**Pactuada**	12
	Realizada	14
	% Realização	117%
Descrição da Meta		**Alavancagem de recursos do Contrato de Gestão.**
Meta do Exercício	**Pactuada**	30%
	Realizada	28%
	% Realização	93%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	77%
	2010	110%

Indicadores específicos do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE), OBJETO DO PRIMEIRO Termo Aditivo ao Contrato de Gestão MCTI/CNPEM

Descrição da Meta		**Término da montagem dos grupos de pesquisa do CTBE.** I**ndicador**: pessoal contratado
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não se aplica
	Realizada	Não se aplica
	% Realização	Não se aplica
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Formação de um banco de dados a partir dos experimentos realizados por pesquisadores do programa.** **Indicador**: ferramenta implementada e disponível
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	0%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Caracterização física e química da biomassa de cana-de-açúcar.** **Indicador**: relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Ensaios de pré-tratamento de bagaço de cana-de-açúcar.** **Indicador**: relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Produção e caracterização de enzimas de microorganismos e plantas.** **Indicador**: relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Estudos sobre a transcriptômica e metabolômica de espécies selecionadas de fungos e de leveduras.** **Indicador**: relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Estudos de ação de enzimas sobre polissacarídeos.** **Indicador:** relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Realização de ensaios de hidrólise e fermentação.** **Indicador**: relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Desenvolvimento da técnica de Engenharia Fisiológica, com aplicação de inibidores metabólicos.** **Indicador**: relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Seminários** **Indicador:** quinze seminários realizados
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Executar projeto básico, executivo e montagem dos equipamentos (da PPDP).** **Indicador**: equipamentos instalados
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Comissionamento e Start-up parciais da PPDP.** **Indicador**: PPDP parcialmente disponível para usuários (4 de 10 módulos)
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Planejamento experimental de plantio direto em campo.** **Indicador**: planejamento concluído
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Unidade piloto de limpeza e picagem.** **Indicador**: unidade montada em laboratório protótipo
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Projeto temático agricultura de precisão.** **Indicador**: documento do projeto temático concluído
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Simulação para produção de etanol de primeira geração, açúcar e eletricidade (Rota1).** **Indicador**: Relatório de simulação
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Consolidação e validação do Banco de Dados (Rota1).** **Indicador:** Banco de dados validado
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	50%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Construção de fluxogramas para BVX para produção de bioetanol de segunda geração por hidrólise (Rota2).** **Indicador**: fluxogramas concluídos
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Elaboração de cenários refletindo possíveis melhorias nas tecnologias atualmente em uso e com a introdução das tecnologias de 2ª geração (preliminar), atualmente em desenvolvimento.** **Indicador**: relatório parcial de cenários
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	

% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Montagem de um banco de dados para o cultivo e processamento de cana-de-açúcar, produção e distribuição de fertilizantes, produção e distribuição de combustíveis fósseis, estoques de carbono acima e no solo para diferentes culturas e regiões.** **Indicador**: banco de dados parcialmente implementado
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Análise de ciclo de vida das emissões de GEE do etanol para os cenários mais promissores (inclusive integração com a produção de biodiesel) e para a gasolina brasileira.** **Indicador:** relatório técnico parcial
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Consolidação dos dados existentes na literatura sobre os impactos das mudanças diretas de uso do solo devido à expansão da cana-de-açúcar nos últimos 10 anos. Definição das tendências para a próxima década.** **Indicador**: relatório técnico parcial
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Elaboração de documento sobre relações com a indústria.** **Indicador**: documento aprovado
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Assinaturas de acordos/convênios com instituições públicas e/ou privadas, com o intuito de desenvolver trabalhos conjuntos.** **Indicador**: um termo aditivo correspondendo a um projeto
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Planejamento e Gerenciamento (físico e financeiro) das atividades do laboratório.** **Indicador**: relatórios de acompanhamento
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não pactuado para 2012
	Realizada	
	% Realização	

% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011

Indicadores Específicos do Projeto da Nova Fonte de Luz Síncrotron – SIRIUS
Objetos do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão MCTI/CNPEM

Descrição da Meta		**Cavidades de RF: Especificar e encomendar as cavidades de RF[8]**
Meta do Exercício	**Pactuada**	Cavidades de RF especificadas e contratadas
	Realizada	As cavidades de RF foram especificadas e ocorrerá a aquisição de 03 unidades do tipo Petra 5 cels. A encomenda está prevista para o mês de agosto de 2013. As cavidades de RF supercondutoras também já foram especificadas.
	% Realização	Parcialmente realizada
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	Indicador pactuado para 2012.
	2010	
Descrição da Meta		**LINAC: Especificar e encomendar o LINAC de 150 MeV[6]**
Meta do Exercício	**Pactuada**	LINAC especificado e contratado
	Realizada	A especificação do LINAC foi completada e no mês de março/2013 o processo de compra será inicializado, com previsão de assinatura de contrato até maio/ 2012.
	% Realização	Meta atingida
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	Indicador pactuado para 2012.
	2010	
Descrição da Meta		**Novos Recursos Humanos: Recrutamento e contratação de recursos humanos adicionais para o Projeto Sirius (área científica e de engenharia) [6]**
Meta do Exercício	**Pactuada**	Contratação de 18 profissionais em 2012
	Realizada	O processo de recrutamento e contratação de novos colaboradores resultou neste ano em 25 novas contratações em regime CLT (20 para engenharia, 2 para aceleradores e 1 para gestão) e 5 estagiários (Engenharia).
	% Realização	Meta Superada
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	Indicador pactuado para 2012.
	2010	
Descrição da Meta		**Prédio de Imãs: Construir o galpão para produção, testes e estocagem de imãs, fontes de correntes e sistemas de RF[6]**
Meta do Exercício	**Pactuada**	Contratar e iniciar as obras do novo galpão e instalações especiais
	Realizada	A construção do novo galpão industrial (ímãs II, 1500 m²), avançou dentro do cronograma proposto. O edifício encontra-se coberto e com fechamento praticamente concluído.
	% Realização	Meta atingida
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	Indicador pactuado para 2012.
	2010	
Descrição da Meta		**Projetos executivos e construção de cabeças de série dos magnetos DC e câmaras de vácuo[9]**
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não se aplica – indicador substituído para 2012.
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	Parcialmente realizada
	2010	Pactuado para 2011

[8] Novos indicadores inseridos no Contrato de Gestão em 2012.
[9] Indicadores substituídos em 2012.

Descrição da Meta		**Desenvolvimento e fabricação de cabeças de série de kicker e septa**[7]
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não se aplica – indicador substituído para 2012.
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	Parcialmente realizada
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Fabricação e teste de monitores de posição para anel e booster**[8]
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não se aplica – indicador substituído para 2012.
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	Parcialmente realizada
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Fabricação e teste do novo sistema de controle na Fonte atual**[10]
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não se aplica – indicador substituído para 2012.
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	Parcialmente realizada
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Fabricação de cabeças de série das fontes de alimentação DC**[8]
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não se aplica – indicador substituído para 2012.
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	Parcialmente realizada
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Fabricação de dois berços e testes de vibração e estabilidade**[8]
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não se aplica – indicador substituído para 2012.
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	Parcialmente realizada
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Fabricação e teste do primeiro amplificador de potência em 500 MHz**[8]
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não se aplica – indicador substituído para 2012.
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	Não realizada
	2010	Pactuado para 2011
Descrição da Meta		**Anteprojeto das obras e instalações para a Fonte de Luz Síncrotron**[8]
Meta do Exercício	**Pactuada**	Não se aplica – indicador substituído para 2012.
	Realizada	
	% Realização	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	**2011**	100%
	2010	Pactuado para 2011

Fonte: CNPEM/DG

[10] Indicadores substituídos em 2012.

QUADRO 71 - QUADRO B.19.1.C – INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATO DE GESTÃO SUPERVISIONADO PELA UJ - IDSM

Informações do contrato de gestão supervisionado		
Número	01200.001834/2010-29	
Data celebração	27/05/2010	
Objeto	Estabelecimento de parceria entre as partes e o fomento e execução de atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e extensão nas áreas de proteção ambiental com manejo participativo.	
UJ do poder público signatária do contrato		Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI
Entidade contratada		**Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá – IDSM**
Período Vigência	**Início**	27/05/2010
	Fim	30/06/2016
Valor Global	**Da UJ**	R$ 125.937.506,00
	Da Entidade	R$ 0,00
Limite para Remuneração	**Dirigentes**	R$ 21.800,00
	Empregados	R$ 21.800,00 Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados da IDSM, com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração em sua 33ª Reunião Ordinária realizada em 17/02/2011 e ratificada na 35ª Reunião Ordinária em 01/11/2011, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.
Endereço da Internet para consulta da execução do contrato		http://www.mamiraua.org.br/downloads/relatorios-de-gestao
Ações de controle exercidas sobre o contrato de gestão		
N° de fiscalizações efetuadas no exercício		01 – referente ao exercício de 2011.
Nº de relatórios conclusivos da comissão de avaliação no exercício		01 – Relatório Anual e Conclusivo de 23/03/2012, referente ao exercício de 2011. Obs.: O relatório anual e conclusivo referente ao exercício de 2012 será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada somente em 8, 9, 10 e 11/04/2013.
Principais conclusões da comissão de avaliação		- Não foram cumpridas as metas previstas para os indicadores 4 e 14. As demais metas foram cumpridas, sendo 3 delas superadas. - Conforme a sistemática de avaliação, a nota obtida pela instituição foi de 9,48 que corresponde ao conceito "atingiu plenamente as metas compromissadas".
Acompanhamento das metas estabelecidas		
Descrição da meta		**1. Índice Geral de Publicações (IGPub) ou produtos científicos por ano.**
Meta do exercício	**Pactuada**	0,8
	Realizada	0,93
	% Realização	Superada em 16,25%
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011** Superada em 56% **2010** Superada em 48%
Descrição da meta		**2. Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos pesquisadores do IDSM ao ano.**
Meta do exercício	**Pactuada**	0,64
	Realizada	0,68
	% Realização	Superada em 6,25%
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011** 100% **2010** Não cumprida com 92,9%
Descrição da meta		**3. Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano**.
Meta do exercício	**Pactuada**	0,68

	Realizada	0,76	
	% Realização	Superada em 11,76%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	Superada em 6%
		2010	Não cumprida com 46,7%
Descrição da meta		**4. Índice de Publicações não-Indexadas (IPuNI), reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.**	
Meta do exercício	**Pactuada**	3	
	Realizada	2,78	
	% Realização	Não cumprida com 92,67%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	Não cumprida com 20%
		2010	Superada em 12,9%
Descrição da meta		**5. Número de eventos de difusão cientifica promovidos (EDCP) pelo IDSM ao ano.**	
Meta do exercício	**Pactuada**	6	
	Realizada	6	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	100%
		2010	100%
Descrição da meta		**6. Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano.**	
Meta do exercício	**Pactuada**	5	
	Realizada	5	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	100%
		2010	Não Cumprida com 66,7%
Descrição da meta		**7. Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb).**	
Meta do exercício	**Pactuada**	5	
	Realizada	5	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	100%
		2010	100%
Descrição da meta		**8. Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário.**	
Meta do exercício	**Pactuada**	Abaixo de 350 m²/há	
	Realizada	-	
	% Realização	Este indicador não pôde ser mensurado. Em 2012 não houve exploração de madeira, portanto não foi possível medir clareiras, deixando de ser computado para fins de cálculo do resultado obtido no exercício, conforme esclarecido na pag. 29 do Relatório Anual de Gestão 2012, parte I.	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	100%
		2010	Este indicador não pôde ser mensurado, deixando de ser computado para fins de cálculo do resultado obtido no exercício, conforme explicitado no relatório anual e conclusivo da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão.
Descrição da meta		**9. Índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate (ITP).**	
Meta do exercício	**Pactuada**	Acima de 0,7	
	Realizada	0,78	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	100%
		2010	100%
Descrição da meta		**10. Índice de comunidades realizando atividades de manejo dos**	

		recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM).	
Meta do exercício	**Pactuada**	0,33	
	Realizada	0,33	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	100%
		2010	100%
Descrição da meta		**11. Índice de Comunidades Beneficiadas (ICB) nas RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores.**	
Meta do exercício	**Pactuada**	0,109	
	Realizada	0,109	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	100%
		2010	Não cumprida com 74,5%
Descrição da meta		**12. Índice de participação de lideranças-ano capacitadas pelo IDSM (IPLC).**	
Meta do exercício	**Pactuada**	0,35	
	Realizada	0,25	
	% Realização	Não cumprida com 71,43%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	Superada em 6%
		2010	Não cumprida com 80%
Descrição da meta		**13. Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAAV).**	
Meta do exercício	**Pactuada**	0,87	
	Realizada	0,87	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	100%
		2010	Não cumprida com 97,3%
Descrição da meta		**14. Alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão no IDSM (AMRFCG).**	
Meta do exercício	**Pactuada**	0,3	
	Realizada	0,29	
	% Realização	Não cumprido com 96,67%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	Não cumprida com 47%
		2010	100%

Fonte: CGOS/MCTI

QUADRO 72 - QUADRO B.19.1.D – INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATO DE GESTÃO SUPERVISIONADO PELA UJ - IMPA

Informações do contrato de gestão supervisionado		
Número	Processo nº 01200.001572/2010-01	
Data celebração	27/05/2010	
Objeto	Estabelecimento de parceria entre as partes e o fomento de atividades de pesquisa, difusão do conhecimento, capacitação científica, desenvolvimento tecnológico e melhoria de ensino na área da matemática.	
UJ do poder público signatária do contrato	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI	
Entidade contratada	**Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA**	
Período Vigência	**Início**	27/05/2010
	Fim	30/05/2016
Valor Global	**Da UJ**	R$ 326.835.200,00
	Da Entidade	R$ 0,00

Limite para Remuneração	**Dirigentes**	R$ 16.803,99 (a partir de 1º de maio de 2012)
	Empregados	R$ 16.803,99 (a partir de 1º de maio de 2012) Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.
Endereço da Internet para consulta da execução do contrato		http://www.impa.br/opencms/pt/institucional/relatorio_gestao/index.html http://www.impa.br/opencms/pt/institucional/relatorio_demost_financeira/index.html
Ações de controle exercidas sobre o contrato de gestão		
N° de fiscalizações efetuadas no exercício		01 – referente ao exercício de 2011.
Nº de relatórios conclusivos da comissão de avaliação no exercício		01 – Relatório Anual e Conclusivo de 04/04/2012, referente ao exercício de 2011. Obs.: O relatório anual e conclusivo referente ao exercício de 2012 será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada somente em 18 e 19/03/2013.
Principais conclusões da comissão de avaliação		- A associação obteve a pontuação global "dez" ao atingir plenamente as metas pactuadas para o exercício de 2011. - O notável prestígio internacional do IMPA foi capaz de atrair candidatos de todos os continentes, sendo 85 pesquisadores de alto nível em diferentes áreas da matemática para concorrerem a 2 posições permanentes, e 175 doutores candidatos a 4 vagas no programa de pós-doutorado de excelência. - Importância do intercâmbio de pesquisadores entre o IMPA e centros acadêmicos no país e no exterior. Uma de suas consequências positivas é o número significativo desses visitantes estabelecendo-se permanentemente em instituições acadêmicas no país.
Acompanhamento das metas estabelecidas		
Descrição da meta		**1.** Número de artigos publicados no ano em revistas de circulação internacional de alto padrão científico com corpo de pareceristas.
Meta do exercício	**Pactuada**	**70**
	Realizada	**77**
	% Realização	**110%**
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011** 127% **2010** 104%
Descrição da meta		**2.** Número de artigos publicados ou aceitos para publicação em revistas de circulação internacional e alto padrão científico, com corpo de pareceristas.
Meta do exercício	**Pactuada**	**130**
	Realizada	**152**
	% Realização	**117%**
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011** 103% **2010** 103%
Descrição da meta		**3.** Proporção de pesquisadores com Bolsa de Produtividade do CNPq.
Meta do exercício	**Pactuada**	**80**
	Realizada	**85,1**
	% Realização	**107%**
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011** 112% **2010** 106%
Descrição da meta		**4.** Número de visita-mês ao IMPA de pesquisadores nacionais e estrangeiros.
Meta do exercício	**Pactuada**	**240**
	Realizada	**315**
	% Realização	**131%**

% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	119%
		2010	105%
Descrição da meta		**5.** Número de visita-mês ao IMPA de estagiários de pós-doutorado.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**250**	
	Realizada	**471**	
	% Realização	**188%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	152%
		2010	131%
Descrição da meta		**6.** Número de reuniões científicas do IMPA.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**10**	
	Realizada	**14**	
	% Realização	**140%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	130%
		2010	120%
Descrição da meta		**7.** Índice de sucesso do doutorado - programa de 4 anos (quantidade de títulos concedidos a bolsistas nos 4 últimos anos, multiplicada por 48 e dividida pelo número de meses de bolsas concedidas nos quatro anos precedentes à obtenção do grau).	
Meta do exercício	**Pactuada**	**85**	
	Realizada	**89**	
	% Realização	**104%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	101%
		2010	103%
Descrição da meta		**8.** Índice de sucesso do mestrado - programa de 2 anos (quantidade de títulos concedidos a bolsistas nos 2 últimos anos, multiplicada por 24 e dividida pelo número de meses de bolsas concedidas nos dois anos precedentes à obtenção do grau).	
Meta do exercício	**Pactuada**	**85**	
	Realizada	**92**	
	% Realização	**108%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	102%
		2010	103%
Descrição da meta		**9.** Número de doutores formados anualmente/ média dos últimos três anos.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**16**	
	Realizada	**18**	
	% Realização	**112%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	125%
		2010	148%
Descrição da meta		**10.** Número de participantes do Colóquio Brasileiro de Matemática (realizado nos anos ímpares).	
Meta do exercício	**Pactuada**	**(realizado nos anos ímpares)**	
	Realizada		
	% Realização		
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	106
		2010	Só nos anos ímpares
Descrição da meta		**11.** Número de protótipos e Softwares produzidos ou aperfeiçoados (novas versões).	
Meta do exercício	**Pactuada**	**5**	
	Realizada	**5**	
	% Realização	**100%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	100%
		2010	100%

Descrição da meta		**12.** Número de publicações tecnológicas e patentes resultantes dos Projetos.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**7**	
	Realizada	**7**	
	% Realização	**100%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	100%
		2010	100%
Descrição da meta		**13.** Número de títulos publicados (livros de graduação e pós-graduação).	
Meta do exercício	**Pactuada**	**16**	
	Realizada	**17**	
	% Realização	**106%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	100%
		2010	100%
Descrição da meta		**14.** Número de livros e assinaturas de revistas incorporados ao acervo bibliográfico do IMPA.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**800**	
	Realizada	**815**	
	% Realização	**101%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	116%
		2010	103%
Descrição da meta		**15.** Número de livros emprestados.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**(indicador excluído a partir de 2012)**	
	Realizada		
	% Realização		
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	101%
		2010	101%
Descrição da meta		**16.** Notas da CAPES (avaliação a cada três anos) (**Tornou-se Indicador 15)**	
Meta do exercício	**Pactuada**	**7**	
	Realizada	**7**	
	% Realização	**100%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	100%
		2010	100%
Descrição da meta		**17.** Número de projetos de pesquisa e convênios de cooperação vigentes, aprovados por mérito, ou a convite. (**Tornou-se Indicador 16)**	
Meta do exercício	**Pactuada**	**48**	
	Realizada	**57**	
	% Realização	**118%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	118%
		2010	161%
Descrição da meta		**18.** Número de alunos inscritos na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP. **(Tornou-se indicador somente em 2011)** (**Tornou-se Indicador 17)**	
Meta do exercício	**Pactuada**	**17 milhões**	
	Realizada	**19.166.371**	
	% Realização	**112%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	116%
		2010	Tornou-se indicador somente em 2011.

Fonte: CGOS/MCTI

QUADRO 73 - QUADRO B.19.1.D – INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATO DE GESTÃO SUPERVISIONADO PELA UJ - RNP

Informações do contrato de gestão supervisionado		
Número	Processo nº 01200.003789/2010-47	
Data celebração	22/12/2010	
Objeto	Estabelecimento de parceria entre as partes e o fomento de atividades de pesquisas tecnológicas, desenvolvimento e operação de meios e serviços de difusão do conhecimento na área de tecnologia de informação e comunicação.	
UJ do poder público signatária do contrato		Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI
Entidade contratada		**Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP**
Período Vigência	**Início**	31/12/2010
	Fim	31/12/2016
Valor Global	**Da UJ**	R$ 244.552.000,00
	Da Entidade	R$ 0,00
Limite para Remuneração	**Dirigentes**	R$ 26.723,13
	Empregados	R$ 26.723,13 Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.
Endereço da Internet para consulta da execução do contrato		http://www.rnp.br/rnp/contrato_mct.html
Ações de controle exercidas sobre o contrato de gestão		
N° de fiscalizações efetuadas no exercício		01 – referente ao exercício de 2011.
Nº de relatórios conclusivos da comissão de avaliação no exercício		01 – Relatório Anual e Conclusivo de 16/03/2012, referente ao exercício de 2011. Obs.: O relatório anual e conclusivo referente ao exercício de 2012 será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada somente em 25, 26 e 27/03/2013.
Principais conclusões da comissão de avaliação		- As metas pactuadas foram alcançadas, a RNP obteve a nota máxima 10. - A RNP tem se mostrado sempre aberta ao atendimento das novas sugestões e desafios propostos pela Comissão, não importando o grau de dificuldade. - É preciso que os indicadores sejam aperfeiçoados, seguindo as sugestões da Comissão, de forma a melhor explicar o valor e a influência das iniciativas da OS na sociedade.
Acompanhamento das metas estabelecidas		
Descrição da meta		**Taxa de Oferta de Serviços Experimentais Oriundos de Grupos de Trabalho (GTs) de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)** O indicador mede o potencial da oferta de serviços experimentais e plataformas oriundos do Programa GT-RNP em redes avançadas. Os GTs realizam pesquisa e desenvolvimento tecnológico em novos protocolos, serviços e aplicações de rede, com o objetivo de promover a evolução e a inovação da rede como infraestrutura para pesquisa e educação. Entende-se por plataformas os produtos de software que podem ser utilizados para compor serviços e soluções que ampliem as ofertas para os clientes da RNP.
Meta do exercício	**Pactuada**	**63**
	Realizada	**66,7**
	% Realização	**105,8**

% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	**100%**
		2010	Indicador pactuado a partir de 2011.
Descrição da meta		**Número de Iniciativas Estruturantes de Desenvolvimento Tecnológico** O indicador mede o número de iniciativas de desenvolvimento tecnológico das quase a RNP participa de forma colaborativa em âmbito nacional ou internacional e que possuem características estruturadoras das ofertas de valor da organização. Estas iniciativas são realizadas em áreas temáticas consideradas de fronteira e estratégicas, como pesquisa em redes experimentais, novos protocolos, serviços e aplicações avançadas.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**3**	
	Realizada	**3**	
	% Realização	**100%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	**100%**
		2010	Indicador pactuado a partir de 2011.
Descrição da meta		**Índice de Qualidade da Rede** O indicador expressa a qualidade do serviço de conectividade da rede Ipê oferecido aos seus usuários. A qualidade é aferida por meio da pontuação combinada de duas medidas de desempenho da rede: taxa média de perda de pacotes e retardo médio de entrega de pacotes. Os dois parâmetros são sensíveis a problemas de congestionamento e outras situações que indicam desempenho inadequado da rede, independentemente da sua capacidade (banda). A degradação da qualidade é rapidamente percebida pelos usuários, o que faz o indicador ser capaz de caracterizar plenamente o desempenho da rede.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**100**	
	Realizada	**155,17**	
	% Realização	**155,17%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	**136,32%**
		2010	**89,46%**
Descrição da meta		**Percentual de Disponibilidade Média da Rede** O indicador permite aferir a continuidade dos serviços de trânsito nacional e internacional, observada a partir dos Pontos de Presença (PoPs) estaduais, e a ação gerenciadora da RNP, feita junto aos provedores de serviços que contribuem para o funcionamento da rede núcleo. Sempre com o objetivo de buscar o mínimo de interrupções da rede.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**99,80**	
	Realizada	**99,69**	
	% Realização	**99,89%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	**99,95%**
		2010	**100,02%**
Descrição da meta		**Percentual de Organizações Atendidas na Capacidade Adequada** O indicador avalia o grau de sucesso na implantação de capacidade adequada na interligação de organizações usuárias à rede, de acordo com patamares de velocidade estabelecidos no Plano Operacional da Rede acordado com o Comitê Gestor (CG-RNP) do Programa Interministerial para o Desenvolvimento e Manutenção da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (Programa Interministerial RNP) no ano anterior ao da apuração do indicador.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**100**	
	Realizada	**73,85**	
	% Realização	**73,85%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	O indicador não foi medido em decorrência da falta de sincronia entre o planejamento da RNP e a liberalização do recurso da parte do Governo Federal. A imprevisibilidade na liberalização de recursos comprometeu a definição de metas e, consequentemente, o desempenho do indicador.
		2010	**141,18%**

Descrição da meta		**Número de Serviços em Produção** O indicador reflete a oferta de serviços da RNP (comunicação e colaboração, disponibilização de conteúdos digitais, gestão de identidade, hospedagem estratégica e suporte à rede acadêmica), em nível de produção, às suas instituições usuárias. Por ser cumulativo, contempla, além da introdução com sucesso de novos serviços, a manutenção daqueles já ofertados. O Catálogo de Serviços é acordado com o Conselho de Administração (CADM) da RNP, no ano anterior ao da apuração do indicador.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**10,75**	
	Realizada	**10,75**	
	% Realização	**100%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	**133%**
		2010	Indicador inserido a partir de 2011.
Descrição da meta		**Índice de Execução de Iniciativas Estratégicas de Apoio às Políticas Públicas** O indicador mede o nível de execução de iniciativas estratégicas em TICs, ações plurianuais que apoiam políticas públicas relacionadas com ciência e tecnologia, educação, saúde e cultura, patrocinadas pelo Programa Interministerial para o Desenvolvimento e Manutenção da RNP (Programa Interministerial RNP). O portfólio de iniciativas e suas metas de desempenho anuais são apresentados no Plano de Ação Anual da RNP para aprovação junto ao Conselho de Administração (CADM) da RNP no ano anterior ao período de avaliação.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**8**	
	Realizada	**8,8**	
	% Realização	**110%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	
		2010	Indicador inserido para 2012.
Descrição da meta		**Número de Pessoas-hora Capacitadas em Cursos** O indicador mede o número de pessoas-hora capacitadas em cursos oferecidos pela Escola Superior de Redes (ESR), em atendimento à demanda por capacitação de técnicos e gestores de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) das organizações usuárias da RNP, dentro das seguintes áreas temáticas: administração de sistemas, administração e projetos de redes, segurança, mídias de suporte à colaboração digital, e governança de Tecnologia da Informação (TI). A meta anual é acordada com o Comitê Gestor (CG) do Programa Interministerial para o Desenvolvimento e Manutenção da RNP (Programa Interministerial RNP), no ano anterior ao período de avaliação.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**29.080**	
	Realizada	**34.344**	
	% Realização	**118%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	**117,44%**
		2010	**106,95%**
Descrição da meta		**Número de Iniciativas de Disseminação do Conhecimento em TICs** O indicador mede o número de iniciativas de disseminação do conhecimento em TICs realizadas com sucesso pela RNP, tais como: • Eventos institucionais ou reuniões organizadas e promovidas pela RNP, que visem propor o desenvolvimento ali-nhado à consecução da estratégia organizacional ou disseminar informação de base técnica ou institucional; • Eventos ou reuniões técnicas e estratégicas promovidas por parceiros ou outras organizações com vinculação, tendo a participação da RNP, que pretendam desenvolver e consolidar a atuação organizacional ou disseminar informações sobre a organização; e	

		• Publicações de planos, relatórios de atividades e gestão, informações para clientes ou relatórios técnicos de projetos e pesquisas produzidos pela RNP ou por seus representantes, que visem atualizar ou disseminar informação específica. O conjunto de iniciativas é apresentado no Plano de Ação Anual da RNP para aprovação junto ao CADM da RNP no ano anterior ao período de avaliação**.**	
Meta do exercício	**Pactuada**	**20**	
	Realizada	**19**	
	% Realização	**95%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	Indicador inserido para 2012.
		2010	
Descrição da meta		**Número de Comunidades de Interesse Atendidas** O indicador expressa o número de comunidades ou públicos de interesse atendidos pela RNP por meio de relacionamentos estruturados e sistematizados, que contribuem diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos da organização. O conjunto de comunidades ou públicos de interesse é apresentado no Plano de Ação Anual da RNP, para aprovação junto ao Conselho de Administração (CADM) da RNP no ano anterior ao período de avaliação, e as ações são detalhadas no Plano Operacional de Relacionamentos Institucionais da RNP.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**2**	
	Realizada	**2**	
	% Realização	**100%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	**100%**
		2010	Indicador inserido para 2011.
Descrição da meta		**Percentual de Pontos de Presença (PoPs) que Atuam com Grau de Excelência Padrão** O indicador avalia o grau de excelência de atuação dos Pontos de Presença (PoPs) da RNP a partir de um padrão estabelecido que contempla diferentes requisitos e critérios de análise, como infraestrutura física, qualificação do capital humano, maturidade em gestão de processos administrativos e de Tecnologia da Informação (TI) e nível de institucionalidade. O padrão prevê níveis de maturidade de forma a atender a três perfis diferenciados de PoPs. O grau de excelência para cada um dos perfis é acordado com o Conselho de Administração (CADM) da RNP no ano anterior ao período de avaliação e as ações são detalhadas no Plano de Desenvolvimento dos PoPs.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**Não definida**	
	Realizada	A metodologia de cálculo está em elaboração e será apresentada no relatório semestral de 2013.	
	% Realização		
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	Indicador pactuado em 2011.
		2010	
Descrição da meta		**Índice de Qualidade da Gestão Organizacional** O indicador expressa o grau de qualidade da gestão organizacional sob a ótica de oito dimensões: liderança, estratégias e planos, clientes, sociedade, informações e conhecimento, pessoas, processos e resultados.	
Meta do exercício	**Pactuada**	O Programa de Mudança Organizacional (PMOrg-RNP) está em implantação até o fim de 2012. A partir de então será proposta a meta balizada, tendo como parâmetro a fórmula de cálculo internacional de aderência ao Modelo de Gestão Institucional – MEG.	
	Realizada		
	% Realização		
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2011**	**Não se aplica**
		2010	**Não se aplica**

<table>
<tr><td colspan="2">Descrição da meta</td><td colspan="2">Índice de Satisfação das Partes Interessadas
O indicador mede a satisfação global de um determinado conjunto estabelecido de partes interessadas da organização, refletindo a reputação da RNP como resultado de sua credibilidade e imagem.</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Meta do exercício</td><td>Pactuada</td><td colspan="2">Não definida</td></tr>
<tr><td>Realizada</td><td colspan="2">8,91</td></tr>
<tr><td>% Realização</td><td colspan="2">A pesquisa do ano anterior foi modificada e a nova metodologia, estando em fase de elaboração, não teve meta pactuada previamente.</td></tr>
<tr><td rowspan="2">% de realização da meta de exercícios anteriores</td><td rowspan="2">Exercícios</td><td>2011</td><td>102% (resultado obtido em caráter experimental).</td></tr>
<tr><td>2010</td><td>Indicador pactuado a partir de 2011.</td></tr>
</table>

Fonte: CGOS/MCTI

PARTE B, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

49.1 Informações sobre os Contratos de Gestão Celebrados

QUADRO 74 - QUADRO B.37.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO

Informações da UJ Contratante dos Contratos de Gestão	
Nome	MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UG SIAFI	240113
Atribuições da UJ Contratante do CG	Negociar, pactuar, supervisionar e avaliar o desempenho das organizações sociais e congêneres, conforme metas e indicadores estabelecidos nos Contratos de Gestão ou instrumentos similares; coordenar as reuniões das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão; analisar os relatórios das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão e instrumentos similares; acompanhar a execução das ações das organizações sociais estabelecidas no Plano Plurianual; apoiar e acompanhar a elaboração e execução do Planejamento Estratégico das organizações sociais, no que tange aos Contratos de Gestão; articular-se com órgãos congêneres de gestão no âmbito do poder executivo federal; e executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

QUADRO 75 - QUADRO B.37.1.A – CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO - CGEE

Informações da Entidade Contratada	
Nome	**CGEE – CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS**
CNPJ	04.724.690/0001-82
Endereço	SCN Quadra 2, Bloco A, Ed. Corporate Financial Center, 11º andar, Sala 1102, CEP 70712-900 - Brasília, DF TEL: (61) 3424 9600 Fax (61) 3424 9659
Dirigente Máximo	Mariano Francisco Laplane
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	Ensino, Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico, Proteção e preservação do Meio Ambiente.
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	REGULAMENTO PARA A AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS E PARA A CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS - Norma Complementar nº 1 de 28 de outubro de 2002, publicado no Diário Oficial da União nº 217 em 08/11/2002, seção 1.
Atribuições da Entidade Contratada	Promover a realização de estudos e pesquisas na área de ciência, tecnologia e inovação e suas relações com os setores produtivos, além de atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos a sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos; Oferecer subsídios à formulação de estratégias para a capacitação de recursos humanos na perspectiva da construção e consolidação do sistema nacional de inovação; Apoiar e promover a realização de eventos e de foros de discussão orientados para a construção de convergências entre os diversos atores participantes do processo de inovação e subsidiar escolhas tecnológicas para a sociedade brasileira; e

	Prover subsídios técnicos para o funcionamento dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais quando solicitado pelos mesmos ou pelo **ÓRGÃO SUPERVISOR**.

Informações do Contrato de Gestão		
Número	01200.001681/2010-10	
Data Celebração	27/05/2010	
Objeto	Estabelecimento de parceria entre as partes para o fomento de atividades relacionadas com a geração de subsídios para a gestão de programas e projetos estratégicos em ciência, tecnologia e inovação, bem como a realização de estudos e geração de subsídios para a formulação de políticas e estratégias governamentais	
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/328713.html	
Período Vigência	**Início**	01/07/2010
	Fim	30/06/2016
Valor Global **(R$ 1,00)**	**Da UJ**	R$ 182.090.000,00
	Da Entidade	R$ 0,00
Limite para Remuneração **(R$ 1,00)**	**Dirigentes**	R$ 22.894,00
	Empregados	R$ 22.894,00 Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados da CGEE, com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.

Fonte: Contrato de Gestão MCTI/CGEE/FINEP; Administração CGEE; Sítio MCTI - www.mcti.gov.br; e Sítio CGEE - www.cgee.org.br.

QUADRO 76 - QUADRO B.37.1.B – CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO - CNPEM

Informações da Entidade Contratada	
Nome	**CNPEM – CENTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENERGIA E MATERIAIS.**
CNPJ	01.576.817/0001-75
Endereço	Rua: Giuseppe Máximo Scolfaro, 10000 - Pólo II de Alta Tecnologia de Campinas Bairro Guará – Campinas – SP - CEP 13083-100 Telefone: +55 19 3512 1010
Dirigente Máximo	Carlos Aragão de Carvalho Filho
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	Ensino, Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico, Proteção e preservação do Meio Ambiente.
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	REGULAMENTO PARA A AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS E PARA A CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS - Aprovado pelo Conselho de Administração em 17/06/2005 - publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 216 em 10/11/2005, seção 3.
Atribuições da Entidade	Prover e manter infraestrutura nacional de classe mundial para pesquisa, desenvolvimento e

Contratada	inovação nas suas áreas de atuação, disponibilizada à comunidade de pesquisa acadêmica e industrial; Realizar e difundir pesquisa própria, desenvolvimento e inovação em nível dos melhores laboratórios similares no mundo, nas áreas consideradas estratégicas pela Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; e Implantar e gerir a infraestrutura do CNPEM visando ganhos de eficiência e eficácia por meio de novos mecanismos de gestão, informação, difusão, formação de recursos humanos e promoção da inovação.

Informações do Contrato de Gestão		
Número	01200.001574/2010-91	
Data Celebração	17/09/2010	
Objeto	Estabelecimento de parceria entre as partes, para continuidade do fomento e execução das atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e transferência de tecnologia nas suas áreas de atuação, de forma a contribuir para elevar o nível de capacitação tecnológica e científica do Brasil.	
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www.mct.gov.br/upd_blob/0218/218816.pdf	
Período Vigência	**Início**	17/09/2010
	Fim	30/09/2016
Valor Global **(R$ 1,00)**	**Da UJ**	R$ 478.747.000,00
	Da Entidade	R$ 0,00
Limite para Remuneração **(R$ 1,00)**	**Dirigentes**	R$ 26.500,00
	Empregados	R$ 23.014,67 Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados do CNPEM, com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.

Fonte: Contrato de Gestão MCTI/CNPEM; Administração CNPEM; Sítio CNPEM - www.cnpem.br; e Sítio MCTI - www.mcti.gov.br.

QUADRO 77 - QUADRO B.37.1.C – CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO - IDSM

Informações da Entidade Contratada	
Nome	**IDSM – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ**
CNPJ	03.119.820/0001-95
Endereço	Estrada do Bexiga, 2.584 Bairro Fonte Boa Cx. Postal 38 69470-000 – Tefé (AM) Tel/fax: +55 (097) 3343-4672
Dirigente Máximo	Helder Lima de Queiroz
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	Ensino, Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico, Proteção e preservação do Meio Ambiente.

Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	REGULAMENTO PARA A AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS E PARA A CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS – publicado no Diário Oficial da União - DOU no dia 15/06/2001, seção 3, e suas alterações aprovadas pelo Conselho de Administração publicadas no Diário Oficial da União – DOU n° 202 em 20/10/2004, na seção 3.
Atribuições da Entidade Contratada	Desenvolver conhecimento científico e tecnológico dos domínios da conservação da biodiversidade amazônica; Promover modelos para a gestão e proteção da biodiversidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã; Facilitar processos que resultem na melhoria da qualidade de vida da população das reservas; Promover condições para disseminação desses objetivos no Bioma Amazônia usando como exemplo os experimentos-piloto desenvolvidos e explorando seu efeito demonstrativo; e Promover o desenvolvimento institucional da OS.

Informações do Contrato de Gestão		
Número	01200.001834/2010-29	
Data Celebração	27/05/2010	
Objeto	Estabelecimento de parceria entre as partes e o fomento e execução de atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e extensão nas áreas de proteção ambiental com manejo participativo, por meio do estabelecimento de parceria entre as partes contratantes.	
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www.mct.gov.br/upd_blob/0215/215000.pdf	
Período Vigência	**Início**	27/05/2010
	Fim	30/06/2016
Valor Global **(R$ 1,00)**	**Da UJ**	R$ 125.937.506,00
	Da Entidade	R$ 0,00
Limite para Remuneração **(R$ 1,00)**	**Dirigentes**	R$ 21.800,00
	Empregados	R$ 21.800,00 Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados da IDSM, com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.

Fonte: Contrato de Gestão MCTI/IDSM; Administração IDSM; Sítio IDSM - www.mamiraua.org.br; e Sítio MCTI - www.mcti.gov.br.

QUADRO 78 - QUADRO B.37.1.D – CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO - IMPA

Informações da Entidade Contratada

Nome	**IMPA – ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA**
CNPJ	03.447.568/0001-36
Endereço	Estrada Dona Castorina, 110 Jardim Botânico 22460-320 Rio de Janeiro, RJ Telefone: (55) (21) 2529-5000
Dirigente Máximo	César Camacho
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	Ensino, Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico, Proteção e preservação do Meio Ambiente.
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	REGULAMENTO PARA A AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS E PARA A CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS - Aprovado pelo Conselho de Administração em 25/07/2003 - Publicado no Diário Oficial da União – DOU n° 186 em 25/09/2003, Seção 3.
Atribuições da Entidade Contratada	Realização de pesquisas matemáticas em tópicos considerados de grande relevância, em padrão internacional, para o avanço do conhecimento na área de suas aplicações, dando ao Brasil destacado nível de competência no setor; Difusão do conhecimento matemático em todos os níveis para propiciar acesso à comunidade brasileira aos progressos científicos das áreas e suas aplicações e produção de literatura básica que permita não só alcançar este objetivo nesta e em áreas afins do conhecimento, mas também, despertar o interesse dos mais jovens pela matemática; Capacitação científica de pesquisadores e professores universitários no melhor padrão internacional, promovendo a formação de mestres e doutores com credenciais para produzir pesquisas de qualidade, participar de projetos e programas de inovação científico-tecnológica e agir como multiplicadores desta competência; Realização de projetos de melhoria do ensino da matemática em todos os níveis e prestação de serviços de assessoramento e consultoria qualificada; Desenvolvimento de aplicações da matemática e tecnologias associadas através da elaboração de modelos matemáticos aplicados e da produção de *software* inovador, que respondam a problemas concretos colocados pelas políticas públicas e pelo setor produtivo; Fomento e cooperação com a comunidade científica nacional, órgãos públicos e empresas estatais ou privadas, em conformidade com a missão institucional do IMPA, mediante termos de cooperação, parcerias ou prestação de serviços; e Colaboração técnica e científica com as ações e políticas nacionais de desenvolvimento do setor público e privado.

Informações do Contrato de Gestão		
Número	01200.001572/2010-01	
Data Celebração	27/05/2010	
Objeto	Estabelecimento de parceria entre as partes e o fomento de atividades de pesquisa, difusão do conhecimento, capacitação científica, desenvolvimento tecnológico e melhoria de ensino na área da matemática.	
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www.mct.gov.br/upd_blob/0214/214998.pdf	
Período Vigência	**Início**	27/05/2010
	Fim	30/05/2016

Valor Global **(R$ 1,00)**	**Da UJ**	R$ 326.835.200,00
	Da Entidade	R$ 0,00
Limite para Remuneração **(R$ 1,00)**	**Dirigentes**	R$ 16.803,99 *(a partir de 1º de maio de 2012)*
	Empregados	R$ 16.803,99 *(a partir de 1º de maio de 2012)* Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados da IMPA, com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.

Fonte: Contrato de Gestão MCTI/IMPA; Administração IMPA; Sítio IMPA - www.impa.br; e Sítio MCTI - www.mcti.gov.br

QUADRO 79 - QUADRO B.37.1.E – CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO - RNP

Informações da Entidade Contratada	
Nome	**RNP – ASSOCIAÇÃO REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA**
CNPJ	03.508.097/0001-36
Endereço	Rua Lauro Müller, 116 sala 1103 - Botafogo - Rio de Janeiro – RJ 22290-906 Tel: 55 21 2102-9660
Dirigente Máximo	Nelson Simões da Silva
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	Associação Civil sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado, com atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	REGULAMENTO PARA A AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS E PARA A CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS - aprovado em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração em 21/06/02 – publicado em http://www.rnp.br/_arquivo/asrnp/regulamento_compras.pdf
Atribuições da Entidade Contratada	Promover o desenvolvimento tecnológico e apoiar a pesquisa de novos protocolos, serviços e aplicações de tecnologia de informação e comunicação; Prover serviços de infra-estrutura de redes IP (Protocolo Internet) avançadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, educação e cultura; Promover a disseminação de tecnologias de informação e comunicação, através da implementação, em nível de produção, de novos protocolos, serviços e aplicações, da capacitação de recursos humanos e da difusão de informações; Planejar e empreender projetos de tecnologia de informação e comunicação para o desenvolvimento e uso de aplicações e serviços inovadores; Apoiar as políticas nacionais em ciência e tecnologia, educação, saúde e cultura associadas ao Programa Interministerial para o Desenvolvimento e Manutenção da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (Programa Interministerial RNP); e Promover o fomento e a cooperação com a comunidade científica nacional, órgãos públicos e empresas estatais ou privadas, em conformidade com a missão institucional da RNP, mediante termos de cooperação, parcerias ou prestação de serviços.

Informações do Contrato de Gestão		
Número	01200.003789/2010-47	
Data Celebração	22/12/2010	
Objeto	Estabelecimento de parceria entre as partes e o fomento de atividades de pesquisas tecnológica, desenvolvimento e operação de meios e serviços de difusão do conhecimento na área de tecnologia de informação e comunicação.	
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www.mct.gov.br/upd_blob/0215/215007.pdf	
Período Vigência	**Início**	31/12/2010
	Fim	31/12/2016
Valor Global **(R$ 1,00)**	**Da UJ**	R$ 244.552.000,00
	Da Entidade	R$ 0,00
Limite para Remuneração **(R$ 1,00)**	**Dirigentes**	R$ 26.723,13
	Empregados	R$ 26.723,13 Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados da RNP, com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.

Fonte: Contrato de Gestão MCTI/RNP; Administração RNP; Sítio RNP - www.rnp.br; e Sítio MCTI - www.mcti.gov.br

49.2 Composição e Atuação do Conselho de Administração

QUADRO 80 - QUADRO B.37.2.A – RELAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CGEE

Representação	Nome	CPF	Órgão que Representa	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Poder Público	Glaucius Oliva	045.686.168-83	CNPq	Carta CNPq nº 057/11 – 14/02/2011 Resolução CA nº 107 – 15/03/2011	15/03/2011	-
	Jorge Rodrigo de Araújo Messias	926.288.073-00	Ministério da Educação	Ofício nº 162/2012/GM-MEC Termo de Posse – 06/07/2012	06/07/2012	-
	Carlos Alberto Ribeiro de Xavier	008.443.146-68	Ministério da Educação	Ofício nº 599/2006/SE/MEC – 27/06/2006 Termo de Posse – Livro página 12 – 29/06/2006	29/06/2006	03/07/2012
	Nelson Fujimoto	021.839.178-14	MDIC	Ofício nº 231/2011/SE-MDIC - 06/09/2011 Resolução CA nº 115 – 11/10/2011	11/10/2011	-
	Glauco Antonio Truzzi Arbix	518.652.118-34	FINEP	Carta FINEP/PRES nº 002028/11 – 17/02/2011 Resolução CA nº 107 - 15/03/2011	15/03/2011	-
	Helena Tenório Veiga de Almeida	033.331.617-70	BNDES	Carta nº 1293/2012 – BNDES GP – 04/12/2012 Termo de Posse – 04/12/2012	04/12/2012	-
	Luiz Antonio Rodrigues Elias	549.900.767-53	MCTI	Ofício nº 083/MCT - 14/02/2008 Termo de posse – Livro pág. 14 – 27/06/2008	14/02/2008	-
Da Sociedade Civil	Helena Bonciani Nader	586.545.938-49	SBPC	Carta SBPC-118/Dir –	11/10/2011	-

				24/08/2011 Resolução CA nº 119 – 11/10/11		
	Eduardo Moacyr Krieger	015.126.428-49	ABC	Ata da II Reunião do CA 12/11/2001	12/11/2011	-
	Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti	431.712.655-91	CNI	Carta CNI 09/2010 - 12/02/2010 Termo de posse de 24/02/10	10/12/2010	-
	Alysson Paolinelli	004.071.436-53	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil	Carta nº 58/2010-CNA – 07/01/2010 Resolução CA nº 98 – 24/02/2010	24/02/2010	-
	Ênio Duarte Pinto	334.187.721-53	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	Carta PRESI nº 149 – 06/07/2011 Resolução CA nº 115 – 11/10/2011	11/10/2011	-
Eleitos	Carlos Américo Pacheco	005.317.578-62	Representante dos Associados	Ata da II Assembléia 27/05/2010	24/08/2010	23/08/2014
	Odenildo Teixeira Sena	018.200.933-53	Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I	Ofício nº 0104/2012/CONSECTI – 03/07/2012 Resolução CA nº 128 – 06/07/2012	06/07/2012	05/07/2016 Estatuto Art. 20, IV, “a”, “b” e “c”
	Mario Neto Borges	257.786.506-63	Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa	Ofício CONFAP nº 026/2009 – 11/03/2009 Resolução CA nº 84 – 19/03/2009	19/03/2009	18/03/2013 Estatuto Art. 20, IV, “a”, “b” e “c”
	Guilherme Marco de Lima	006.946.402-02	Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras	Ofício ANPEI nº 002-01-2011 – 07/01/2011 Resolução CA nº 110 – 28/06/2011	28/06/2011	05/07/2016 Estatuto Art. 20, IV “e” e “f”

	Isa Assef dos Santos	022.729.112-34	Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica	Carta ABIPTI - 17/09/2007 Termo de posse – Livro pág. 16 – 06/03/2008	06/03/2008	05/07/2016 Estatuto Art. 20, IV "e" e "f"
	Guilherme Ary Plonski	576.650.608-20	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores	Carta Anprotec nº 152/2009 – 15/12/2009 Resolução nº 98 – 24/02/2010	24/01/2010	23/01/2014 Estatuto Art. 20, IV, "d"
	Jorge Luís Nicolas Audy	408.344250-68	Fórum dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Universidades Brasileiras	Carta FOPROP – 24/02/2010 Resolução CA nº 98 – 24/02/2010	24/02/2010	23/01/2014
	Clemente Ganz Lúcio	298.827.029-53	Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico	Ofício Dieese nº 499/09 – 14/12/2009 Resolução nº 24/02/10 – 24/02/2010	24/01/2010	23/01/2014
	Pedro Wongtschuski		Empresariado Nacional	Ata da 53ª Reunião do CA 04/12/2012	04/12/2012	03/12/2016
Quantidade de reuniões do Conselho no exercício					**Ordinárias**	04
					Extraordinárias	01

Fonte: Administração CGEE

QUADRO 81 - QUADRO B.37.2.B – RELAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CNPEM

Membros do Conselho de Administração						
Representação	**Nome**	**CPF**	**Órgão que Representa**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
Poder Público	Pedro Wongtschowski	385.585.058-53	MCTI	Ata da 33ª Reunião do Conselho de Administração	14/02/06	01/06/12
	Emilio Kazunoli Matsuo	928.993.318-68	MCTI	Ata da 55ª Reunião do Conselho de Administração	10/12/10	-
	Luiz Davidovich	532.487.597-04	MCTI	Ata da 59ª Reunião do Conselho de Administração	25/11/11	-
	Mariano Francisco Laplane	096.769.418-32	MCTI	Ata da 59ª Reunião do Conselho de Administração	25/11/11	-
	Pedro Antonio Arraes Pereira	363.135.727-34	MCTI	Ata da 59ª Reunião do	25/11/11	-

				Conselho de Administração		
	José Geraldo Eugênio de França	098.848.824-87	MCTI	Ata da 46ª Reunião do Conselho de Administração	20/03/09	25/11/11
	Lucia Carvalho Pinto de Melo	148.545.544-87	MCTI	Ata da 51ª Reunião do Conselho de Administração	11/12/09	25/11/11
	Ricardo Magnus Osório Galvão	340.597.848-34	MCTI	Ata da 31ª Reunião do Conselho de Administração	02/09/05	25/11/11
	João Fernando Gomes de Oliveira	036.284.638-31	MCTI	Ata da 61ª Reunião do Conselho de Administração	01/06/12	-
Da Sociedade Civil	Luis Roberto Pogetti	991.829.988-68	UNICA (Sociedade Civil de Biocombustíveis)	Ata da 59ª Reunião do Conselho de Administração	25/11/11	-
	Roberto de Rezende Barbosa	368.376.798-72	UNICA (Sociedade Civil de Biocombustíveis)	Ata da 51ª Reunião do Conselho de Administração	11/12/09	25/11/11
Eleitos	Antonio Rubens Britto de Castro	614.605.248-53	Associados da ABTLuS	Ata da 48ª Reunião do Conselho de Administração	05/06/09	-
	Isaias Raw	045.360.538-91	Conselho	Ata da 56ª Reunião do Conselho de Administração	18/02/11	01/06/12
	Jefferson Bettini	831.476.089-72	Conselho	Ata da 50ª Reunião do Conselho de Administração	18/09/09	-
	José Ellis Ripper Filho	011.591.787-04	Conselho	Ata da 48ª Reunião do Conselho de Administração	05/06/09	-
	Marco Antonio Raupp	076.608.801-44	Conselho	Ata da 48ª Reunião do Conselho de Administração	05/06/09	03/04/12
	Reginaldo dos Santos	037.564.598-53	Conselho	Ata da 59ª Reunião do Conselho de Administração	25/11/11	-
	Fernando Ferreira Costa	358.340.308-82	Conselho	Ata da 46ª Reunião do Conselho de Administração	20/03/09	18/02/11
	Rogério Cezar de Cerqueira Leite	209.583.158-68	Conselho	Ata da 39ª Reunião do Conselho de Administração	13/09/07	25/11/11
	Pedro Wongtschowski	385.585.058-53	Conselho	Ata da 61ª Reunião do Conselho de Administração	01/06/12	-
	Erney Felicio Plessmann Camargo	210.958.688-53	Conselho	Ata da 62ª Reunião do Conselho de Administração	31/08/12	-
Estatuto	Amir Ordacgi Caldeira	347.787.137-53	ABC	Ata da 37ª Reunião do Conselho de Administração	09/03/07	-
	Edmundo José Correia Aires	607.165.097-68	ANPEI	Ata da 57ª Reunião do Conselho de Administração	27/05/11	-
	Celso Antonio Barbosa	768.702.008-15	ANPEI	Ata da 21ª Reunião do Conselho de Administração	25/02/03	24/02/11

	José Fernando Perez	730.524.268-34	SBPC	Ata da 56ª Reunião do Conselho de Administração	18/02/11	-
	Fernando Claudio Zawislak	001.579.960-34	SBPC	Ata da 22ª Reunião do Conselho de Administração	17/06/03	18/02/11
Quantidade de reuniões do Conselho no exercício				**Ordinárias**	4	
				Extraordinárias	0	

Fonte: CNPEM/DG

QUADRO 82 - QUADRO B.37.2.C – RELAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – IDSM

Membros do Conselho de Administração						
Representação	**Nome**	**CPF**	**Órgão que Representa**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
Poder Público	Dra. MERCEDES MARIA DA CUNHA BUSTAMANTE	769.474.167-87	MCTI		Dezembro /2012	Indeterminado
	*Assento VAGO	*	Fundação de Amparo a Pesquisa do estado do Amazonas – FAPEAM/AM	*	*	Indeterminado
Sociedade Civil	Dr. LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA	026.767.888-68	ABC	OF.PR. nº 353/10, datado de 26/11/2010	Novembro2 010	Indeterminado
	Dr. ADALBERTO LUIS VAL	823.590.328-87	SBPC	ATA DA IV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CA DO IDSM	01/10/01	Indeterminado
	*Assento VAGO	*	Fundação Vitória Amazônica - FVA	*	*	Indeterminado
Eleitos	Sra. ANA RITA PEREIRA ALVES	049.345.982-00	Associados do IDSM	ATA DA III ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DOS SÓCIOS - IDSM	29/02/12	28/02/16
	Sr. OTACÍLIO SOARES BRITO	049.769.082-91	Funcionários do IDSM	ATA DA VI REUNIÃO DOS FUNCIONÁRIOS	06/10/11	05/10/15
Estatuto	Dra. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA	180.330.242-91	Conselheiro de Notório Saber na Área Biológica	ATA DA XXXI REUNIÃO ORDI NÁRIA DO CA DO IDMS	17/08/10	16/08/14
	Dr. AVÍLIO ANTÔNIO FRANCO	046.376.747-00	Conselheiro de Notório Saber na Área Ambiental	ATA DA XXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CA DO	17/02/11	16/02/15

				IDSM		
	Dra. TATIANA SÁ	Informação ainda não disponibilizada. Esta será obtida na próxima reunião presencial.	Conselheiro de Notório Saber na Área Social	ATA DA XXXVII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CA DO IDSM	26/03/12	25/03/16
Quantidade de reuniões do Conselho no exercício					**Ordinárias**	4
					Extraordinárias	0

Fonte: Administração IDSM

QUADRO 83 - QUADRO B.37.2.D – RELAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – IMPA

Membros do Conselho de Administração						
Representação	**Nome**	**CPF**	**Órgão que Representa**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Inicio	**Fim**
Natos	Eduardo Moacyr Krieger	015.326.426-49	ABC	Ata da 27ª Reunião	17 /12/2007	INDETERMINADO
	Jonas de Miranda Gomes	137.092.164-00	FIRJAN	Ata da 31ª Reunião	18/03/2009	INDETERMINADO
	José Fernando Perez	730.524.268-34	SBPC	Ata da1ª Reunião	13/12/1999	INDETERMINADO
	Glaucius Oliva	045.686.168-83	CNPq	Ata da 38ª Reunião	17/06/ 2011	INDETERMINADO
	Jorge Almeida Guimarães	048.563.847-91	MEC	Ata da 38ª Reunião	17/06/2011	INDETERMINADO
	Luiz Antonio Rodrigues Elias	590.900.767-53	MCTI	Ata da 40ª Reunião	09/12/ 2011	INDETERMINADO
Eleitos	Jacob Palis Júnior	044.718.307-91	IMPA	Ata da 35ª Reunião	19/09/2010	04/07/2014
	André Nachbin	667.272.867-87	IMPA	Ata da 35ª Reunião	19/09/2010	12/08/2014
	Carlos Ivan Simonsen Leal	441.982057-87	FGV	Ata da 27ª Reunião	17/12/2007	01/03/2016
	Luiz Davidovich	532.487.597-04	UFRJ	Ata da 27ª Reunião	17/12/2007	01/03/2016
Quantidade de reuniões do Conselho no exercício				**Ordinárias**	4	
				Extraordinárias	0	

Fonte: Administração IMPA

QUADRO 84 - QUADRO B.37.2.E – RELAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – RNP

Membros do Conselho de Administração						
Representação	**Nome**	**CPF**	**Órgão que Representa**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**

Poder Público	Virgilio Augusto Fernandes de Almeida	130.465.196-72	MCTI	Ofício MCTI nº 76/2011 de 21/02/2011	21/02/11	Indeterminado
	Guilherme Euclides Brandão	225.345.201-72	MCTI	Ofício MCTI nº 176/ 2011 de 06/04/2011	06/04/11	Indeterminado
	José Guilherme Moreira Ribeiro	357.969.281-04	MEC	Ofício nº 162/2009/GM-MEC de 27/07/2009	27/07/09	Indeterminado
	Cleber Bueno	480.221.791-91	MEC	Ofício nº 176/2011/SE-MEC de 13/09/2011	13/09/11	24/08/12
	Merched Cheheb de Oliveira	700.371.081-15	MEC	Ofício nº 225/2012/GM-MEC	24/08/2012	Indeterminado
Da Sociedade Civil	Ronaldo Alves Ferreira	558.742.741-20	Sociedade Brasileira de Computação - SBC	Ofício nº 009/2011/SBC/DIR de 12/08/2011	12/08/11	Indeterminado
	Artur Ziviani	895.019.507-00	Laboratório Nacional de Redes de Computadores- LNCC	Ofício nº 001/2010 de 28/06/2010 do Conselho Técnico Cientifico do LARC	28/06/10	Indeterminado
	Elias Procópio Duarte Júnior	657.745.406-00	Laboratório Nacional de Redes de Computadores- LNCC	Ofício nº 001/2012/LARC de 16/05/2012	04/06/2012	Indeterminado
Eleitos	Adailton José Santos Silva	296.551.294-20	Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	Ofício nº 0372/2010 / RNPc/COR de 27/07/2010	27/07/10	Indeterminado
	Roberto Câmara de Araújo	539.065.604-06	Pontos de Presença – PoP	Carta nomeação de 15/02/2011 do Ponto de Presença da Bahia	15/02/11	Indeterminado
	Sérgio Vianna Fialho	315.102.307-00	Pontos de Presença – PoP	Carta nomeação de 15/02/2011 do Ponto de Presença da Bahia	15/02/11	Indeterminado
Quantidade de reuniões do Conselho no exercício (anual de 2011)				**Ordinárias**	6	
				Extraordinárias	0	

Fonte: Administração RNP

QUADRO 85 - QUADRO B.37.3.A – INFORMAÇÕES SOBRE O CUSTO DE PARTICIPAÇÃO DO MEMBRO NAS REUNIÕES – CGEE

Nome do Conselheiro	**Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no**	**Ajuda de Custo (R$ 1,00)**

	exercício	2012	2011
O CGEE não paga ajuda de custo aos seus Conselheiros		-	-

Fonte: Administração CGEE

QUADRO 86 - QUADRO B.37.3.B – INFORMAÇÕES SOBRE O CUSTO DE PARTICIPAÇÃO DO MEMBRO NAS REUNIÕES – CNPEM

Nome do Conselheiro	Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no Exercício	Ajuda de Custo (R$ 1,00)	
		2012	2011
Pedro Wongtschowski	4	219,15	0
Emilio Kazunoli Matsuo	4	0	0
Luiz Davidovich	2	1.178,85	0
Mariano Francisco Laplane	3	0	0
Pedro Antonio Arraes Pereira	3	3.268,14	566,69
José Geraldo Eugênio de França	-	-	3.457,40
Lucia Carvalho Pinto de Melo	-	-	2.981,50
Ricardo Magnus Osório Galvão	-	-	307,97
João Fernando Gomes de Oliveira	2	0	
Luis Roberto Pogetti	4	0	0
Roberto de Rezende Barbosa	-	-	0
Antonio Rubens Britto de Castro	4	0	0
Isaias Raw	0	0	0
Jefferson Bettini	2	0	0
José Ellis Ripper Filho	3	0	0
Marco Antonio Raupp	0	0	727,34
Reginaldo dos Santos	4	2.729,23	0
Fernando Ferreira Costa	-	-	0
Rogério Cezar de Cerqueira Leite	-	-	0
Erney Felicio Plessmann Camargo	2	1.254,47	
Amir Ordacgi Caldeira	3	0	0

Edmundo José Correia Aires	3	920,38	0
José Fernando Perez	3	1.210,40	0
Fernando Claudio Zawislak	-	-	0
Celso Antonio Barbosa	-	-	49,02

Fonte: CNPEM/Administração

QUADRO 87 - QUADRO B.37.3.C – INFORMAÇÕES SOBRE O CUSTO DE PARTICIPAÇÃO DO MEMBRO NAS REUNIÕES – IDSM

Nome do Conselheiro	**Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no exercício**	**Ajuda de Custo e Passagens (R$ 1,00)**	
		2012	**2011**
Marilene Correa da Silva Freitas	-	0,00	0,00
Dra. Ima Célia Guimarães Vieira	4	4.505,82	3.459,46
Denise de Oliveira	2	2.695,45	420,00
Otacílio Soares Brito	4	3.099,35	2.381,70
Dr. Avílio Antonio Franco	4	4.631,64	420,00
Dr. Estevão Vicente Monteiro de Paula	-	0,00	1.056,20
Dra. Miriam Marmontel	-	0,00	1.073,90
Dr. Luiz Hildebrando Pereira da Silva	3	2.307,36	3.805,95
Paulo Roberto Souza	-	0,00	0,00
Guillermo Moisés Bendezú Estupiñán Representante Dr. Nádia Cristina	-	0,00	1.273,20
Dr. Adalberto Luiz Val	3	2.861,26	0,00
Dr. Onivaldo Randig	2	0,00	0,00
Lúcia Roberta Pradines Coelho	-	0,00	0,00
Dra. Magalli Henriques Representante do Dr. Estevão	-	0,0	0,00
Dr. Domingos Sávio M. dos S. Macedo Representante da Dra. Nádia Cristina	-	0,00	0,00

Dr. José Galizia Tundisi	-	0,00	0,00
Ana Rita Pereira Alves	3	1.826,92	0,00
Mercedes Bustamente	1	0,00	0,00
Dr. Carlos Alfredo Joly	1	0,00	0,00

Fonte: Contabilidade IDSM

QUADRO 88 - QUADRO B.37.3.D – INFORMAÇÕES SOBRE O CUSTO DE PARTICIPAÇÃO DO MEMBRO NAS REUNIÕES - IMPA

Nome do Conselheiro	**Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no exercício**	**Ajuda de Custo (R$ 1,00)**	
		2012	**2011**
Eduardo Moacyr Krieger	4	R$ 1.808,00	R$ 1.356,00
José Fernando Perez	3	R$ 1.356,00	R$ 1.808,00
Jorge Almeida Guimarães	1	R$ 452,00	R$ 1.356,00
Glaucius Oliva	1	R$ 452,00	R$ 452,00

Fonte: Coordenação de Administração do IMPA

QUADRO 89 - QUADRO B.37.3.E – INFORMAÇÕES SOBRE O CUSTO DE PARTICIPAÇÃO DO MEMBRO NAS REUNIÕES -RNP

Nome do Conselheiro	**Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no exercício**	**Ajuda de Custo (R$ 1,00)**	
		2012	**2011**
Virgilio Augusto Fernandes de Almeida	5	0 (zero)	0 (zero)
Guilherme Euclides Brandão	5	0 (zero)	0 (zero)
José Guilherme Moreira Ribeiro	4	0 (zero)	0 (zero)
Cleber Bueno	0	0 (zero)	0 (zero)
Adailton José Santos Silva	6	1.224,00	1.020,00 (diárias de viagens)
Roberto Camara de Araújo	6	1.224,00	1.020,00 (diárias de viagens)
Artur Ziviani	0	0 (zero)	1.020,00 (diárias de viagens)
Sérgio Vianna Fialho	6	1.224,00	1.020,00 (diárias de viagens)

Ronaldo Alves Ferreira	4	816,00	408,00 (diárias de viagens)
Merched Cheheb de Oliveira	0	0 (zero)	0 (zero)
Elias Procópio Duarte Júnior	3	612,00	0 (zero)

Fonte: Secretaria Executiva da Diretoria Geral RNP

49.3 Volume de Recursos Repassados às Entidades Privadas Signatárias do Contrato de Gestão

QUADRO 90 - QUADRO B.37.4.A – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO – CGEE

Identificação da Entidade Contratada			
Nome	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE		
CNPJ	04.724.690/0001-82		
Valores Repassados no exercício (R$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		**No Segundo Semestre**	
Janeiro		**Julho**	
Fevereiro	1.200.000,00	**Agosto**	
Março		**Setembro**	
Abril		**Outubro**	
Maio		**Novembro**	5.727.150,00
Junho		**Dezembro**	
Total	**1.200.000,00**	**Total**	**5.727.150,00**

Fonte: SIAFI - 2012

QUADRO 91 - QUADRO B.37.4.B – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO – CNPEM

Identificação da Entidade Contratada			
Nome	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM		
CNPJ	01.576.817/0001-75		
Valores Repassados no Exercício (R$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		**No Segundo Semestre**	
Janeiro		**Julho**	
Fevereiro	13.600.000,00	**Agosto**	49.691.433,00
Março	6.400.000,00	**Setembro**	
Abril		**Outubro**	6.211.428,00
Maio		**Novembro**	12.422.856,00
Junho		**Dezembro**	9.404.757,56
Total	**20.000.000,00**	**Total**	**77.730.474,56**

Fonte: SIAFI - 2012

QUADRO 92 - QUADRO B.37.4.C – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO – IDSM

Identificação da Entidade Contratada			
Nome	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá - IDSM		
CNPJ	03.119.820/0001-95		
Valores Repassados no exercício (R$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		**No Segundo Semestre**	
Janeiro		**Julho**	5.437.855,50
Fevereiro	1.200.000,00	**Agosto**	776.836,50
Março	3.600.000,00	**Setembro**	
Abril		**Outubro**	776.836,50
Maio		**Novembro**	1.553.673,00
Junho		**Dezembro**	10.423.834,39
Total	**4.800.000,00**	**Total**	**18.969.035,89**

Fonte: SIAFI - 2012

QUADRO 93 - QUADRO B.37.4.D – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO - IMPA

Identificação da Entidade Contratada

Nome	Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA		
CNPJ	03.447.568/0001-43		
Valores Repassados no exercício (R$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		**No Segundo Semestre**	
Janeiro		**Julho**	
Fevereiro	9.700.000,00	**Agosto**	
Março		**Setembro**	20.000.000,00
Abril		**Outubro**	18.496.252,50
Maio		**Novembro**	13.098.750,26
Junho	12.194.424,00	**Dezembro**	1.354.936,00
Total	**21.894.424,00**	**Total**	**52.949.938,76**

Fonte: SIAFI - 2012

QUADRO 94 - QUADRO B.37.4.E – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO - RNP

Identificação da Entidade Contratada			
Nome	Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP		
CNPJ	03.508.097/0001-36		
Valores Repassados no exercício (R$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		**No Segundo Semestre**	
Janeiro	1.598.688,00	**Julho**	
Fevereiro	1.948.621,00	**Agosto**	
Março	9.959.750,00	**Setembro**	35.200.000,00
Abril	15.000.000,00	**Outubro**	4.828.950,00
Maio		**Novembro**	96.200.000,00
Junho		**Dezembro**	18.818.700,00
Total	**28.507.059,00**	**Total**	**155.047.650,00**

Fonte: SIAFI - 2012

49.4 Dirigentes da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão

QUADRO 95 - QUADRO B.37.5.A – RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE CONTRATADA POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO - CGEE

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	**Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE**					
CNPJ	04.724.690/0001-82					
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada						
Nome	**CPF**	**Área de Formação**	**Qualificação**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
Mariano Francisco Laplane	096.769.418-32	Economia	Doutor/Mestre Experiência em Gestão de C&T	Eleito – 47ª Reunião Resolução CA nº 113 do Conselho de Administração	20/07/2011	Indeterminado
Marcio de Miranda Santos	618.397.877-91	Engenharia	Pós-Doutorado/Mestre Experiência em Gestão de C&T	Eleito - 3ª Reunião CA - 24/01/2002.	24/01/2002	Indeterminado
Antonio Carlos Filgueira Galvão	185.466.171-04	Economia	Pós-Doutorado/Mestre Experiência em Gestão de C&T	Resolução CA nº 049/2006.	17/03/2006	Indeterminado
Fernando Cosme Rizzo Assunção	204.240.867-00	Engenharia	Doutorado/Mestre Experiência em Gestão de C&T	Resolução CA nº 55-A/2006 - 29/06/2006.	01/08/2006	Indeterminado
Gerson Gomes	533.546.487-91	Economia Pós-Graduação	Pós-Graduação Experiência em Gestão de C&T	Ata e Resolução nº 108 do Conselho de Administração.	17/03/2011	Indeterminado
Edmundo Antonio Taveira Pereira	182.091.737-15	Psicologia	Graduação Experiência em Gestão de C&T	Ordem Interna nº 85/2008 e Termo de Posse.	11/02/2008	Indeterminado

Fonte: ADMINISTRAÇÃO CGEE

QUADRO 96 - QUADRO B.37.5.B – RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE CONTRATADA POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO - CNPEM

Identificação da Entidade Contratada

Nome	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM					
CNPJ	01.576.817/0001-75					
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada						
Nome	**CPF**	**Área de Formação**	**Qualificação**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho	337.000.447-04	Pós-doutorado no Centre Européen de la Recherche Nucléaire, CERN, Suiça e na Université de Paris XI-Orsay, LPTHE, França; Doutorado em Física na Princeton University, Princeton, Estados Unidos; Mestrado e Graduação em Física pela PUC-RJ.	Ocupou os seguintes cargos/funções: Secretário-Geral da 3a. Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; Diretor de Inovação da ABDI; Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da FINEP; Atuou no Instituto de Física da UFRJ e na Diretoria de Tecnologia e Inovação da Coppe. Coordenou um núcleo de sustentabilidade de biocombustíveis no Inmetro; Secretário Geral da 4a. Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; Presidente do CNPq; Gerente-Geral de Parcerias e Recursos no Departamento do Instituto Tecnológico Vale (DITV) da Vale S.A; Diretor-Geral do CNPEM.	Ata da 58ª Reunião do Conselho de Administração	22/08/11	Indeterminado

Fonte: CNPEM/DG

QUADRO 97 - QUADRO B.37.5.C – RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE CONTRATADA POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO - IDSM

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ - IDSM					
CNPJ	03.119.820/0001-95					
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada						
Nome	**CPF**	**Área de Formação**	**Qualificação**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
Helder Lima de Queiroz	245.207.131-53	Ciências Biológicas	Doutorado em Biologia Ambiental-Evolucionária - University Of St. Andrews - Escócia	Diretor Geral – Ata da XXXI Reunião Ordinária do C.A de Administração do IDSM	10/2010	Indeterminado
Selma Santos de Freitas	268.272.202-49	Ciências Contábeis	MBA Executivo em Administração de Empresas com ênfase em Gestão	Diretora Administrativa - Ata da XIV Reunião Ordinária do C.A	12/2004	Indeterminado

			- FGV	Eletrônica		
João Valsecchi do Amaral	268.127.908-93	Ciências Biológicas	Doutorado em Ecologia (Conservação e Manejo da Vida Silvestre) - UFMG	Diretor Técnico Científico – Ordem Interna Diretoria Geral Nº 04/2010	12/2010	Indeterminado
Isabel Soares de Sousa	257.842.772-00	Ciências Sociais	Mestrado em Antropologia Social - UFPA	Diretora de Manejo e Desenvolvimento - Ata XIII Reunião Ordinária do C. A	03/2004	Indeterminado

Fonte: Administração IDSM e Portal Lattes/CNPq

QUADRO 98 - QUADRO B.37.5.D – RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE CONTRATADA POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO - IMPA

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA					
CNPJ	03.447.568/0001-43					
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada						
Nome	**CPF**	**Área de Formação**	**Qualificação**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
César Leopoldo Camacho Manco	290.266.957-72	Matemática e Ciências Físicas	Doutorado em Matemática – Universidade da Califórnia - EUA	40ª Ata do Conselho de Administração	2012	Indeterminado
Claudio Landim	825.738.597-20	Matemática, Estatística e Probabilidade	Doutorado em Matemática – Universidade de Paris VII - França	41ª Ata do Conselho de Administração	2012	Indeterminado

Fonte: Administração IMPA

QUADRO 99 - QUADRO B.37.5.E – RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE CONTRATADA POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO - RNP

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP					
CNPJ	03.508.097\0001-36					
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada (Diretoria Executiva)						
Nome	**CPF**	**Área de Formação**	**Qualificação**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
Nelson Simões da Silva	708.191.577-91	Engenheiro de Computação	Experiência em planejamento, execução e controle de redes de	Ata do Conselho de Administração de 12 de	12/09/2001	Indeterminado

			computadores.	setembro em 2001		
Wilson Biancardi Coury	110.414.127-20	Engenheiro e Especialização em Planejamento	Experiência de gestão em organizações privadas e publicas.	Ata do Conselho de Administração de 14 de novembro de 2001	14/11/2001	Indeterminado
Eduardo Cezar Grizendi	851.644.378-72	Engenheiro Eletrônico e Mestre em Telecomunicações	Experiência em Telecomunicações (Redes de Computadores, Comunicação de Dados, Gerência de Redes e Desenvolvimento de Negócios)	Ata do Conselho de Administração de 31 de outubro de 2011	31/10/2011	Indeterminado
Michael Anthony Stanton	547.835.188-15	Matemático e Doutor em Matemática	Experiência em planejamento, execução e controle de redes de computadores.	Ata do Conselho de Administração de 27 de agosto de 2002	27/08/2002	Indeterminado
José Luiz Ribeiro Filho	582.646.397-04	Engenheiro Eletrônico, Mestre e Doutor em Ciência da Computação	Experiência em planejamento, execução e controle de redes de computadores.	Ata do Conselho de Administração de 11 de agosto de 2008	11/08/2008	Indeterminado

Fonte: Administração RNP

49.5 Despesa com Pessoal da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão

QUADRO 100 - QUADRO B.37.6.A – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ENTIDADE SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO – CGEE

Identificação da Entidade Contratada							
Nome	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE						
CNPJ	004.724.690/0001-82						
Valor total para a execução do contrato no exercício (R$ 1,00)		**Exercício 2012**	R$ 27.167.150,00				
		Exercício 2011	R$ 27.640.000,00				
Quadro de Pessoal *versus* remuneração paga							
Exercícios	**Dirigentes**		**Empregados**		**Outros**		
	Qtde	**Remuneração total (R$ 1,00)**	**Qtde**	**Remuneração total (R$ 1,00)**	**Qtde**	**Remuneração total (R$ 1,00)**	
2012	06	R$ 2.344.026,08	72	R$ 11.813.906,90	13	R$ 661.933,59	
2011	06	R$ 2.114.569,73	75	R$ 10.438.731,78	14	R$ 372.323,55	

Fonte: Administração CGEE

QUADRO 101 - QUADRO B.37.6.B – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ENTIDADE SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO - CNPEM

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM					
CNPJ	01.576.817/0001-75					
Valor Total para a Execução do Contrato no Exercício (R$ 1,00)		**Exercício 2012**	R$ 95.656.391,00			
		Exercício 2011	**R$** 90.340.000,00			
Quadro de Pessoal *versus* Remuneração Paga						
Exercícios	**Dirigentes**		**Empregados**		**Outros**	
	Qtde	**Remuneração Total (R$ 1,00)**	**Qtde**	**Remuneração Total (R$ 1,00)**	**Qtde**	**Remuneração Total (R$ 1,00)**
2012	6	R$ 2.025.476,93	467	R$ 46.272.134,87	4	R$ 205.856,28
2011	6	R$ 1.679.118,71	364	R$ 40.606.071,90	33	R$ 940.809,39

Fonte: CNPEM/Administração

QUADRO 102 - QUADRO B.37.6.C – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ENTIDADE SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO – IDSM

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM					
CNPJ	03.119.820/0001-95					
Valor total para a execução do contrato no exercício (R$ 1,00)		**Exercício 2012**	R$ 23.769.035,89			
		Exercício 2011	R$ 14.410.000,00			
Quadro de Pessoal *versus* remuneração paga						
Exercícios	**Dirigentes**		**Empregados**		**Outros**	
	Qtde	**Remuneração total (R$ 1,00)**	**Qtde**	**Remuneração total (R$ 1,00)**	**Qtde**	**Remuneração total (R$ 1,00)**
2012	**04**	**993.609,42**	**197**	**11.027.103,56**	**-**	**-**
2011	**04**	**776.647,62**	**161**	**8.815.370,29**	**-**	**-**

Fonte: Sistema RM/Labore Folha de Pagamento - IDSM

1º OBS: Em 2011, tivemos um total de 161 funcionários, sendo: 136 Ativos em 31/12/2011 é 25 demissões dentro do ano.

2º OBS: Em 2012, tivemos um total de 197 funcionários, sendo: 163 Ativos em 31/12/2011 é 34 demissões dentro do ano.

QUADRO 103 - QUADRO B.37.6.D – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ENTIDADE SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO – IMPA

Identificação da Entidade Contratada			
Nome	Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada		
CNPJ	03.447.568/0001-43		
Valor total para a execução do contrato no exercício (R$ 1,00)		**Exercício 2012**	R$ 74.844.362,76
		Exercício 2011	R$ 54.875.000,00
Quadro de Pessoal *versus* remuneração paga			

Exercícios	Dirigentes		Empregados		Outros	
	Qtde	Remuneração total (R$ 1,00)	Qtde	Remuneração total (R$ 1,00)	Qtde	Remuneração total (R$ 1,00)
2012	02	180.067,02	107	12.901.200,77	53*	-
2011	02	143.373,00	104	9.952.660,12	53*	-

Fonte: Coordenação Financeira e Divisão de Recursos Humanos do IMPA
*Pessoal cedido para o IMPA. Não são pagos com os recursos do Contrato de Gestão.

QUADRO 104 - QUADRO B.37.6.E – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ENTIDADE SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO – RNP

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP	
CNPJ	03.508.097\0001-36	
Valor total para a execução do contrato no exercício (R$ 1,00)	**Exercício 2012**	R$ 198.721.376,00
	Exercício 2011	R$ 171.939.843,65

Quadro de Pessoal *versus* remuneração paga

Exercícios	Dirigentes		Empregados		Outros	
	Qtde	Remuneração total (R$ 1,00)	Qtde	Remuneração total (R$ 1,00)	Qtde	Remuneração total (R$ 1,00)
2012	5	1.344.482,10	158	11.749.517,05	231	5.993.991,39
2011	5	981.996,51	114	9.198.036,63	181	5.390.872,66

Fonte: Gerência de Recursos Humanos da RNP

49.6 Composição da Comissão de Avaliação do Resultado do Contrato de Gestão

QUADRO 105 - QUADRO B.37.7.A – RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO – CGEE

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	**Centro Gestão de Estudos Estratégicos - CGEE**
CNPJ	04.724.690/0001-82

Relação dos Membros da Comissão de Avaliação

Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
FERNANDO DE	627.437.597-04	Graduação em Ciências	Diretor de Administração e Finanças da FINEP.	Portaria MCT nº	17/09/10	vigente

NIELANDER RIBEIRO		Sociais (Sociologia) – UFRJ.		725/2010		
AQUILINO SENRA MARTINEZ	384.070.277-15	Mestrado e Doutorado: Engenharia Nuclear-UFRJ; Graduação: Física-UFRJ.	É Professor Titular da UFRJ desde 1994. Tem experiência na área de Engenharia Nuclear, com ênfase em Física de Reatores. Foi Pesquisador Visitante da Carnegie-Mellon University - Pittsburgh/EUA; Membro dos Comitês Assessores do CNPq e da CAPES; Editor da Revista Brasileira de Engenharia Nuclear; Membro da Comissão Consultiva de Radioproteção e Segurança Nuclear do Conselho Superior de Política Nuclear da Presidência da República; Membro do Comitê Assessor das Engenharias da FAPERJ; Presidente do Conselho Deliberativo da COPPE/UFRJ; Membro do Conselho Superior da FAPERJ. Em 2008 foi agraciado com a Ordem Nacional do Mérito Científico pelo Presidente da República. Atualmente é Vice-Diretor da COPPE/UFRJ e Membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia da Presidência da República.	Portaria MCTI nº 891/2011	25/11/11	vigente
CLAUDIA INÊS CHAMAS	010.865.587-31	Pós doutorado e doutorado: ciências sociais aplicadas; área - administração; subárea - administração de setores específicos. Doutorado e Mestrado: políticas públicas, estratégias e desenvolvimento-IE/UFRJ). Graduação: engenharia química-UFRJ.	É pesquisadora do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS), Fiocruz, MS. Desde 2007, é professora do quadro permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, do Instituto de Economia da UFRJ. Foi eleita vice-presidente do "Consultative Expert Working Group on Research and Development: Financing and Coordination" da Organização Mundial de Saúde (2011-2012). Efetuou trabalho de pesquisa (2000) no Max-Planck-Institut für Geistiges Eigentum, Wettbewerbs- und Steuerrecht. Realiza atividades de pesquisa, ensino (pós-graduação stricto sensu) e assessoria técnica em propriedade intelectual, com ênfase para os seguintes campos: propriedade intelectual e ambientes de inovação; propriedade industrial e saúde pública; padrões de apropriação em fármacos e biotecnologia; e aspectos internacionais da propriedade intelectual.	Portaria MCTI nº 891/2011	25/11/11	vigente
MARIA REGINA PINTO DE GUSMÃO	040.863.408-10	Pós-doutorado: ciências sociais aplicadas à administração pública/política científica e tecnológica. Graduação: administração	É assessora técnica da Presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Foi gerente de projetos no Observatoire des Sciences et des Techniques - OST (Paris, França) e pesquisadora no Agrupamento de Economia da Tecnologia, da Divisão de Economia e Engenharia de Sistemas do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. É da carreira de C&T (Analista).	Portaria MCTI nº 891/2011	25/11/11	vigente

		pública-FGV				
REGINA LUNA SANTOS DE SOUZA	418.037.011-53	Doutorado: Comunicação - UnB. Mestrado: Ciência Política – UnB. Graduação: Relações Internacionais - UnB.	Desde 1996, faz parte da Carreira de EPPGG. Foi professora substituta na UnB, Departamento de Relações Internacionais e Ciência Política. Atualmente, exerce o magistério, como professora do Ensino Superior do Instituto Superior Fátima. É, também, tutora a distância em curso de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Gestão Pública, desenvolvido em parceria entre a Universidade Aberta do Brasil e o Departamento de Administração da UnB. Em atividades de Direção e Administração, atuou no Centro de Estudos Estratégicos, foi Coordenadora de Estudos e Pesquisas - INEP/MEC, Coordenadora de Cursos na ENAP, Assistente no Programa Nacional de Informática na Educação, Diretora do Departamento de Análise e Monitoramento da Força de Trabalho no MP, Assessora Especial do MME, Assessora do Secretário-Executivo do MP. Atualmente, atua como Gerente de Projetos no Departamento de Articulação e Inovação Institucional da SEGEP/MP.	Portaria MCTI nº 891/2011	25/11/11	vigente
RUY DE ARAÚJO CALDAS	386.966.308-15	Doutorado: bioquímica vegetal/cultura de tecidos. Mestrado:Nutrição Mineral de Plantas - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Graduação: engenharia agronômica - Escola Superior de Agricultura	Atualmente é professor titular da Universidade Católica de Brasília. Tem experiência na área de Bioquímica. Possui especializações em Fisiologia de Microorganismos- UFPR; Cromatografia -UFMG; Cromatografia de Aminoácidos em Fase Gasosa - Analytical Biochemistry Laboratories Inc; Cinética de Enzimas - Ohio State University;	Portaria MCTI nº 891/2011	25/11/11	vigente

Fonte: MCTI/CGOS

QUADRO 106 - QUADRO B.37.7.B – RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO – CNPEM

Identificação da Entidade Contratada					
Nome	**Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM**				
CNPJ	01.576.817/0001-75				
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação					
Nome	**CPF**	**Área de Formação**	**Qualificação**	**Ato de**	**Período de Exercício**

				Designação	Início	Fim
CÉSAR ZUCCO – Presidente	019.401.559-91	Pós-doutorado: físico-química orgânica - Universidade da Califórnia em Santa Bárbara Doutorado: Química Orgânica - Universidade de Glasgow. Mestrado: físico-química - UFSC. Graduação: Química - Fundação Universidade Regional de Blumenau.	Professor titular aposentado do Departamento de Química da UFSC, participando, atualmente, do Programa de professor Voluntário. Atua na área de Química Orgânica, dedicando-se, principalmente, a estudos de mecanismos de reações orgânicas em solução, preparação de compostos a partir de derivados carbonílicos trialogenados, substituição nucleofílica aromática, síntese por microondas, síntese e ciclização intramolecular. Tem-se dedicado, também, a análise e comentários sobre o ensino e a formação dos químicos no Brasil. Presidente da Sociedade Brasileira de Química (SBQ) gestão 2010-2012. Diretor de Pesquisa Científica e Tecnológica da FAPESC, de abril 2007 a fevereiro 2012.	Portaria 726/2010	17/09/10	24/11/11
				Portaria MCTI nº 888/2011	25/11/11	vigente
RICARDO MAGNUS OSORIO GALVÃO	340.597.848-34	Doutorado: Física de Plasmas Aplicada- MIT. Mestrado: Engenharia Elétrica - UNICAMP. Graduação: Engenharia de Telecomunicacões - UFF.	Livre-Docência em Física Experimental pela USP (1983). Tem experiência na área de Física, com ênfase em Física dos Fluídos, Física de Plasmas e Descargas Elétricas, atuando principalmente nos seguintes temas: física de tokamaks, ondas e instabilidades em plasmas, ondas de Alfven, transporte em plasmas termonucleares, descargas com elétrons fugitivos e aplicações tecnológicas de plasmas. É membro titular da ABC. Foi pesquisador do INPE e Diretor-Geral do CBPF.	Portaria MCTI nº 569/2012	09/08/12	Vigente
AMILTON SINATORA	746.984.358-20	Doutorado e Mestrado: engenharia mecânica-UNICAMP. Graduação: engenharia metalúrgica-Escola Politécnica-USP	Livre Docente (1996) e Professor Titular da Escola Politécnica da USP (2005). Foi gerente de Inovação e Tecnologia da Villares Rolls, empresa produtora de cilindros para laminação (2008). Pesquisa desgaste e atrito em componentes mecânicos bem como as formas de controlá-los. Nestes temas e em temas correlatos orientou 16 dissertações de mestrado e 11 teses de doutorado, bem como trabalhos de iniciação científica e de conclusão de curso. Tem experiência na transferência e implantação de tecnologia em empresas, tendo participado ou coordenado projetos acadêmicos ou tecnológicos. Tem interesse em educação e divulgação científica.	Portaria MCTI nº 888/2011	25/11/11	vigente

JOSELENE PEREIRA LEMOS	893.107.561-87	Especialização: gestão de pessoas no serviço público. Graduação: química.	Técnica em Assuntos Educacionais, ocupa função de Coordenação dentro da SEGEP/MP.	Portaria MCTI nº 888/2011	25/11/11	vigente
LÚCIA CARVALHO PINTO DE MELO	148.545.544-87	Mestrado: Energia e Meio Ambiente- Universidade da Califórnia, Santa Bárbara; Física - UFPE. Pós-graduação: Tecnology and Policy Program do MIT. Graduação: Engenharia Química - UFPE.	É Pesquisadora titular da Fundação Joaquim Nabuco. É membro da Comissão de Avaliação do CNEM; Conselheira membro do Strategic Advisory Board do IASS Alemanha. De 1990 a 1991 assumiu a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, também foi Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Pernambuco (FACEPE) de 1995 a 1998 . De 2000 a 2001, Titular da Secretaria Executiva Adjunta do MCT. Foi Diretora e Presidenta do CGEE. É Conselheira da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), foi representante do MCT no Conselho de Administração da então ABTLuS, membro do Conselho Editorial da Revista do Servidor Público (ENAP) e da Revista RAUSP, membro do Comitê de Coordenação dos Programas do MCT com a finalidade de coordenar os processos de gestão para alcance dos objetivos setoriais, membro do Conselho Científico Brasil-Índia, membro da Comissão de Coordenação do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) e Membro do Comitê de Coordenação do Programa Institutos Nacionais de Ciência tecnologia e Inovação (INCT). Em 2002 agraciada com a Medalha da Ordem Nacional do Mérito Científico no grau de Comendadora e em 2008 promovida para o Grau Grã Cruz. Sua atuação tem ênfase na área de Planejamento e Política de Ciência, Tecnologia e Inovação.	Portaria MCTI nº 888/2011	25/11/11	vigente
MARIA BEATRIZ MACHADO BONACELLI		Doutorado: Ciências Econômicas (Université des Sciences Sociales de Toulouse, França. Mestrado: Política Científica e Tecnológica- UNICAMP. Especialização: economia do sistema agroalimentar-	É professora Livre-docente do DPCT/IG/UNICAMP, atual Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Política Científica e Tecnológica e Pesquisadora Associada do Grupo de Estudos sobre Organização da Pesquisa e da Inovação (GEOPI/DPCT). As principais linhas e temas de pesquisa em que atua são: economia da tecnologia; reorganização institucional; planejamento e gestão da C,T&I; dinâmica setorial da inovação.	Portaria MCTI nº 888/2011	25/11/11	vigente

		CeFAS, Viterbo, Itália. Graduação: ciências econômicas - UNICAMP.				

Fonte: MCTI/CGOS

QUADRO 107 - QUADRO B.37.7.C – RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO – IDSM

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	**Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM**					
CNPJ	03.119.820/0001-95					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	**CPF**	**Área de Formação**	**Qualificação**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
ANA MARIA GIULIETTI HARLEY - Presidenta	610.232.138-34	Doutorado: ciências biológicas (botânica)-USP. Mestrado: Ciências Biológicas (Botânica) - USP. Graduação: história natural: Faculdade de Filosofia do Recife.	É Professora Titular aposentada da USP e Professora Plena aposentada da UEFS desde junho de 2008. Foi Pró-reitora de pesquisa e pós-graduação da UEFS. Atualmente é Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Botânica da UEFS, Bolsista de Produtividade IA do CNPq e Assessora do Ministério de Maio ambiente (CONABIO). É membro titular da ABC desde 2005.Tem experiência na área de Botânica, com ênfase em Taxonomia de Fanerógamos, atuando principalmente nos seguintes temas: biodiversidade, taxonomia, *Eriocaulaceae*, Flora da Bahia especialmente do Semi-árido e da Chapada Diamantina e Cadeia do Espinhaco, Conservação da flora do Semi-árido. Coordenou os projetos Instituto do Milênio do Semi-árido e Programa de Biodiversidade do Semi-árido.	Portaria MCT nº 724/10	17/09/10	24/11/11
				Portaria MCTI Nº 889/2011	25/11/11	vigente
REGINA LUNA SANTOS DE SOUZA	48.037.011-53	Doutorado: Comunicação - UnB. Mestrado: Ciência Política – UnB. Graduação: Relações Internacionais - UnB.	Desde 1996, faz parte da Carreira de EPPGG. Foi professora substituta na UnB, Departamento de Relações Internacionais e Ciência Política. Atualmente, exerce o magistério, como professora do Ensino Superior do Instituto Superior Fátima. É, também, tutora a distância em curso de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Gestão Pública, desenvolvido em parceria entre a Universidade Aberta do Brasil e o Departamento de Administração da UnB. Em atividades de Direção e Administração, atuou no Centro de Estudos Estratégicos, foi Coordenadora de Estudos e Pesquisas - INEP/MEC, Coordenadora de Cursos na ENAP, Assistente no Programa Nacional de Informática na Educação, Diretora do	Portaria MCTI Nº 154/12	29/02/12	vigente

			Departamento de Análise e Monitoramento da Força de Trabalho no MP, Assessora Especial do MME, Assessora do Secretário-Executivo do MP. Atualmente, atua como Gerente de Projetos no Departamento de Articulação e Inovação Institucional da SEGEP/MP.			
ARIANE LUNA PEIXOTO	298.179.607-06	Doutorado: biologia vegetal-UNICAMP. Mestrado: Ciências Biológicas (Botânica) - URFJ Graduação: história natural-URFJ	É professora titular aposentada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde lecionou junto ao Departamento de Botânica e foi Decana de Pesquisa e Pós-Graduação. No Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) foi coordenadora de pós-graduação, vice-diretora e diretora da Escola Nacional de Botânica Tropical. Atualmente é pesquisadora associada do JBRJ. Tem, como linhas de pesquisa, Morfologia e Sistemática Vegetal, concentradas principalmente nos seguintes temas: taxonomia de fanerógamos e flora do Brasil, especialmente com a família *Monimiaceae*, inventários florísticos, conservação e etnobotânica. Foi agraciada com a Ordem do Mérito Científico, na classe de Comendador, e oito espécies da flora brasileira foram denominadas em sua homenagem.	Portaria MCTI Nº 889/2011	25/11/11	vigente
CHARLES ROLAND CLEMENT	075. 764-802-97	Doutorado: horticultura-University of Hawaii. Mestrado: biologia com ênfase em genética-Universidade Costa Rica. Graduação: Biologia - University of Connecticut	Atualmente é pesquisador titular do INPA e professor colaborador da UFAM e da UFSC. Tem experiência na área de Genética, com ênfase em Recursos Genéticos, atuando principalmente nos seguintes temas: Pupunha (*Bactris gasipaes*), origem e domesticação de cultivos amazônicos, ecologia histórica, recursos genéticos amazônicos e fruteiras amazônicas.	Portaria MCTI Nº 889/2011	25/11/11	vigente
NELSON MOURA BRASIL DO AMARAL SOBRINHO	509.422.127-20	Doutorado: agronomia (solos e nutrição de plantas) - Universidade Federal de Viçosa-UFV. Mestrado: Agronomia (Ciências do Solo) - UFRJ Graduação: agronomia-UFRJ	Professor Titular do Departamento de Solos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atualmente, é Coordenador da Área de Ciências Agrárias da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), ex membro do Comitê Assessor de Agronomia do CNPq (até 12/2010), membro do Comitê Assessor Externo da Embrapa Solos, membro da comissão de acompanhamento de projetos financiados pela AECID junto a Universidade Estatal de Bolívar, Guaranda-Equador e ex Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Agronomia Ciência do Solo da UFRRJ . Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Poluição do Solo, atuando	Portaria MCTI Nº 889/2011	25/11/11	vigente

			principalmente nos seguintes temas: metais pesados, resíduos industriais, contaminação ambiental por metais pesados, remediação de áreas contaminadas e fitorremediação.			
SONIA SENA ALFAIA	068.572.132-91	Doutorado: sciences agronomiques- Institut National Polytechinique de Lorraine. Mestrado: Agronomia pela Universidade Federal de Lavras. Graduação: agronomia-UFAM	Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em manejo e conservação de solos tropicais, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, sistemas agroflorestais, agricultura indígena e agroecologia. É pesquisadora titular do INPA, professora dos cursos de pós-graduação do INPA em Agricultura no Trópico Úmido e Ciências de Florestas Tropicais, onde coordena as disciplinas "Características e Manejo de Solos Tropicais" e "Sistemas Agroflorestais". Atualmente ocupa o cargo de Secretária Executiva Adjunta de Planejamento e Projetos da Secretaria de Estado da Produção Rural do Estado do Amazonas/SEPROR, onde é responsável pela elaboração e coordenação de inúmeros projetos de desenvolvimento para o interior do estado.	Portaria MCTI Nº 889/2011	25/11/11	vigente

Fonte: MCTI/CGOS

QUADRO 108 - QUADRO B.37.7.D – RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO – IMPA

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	**Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA**					
CNPJ	03.447.568/0001-43					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	**CPF**	**Área de Formação**	**Qualificação**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
ABIMAEL FERNANDO DOURADO LOULA Presidente	244.775.757-34	Pós-doutorado: Universidade de Stanford. Doutorado: enfenharia mecânica-UFRJ. Mestrado: Engenharia Civil - UFRJ. Graduação: engenharia civil-UFBA	Atualmente é pesquisador titular do LNCC. Tem experiência na área de Engenharia Mecânica, em Mecânica dos Sólidos, Mecânica dos Fluidos e Meios Porosos, atuando principalmente nos seguintes temas: Modelagem Computacional, Métodos de Elementos Finitos e Diferenças Finitas, Análise Numérica e Simulação Computacional.	Portaria MCTI Nº 723/10	17/09/10	31/03/11
				Portaria MCT Nº 173/11	31/03/11	24/11/11
				Portaria MCTI Nº 890/2011	25/11/11	vigente
NELSON		Doutorado: engenharia	Foi Professor Adjunto do ITA e Pesquisador Titular do INPE,			

DELFINO D'ÁVILA MASCARENHAS	075.040.124-914	elétrica-University of Southern California. Mestrado: engenharia eletrônica - ITA. Graduação: engenharia eletrônica - ITA.	onde foi Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Computação Aplicada de dezembro de 1981 a setembro de 1983 e o primeiro Chefe do Departamento (atualmente Divisão) de Processamento de Imagens de setembro de 1984 a agosto de 1985. Atualmente é Professor Associado III da UFSCar, e Orientador de Pós-Graduação da USP, Campus de São Carlos. Foi Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação da UFSCar de maio de 1997 a abril de 1999, Foi Membro do Comitê de Assessoramento em Ciência da Computação do CNPq (mandato de setembro de 2003 a agosto de 2006). Recebeu o PACIS (Pan American Association of Computational Interdisciplinary Sciences) Scientific Computing Prize 2010. Atualmente, é Associate Editor de IEEE Geoscience and Remote Sensing Letters e Journal of the Brazilian Computer Society. Tem experiência na área de Ciência da Computação e Engenharia Elétrica, com ênfase em Processamento Gráfico (Graphics), atuando principalmente nos seguintes temas: Processamento Digital de Imagens e Reconhecimento de Padrões.	Portaria MCTI Nº 890/2011	25/11/11	vigente
PAULO DOMINGOS CORDARO	990.311.408-72	Doutorado: matemática-The State University of New Jersey, RUTGERES, EUA. Mestrado: Matemática - USP Graduação: matemática aplicada-USP	Foi membro visitante do Institute for Advance Study, Princeton, NJ (1992/93). Atualmente, é Professor Titular da USP. Tem experiência na área de Análise Matemática e estuda, principalmente, questões relacionadas à teoria geral das equações diferenciais parciais lineares.	Portaria MCTI Nº 890/2011	25/11/11	vigente
ROBERTO RIBEIRO PATERLINI	350.766.317-15	Doutorado: matemática-IMPA. Mestrado: Matemática - IMPA Graduação: matemática-UNESP	Atualmente é professor associado da UFSCar e atua na graduação e na pós-graduação. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Ensino da Matemática, Teoria dos Números e Geometria Elementar, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino da matemática através de problemas, metodologia investigação, história da matemática, divulgação da matemática	Portaria MCTI Nº 890/2011	25/11/11	vigente
SHEILA MARIA REIS RIBEIRO	237.142.983-04	Mestrado: Sociologia - UnB.	É servidora pública federal e exerce atividades técnicas na concepção de novas metodologias de gestão pública, na SEGEP/MP.	Portaria MCT 173/2011	31/03/11	vigente

		Especialização: População e Desenvolvimento Econômico - Programa Global ELADE/ CEPAL das Nações Unidas, Chile. Graduação: Bacharelado em Filosofia e Licenciatura em Serviço Social –UnB.		Portaria MCTI Nº 890/2011	25/11/11	vigente
YUAN JINYUN	016.740.337-02	Doutorado: Matemática - IMPA. Graduação: Matematica - Nanjing Institute of Technology.	Atualmente é professor titular da UFPR, editor associado da Applied Mathematics and Computation, editor of Computational and Applied Mathematics, membro de corpo editorial de Journal of Applied Mathematics, Americal Journal of Computational Mathematics, Matemática Universitária, coordenador do projeto de pesquisa da Companhia Paranaense de Energia desde 2000, coordenador regional da OBMEP, consultor e secretário regional da Sociedade Brasileira de Matemática. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Matemática, atuando principalmente nos seguintes temas: convergence, least squares problems, preconditioned conjugate gradient method, generalized least squares problems e moment method, analisis numérica, matemática industrial. Foi vice-presidente da Sociedade Brasileira de Matemática Aplicada e Computacional em 2008-2010. Atual diretor do Instituto de Matemática Industrial - FIEP/UFPR, membro da ABC, Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico.	Portaria MCTI Nº 890/2011	25/11/11	vigente

Fonte: MCTI/CGOS

QUADRO 109 - QUADRO B.37.7.E – RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO – RNP

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	**Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP**					
CNPJ	05.508.097/0001-36					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	**CPF**	**Área de Formação**	**Qualificação**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**

EDMUNDO ALBUQUERQUE DE SOUZA E SILVA - Presidente	442.649.767-15	Pós-doutorado pela Watson Research Center (1985) e pela University Of California Los Angeles Doutorado: ciência da computação-University of California Los Angeles. Mestrado: engenharia elétrica-PUC-RJ. Graduação: engenharia elétrica- PUC-RJ.	Atualmente é professor titular da UFRJ. Membro de corpo editorial da Journal of Internet Services and Applications e Membro de corpo editorial da Journal of the Brazilian Computer Society (Impresso). Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Sistemas de Computação. Atuando principalmente nos seguintes temas: Availability, Confiabilidade, Desempenho, Performance, Queueing Networks e Reliability.	Portaria MCTI Nº 174/2011	31/03/11	24/11/11
				Portaria MCT Nº 892/2010	25/11/11	vigente
ANTÔNIO JORGE GOMES ABELÉM	306.235.022-91	Doutorado: informática-PUC-Rio. Mestrado: Engenharia Elétrica - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Graduação: engenharia elétrica-UFPA	É professor efetivo, nível associado, da UFPA. Faz parte do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação desta instituição desde a criação do mesmo. Ocupou o cargo de Diretor do Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação (CTIC) da UFPA no período de janeiro de 2007 a julho de 2010. Atualmente ocupa o cargo de diretor do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá, parceria da Universidade Federal do Pará UFPA com o Governo do Estado. É membro do corpo editorial da Revista Brasileira de Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos, que é publicação conjunta do LARC (Laboratório Nacional de Redes de Computadores) e da SBC. Atua como membro do comitê do programa e revisor de conferências, workshops e periódicos nacionais e internacionais. É membro do IEEE, da SBC e representante da UFPA junto ao LARC. Atuou como membro do corpo editorial da Revista Horizontes da SBC no período de dezembro/2008 a dezembro/2011 e como coordenador da Comissão Especial de Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos da Sociedade Brasileira de Computação (SBC) e representante da SBC no Conselho de Administração da RNP no período de março/2007 a março/2009. Coordena um grupo de pesquisa em redes de computadores e comunicação multimídia – GERCOM -, a partir do qual coordena e participa de diversos projetos de pesquisa de âmbito regional, nacional e internacional. Foi um dos mentores	Portaria MCTI Nº 892/2011	25/11/11	vigente

			e coordenador técnico do projeto da Rede Metropolitana de Belém (MetroBel). Atua na área de Ciência da Computação, com ênfase em Redes de Computadores, atuando principalmente nos seguintes temas: internet do futuro, redes ópticas, redes sem fio ad-hoc, comunicação multicast, arquitetura TCP/IP, Qualidade de Serviço (QoS), qualidade de experiência (QoE) e segurança.			
EUGENIUS KASZKUREWICZ	316.206.477-53	Doutorado e Mestrado: engenharia de sistemas e computação-UFRJ. Graduação: engenharia de aeronáutica-ITA.	Atualmente é professor titular da UFRJ. Foi Diretor Científico e Tecnológico da FINEP, de 2007 a 2011. Tem experiência na área de Engenharia, com ênfase em Sistemas e Controles, atuando principalmente nos seguintes temas: computação paralela e vetorial, algoritmos numéricos, convergência, método de liapunov, otimização e controle de sistemas de grande porte.	Portaria MCTI Nº 892/2011	25/11/11	vigente
FLÁVIO RECH WAGNER	221.074.010-04	Doutorado: informática-universidade de Kaiserslautern, Alemanha. Mestrado: ciência da computação-UFRGS. Graduação: engenharia elétrica-UFRGS	Atualmente é Professor Titular do Instituto de Informática da UFRGS, ocupando o cargo de Diretor do Parque Científico e Tecnológico daquela Universidade. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Computação e ocupou diversas outras funções em sua diretoria. Foi membro do comitê da área de Computação na CAPES e, por dois mandatos, do comitê assessor de Ciência da Computação no CNPq. Desde 2008 é conselheiro titular do Comitê Gestor da Internet - CGI.br. Foi coordenador do Grupo de Trabalho 10.5 da IFIP - International Federation for Information Processing, entre 2001 e 2007. Desenvolve pesquisa na área de Engenharia da Computação, atuando principalmente no projeto de hardware e software de sistemas eletrônicos embarcados.	Portaria MCTI Nº 892/2011	25/11/11	vigente
JOSÉ HENRIQUE DE LIMA CORREA DIEGUEZ BARREIRO	011.102.937-63	Doutorado: administração e economia de empresas-Universidade de Salamanca/USAL, Espanha. Mestrado: ciências em engenharia de produção-UFRJ. Graduação: engenharia mecânica-UERJ.	Atualmente é Analista Sênior em C&T do MCTI e Professor Assistente I da Universidade Católica de Brasília - UCB. Possui experiência profissional nas áreas de controle de qualidade, avaliação de projetos de engenharia e acompanhamento e inspeção em sistemas, máquinas, equipamentos e estruturas navais, de distribuição de derivados de petróleo e de bancos de provas para motores automotivos. Desde 1996 suas experiências profissionais incluem estudos, pareceres e propostas de ações e programas de estímulo à pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em empresas. Experiências acadêmicas incluem docência e pesquisa em disciplinas relativas à administração estratégica, empreendedorismo, inovação tecnológica, consultoria organizacional e jogos de empresas.	Portaria MCTI Nº 892/2011	25/11/11	vigente
			É Professor Titular (2006) junto ao Departamento de			

MARCELO KNÖRICH ZUFFO	016.740.337-02	Doutorado: engenharia elétrica e livre docência na especialidade meios eletrônicos interativos-Escola Politécnica da USP. Mestrado: engenharia elétrica. Graduação: engenharia eletricista-Escola Politécnica da USP.	Engenharia de Sistemas Eletrônicos da Escola Politécnica da USP. Tem atuado junto ao Laboratório de Sistemas Integráveis (LSI) coordenando pesquisas e desenvolvimentos na área de Meios Eletrônicos Interativos, com foco nos seguintes temas: engenharia de meios interativos, saúde digital, computação de alto desempenho, realidade virtual, computação gráfica, e visualização. Em 2001 desenvolveu o primeiro sistema de realidade virtual totalmente imersivo no Brasil denominada CAVERNA Digital. É coordenador da rede de telemedicina onconet. É coordenador científico do LEA (Laboratório de Ensaios e Auditoria) da ICP Brasil. Tem participado ativamente na definição do Sistema Brasileiro de TV digital SBTVD. Foi agraciado com o Prêmio Personalidade em Inovação Tecnológica pelo Sindicato de Engenheiros do Estado de São Paulo em 2006. Foi agraciado com a Medalha Mérito Tamandaré pela Marinha Brasileira em 2008 e Medalha da Vitória pelo Ministério da Defesa em 2009. Faz parte do Fórum do Sistema Brasileiro de Televisão Digital desde 2007, compondo o Conselho Deliberativo e o Módulo Técnico, coordenando a norma de Segurança para TV Digital.	Portaria MCTI Nº 892/2011	25/11/11	vigente
SHEILA MARIA REIS RIBEIRO	237.142.983-04	Mestrado: Sociologia - UnB. Especialização: População e Desenvolvimento Econômico - Programa Global ELADE/ CEPAL das Nações Unidas, Chile. Graduação: Bacharelado em Filosofia e Licenciatura em Serviço Social – UnB.	É servidora pública federal e exerce atividades técnicas na concepção de novas metodologias de gestão pública, na SEGEP/MP.	Portaria MCT Nº 174/2011	31/03/11	24/11/11

Fonte: MCTI/CGOS

49.7 Prestação de Contas e Avaliação dos Resultados da Contratação

QUADRO 110 - QUADRO B.37.8.A – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO – CGEE

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CONTRATADA		
Nome	CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - **CGEE**	
CNPJ	04.724.690/0001-82	
Informações da Prestação de Contas		
Data da apresentação	01/03/2013	
Período de Referência	**Data Início**	Janeiro/2012
	Data Fim	Dezembro/2012
Dados do D.O.U. de publicação	Nº 50, seção 3, pág. 153-156, 15/03/2013.	
Situação da Análise	Concluída	
Decisão	Aprovada pela resolução nº 139 do Conselho de Administração, em 27/02/2013.	

Fonte: MCTI/CGOS

QUADRO 111 - QUADRO B.37.8.B – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO – CNPEM

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - **CNPEM**	
CNPJ	01.576.817/0001-75	
Informações da Prestação de Contas		
Data da apresentação	27/02/2013	
Período de Referência	**Data Início**	Janeiro/2012
	Data Fim	Dezembro/2012
Dados do D.O.U. de publicação	Nº 50, seção 3, pág. 161 a 164, 14/03/2013.	
Situação da Análise	Concluída	
Decisão	Aprovada pelo Conselho de Administração em sua 64ª reunião ordinária em 21/02/2013.	

Fonte: MCTI/CGOS

QUADRO 112 - QUADRO B.37.8.C – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO – IDSM

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ - **IDSM**	
CNPJ	03.119.820/0001-95	
Informações da Prestação de Contas		
Data da apresentação	01/03/2013	
Período de Referência	**Data Início**	Janeiro/2012
	Data Fim	Dezembro/2012
Dados do D.O.U. de publicação	Nº 50, seção 3, pág. 164 e 165, 14/03/2013.	
Situação da Análise	Concluída	
Decisão	Aprovada pelo Conselho de Administração em sua 40ª reunião ordinária em 28/02/2013.	

Fonte: MCTI/CGOS

QUADRO 113 - QUADRO B.37.8.D – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO – IMPA

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - **IMPA**

CNPJ	03.447.568/0001-43	
Informações da Prestação de Contas		
Data da apresentação	04/03/2013	
Período de Referência	**Data Início**	Janeiro/2012
	Data Fim	Dezembro/2012
Dados do D.O.U. de publicação	Nº 51, seção 3, pág. 163 a 166, 15/03/2013.	
Situação da Análise	Concluída	
Decisão	Aprovada pelo Conselho de Administração em sua 45ª reunião em 01/03/2013.	

Fonte: MCTI/CGOS

QUADRO 114 - QUADRO B.37.8.E – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO – RNP

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	ASSOCIAÇÃO REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP	
CNPJ	03.508.097\0001-36	
Informações da Prestação de Contas		
Data da Apresentação	06/03/2013	
Período de Referência	**Data Início**	Janeiro/2012
	Data Fim	Dezembro 2012
Dados do D.O.U. de Publicação	Nº 39, seção 3, pág. 237-239, 27/02/2013	
Situação da Análise	Concluída	
Decisão	Aprovada pelo Conselho de Administração em sua 1ª Reunião Ordinária em 22/02/2013.	

Fonte: MCTI/CGOS

QUADRO 115 - QUADRO B.37.9.A – VALORES REPASSADOS E AVALIAÇÃO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO – CGEE

Identificação da Entidade Contratada				
Nome	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE			
CNPJ	04.724.690/0001-82			
Recursos Financeiros (R$ 1,00)				
Valores Pactuados		**Valores Repassados**		**Repasse previsto para o exercício seguinte**
Global	**Para o Exercício**	**No Exercício**	**Acumulado Até o Exercício**	
53.300.000,00	36.600.000,00	5.727.150,00	15.627.150,00	10.450.000,00
Acompanhamento das metas estabelecidas				
Informado no Quadro LXVIII – QUADRO B.19.1.A – INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATO DE GESTÃO SUPERVISIONADO PELA UJ				

Fonte: Contrato de Gestão MCTI/CGEE/FINEP; SIAFI, e Administração CGEE.

QUADRO 116 - QUADRO B.37.9.B – VALORES REPASSADOS E AVALIAÇÃO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO – CNPEM

Identificação da Entidade Contratada				
Nome	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM			
CNPJ	01.576.817/0001-75			
Recursos Financeiros (R$ 1,00)				
Valores Pactuados		**Valores Repassados**		**Repasse previsto para o exercício seguinte**
Global	**Para o Exercício**	**No Exercício**	**Acumulado Até o Exercício**	

478.447.000,00	95.656.390,00	97.730.474,56	192.263.804,56	77.550.000,00
Acompanhamento das metas estabelecidas				
Informado no Quadro LXIX – QUADRO B.19.1.B – INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATO DE GESTÃO SUPERVISIONADO PELA UJ				

FONTE: CONTRATO DE GESTÃO MCTI/CNPEM; SIAFI, E ADMINISTRAÇÃO CNPEM.

QUADRO 117 - QUADRO B.37.9.C – VALORES REPASSADOS E AVALIAÇÃO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO - IDSM

Identificação da Entidade Contratada				
Nome	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá - IDSM			
CNPJ	03.119.820/0001-95			
Recursos Financeiros (R$ 1,00)				
Valores Pactuados		**Valores Repassados**		**Repasse previsto para o exercício seguinte**
Global	**Para o Exercício**	**No Exercício**	**Acumulado Até o Exercício**	
125.937.506,00	18.969.035,89	23.769.035,89	48.509.035,89	23.462.806,00
Acompanhamento das metas estabelecidas				
Informado no Quadro LXX – QUADRO B.19.1.C – INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATO DE GESTÃO SUPERVISIONADO PELA UJ				

Fonte: Contrato de Gestão MCTI/IDSM; SIAFI, e Administração IDSM.

QUADRO 118 - QUADRO B.37.9.D – VALORES REPASSADOS E AVALIAÇÃO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO – IMPA

Identificação da Entidade Contratada				
Nome	Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA			
CNPJ	03.447.568/0001-43			
Recursos Financeiros (R$ 1,00)				
Valores Pactuados		**Valores Repassados**		**Repasse previsto para o exercício seguinte**
Global	**Para o Exercício**	**No Exercício**	**Acumulado Até o Exercício**	
326.835.200,00	65.344.362,76	74.844.362,76	171.299.862,76	80.582.000,00
Acompanhamento das metas estabelecidas				
Informado no Quadro LXXI – QUADRO B.19.1.D – INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATO DE GESTÃO SUPERVISIONADO PELA UJ				

Fonte: Contrato de Gestão MCTI/IMPA; SIAFI, e Coordenação de Administração do IMPA.

QUADRO 119 - QUADRO B.37.9.E – VALORES REPASSADOS E AVALIAÇÃO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO - RNP

Identificação da Entidade Contratada				
Nome	Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP			
CNPJ	03.508.097\0001-36			
Recursos Financeiros (R$ 1,00)				
Valores Pactuados		**Valores Repassados**		**Repasse previsto para o exercício seguinte**
Global	**Para o Exercício**	**No Exercício**	**Acumulado Até o Exercício**	
1.053.279.000,00	169.338.650,00	183.554.709,00	271.937.314,45	172.114.000,00
Acompanhamento das metas estabelecidas				
Informado no Quadro LXXII – QUADRO B.19.1.E – INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATO DE GESTÃO SUPERVISIONADO PELA UJ				

Fonte: Contrato de Gestão MCTI/RNP; SIAFI, e Administração RNP.

QUADRO 120 - QUADRO B.37.10.A – INDICADORES DE DESEMPENHO PACTUADOS E SEUS RESULTADOS – CGEE

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE	
CNPJ	04.724.690/0001-82	
Indicador de Desempenho Pactuado		
1-Linha de Ação: Estudos, Análises e Avaliações		
Nome		**Concluir 14 subações da Linha de Atividade "Estudos, Análises e Avaliações"**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Conclusão de 14 subações
Resultado do Indicador	**2012**	16 Subações concluídas
	2011	100%
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada em 03 e 04/04/2013. **2011:** Meta parcialmente cumprida. A Comissão de Avaliação entende que a subação 5 foi encerrada devido a fatores externos adversos, fora da capacidade de governança do CGEE em solucioná-los, com custos associados à fase de preparação e implantação inicial das atividades planejadas. No que se refere à subação 4, a Comissão de Avaliação entende que mesma foi parcialmente realizada, explicando sua baixa execução financeira, enquanto que o CGEE considerou concluída, dado que foi encerrada por razões externas ao Centro.
Nome		**Atualizar e disponibilizar eletronicamente dados estatísticos referentes aos mestres e doutores no Brasil no Censo 2010**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Atualização e disponibilidade de dados
Resultado do Indicador	**2012**	Dados atualizados e disponíveis
	2011	Indicador pactuado para 2012.
Análise do Indicador		**2012**: A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada em 03 e 04/04/2013.
Nome		**Implantar sala de situação nas dependências do CGEE, de acesso restrito, para a manipulação de dados e produção de indicadores de inovação**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Implantação de sala de situação
Resultado do Indicador	**2012**	Sala implantada
	2011	Indicador pactuado para 2012.
Análise do Indicador		**2012**: A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada em 03 e 04/04/2013.
2-Linha de Ação: Articulação		
Nome		**Concluir 01 (uma) subação na Linha de Ação "Articulação"**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o		Conclusão de 01 subação

exercício de referência		
Resultado do Indicador	**2012**	1 Subação concluída
	2011	133,33%
Análise do Indicador		**2012**: A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada em 03 e 04/04/2013. **2011:** A subação 2 foi dada por concluída. Porém a Comissão de Avaliação avalia que ela está em andamento, visto o detalhamento da Ementa e Memória de Cálculo constante do 3º Termo Aditivo. A subação 3 foi considerada concluída porém não apresenta despesas associadas.
Nome		**Elaborar documento "Economia verde para o desenvolvimento sustentável"**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		1
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Elaboração de documento
Resultado do Indicador	**2012**	Documento elaborado / editado
	2011	Indicador pactuado para 2012.
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada em 03 e 04/04/2013.
3-Linha de Ação: Apoio á Gestão Estratégica do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação		
Nome		**Concluir 04 subações na Linha de Ação "Apoio à Gestão Estratégica do Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação"**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Conclusão de 4 Subações
Resultado do Indicador	**2012**	5 Subações concluídas
	2011	137,5%
Análise do Indicador		**2012**: A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada em 03 e 04/04/2013. **2011:** Foram consideradas concluídas 07 subações, mas a Comissão considera que duas delas (6 e 11) não foram conclúidas e sim encerradas, sem a execução de recursos.
Nome		**Estruturar o Escritório de Projetos de Gestão da Informação**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Estruturação de Escritório de Projetos
Resultado do Indicador	**2012**	Escritório de Projetos estruturado
	2011	Indicador pactuado para 2012
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada em 03 e 04/04/2013.
Nome		**Elaborar 03 (três) Notas Técnicas**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Elaboração de 3 Notas Técnicas
Resultado do Indicador	**2012**	6 Notas Técnicas elaboradas
	2011	Indicador não pactuado para 2011.
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada em 03 e 04/04/2013.
Nome		**Realizar 03 (três) reuniões de especialistas**

Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Realização de 3 reuniões de especialistas
Resultado do Indicador	**2012**	8 reuniões de especialistas realizadas
	2011	3 reuniões realizadas
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada em 03 e 04/04/2013. **2011:** Meta cumprida.
4-Linha de Ação: Disseminação de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação		
Nome		**Participar institucionalmente de 02 eventos de disseminação da informação em CT&I**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Participação em 2 eventos de disseminação de informação
Resultado do Indicador	**2012**	Participação em 3 eventos de disseminação de informação
	2011	Indicador pactuado para 2012.
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada em 03 e 04/04/2013.
Nome		**Editar e distribuir 02 (dois) números da revista Parcerias Estratégicas**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Edição e distribuição de 2 números da revista PE
Resultado do Indicador	**2012**	2 números da revista PE editados e distribuídos
	2011	Não se aplica
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada em 03 e 04/04/2013.
Nome		**Editar e distribuir 07 (sete) publicações associadas aos estudos conduzidos pelo CGEE**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Edição e distribuição de 7 publicações
Resultado do Indicador	**2012**	8 publicações editadas e distribuídas
	2011	100%
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada em 03 e 04/04/2013. **2011:** Foram consideradas pela Comissão de Avaliação 10 publicações técnicas do CGEE, não contabilizando os dois Relatórios Institucionais para o cumprimento da meta pactuada.
5-Linha de Ação: Desenvolvimento/Gestão Institucional		
Nome		**Elaborar documento que sintetize a estrutura de atuação do Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação, considerando: o ferramental de captura e análise de informação; o escopo de observação; o perfil da equipe; e o formato e periodicidade de produtos.**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Elaboração de documento

Resultado do Indicador	**2012**	Documento elaborado
	2011	Indicador pactuado para 2012.
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada em 03 e 04/04/2013.
Nome		**Realizar dois seminários: um sobre o emprego de cenários em estudos relacionados com a natureza dos projetos conduzidos pelo Centro; e outro sobre o emprego de metodologias em cientometria aplicadas à avaliação em CT&I**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Realização de 2 seminários
Resultado do Indicador	**2012**	2 seminários realizados
	2011	Indicador pactuado para 2012.
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada em 03 e 04/04/2013.
Nome		**Concluir o mapeamento de instituições que atuam nas áreas de estudos de futuro e de avaliação estratégica em CT&I**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Conclusão de mapeamento
Resultado do Indicador	**2012**	Mapeamento concluído
	2011	Indicador pactuado para 2012.
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada em 03 e 04/04/2013.
Nome		**Elaborar documento referencial de orientação para as atividades de avaliação estratégica conduzidas pelo CGEE**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Elaboração de documento referencial
Resultado do Indicador	**2012**	Documento referencial elaborado
	2011	Indicador pactuado para 2012.
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada em 03 e 04/04/2013.
Nome		**Identificar e adquirir base de dados de pesquisas de mercado para apoio à condução de diagnósticos e estudos de tendências setoriais e temáticos de interesse**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Identificação e aquisição de bases de dados
Resultado do Indicador	**2012**	Base de dados identificadas e adquiridas
	2011	Indicador pactuado para 2012.
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada em 03 e 04/04/2013.
Nome		**Concluir a subação de Aprimoramento da Sistemática de Avaliação do Contrato de Gestão**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS

Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Conclusão de 1 Subação
Resultado do Indicador	**2012**	1 Subação concluída
	2011	Indicador pactuado para 2012.
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada em 03 e 04/04/2013.
Nome		**Capacitar 12 (doze) empregados do CGEE em cursos de aperfeiçoamento**
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Informação não disponível pela OS
Meta do Indicador para o exercício de referência		Indicador pactuado em 2011.
Resultado do Indicador	**2012**	Indicador pactuado em 2011.
	2011	12 empregados capacitados
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação constatou que nesta linha de ação o valor dispendido é muito inferior ao estimado, e entende que seu planejamento financeiro poderia ter sido mais eficiente, visto que está sob governança da instituição. A CA constatou também que o Relatório de Gestão da OS não contém informações adequadas para avaliar o desempenho e execução desta linha de ação.
Nome		**Concluir a especificação do Projeto de Integração dos Sistemas Internos de Informação do CGEE**
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de medição		Informação não disponível pela OS
Meta do Indicador para o exercício de referência		Indicador pactuado em 2011.
Resultado do Indicador	**2012**	Indicador pactuado em 2011.
	2011	Especificação concluída
Análise do indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação constatou que nesta linha de ação o valor dispendido é muito inferior ao estimado, e entende que seu planejamento financeiro poderia ter sido mais eficiente, visto que está sob governança da instituição. A CA constatou também que o Relatório de Gestão da OS não contém informações adequadas para avaliar o desempenho e execução desta linha de ação. Como exemplo, não foi identificado nessa subação um produto final de especificação funcional do sistema.

Fonte: Contrato de Gestão MCTI/FINEP/CGEE; Relatório Final do Contrato de Gestão 2012 do CGEE; e Relatório Anual 2011 da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão.

QUADRO 121 - QUADRO B.37.10.B – INDICADORES DE DESEMPENHO PACTUADOS E SEUS RESULTADOS - CNPEM

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM
CNPJ	01.576.817/0001-75

Indicador de Desempenho Pactuado		
Corresponde ao ANEXO I do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão MCTI / CNPEM		
Nome		**Número de propostas realizadas nas instalações abertas**
Fórmula de Cálculo		Número de propostas realizadas no período de referência
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		850
Resultado do Indicador	**2012**	906
	2011	917

Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013. **2011:** meta cumprida.
Nome		**Número de beneficiários das instalações abertas**[11]
Fórmula de Cálculo		Número de beneficiários dos quatro Laboratórios Nacionais do CNPEM no período de referência
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		1.600
Resultado do Indicador	**2012**	1.812
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013.
Nome		**Índice de satisfação dos usuários**
Fórmula de Cálculo		{[Número de respostas "muito bem-sucedidas" e "bem sucedidas"]/[total de respostas dos usuários]} no período de referência.
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		85%
Resultado do Indicador	**2012**	93,8%
	2011	85%
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013. **2011:** meta cumprida.
Nome		**Número de artigos publicados por usuários**
Fórmula de Cálculo		[Nº de artigos publicados por usuários]
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		300
Resultado do Indicador	**2012**	218
	2011	337
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013. **2011:** meta cumprida.
Nome		**Publicações em revistas com fator de impacto >5**[2]
Fórmula de Cálculo		[Total de publicações em periódicos indexados com fator de impacto igual ou superior a cinco]
Unidade de Medida		U

[11] Novo indicador inserido no Contrato de Gestão em 2012.

Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	36
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013. **2011:** meta cumprida.
Nome		**Número de horas-linha disponíveis para usuários das Linhas de Luz**
Fórmula de Cálculo		[Linhas de luz abertas aos usuários * total de horas feixe]
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		53.400
Resultado do Indicador	**2012**	55.727
	2011	50.372
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013. **2011:** meta parcialmente cumprida. De acordo com esclarecimentos prestados pelo CNPEM, o não cumprimento dessa meta está associado à ocorrência de eventos técnicos que fogem ao controle e impactaram o funcionamento do anel como a queda de energia elétrica. Soluções técnicas devem ser procuradas visando o aumento da confiabilidade do equipamento.
Nome		**Confiabilidade da Fonte de Luz Síncrotron**
Fórmula de Cálculo		[horas entregues no tempo programado/horas previstas]
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		95%
Resultado do Indicador	**2012**	96,9%
	2011	97,6%
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013. **2011:** meta cumprida.
Nome		**Grau de saturação no uso da Fonte de Luz Síncrotron**[12]
Fórmula de Cálculo		[(horas de máquina utilizada e em manutenção)/total de horas no ano]
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	70%

[12] Indicador substituído em 2012.

Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013. **2011:** meta cumprida.
Nome		**Índice de Ocupação das Linhas de Luz**
Fórmula de Cálculo		[Turnos utilizados nas linhas de Luz / turnos disponíveis nas linhas de luz]
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		85%
Resultado do Indicador	**2012**	85%
	2011	91%
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013. **2011:** meta cumprida.
Nome		**Número de horas de microscópio eletrônicos disponíveis aos usuários**[13]
Fórmula de Cálculo		Número de horas de microscópios eletrônicos oferecidas no período de referência
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		34.500
Resultado do Indicador	**2012**	32.056
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013.
Nome		**Número de horas dos equipamentos de biociências disponíveis aos usuários**[3]
Fórmula de Cálculo		Número de horas de equipamentos de Biociências oferecidas no período de referência.
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		25.600
Resultado do Indicador	**2012**	49.889
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013.
Nome		**Grau de implantação do Projeto da Planta-Piloto para Desenvolvimento de Processos (PPDP) para etanol de 2ª geração**
Fórmula de Cálculo		[(Módulos em operação/ total de módulos)*100]
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		50%

[13] Novo indicador inserido no Contrato de Gestão em 2012.

Resultado do Indicador	**2012**	90%
	2011	40%
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013. **2011:** meta cumprida.
Nome		**Artigos publicados por pesquisador interno**
Fórmula de Cálculo		[Razão entre o número de artigos publicados por pesquisadores do CNPEM em periódicos indexados na base Web of Knowledge *pelo número de pesquisadores*]
U		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		2,5
Resultado do Indicador	**2012**	2,34
	2011	2,1
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013. **2011:** meta parcialmente cumprida. A Comissão de Avaliação entende que, em função do curto tempo de atividade dos pesquisadores contratados pela OS, o crescimento não pôde acompanhar a média histórica. Espera-se que a recuperação da produção ocorra gradativamente.
Nome		**Taxa de orientação de pós–graduados**[14]
Fórmula de Cálculo		[Total de pós-graduados orientados/total de pesquisadores ABTLuS]
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	1,2
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013. **2011:** meta parcialmente cumprida. A Comissão de Avaliação entende que, em função do curto tempo de atividade dos pesquisadores contratados pela OS, o crescimento não pôde acompanhar a média histórica. Espera-se que a recuperação da produção ocorra gradativamente.
Nome		**Taxa de supervisão de pós-doutores**
Fórmula de Cálculo		[Número de pós-doutores supervisionados/nº. de pesquisadores do CNPEM]
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		1,0
Resultado do Indicador	**2012**	0,69
	2011	0,63

[14] Indicador substituído em 2012.

Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013. **2011:** meta parcialmente cumprida. A Comissão de Avaliação entende que, em função do curto tempo de atividade dos pesquisadores contratados pela OS, o crescimento não pôde acompanhar a média histórica. Espera-se que a recuperação da produção ocorra gradativamente.
Nome		**Número de Memorandos Técnicos disponíveis na Internet**
Fórmula de Cálculo		[Total de memorandos técnicos na página eletrônica da Instituição]
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		10
Resultado do Indicador	**2012**	10
	2011	10
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013. **2011:** meta cumprida.
Nome		**Número de pedidos de patentes**[15]
Fórmula de Cálculo		Número de pedidos de patentes depositadas
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		7
Resultado do Indicador	**2012**	6
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013.
Nome		**Número de Projetos Científicos Internos do LNBio**[16]
Fórmula de Cálculo		[Número total de projetos científicos]
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	25
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013. **2011:** meta cumprida.
Nome		**Número de projetos de P&D em parceria com empresas**
Fórmula de Cálculo		[Número de projetos com empresas]
Unidade de Medida		U

[15] Novo indicador inserido no Contrato de Gestão em 2012.
[16] Indicador substituído em 2012.

Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		16
Resultado do Indicador	**2012**	24
	2011	23
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013. **2011:** meta cumprida.
Nome		**Número de técnicos externos treinados**
Fórmula de Cálculo		[Número de técnicos treinados]
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		70
Resultado do Indicador	**2012**	104
	2011	87
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013. **2011:** meta cumprida.
Nome		**Horas de Treinamento de técnicos externos**
Fórmula de Cálculo		[Horas de técnicos treinados]
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		84.000
Resultado do Indicador	**2012**	132.205
	2011	112.979
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013. **2011:** meta cumprida.
Nome		**Número de pesquisadores externos capacitados**[17]
Fórmula de Cálculo		Número de pesquisadores capacitados
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		500
Resultado do Indicador	**2012**	498
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013.
Nome		**Horas de treinamento de pesquisadores externos**
Fórmula de Cálculo		[Horas de treinamento de técnicos]

[17] Novo indicador inserido no Contrato de Gestão em 2012.

Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		10.000
Resultado do Indicador	**2012**	14.036
	2011	10.401
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013. **2011:** meta cumprida.
Nome		**Número de projetos de P&D em conjunto com instituições de ensino e pesquisa**[18]
Fórmula de Cálculo		Número de acordos com instituições de ensino e pesquisa
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		12
Resultado do Indicador	**2012**	14
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013.
Nome		**Alavancagem de recursos do Contrato de Gestão**
Fórmula de Cálculo		[Recursos de outras fontes / Recursos do Contrato de Gestão]
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		30%
Resultado do Indicador	**2012**	28%
	2011	23%
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013. **2011:** meta parcialmente cumprida. A Comissão de Avaliação entende que a forma de repasse de recursos ocorrida no ano contribuiu para impactar negativamente no resultado desse indicador.

INDICADORES ESPECÍFICOS DO CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO BIOETANOL - CTBE	
Nome	**Término da montagem dos grupos de pesquisa do CTBE: pessoal contratado**[19]
Fórmula de Cálculo	XXXX
Unidade de Medida	%

[18] Novo indicador inserido no Contrato de Gestão em 2012.

[19] Tendo em vista que o 6º Termo Aditivo relativo aos recursos para implantação do CTBE só foi assinado em dezembro, os indicadores correspondentes deverão ser pactuados no 1º Termo Aditivo do ano de 2013.

Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado
Análise do Indicador		**2011:** meta cumprida.
Nome		**Formação de um banco de dados a partir dos experimentos realizados por pesquisadores do programa: ferramenta implementada e disponível**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Não realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Caracterização física e química da biomassa de cana-de-açúcar: relatório de acompanhamento**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Ensaios de pré-tratamento de bagaço de cana-de-açúcar: relatório de acompanhamento**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Produção e caracterização de enzimas de microorganismos e plantas**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do	**2012**	Não se aplica

Indicador	**2011**	Realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Estudos sobre a transcriptômica e metabolômica de espécies selecionadas de fungos e de leveduras: relatório de acompanhamento**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado
Análise do Indicador		**2011:**. A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Estudos de ação de enzimas sobre polissacarídeos: relatório de acompanhamento**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Realização de ensaios de hidrólise e fermentação: relatório de acompanhamento**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Desenvolvimento da técnica de Engenharia Fisiológica, com aplicação de inibidores metabólicos: relatório de acompanhamento**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do

		CTBE.
Nome		**Seminários: quinze seminários realizados**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Executar projeto básico, executivo e montagem dos equipamentos: equipamentos instalados (da PPDP)**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Comissionamento e Start-up parciais da PPDP: PPDP parcialmente disponível para usuários (4 de 10 módulos)**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Planejamento experimental de plantio direto em campo: planejamento concluído**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Unidade piloto de limpeza e picagem: unidade montada em laboratório protótipo**
Fórmula de Cálculo		XXXX

Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Projeto temático agricultura de precisão: documento do projeto temático concluído**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Simulação para produção de etanol de primeira geração, açúcar e eletricidade (Rota1): Relatório de simulação**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Consolidação e validação do Banco de Dados (Rota1): Banco de dados validado**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	50% realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Construção de fluxogramas para BVX para produção de bioetanol de segunda geração por hidrólise (Rota2): fluxogramas concluídos**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual

Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Elaboração de cenários refletindo possíveis melhorias nas tecnologias atualmente em uso e com a introdução das tecnologias de 2ª geração (preliminar), atualmente em desenvolvimento: relatório parcial de cenários**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Montagem de um banco de dados para o cultivo e processamento de cana-de-açúcar, produção e distribuição de fertilizantes, produção e distribuição de combustíveis fósseis, estoques de carbono acima e no solo para diferentes culturas e regiões: banco de dados parcialmente implementado**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Análise de ciclo de vida das emissões de GEE do etanol para os cenários mais promissores (inclusive integração com a produção de biodiesel) e para a gasolina brasileira: relatório técnico parcial**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Consolidação dos dados existentes na literatura sobre os impactos das mudanças diretas de uso do solo devido à expansão da cana-de-açúcar nos últimos 10 anos. Definição das tendências para a próxima década: relatório técnico parcial**

Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Elaboração de documento sobre relações com a indústria: documento aprovado**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado plenamente
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Assinaturas de acordos/convênios com instituições públicas e/ou privadas, com o intuito de desenvolver trabalhos conjuntos: um termo aditivo correspondendo a um projeto**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado plenamente
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.
Nome		**Planejamento e Gerenciamento (físico e financeiro) das atividades do laboratório; relatórios de acompanhamento**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		Percentual
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não se aplica
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Realizado
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do CTBE.

INDICADORES ESPECÍFICOS DO PROJETO SIRIUS

Nome		**Cavidades de RF: Especificar e encomendar as cavidades de RF**[20]
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Cavidades de RF especificadas e contratadas
Resultado do Indicador	**2012**	Parcialmente realizada
	2011	Não se aplica
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013.
Nome		**LINAC: Especificar e encomendar o LINAC de 150 MeV**[10]
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		LINAC especificado e contratado
Resultado do Indicador	**2012**	Meta atingida
	2011	Não se aplica
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013.
Nome		**Novos Recursos Humanos: Recrutamento e contratação de recursos de recursos humanos adicionais para o Projeto Sirius (área científica e de engenharia)** [10]
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Contratação de 18 profissionais em 2012
Resultado do Indicador	**2012**	Meta superada
	2011	Não se aplica
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013.
Nome		**Prédio de Imãs: Construir o galpão para produção, testes e estocagem de imãs, fontes de correntes e sistemas de RF**[10]
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Contratar e iniciar as obras do novo galpão e instalações especiais
Resultado do Indicador	**2012**	Meta atingida
	2011	Não se aplica

[20] Novo indicador inserido no Contrato de Gestão em 2012.

Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a ser realizada somente em 20 e 21/03/2013.
Nome		**Projetos executivos e construção de cabeças de série dos magnetos DC e câmaras de vácuo**[21]
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Magnetos DC e Câmaras de Vácuo
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Parcialmente realizada
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do SIRIUS.
Nome		**Desenvolvimento e fabricação de cabeças de série de kicker e septa**[11]
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Magnetos pulsados
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Parcialmente realizada
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do SIRIUS.
Nome		**Fabricação e teste de monitores de posição para anel e booster**[11]
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Sistema de diagnóstico
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Parcialmente realizada
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do SIRIUS.
Nome		**Fabricação e teste do novo sistema de controle na fonte atual**[11]
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Sistema de controle
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Parcialmente realizada
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do SIRIUS.
Nome		**Fabricação de cabeças de série das fontes de alimentação DC**[22]

[21] Indicador substituído em 2012.

Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Fontes de alimentação
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Parcialmente realizada
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do SIRIUS.
Nome		**Fabricação de dois berços e testes de vibração e estabilidade**[12]
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Sistema de sustentação e alinhamento
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Parcialmente realizada
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do SIRIUS.
Nome		**Fabricação e teste do primeiro amplificador de potência em 500 MHz**[12]
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Sistema de Radiofrequência
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Não realizada
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do SIRIUS.
Nome		**Anteprojeto das obras e instalações para a Fonte de Luz Síncrotron**[12]
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Obras civis para a Fonte
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Concluído
Análise do Indicador		**2011:** A Comissão de Avaliação não se pronunciou quanto aos indicadores do SIRIUS.

Fonte: Contrato de Gestão MCTI/CNPEM; Relatório do Contrato de Gestão 2012; e Relatório Anual 2011 da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão.

QUADRO 122 - QUADRO B.37.10.C – INDICADORES DE DESEMPENHO PACTUADOS E SEUS RESULTADOS – IDSM

[22] Indicador substituído em 2012.

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá – IDSM
CNPJ	03.119.820/0001-95

Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		**1. Índice Geral de Publicações (IGPub) ou produtos científicos por ano**
Fórmula de Cálculo		IGPub = NGPUB / TNSE → 2011: IGPub = 35/30 = 1,17 Onde: NGPUB = (18 artigos publicados em periódicos indexados + 16 livros ou capítulos de livros e 1 cartilha com ISBN) = 35 publicados no ano da análise. TNSE = 30 "Técnicos de Nível Superior e Especialistas" vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com 12 ou mais meses atuando no IDSM no momento da análise (14 funcionários e 16 bolsistas. Ver apêndice 1). ========== **IGPub = NGPUB / TNSE → 2012: IGPub = 26/28= 0,93** Onde: NGPUB = (19 artigos publicados em periódicos indexados + 7 livros ou capítulos de livros) = 26 publicados no ano da análise. TNSE = 28 "Técnicos de Nível Superior e Especialistas" vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com 12 ou mais meses atuando no IDSM no momento da análise (22 funcionários e 06 bolsistas com 12 meses de atuação). Ver apêndice 1).
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		0,8
Resultado do Indicador	**2012**	0,93
	2011	1,17
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 8, 9, 10 e 11/04/2013. **2011:** Meta superada em 56%.
Nome		**2. Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos pesquisadores do IDSM ao ano**
Fórmula de Cálculo		IPub-I = NPUBI / TNSE → 2011: IPub-I = 18/30 = 0,6 Onde: NPUBI = 18 artigos publicados em periódicos indexados no ano da análise com membros do IDSM como autores principais ou co-autores. TNSE = 30 "Técnicos de Nível Superior e Especialistas" vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com 12 ou mais meses atuando no IDSM no momento da análise (14 funcionários e 16 bolsistas. Ver apêndice 1) ========== **IPub-I = NPUBI / TNSE → 2012: IPub-I = 19/28 = 0,68** Onde:

		NPUBI = 19 artigos publicados em periódicos indexados no ano da análise com membros do IDSM como autores principais ou co-autores. TNSE = 28 "Técnicos de Nível Superior e Especialistas" vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com 12 ou mais meses atuando no IDSM no momento da análise (22 funcionários e 6 bolsistas. Ver apêndice 1).
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		0,64
Resultado do Indicador	**2012**	0,68
	2011	0,6
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 8, 9, 10 e 11/04/2013. **2011:** Apesar de a meta ter sido cumprida, a Comissão de Avaliação fez recomendações no sentido de priorizar a contratação de pesquisadores com doutorado; implantar um programa de bolsistas no nível de pós-doutorado; e estabelecer um programa de capacitação do quadro de pesquisadores.
Nome		**3. Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano.**
Fórmula de Cálculo		IPub-IA = $\frac{\text{NPUBIC}}{\text{(TNSE + CE)}}$ → 2011: IPub-IA = 27/(30+9) = 27/39 = 0,69 Onde: NPUBIC = 27 artigos publicados em periódicos indexados no ano da análise com membros do IDSM ou seus colaboradores externos como autores principais ou co-autores (estes artigos devem versar sobre os temas de trabalho do IDSM, sobre as RDSM e RDSA, ou suas populações ou espécies, e produzidos por meio de suporte institucional do IDSM). Ver listagem no apêndice 2. TNSE = 30 técnicos de nível superior e especialistas vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas. Ver apêndice 1). CE = 9 colaboradores externos que realizaram pesquisas em colaboração com o IDSM, e com seus pesquisadores. Foram contabilizados colaboradores que tiveram seu trabalho de pesquisa apoiado pelo IDSM (em termos de recursos financeiros e/ou infraestrutura e/ou logística. Ver apêndice 2). **IPub-IA = $\frac{\text{NPUBIC}}{\text{(TNSE + CE)}}$ → 2012: IPub-IA = 29/(28+10) = 29/38 = 0,76** Onde: NPUBIC = 29 artigos publicados em periódicos indexados no ano da análise com membros do IDSM ou seus colaboradores externos como autores principais ou coautores (estes artigos devem versar sobre os temas de trabalho do IDSM, sobre as RDSM e RDSA, ou suas populações ou espécies, e produzidos por meio da oferta de suporte institucional do IDSM). Ver listagem no apêndice 2. TNSE = 28 técnicos de nível superior e especialistas vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas. Ver apêndice 1). CE = 10 colaboradores externos que realizaram pesquisas em colaboração com o IDSM, e com seus pesquisadores. Foram contabilizados colaboradores que tiveram seu trabalho

		de pesquisa apoiado pelo IDSM (em termos de recursos financeiros e/ou infraestrutura e/ou logística. Ver apêndice 1).
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		0,68
Resultado do Indicador	**2012**	0,76
	2011	0,69
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 8, 9, 10 e 11/04/2013. **2011:** Meta superada em 6%.
Nome		**4. Índice de Publicações não-Indexadas (IPuNI), reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.**
Fórmula de Cálculo		IPuNI = NPCNI / TNSEo → 2011: IPuNI = (48+17 +3+8)/38 = 2 Onde: NPCNI = 76 produtos científicos não indexados (16 livros e capítulos de livros + 1 cartilha + 48 resumos em eventos científicos publicados + 3 trabalhos de estudantes + 8 documentos de conclusão de graduação ou de pós-graduação) desenvolvidos por orientandos ou co-orientandos dos membros do IDSM tais como monografias, dissertações e/ou teses apoiadas pelo IDSM executados no período da análise. Ver apêndice 2. TNSEo = 30 "Técnicos de Nível Superior e Especialistas" vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), e 8 estudantes em cursos de pós-graduação que sejam autores de trabalhos considerados na mensuração do indicador (presentes no numerador – NPCNI. Ver apêndice 1). **IPuNI = NPCNI / TNSEo → 2012: IPuNI = (7+74+1+7)/32 = 2,78** Onde: NPCNI = produtos científicos não indexados (7 livros e capítulos de livros + 74 resumos em eventos científicos publicados + 1 trabalho de estudante + 7 documentos de conclusão de graduação ou de pós-graduação) desenvolvidos por orientandos ou co-orientandos dos membros do IDSM tais como monografias, dissertações e/ou teses apoiadas pelo IDSM executados no período da análise. Ver apêndice 2. TNSEo = 28 "Técnicos de Nível Superior e Especialistas" vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), e 4 estudantes em cursos de pós-graduação autores de trabalho considerado na mensuração do indicador (presentes no numerador – NPCNI). Ver apêndice 1.
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral

Meta do Indicador para o exercício de referência		3
Resultado do Indicador	**2012**	2,78
	2011	2
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 8, 9, 10 e 11/04/2013. **2011:** Meta parcialmente realizada em 80%.
Nome		**5. Número de eventos de difusão cientifica promovidos (EDCP) pelo IDSM ao ano.**
Fórmula de Cálculo		O indicador foi obtido por meio da contagem direta dos eventos científicos promovidos pelo IDSM no ano da análise, e de sua programação. Estes eventos são aqueles nos quais pesquisadores do IDSM e de outras instituições são convidados, e onde são apresentados os projetos de pesquisa correntes, sua metodologia, seus resultados correntes (parciais ou finais), e as conclusões (especialmente aquelas relevantes para a conservação da biodiversidade, para a gestão participativa da unidade de conservação e para o desenvolvimento social e da qualidade de vida).
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		6
Resultado do Indicador	**2012**	6
	2011	6
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 8, 9, 10 e 11/04/2013. **2011:** Meta cumprida.
Nome		**6. Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano**
Fórmula de Cálculo		O indicador é obtido por meio da contagem direta dos cursos acerca do desenvolvimento de processos e tecnologias desenvolvidos pelo IDSM que são oferecidos no ano da análise. A fonte da informação são relatórios dos respectivos cursos e lista de presença dos participantes elaborados pelos técnicos dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM.
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		5
Resultado do Indicador	**2012**	5
	2011	4
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 8, 9, 10 e 11/04/2013. **2011:** Meta cumprida.
Nome		**7. Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb).**

Fórmula de Cálculo		O indicador é obtido por meio da contagem direta cumulativa das rotinas de abordagem ou protocolos de manejo sustentável de recursos naturais, apropriados para diferentes contextos socioambientais. A fonte da informação são as próprias publicações dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM.
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		5
Resultado do Indicador	**2012**	5
	2011	4
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 8, 9, 10 e 11/04/2013. **2011:** O IDSM cumpriu a meta cumulativa de 4 protocolos e um deles foi publicado como livro na série "Protocolos de Manejo do Recursos Naturais".
Nome		**8. Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário.**
Fórmula de Cálculo		O Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário é calculado por meio da divisão entre o somatório do tamanho das clareiras abertas (em m2) pelo somatório da área manejada (em hectares) Onde: AC (área da clareira) = π (D/2)2 (onde D é o diâmetro da clareira), ou AC (área da clareira) = π (r)2 (onde r é o raio da clareira) STMC (somatório do tamanho das clareiras) = Σ (π (D/2)2) (em m2) ICD = STMC/SAh (onde SAh é o somatório da área manejada no ano, em hectares, sob de manejo florestal recebendo aconselhamento técnico do PMFC)
Unidade de Medida		M2/ha
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		Abaixo de 350
Resultado do Indicador	**2012**	-
	2011	303,91 (m2/ha)
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 8, 9, 10 e 11/04/2013. **2011:** Meta cumprida.
Nome		**9. Índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate (ITP).**
Fórmula de Cálculo		Este indicador é obtido pelo cálculo da proporção de animais manejados com tamanhos (comprimentos totais) maiores ou iguais a 1,65m, em relação a todos os animais abatidos em todos os sistemas de manejo de pesca de pirarucu que estejam sob acompanhamento técnico-científico do IDSM, no ano da análise. A fórmula deste indicador é: **ITP = Npm/NTp → 2011: ITP = 4.265/5704 = 0,75** Npm = número de pirarucus manejados de tamanho maior ou igual a 1,65m no ano (4.265) NTp = número total de pirarucus manejados no mesmo ano (5.704) ==========

		2012: Este indicador é obtido pelo cálculo da proporção de animais manejados com tamanhos (comprimentos totais) maiores ou iguais a 1,65m, em relação a todos os animais abatidos em todos os sistemas de manejo de pesca de pirarucu que estejam sob acompanhamento técnico-científico do IDSM, no ano da análise. A fórmula deste indicador é: **ITP = Npm / NTp → 2012: ITP = 4.541 / 5.857 = 0,78** Npm = número de pirarucus manejados de tamanho maior ou igual a 1,65m no ano NTp = número total de pirarucus manejados no mesmo ano
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		Acima de 0,7
Resultado do Indicador	**2012**	0,78
	2011	0,75
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 8, 9, 10 e 11/04/2013. **2011:** Meta cumprida.
Nome		**10. Índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM).**
Fórmula de Cálculo		Este indicador é calculado pela contagem do número cumulativo de comunidades da RDSM e RDSA que recebem assessorias e aconselhamento dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM, em relação ao número total de comunidades existentes nestas duas reservas. As fontes da informação são os relatórios mensais de atividades dos respectivos programas de manejo de recursos naturais. A fórmula aplicada é: ICRAM = Nca/NTC → **2011:** ICRAM = 71/220 = 0,32 Onde: Nca = número de comunidades atendidas/beneficiadas pelo IDSM no ano (71) NTc = número total de comunidades existentes nas RDSM e RDSA (220) ========== Este indicador é calculado pela contagem do número cumulativo de comunidades da RDSM e da RDSA que recebem assessorias e aconselhamento dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM, em relação ao número total de comunidades existentes nestas duas reservas. As fontes da informação são os relatórios mensais de atividades dos respectivos programas de manejo de recursos naturais. A fórmula aplicada é: **ICRAM = Nca / NTc → 2012: ICRAM = 73/220 = 0,33** Nca = número de comunidades atendidas/beneficiadas pelo IDSM no ano **(73)** NTc = número total de comunidades existentes nas RDSM e RDSA **(220)**
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		0,33
Resultado do Indicador	**2012**	0,33
	2011	0,32

Análise do Indicador	**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 8, 9, 10 e 11/04/2013. **2011:** Meta cumprida.
Nome	**11. Índice de Comunidades Beneficiadas (ICB) nas RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores**
Fórmula de Cálculo	Usando informações obtidas a partir dos relatórios mensais do Programa de Qualidade de Vida do IDSM, são contabilizadas as comunidades onde foram realizadas cumulativamente, ao longo dos seis anos (2010-2015), experimentos de abastecimento e tratamento de água, energia alternativa ou destinação de dejetos com recursos originários do Contrato de Gestão. É utilizada a seguinte fórmula: ICB = NCCExp / NCVAF → 2011**:** ICB = 6 /73 = 0,082 Onde: NCCExp = Número cumulativo de comunidades com experimentos em qualidade de vida na RDSM e RDSA no ano de análise (6) NCVAF = Número de comunidades alvo nas áreas focais das reservas (N=73) ========== Usando informações obtidas a partir dos relatórios mensais do Programa de Qualidade de Vida do IDSM, são contabilizadas as comunidades onde foram realizadas cumulativamente, ao longo dos seis anos (2010-2015), experimentos de abastecimento e tratamento de água, energia alternativa ou destinação de dejetos com recursos originários do Contrato de Gestão. É utilizada a seguinte fórmula: **ICB = NCCExp / NCVAF → 2012: ICB = 8 /73 = 0,109** Onde: NCCExp = Número cumulativo de comunidades com experimentos em qualidade de vida na RDSM e RDSA no ano de análise (8) NCVAF = Número de comunidades alvo nas áreas focais das reservas (N=73)
Unidade de Medida	N
Periodicidade de Medição	Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência	0,109
Resultado do Indicador — **2012**	0,109
Resultado do Indicador — **2011**	0,082
Análise do Indicador	**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 8, 9, 10 e 11/04/2013. **2011:** Meta cumprida.
Nome	**12. Índice de participação de lideranças-ano capacitadas pelo IDSM (IPLC)**
Fórmula de Cálculo	Os cálculos deste indicador são realizados a partir de informações coletadas por meio da consulta às listas de lideranças presentes e votantes nas assembléias anuais da RDSM e da RDSA, confrontadas com as listas de pessoas capacitadas pelos esforços do IDSM ao longo dos últimos anos. De acordo com orientações da comissão de avaliação, o cálculo deste indicador obedece a seguinte fórmula: IPLC = NLCAG/NTLC → 2011: IPLC = 127/392 = 0,32 Onde: NLCAG = Número de lideranças capacitadas pelo IDSM participando das Assembleias Gerais da RDSM e da RDSA no ano da análise (N=127) NTLC = Número total cumulativo de lideranças capacitadas pelo IDSM (N=392) ==========

		Os cálculos deste indicador são realizados a partir de informações coletadas por meio da consulta às listas de lideranças presentes e votantes nas assembleias anuais da RDSM e da RDSA, confrontadas com as listas de pessoas capacitadas pelos esforços do IDSM ao longo dos últimos anos. De acordo com orientações da comissão de avaliação, o cálculo deste indicador obedece a seguinte fórmula: **IPLC = NLCAG/NTLC -→ 2012: IPLC = 100/392 = 0,25** Onde: NLCAG = Número de lideranças capacitadas pelo IDSM participando das Assembleias Gerais da RDSM e da RDSA no ano da análise (N=100) NTLC = Número total cumulativo de lideranças capacitadas pelo IDSM (N=392)
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		0,35
Resultado do Indicador	**2012**	0,25
	2011	0,32
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 8, 9, 10 e 11/04/2013. **2011:** Meta superada em 7%
Nome		**13. Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAAV).**
Fórmula de Cálculo		Este indicador é calculado pela seguinte fórmula: IDAAV = SAAV / 15 → 2011: IDAAV = 12 /15 = 0,8 Onde: SAAV = Número de Setores onde há atuação de AAV´s na RDSM e na na RDSA (N=12) E 15 é o número total de setores organizados nas áreas focais destas duas reservas. ========== Este indicador é calculado pela seguinte fórmula: **IDAAV = SAAV / 15 → 2012: IDAAV = 13 / 15 = 0,87** Onde: SAAV = Número de setores onde há atuação de AAV´s na RDSM e na RDSA (N=13) *E 15 é o número total de setores organizados nas áreas focais destas duas reservas.*
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		0,87
Resultado do Indicador	**2012**	0,87
	2011	0,8
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 8, 9, 10 e 11/04/2013. **2011:** Meta cumprida.
Nome		**14. Alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão no IDSM (AMRFCG)**

Fórmula de Cálculo		O indicador é obtido através da relação proporcional entre os recursos obtidos pelo Contrato de Gestão e os recursos de outras fontes de financiamento, segundo a fórmula: RRP = AMRFCG / VTCG → 2011: RRP = 2.424.145,01 / 15.440.000,00 = 0,16 Onde: AMRFCG = Recursos alavancados fora do Contrato de Gestão pelo IDSM ao ano. VTCG = Valores transferidos pelo Contrato de Gestão ao IDSM no ano. ========== O indicador é obtido através da relação proporcional entre os recursos obtidos pelo Contrato de Gestão e os recursos de outras fontes de financiamento, segundo a fórmula: **AMRFCG = RAFCG / VTCG → 2012: AMRFCG = 6.912.726,54 / 23.769.035,89 = 0,29** Onde: RAFCG = Recursos alavancados fora do Contrato de Gestão pelo IDSM no ano. (R$ 6.912.726,54). VTCG = Valores transferidos pelo Contrato de Gestão ao IDSM no ano. (R$ 23.769.035,89).
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		0,3
Resultado do Indicador	**2012**	0,29
	2011	0,16
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 8, 9, 10 e 11/04/2013. **2011:** Meta não cumprida.

Fonte: Contrato de Gestão MCTI/IDSM; Relatório de Gestão 2012 do IDSM; e Relatório Anual 2011 da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão.

QUADRO 123 - QUADRO B.37.10.D – INDICADORES DE DESEMPENHO PACTUADOS E SEUS RESULTADOS – IMPA

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA	
CNPJ	03.447.568/0001-43	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		**1. Número de artigos publicados no ano em revistas de circulação internacional de alto padrão científico com corpo de pareceristas.**
Fórmula de Cálculo		Soma aritmética doas artigos publicados nas revistas de circulação internacional
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		70
Resultado do Indicador	**2012**	77
	2011	83
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 18 e 19/3/2013. **2011:** Meta superada em 28%. A Comissão de Avaliação destaca a alta relação de

		2artigos/pesquisador-ano, comparada à média nacional e internacional de produção dos pesquisadores da área de matemática e sugere que nos próximos relatórios seja indicada para cada artigo sua classificação no índice 'QUALIS" da CAPES.
Nome		**2. Número de artigos publicados ou aceitos para publicação em revistas de circulação internacional e alto padrão científico, com corpo de pareceristas.**
Fórmula de Cálculo		Soma aritmética doas artigos publicados ou aceitos nas revistas de circulação internacional
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		130
Resultado do Indicador	**2012**	152
	2011	134
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 18 e 19/3/2013. **2011:** Meta superada em 3%. A Comissão de Avaliação destaca a alta relação de 2artigos/pesquisador-ano, comparada à média nacional e internacional de produção dos pesquisadores da área de matemática e sugere que nos próximos relatórios seja indicada para cada artigo sua classificação no índice 'QUALIS" da CAPES.
Nome		**3. Proporção de pesquisadores com Bolsa de Produtividade do CNPq.**
Fórmula de Cálculo		Número de pesquisadores com bolsa vezes 100, dividido pelo número total de pesquisadores do IMPA
Unidade de Medida		Percentual %
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		80
Resultado do Indicador	**2012**	85,1
	2011	90
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 18 e 19/3/2013. **2011:** Meta cumprida, considerando que 80% dos pesquisadores do IMPA (36/45) possuem bolsa de produtividade do CNPq. Essa proporção é bem maior que a média de bolsistas de produtividade nos departamentos de matemática das universidades brasileiras.
Nome		**4. Número de visita-mês ao IMPA de pesquisadores nacionais e estrangeiros.**
Fórmula de Cálculo		Número total de dias dividido por 30
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		240
Resultado do Indicador	**2012**	Meta Anual Atingida: 315
	2011	287
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 18 e 19/3/2013. **2011:** Meta superada em 20%. Constata-se o grande número de pesquisadores estrangeiros que visitam o IMPA anualmente, atraídos pelo prestígio e condições de trabalho oferecidas pela instituição.
Nome		**5. Número de visita-mês ao IMPA de estagiários de pós-doutorado.**
Fórmula de Cálculo		Número total de permanência dividido por 30 dias
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o		250

exercício de referência		
Resultado do Indicador	**2012**	471
	2011	365
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 18 e 19/3/2013. **2011:** Meta superada em 52%.
Nome		**6. Número de reuniões científicas do IMPA.**
Fórmula de Cálculo		Soma aritmética das reuniões científicas realizadas
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		10
Resultado do Indicador	**2012**	14
	2011	13
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 18 e 19/3/2013. **2011:** Meta superada em 30%.
Nome		**7. Índice de sucesso do doutorado - programa de 4 anos (quantidade de títulos concedidos a bolsistas nos 4 últimos anos, multiplicada por 48 e dividida pelo número de meses de bolsas concedidas nos quatro anos precedentes à obtenção do grau).**
Fórmula de Cálculo		quantidade de títulos concedidos a bolsistas nos 4 últimos anos, multiplicada por 48 e dividida pelo número de meses de bolsas concedidas nos quatro anos precedentes à obtenção do grau
Unidade de Medida		Percentual %
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		85
Resultado do Indicador	**2012**	89
	2011	86
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 18 e 19/3/2013. **2011:** Superada em 1%.
Nome		**8. Índice de sucesso do mestrado - programa de 2 anos (quantidade de títulos concedidos a bolsistas nos 2 últimos anos, multiplicada por 24 e dividida pelo número de meses de bolsas concedidas nos dois anos precedentes à obtenção do grau).**
Fórmula de Cálculo		quantidade de títulos concedidos a bolsistas nos 2 últimos anos, multiplicada por 24 e dividida pelo número de meses de bolsas concedidas nos dois anos precedentes à obtenção do grau
Unidade de Medida		Percentual %
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		85
Resultado do Indicador	**2012**	92
	2011	87
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 18 e 19/3/2013. **2011:** Superada em 2%.
Nome		**9. Número de doutores formados anualmente/ média dos últimos três anos.**

Fórmula de Cálculo		Soma dos três últimos anos dividido por três (média)
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		16
Resultado do Indicador	**2012**	18
	2011	20
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 18 e 19/3/2013. **2011:** Superada em 25%. Esse indicador é afetado pela demanda dos candidatos para o doutorado.
Nome		**10. Número de participantes do Colóquio Brasileiro de Matemática (realizado nos anos ímpares).**
Fórmula de Cálculo		Soma aritmética dos participantes
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		600
Resultado do Indicador	**2012**	--- (realizado nos anos ímpares)
	2011	637
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 18 e 19/3/2013. **2011:** Superada em 6%.
Nome		**11. Número de protótipos e Softwares produzidos ou aperfeiçoados (novas versões).**
Fórmula de Cálculo		Soma aritmética dos protótipos e softwares
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		5
Resultado do Indicador	**2012**	5
	2011	5
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 18 e 19/3/2013. **2011:** Meta cumprida.
Nome		**12. Número de publicações tecnológicas e patentes resultantes dos Projetos.**
Fórmula de Cálculo		Soma aritmética das publicações
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		7
Resultado do Indicador	**2012**	7
	2011	7
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 18 e 19/3/2013. **2011:** Meta cumprida.
Nome		**13. Número de títulos publicados (livros de graduação e pós-graduação).**
Fórmula de Cálculo		Soma aritmética dos títulos publicados
Unidade de Medida		Unidade

Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		16
Resultado do Indicador	**2012**	17
	2011	16
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 18 e 19/3/2013. **2011:** Meta cumprida.
Nome		**14. Número de livros e assinaturas de revistas incorporados ao acervo bibliográfico do IMPA.**
Fórmula de Cálculo		Número total de livros adquiridos no ano mais assinatura de periódicos
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		800
Resultado do Indicador	**2012**	815
	2011	930
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 18 e 19/3/2013. **2011:** Superada em 16%, resultado da aquisição pelo IMPA de 521 livros e 409 assinaturas de periódicos (novos e renovações). Não obstante a tendência de disponibilização de periódicos em meio eletrônico, bibliotecas nacionais e internacionais de referência na área mantêm acervo físico.
Nome		**15. Número de livros emprestados.**
Fórmula de Cálculo		Cálculo dos acessos eletrônicos feitos ao site de assinaturas de revistas da biblioteca mais empréstimo de periódicos na biblioteca
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		(indicador excluído a partir de 2012)
Resultado do Indicador	**2012**	(indicador excluído a partir de 2012)
	2011	12709
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 18 e 19/3/2013. **2011:** Meta superada em 2%. Observa-se que neste indicador estão computados as consultas em meio eletrônico.
Nome		**16. Notas da CAPES (avaliação a cada três anos).** **(Tornou-se Indicador 15)**
Fórmula de Cálculo		Cálculo realizado pela Capes para os programas de pós-graduação
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		7
Resultado do Indicador	**2012**	7
	2011	7
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 18 e 19/3/2013. **2011:** Meta cumprida. A nota 7 concedida pela CAPES foi mantida na última avaliação realizada em julho de 2010.
Nome		**17. Número de projetos de pesquisa e convênios de cooperação vigentes,**

		aprovados por mérito, ou a convite. **(Tornou-se Indicador 16)**
Fórmula de Cálculo		Soma aritmética dos projetos de pesquisa e convênios de cooperação vigentes
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		48
Resultado do Indicador	**2012**	57
	2011	57
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 18 e 19/3/2013. **2011:** Meta superada em 19%.
Nome		**18. Número de alunos inscritos na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP. (Tornou-se indicador somente em 2011)** **(Tornou-se Indicador 17)**
Fórmula de Cálculo		Levantamento realizado através do total de escolas mais municípios mais alunos de níveis 1,2 e 3
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		17 milhões
Resultado do Indicador	**2012**	19.166.371
	2011	18,7 milhões
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 18 e 19/3/2013. **2011:** Meta superada em 17%.

Fonte: Contrato de Gestão MCTI/IMPA; Relatório de Gestão 2012 do IMPA; e Relatório Anual 2011 da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão.

QUADRO 124 - QUADRO B.37.10.E – INDICADORES DE DESEMPENHO PACTUADOS E SEUS RESULTADOS – RNP

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP	
CNPJ	03.508.097\0001-36	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		**1-Taxa de Oferta de Serviços Experimentais Oriundos de Grupos de Trabalho (GTs) de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso pela razão entre o número de GTs de fase 2 que foram identificados com potencial para transformarem-se em serviços experimentais ou ofertados como plataformas, segundo o Grupo de Avaliação de Projetos e Inovação (Gapi), e o número total de novos GTs de fase 1 contratados, nos últimos quatro anos.
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		63%
Resultado do Indicador	**2012**	105,8%
	2011	69%
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o

		indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 25, 26 e 27/03/2013. **2011:** Meta plenamente atingida.
Nome		**2-Número de Iniciativas Estruturantes de Desenvolvimento Tecnológico**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso pelo somatório de iniciativas estruturantes de desenvolvimento tecnológico acumulado nos últimos quatro anos.
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		3U
Resultado do Indicador	**2012**	3U
	2011	3U
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 25, 26 e 27/03/2013. **2011:** Meta plenamente atingida.
Nome		**3-Índice de Qualidade da Rede**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso pelo fator de desempenho da rede, calculado por PP + PR, em que: PP – pontuação relativa à perda de pacotes, calculada por PP = (6 – P%) x 10, sendo P igual ao percentual médio de perda de pacotes. Para o cálculo, atribui-se 50 pontos para uma taxa média de perda de 1%, compatível com virtualmente todos os aplicativos da rede. Taxas de perdas superiores implicam em redução de pontos, chegando-se a zero pontos para perdas acima de 6%. PR – pontuação relativa ao retardo médio de entrega de pacotes, calculada por PR = 5500/Rmédio, sendo Rmédio o retardo médio medido para a entrega de pacotes. Para o cálculo, atribui-se 50 pontos para um valor medido de 110 milissegundos, que garante o funcionamento adequado de todos os aplicativos. Valores superiores a 110 milissegundos implicam em perda gradual de pontos. A pontuação mínima é de 100 pontos para uma rede de alta qualidade para seus usuários%.
Unidade de Medida		I
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		100%
Resultado do Indicador	**2012**	**155,17%**
	2011	**136,32%**
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 25, 26 e 27/03/2013. **2011:** Meta superada em 36%. Tal desempenho deve-se em grande parte à atualização da infraestrutura da Nova Rede Ipê, decorrente da adequação das conexões dos estados: Acre, Alagoas, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Tocantins, até então saturadas. O aumento significativo da qualidade tem grande impacto no desempenho desse indicador. A diminuição dos custos gerais do Backbone permitiu direcionar mais recursos para melhorar a capacidade de conexão com Manaus, tradicionalmente com custos elevados.
Nome		**4-Percentual de Disponibilidade Média da Rede**

Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso pela razão entre a média dos tempos de pleno serviço em cada um dos PoPs e o tempo total no período de observação mensal.
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		99,80%
Resultado do Indicador	**2012**	**99,89%**
	2011	**99,75%**
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 25, 26 e 27/03/2013. **2011:** A meta não foi atingida, mas o valor alcançado de 99,75 é próximo do pactuado, de 99,80. A topologia lógica da Rede Ipê é tecnicamente redundante, tolerante a uma falha de conectividade. Recentemente, foi identificada junto com a operadora a existência de caminho comum em fibras que deveriam percorrer caminhos distintos, tornando a rede mais vulnerável do que o esperado. O estabelecimento de enlace que interconecte os pontos de Pará e Tocantins, previsto para 2012, criará uma nova via de acesso ao Anel Norte-Nordeste da Rede Ipê, minimizando a vulnerabilidade identificada.
Nome		**5-Percentual de Organizações Atendidas na Capacidade Adequada**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso como a percentagem simples de instituições atendidas com sucesso, na banda estabelecida no Plano Operacional da Rede.
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		100%
Resultado do Indicador	**2012**	73,85%
	2011	Não se aplica
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 25, 26 e 27/03/2013. **2011:** O indicador não foi medido em decorrência de problemas decorrentes da falta de sincronia entre planejamento da RNP e liberação de recursos da parte do Governo Federal. A imprevisibilidade na liberação de recursos compromete sobremaneira a definição de metas e, consequentemente, o desempenho do indicador.
Nome		**6-Número de Serviços em Produção**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso pela média do número de serviços em produção e em uso pelas instituições, calculada nos últimos quatro anos.
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		10,75 U
Resultado do Indicador	**2012**	10,75 U
	2011	12 U
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 25, 26 e 27/03/2013. **2011:** Meta superada em 33%.
Nome		**7-Índice de Execução de Iniciativas Estratégicas de Apoio às Políticas Públicas**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso por uma nota atribuída de acordo com o desvio dos índices de

progresso de execução física das iniciativas estratégicas. O índice de progresso da execução física de cada iniciativa é calculado pela razão entre o progresso físico acumulado e a meta prevista para o período de avaliação. A meta prevista para o período de avaliação refere-se a um percentual da execução integral da iniciativa plurianual.

A relação entre nota e desvio é:

Relação entre nota e desvio do indicador 7

Desvio da meta (a menor)	Nota
Desvio ≤ 10%	10
10% < Desvio ≤ 20%	8
20% < Desvio ≤ 30%	6
30% < Desvio ≤ 40%	4
40% < Desvio ≤ 50%	2
50% < Desvio	0

Para cada iniciativa estratégica é atribuído um peso em função de sua relevância na composição do portfólio. Em 2012 ficou estabelecido que todas as iniciativas têm o mesmo peso, igual a 1. O valor do indicador expressa uma nota global do portfólio, que é calculada a partir da média ponderada das notas de cada iniciativa, da seguinte forma:

Equação 1 - Cálculo do Indicador

$$I_7 = \frac{1}{\sum_1^n P_i} \sum_{i=1}^{n} P_i . N_{7.i}$$

Sendo:

n - quantidade de iniciativas estratégicas (IE)

P_i – peso da iniciativa estratégica *i*

$N_{7,i}$ – nota da iniciativa estratégica *i*

Unidade de Medida		I
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		8
Resultado do Indicador	**2012**	8,8
	2011	Não se aplica
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 25, 26 e 27/03/2013. **2011:** A RNP apresentou proposta de cálculo para esse indicador que será feita por meio da média ponderada das iniciativas em expansão. A Comissão de Avaliação discutiu os diferentes aspectos envolvidos nessa ponderação (vinculação ao PPA,

		escala de priorização, dimensão dos investimentos) e concluiu pela utilização inicial de um peso uniforme. Além de identificadas as fases de desenvolvimento de cada iniciativa, deverão ser reunidas evidências que comprovem a conclusão de cada etapa.
Nome		**8-Número de Pessoas-hora Capacitadas em Cursos**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso pelo número de pessoas-hora capacitadas.
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		29.080 U
Resultado do Indicador	**2012**	**34.344 U**
	2011	**34.152 U**
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 25, 26 e 27/03/2013. **2011:** Meta superada em 17%. Esse resultado deve-se à ampliação do público-alvo de técnicos, em particular, á inclusão de gestores em TIC.
Nome		**9-Número de Iniciativas de Disseminação do Conhecimento em TICs**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso pelo somatório de iniciativas de disseminação do conhecimento em TIC realizadas com sucesso no ano de sua apuração.
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		20
Resultado do Indicador	**2012**	19
	2011	Não se aplica
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 25, 26 e 27/03/2013. **2011:** O indicador teve um caráter experimental, não sendo passível de avaliação por esta Comissão. Foram relacionadas as iniciativas e categorizadas segundo o grau de relevância para a RNP. A partir de 2012 a RNP definirá metas para esse indicador.
Nome		**10-Número de Comunidades de Interesse Atendidas**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso pelo somatório de comunidades ou públicos de interesse atendidos por meio do Plano Operacional de Relacionamentos Institucionais da RNP.
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		2 U
Resultado do Indicador	**2012**	**2 U**
	2011	**2 U**
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 25, 26 e 27/03/2013. **2011:** Meta plenamente atingida.
Nome		**11-Percentual de Pontos de Presença (PoPs) que Atuam com Grau de Excelência Padrão**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso pela razão entre o número de PoPs que atuam com grau de

		excelência igual ou acima do padrão estabelecido para o seu perfil e o número total de PoPs
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não definida (a metodologia de cálculo está em elaboração. Uma proposta será apresentada para a Comissão de Avaliação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (CA/MCTI), quando da reunião semestral de acompanhamento e avaliação de 2013).
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Não se aplica
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 25, 26 e 27/03/2013. **2011:** O indicador tem caráter experimental e sua metodologia de cálculo encontra-se em formulação.
Nome		**12-Índice de Qualidade da Gestão Organizacional**
Fórmula de Cálculo		Para a medição, é realizado o processo anual Avaliação e Diagnóstico da Gestão Para a medição, é realizado o processo anual de Autoavaliação Assistida e Diagnóstico da Gestão Organizacional, utilizando como referência o Modelo de Excelência da Gestão® (MEG), da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). O processo é conduzido por uma equipe de avaliadores internos, supervisionada por empresa certificada pela FNQ, e envolve todos os gestores, além de um grupo significativo de colaboradores. A aplicação da autoavaliação permite à RNP comparar o grau de aderência de suas práticas de gestão ao MEG com aquele das organizações que buscam o reconhecimento classe mundial de maturidade, bem como comparar o resultado obtido com aqueles de avaliações realizadas em anos anteriores. Em função dos pontos obtidos na autoavaliação, as organizações são classificadas em nove faixas: de uma organização embrionária, desprovida de processos organizados, a uma organização chamada classe mundial, que tem estabelecido o sistema da qualidade, com processos definidos e ciclos organizados, visando ao aprendizado e à melhoria contínuos. A figura a seguir mostra a curva de evolução de maturidade e seus respectivos estágios, bem como sua relação com as faixas de pontuação:
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não definida (a meta do indicador será pactuada em março de 2013 junto à

		CA/MCTI, quando da reunião de acompanhamento e avaliação de 2012).
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	Não se aplica
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 25, 26 e 27/03/2013. **2011:** O Programa de Mudança Organizacional (PMOrg-RNP) está em implementação até o fim de 2012. A partir de então será proposta a meta balizada tendo como parâmetro a fórmula de cálculo internacional de aderência ao Modelo de Gestão Institucional-MEG.
Nome		**13-Índice de Satisfação das Partes Interessadas**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso pela pontuação obtida com a aplicação da Pesquisa Anual de Satisfação das Partes Interessadas da RNP.
Unidade de Medida		Índice
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não definida (o piloto da nova Pesquisa Anual de Satisfação das Partes Interessadas foi realizado do segundo semestre de 2012 até o início de 2013).
Resultado do Indicador	**2012**	Não se aplica
	2011	74,4%
Análise do Indicador		**2012:** A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 25, 26 e 27/03/2013. **2011:** A pesquisa foi realizada com sucesso, em caráter experimental, tendo como resultado 74,4% de satisfação dos usuários de serviços da RNP. A organização informou que a metodologia deverá sofrer novos ajustes, bem como a ampliação do público-alvo.

Fonte: Contrato de Gestão MCTI/RNP; Relatório de Gestão 2012 da RNP; e Relatório Anual 2011 da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão.

QUADRO 125 - QUADRO B.37.11.A – AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DO CONTRATO DE GESTÃO – CGEE

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE
CNPJ	04.724.690/0001-82
Resultados	
Avaliação dos resultados da parceria no exercício	**Em 2011:** SATISFATÓRIO. **Em 2012:** Não houve tempo hábil para a elaboração de nota com a análise técnica do Relatório Anual de Execução Contrato de Gestão da OS e do Relatório Anual conclusivo 2012 da Comissão de Avaliação, comissão essa, que se reunirá de 03 a 04/04/2013.
Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício	Esta Unidade Jurisdicionada não tomou ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada por esta OS na execução de recursos públicos repassados a título de fomento de suas atividades por Contrato de Gestão firmado.
Parecer da Comissão de Avaliação	**Em 2011:** A Comissão se posicionou pela continuidade da parceria. **Em 2012:** O relatório anual e conclusivo 2012 da Comissão de Avaliação será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada em 03 e 04/04/2013.
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	**Em 2011:** O CGEE, ao obter a pontuação global 9,4, atingiu plenamente as metas pactuadas.

	Em 2012: O relatório anual e conclusivo 2012 da Comissão de Avaliação será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada em 03 e 04/04/2013.

Fonte: CGOS/MCTI

QUADRO 126 - QUADRO B.37.11.B – AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DO CONTRATO DE GESTÃO – CNPEM

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM
CNPJ	01.576.817/0001-75
Resultados	
Avaliação dos resultados da parceria no exercício	**Em 2011:** SATISFATÓRIO. **Em 2012:** Não houve tempo hábil para a elaboração de nota com a análise técnica do Relatório Anual de Execução Contrato de Gestão da OS e do Relatório Anual conclusivo 2012 da Comissão de Avaliação, comissão essa, que se reunirá de 20 a 21/03/2013.
Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício	Esta Unidade Jurisdicionada não tomou ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada por esta OS na execução de recursos públicos repassados a título de fomento de suas atividades por Contrato de Gestão firmado.
Parecer da Comissão de Avaliação	**Em 2011:** A Comissão se posicionou pela continuidade da parceria. **Em 2012:** O relatório anual e conclusivo 2012 da Comissão de Avaliação será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada de 20 a 21/03/2013.
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	**Em 2011:** O Centro atingiu plenamente o desempenho esperado, obtendo média global de 9,15. **Em 2012:** O relatório anual e conclusivo 2012 da Comissão de Avaliação será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada de 20 a 21/03/2013.

Fonte: CGOS/MCTI

QUADRO 127 - QUADRO B.37.11.C – AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DO CONTRATO DE GESTÃO – IDSM

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá - IDSM
CNPJ	03.119.820/0001-95
Resultados	
Avaliação dos resultados da parceria no exercício	**Em 2011:** SATISFATÓRIO. **Em 2012:** Não houve tempo hábil para a elaboração de nota com a análise técnica do Relatório Anual de Execução Contrato de Gestão da OS e do Relatório Anual conclusivo 2012 da Comissão de Avaliação, comissão essa, que se reunirá de 08 a 11/04/2013.
Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício	Esta Unidade Jurisdicionada não tomou ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada por esta OS na execução de recursos públicos repassados a título de fomento de suas atividades por Contrato de Gestão firmado.
Parecer da Comissão de Avaliação	**Em 2011:** A Comissão se posicionou pela continuidade da parceria. **Em 2012:** O relatório anual e conclusivo 2012 da Comissão de Avaliação será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada de 08 a 11/04/2013.
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	**Em 2011:** A nota obtida pela instituição foi de 9,48 que corresponde ao conceito “atingiu plenamente as metas compromissadas”. **Em 2012:** O relatório anual e conclusivo 2012 da Comissão de Avaliação será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada de 08 a 11/04/2013.

Fonte: CGOS/MCTI

QUADRO 128 - QUADRO B.37.11.D – AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DO CONTRATO DE GESTÃO – IMPA

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA
CNPJ	03.447.568/0001-43
Resultados	
Avaliação dos resultados da parceria no exercício	**Em 2011:** SATISFATÓRIO. **Em 2012:** Não houve tempo hábil para a elaboração de nota com a análise técnica do Relatório Anual de Execução Contrato de Gestão da OS e do Relatório Anual conclusivo 2012 da Comissão de Avaliação, comissão essa, que se reunirá de 18 a 19/03/2013.
Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício	Esta Unidade Jurisdicionada não tomou ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada por esta OS na execução de recursos públicos repassados a título de fomento de suas atividades por Contrato de Gestão firmado.
Parecer da Comissão de Avaliação	**Em 2011:** A Comissão se posicionou pela continuidade da parceria. **Em 2012:** O relatório anual e conclusivo 2012 da Comissão de Avaliação será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada de 18 a 19/03/2013.
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	**Em 2011:** A associação obteve a pontuação global dez ao atingir plenamente as metas pactuadas para o exercício. **Em 2012:** O relatório anual e conclusivo 2012 da Comissão de Avaliação será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada de 18 a 19/03/2013.

Fonte: CGOS/MCTI

QUADRO 129 - QUADRO B.37.11.E – AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DO CONTRATO DE GESTÃO - RNP

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP
CNPJ	03.508.097/0001-36
Resultados	
Avaliação dos resultados da parceria no exercício	**Em 2011:** SATISFATÓRIO. **Em 2012:** Não houve tempo hábil para a elaboração de nota com a análise técnica do Relatório Anual de Execução Contrato de Gestão da OS e do Relatório Anual conclusivo 2012 da Comissão de Avaliação, comissão essa, que se reunirá de 25 a 27/03/2013.
Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício	Esta Unidade Jurisdicionada não tomou ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada por esta OS na execução de recursos públicos repassados a título de fomento de suas atividades por Contrato de Gestão firmado.
Parecer da Comissão de Avaliação	**Em 2011:** A Comissão se posicionou pela continuidade da parceria. **Em 2012:** O relatório anual e conclusivo 2012 da Comissão de Avaliação será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada de 25 a 27/03/2013.
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	**Em 2011:** Não somente as metas pactuadas foram alcançadas como a RNP obteve nota máxima (10), o que é coerente com o esforço contínuo da organização para atingir e superar os padrões explicitados através dos indicadores. **Em 2012:** O relatório anual e conclusivo 2012 da Comissão de Avaliação será

	elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada de 25 a 27/03/2013.

Fonte: CGOS/MCTI

49.8 Estrutura de Pessoal da UJ para Acompanhamento dos Contratos de Gestão

QUADRO 130 - QUADRO B.37.12 – IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO

Identificação da Unidade Administrativa Responsável	
Nome	Coordenação-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais - CGOS
UG SIAFI da qual são Repassados os Recursos	240113
Atribuições da Unidade Responsável	Negociar, pactuar, supervisionar e avaliar o desempenho das organizações sociais e congêneres, conforme metas e indicadores estabelecidos nos Contratos de Gestão ou instrumentos similares; coordenar as reuniões das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão; analisar os relatórios das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão e instrumentos similares; acompanhar a execução das ações das organizações sociais estabelecidas no Plano Plurianual; apoiar e acompanhar a elaboração e execução do Planejamento Estratégico das organizações sociais, no que tange aos Contratos de Gestão; articular-se com órgãos congêneres de gestão no âmbito do poder executivo federal; e executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

Quantidade de Pessoas da UJ Envolvidas com o Acompanhamento dos Contratos de Gestão							
Direção e Assessoramento		**Cargo Efetivo sem Função ou Comissão**		**Estagiários**		**Terceirizados**	
Qtde.	**Custo (R$ 1,00)**	**Qtde.**	**Custo (R$ 1,00)**	**Qtde.**	**Custo (R$ 1,00)**	**Qtde.**	**Custo (R$ 1,00)**
2	69.883,84	6	413.868,00	-	-	1	R$ 60.838,68,00

49.9 Recursos da UJ Colocados à Disposição da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão

QUADRO 131 - QUADRO B.37.13.A – DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA - CGEE

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE
CNPJ	04.724.690/0001-82

Relação das pessoas da UJ colocadas à disposição da entidade privada

Nome	Ato de Designação	Cargo que ocupava na UJ	Cargo que ocupa na entidade	Data da cessão	Ônus para a UJ?
Ione Egler	Portaria nº 97 publicada no D.O.U dia 04/10/2011.	Analista em Ciência e Tecnologia Sênior III (MCTI)	Assessor Técnico	04/10/2011	Não

Relação dos bens móveis e imóveis cedidos pela UJ para a entidade privada no exercício

Descrição do bem	Móvel ou imóvel?	Data de aquisição	Valor de aquisição	Ato autorizador da cessão	Data da cessão	A propriedade foi transferida?
No exercício de 2012 não foi cedido nenhum Bem para o CGEE						

Fonte: Administração CGEE

QUADRO 132 - QUADRO B.37.13.B – DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA – CNPEM

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM
CNPJ	01.576.817/0001-75

Relação das Pessoas da UJ Colocadas à Disposição da Entidade Privada

Nome	Ato de Designação	Cargo que Ocupava na UJ	Cargo que Ocupa na Entidade	Data da Cessão	Ônus para a UJ?
Carlos Roberto Scorzato	Portaria nº 13, de 10 de março de 2000	Tecnico 3-III	Técnico em Eletrônica	10/03/2000	Sim
Fátima Sandra Marques Hollanda	Portaria nº 133, de 24 de agosto de 2010	Analista em C&T, Classe Sênior III	Assessora do Diretor-Geral	24/08/2010	Sim
Jair de Castro Araujo	Portaria nº 135, de 11 de setembro de 2002	Analista em C&T Senior	Assistente de Diretor de Administração	11/09/2002	Sim
José Fernando Gomes do Amaral Lapa	Portaria nº 13, de 10 de março de 2000	Assistente em C&T 3-III	Técnico na Area de Suprimentos	10/03/2000	Sim
José Guilherme Ribas Sophia Franco	Portaria nº 13, de 10 de março de 2000	Tecnologista Senior III	Tecnologista em Eletrônica – Líder de Grupo	10/03/2000	Sim

Jovan Guimarães Gadioli dos Santos	Portaria nº 1 de 04 de janeiro de 2012	Analista em Ciência e Tecnologia III	Diretor Administrativo	04/01/2012	Sim
Margarida Maria Silva Abreu de Lima	Portaria nº 13, de 10 de março de 2000	Analista em C&T Senior I	Líder da Biblioteca Geral	10/03/2000	Sim
Osmar Roberto Bagnato	Portaria nº 13, de 10 de março de 2000	Tecnologista Senior III	Tecnologista em Materiais – Líder de Grupo	10/03/2000	Sim
Roberto Pereira Medeiros	Portaria nº 13, de 10 de março de 2000	Analista em C&T Senior III	Assessor do Diretor-Geral	10/03/2000	Sim
Rui Henrique Pereira Leite de Albuquerque[23]	Portaria nº 73, de 27 de maio de 2002	Analista em C&T Senior III	Assessor do Diretor-Geral	27/05/2002	Sim
Waldir Lombas	Portaria nº 13, de 10 de março de 2000	Assistente em C&T 3 II	Técnico em Manutenção Geral	10/03/2000	Sim

Relação dos Bens Móveis e Imóveis Cedidos pela UJ para a Entidade Privada no Exercício

Descrição do Bem	Móvel ou Imóvel?	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Ato Autorizador da Cessão	Data da Cessão	A Propriedade Foi Transferida?
Não houve bens cedidos no exercício de 2012.						

Fonte: CNPEM/DG

QUADRO 133 - QUADRO B.37.13.C – DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA - IDSM

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá - IDSM
CNPJ	03.119.820/0001-95

Relação das pessoas da UJ colocadas à disposição da entidade privada

Nome	Ato de Designação	Cargo que ocupava na UJ	Cargo que ocupa na entidade	Data da cessão	Ônus para a UJ?
• **O IDSM não tem servidores públicos cedidos**					

Relação dos bens móveis e imóveis cedidos pela UJ para a entidade privada no exercício

Descrição do bem	Móvel ou imóvel?	Data de aquisição	Valor de aquisição	Ato autorizador da cessão	Data da cessão	A propriedade foi transferida?
Terreno com área de 127.595,00 m², situado no Bairro de Fonte Boa. Limita-se pela frente com o	Imóvel	10/01/1995	R$ 100.000,00	Contrato de Gestão	09/04/2007	Não

[23] Encerramento de cessão em 30/07/2012 (Portaria n. 256).

Lago de Tefé e fundo com a Estrada do Bexiga. O número da escritura do terreno é 2.984						
Veículo Automotor – Marca; Modelo: GM/Blazer; Cor: Branca Mahler; Chassi nº 9BG116ARVVC944777; Ano / Modelo: 1997/1997; Placa: JWN8952	Móvel	Ano 1997	Não Informado	Contrato de Gestão	27/05/2010	Não

Fonte: Administração IDSM

QUADRO 134 - QUADRO B.37.13.D – DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA - IMPA

Identificação da Entidade Contratada					
Nome	Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA				
CNPJ	03.447.568/0001-43				
Relação das pessoas da UJ colocadas à disposição da entidade privada					
Nome	**Ato de Designação**	**Cargo que ocupava na UJ**	**Cargo que ocupa na entidade**	**Data da cessão**	**Ônus para a UJ?**
Alcides Lins Neto	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Alexandre Maria de Oliveira	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Analista em C&T	Analista em C&T	06/08/2001	Sim
Alfredo Noel Iusem	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Aloísio Pessoa de Araújo	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
André Nachbin	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Arnaldo Leite Pinto Garcia	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Benar Fux Svaiter	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Benedito de Souza	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Carlos Augusto de Moraes	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Carlos Gustavo T. A. Moreira	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Carlos Roberto M. dos Santos	Portaria nº 064 de 16/05/03 MCT	Analista em C&T	Analista em C&T	21/05/2003	Sim

Carolina Celano Lima	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Analista em C&T	Analista em C&T	06/08/2001	Sim
César Leopoldo Camacho Manco	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Claudio Landim	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Claudio Luiz Fahl Santos	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Cristiana Silva C. Marques	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Tecnologista	Tecnologista	06/08/2001	Sim
Dan Marchesin	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Dion Villar Visgueiro	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Tecnologista	Tecnologista	06/08/2001	Sim
Eduardo de Sequeira Esteves	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Elenice dos Santos da Silva	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Fatima Ferreira Russo	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Analista em C&T	Analista em C&T	06/08/2001	Sim
Gilson Nunes Bouças	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Hermano Frid Neto	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Jonas de Miranda Gomes	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Jorge Passamani Zubelli	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
José Felipe Linares Ramirez	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
José Paulo Fahl Santos	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Karl Otto Stohr	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Lúcio Ladislao Rodriguez	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Luis Adrian Florit	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Luiz Carlos da Costa Moura	Portaria nº 098 de 31/07/01	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim

	MCT				
Luiz Carlos P. R. Velho	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Luiz Henrique de Figueiredo	Portaria nº 098 de 31/07/01 Secretaria Executiva do MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Marcelo Miranda V. da Silva	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Marcelo Peres Lopes	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Marcos Dajczer	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Marcus Vinícius S. Martins	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Maria Celano Maia	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Analista em C&T	Analista em C&T	06/08/2001	Sim
Miguel Antonio dos R. Filho	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Mikhail Vladimir Solodov	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Paulo Cézar Pinto Carvalho	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Paulo Roberto Grossi Sad	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Rafael José Iório Junior	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Roberto de Beauclair Seixas	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Tecnologista	Tecnologista	06/08/2001	Sim
Rogério de Souza Silva	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Rogério Dias Trindade	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Ronaldo de Souza Silva	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Rosana de Souza Silva	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Sidney da Silva Teixeira	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Sonia Maria Alves	Portaria nº 098 de 31/07/01	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim

	MCT				
Suely Torres de M. S. Lima	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Analista em C&T	Analista em C&T	06/08/2001	Sim
Vladas Sidoravicius	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Welington Celso de Melo	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim

Relação dos bens móveis e imóveis cedidos pela UJ para a entidade privada no exercício

Descrição do Bem	Móvel ou Imóvel?	Data de Aquisição	Valor de aquisição	Ato autorizador da cessão	Data da cessão	A propriedade foi transferida?
-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Administração IMPA

QUADRO 135 - QUADRO B.37.13.E – DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA - RNP

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	RNP - Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
CNPJ	03.508.097\0001-36

Relação das pessoas da UJ colocadas à disposição da entidade privada

Nome	Ato de Designação	Cargo que ocupava na UJ	Cargo que ocupa na entidade	Data da cessão	Ônus para a UJ?
-	-	-	-	-	-

Relação dos bens móveis e imóveis cedidos pela UJ para a entidade privada no exercício

Descrição do bem	Móvel ou imóvel?	Data de aquisição	Valor de aquisição	Ato autorizador da cessão	Data da cessão	A propriedade foi transferida?
Não houve bens cedidos no exercício de 2012	-	-	-	-	-	-

Fonte: Gerência de Recursos Humanos e Gerência Financeira / Contábil da RNP

ANEXOS

Anexo I – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira

PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Quadro A.11.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			**Código da UGR**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP			**240113**
Após análise dos registros contábeis e conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial inclusos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, assim como o demonstrativo levantado por Unidade Gestora Responsável – UGR, relativos ao exercício de 2012, refletem a adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP, observando apenas que as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	**Brasília, DF**	**Data**	**25/02/2013**
Contador Responsável	**Eliana Yukiko Takenaka**	**CRC nº**	**DF-006666/O-1**

ASCOF

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais - ASCOF

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Brasília, Março/2013

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria – TCU n° 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno.

Unidade Agregada: 240139

Brasília, Março/2013

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCOF – Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

CGRH - Coordenação-Geral de Recursos Humanos

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

SEXEC – Secretaria Executiva do MCTI

SUMÁRIO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA 6
1.1.3 Relatório de Gestão Agregado 6
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE 7
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL 7
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS 9
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO 9
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS 10
2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 18
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA 18
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 19
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES 19
2.4 INDICADORES 20
3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 21
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS 21
4.2.3 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA 23
6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 24
6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS 24
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada 24
6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho 25
6.1.2.1 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE 26
10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012. 28
10.3. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI N° 8.730/93 28
10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93 28
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 29
11.2.1 Declaração Plena 29
CONCLUSÃO 30
ANEXO 31

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS.

Quadro A.1.3 - Identificação – Relatório de Gestão Agregado 6
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ 21
QUADRO A.4.11 – Movimentação Orçamentária Por Grupo De Despesa 23
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 24
Quadro A.6.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - Situação em 31/12/2012.....25
Quadro A.6.4 – Quantidade de Servidores da UJ por faixa etária- Situação em 31/12/2012 26
Quadro A.6.5 – Quantidade de Servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação em 31/12/2012 27
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....28
Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....29

1 Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.3 Relatório de Gestão Agregado

QUADRO A.1.3 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			**Código SIORG**: 1988
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
Denominação Completa: Secretaria Executiva			
Denominação Abreviada: SEXEC			
Código SIORG: 003234	**Código na LOA:** 24101		**Código SIAFI:** 240112
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		**CNPJ: 01.263.896/0001-64**	
Principal Atividade: Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais			
Telefones/Fax de Contato:	(061) 2033-7702	(061) 2033-8652	(061) 2033-7764
Endereço Eletrônico: executiva@mct.gov.br			
Página na Internet: http://www.mct.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco E, 5º andar – CEP:70067-900 Brasília-DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas			
Número de Ordem: 02			
Denominação Completa: Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais			
Denominação Abreviada: ASCOF			
Código SIORG: 003243	**Código na LOA:**		**Código SIAFI:** 240139
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		**CNPJ:** 01.263.896/0023-70	
Principal Atividade: Execução das Despesas Operacionais dos Fundos Setoriais			**Código CNAE:** 8411600
Telefones/Fax de Contato:	(061)2033-7500	(061) 2033-8030	(061) 2033-7691
E-mail: fundossetoriais@mct.gov.br			
Página na Internet: http://www.mct.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco E, 5º andar – sala 568 CEP:70067-900 Brasília-DF			
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto 91.146, de 15 de março de 1985 Decreto 5886, de 06 de setembro de 2006 Portaria 758, de 03 de outubro de 2006			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
240139	ASCOF		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
240139		00001	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

I. **Competência Institucional**

De acordo com o artigo 64 da Portaria MCT nº 758, de 03.10.2006, compete à Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais:

i) assessorar e apoiar a Secretaria-Executiva no planejamento e coordenação dos Fundos Setoriais destinados a financiar programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, em conformidade com as políticas e estratégias estabelecidas pelo Ministério;

ii) orientar e apoiar o planejamento e a supervisão de estudos, visando o estabelecimento de normas e procedimentos dos Fundos Setoriais, bem como acompanhar a evolução dos recursos a eles destinados;

iii) promover a gestão dos Fundos Setoriais no que se refere a sua implementação, acompanhamento de execução e avaliação;

iv) elaborar e divulgar calendários de chamadas públicas e outros instrumentos de seleção de propostas para ações dos Fundos Setoriais; e

v) promover e coordenar a articulação com as agências do Ministério e entidades relacionadas com as atividades dos Fundos Setoriais.

1.3 Organograma Funcional

A Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais/ASCOF é uma instância vinculada à Secretaria Executiva do MCTI, criada pelo Decreto 5.886, de 06 de setembro de 2006, com a finalidade geral de prover apoio à gestão operacional dos Fundos Setoriais. Suas atividades estão previstas pelo referido Decreto, pela Portaria MCT nº 758, de 03 de outubro de 2006 e pela Instrução Normativa do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/FNDCT nº 2, de 22 de dezembro de 2010. Conforme ilustrado no organograma que compõe o Anexo I, está estruturada em sete divisões, cujas atribuições são as seguintes:

a) Chefia da ASCOF

- Auxiliar o Ministro de Estado e ao Secretário Executivo do MCTI na definição de diretrizes e na implementação de ações relativas aos Fundos Setoriais;
- Realizar a interlocução entre a ASCOF e as demais autoridades associadas aos Fundos Setoriais;
- Definir as diretrizes para atuação da ASCOF, estabelecer seus objetivos anuais e controlar seu cumprimento;
- Supervisionar a preparação das pautas das reuniões do Comitê de Coordenação dos Fundos, do Conselho Diretor do FNDCT e dos Comitês Gestores.

b) Coordenação Geral da ASCOF

- Elaborar planos de atividades para as demais unidades da ASCOF, a partir das diretrizes emanadas do Chefe da ASCOF, coordenar e supervisionar seu cumprimento;
- Coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à administração de recursos humanos, material e patrimônio no âmbito da ASCOF;
- Supervisionar e controlar o recebimento, a movimentação e a expedição de documentos e correspondências de interesse da ASCOF;
- Prestar apoio técnico e administrativo às reuniões do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais e do Conselho Diretor do FNDCT.

c) Orçamento

- Preparar a pré-proposta orçamentária dos Fundos Setoriais – PPLOA;
- Apoiar a elaboração da proposta orçamentária dos Fundos Setoriais – PLOA;
- Acompanhar a arrecadação e evolução dos recursos destinados aos Fundos Setoriais;
- Apoiar e acompanhar a elaboração e execução dos planos de investimento dos Fundos Setoriais;
- Acompanhar a execução orçamentária e financeira dos Fundos Setoriais;
- Realizar reuniões periódicas do Grupo de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira dos Fundos Setoriais;
- Elaborar relatórios mensais e anuais consolidados sobre a execução dos recursos dos Fundos Setoriais;
- Prover apoio técnico, no que diz respeito aos temas orçamento e finanças relacionados com os Fundos Setoriais, às Secretarias Técnicas, Gabinete do Ministro, Secretarias e Agências do MCTI.

d) Programação

- Consolidar a versão final dos Termos de Referência relativos às ações constantes dos Planos de Investimento Anuais dos Fundos Setoriais; Encaminhar os Termos de Referência às agências CNPq e FINEP.
- Realizar o acompanhamento, junto às agências CNPq e FINEP, do trâmite dos Termos de Referências: lançamento de editais, abertura de links para encomendas, julgamentos, contratações, empenhos e desembolsos;
- Apoiar a elaboração e o acompanhamento dos Planos de Investimento Anuais dos Fundos Setoriais.

e) Avaliação

- Definir e implementar metodologia, sistemática e indicadores para avaliação do Fundos Setoriais;
- Conceber e validar os instrumentos e sistemas tecnológicos utilizados na avaliação;
- Aplicar os instrumentos de avaliação aos coordenadores dos projetos selecionados de acordo com metodologia previamente definida e prestar-lhes apoio durante a coleta de dados;
- Tabular e analisar os resultados da coleta de dados e elaborar estudos e relatórios técnicos a partir desses insumos;
- Realizar a divulgação dos resultados dessas avaliações para os gestores do Fundos Setoriais, de modo a retroalimentar o processo de planejamento e decisão de aplicação de novos recursos.

f) Administração/Unidade Gestora

- Realizar, por intermédio da Unidade Gestora, a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, das despesas operacionais da ASCOF e dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais no âmbito do MCTI, em conformidade com Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;
- Organizar a logística e o apoio administrativo às reuniões dos Comitês Gestores;
- Providenciar passagens e diárias para os membros dos Comitês Gestores e demais colaboradores da ASCOF;
- Suprir e controlar as necessidades de material e equipamentos da ASCOF;
- Apoiar a ASCOF nas demandas por serviços, estudos e seminários necessários ao cumprimento de suas atribuições.

g) Secretarias Técnicas

- Apoiar a elaboração do Plano de Investimento Anual dos Fundos Setoriais;
- Organizar e secretariar as reuniões dos comitês gestores;
- Elaborar estudos, documentos e demais relatórios relativos aos Fundos Setoriais;
- Dar encaminhamento e acompanhar a execução das deliberações dos comitês gestores;
- Manter os Comitês Gestores informados sobre a evolução dos termos de referências nas agências: lançamento de editais/abertura de links para encomendas, julgamento, contratações, empenhos e desembolsos;
- Realizar o acompanhamento das ações finalísticas contratadas com recursos dos Fundos Setoriais;
- Prestar apoio técnico à avaliação das ações dos Fundos Setoriais.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos da ASCOF referem-se ao assessoramento e ao apoio à Secretaria-Executiva no planejamento e coordenação dos Fundos Setoriais destinados a financiar programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, em conformidade com as políticas e estratégias estabelecidas pelo Ministério; a promoção da gestão dos Fundos Setoriais, no que se refere a sua implementação, acompanhamento de execução e avaliação; elaboração e divulgação dos calendários de chamadas públicas e outros instrumentos de seleção de propostas para ações dos Fundos Setoriais, bem como a promoção e a coordenação com as agências do Ministério (FINEP e CNPq) e entidades relacionadas com as atividades dos Fundos Setoriais (Agências Reguladoras e Ministérios).

Em 2012, os macroprocessos finalísticos foram realizados da seguinte forma:

1. Mapeamento das demandas verticais e transversais tomando por base a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação/ENCTI para subsidiar o planejamento das ações a serem financiadas pelos Fundos setoriais em 2012 por meio de reuniões com técnicos das secretarias finalísticas do MCTI e dos ministérios setoriais;
2. Elaboração do Plano de Investimento Anual dos Fundos Setoriais, a partir das deliberações dos Comitês Gestores, do Conselho Diretor e do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais e sua adequação do Plano de Investimento dos Fundos Setoriais à ENCTI; e
3. Monitoramento da execução orçamentária e financeira.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio da ASCOF referem-se às atividades de acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos Fundos Setoriais; organização da logística e apoio administrativo às reuniões dos Comitês Gestores, do Comitê de Coordenação dos Fundos setoriais, do Comitê de Coordenação Executiva do FNDCT e do Conselho Diretor do FNDCT, incluindo o acompanhamento da emissão de diárias e passagens dos membros que participam das respectivas reuniões. Além disso, a unidade de apoio supre e controla as necessidades de material e equipamentos da Assessoria e define e implementa sistemas de suporte à gestão das atividades da Assessoria.

Em 2012, os macroprocessos de apoio foram realizados da seguinte forma:

1. Elaboração do Plano de Investimento Anual dos Fundos Setoriais, a partir das deliberações dos Comitês Gestores, do Conselho Diretor e do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais:

2. Suporte à elaboração e encaminhamento dos termos de referência referentes às ações verticais para as agências operacionais para implementação das deliberações dos Comitês Gestores;
3. Suporte à elaboração e encaminhamento dos termos de referência referentes às ações transversais, a partir das deliberações do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais;
4. Acompanhamento da programação e distribuição regional das ações dos Fundos Setoriais, em observância às normas legais que preveem a aplicação de 30% dos recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste e, no caso do Fundo do Petróleo e Gás Natural, 40% para o Norte e Nordeste.
5. Monitoramento da execução orçamentária e financeira dos Fundos Setoriais;
6. Execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial das despesas operacionais da ASCOF no âmbito deste MCTI;
7. Apoio técnico, operacional e administrativo aos Comitês Gestores, Comitê de Coordenação e Conselho Diretor do FNDCT, que inclui: organização das reuniões; definição de pauta; elaboração de documentos, relatórios e planilhas; implementação e acompanhamento das decisões tomadas.

1.6 Principais Parceiros

Para o alcance dos seus objetivos, a Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais conta com apoio de diversos parceiros internos, especificamente, as Secretárias finalísticas do MCTI, além da SPOA e do Gabinete da Secretária Executiva.

Entre os parceiros externos, vele citar a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ e Agência Espacial Brasileira - AEB, as agências reguladoras – ANEEL, ANP; ANA; a Petrobrás, entre outros. Vale citar também as parcerias com os ministérios setoriais que têm acento nos comitês Gestores dos Fundos Setoriais na definição de prioridades e estratégias, tais como:

- Saúde;
- Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- Pesca e Aquicultura;
- Educação;
- Defesa;
- Minas e Energia;
- Meio Ambiente; e
- Transporte

INTRODUÇÃO

A atuação da Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais - ASCOF está centrada no planejamento, coordenação e supervisão das ações dos Fundos Setoriais em estreita consonância com os Colegiados que fazem parte da estrutura decisória dos Fundos.

Por intermédio da Unidade Gestora – UG 240139 - é realizada a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial das despesas operacionais da Assessoria, dando suporte aos Comitês Gestores, ao Comitê de Coordenação e Conselho Diretor do FNDCT em conformidade com Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Nesse contexto foi elaborado o Relatório de Gestão do exercício de 2012, onde a ASCOF está inserida como Unidade Agregada, no âmbito da Unidade Jurisdicionada – UJ – SEXEC.

A execução orçamentária e financeira da ASCOF, para a realização das despesas operacionais dos fundos setoriais, está suportada por parte do percentual máximo de 5% (cinco por cento) estabelecido pela Lei nº 11.540/2007 para o FNDCT/Fundos Setoriais.

Por não ter programação específica na LOA, muitos dos itens solicitados neste Relatório de Gestão não se aplicam à ASCOF ou, em alguns casos, não ocorreram no período. A discriminação desses itens, bem como a justificativa para sua não aplicação ao caso da ASCOF, está listada abaixo.

- Item 3.1 Estrutura de Governança
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF por ser uma Assessoria, não tem estrutura própria de governança.

- Item 3.3 Remuneração Paga a Administradores
  Quadro A.3.2 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal
  Quadro A.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores
  Quadro A.3.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF não possui membros de Diretoria e de Conselho.

- Item 3.4 Sistema de Correição
- Item 3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF por ser uma Assessoria, não tem estrutura nem atividade do sistema de correição. As atividades de sindicância e PAD, no âmbito do MCTI, são conduzidas pela SPOA.

- Item 4.1 Informações sobre Programação do PPA de Responsabilidade da UJ
  Quadro A.4.1 – Programa de Governo Constante de PPA – Temático
  Quadro A.4.2 - Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ
  Quadro A.4.3 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ
  Quadro A.4.4 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ
  Quadro A.4.5 – Programa de Governo Constante do PPA – De Gestão e Manutenção
  Quadro A.4.6 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ.
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade de gerir programas de Governo inscritos na Lei do Plano Plurianual**.**

- 4.2. – Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa
  Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ
  Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes
  Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital
  Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesa e da Reserva de Contingência
  Quadra A.4.12 – Despesas por Modalidades de Contratação – Créditos Originários

Justificativa da não aplicação: A ASCOF não é uma UO e sua Unidade Gestora não registrou contabilmente créditos atribuídos originariamente pela LOA nem créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício.

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários
Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
Justificativa da não aplicação: A ASCOF não efetuou no exercício esse tipo de despesa.

- Item 5.1 Reconhecimento do Passivo

Quadro A.5.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
Justificativa da não aplicação: A ASCOF não trabalha com as contas contábeis dessa natureza.

- Item 5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
Justificativa da não aplicação: na ASCOF, não houve nenhum registro de Restos a Pagar no exercício

- Item 5.3 Transferências de Recursos

Quadro A.5.3 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência
Quadro A.5.4 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios
Quadro A.5.5 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes
Quadro A.5.6 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contrato de Repasse.
Quadro A.5.7 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de repasse.
Justificativa da não aplicação: A ASCOF não realizou, no período, transferências a título de convênio, termo de cooperação e de contrato de repasse ou outros instrumentos congêneres.

- Item 5.4 Suprimento de Fundos

Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos (SF)
Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos por UG e por suprido (conta tipo "B")
Quadro A.5.10 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador
Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por Meio da Conta tipo "B" e por Meio de Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)
Quadro A.5.12 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (conta tipo "B" e CPGF)
Justificativa da não aplicação: A ASCOF não realizou no período, despesas por meio de Suprimento de Fundos e não utilizou Cartão de Crédito Corporativo no exercício 2012

- Item 5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

Quadro A.5.13 – Renúncias Tributárias Sob Gestão da UJ
Quadro A.5.14 – Valores Renunciado e Respectiva Contrapartida
Quadro A.5.15 – Contribuintes Beneficiados Pela Renúncia – Pessoas Físicas
Quadro A.5.16 - Contribuintes Beneficiados Pela Renúncia – Pessoas Jurídicas
Quadro A.5.17 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas
Quadro A.5.18 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas

Quadro A.5.19 – Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela Própria UJ
Quadro A.5.20 – Prestações de Contas de Renúncia de Receita
Quadro A.5.21 – Comunicações à RFB
Quadro A.5.22 – Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
Quadro A.5.23 – Ações da RFB
Justificativa da não aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade sobre renúncias Tributárias.

- Item 5.6 Gestão de Precatórios
  Quadro A.5.24 – Requisições e Precatórios – Administração Direta
  Quadro A.5.25 - Requisições e Precatórios – Administração Indireta
  Justificativa da não aplicação: Não houve pagamento de Precatórios pela ASCOF

- Item 6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos
  Quadro A.6.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12
  Quadro A.6.6 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referencia e nos Dois Anteriores
  Quadro A.6.7 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12
  Quadro A.6.8 – Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12
  Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (art 3º da IN TCU 55/2007)
  Quadro A.6.10 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (art 3º da IN TCU 55/2007)
  Quadro A.6.11 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC
  Quadro A.6.12 - Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (art 14 da IN TCU 55/2007)
  Quadro A.6.13 – Atuação do OCI Sobre os Atos Submetidos a Registros
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade em gestão de pessoal

- Item 6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários
  Quadro A.6.14 – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada.
  Quadro A.6.15 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da de Concurso Público de Provimento Adicional Autorizados.
  Quadro A.6.16 – Autorizações Para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional Para Substituição de Terceirizados.
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade pela gestão dos funcionários terceirizados.
  Quadro A.6.17 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF não realizou contrato de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva no período.
  Quadro A.6.18 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF não realizou contrato de prestação de serviços de locação de mão de obra.
  Quadro A.6.19 – Composição do Quadro de Estagiários.
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade pela gestão de cadastro de estagiários.

- Item 7.1 Gestão de Frota de Veículos Próprios e Contratos de Terceiros
- Item 7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário
  Quadro A.7.1- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.
  Quadro A.7.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ.
Justificativa da não aplicação: A ASCOF não tem imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade

- Item 8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)
  Quadro A.8.1- Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade sobre Gestão de Tecnologia da Informação – TI

- Item 9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
  Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF não realiza processos licitatórios para a aquisição de bens/contratação de serviços no período

- Item 9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água
  Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF não faz adesão a programas de gestão da sustentabilidade ambiental.

- Item 10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

  Quadro A.10.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.
  Quadro A.10.2 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF não foi, no exercício, objeto de referência de deliberações do TCU
  Quadro A.10.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.
  Quadro A.10.4 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF não recebeu no exercício, recomendações do OCI

- Item 10.2 Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF, por ser uma Assessoria Interna do MCTI, não possui Unidade de Auditoria.

- Item 10.4 Modelo de Declaração Atualização de Dados no SIASG e SICONV
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF não realizou, no período nenhum contrato, convênio ou instrumentos congêneres no exercício de 2012.

- Item 11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis
  Quadro A.11.2 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Não Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada.
  Justificativa da não aplicação: As demonstrações contábeis da ASCOF refletem sua adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial

- Item 11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais
  Quadro A.11.3 – Composição Acionária do Capital Social.
  Quadro A.11.4 – Investimentos Permanentes em outras Sociedades.

Justificativa da não aplicação: A ASCOF não é uma empresa da Administração Pública Federal

- Item 13.1 Informações Sobre o Fundo Partidário a Serem Prestadas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE
  Quadro B.1.1 – Relação dos Partidos.
  Quadro B.1.2 – Composição do Montante Arrecadado Pelo Fundo Partidário.
  Quadro B.1.3 – Distribuição dos Valores do Fundo Partidário aos Partidos no Exercício 2012.
  Quadro B.1.4 – Partidos que Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência.
  Quadro B.1.5 - Partidos que Não Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência.
  Quadro B.1.6 – Situação de Prestação de Contas das Direções Nacionais dos Partidos.
  Quadro B.1.7 – Julgamento das Contas das Direções Nacionais dos Partidos.
  Quadro B.1.8 – Relação dos Diretórios de Partido no Estado.
  Quadro B.1.9 – Discriminação das Cotas do Fundo Partidário Recebidas pelos Diretórios Estaduais das Direções Nacionais dos Partidos.
  Quadro B.1.10 – Diretórios Estaduais que Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência.
  Quadro B.1.11 - Diretórios Estaduais que Não Prestaram Contas Relativas ao Exercício de 2011.
  Quadro B.1.12 – Julgamento das Contas dos Diretórios Estaduais dos Partidos.
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral

- Item 16.1 Evolução da Situação Financeira dos Fundos Constitucionais de Financiamento.
  Quadro B.4.1 – Operações Contratadas com Riscos Compartilhado e Integral do Fundo e do Banco Operador.
  Quadro B.4.2 – Créditos de Liquidação Duvidosa de Operações Contratadas.
  Quadro B.4.3 – Prejuízos Contabilizados no Exercício 2012.
  Quadro B.4.4 – Ressarcimentos Efetuados pelo Banco Operador ao Fundo no Exercício de 2012, Decorrentes de Perdas em Operações de Risco Compartilhado.
  Quadro B.4.5 – Ações de Cobranças Judiciais Ajuizadas no Exercício de Referência do Relatório de Gestão.
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF não tem sob sua responsabilidade a gestão de Fundos Constitucionais de Financiamento (definido no art.159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal)

- Item 18.1 Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão TCU nº 408/2002 Plenário e Modificações Posteriores
  Quadro B.6.1 - Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU Nº 408/2002
  Quadro B.6.2 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU Nº 408/2002
  Quadro B.6.3 – Relação de Projetos Desenvolvidos Pelas Fundações de Apoio
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF não é uma Instituição Federal de Ensino Superior – IFES

- Item 19.1 Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005
  Quadro B.7.1 – Resultado dos Indicadores – Acórdão TCU Nº 2.267/2005

- Item 19.3 Relação do Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio
  Quadro B.7.2 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF não é uma Fundação de Apoio às IFET

- Item 20.1 Indicadores de Gestão das ICT nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005
  Quadro B.8.1 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU Nº 2.267/2005
  Quadro B.8.2 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF não é uma Fundação de Apoio às ICT

- Item 23.1 Análise da Situação Econômico-Financeira
  Quadro B.11.1 – Indicadores Análise da Situação Econômico-financeira

- Item 23.2 – Análise da Distribuição da Riqueza Gerada pela UJ
  Quadro B.11.2 – Análise da Distribuição da Riqueza Gerada pela UJ
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF, dada as suas característica e atribuições, não desempenha esse tipo de atividades

- Item 26.1 Metas e Indicadores Operacionais Complementares
  Quadro B.14.1 – Indicadores para Análise de Desempenho de Mercado da Instituição
  Quadro B.14.2 – Relação dos Programas e Ações de Responsabilidade da Unidade
  Quadro B.14.3 – Relação dos Programas de Governo ou dos Fundos Executados que não estão sob a Responsabilidade da Unidade
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF, dada as suas característica e atribuições, não desempenha esse tipo de atividades

- Item 28.1 Contratação de Consultores na Modalidade "Produto"
  Quadro B.16.1 – Consultores Contratados na Modalidade "Produto" no âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF, não contratou Consultores no âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais no exercício

- Item 29.1 Quantitativo de Terceirizados Irregulares
  Quadro B.17.1 – Quantitativo de Terceirizados Irregulares na Administração Direta, Autárquica ou Fundacional.
  Quadro B.17.2 – Providências Adotadas para Substituição de Servidores Terceirizados Irregulares por Servidores Concursados (Acordão TCU 1.520/2006)
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade pela gestão dos funcionários terceirizados.

- Item 30.1 Captações Realizadas e Ações de Fiscalização Empreendidas
  Quadro B.18.1- Captações Realizadas em Projetos de Obras de Audiovisual e Ações de Fiscalização Empreendidas
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF, dada as suas característica e atribuições, não desempenha esse tipo de atividades

- Item 31.1 Supervisão de Contratos de Gestão Celebrados com Organizações Sociais

  Quadro B.19.1 – Informações sobre Contrato de Gestão Supervisionado pela UJ.
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF, não tem sob a sua responsabilidade Contratos de Gestão

- Item 42.1 Imóveis Alienados em 2012 em Consonância com o Plano Nacional de Desimobilização – PND
  Quadro B.30.1 – Evolução do Plano Nacional de Desimobilização no Exercício de 2012

Justificativa da não aplicação: A ASCOF, dada as suas característica e atribuições, não desempenha esse tipo de atividades.

- Item 49.1 Informações sobre os Contratos de Gestão Celebrados
  Quadro B.37.1 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício

- Item 49.2 Composição e Atuação do Conselho de Administração
  Quadro B.37.2 – Relação dos Membros do Conselho de Administração
  Quadro B.37.3 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões
  Quadro B.37.4 – Demonstração dos Valores Mensais Repassados no Exercício
  Quadro B.37.5 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por Meio de Contrato de Gestão
  Quadro B.37.6 – Demonstrativo da Remuneração do Pessoal da Entidade Signatária do Contrato de Gestão
  Quadro B.37.7 – Relação dos Membros da Comissão de Avaliação
  Quadro B.37.8 – Demonstrativo das Prestações de Contas Apresentadas no Exercício
  Quadro B.37.9 – Valores Repassados e Avaliação das Metas do Contrato de Gestão
  Quadro B.37.10 – Indicadores de Desempenho Pactuado e seus Resultados
  Quadro B.37.11 – Avaliação Geral dos Resultados do Contrato de Gestão
  Quadro B.37.12 – Identificação da Estrutura de Pessoal da Unidade Responsável pelo Acompanhamento
  Quadro B.37.13 – Discriminação dos Recursos da UJ Colocados à Disposição da Entidade Privada
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão

- Item 50.1 Avaliação do Termo de Parcerias Celebrado pela Unidade Jurisdicionada
  Quadro B.38.1 – Identificação dos Termos de Parceria Vigentes no Exercício
  Quadro B.38.2 – Demonstração dos Valores Mensais Repassados no Exercício em Razão de Termo de Parceria
  Quadro B.38.3 – Dados Agregados dos Termos de Parceria de Exercícios Antecedentes ao de Referência
  Quadro B.38.4 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (ART.11,§1º da Lei nº 9.790/99)
  Quadro B.38.5 – Demonstrativo das Prestações de Contas Apresentadas no Exercício
  Quadro B.38.6 – Demonstrativo dos Indicadores Pactuados com Entidades Parceira
  Justificativa da não aplicação: A ASCOF, não tem sob a sua responsabilidade, Termos de Parceria Celebrados.

2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

Em cumprimento às suas atribuições na gestão dos Fundos Setoriais, a ASCOF elaborou o seguinte Plano de Trabalho para 2012:

- Realizar 04 (quatro) Reuniões ordinárias do Conselho Diretor do FNDCT;
- Realizar 60 (sessenta) Reuniões dos Comitês Gestores;
- Realizar 02 (dois) Seminários dos Fundos Setoriais;
- Realizar 24 (vinte e quatro) Reuniões Técnicas (de planejamento, acompanhamento e avaliação); e
- Contratação de Serviços de Informática para aperfeiçoar os sistemas de suporte à gestão dos fundos setoriais em uso na ASCOF.

Em razão do limite de empenho aplicado ao orçamento do FNDCT, de cerca de 35%, o processo de definição do Plano Anual de Investimento dos fundos setoriais iniciou efetivamente no segundo semestre de 2012, a partir da reunião do Conselho Diretor, em 15 de agosto de 2012, que aprovou as diretrizes para aplicação de recursos transversais entre os eixos da ENCTI e as diretrizes para as deliberações das ações verticais pelos Comitês Gestores. Em razão da disponibilidade dos recursos para novas aplicações em 2012, os Comitês Gestores se reuniram em setembro de 2012 com a orientação de priorizar ações verticais com viabilidade de operacionalização pelas agências FINEP e CNPq no exercício, que fossem priorizados por viabilidade de implantação e que avaliassem a oportunidade de apoiar ações transversais que tivessem aderência aos respectivos fundos setoriais.

Foram desenvolvidas as seguintes atividades no exercício de 2012

1) Elaboração do Plano de Investimento Anual dos Fundos Setoriais, a partir das deliberações dos Comitês Gestores, do Conselho Diretor e do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais:

1.1) Adequação do Plano de Investimento dos Fundos Setoriais com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação/ENCTI.

1.2) Acompanhamento da programação e distribuição regional das ações dos Fundos Setoriais, em observância às normas legais que preveem a aplicação de 30% dos recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste e, no caso do Fundo do Petróleo e Gás Natural, 40% para o Norte e Nordeste.

1.3) Detalhamento das Ações Verticais, a partir das deliberações dos Comitês Gestores, garantindo a aderência ao escopo de cada Fundo Setorial, conforme lei de criação específica;

2) Monitoramento da execução orçamentária e financeira: foi estabelecida uma sistemática de acompanhamento da execução orçamentária e financeira com as agências FINEP e CNPq, procedimento que se mostrou altamente eficaz para o cumprimento do objetivo principal de aplicar todo o orçamento disponível no âmbito dos Fundos Setoriais, possibilitando identificar problemas, distorções e inadequações e encaminhar correções e soluções em tempo hábil.

3) A execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial das despesas operacionais da Assessoria e dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais no âmbito deste MCT foi realizada pela Unidade Gestora da ASCOF (240139) em conformidade ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. A respectiva UG foi criada pela Portaria nº 219 de 11 de abril de 2007, publicada no DOU de 13 de abril de 2007, e é parte integrante da estrutura organizacional do MCTI, de acordo com o Decreto nº 5.886, de 06 de setembro de 2006.

4) Apoio técnico, operacional e administrativo aos Comitês Gestores, Comitê de Coordenação e Conselho Diretor do FNDCT. A ASCOF, dentro de seu papel de Secretaria Técnica e de Apoio

aos Comitês que fazem parte da estrutura de decisão no âmbito dos Fundos, exerceu um papel central na organização das reuniões, definição de pauta, elaboração de documentos, relatórios e planilhas e implementação das decisões tomadas. Seu corpo técnico é responsável pela secretaria de todas as reuniões, elaboração dos documentos, apoio logístico, atas e encaminhamento das deliberações.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

As atribuições da ASCOF se relacionam com o assessoramento à SEXEC na gestão dos Fundos Setoriais.

Em razão do limite de empenho aplicado ao orçamento do FNDCT, de cerca de 35%, o processo de definição do Plano Anual de Investimento dos fundos setoriais iniciou efetivamente no segundo semestre de 2012, a partir da reunião do Conselho Diretor, em 15 de agosto de 2012, que aprovou as diretrizes para aplicação de recursos transversais entre os eixos da ENCTI e as diretrizes para as deliberações das ações verticais pelos Comitês Gestores. Em razão da disponibilidade dos recursos para novas aplicações em 2012, os Comitês Gestores se reuniram em setembro de 2012 com a orientação de priorizar ações verticais com viabilidade de operacionalização pelas agências FINEP e CNPq no exercício, que fossem priorizados por viabilidade de implantação e que avaliassem a oportunidade de apoiar ações transversais que tivessem aderência aos respectivos fundos setoriais.

Entre as estratégias adotadas em 2012, merecem destaque: i) a orientação aos Comitês Gestores para priorizar ações que pudessem ser implementadas no exercício; e ii) a realização de reuniões periódicas entre a ASCOF, as agências de fomento e a SPOA para o acompanhamento orçamentário e financeiro do FNDCT.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Devido à disponibilidade orçamentária do FNDCT para novas ações, as reuniões só foram realizadas no segundo semestre de 2012. O Conselho Diretor do FNDCT reuniu-se em 15 de Agosto, quando foi aprovado o Plano de Investimento de 2012. Em 25 de setembro foi realizado em Brasília-DF, na sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o 1º Seminário Integrado dos Fundos Setoriais de 2012, que contou com a participação dos membros dos comitês gestores, secretários do MCTI e dirigentes de entidades empresariais e acadêmicas. O objetivo do Seminário foi realizar um balanço das ações desenvolvidas em 2011 e traçar o planejamento de 2012. Nessa ocasião, ocorreu a primeira rodada de reuniões dos Comitês Gestores que teve por objetivo apresentar a situação das ações aprovadas em exercícios anteriores; apresentar o orçamento do FNDCT para o ano de 2012; apresentar o Plano de Investimentos aprovado pelo Conselho Diretor do FNDCT; discutir e definir as ações a serem financiadas em 2012 e discutir a revisão do Documento de Diretrizes de cada Fundo Setorial, o Regimento Interno e o Manual Operativo. Tendo em vista o prazo necessário para implementação de novas ações pelas agências Finep e CNPq, os Comitês Gestores priorizaram a alocação de recursos em encomendas e a suplementação de editais em curso.

Foram elaborados, aprovados e encaminhados às agências executoras, os Termos de Referência relativos às ações do Plano de Investimento, instrumentos fundamentais que embasam e autorizam toda a execução dos Fundos:

- Termos de Referência para Editais Transversais: 05
- Termos de Referência para Editais Verticais: 04
- Termos de Referência para Encomendas Transversais: 20
- Termos de Referência para Encomendas Verticais: 37

Em 22 de novembro de 2012, ocorreu a segunda reunião do Conselho Diretor com a definição do cenário orçamentário do FNDCT para 2013. A segunda rodada de reuniões dos Comitês

Gestores ocorreu a partir de dezembro, com o propósito de iniciar o processo de planejamento das ações para 2013. Nessa reunião, a SEXEC apresentou aos Comitês Gestores uma nova estratégia para o planejamento das ações a serem financiadas pelos Fundos Setoriais em 2013: a de se identificar inicialmente temas prioritários com aderência às políticas setoriais e governamentais estabelecidas, como a ENCTI e o Plano Brasil Maior, e definir ações de maior vulto, como editais /chamadas públicas.

2.4 Indicadores

Em referência aos indicadores da ASCOF, informamos que, em razão de as atividades desta unidade se caracterizarem por atividades correspondentes a indicadores globais dos Fundos Setoriais, consideram-se como tais, os indicadores de execução dos Fundos. Em 2012, a execução dos Fundos Setoriais atingiram 100% do limite de empenho definido pelo Governo Federal.

Em razão das atividades da rotina administrativa no âmbito da ASCOF estarem relacionadas à operacionalização dos Fundos Setoriais, os indicadores gerenciais referem-se:

1) Número de reuniões ordinárias do Conselho Diretor do FNDCT: 2 em 2012;
2) Número de reuniões do Comitê de Coordenação Executiva do FNDCT: 03 em 2012
3) Número de reuniões ordinárias dos Comitês Gestores: 2 em 2012;
4) Número de reuniões do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais: 02 em 2012
5) Número de Seminários dos Fundos Setoriais: 01 em 2012

3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
91. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**x**
92. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			**x**		
93. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					**x**
94. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			**x**		
95. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				**x**	
96. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			**x**		
97. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			**x**		
98. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					**x**
99. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**x**	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
100. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					**x**
101. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				**x**	
102. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			**x**		
103. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			**x**		
104. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			**x**		
105. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			**x**		
106. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				**x**	
107. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			**x**		
108. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			**x**		
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
109. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			**x**		
110. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			**x**		
111. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			**x**		

112. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			**x**		
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
113. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					**x**
114. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				**x**	
115. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				**x**	
116. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				**x**	
117. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			**x**		
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
118. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
119. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			**x**		
120. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			**x**		

Análise Crítica:

Na estrutura da ASCOF, não há uma unidade interna. Esta unidade está na estrutura formas do MCTI. As questões que foram respondidas têm como base os procedimentos adotados no âmbito da Assessoria.

4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.11 – Movimentação Orçamentária Por Grupo De Despesa

Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	240139	240101	19571202120I40001			80.351,93
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos	240901	240139	19571202120I4000			80.351,93
Natureza da Movimentação de Crédito		**UG**		**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
		Concedente	**Recebedora**		**4 – Investimentos**	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI

O valor de R$80.351,93 (oitenta mil, trezentos cinquenta e um reais e noventa e três centavos) recebido da UG 240901, foi repassado para a UG 240101, que executou o pagamento de passagens e diárias de servidores e colaboradores eventuais, no âmbito da ASCOF, no exercício de 2012.

6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		**14**		
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		12		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		2		
2. Empregados Públicos		**5**		
3. Servidores com Contratos Temporários				
4. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
5. Total de Servidores (1+2+3+4)		**19**		

Fonte: CGRH\MCTI

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12/2012

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão		**6**		
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há			
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	Não há			
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	4		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há			
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	2		
1.2.4. Sem vínculo	Não há			
1.2.5. Aposentados	Não há			
1.2.6 Empregados Públicos	Não há			
2. Funções gratificadas	Não há			
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há			
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há			
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há			
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	Não há	**6**		

Fonte: CGRH\MCTI

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA- SITUAÇÃO EM 31/12/2012

Tipologias do Cargo	**Quantidade de Servidores por Faixa Etária**				
	Até 30 anos	**De 31 a 40 anos**	**De 41 a 50 anos**	**De 51 a 60 anos**	**Acima de 60 anos**
1. Provimento de cargo efetivo	**1**	**3**	**9**	**5**	**1**
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	1	3	6	4	
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4 Empregados Públicos			3	1	1
2. Provimento de cargo em comissão		**1**	**2**	**3**	
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		1	2	3	
2.3. Funções gratificadas					
3. Totais (1+2)	1	3	9	5	1

Fonte: CGRH\MCTI

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO EM 31/12/2012

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1. Provimento de Cargo Efetivo				**1**	**2**			**3**	**1**
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira						4	3	3	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4 Empregados Públicos				1	2	1			
2. Provimento de Cargo em Comissão								**1**	**1**
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior								1	1
2.3. Funções gratificadas									
3. Totais (1+2)				**1**	**2**	**5**	**3**	**4**	**4**

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: CGRH\MCTI

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

10.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	**Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93**	**Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR**		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	**Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função**	**Final do Exercício Financeiro**
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	19		
	Entregaram a DBR	19		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: CGRH\MCTI

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

QUADRO A.11.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			**Código da UG**
Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais - ASCOF			**240139**
Após análise dos registros contábeis e conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial inclusos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem a adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais – ASCOF, observando apenas que as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	**Brasília, DF**	**Data**	**25/02/2013**
Contador Responsável	**Eliana Yukiko Takenaka**	**CRC nº**	**DF-006666/O-1**

CONCLUSÃO

Para atender as atribuições da ASCOF, de forma centrada no planejamento, na coordenação e na supervisão das ações dos Fundos Setoriais no exercício de 2012, foram desenvolvidas atividades de suporte aos colegiados que fazem parte da estrutura decisória dos Fundos.

Conforme demonstrado no Relatório de Gestão, as rodadas de reuniões com os quinze Comitês Gestores se iniciaram no segundo semestre de 2012, quando foram definidas as ações a serem implementadas com recursos dos Fundos Setoriais no exercício. Vale destacar que a execução orçamentária e financeira atendeu ao Plano de Investimento estabelecido e que a execução orçamentário atingiu 100% do limite de empenho autorizado. Ressalta-se que a ASCOF, procura, na medida do possível, realizar as reuniões e seminários nas instalações do Conselho de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico – CNPq, o que faz que a cada exercício, os gastos com as despesas operacionais se tornem mais econômicos.

Em 2011 foi estabelecida uma parceira do MCTI com o CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos com o objetivo de subsidiar o processo de revisão e elaboração dos Documentos de Diretrizes de cada Fundo Setorial. Em 2012, foi revista a metodologia de trabalho a ser adotada no processo de elaboração das Diretrizes Estratégicas e elaboradas Notas Técnicas que irão subsidiar as Diretrizes Estratégicas de cada Fundo Setorial em 2013. Também, em 2012, foram elaborados e aprovados os Regimentos Internos e o Manual Operativo dos seguintes Fundos Setoriais: CT-Amazonia; CT-Transporte Aquaviário; CT-INFRA; CT-PETRO; CT-Verde Amarelo; CT-Transporte; CT-AERO e CT-Espacial. Os demais estão sendo revisados pelos Comitês e deverão estar concluídos em 2013.

Na área de monitoramento e avaliação, foram definidos três projetos que integram o Plano Anual Monitoramento e Avaliação do MCTI, a saber: projeto piloto sobre ‘Avaliação da Infraestrutura de Pesquisa Brasileira na área de Petróleo, Gás e Biocombustíveis’; ‘Levantamento de resultados gerados pelos projetos financiados com recursos dos Fundos Setoriais’ e ‘Consolidação e atualização de base de dados de projetos apoiados pelo FNDCT’.

Foi lançado o primeiro número do ‘*Informe Fundos Setoriais’,* disponível no endereço http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/338969/Informe_Fundos_Setoriais.html.

Por fim, foi viabilizada a integração da base de dados dos Fundos Setoriais com a Plataforma Aquarius com o propósito de integração das informações administrativas existentes nos sistemas de informação do Ministério e de suas unidades e a integração com o Portal da Transparência da Controladoria Geral da União (CGU) para a produção de painéis de conhecimento e de gestão. Esses painéis poderão ser acessados pelo público em geral na página da Plataforma.

ANEXO

ASSESSORIA DE COORDENAÇÃO DOS FUNDOS SETORIAIS – ASCOF
CHEFE DA ASSESSORIA
Secretaria
COORDENAÇÃO GERAL
Secretaria
Orçamento
Programação
Avaliação
UG e Logistica
Secretarias Técnicas
CT-AERO
CT-AGRO
CT - AMAZÔNIA
CT-AQUAVIÁRIO
CT-BIO
CT- ENERG
CT- ESPACIAL
CT-HIDRO
CT-INFO
CT-INFRA
CT-MINERAL
CT-PETRO
CT-SAÚDE
CT-TRANSPORTE
CT-VERDE AMARELO